RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2011

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2011

Montepio

O presente Relatório e as Contas foram aprovadas, em Assembleia Geral ordinária, no dia 29 de março de 2012.

Índice

1. ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS E INSTITUCIONAIS **5**

2. MENSAGEM DO PRESIDENTE **8**

3. ENQUADRAMENTO DAS ATIVIDADES **11**

4. PERFIL DO GRUPO MONTEPIO **23**
4.1. Síntese do Desempenho de 2011 23
4.2. Indicadores Globais 26
4.3. Prioridades Estratégicas 27
4.4. Recursos Humanos 29
4.5. Presença Geográfica e Rede de Distribuição 31
4.6. *Compliance* 33

5. POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE **35**

6. MONTEPIO GERAL – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA **41**
6.1. Atividade Associativa 43
6.2. Receitas Associativas 47
6.3. Benefícios Vencidos e Reembolsos 48
6.4. Análise Financeira e Resultados 49
6.5. Propostas 57

7. CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL (BASE CONSOLIDADA) **63**
7.1. Evolução das Áreas de Negócio 65
7.2. Gestão de Riscos 70
7.3. Análise Financeira e Resultados 76
7.4. Notações de *Rating* 85
7.5. Proposta de Aplicação de Resultados – Base Individual 86

8. EMPRESAS DO GRUPO MONTEPIO **87**

9. RECONHECIMENTO **97**

10. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA **98**

11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS, CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIOS DE AUDITORIA **99**

11.1. Montepio Geral – Associação Mutualista 100

11.2. Caixa Económica Montepio Geral – Base Consolidada 130

11.3. Caixa Económica Montepio Geral – Base Individual 256

12. RELATÓRIOS, PARECERES E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO CONSELHO FISCAL **365**

13. RELATÓRIO DO GOVERNO INSTITUCIONAL **371**

14. ANEXOS **395**

14.1. Conformidade das Recomendações do *Financial Stability Forum* (FSF) e do *Commitee of European Banking Supervisers* (CEBS), referente à transparência da informação e à valorização de ativos (Carta Circular n.º 58/2009/DSBDR, do Banco de Portugal) 395

14.2. Relatório Atuarial das Modalidades Associativas 398

14.3. Imputação de Custos Administrativos pelas Modalidades Associativas e Rendas 412

14.4. Demonstração de Resultados das Modalidades Associativas, Rendas e Outros Fundos 414

14.5. Distribuição de Resultados das Modalidades Associativas e Rendas e Rendimento de Benefícios 418

14.6. Carteira de Imóveis da Associação Mutualista 428

14.7. Contas das Fundações 434

1. Órgãos Associativos e Institucionais

A composição dos órgãos eleitos para o triénio 2010-2012 é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Associado n.º 33 151-5	VITOR JOSÉ MELÍCIAS LOPES *Professor Universitário*
1.º Secretário	Associado n.º 31 560-9	ANTÓNIO PEDRO DE SÁ ALVES SAMEIRO *Advogado*
2.º Secretário	Associado n.º 45 139-8	ANTÓNIO DIAS SEQUEIRA *Economista*
Suplentes	Associado n.º 48 385-8	MARIA LEONOR LOUREIRO GONÇALVES DE OLIVEIRA GUIMARÃES *Jurista*
	Associado n.º 45 553-0	JOSÉ LUÍS ESPARTEIRO DA SILVA LEITÃO *Economista*

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Associado n.º 38 670-6	ANTÓNIO TOMÁS CORREIA *Jurista*
Vogais	Associado n.º 28 745-2	JOSÉ DE ALMEIDA SERRA *Economista*
	Associado n.º 59 784-1	RUI MANUEL SILVA GOMES DO AMARAL *Economista*
	Associado n.º 31 399-9	EDUARDO JOSÉ DA SILVA FARINHA *Economista*
	Associado n.º 467 785-1	ÁLVARO CORDEIRO DÂMASO *Advogado*

CONSELHO FISCAL

Presidente	Associado n.º 26 952-2	MANUEL JACINTO NUNES *Professor Universitário*
Vogais	Associado n.º 281 904-8	GABRIEL JOSÉ DOS SANTOS FERNANDES (ROC) *Economista*
	Associado n.º 31 269-9	JOSÉ MOREIRA VENÂNCIO *Licenciado em Contabilidade Bancária e Direito*
Suplentes	Associado n.º 51 323-6	JOSÉ GOMES HONORATO FERREIRA *Economista*
	Associado n.º 28 116-0	VÍTOR MANUEL DO CARMO MARTINS (ROC) *Economista*

CONSELHO GERAL

Efectivos	Associado n.º 71 464-0	MARIA MANUELA DA SILVA *Economista*
	Associado n.º 29 676-0	MANUEL DA COSTA BRAZ *Oficial do Exército na situação de reforma*
	Associado n.º 49 005-8	ANTÓNIO AUGUSTO ALMEIDA *Economista*
	Associado n.º 32 309-9	VIRGÍLIO MANUEL BOAVISTA LIMA *Economista*
	Associado n.º 32 368-8	ARMANDO AUGUSTO PINTO DA SILVA *Jurista*
	Associado n.º 104 943-7	EUGÉNIO ÓSCAR GARCIA ROSA *Economista*
	Associado n.º 44 630-3	ALBERTO JOSÉ DOS SANTOS RAMALHEIRA *Economista*
	Associado n.º 37 305-2	JOSÉ CARLOS CORREIA MOTA ANDRADE *Engenheiro Civil*
	Associado n.º 31 000-2	ANTÓNIO FERNANDO MENEZES RODRIGUES *Economista*
	Associado n.º 28 346-9	MANUEL DUARTE CARDOSO MARTINS *Diretor do Montepio em situação de reforma*
	Associado n.º 31 807-5	JOSÉ JOAQUIM ROSA *Licenciado em Gestão Bancária*
	Associado n.º 37 711-3	NORBERTO DA CUNHA JUNQUEIRA FERNANDES FÉLIX PILAR *Economista*

Conselho de Administração

Eduardo José da Silva Farinha, Álvaro Cordeiro Dâmaso, Rui Manuel Silva Gomes do Amaral,
José de Almeida Serra, António Tomás Correia (Presidente)

2. Mensagem do Presidente

O ano 2011, a que se reporta o presente Relatório, ficou marcado pelo agravamento da crise gerada pela dívida soberana, pela retração económica, pelas dificuldades financeiras e sociais de empresas e famílias e por constrangimentos de natureza extraordinária, como os resultantes das exigências e restrições impostas ao setor bancário depois de, em maio, o Estado português ter solicitado ajuda financeira externa.

Esta ajuda, corporizada no Programa de Assistência Financeira assinado, conjuntamente, com o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia – vulgarmente designados por *Troika* –, impôs políticas e medidas de consolidação das finanças públicas e de desalavancagem do setor bancário que, pela sua natureza restritiva, surtiram forte impacto na procura interna, na atividade económica, no índice de desemprego e no agravamento das condições sociais do País.

Em consequência desta conjuntura difícil, com a economia global em desaceleração, os principais parceiros comerciais do nosso País, designadamente os países da Zona Euro, com acentuada quebra de dinamismo económico, o investimento e o consumo público e privado sofreram uma redução, que não foi compensada pelo volume das exportações, num quadro de financiamento mais restritivo, originando uma contração do PIB de 1,6%.

Às dificuldades descritas associou-se a persistente crise de confiança dos mercados quanto à sustentabilidade das finanças públicas e à condição económica de diversos países europeus, particularmente dos mais periféricos da União Económica e Monetária (alvo de *downgrades* de *rating* soberano, que arrastaram o *rating* das instituições financeiras), o que originou um cenário complexo, que rapidamente se estendeu à esfera política e tornou ainda mais difícil o processo de decisão.

O setor financeiro foi particularmente visado pelas medidas de ajustamento e consolidação impostas pela *Troika*, com destaque para a imposição de limites específicos ao nível da alavancagem da atividade, do reforço dos capitais e da solvabilidade, mas também da redução da exposição junto do Banco Central Europeu. O ano de 2011 colocou-nos, assim, desafios particularmente exigentes que se estenderão até 2015, prazo em que vigorará o plano específico de financiamento e capitalização (*Funding & Capital Plan*) trimestralmente controlado pelas autoridades.

Foram impostas aos bancos novas métricas de aferição do risco de crédito, harmonizadas com as práticas internacionais neste domínio, e a realização de um Programa Especial de Inspeções (SIP) que se iniciou no segundo semestre de 2011 e prolongou-se até final de fevereiro de 2012, repartindo-se em três fases. A primeira fase destinou-se a avaliar a qualidade das carteiras de crédito; a segunda centrou-se no cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito; e a última fase orientou-se para a avaliação dos métodos e modelos dos testes de *stress*.

As conclusões do SIP, apresentadas no final de dezembro de 2011, relativas às duas primeiras fases, e, no início de março de 2012, relativas à terceira fase, demonstraram, em termos gerais, a resiliência e solidez financeira do sistema bancário português e que, no caso da CEMG, comprovou a correção e adequação das políticas que temos vindo a seguir.

As medidas de ajustamento e consolidação impostas ao país motivaram ainda a transferência dos Fundos de Pensões do sector bancário para a Segurança Social, no que se refere às pensões em pagamento, que determinou impactos desfavoráveis nos resultados das instituições e que, no caso da CEMG, corresponderam a menos 14 milhões de euros.

Se é verdade que as ocorrências, que marcaram 2011, exigiram ao sistema financeiro um significativo esforço de adaptação, colocando à prova as capacidades e a resiliência das instituições, no Montepio essas capacidades foram sujeitas a maior esforço, já que coincidiram com a integração das dimensões comercial, jurídica e operacional do Finibanco, SA.

Esta integração, realizada em menos de um ano, tornou-nos maiores e ainda mais singulares, uma vez que não existe, em Portugal, história de processo concretizado em tão curto período, e voltou a revelar o profissionalismo dos colaboradores do Montepio, que souberam responder aos desafios inéditos impostos pela *Troika*, mas também à necessidade de integrar o Finibanco sem descurar o cumprimento dos objetivos e a qualidade na prestação de serviços.

Neste quadro adverso, o crescimento do nível de desemprego – em 2011, atingiu 12,6% da população ativa, em termos médios, prosseguindo até aos 14% (quarto trimestre) – revela-se a consequência mais dramática da austeridade em que o País mergulhou. Após décadas, que alteraram a realidade nacional – notem-se os progressos sociais, a melhoria nas infraestruturas e a afirmação mundial da competência portuguesa nas ciências, na investigação ou na inovação, entre outras áreas –, vemo-nos perante novos quadros de pobreza e exclusão, que nos desafiam a (re)pensar, a (re)criar e a alargar as respostas sociais.

Com a pobreza a deixar de constituir «território de estranhos», porque cada vez mais próxima das pessoas que connosco se cruzam diariamente, as organizações, a sociedade civil e o Estado sabem ter de delinear e implementar estratégias e ações capazes de promover o crescimento económico.

Para tal, o Montepio assumiu-se fortemente determinado a combater o desalento individual e coletivo e a contribuir para a sustentabilidade do País, dedicando um olhar ainda mais atento às famílias e às instituições, no caso destas, sobretudo às de âmbito social; uma ajuda ainda mais determinada aos projetos empreendedores; e um espírito ainda mais combativo na afirmação das capacidades e potencialidades do nosso País.

Através de medidas orientadas para o apoio ao empreendedorismo, o estímulo ao microcrédito e aos micro, pequenos e médios empresários, a prevenção do sobre-endividamento e o estímulo à literacia financeira, vimos cumprindo a missão

que nos cabe de colocar a economia – fator de crescimento, desenvolvimento e progresso – ao serviço dos indivíduos, das famílias, das empresas e da sociedade.

Centrados nas pessoas, nas necessidades do presente e na ambição de futuro, crescemos enquanto grupo mutualista e temos vindo a aprofundar a cooperação com as organizações que integram o setor social da economia, no qual, não temos dúvida, se encontra uma tradição de solidariedade que muito beneficiará o País; intensificámos a nossa responsabilidade social; e continuámos a desenvolver projetos orientados para a sustentabilidade humana, económica e ambiental.

A dimensão que alcançámos, e que se traduz na fidelidade de meio milhão de cidadãos, confere-nos deveres e responsabilidades fundamentais face aos momentos difíceis que atravessamos, mas, por entendermos que os tempos mais complexos se sabem acompanhados de oportunidades, continuaremos a responder de forma determinada e otimista, cumprindo o desígnio que inspira o Montepio – materializar os valores do associativismo e da solidariedade e promover um crescimento inteligente, sustentável e integrador –, inovando nos processos e projetos e promovendo sinergias que assegurem a prestação de mais e melhores serviços.

Desejo concluir com uma nota de reconhecimento do Conselho de Administração, inserida em ponto próprio deste Relatório, e de especial apreço pelo empenho, dedicação e profissionalismo de todos os colaboradores do Grupo Montepio, e bem assim de agradecimento aos associados e clientes que, acreditando que só a partilha do risco e a solidariedade na ação podem ser receitas de sucesso, dão vida a esta Organização e transmitem a confiança que nos motiva a responder à ambição de fazer cada vez mais e melhor.

3. Enquadramento das Atividades

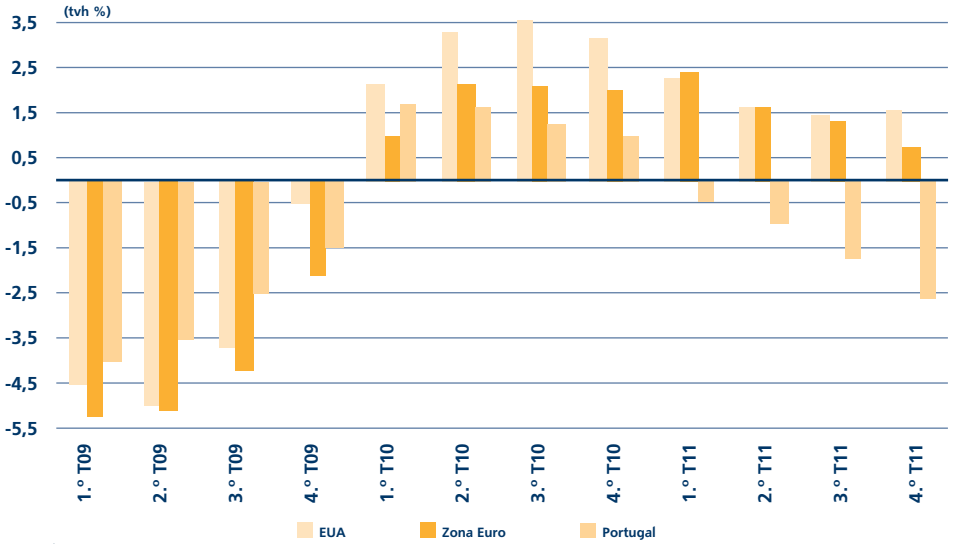
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A conjuntura macroeconómica global caracterizou-se, durante o ano de 2011, pelo abrandamento do ritmo de crescimento e pelo aumento generalizado dos níveis de risco, num quadro marcado pela ocorrência de variados e sucessivos impactos de natureza exógena que produziram alterações ao contexto subjacente e, por conseguinte, conduziram à revisão das políticas económicas à escala global.

Desde logo, a incerteza geopolítica resultante da «primavera árabe», que conduziu a subidas nos preços das *commodities*, que vinham sendo suportadas pelo forte crescimento das economias emergentes e que se refletiram numa aceleração da inflação, que penalizou o rendimento real das famílias e condicionou o crescimento do consumo privado.

Seguidamente, o sismo do Japão que, para além das respostas sociais, originou consequências significativas a nível económico. Embora a área afetada não seja particularmente importante para o tecido empresarial japonês, os efeitos sobre a economia mundial foram bem superiores aos inicialmente esperados, pelos atrasos nos fornecimentos de componentes às indústrias eletrónica e automóvel que conduziram a paragens de fábricas por todo o mundo. Como reflexo desta situação, o consumo privado registou um abrandamento nos meses contíguos ao sismo, interrompendo também, o processo de melhoria no mercado laboral que se vinha a observar nos EUA, algo que não é despiciente atendendo à importância do consumido privado na economia americana e, por conseguinte, na economia mundial.

CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)



Fonte: *Thomson Reuters*

Assistiu-se ainda ao aprofundamento da crise da dívida soberana da Zona Euro, que produziu efeitos no aumento dos prémios de risco nos mercados financeiros, conduzindo a condições financeiras mais restritivas para os agentes económicos, não só nos países mais afetados, mas, também, com efeitos de contágio sobre o sistema financeiro internacional e com

impacto ao nível das decisões de consumo e de investimento. O alastrar da crise a Espanha e Itália colocou-a noutro patamar de dimensão e impactos. Observam-se efeitos sobre a economia mundial das medidas de austeridade nestes países, sendo que a própria França também começou a ver ameaçado o seu *rating triple A* (entretanto já revisto em baixa, no início de 2012, por uma das três principais agências de *rating*), forçando o Governo a anunciar medidas que visam uma consolidação orçamental mais tempestiva.

Estes desenvolvimentos atingiram ainda as **economias emergentes**, tendo o Brasil iniciado, logo no final de agosto, a inversão da sua política monetária com uma inesperada descida de taxas de juro, sinalizando os receios dos responsáveis daquela autoridade monetária quanto ao arrefecimento da atividade económica que a estagnação do PIB do 3.º trimestre, posteriormente conhecida, veio confirmar. Também a China registou um crescimento do PIB em 2011, abaixo dos 10% voltando ao ritmo de 2009 (9,2%), facto que está a levar as autoridades a desviar as suas preocupações de volta ao combate ao abrandamento económico ao invés do controlo da inflação.

A economia global encerrou o ano de 2011 com um crescimento que o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima em 3,8%, mais fraco do que o registado em 2010 (4,3%).

Apenas os EUA registaram crescimentos entre as principais economias desenvolvidas, na medida em que a Zona Euro, o Reino Unido e o Japão contraíram no 4.º trimestre do ano. Apesar do abrandamento, continuaram a ser visíveis ritmos de crescimento bastante diferenciados em 2011, onde as economias desenvolvidas registaram um nível de 1,6%, ao passo que as economias *emergentes* e *em desenvolvimento* atingiram 6,2%.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Em 2011, o PIB cresceu 1,7%, depois de ter aumentado 3,0% em 2010. A atividade económica acabou por ser confrontada com diversos choques: condições meteorológicas extremas, que afetaram, em particular, a atividade na construção, a interrupção dos fornecimentos de componentes à indústria automóvel, em resultado do sismo no Japão, bem como a escalada dos preços dos combustíveis.

Ainda que grande parte do abrandamento económico tenha tido uma origem temporária, os efeitos de *feedback* negativo sobre o crescimento, por via dos baixos níveis de confiança dos consumidores e do abrandamento do ritmo de criação de postos de trabalho, criaram uma dinâmica desfavorável para a recuperação da atividade económica. Por outro lado, aos choques do início de 2011 vieram juntar-se os receios sobre a sustentabilidade das finanças públicas na Europa, e, também, nos EUA – onde a dívida acabou por perder, durante o verão, a notação máxima por parte de uma das principais agências de *rating*. Estes acontecimentos tiveram impactos nos preços das ações e consequências sobre a confiança dos consumidores e dos empresários, nomeadamente ao nível da contratação de trabalhadores e do investimento.

Relativamente ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego americana desceu dos 9,4%, em dezembro de 2010, para 8,5%, no final de 2011 – o valor mais baixo desde fevereiro de 2009. Todavia, uma análise mais profunda destes números revela que dos 13 milhões de desempregados, cerca de 42,5% não encontram trabalho há mais de 6 meses, o que evidencia que parte do desemprego tem um caráter mais permanente, facto que acrescenta dificuldades à reinserção destes recursos no ciclo produtivo.

A inflação homóloga, medida pelo IPC, subiu de 1,5%, em dezembro de 2010, para 3,0%, em dezembro de 2011, refletindo a evolução dos preços da energia e da generalidade das matérias-primas. No entanto, este crescimento acima dos 2% resulta unicamente de efeitos de base, já que considerando o crescimento anualizado dos últimos 3 meses, permaneceu ao longo de todo o 4.ºT2011 abaixo dos 2%, facto que terá contribuído para que a *Fed*, na sua primeira reunião de 2012, ter relegado para segundo plano as pressões inflacionistas. Este contexto de menores preocupações com a inflação e de uma taxa de desemprego aquém da taxa de desemprego «natural» do país tem sido encarado pelos mercados financeiros como uma porta aberta a medidas adicionais de estímulo ao crescimento económico por parte da *Fed*.

ZONA EURO

Após um arranque de 2011 marcado pela consolidação da recuperação iniciada na segunda metade de 2009, a economia inverteu esta tendência e entrou em vincada desaceleração no segundo trimestre do ano. Numa primeira fase, refletindo os choques anteriormente referidos da subida dos preços das *commodities* e dos atrasos nos fornecimentos industriais provenientes do Japão. Numa segunda fase, em resultado do efeito da intensificação da crise da dívida soberana na região, pela necessidade de adoção de políticas restritivas que promovam o reequilíbrio orçamental que não foram compensadas por ajustamentos simétricos nos países que registam excedentes.

Os efeitos macroeconómicos dessa consolidação estavam inicialmente limitados, já que se encontravam restritos sobretudo aos países sob programas de assistência financeira (Grécia, Irlanda e Portugal). No entanto, a partir de meados do ano, as taxas de juro da dívida pública de Itália e Espanha subiram acentuadamente em mercado secundário, países que, devido à sua dimensão, tornam as políticas de consolidação orçamental recessivas para o conjunto da Zona Euro. Assim,

em resultado da subida das taxas de juro da dívida soberana, dos efeitos da desalavancagem do setor bancário na economia real e das medidas adicionais de consolidação orçamental, a economia da moeda única terminou o último trimestre do ano a contrair, naquela que terá sido uma entrada em recessão técnica, cuja duração estará naturalmente condicionada pelos futuros desenvolvimentos de cariz político. Ainda assim, o PIB da região conseguiu crescer 1,4% em 2011, mas em desaceleração face ao crescimento de 1,9% observado em 2010.

Como consequência desta realidade, o mercado laboral viu invertida a trajetória de ligeira melhoria que tinha observado na segunda metade de 2010 e no início de 2011. Assim, depois dos 10,0% registados em dezembro de 2010, a taxa de desemprego recuperou ligeiramente para os 9,9%, mas terminou o ano de 2011 em 10,6%, o nível mais elevado desde dezembro de 1997.

Durante grande parte do ano, a taxa de inflação homóloga foi dando continuidade à intensa tendência ascendente que trazia de 2010, tendo passado de 2,2%, em dezembro de 2010, para 3,0%, em setembro de 2011, com a componente core a apresentar igualmente um comportamento ascendente, agravando-se até ao último trimestre do ano de 1,0% para 1,6%, passando a estar em linha com a sua média histórica e justificando os receios inflacionistas do Banco Central Europeu (BCE). Os responsáveis do BCE foram denotando, ao longo da primeira metade do ano, uma crescente preocupação com os efeitos de segunda ordem, não obstante continuarem a admitir que as pressões inflacionistas resultavam, essencialmente, de fatores temporários, como sejam o aumento dos preços das *commodities* e dos impostos indiretos adotados por alguns Estados-Membros. No último trimestre do ano, e refletindo a própria reentrada da economia em contração, a taxa de inflação iniciou a esperada trajetória descendente, fechando o ano de 2011 em 2,7% (a inflação *core* permaneceu em 1,6%).

Este movimento conjugado de menor crescimento e menores pressões inflacionistas levaram o BCE, em setembro de 2011, a mudar o enfoque dos riscos, da estabilidade de preços para o crescimento e a atividade económica.

Nos últimos dois meses do ano, o BCE reverteu as duas subidas que havia efetuado, em julho e abril, na taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento da Zona Euro, a *refi rate*, voltando a colocá-la em níveis mínimos históricos (1,00%). Paralelamente, e em resposta aos recentes sinais de deterioração das condições financeiras, o BCE intensificou as medidas de política monetária de caracter não-convencional, elevando, gradualmente, as medidas de apoio ao setor bancário europeu, como forma de aliviar pressões de liquidez sobre o setor procurando garantir que o sistema financeiro tenha condições para aumentar a concessão de crédito. Entre estas medidas encontram-se a cedência de liquidez por um período de 3 anos, o alargamento dos colaterais aceites nas operações de cedência de liquidez e a redução do nível de disponibilidades mínimas de caixa, de 2,0% para 1,0%.

Por outro lado, com vista a restabelecer a confiança dos investidores nos mercados financeiros europeus, merecem destaque as medidas acordadas na Cimeira Europeia de 26 de outubro, designadamente a aplicação de um *hair-cut* de cerca de 50% à dívida grega detida junto dos investidores e um reforço do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira até aos 1 000 mil milhões de euros.

A crise da dívida soberana periférica da Zona Euro

Consumadas as intervenções na Grécia, Irlanda e Portugal, emergiu o perigo da insustentabilidade das finanças públicas gregas, sendo aventada a hipótese de um novo pacote de ajuda (depois daquele acordado em maio de 2010) e, posteriormente, algum consenso em torno da necessidade de uma reestruturação da dívida grega e consequente participação dos privados. As dificuldades evidenciadas pelo governo helénico em adotar as medidas constantes do plano de resgate, em função da crescente tensão social sentida bem como na dificuldade de obtenção de um consenso político alargado aos partidos extra-Governo que permitisse aprovar novas medidas de austeridade, colocaram Atenas em risco de não receber algumas das tranches do pacote anterior.

No virar da primeira metade do ano, o sentimento de mercado convalesceu, depois do Parlamento grego ter conseguido aprovar as novas medidas, o que permitiu desbloquear os fundos do pacote de ajuda anterior e abrir caminho para a aprovação de um segundo pacote. O início do 3.º trimestre do ano foi marcado por desenvolvimentos positivos neste capítulo, no âmbito da cimeira extraordinária dos líderes europeus, na qual foram acordadas novas medidas de apoio aos Estados-Membros em dificuldades, em geral, e à Grécia, em particular. Todavia, nos dois meses seguintes, assistiu-se a uma nova deterioração da confiança dos investidores quanto à resolução da crise, designadamente após o anúncio de num novo plano de austeridade para a Grécia, resultante da derrapagem orçamental, e a crescente pressão sobre a dívida italiana, que foi alvo de *downgrades* em resultado do anémico crescimento, da instabilidade política e da elevada dívida pública do país.

O último trimestre do ano iniciou com os desenvolvimentos em torno dos *haircuts* para a dívida grega, começando o mercado a especular a possibilidade de serem também aplicados a outros países com posições orçamentais mais fragilizadas, tendo as principais agências cortado o *rating* de Espanha e de Itália, bem como dos seus

principais bancos. Face a este aumento de dificuldades, num contexto em que a atenção dos mercados já se tinha centrado em definitivo na situação de Espanha e Itália, foram-se intensificando os esforços coordenados entre os vários responsáveis europeus com vista a encontrar uma solução para a crise da dívida soberana, que acabou por sofrer um novo revés, já em novembro, após o anúncio da intenção de Atenas de realizar um referendo às medidas de austeridade, o que acabou por determinar a substituição do Governo. Também em Itália, o Governo foi substituído após sucessivos agravamentos das *yields* da dívida soberana, não obstante o anúncio de novas medidas de austeridade e a ajuda do BCE (bastante ativo no mercado a comprar dívida). Em Espanha também se assistiu a uma mudança de Governo, mas neste caso em resultado de eleições.

O ano terminou com uma nova cimeira de líderes europeus, num contexto em que já os Estados-Membros com *rating* de *AAA* se encontravam ameaçados, a qual resultou na consagração de um tratado intergovernamental entre os países da Zona Euro e aberto a todos os possíveis interessados, com o Reino Unido, isolado, a inviabilizar uma revisão dos Tratados da União Europeia, forçando o referido tratado intergovernamental. De entre as medidas apresentadas pela carta de intenções salientam-se: *i*) a adoção do princípio de que o saldo orçamental deverá ser equilibrado ou excedentário, o que exigirá cumprir a regra de um défice estrutural anual não superior a 0,5% do PIB nominal; *ii*) a inclusão de disposições constitucionais ou equivalentes para limitar o endividamento e estabelecer os mecanismos de correção em caso de desvio; *iii*) a antecipação para julho de 2012 da entrada em funcionamento do Mecanismo Europeu de Estabilidade (*ESM*); *iv*) o reforço dos meios do FMI até 200 mil milhões de euros, no espaço de 10 dias, através de empréstimos bilaterais. No entanto, os dias que se seguiram à cimeira trouxeram de novo um ceticismo dos mercados financeiros relativamente aos resultados alcançados, ampliado pelas ações das agências de *rating*, numa altura em que os dados económicos começavam a sugerir a inevitabilidade de a Zona Euro registar uma contração no último trimestre de 2011.

PORTUGAL

A atividade económica em Portugal evoluiu em contraciclo com a Zona Euro, observando quedas em todos os trimestres, tendo a única exceção sido o derradeiro trimestre do ano, onde também a Zona Euro contraiu, embora substancialmente menos do que em Portugal (decréscimos em cadeia de 0,3% e 1,3%, respetivamente). No conjunto do ano, o PIB terá contraído 1,6%, depois de, em 2010, ter crescido 1,4%.

A quebra da atividade no arranque do ano começou por refletir as medidas de austeridade implementadas pelo Governo, nomeadamente o aumento de impostos e os cortes de remunerações dos funcionários públicos. Num contexto de crescentes dificuldades de liquidez e de financiamento, no início de abril, Portugal formalizou um pedido de assistência financeira ao BCE, ao FMI e à Comissão Europeia (comummente referida de «*troika*»). No âmbito do Programa de Assistência Financeira, elaborado com essas entidades, foi anunciado mais um vasto conjunto de medidas, que implicaram um considerável arrefecimento da evolução da procura interna. A forte contração da atividade, no final do ano, esteve intrinsecamente associada às medidas adotadas e anunciadas pelo Governo com o objetivo de dar cumprimento ao Memorando de políticas e ao acordo assinado, destacando-se as medidas de consolidação orçamental no setor público e de desalavancagem do setor privado, particularmente do setor bancário. O aumento do IVA na energia, a sobretaxa aplicada ao subsídio de Natal, as expectativas negativas dos agentes face às fortes medidas de austeridade inscritas no Orçamento de Estado para 2012 e o abrandamento e/ou mesmo contração da atividade em alguns dos nossos principais parceiros comerciais foram aspetos motivadores da recessão económica de 2011.

O mercado laboral registou, naturalmente, uma evolução desfavorável, ao longo de todo o ano. Com efeito, segundo o INE, a taxa de desemprego no 4.º T2011 ascendeu a 14,0%, um resultado que traduz um enorme agravamento face aos 12,4% observados no trimestre anterior. Embora a introdução de alterações metodológicas do método de recolha da informação no início de 2011 não permitam uma comparação direta com os dados anteriores, de acordo com os cálculos então apresentados pelo INE, a taxa de desemprego terá subido 1,9 p.p. durante o ano de 2011, dando continuidade à tendência de agravamento que se vem a observar desde 2008 e, ascendendo a um novo máximo histórico.

A inflação, medida pela variação homóloga do IPC, registou um considerável agravamento de 2,5%, no final de 2010, para 3,6%, em dezembro de 2011, tendo todavia observado um pico máximo em outubro (4,2%), exibindo uma trajetória descendente desde então. Em 2011, o IPC registou uma taxa de variação média de 3,7% (+1,4% do que no ano anterior), tendo este agravamento refletido a evolução dos preços das *commodities*, mas, também, as medidas associadas ao processo de consolidação orçamental. Em concreto, o impacto dos aumentos do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) registados em meados de 2010 e no início e final de 2011, assim como um aumento significativo dos preços de alguns bens e serviços sujeitos a regulação. As atuais pressões inflacionistas continuam a assumir um caráter largamente temporário, mas que deverão permanecer elevadas no corrente ano, já que se assistiu a uma reclassificação de vários produtos alimentares em sede de IVA, regressando apenas para níveis mais modestos no próximo ano, traduzindo uma evolução globalmente favorável dos custos de produção e a dissipação dos efeitos das já referidas medidas orçamentais adotadas.

PREVISÕES ECONÓMICAS PARA PORTUGAL E PARA A ZONA EURO

(unidade: %)

			2012				2013			
	Portugal	Zona Euro	Portugal		Zona Euro		Portugal		Zona Euro	
	Efe.	Efe.	BdP	CE	BCE	CE	BdP	CE	BCE	CE
PIB	**-1,6**	**1,4**	**-3,1**	**-3,3**	**-0,1**	**-0,3**	**0,3**	**0,7**	**1,1**	**1,3**
Consumo Privado	**-3,9**	**0,2**	-6,0	-5,8	-0,3	0,4	-1,8	-1,1	0,8	1,0
Consumo Público	**-3,9**	**0,1**	-2,9	-4,1	-0,2	-0,2	-1,4	-2,4	0,6	0,2
Investimento (FBCF)	**-11,4**	**1,4**	-12,8	-10,3	-1,2	0,5	-1,8	0,6	1,4	2,8
Exportações	**7,4**	**6,1**	4,1	3,8	2,6	3,4	5,8	5,5	4,4	5,3
Importações	**-5,5**	**3,9**	-6,3	-5,0	1,2	3,0	0,7	1,2	4,0	5,0
Inflação	**3,6**	**2,7**	**3,2**	**3,3**	**2,4**	**2,1**	**1,0**	**1,3**	**1,6**	**1,6**
Taxa de Desemprego	**12,6**	**10,1**	**–**	**13,8**	**–**	**10,1**	**–**	**13,6**	**–**	**10,0**

Fontes: Banco de Portugal (BdP), 10 de janeiro de 2012; Comissão Europeia (CE), 23 de fevereiro de 2012, mas para o ano de 2013 são de 10 de novembro de 2011 para a Zona Euro e 21 de dezembro de 2011 para Portugal; e Banco Central Europeu (BCE), 7 de março de 2012.
Notas: «Efe.» corresponde aos dados efectivos já divulgados para 2011; A inflação é medida pela variação homóloga do IPCH.

Programa de Assistência Financeira

O Programa de Assistência Financeira acordado entre o Governo português e a «*troika*», cobrindo o período de 2011-2014, que contempla um financiamento total de 78 mil milhões de euros, tem como principal objetivo permitir o retorno da economia portuguesa a uma trajetória de crescimento sustentado, num quadro de estabilidade financeira e restaurar a confiança dos participantes nos mercados financeiros internacionais. O programa centra a sua intervenção em três grandes áreas: *i*) um conjunto de significativas reformas estruturais, de forma a aumentar o crescimento potencial, criar empregos e melhorar a competitividade da economia; *ii*) uma estratégia para uma consolidação orçamental credível, baseada em medidas de caráter estrutural e de maior controlo orçamental sobre o conjunto das obrigações do Estado; *iii*) garantir um processo de desalavancagem ordenada do setor financeiro, através de mecanismos de mercado e suportado por um fundo de apoio à recapitalização dos bancos.

ANGOLA

De acordo com os dados do Banco Nacional de Angola (BNA), divulgados em janeiro de 2012, Angola terá mantido uma taxa de crescimento económico de 3,4% em 2011. Para 2012, o FMI estima que o ritmo de crescimento de Angola se situe em 10,8% quase o dobro das economias subsaarianas, previsto em 5,5%.

O moderado ritmo de crescimento económico de 2011 resultou do facto da produção de petróleo ter ficado aquém das expectativas durante a maior parte do ano, refletindo uma combinação de trabalhos de manutenção e problemas técnicos, tendo inclusivamente o PIB do setor «petrolífero» acabado por cair 5,6%, levando já três anos consecutivos em contração. Já o setor «não-petrolífero» cresceu 9,0%, o ritmo mais elevado em 3 anos. Um aumento constante na produção de petróleo deverá impulsionar o crescimento real do PIB angolano nos próximos anos, embora o próprio FMI também refira que uma trajetória de crescimento mais inclusiva exigirá mais reformas e esforços para estimular a diversificação no setor «não-petrolífero», sobretudo na agricultura. O início da produção no projeto de gás natural liquefeito (GPL) deverá também impulsionar o crescimento da economia angolana. A possibilidade de existirem derrapagens no cumprimento das metas de produção de petróleo para 2012 constitui um dos principais riscos descendentes para a previsão do FMI.

A economia angolana continuou a recuperar da crise orçamental e da balança de pagamentos de 2009, com as reservas externas a recomporem-se gradualmente. Os saldos de execução orçamental e da balança de transações correntes permaneceram com uma posição excedentária e as dívidas em atraso do Estado a fornecedores continuaram em processo de correção, facto que foi sublinhado pelo FMI, que refere, igualmente, os esforços por parte das autoridades no sentido de controlar a despesa pública para evitar novos incumprimentos.

A inflação, medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor, abrandou dos 14,5%, em 2010, para 13,5% em 2011, com a inflação homóloga de dezembro de 2011 inferior, em 11,4%, bem perto dos 11,3% de novem-

bro, um valor nunca observado nas últimas duas décadas. No entanto, o forte crescimento da procura doméstica, juntamente com a flexibilização da política monetária nos últimos 12 meses, deverá restringir o abrandamento significativo nas pressões inflacionistas. Para 2012, o FMI prevê um aumento médio anual de 11,8% (embora com uma inflação homóloga de 11,2% em dezembro de 2012).

PROJEÇÕES ECONÓMICAS PARA ANGOLA

(unidade: %)

	2009	2010	2011E	2012P
PIB	**2,4**	**3,4**	**3,4**	**10,8**
Setor petrolífero	**-5,1**	**-3,0**	**-5,6**	**11,6**
Setor não petrolífero	**8,3**	**7,8**	**9,0**	**10,4**
Exportações, f.o.b. (USD)	-36,1	23,9	26,3	8,6
Petróleo	-65,2	87,4	29,1	-7,3
Importações, f.o.b. (USD)	8,0	-19,1	18,4	9,8
IPC (média anual)	13,7	14,5	13,5	11,8
Saldo da BTC (em % PIB)	-10,0	8,9	12,0	7,3
Saldo fiscal global (em % PIB)	-4,9	6,8	8,5	8,5
Dívida externa pública (em % PIB)	20,0	19,0	15,9	13,4

Fontes: Banco de Angola para PIB e Inflação até 2011. FMI, atualização de estimativas janeiro de 2012.
Notas: taxas de variação %, exceto quando indicador; E – estimativa; P – previsão.

MERCADOS FINANCEIROS

A performance dos mercados financeiros esteve totalmente condicionada à evolução dos fundamentais económicos que atrás se descreveram, e que estiveram na base do aumento dos níveis de incerteza ao longo de todo o ano. A aversão ao risco por partes dos investidores conduziu ao aumento da procura de ativos refúgio como o ouro e o petróleo (neste caso, acentuado pela turbulência política nos países produtores).

O principal *driver* dos mercados, ao longo do ano, foi, sem qualquer dúvida, a crise da dívida soberana da Zona Euro, cujos desenvolvimentos foram provocando consideráveis oscilações no sentimento do mercado e tendencialmente negativa.

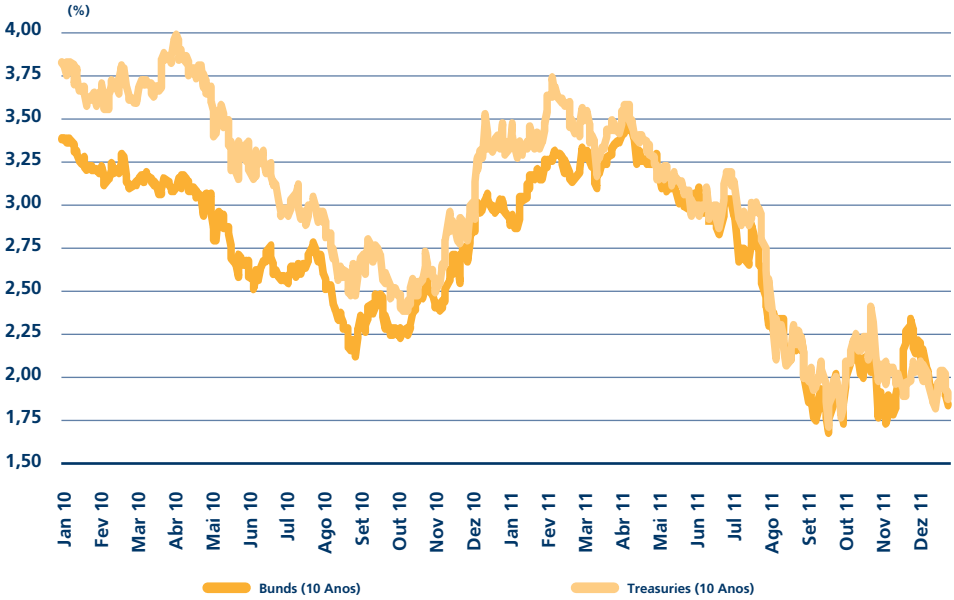
Para além deste principal *driver* e dos já referidos confrontos no Norte de África e Médio Oriente e sismo no Japão, houve outros, alguns dos quais também associados à crise da dívida soberana, e que acabaram por se traduzir numa degradação das perspetivas para o crescimento da economia global, como sendo: *i*) os receios de um *hard landing* das economias emergentes, particularmente da China, em face das medidas contra cíclicas adotadas; *ii*) a dissipação dos estímulos da política monetária às economias ocidentais, com o *quantitative easing II* nos EUA a aproximar-se do seu termo e, sobretudo, com o início do ciclo de aperto da política monetária por parte do BCE, pese embora, em ambos os casos se tenha assistido a uma nova intensificação das políticas expansionistas, sensivelmente no último trimestre do ano. A *Fed* anunciou a compra, até junho de 2012, de 400 mil milhões de dólares de *treasuries* com maturidades entre 6 e 30 anos, os quais serão financiados pela venda de igual montante de *treasuries* de maturidades até 3 anos (operação *twist*).

Por outro lado, como referido anteriormente, o BCE anulou, nos últimos dois meses do ano, as duas subidas da *refi rate* que havia efetuado, recolocando as taxas em níveis mínimos históricos, manifestando claras preocupações para com as perspetivas de crescimento da região na reta final do ano, num contexto de acentuada crise da dívida soberana; *i*) o impasse nas negociações quanto ao aumento do teto da dívida pública norte-americana e os receios de incumprimento da maior economia do mundo; *ii*) o impasse nas negociações sobre os cortes orçamentais a efetuar nos EUA, também já na reta final do ano; *iii*) os cortes de *rating* da dívida pública dos EUA, para além dos efetuados aos países que fazem parte da Zona Euro; *iv*) a interrupção no fornecimento de peças para automóveis e para computadores, em função das cheias na Tailândia, factos que foram particularmente sentidos nos países importadores daqueles componentes, como o Japão e os EUA; *v*) a intensificação dos receios quanto à saúde do sistema financeiro na Europa.

Em relação à **dívida pública de referência**, num ano de aumento da aversão ao risco, assistiu-se a um natural aumento da procura de ativos com menor risco percecionado, com a dívida dos EUA e da Alemanha (*treasuries* e *bunds*) a serem naturalmente beneficiados, observando-se diminuições das respetivas *yields*, que se revelaram mais intensas nos segmentos mais longos das curvas, mas nem sempre evidenciando a mesma tendência. Numa primeira fase as *yields* subiram,

mostrando alguma distância face à crescente pressão em torno da dívida periférica, em que até o *spread* da dívida de Itália e Espanha face à dívida alemã ia diminuindo. Todavia, com o ressurgir das preocupações face à evolução da crise da dívida, nomeadamente perante um agravamento dos receios quanto à entrada em incumprimento da Grécia, recrudesceu a procura de ativos de refúgio, provocando a valorização dos títulos de dívida dos países de referência e consequente queda das *yields*. A *yield* dos *bund* a 10 anos contabilizou uma descida de 113 p.b. em 2011, ao passo que a dos *treasuries* caiu 142 p.b.

EVOLUÇÃO DA RENDIBILIDADE DOS TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA (*BUNDS* E *TREASURIES* A 10 ANOS)

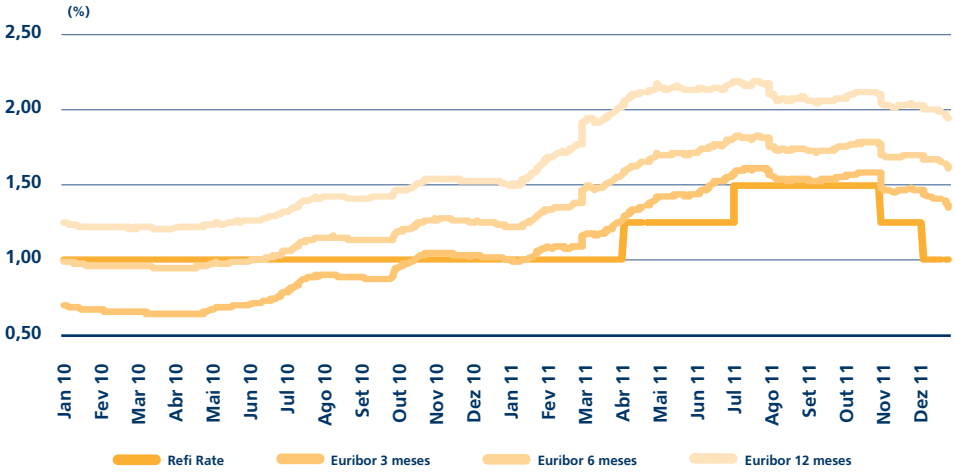


Fonte: *Thomson Reuters*

Assim, as taxas de juro de longo prazo fecharam o ano a incorporar um cenário de recessão ou de crescimento nulo por um período prolongado, semelhante ao que incorporavam no final de 2008.

Nos prazos mais curtos, assistiu-se a uma maior descolagem do comportamento das *yields* entre a dívida alemã e a norte-americana ao longo do ano, refletindo, essencialmente, as expectativas em relação à condução da política monetária nos

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO EURIBOR – ZONA EURO



Fonte: *Thomson Reuters*

espaços do euro e do dólar. Assim, as yields a dois anos dos *treasuries* diminuíram cerca de 35 p.b., espelhando as expectativas de que a *Fed* mantivesse as taxas de juro nos atuais níveis durante largos meses. As *yields* dos *bunds* registaram uma descida mais acentuada (-72 p.b.), mas evidenciando um comportamento intra-anual bastante divergente, em função das mudanças na política monetária da Zona Euro (reduções na *refi rate* de 0,50%). Este comportamento intra-anual foi, naturalmente, também, observável no **mercado monetário interbancário** (MMI) da zona euro, mas com o saldo a traduzir-se num acréscimo de taxas, refletindo o aumento do risco no MMI, com as *Euribor* a subirem em todos os prazos, entre os 35 p.b. e os 44 p.b.

Nos EUA, as taxas *Libor* do dólar aumentaram igualmente nos diversos prazos, entre 28 a 35 p.b., resultando unicamente dos acréscimos nos prémios de risco, já que a *Fed* se ia comprometendo em manter a *fed funds target rate* no seu nível atual (entre 0,0% e 0,25%) nos próximos anos.

A **dívida pública dos chamados países periféricos** foi naturalmente penalizada, mas com evoluções diferentes entre os países, com os *spreads* das *yields* da dívida de Espanha e de Itália a 10 anos a aumentarem comparativamente à alemã, na segunda metade do ano, forçando os respetivos governos a apresentar novas medidas de austeridade.

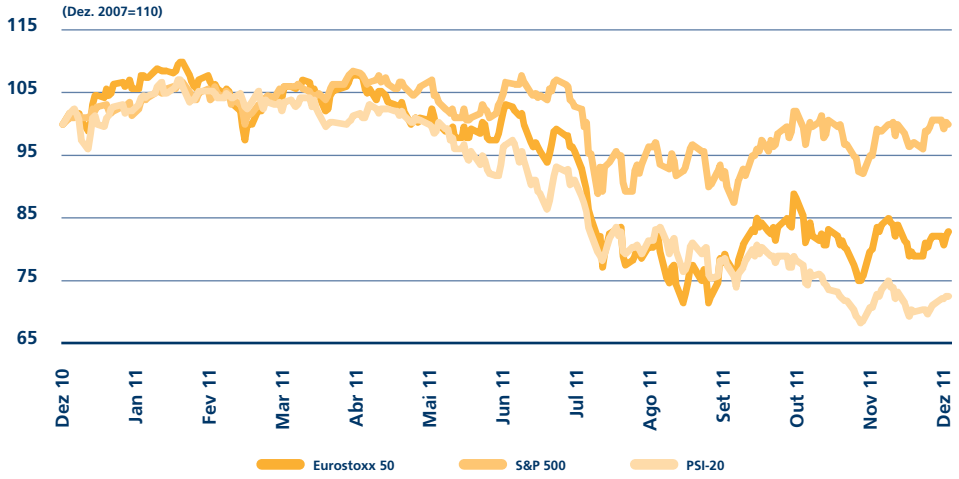
A Itália viu-se bastante mais penalizada, com o respetivo *spread* da dívida a 10 anos a subir 343 p.b. ao longo do ano, que compara com os 77 p.b. de Espanha. A Irlanda foi o país em que o *spread* menos se agravou (+68 p.b.), não obstante ter sido um dos primeiros países (logo após a Grécia) a solicitar assistência financeira internacional, o que se deve ao facto dos principais problemas do país estarem realcionados com a sustentabilidade do sistema financeiro e não com o sobre-endividamento do Estado.

Por sua vez o *spread* da *yield* da dívida grega disparou 2 363 p.b., sobretudo na segunda metade do ano, em paralelo com a hipótese da reestruturação da dívida, que os mercados temiam que também pudesse vir a suceder nos outros países já intervencionados, pelo que o *spread* da dívida portuguesa a 10 anos foi o que registou a 2.ª maior subida, embora mantendo-se a uma grande distância dos da dívida grega, tendo avançado 789 p.b. para 1 153 p.b.

A aversão ao risco por parte dos investidores, evidenciou-se no valor das ações que acabaram por registar quedas nos principais mercados, não obstante a recuperação observada no último trimestre do ano, e com os mercados europeus a serem os mais penalizados pela crise da dívida pública.

Nos EUA observou-se um comportamento misto dos índices acionistas, com o *Dow Jones* a ganhar 5,5%, o *S&P 500* a estagnar e o *Nasdaq* a perder 1,8%. Estes índices valorizaram bastante no 4.º T2011, impulsionados por uma maior resiliência da sua economia na parte final do ano (contrastando com o evidente abrandamento global e contrariando o possível cenário de entrada dos EUA em recessão), bem como com a época de resultados, que foi bastante favorável, com a maioria das empresas americanas a apresentaram resultados acima do previsto.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS



Fonte: *Thomson Reuters*

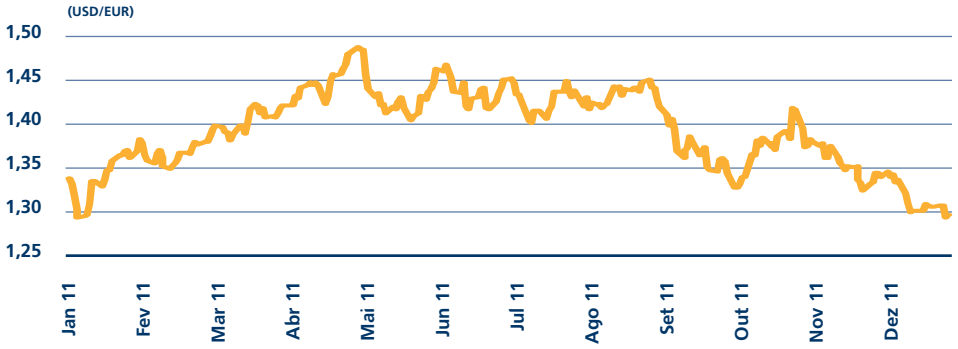
Já na Europa, o *Eurostoxx 50* resvalou 17,1% e o *PSI-20* perdeu 27,6%. Igualmente intensas foram as quedas dos índices das duas maiores economias da região – o *DAX* e o *CAC* desvalorizaram 14,7% e 17,0%, respetivamente, não obstante, o melhor desempenho das economias alemã e francesa, quando comparado com os da restante região. Fora da Zona Euro, o *FTSE-100* foi o que menos caiu (-5,6%).

No mercado da **dívida privada**, a primeira metade do ano permitiu melhorias em alguns segmentos, mas acabaram por ser totalmente revertidas, com os privados a verem as suas dificuldades de financiamento aumentarem devido aos receios relacionados com a crise da dívida soberana e com o abrandamento económico. Assim, o índice *Itraxx 5Y* (5 anos), o índice de referência da Zona Euro para *CDS* (*credit default swaps*) na classe de *investment grade* – cuja liquidez é muito superior à do mercado *spot* e, por isso, constitui o *benchmark* do mercado de crédito, aumentou 69 p.b., em 2011, e o *Itraxx financials 5Y* aumentou 117 p.b. O índice de *speculative grade*, o *Itraxx Cross-over 5Y*, subiu uns mais expressivos 317 p.b.

No **mercado cambial**, o euro evoluiu em função dos desenvolvimentos da crise da dívida soberana, bem como da condução da política monetária por parte do BCE. Neste último caso, o efeito terá sido relativamente neutral, uma vez que a autoridade acabou por inverter a trajetória de subidas de taxas que havia iniciado na primeira metade do ano.

O euro terminou o ano com um registo de perdas anuais face às três principais divisas (-3,0% face ao dólar, -2,5% face à libra e -8,1% face ao iene), que resultaram somente da segunda metade do ano, período durante o qual a incerteza subiu significativamente. Refletindo o comportamento de desvalorização ao longo do 2.º semestre (-10,7% face ao dólar, -7,5% face à libra e -14,7% face ao iene), o euro terminou o ano a evidenciar níveis mínimos de um e 11 anos face às moedas norte-americana e nipónica, respetivamente.

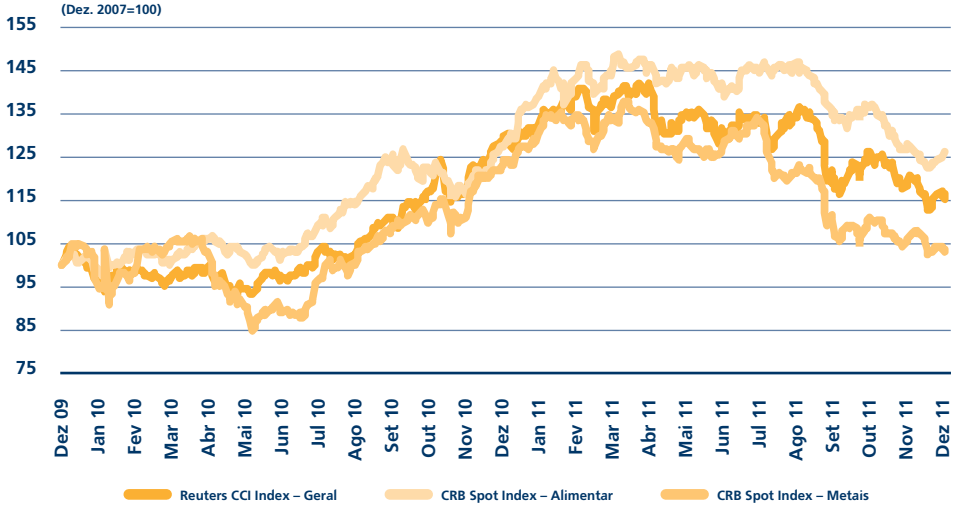
EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO EURO FACE AO DÓLAR



Fonte: *Thomson Reuters*

Finalmente, as ***commodities*** evoluíram em linha com as oscilações no sentimento de mercado, e igualmente bastante condicionadas pelos avanços e recuos registados no capítulo da crise da dívida pública, mas com algumas exceções, já referidas, como o petróleo e o ouro. No total do ano, os índices compósitos ***Reuters/Jefferies CRB*** e ***S&P GSCI*** registaram comportamentos opostos, com o primeiro a evidenciar uma forte queda de 8,3% e o segundo a conseguir valorizar 2,1%.

EVOLUÇÃO DE ÍNDICES DE *COMMODITIES*



Fonte: *Thomson Reuters*

A generalidade das *commodities* apresentou também um comportamento distinto ao longo do ano, evidenciando uma tendência ascendente até ao final de abril, impulsionadas pelos dados macroeconómicos positivos e pela diminuição da oferta de algumas mercadorias, devido ao desastre vivido no Japão e aos conflitos no Médio Oriente e Norte de África.

Estes ganhos começaram a ser invertidos no início de maio, registando-se fortes perdas à medida que o mercado ia descontando o efeito das expectativas em relação a um abrandamento da economia global. No final do primeiro semestre, os receios em relação ao contágio de um incumprimento da Grécia alastraram-se ao mercado das *commodities*, algo que acabou por se observar, sensivelmente, ao longo de toda a segunda metade do ano, designadamente quando a apreensão se alastrou igualmente às economias core da região.

A penalizar os preços esteve também a desaceleração da China, o maior consumidor mundial de grande parte das mercadorias, e que atingiu sobretudo os **metais de base** (-20,9%).

Seguiram-se as **agrícolas** (-15%), evidenciando uma correção face às fortes subidas do ano anterior. Por seu lado, as **energéticas** valorizaram 8,8%, tendo em Nova Iorque o ***WTI crude*** avançado 8,2%, para 98,8 dólares, ainda assim bem menos do que o ***brent***, em Londres, que subiu 13,3%, para 107,4 dólares.

O **ouro** valorizou 10,2% (atingindo máximos históricos e uma impressionante série de 11 anos de ganhos), beneficiando do seu estatuto de ativo de reserva internacional, tendo sido também impulsionado pelo adensar da crise da dívida soberana, levando a classe de **metais preciosos** a subir 7,2%, não obstante a queda (-9,8%) da **prata**.

ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

O Programa de Assistência Financeira a Portugal contemplou um pacote de medidas que visam promover a consolidação das Finanças Públicas portuguesas, na sequência do qual foram refletidas no Orçamento de Estado para 2012 medidas de aumento generalizado da carga fiscal, de combate à evasão fiscal e de congelamento dos benefícios fiscais.

Em sede de IRS foi aprovado um aumento das taxas de tributação sobre o rendimento de Mais-Valias (21%), rendimentos Prediais (16,5%) e limitações na generalidade das deduções à coleta incluindo despesas com Prémios de Seguro de Saúde e encargos com Empréstimos à Habitação, bem como a eliminação total das deduções nos 2 últimos escalões.

As principais medidas de aumento da tributação sobre as empresas centraram-se na prorrogação da contribuição sobre o setor bancário até 2012, na taxa adicional de solidariedade aplicada a empresas com lucros elevados e na restrição dos benefícios fiscais, como a perda de isenção de IRC das «entidades anexas» a IPSS.

O Programa de Assistência Financeira define metas de desalavancagem, de reforço do capital e da liquidez no sistema financeiro, em particular do setor bancário.

Para corporizar estas metas foi exigida a elaboração de um *Funding & Capital Plan* aos 8 maiores grupos bancários, para vigorar até 2015, impondo objetivos de redução do rácio de crédito sobre os depósitos (rácio de alavancagem) para 120%, de obtenção de um rácio de fundos estáveis sobre o ativo de 100%, ambos a concretizar até final de 2014, de redução do recurso ao refinanciamento junto do Banco Central Europeu e de aumento do rácio de solvabilidade *Core Tier*1 para um mínimo de 9% até final deste ano, e de 10% para final de 2012 e anos seguintes, conforme disposição publicada no Aviso n.º 3/2011 do Banco de Portugal.

Ainda no âmbito do *Funding & Capital Plan* e, por forma a melhorar a comparabilidade e transparência da informação relativa à qualidade do crédito, atendendo às melhores práticas internacionais neste domínio, foi publicado pelo Banco de Portugal o Aviso n.º 23/2011, o qual define o rácio de Crédito em Risco como um indicador de Qualidade do Crédito, de divulgação obrigatória, por parte das Instituições de Crédito.

Para além dos planos de financiamento e de capital, o Programa de Assistência Financeira a Portugal impôs a realização de um Programa Especial de Inspeções (SIP) aos bancos, repartido em 3 fases, destinado a avaliar a qualidade das carteiras de crédito, o cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito e o método e modelos dos testes de *stress*. As conclusões apresentadas no final de dezembro de 2011 relativas às duas primeiras fases do SIP demonstraram, em termos gerais, uma boa resiliência e solidez financeira do sistema bancário português.

No pacote de medidas dirigidas ao setor financeiro destaca-se também o aumento do valor da garantia do Estado para emissões obrigacionistas, para 35 mil milhões de euros, e o reforço do mecanismo de recapitalização dos bancos para 12 mil milhões de euros, através da Lei n.º 48/2011. Já em 2012 foi publicada a Lei n.º 4/2012, a qual redefine as regras de acesso ao plano de recapitalização estatal por parte das Instituições de Crédito, anteriormente explicitadas na Lei n.º 63-A/2008.

A nível nacional salienta-se, também, o acordo estabelecido entre o setor bancário e o Estado Português para a transferência dos fundos de pensões dos trabalhadores bancários para o regime geral da Segurança Social, o qual se encontra legislado pelo Decreto-Lei n.º 127/2011, como forma de ser atingida a meta de défice orçamental para 2011. Neste âmbito, ficou também acordado que as Instituições de Crédito poderão diferir, até 30 de junho de 2012, o impacto prudencial em fundos próprios e em requisitos de fundos próprios dessa transferência, conforme o disposto no Aviso n.º 1/2012 do Banco de Portugal.

A nível europeu, destaca-se o pacote de medidas anunciado pelo BCE, em dezembro de 2011, visando apoiar a liquidez no mercado monetário interbancário da Zona Euro e as decisões das Cimeira Europeia de 26 outubro de 2011 relativas ao *hair-cut* aplicado à dívida grega e ao reforço do Fundo de Europeu de Estabilidade Financeira, bem como a imposição aos bancos sujeitos aos testes de stress promovidos pela *European Banking Authority* (EBA) terem de refletir nas suas demonstrações financeiras as exposições à dívida soberana a preços de mercado e atingir um rácio de 9% em junho de 2012, tendo em Portugal esta medida sido regulamentada no Aviso N.º 5/2012 do Banco de Portugal.

4. Perfil do Grupo Montepio

4.1. SÍNTESE DO DESEMPENHO DE 2011

Decorrente da aquisição do Grupo Finibanco Holding, SGPS, em Dezembro de 2010, pela Associação Mutualista Montepio Geral (AM), o Grupo Montepio foi reforçado com 7 instituições (Finibanco Vida, Finimóveis, Finisegur, Finibanco SA, Finicrédito, SA, Finivalor e Finibanco Angola), tendo observado um significativo alargamento e diversificação das suas atividades e mercados em 2011. Como se pretendia, essa aquisição permitiu expandir a ação da Associação Mutualista e obter um perfil de atividades financeiras e bancárias mais abrangentes e diversificadas.

Apesar do contexto desfavorável e muito exigente, o desempenho em 2011 veio comprovar as capacidades de resiliência e de adaptação do Montepio, ultrapassando os desafios que lhe foram colocados e cumprindo as condições e os requisitos extraordinários que lhe foram impostos.

Os principais indicadores de desempenho encontram-se explicitados no quadro de indicadores globais, que traduzem como principais destaques da evolução da AM em 2011:

- **Em termos de dimensão**, o aumento do Ativo Líquido em 4%, atingindo 2 869 milhões de euros. O Capital Próprio evidenciou uma evolução positiva de 5 milhões de euros, devido aos Fundos Próprios e às Reservas Legais. O aumento em 7,3% da base de Associados que atingiu 497 420.
- **No domínio dos resultados** assinala-se a significativa expressão dos Resultados do Exercício, de 58,2 milhões de euros, que possibilitaram o aumento do nível de rendibilidade do ativo (Resultados do Exercício sobre Ativo Líquido Médio) para 2,06%.
- **Quanto à solidez**, verificou-se a preservação do nível de cobertura das responsabilidades pelos fundos, reservas e provisões matemáticas em 1,15.

Com a aquisição pela Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) à AM, em 31 de março de 2011, da totalidade do capital do Finibanco Holding, SGPS, englobando o Finibanco, SA, a Finicrédito, SA, a Finivalor e o Finibanco Angola, verificou-se uma assinalável extensão do perímetro de consolidação contabilística da CEMG, da sua esfera de atuação e da sua presença internacional.

A integração na CEMG dos 174 balcões e dos ativos (2 625,2 milhões de euros de crédito a clientes) e passivos (2 315,2 milhões de euros de depósitos de clientes) do Finibanco, SA, na sequência da operação de trespasse realizada em 4 de abril de 2011, possibilitou o aumento do seu património comercial e financeiro, traduzido no acréscimo de clientes, na maior dimensão do balanço, e na diversidade de segmentos e operações. Os trabalhos de integração, iniciados em abril, concluíram-se em novembro, de acordo com o calendário e o projeto definidos, tendo envolvido praticamente todas as áreas da instituição, num esforço coletivo exemplar, de grande escala, complexidade e exigência.

Para além dos trabalhos de integração do Finibanco, SA, a CEMG teve de desenvolver outros trabalhos de natureza extraordinária, em condições muito exigentes, no quadro dos requisitos impostos, aos oito maiores grupos bancários, pelo Programa de Assistência Financeira (PAF) a Portugal. Tais trabalhos culminaram, em 2011, na avaliação, por entidades externas independentes, sob orientação do Banco de Portugal, da qualidade da carteira de crédito e adequação do nível de imparidades e do cálculo dos requisitos de capital e, já em 2012, na validação dos parâmetros e métodos de elaboração dos exercícios de stress test, no quadro dum programa especial de inspeções – *Special Inspections Program* (SIP). Os resultados dessas avaliações foram satisfatórios para a CEMG, na medida em que as imparidades globalmente constituídas são adequadas e o nível de solvabilidade está corretamente apurado e acima do exigido.

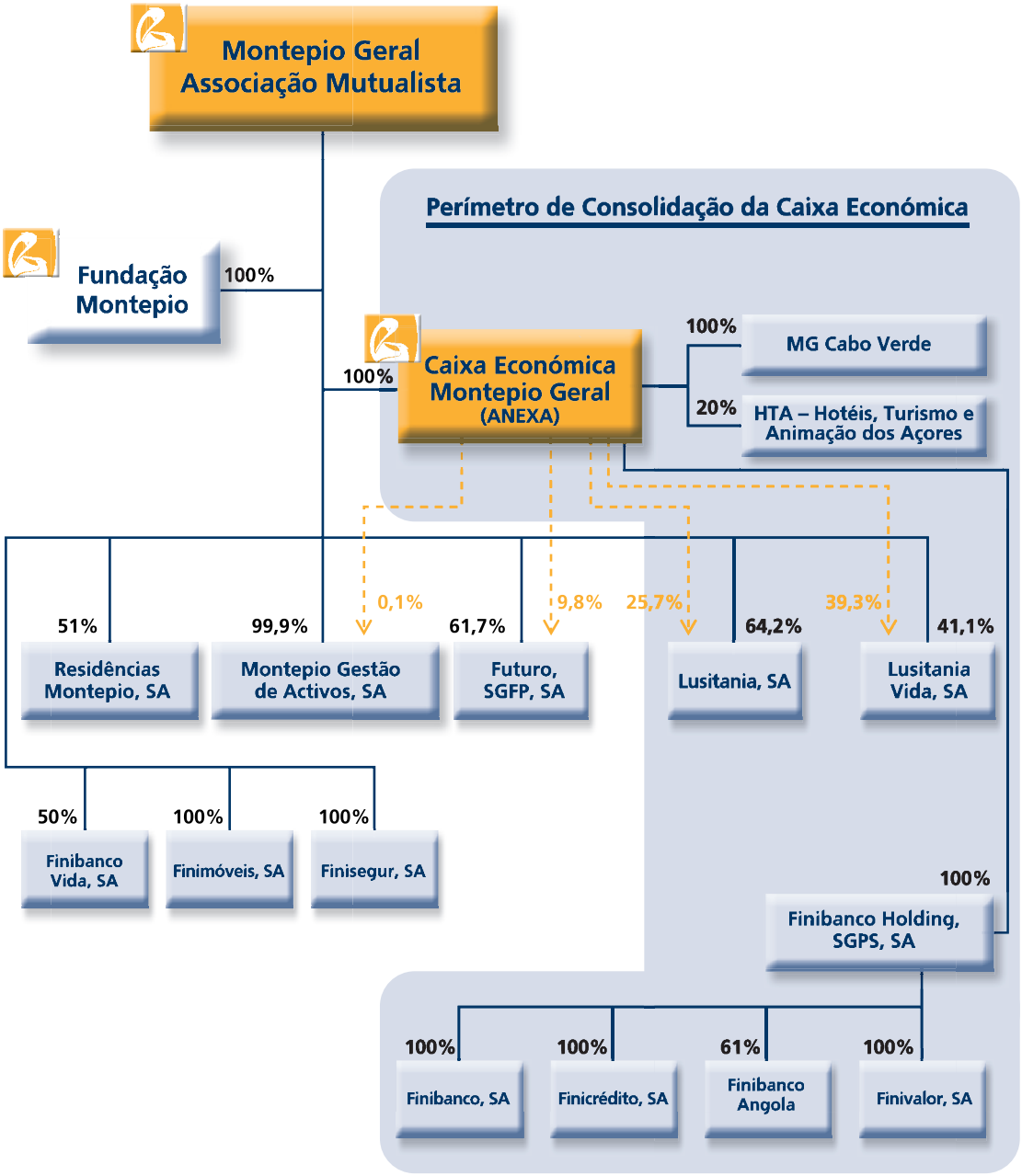
Ainda no quadro das medidas extraordinárias decorrentes do PAF, é de referir a transferência do Fundo de Pensões para a Segurança Social, no respeitante às responsabilidades com pensões já em pagamento, ocorrida em 30 de dezembro de 2011, a qual teve um impacto nos Resultados de -14,1 milhões de euros.

Como facto relevante do ano há ainda a referir a alteração do estatuto fiscal da CEMG em sede de IRC, na sequência da publicação da Lei n.º 64-B/2011 do Orçamento do Estado para 2012, que determinou a perda de isenção de IRC na qualidade de entidade anexa de IPSS.

Do desempenho consolidado obtido pela CEMG assinalam-se como significativos os aspetos seguintes:

- **Na atividade**, a dimensão atingida pelo Ativo Líquido de 21 495 milhões de euros, de que se salienta a carteira de crédito de 17 410 milhões de euros, para o que concorreram os valores integrados do Finibanco, SA e os consolidados da Finibanco Holding, SGPS.
- **Os depósitos totais** ascenderam a 13 609 milhões de euros, os quais, expurgando o contributo da carteira transferida do Finibanco, registaram um significativo acréscimo de 12,7%.
- **A liquidez** de natureza estrutural, traduzida pelo rácio de alavancagem, ou seja pela proporção do crédito face aos depósitos, melhorou significativamente, de 148,12% para 124,05%, em rápida aproximação à meta de 120% imposta no PAF para 2014.
- **Os recursos próprios** evidenciam o aumento do capital institucional, nomeadamente em 100 milhões de euros, no passado dia 29 de dezembro, perfazendo 1 259 milhões de euros.
- **Os rácios de crédito vencido** aumentaram, evidenciando as dificuldades resultantes da crise, tendo o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias atingido 3,99%. Salienta-se, contudo, a maior cobertura do crédito vencido por provisões para 111,04%.
- **A eficiencia** da atividade recorrente, que exclui os custos extraordinários com a integração do Finibanco, Fundo de Pensões e reformas antecipadas, num total de 48,4 milhões de euros, situou-se nos 56,8%.
- **A Margem Financeira** aumentou 17,6%, obtendo um montante de 319 milhões de euros.
- **O Produto Bancário** ascendeu a 565 milhões de euros, +33,7% do que em 2010.
- **O Resultado Líquido** consolidado do exercício de 2011 atingiu 45 milhões de euros, significando apenas menos 6,4 milhões de euros do que em 2010 (-12,4%).
- **A solidez financeira** da CEMG foi reforçada, em linha com as exigências deste período de agravamento dos riscos e das dificuldades. O rácio de solvabilidade passou de 12,9% para 13,5% e o rácio *Core Tier* 1 atingiu 10,2%, valor acima do exigido pelas autoridades para dezembro de 2011 e ao nível das exigências futuras.

GRUPO MONTEPIO



4.2. INDICADORES GLOBAIS

(milhares de euros)

INDICADORES	2009	2010	2011
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA			
• DIMENSÃO / ATIVIDADE			
Ativo Líquido	2 609 777	2 759 348	**2 868 652**
Capital Próprio (Fundos Próprios, Reservas e Resultados)	403 105	410 645	**415 631**
Associados (Unidades)	442 091	463 390	**497 420**
Pensionistas (Unidades)	7 039	7 287	**7 627**
• RENDIBILIDADE			
Resultado do Exercício	42 533	54 393	**58 157**
Cash Flow do Exercício	50 853	60 645	**72 917**
Resultado do Exercício / Ativo Líquido Médio	1,63%	2,04%	**2,06%**
• COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES			
Fundos, Reservas e Provisões Matemáticas / Provisões para Riscos e Encargos	1,16	1,15	**1,15**
• COLABORADORES (Unidades)	86	87	**86**
CAIXA ECONÓMICA (a)			
• DIMENSÃO / ATIVIDADE			
Ativo Líquido	17 244 767	18 249 290	**21 495 390**
Recursos Próprios (Capital, Reservas e Resultados)	986 214	995 478	**1 259 488**
Total do Crédito a Clientes	15 143 916	15 040 645	**17 410 344**
Depósitos Totais	9 175 941	10 021 794	**13 608 555**
• RENDIBILIDADE			
Resultado do Exercício	44 476	51 407	**45 029**
Produto Bancário / Ativo Líquido Médio	2,63%	2,36%	**2,65%**
Cash-Flow / Ativo Líquido Médio	1,32%	1,10%	**1,11%**
Resultado antes de Impostos / Ativo Líquido Médio (b)	0,26%	0,29%	**0,15%**
Resultado antes de Impostos / Capitais Próprios Médios (b)	4,72%	5,18%	**2,81%**
Resultado do Exercício / Ativo Líquido Médio (ROA)	0,26%	0,29%	**0,21%**
Resultado do Exercício / Capitais Próprios Médios (ROE)	4,72%	5,18%	**3,87%**
• QUALIDADE DO CRÉDITO			
Rácio de Crédito Vencido a mais de 3 meses	3,36%	3,24%	**3,99%**
Rácio de Crédito com incumprimento (b)	3,97%	3,83%	**4,73%**
Imparidade de Crédito Total / Crédito e Juros Vencidos a mais de 3 meses	97,20%	107,20%	**111,04%**
Crédito em Risco / Crédito Total (b)	5,59%	5,09%	**8,05%**
• EFICIÊNCIA			
Gastos Operacionais / Ativo Líquido Médio	1,46%	1,38%	**1,73%**
Gastos Operacionais / Produto Bancário (*cost to income*) (b)	55,02%	58,68%	**65,35%**
Gastos Operacionais / Produto Bancário (*cost to income*) (c)	–	–	**56,77%**
• LIQUIDEZ			
Rácio de Alavancagem (d)	162,20%	148,12%	**124,05%**
Ativos Elegíveis para Refinanciamento junto do BCE	1 626 265	3 433 820	**2 991 055**
• SOLVABILIDADE			
Rácio de Solvabilidade	12,8%	12,9%	**13,5%**
Tier 1	9,1%	9,1%	**10,2%**
Core Tier 1	9,2%	9,3%	**10,2%**
• REDE DE DISTRIBUIÇÃO E COLABORADORES (Unidades)			
Balcões Rede Doméstica	326	329	**499**
Balcões Rede Internacional – Angola	–	–	**8**
Escritórios de Representação	6	6	**6**
Colaboradores Atividade Doméstica	2942	2896	**3910**
Colaboradores Atividade Internacional – Angola	–	–	**119**

(a) Os dados de 2011 incluem a Finibanco Holding SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.
(b) De acordo com a Instrução n.º 23/2011, do Banco de Portugal.
(c) Sem considerar gastos não recorrentes (transferência do Fundo de Pensões, reformas antecipadas, integração do Finibanco e SIP).
(d) Rácio calculado de acordo com a definição para efeito do objetivo fixado pelo Banco de Portugal.

4.3 PRIORIDADES ESTRATÉGICAS

Para fazer face à situação de austeridade e agravamento da recessão económica, à crise dos mercados de dívida soberana e monetários e a maiores e extraordinárias exigências prudenciais, as prioridades estratégicas do Grupo Montepio em 2011 centraram-se:

- Nas medidas de mitigação dos impactos da crise e do aumento dos custos do risco, principalmente de mercado e de crédito;
- Nas ações de reforço da liquidez, da solvabilidade e da solvência;
- No aumento da eficiência pelo potencial de sinergias.

A conjuntura de maiores riscos tem vindo a exigir um total alinhamento estratégico das diversas entidades com as finalidades mutualistas do Montepio e maior aprofundamento e operacionalização das linhas de atuação definidas, assentes num crescimento sustentado e diversificado, por via da aquisição do Grupo Finibanco.

A Visão Estratégica do Grupo Montepio, como o «*Maior Grupo Financeiro Mutualista dinamizador da Economia Social em Portugal*» assente nos princípios da solidariedade e sustentabilidade e em elevados níveis de profissionalismo, traduz-se na maior centralidade e prioridade atribuída à Associação Mutualista (AM) e ao seu crescente protagonismo no setor da economia social. É de realçar a atualidade e grande oportunidade dos seus valores e finalidades, na supressão de necessidades de previdência complementar e da oferta de serviços e equipamentos sociais, preenchendo, assim, diversas lacunas da oferta nessas áreas, o que contribui para o seu reconhecimento como agente essencial para o desenvolvimento e modernização do mutualismo.

No cumprimento das orientações estratégicas, a AM continuou a reforçar, em 2011, o seu papel de maior associação nacional promotora e gestora de regimes complementares de segurança social, continuando a atribuir especial atenção à captação de novos associados, ao estreitamento das relações associativas e ao crescimento diversificado das suas receitas em quotas e capitais.

A reformulação da carteira de oferta e a criação de novas modalidades mutualistas, a política de benefícios complementares, a nível de condições preferenciais na aquisição de diversos bens e serviços, com base na rede de protocolos estabelecida por todo o país, tem permitido uma resposta adequada e dinâmica às necessidades dos associados, que se reflete no crescimento obtido.

MARCA MONTEPIO

Em 2011, a marca Montepio voltou a ser eleita «Marca de Excelência em Portugal» pela ***Superbrands***, organização internacional independente que se dedica à promoção de marcas de excelência em 85 países.

O Montepio conquistou o 1.º lugar no ***European Satisfaction Index* 2010** da Associação Portuguesa para a Qualidade e Instituto Português da Qualidade (Ministério da Economia e Emprego).

O estudo ***RepTrak™* Pulse 2011**, desenvolvido pelo ***Reputation Institute (RI)***, atribuiu ao Montepio, entre 208 instituições financeiras, a 56.ª posição do ranking global.

Ainda no âmbito da reputação da Marca, o Montepio é considerado pelos clientes e não clientes particulares o banco com melhor perceção ao nível dos Produtos e Serviços, Governo de Sociedade e Responsabilidade Social.

Também a boa reputação da marca e a confiança que os associados depositam na instituição e no grupo, alicerçada no reforço da sua política de sustentabilidade, em especial no seu perfil de gestão prudente e conservadora constituem aspetos estratégicos motivadores do desempenho alcançado.

Continuaram prioritárias as medidas de gestão integrada de balanço no sentido de preservar a solidez da AM, bem como a melhoria do sistema de controlo interno, a par da contínua modernização e otimização dos sistemas transacionais, em particular nos interfaces com as empresas do Grupo, aproveitando o elevado potencial dos respetivos clientes.

Na Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) a agenda estratégica de 2011 foi marcada pela operação de aquisição à AM da totalidade do capital da Finibanco, Holding, SGPS, SA, com o trespasse dos ativos e passivos do Finibanco SA, em abril, e os trabalhos subsequentes de integração, nomeadamente da rede de balcões, e, sobretudo a partir da segunda metade do ano, pelos trabalhos no âmbito do *Funding & Capital Plan – plano de financiamento e capital* solicitado aos oito principais grupos bancários nacionais, no quadro do Programa de Assistência Financeira (PAF) ao país.

A aquisição da Finibanco Holding, SGPS, SA permitiu aumentar a dimensão do Grupo e particularmente do balanço da CEMG, com o alargamento do seu perímetro de consolidação às entidades: Finibanco SA, Finicrédito, Finivalor e Finibanco Angola, possibilitando diversificação de atividades, de mercados e acesso a novas áreas geográficas, com maior abrangência comercial, acréscimo da rede de distribuição e novas condições de funcionamento, em linha com as orientações estratégicas.

No quadro do PAF foram impostas, a partir do segundo semestre, restrições ao crescimento da atividade em termos consolidados, reforço dos níveis de liquidez, elevados requisitos de solvabilidade, para cobrir riscos crescentes e mais abran-

gentes, medidas de avaliação da qualidade dos ativos e das suas métricas e métodos de medição dos requisitos de capital, para além do aumento do escrutínio e da supervisão *in site*. Essas imposições foram corporizadas no *Funding and Capital Plan* para vigorar desde o segundo semestre de 2011 até 2015, o qual foi submetido às autoridades, em junho de 2011, e tem vindo a ser controlado e revisto, numa base trimestral, como previsto.

Apesar destas exigências não comprometerem a visão de longo prazo e o sentido de evolução previsto para a CEMG, a qual já tinha iniciado, em 2008, um processo gradual de desalavancagem e de redução da exposição aos mercados financeiros, as metas impostas para a desalavancagem comercial, para o aumento dos recursos estáveis no balanço e para a redução ao refinanciamento junto do BCE, determinaram o reajustamento dos objetivos e de algumas orientações estratégicas da Caixa Económica.

Neste quadro e no decurso das contingências de gestão da atual crise económica e financeira, definiram-se 8 Linhas de Orientação Estratégica para a Caixa Económica, que para além de se focarem no cumprimento das metas referidas, têm também em vista a preservação da sua competitividade e o seu desenvolvimento sustentável.

Desalavancar a atividade – no sentido de reduzir o *gap* comercial, ou seja, a diferença entre o saldo da carteira de crédito vis a vis a carteira de depósitos de clientes, prosseguindo o processo iniciado em 2008, de redução gradual do crédito total no segmento hipotecário a favor das operações de diversificação.

Prosseguir a diversificação da atividade – por via da redução da exposição ao setor imobiliário e do crescimento do crédito aos setores produtivos considerados estratégicos, nomeadamente às micro e PME associadas aos mercados de exportação, que contribuam para melhorar o perfil das contas externas e para o novo paradigma de crescimento do país. Pretende-se, ainda, diversificar os riscos da atividade através da expansão para mercados não domésticos, designadamente em Angola, onde se identificam oportunidades de crescimento e de criação de valor, permitindo atenuar os impactos da retração da atividade doméstica.

Reduzir o *funding* do BCE e dos mercados financeiros – esta redução responde não só às orientações mandatórias do PAF e da atual conjuntura de restrição no acesso ao *funding* externo, como aos desígnios estratégicos anteriormente definidos, através do aumento da captação de depósitos de clientes, aproveitando alguma maior propensão à poupança, o alargamento dos canais de distribuição, o valor e reputação da marca e o perfil institucional de *savings bank* da CEMG.

Prosseguir a captação de associados – e aumentar a retenção dos seus capitais, através da transformação dos clientes em associados e do reforço da comunicação externa em torno da singularidade do Montepio enquanto instituição mutualista e de poupança, orientada para a proteção de riscos e contingências, designadamente de previdência complementar.

Prosseguir a recuperação do crédito vencido – no quadro de um novo processo, que conta com uma nova estrutura autónoma especializada, e prosseguir com a melhoria da gestão dinâmica e preventiva do risco de crédito, dando continuidade aos trabalhos no domínio da originação do crédito e das ferramentas de acompanhamento.

Aumentar as comissões e reforçar a proatividade na gestão das margens – dinamizando as atividades de prestação de serviços e de apoio às empresas geradoras de comissões, através da adequação do preçário, em função do envolvimento comercial com o cliente e da redefinição da política de comissões em função do risco cliente. Em termos de gestão das taxas continuar-se-á a dar especial relevância estratégica à política de *price risk adjusted* e ao ajustamento dos prazos de refixação de taxas do crédito às taxas do *funding*.

Reduzir os custos operacionais – através de racionalização e automatização de processos e obtenção de poupanças de sinergias, por maior integração e otimização de funções, permitindo maior eficácia e a geração de resultados.

Aumentar o rácio *Core Tier* 1 – de modo a satisfazer os requisitos impostos no PAF para cobrir maiores níveis de risco decorrentes do contexto e consolidar a atual situação confortável da Caixa Económica neste rácio prudencial, para o que deverá contribuir o reforço do capital institucional e a diminuição dos requisitos de capital resultante do processo de desalavancagem.

4.4. RECURSOS HUMANOS

A aquisição do Finibanco Holding, SGPS, SA, e o consequente processo de integração dos colaboradores do Finibanco, SA na Caixa Económica, bem como a dinâmica de reorganização das equipas, dominaram a gestão dos Recursos Humanos em 2011.

Neste contexto, a harmonização de comportamentos e atitudes com os valores institucionais e estratégicos definidos, o alinhamento de valores intra e interempresas do Grupo Montepio, a gestão da mudança e a promoção da formação foram os eixos estratégicos dessa gestão.

Com um universo mais alargado de instituições, o Grupo Montepio contava em 31 de dezembro de 2011, com um quadro de pessoal de 5 365 colaboradores. Deste número, 73% estavam afetos à Caixa Económica (3 910 colaboradores), perfazendo 75%, se contemplarmos os 86 colaboradores afetos à Associação Mutualista. Seguiu-se a Lusitania – Companhia de Seguros com 12% do total de colaboradores do Grupo (656 colaboradores) e as Residências Montepio com cerca de 7% (364 colaboradores).

Não obstante o aumento do quadro de colaboradores, o indicador do número de colaboradores por balcão obteve uma evolução favorável, tendo passado de 8,8 para 7,8, em resultado da integração da rede de balcões do Finibanco.

A integração do Finibanco, SA conduziu ao aprofundamento do processo de reorganização dos Recursos Humanos do Montepio (AM e CEMG) iniciado em 2009. Esse processo refletiu-se, em 2011, na entrada de 1 336 colaboradores, na sua maioria provenientes do Finibanco, e na saída de 323 colaboradores, dos quais 142 devido a processos de reforma.

Ao nível das restantes empresas do Grupo destaca-se os acréscimos de 89 colaboradores nas Residências Montepio e 11 colaboradores na Lusitania Companhia de Seguros.

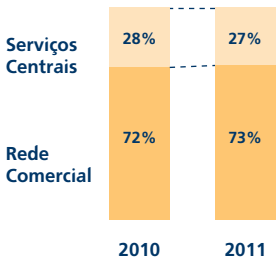
COLABORADORES DO GRUPO MONTEPIO* (N.º)

	2010	2011	Variação		Peso
			N.º	%	
Quadro Total do Grupo	**5 528**	**5 365**	**-163**	**-2,9**	**100,0%**
Associação Mutualista	87	86	-1	-1,1	1,6%
Caixa Económica	2 896	3 910	1 014	35,0	72,9%
Lusitania	645	656	11	1,7	12,2%
Lusitania Vida	30	28	-2	-6,7	0,5%
Finibanco Holding	1 551	279	-1 272	-82,0	5,2%
Montepio Gestão de Ativos	13	11	-2	-15,4	0,2%
Futuro	31	31	0	0,0	0,6%
Residências Montepio	275	364	89	32,4	6,8%
N.º Balcões (CE)	329	499	170	51,7	
N.º Colaboradores / N.º Balcões (CE)	8,8	7,8			

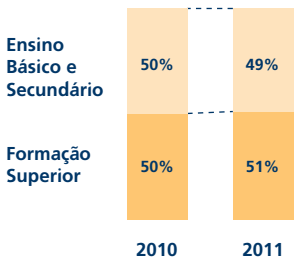
A integração dos colaboradores do Finibanco, a par da dinamização da mobilidade interna culminou num aumento da expressão de colaboradores afetos à Rede Comercial (73%), enquanto que a passagem à situação de reforma de colaboradores pertencentes a faixas etárias mais elevadas permitiu um reforço gradual da população com habilitações ao nível do Ensino Superior (51%), que compreende colaboradores licenciados, com mestrado, com pós-graduação e doutorados, no conjunto da Associação Mutualista e da Caixa Económica.

DISTRIBUIÇÃO DO QUADRO DE COLABORADORES

Por Tipo de Colocação



Por Tipo de Qualificação



Em 2011, prosseguiu a atividade formativa no sentido de assegurar a capacitação dos colaboradores para um nível de resposta adequado às exigências das suas funções e ao desenvolvimento de competências comerciais e de produtos. Para além do incremento das aptidões decorrentes de obrigações legais e regulamentares, a formação ministrada incidiu em conteúdos de Operações e Técnicas Bancárias e de Economia Social, com realce para as temáticas mutualistas.

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO

	2010	2011
N.º Horas Formação	85 763	86 142
N.º Participações	15 317	19 761
N.º Colaboradores Abrangidos	2 821	4 216
Investimento Formação	310 mil euros	285 mil euros

Uma rigorosa maximização dos recursos e das tecnologias existentes, proporcionou um incremento do número de horas ministrado, assim como um assinalável crescimento do número de participações, com decréscimo do investimento total em formação.

Foram abrangidos 4 216 participantes, o que representa uma envolvência de 98% do número médio de colaboradores da AM e da CEMG ao longo do ano de 2011, tendo as metodologias adotadas variado entre a formação *e-learning* (84%), a presencial (9%) e formação *on-the-job* (7%).

4.5 PRESENÇA GEOGRÁFICA E REDE DE DISTRIBUIÇÃO

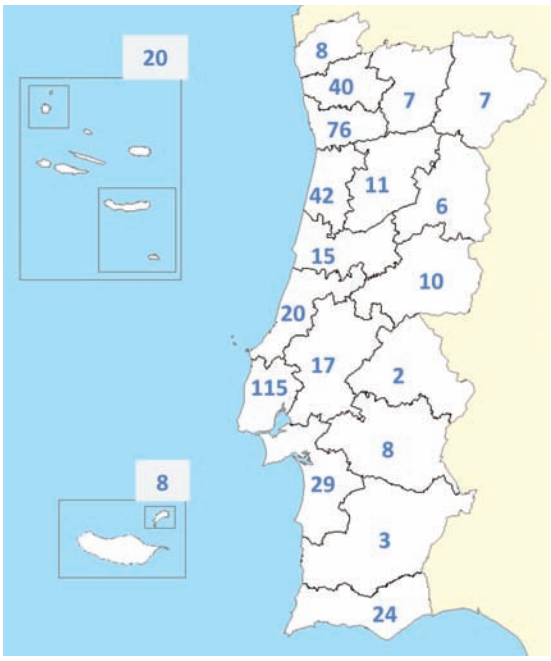
A aquisição da Finibanco Holding, SGPS permitiu ao Montepio ampliar a sua rede de canais de distribuição em Portugal e alargar a presença a mercados internacionais, nomeadamente para Angola.

A nível doméstico, o Montepio detinha uma rede de 329 balcões no final de 2010 aos quais se juntaram 174 balcões da rede ex-Finibanco. Durante um processo de otimização da rede de balcões em sobreposição crítica e racionalização em algumas zonas do país, encerraram-se 4 balcões até ao final de 2011. Em Janeiro de 2012 foram encerrados mais 31 balcões, resultando num total de 468 balcões ativos.

A representação internacional do Montepio foi reforçada, passando a englobar 8 balcões localizados em Angola, através da aquisição do banco Finibanco Angola, os quais se juntaram aos 6 Escritórios de Representação junto de comunidades portuguesas residentes no estrangeiro e à Instituição Financeira Internacional localizada em Cabo Verde.

Salienta-se ao nível da atividade do Grupo Montepio a crescente dimensão da rede de canais de distribuição da atividade seguradora, que englobava, no final de 2011, 4 298 mediadores ligados, agentes e corretores de seguros da Lusitania e 1 620 mediadores da Lusitania Vida.

REDE DE BALCÕES MONTEPIO



Rede de Balcões em dez 2010	329
Rede de Balcões em jan. 2012	468

Escritórios Representação	6
Alemanha	Frankfurt
Suiça	Genéve
Reino Unido	London
Estados Unidos América	Newark
França	Paris
Canadá	Toronto

Outras Representações no Exterior	
Finibanco Angola	8 Agências
Cabo-Verde – IFI	

Em 2011, procedeu-se a uma reestruturação das redes de distribuição especializada, passando a contar-se com 7 redes de Banca de Relação, especializando-se o acompanhamento comercial nos segmentos de atividade considerados estratégicos para o Montepio, através de gestores de clientes.

Para o segmento das Empresas e Institucionais criaram-se 3 redes de gestores: Institucionais (2 Gestores), Grandes Empresas (7 Gestores), PME (58 Gestores) e Pequenos Negócios (118 Gestores). Para os segmentos de Particulares, 2 redes: Rede *Top Premium*, integrando a rede *Private* do ex-Finibanco, com 7 Gestores, e a Rede *Premium*, direcionada para o segmento *Aflluent*, com 175 Gestores. Incrementou-se, ainda, o número de gestores da rede do Terceiro Setor (10 Gestores).

Com esta restruturação, aliada à expansão da rede física de Balcões, criaram-se as bases para, em 2012, prosseguir a política de diversificação da atividade para sectores e geografias consideradas estratégicas para o Montepio.

Em 2011, o Montepio desenvolveu significativamente a atividade do canal Promotores com a criação de uma área específica destinada à rede Promotores Comerciais, que incorporou 852 Promotores de Negócios provenientes do Finibanco. No decorrer do ano, procedeu-se ao alargamento da rede de Promotores Comerciais tendo em vista uma cobertura geográfica mais ampla e alargada a toda a rede de Balcões do Montepio, tendo sido também desenvolvida uma plataforma informática de gestão deste canal.

Foi igualmente criada uma área específica destinada a dinamizar a rede de Promotores *Assurfinance* Montepio-Lusitania, a qual atingiu 235 Promotores no final de 2011, representando um aumento de 15% face a 2010. Em termos de volume de negócio angariado, os Promotores *Assurfinance* contribuíram com uma produção de cerca de 3,9 milhões de euros, dos quais 3 milhões de euros de crédito, designadamente à tesouraria de empresas, e cerca de 863 mil euros na captação de poupanças em depósitos a prazo.

CANAIS ELECTRÓNICOS E À DISTÂNCIA

A atividade dos canais à distância tem sido fundamental para o incremento da eficiência da distribuição e do serviço prestado aos clientes. O peso das operações migradas para os canais complementares atingiu os 72%, em termos de número total de operações processadas.

O serviço Montepio24, que incorpora o conjunto de canais complementares para o segmento de Particulares Net24, Phone24, Netmóvel24 e SMS24, registou uma evolução muito positiva em 2011 tendo atingido 663 mil aderentes, dos quais 67 mil provenientes do serviço Finidirecto, valor que representa um crescimento de 17% face ao período homólogo.

Observou-se também no serviço Montepio24 Empresas um crescimento bastante favorável, traduzido pelo incremento significativo no número de Empresas aderentes: mais 52% do que no ano de 2010, também influenciado pela migração de 23 mil aderentes do serviço Finidirecto Empresas.

No final de 2011, o parque global de ATM Multibanco atingiu 1 207 máquinas instaladas, 365 das quais por via da integração do ex-Finibanco, permitindo à CEMG aumentar a sua quota de mercado neste negócio para 8,68% (+2,68 p.p.). No que respeita à rede interna de ATM – Chave24 – o Montepio deu continuidade ao processo de modernização do parque, com modelos de equipamentos com mais funcionalidades para os clientes.

Os TPA's (Terminais de Pagamento Automático) continuam a ter um papel fundamental na captação e fidelização de clientes no segmento de pequenos negócios, contribuindo para o aumento dos saldos médios em Depósitos à Ordem. No final de 2011, fruto da atividade comercial e da integração do parque de TPA's do Finibanco, o Montepio apoiava 17 935 terminais, representando uma quota de mercado de 6,54% e um crescimento de 22,06% face ao período homólogo.

O sítio público do Montepio (www.montepio.pt) continua a registar um aumento significativo no número de acessos, atingindo uma média mensal de 3,1 milhões de visitas e 14,5 milhões de *page views*.

O dia 19 de junho de 2011 marcou o lançamento da renovação do sítio público do Montepio, o qual apostou numa nova imagem digital, incremento de funcionalidades, serviços e maior proximidade/comunicação com o utilizador.

O projeto de renovação teve por base, desde o seu planeamento, o feedback dos utilizadores e a procura de um posicionamento distinto no mercado, pretendendo dar uma resposta rápida, intuitiva e eficaz às diferentes necessidades de cada Cliente, a par da afirmação de uma clara evolução face às tendências do setor. O canal *on-line* é, sem dúvida, um dos mais importantes pontos de contacto com a marca Montepio e com tudo quanto esta tem para oferecer.

O novo sítio Montepio apresenta um novo interface para o utilizador, procurando ir para além da apresentação de conteúdos, relevando a comunicação dos valores únicos que distinguem o Montepio enquanto associação mutualista e instituição bancária – Caixa Económica.

4.6. *COMPLIANCE*

Durante o ano de 2011 o órgão responsável pela gestão do Risco de *Compliance* foi reposicionado ao nível do centro corporativo do Montepio Geral – Associação Mutualista, alargando o âmbito das suas funções e estendendo as suas atividades a algumas empresas do Grupo, sendo que os conselhos de administração das empresas Finicrédito – Instituição Financeira de Crédito, SA, Finivalor – Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, SA, Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA e Montepio Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA decidiram delegar o exercício da sua função *compliance* no Montepio Geral – Associação Mutualista.

Consequentemente, reformularam-se as políticas internas de *compliance* e de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, e os respetivos suportes, dando-lhes um caráter transversal ao Grupo.

A função *compliance* tem assumido importância e dinâmica crescente dada a intensa produção legislativa e regulatória que as instituições financeiras têm sido objeto, particularmente em 2011. Tal produção determinou uma intensa ação de permanente acompanhamento, estudo e adaptação, nos mais diversos domínios e funções. A missão do Gabinete de *Compliance* tem por objetivo contribuir para que os órgãos de gestão, a estrutura organizativa e todos os colaboradores das empresas que integram o Grupo Montepio cumpram integralmente com a legislação, regras, códigos e normativos (externos e internos) em vigor, de forma a evitar quaisquer prejuízos de ordem financeira, bem como situações que prejudiquem a imagem e a reputação das instituições.

No quadro dessa missão, o Gabinete de *Compliance* apoiou o Conselho de Administração das diversas empresas na definição e execução da política de *compliance* e de prevenção do branqueamento de capitais, contribuindo para a difusão duma cultura de *compliance* através da identificação e avaliação das diversas situações que concorrem para esse tipo de risco, particularmente em termos de transações/atividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura, definindo os respetivos procedimentos e mecanismos de controlo de conformidade e efetuando a respetiva monitorização.

Em 2011, para além da divulgação de informação relevante, da participação em processos específicos de transposição de legislação, na ajuda à avaliação das relações com bancos correspondentes, assumiu especial relevo a ação e o acompanhamento pelo Gabinete de *Compliance* dos seguintes domínios:

- Análise de produtos, preçário, campanhas, suportes promocionais de divulgação e respetiva comercialização;
- Elaboração de normativos internos, através da emissão prévia de parecer sobre a sua conformidade com as regras definidas;
- Implementação de um novo serviço de transferências *on-line* Reino Unido – Portugal, em parceria com a *TTT Moneycorp Ltd*;
- Publicação de documento interno agregador de deveres de reportes e outros deveres de informação a entidades de supervisão e a outras entidades externas aplicáveis à Caixa Económica Montepio Geral;
- Criação da política de classificação e de segurança da informação;
- Aperfeiçoamento e desenvolvimento de soluções informáticas dedicadas à gestão do Risco de *Compliance* e ao apoio à atividade do órgão de *compliance* (nomeadamente, aos associados à monitorização de transações e filtragem de clientes e transferências, à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, ou envolvendo entidades sedeadas em territórios offshore).

5. Política de Sustentabilidade

MISSÃO E POLÍTICA DE GOVERNO

O agravamento da crise económica e social em 2011, acentuou as dificuldades orçamentais do Estado em assegurar as suas funções sociais e de apoio à Economia Social e solidária, como pilar fundamental para a inclusão e o equilíbrio social.

O Montepio, como a maior associação mutualista do País e instituição financeira entre as maiores no plano nacional, assume um duplo compromisso com a sociedade. Enquanto instituição do setor da Economia Social tem por missão dar resposta às necessidades de previdência complementar, e prestação de serviços de saúde e no apoio às estruturas solidárias nacionais, e aos cidadãos mais vulneráveis. Como entidade bancária, a sua missão é contribuir para o crescimento económico, no apoio às famílias, às empresas e aos projetos empreendedores, em linha com as melhores práticas de responsabilidade social.

Neste sentido, as políticas definidas e as ações empreendidas pelo Montepio têm em vista a promoção de um desenvolvimento sustentável da sociedade, estabelecendo o equilíbrio entre o crescimento económico, a equidade social, sem descurar a envolvente ambiental, e que permitam valorizar as relações com os diversos *stakeholders*, designadamente associados, clientes, investidores e colaboradores.

Em termos de política de governo, o Montepio orienta-se por princípios de elevada exigência ética e deontológica, e baseia-se em regras de transparência, equidade e responsabilidade. Estes princípios e regras encontram-se divulgados no Código de Conduta, que tem vindo a ser aplicado em todas as entidades do Grupo Montepio.

A adoção de uma gestão diligente, prudente, rigorosa e transparente, na proteção e valorização dos patrimónios sob gestão e dos interesses dos associados e clientes tem-se revelado essencial para ultrapassar os crescentes desafios do atual contexto e manter a confiança dos associados e do mercado.

A postura de crescente abertura ao mercado e à sociedade procurando detetar oportunidades e situações em que o seu contributo possa ajudar a minimizar problemas e a valorizar recursos e capacidades, estabelecendo objetivos e orientações estratégicas a médio prazo que permitam assegurar um crescimento sustentável e a criação de valor, assim como as melhorias levadas a cabo nos sistemas de controlo interno, com ênfase na função de gestão de riscos, e a maior integração funcional da gestão do Grupo, com vista à maior eficiência, são aspectos fundamentais no domínio da sustentabilidade, observados em 2011.

VALORIZAR AS RELAÇÕES COM OS ASSOCIADOS

O Montepio, como associação mutualista, tem no Associado o principal destinatário da sua ação global, pelo que o desenvolvimento das relações com os associados apresenta-se de primordial relevância.

Para este efeito, o Gabinete de Dinamização Associativa tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas inseridas num plano anual que visa aumentar a notoriedade do Mutualismo, reforçar a participação e o envolvimento dos associados e contribuir para o seu desenvolvimento cultural e social, assim como cooperar com outras mutualidades e com outras organizações da economia social, tanto a nível nacional como internacional.

Em 2011, prosseguiram as ações no âmbito das orientações estratégicas definidas de «crescimento da atividade associativa» e de «fidelização dos associados». Realizaram-se 61 ações de dinamização associativa, que envolveram 1 679 associados e respetivos acompanhantes, na generalidade do território nacional, com maior incidência nas regiões de Lisboa e Porto. Dessas ações, destacam-se as atividades de ar livre e passeios com história, assim como as ações de iniciação dos associados à Internet que, pelo seu perfil etário ou social, tendem a valorizar este tipo de iniciativas no âmbito da democratização das tecnologias de informação e do conhecimento.

Repetindo a experiência de anos anteriores, efetivaram-se dois concursos para associados, de ensaio e de fotografia, ambos sujeitos ao tema «Solidariedade entre Gerações», integrando as iniciativas de «2012 – Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações».

Foi realizada a cerimónia de entrega dos prémios aos associados vencedores dos concursos Montepio 2010, de ensaio e de fotografia, subordinados ao tema «Pobreza e Exclusão Social» integrado nas iniciativas de «2010 – Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social».

Merece especial realce a aprovação do projeto «Academia Montepio» que integra a criação da Universidade Sénior Montepio, cuja instalação e lançamento estão previstos para 2012.

Integrado no Programa de Educação Financeira do Montepio, que tem por objetivo prevenir o sobre-endividamento, o estímulo à poupança e o apoio das famílias na organização financeira, foi desenvolvido um projeto específico de formação para associados do Montepio, com a estruturação e conceção dos respetivos conteúdos, tendo sido desenvolvido o módulo «Mutualista» no âmbito do projeto de formação para não associados.

Para o reforço da comunicação com os associados destaca-se a edição da Revista Montepio, que constitui um meio de comunicação privilegiado entre o Montepio e os seus associados, e que em 2011, foi sujeita a uma reformulação editorial e gráfica, tendo passado a assumir um novo *design* e a apresentar uma nova estrutura e novos conteúdos. Esta publicação, com uma tiragem média, em 2011, de 323 000 exemplares e com uma audiência de 4% apurada pelo Bareme Imprensa, assumiu-se líder na categoria «Interesse Geral – Revistas Trimestrais».

A Revista Montepio Jovem, dirigida aos associados com idades compreendidas entre os 13 e os 20 anos, constitui o principal suporte de comunicação do Montepio com os associados jovens e assenta num conceito editorial que tem por objetivo esclarecer, formar, informar e desenvolver o espírito crítico através de uma comunicação pedagógica e lúdica.

Em 2011, destaca-se o desenvolvimento de uma *e-newsletter*, enviada, mensalmente, para a caixa de correio eletrónico de milhares de associados e clientes, em linha com a estratégia de comunicação definida, de forma a potenciar o conhecimento da oferta e atividade do Montepio.

A relação com os associados de idade inferior a 13 anos manteve-se igualmente ativa em 2011, tal como em anos anteriores, através do Clube Pelicas, que conta com 31 mil membros. Foi dada continuidade à edição da revista infantil trimestral gratuita para os associados do Clube, assim como à realização de ações «Pelicas vai à escola», de divulgação do Clube, em escolas e associações de apoio à infância e na realização de passatempos para membros, com atribuição de 190 prémios (bilhetes para espetáculos infantis, livros e jogos educativos).

O Montepio, representado pelo Clube Pelicas, participou mais uma vez no Festival Panda, em Lisboa e Porto, onde estiveram cerca de 2 400 crianças.

Demonstrada a importância da satisfação dos associados para o Grupo prosseguiram, pelo terceiro ano consecutivo, as ações de aferição da mesma, tendo-se procedido ao tratamento da respetiva informação e produzido três relatórios específicos sobre:

- Qualidade de serviço e respetiva satisfação nos pontos de contacto do associado com o Montepio Geral – Associação Mutualista (Revista Montepio; Balcão da CEMG, telefone e ato de reclamação);
- Grau de satisfação geral com o Montepio Geral – Associação Mutualista e respetivo nível de compromisso (lealdade);
- Qualidade da resposta das modalidades e serviços associativos e respetiva satisfação.

Foi igualmente implementado, no âmbito da monitorização da satisfação das atividades de dinamização associativa, um controlo de qualidade das ações realizadas, com tratamento e publicação dos resultados dos inquéritos preenchidos por participantes nos Passeios com História e Atividades ao Ar Livre.

Em 2011, destacou-se também a cooperação nacional e internacional do Montepio com as organizações ligadas ao setor da Economia Social, concretizada por via da participação no Conselho de Administração das Mutualidades Portuguesas e, por inerência, nas atividades da *Association Internationale de la Mutualité* (AIM), assim como no Conselho de Orientação do *Institut de la Protection Sociale Europeénne* (IPSE). Salienta-se a participação na organização e nos trabalhos do 10.º Congresso de Mutualismo, realizado em Lisboa, promovido pela União das Mutualidades Portuguesas.

VALORIZAR O CAPITAL HUMANO

No atual contexto de diminuição da empregabilidade no país, em resultado do quadro económico adverso e das dificuldades transversais a todos os setores de atividade, o Grupo Montepio destaca-se pelo manifesto empenho na manutenção dos postos de trabalho, não obstante o processo de aquisição e integração do Finibanco Holding, SGPS, SA.

Em 2011, o quadro de colaboradores do Grupo Montepio, apresentou uma redução de apenas 163 colaboradores, comparando com os valores de 2010, com o Finibanco Holding, SGPS, SA, a qual correspondeu, maioritariamente, a situações de reforma, mantendo-se a generalidade do quadro de trabalhadores em idade ativa.

Apesar do período de crise em que se vive, o Montepio, no quadro dos seus princípios mutualistas, defende o primado da valorização da pessoa humana, desenvolvendo políticas que contribuam para a valorização pessoal e profissional dos

seus colaboradores e o desenvolvimento da cultura da empresa. Refira-se neste campo, a harmonização de comportamentos e atitudes com os valores institucionais e estratégicos definidos, o alinhamento de valores intra e interempresas do Grupo Montepio e a gestão da mudança.

Foram também eixos estratégicos da valorização do capital humano, os investimentos na formação profissional e na formação específica individual enquanto contributo de relevo para o desenvolvimento de competências, tendo apoiado os colaboradores na obtenção das suas Licenciaturas, Mestrados e Doutoramentos, assim como na frequência de cursos de Formação Pós-Graduada.

Considerando a importância que o contacto com a realidade laboral assume no processo de aprendizagem, o Montepio deu continuidade à sua política de concessão de estágios, proporcionando o contacto a jovens com a realidade bancária, distribuídos, quer pela rede comercial, quer pelos serviços centrais.

O bem-estar familiar e profissional continua a mostrar-se um propósito fundamental na gestão do capital humano da Instituição, beneficiando o bom ambiente laboral e a motivação, refletindo-se na melhoria da qualidade do serviço.

Neste campo, continuaram a destacar-se, em 2011, a área da Saúde no Trabalho e a criação de condições para que os colaboradores possam conciliar a sua vida familiar com a carreira profissional, tendo lugar a organização de diversas iniciativas de caráter lúdico-cultural que envolveram os colaboradores e os seus familiares.

PROGRAMA DE VOLUNTARIADO EMPRESARIAL

O ano de 2011 foi declarado oficialmente pela UE como o Ano Europeu do Voluntariado com o objetivo de incentivar e apoiar os esforços desenvolvidos na promoção de uma cidadania ativa.

Nesse contexto, destaca-se a efetivação da parceria estabelecida entre o Montepio e o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, com a participação em diversos grupos de trabalho e a intensificação da implementação do Programa de Voluntariado Empresarial do Montepio, tendo sido realizados quatro encontros de voluntários com o intento de promover o seu crescimento e afirmação.

VOLUNTARIADO MONTEPIO
SOLIDARIAMENTE CONSIGO

Este Programa, que conta com o incentivo do Conselho de Administração à participação dos seus colaboradores nas respetivas iniciativas de Voluntariado Empresarial, permite a concretização de projetos que várias instituições de solidariedade social desejam realizar, mas para os quais nem sempre têm os meios humanos ou financeiros, promovendo, conjuntamente, o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais junto dos voluntários, aumentando os níveis motivacionais e aproximando ainda mais o Montepio das iniciativas solidárias desenvolvidas pelo País.

O número de voluntários inscritos aumentou 27,3%, atingindo os 800 colaboradores, dos quais 688 com participação efetiva em ações, tornando o Montepio uma das organizações de referência neste âmbito, com o maior número de colaboradores interessados no domínio da cidadania ativa.

No que se refere ao voluntariado de competências, no domínio da *Junior Achievement*, foram realizadas 23 ações coletivas, mais oito do que no ano transato, em parceria com 16 entidades, que beneficiaram centenas de pessoas.

No contexto do Ano Europeu do Voluntariado, a Fundação Montepio e a Lusitania - Companhia de Seguros, criaram o «Prémio Voluntariado Jovem Montepio», no valor de 25 mil euros, tendo sido atribuído a uma associação que atua no combate à fome em ambiente urbano, a partir da recolha de alimentos junto de restaurantes e sua distribuição junto dos mais carenciados, assegurando com o prémio a obtenção dos meios de que a organização necessita para ampliar a sua intervenção.

COMUNIDADE E SOLIDARIEDADE SOCIAL

O agravamento das condições económicas e financeiras, que caracterizaram o ano de 2011, com o Estado a evidenciar particulares dificuldades orçamentais, intensificou as solicitações de apoio à comunidade e no âmbito da solidariedade social, vertente que o Montepio tem considerado estratégica, dada a sua responsabilidade perante a sociedade, e o seu compromisso para com um desenvolvimento harmonioso e sustentável.

Para a operacionalização da missão da responsabilidade social do Grupo Montepio, no apoio à definição e implementação das orientações definidas, concorre a intervenção do Gabinete de Responsabilidade Social, órgão diretamente dependente do Conselho de Administração, que durante o ano de 2011 e no âmbito das suas competências, desenvolveu uma extensa atividade centrada, em particular, no que refere ao cumprimento da missão da Fundação Montepio, ao desenvolvimento do programa de responsabilidade social do Grupo Montepio e sua representação nas estruturas nacionais e internacionais, na consolidação do Programa de Voluntariado Empresarial. À semelhança do que aconteceu no ano transato,

o Gabinete de Responsabilidade Social colaborou com diversas áreas orgânicas internas de forma a desenvolver projetos conjuntos, destacando-se o projeto desenvolvido com os jovens provenientes dos escritórios de representação.

As ações de solidariedade social têm vindo a ser desenvolvidas pela Fundação Montepio, a qual desempenha um papel essencial enquanto organização que efetiva as relações de cooperação e canaliza para a comunidade os apoios possíveis, que advêm do seu próprio orçamento anual, do comissionamento inerente ao Cartão de Crédito Mais Vida e da consignação voluntária anual da coleta de IRS transferida pela administração fiscal.

A ação da Fundação que é exercida através do Gabinete de Responsabilidade Social, a sua crescente visibilidade e alargamento das suas frentes de intervenção exigiu o aumento dos recursos humanos afetos e a intensificação da sua ação, no que respeita à análise de solicitações e projetos, elaboração de propostas e acompanhamento das iniciativas apoiadas.

Em 2011, foram analisadas mais de 600 propostas e projetos, realizadas cerca de 300 visitas e reuniões de avaliação, que permitiram apoiar técnica e financeiramente 175 instituições.

No seguimento de anos transatos, procedeu-se à avaliação, renovação e apoio ao cumprimento dos protocolos em vigor com diversas entidades do setor privado e do Terceiro Setor, em estreita articulação com a rede comercial.

Ainda no âmbito do apoio prestado às IPSS, a Fundação Montepio colaborou na escolha, articulação e acompanhamento das 17 entidades que ao longo de 2011 utilizaram o *Espaço Incluarte* e na seleção das 3 193 crianças e jovens que beneficiaram das entradas gratuitas nos espetáculos do Til e *Arte D'Encantar* e *Aquashow*.

A presença externa não foi descurada, tendo o Montepio participado em mais de 80 eventos ao longo do ano, visando divulgar a ação de responsabilidade social que realiza, para além de garantir a participação ativa em estruturas como o Grupo de Reflexão para a Cidadania Empresarial (GRACE), a *Juniores Achievement*, o Centro Nacional de Fundações, o Comité de Responsabilidade Social do *European Savings Banks*, a Associação de Responsabilidade Social Portugal, a Rede Local de Ação Social de Lisboa e o Conselho Português para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD).

No âmbito do combate à iliteracia financeira, destaca-se, mais uma vez, o Programa de Educação Financeira do Montepio (para crianças e adultos), que contou, em 2011, com vários voluntários que participaram em diversas ações de formação e ações de sensibilização em escolas de diversos pontos do país, sob o lema «Poupar e Investir». Trata-se de um Programa de primordial relevância, de pura responsabilidade social, no âmbito da educação face à atual conjuntura, no combate ao sobreendividamento das famílias, num apelo à poupança e ao planeamento financeiro do futuro. Neste programa participaram quarenta e seis voluntários em 213 ações de formação e 6 ações de sensibilização em diversos pontos do país, tendo sido abrangidas 37 escolas, num total de 74 turmas e 1 775 crianças.

Este projeto foi considerado, no ano transato, pela Comissão Nacional como a «Medida do Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza».

Ainda no âmbito da educação, foi dada continuidade ao Projeto do Prémio Escolar Montepio que, em 2011, procedeu à entrega da sua terceira edição, com a atribuição de um donativo unitário de 25 mil euros a 4 escolas do ensino público que apresentaram os melhores projetos educativos, os mais inovadores, com o objetivo de premiar o bom desempenho escolar.

Outro projeto que merece especial referência é a «Frota Solidária», cuja quarta edição promovida pela Fundação Montepio, transformou o valor recebido por via da Consignação Fiscal – Lei da Liberdade Religiosa em 20 viaturas adaptadas, que posteriormente ofereceu a 20 instituições de solidariedade social, apoiando a mobilidade de quem mais necessita e solucionando uma das dificuldades mais sentidas pelas organizações de solidariedade.

O Montepio deu ainda continuidade ao projeto «Cartão de Crédito Mais Vida», o cartão de crédito de responsabilidade social do Montepio, que permite atribuir uma taxa de contribuição a Instituições de Solidariedade Social periodicamente selecionadas pela Fundação Montepio, de acordo com uma grelha de escalões de compras dos clientes. Os valores atribuídos são parte da margem do Montepio, não são doações diretas do cliente, e assim, o Montepio divide de forma solidária e responsável os resultados obtidos nesta operação com organizações de solidariedade social.

De forma a reforçar a proximidade com as diversas entidades que constituem o Terceiro Setor, o Montepio desenvolveu o projeto «Minuto Solidário», em que divulga as causas e os projetos sociais de cada uma das 30 instituições apoiadas.

Sob o lema «Um minuto que faz toda a diferença», 3 vezes por dia, e durante 1 minuto, o Montepio deu a conhecer projetos no âmbito da infância, 3.ª idade e deficiência, cuja missão marca a diferença pelo seu papel ativo junto das suas comunidades, pela responsabilidade social e pela solidariedade que demonstram no apoio às causas e às pessoas. Num total de 30 minutos, o Montepio deu a conhecer a ambição e missão de 30 instituições do Terceiro Setor.

No domínio ambiental, merece destaque o apoio do Montepio, em parceria com a Yunit, ao financiamento de investimentos de médio ou longo prazo em soluções de eficiência energética, microprodução ou miniprodução de eletricidade, através da Linha de Crédito Energias Renováveis e Eficiência Energética, que pretende dinamizar a utilização de fontes renováveis de geração de energia e a racionalização dos consumos energéticos. Este novo instrumento de financiamento insere-se nas preocupações de responsabilidade social assumidas pelo Montepio, e pretende conciliar os objetivos de sustentabilidade ambiental com o crescimento e desenvolvimento das atividades produtivas.

Merece ainda destaque, no domínio ambiental, a elaboração e produção de um *mailing* com materiais 100% recicláveis, que obteve, em 2011, o Selo de Mérito Ecológico certificado pelos CTT.

Perante o compromisso em dar resposta à procura e às necessidades de todos os segmentos da sociedade, e em particular na atual conjuntura, destaca-se a continuidade da parceria entre o Montepio com a Mobilidade Positiva, entidade que promove a integração na sociedade de pessoas com mobilidade reduzida, através da disponibilização da Linha de Crédito Montepio Mais Mobilidade, exclusiva no mercado, e que inclui um seguro de proteção.

MICROCRÉDITO

O Montepio tem contribuído no apoio ao empreendedorismo, estimulando a criação de emprego entre as populações com maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, possibilitando-lhe o acesso ao crédito e a prestação de apoio técnico para a criação e consolidação de projetos empresariais através do microcrédito.

microcrédito
Dê o primeiro passo, nós damos o segundo.
Montepio

Em 2011, o Montepio reforçou o apoio a projetos e parcerias na área do microcrédito, orientados para a promoção de financiamentos personalizados e socialmente sustentáveis.

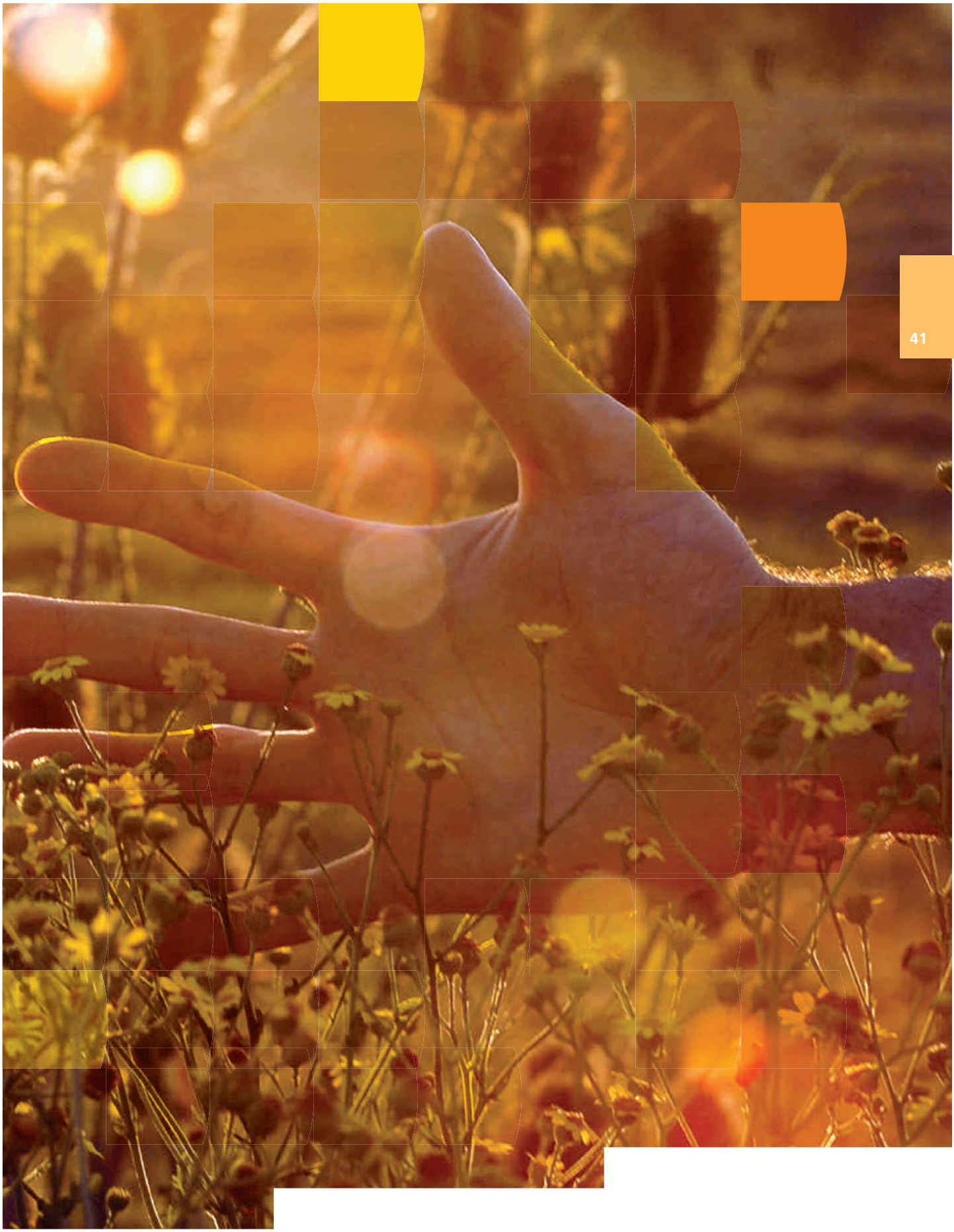
O Montepio disponibilizou colaboradores, em regime de voluntariado, como tutores de proximidade, para auxiliar e acompanhar os empreendedores a elaborar os planos de negócio e respetivas atividades.

Em 2011, a área de negócio do microcrédito do Montepio sofreu diversas alterações, quanto à sua dinamização e monitorização, na medida em que passou a assegurar uma cobertura territorial de âmbito nacional, com monitorização central no seu acompanhamento, para garantir uma uniformidade de atuação e de procedimentos na sua implantação.

Salienta-se a criação de uma caixa de correio – microcrédito para envio de processos e documentos em formato digital, assim como o aperfeiçoamento do circuito processual interno, na medida em que foram nomeados novos intervenientes no processo, donde se destaca a figura do Gestor de Microcrédito.

Na base da estratégia de atuação neste domínio destacam-se as parcerias com entidades do Terceiro Setor e linhas protocoladas de financiamento, que respondem a quem tem espírito empreendedor mas não dispõe dos meios para as colocar em prática.

Neste sentido, ao nível dos protocolos estabelecidos, foi renovado o protocolo com a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, a qual tem em curso cerca de 150 candidaturas para esta área, facto divulgado em diversos órgãos de imprensa, assim como a parceria com a Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal (REAPN), na zona Norte do País. Estão igualmente a ser estudadas outras parcerias, com diversas entidades, e formas de dinamização do microcrédito.



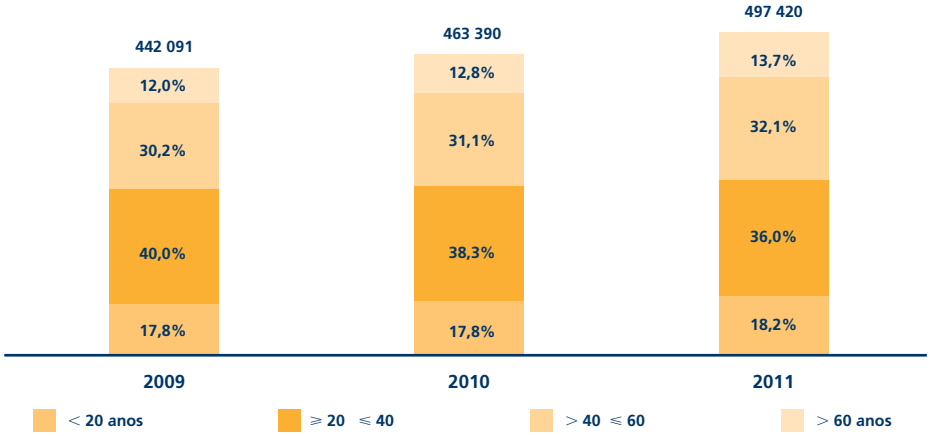
06 Montepio Geral Associação Mutualista

6.1. ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

BASE DE ASSOCIADOS

No ano de 2011, o movimento associativo revelou-se bastante dinâmico, tendo em conta o contexto económico e social adversos que afetou a generalidade das economias europeias e particularmente Portugal. O ano encerrou com um total de 497 420 associados, a que corresponde uma taxa de crescimento anual de 7,3%.

NÚMERO DE ASSOCIADOS EFETIVOS

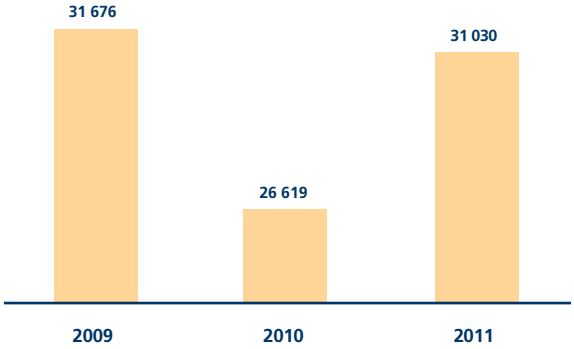


Comparando com a evolução verificada no ano anterior (crescimento de 4,8% em 2010), constata-se um aumento significativo do número de associados, para o qual contribuiu o alargamento da rede comercial por via da aquisição da Finibanco Holding. A admissão de um maior número de associados (40 866 em 2010 e 57 674 em 2011) foi o principal fator para o crescimento associativo.

A melhoria da prestação de serviços e o alargamento da rede de balcões da Caixa Económica continuaram a desempenhar um papel fundamental na promoção, dinamização e distribuição das modalidades mutualistas.

Considerando que, depois desta aquisição, apenas 37,6% dos clientes particulares da CEMG são, atualmente, associados, continua a existir um grande potencial de crescimento associativo dentro da esfera do Grupo Montepio.

SÓCIOS CLUBE PELICAS



No final do ano, o universo associativo da Associação Mutualista era composto por cerca de 50,7% de associados do sexo feminino e 49,3% do sexo masculino. A idade média dos associados era, nessa data, de 38 anos (37 anos em 2010).

Na classe mais jovem, o Clube Pelicas acolhe associados com idades até aos 13 anos. O número de sócios, deste clube, cresceu de forma significativa face ao ano anterior (16,6%), tendo encerrado o ano de 2011 com 31 030 sócios.

Para além de outras atividades do Clube, nomeadamente, ações em escolas e vários passatempos, destaca-se a edição trimestral da revista com a qual se têm obtido, de forma didática e lúdica, bons níveis de participação.

DESENVOLVIMENTO DA OFERTA MUTUALISTA

No ano de 2011, dando continuidade ao desenvolvimento e disponibilização de soluções mutualistas, tanto em modalidades como em serviços/benefícios complementares, que, no quadro regulamentar específico da atividade mutualista, melhor se adequem às necessidades e expectativas dos associados e das suas famílias, destacamos o seguinte:

- Conclusão do processo de Revisão do Regulamento de Benefícios;

- Realização de campanhas de promoção das modalidades atuariais e emissão de dezassete séries da modalidade de Capitais de Reforma por Prazo Certo (Montepio Capital Certo) que se traduziu na captação de 202 milhões de euros;
- Continuação da política de manutenção e criação de oferta de benefícios complementares para usufruto dos associados e suas famílias, quer através de vantagens obtidas nos produtos e serviços comercializados pelo Montepio, quer através de parcerias estabelecidas com outras entidades;
- Continuação da política de desenvolvimento da dinamização associativa através da realização de um programa cada vez maior de atividades dirigidas à participação dos associados.

O Montepio, continuou, em 2011, através das Residências Montepio – Serviços de Saúde SA, a proporcionar serviços assistenciais em centros residenciais, bem como de assistência domiciliária, aumentando o seu contributo para o desenvolvimento de soluções que respondam às necessidades cada vez mais prementes da população e dos associados, nesta área assistencial de primordial importância.

A inauguração de uma nova residência no Montijo, no decorrer do ano de 2011, fez crescer a oferta para cinco unidades (Porto, Gaia, Coimbra, Parede e Montijo), estando três mais em fase de construção, uma segunda unidade na Parede e duas em Lisboa.

Para além dos serviços das residências, esta empresa do Grupo, dinamizou o cartão Vitalidade, que proporciona uma assistência médica ao domicílio gratuita, uma rede nacional de clínicas e centros de diagnóstico e vantagens adicionais nos serviços das residências, bem como o cartão Tele-Vitalidade, que permite obter um acompanhamento permanente em situações de emergência e um aconselhamento médico telefónico gratuito.

O acesso a todos estes serviços está aberto ao público em geral, beneficiando os associados do Montepio de condições especiais de preço.

BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES DE OFERTA

Os associados do Montepio continuaram a beneficiar de um conjunto de condições preferenciais nos produtos e serviços comercializados pela rede comercial. São disso exemplo, a redução de *spreads* no Crédito à Habitação e no Crédito Individual, a bonificação de taxas de juro na subscrição de Depósitos a Prazo ou noutro tipo de produto de poupança, os descontos na anuidade de Cartões de Crédito, a isenção de comissões de manutenção nas Contas à Ordem em Despesas de Gestão e Manutenção e o desconto nos valores dos serviços de Administração Parcial e Total de Propriedades.

Enquanto clientes da CEMG, o valor de benefícios atribuídos aos associados, em 2011, ascendeu a 15 507 milhares de euros, ou seja, +12% comparativamente ao valor registado em 2010 (13 830 milhares de euros).

TOTAL DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA CAIXA ECONÓMICA AOS ASSOCIADOS

(milhares de euros)

CLASSE	Família Produtos	Valor do Benefício		Var.
		2010	2011	
PRODUTOS DO ATIVO	Crédito à Habitação	8 053	7 830	-3%
	Crédito ao Consumo	821	912	11%
PRODUTOS DO PASSIVO	Depósitos Ordem	3 489	5 245	50%
	Depósitos Prazo	343	340	-1%
	Depósitos Estruturados	98	65	-34%
PRODUTOS FORA DE BALANÇO	Cartões de Crédito	1 023	1 112	9%
	Administração Propriedades	3	3	0%
TOTAL		**13 830**	**15 507**	**12%**

Além das vantagens anteriormente referidas, os associados do Montepio, no âmbito dos benefícios complementares, podem, também, usufruir de condições preferenciais em centenas de entidades distribuídas por todo o país, em áreas tão distintas como a saúde, a proteção-social, o consumo, a cultura e lazer, o desporto e bem-estar, a formação e o turismo.

Em 2011, prosseguiu-se com a política de celebração de parcerias, tendo sido assinados acordos com 113 novas entidades de âmbito nacional e local. Continuou a privilegiar-se a área da Saúde por se tratar de um setor com cada vez mais importância no quotidiano dos associados e por ser consentâneo com a missão mutualista do Montepio.

No âmbito da prestação de cuidados de saúde, importa destacar, para além dos acordos de âmbito local, a celebração de acordos com o Grupo Malo (atualmente o maior centro de Implantologia e Reabilitação Oral Fixa do mundo), com o Grupo Trofa Saúde, com a Nova Clínica do Lambert (na área da ortopedia, traumatologia e medicina desportiva) e, ainda, com diversas Santas Casas de Misericórdia (na área das farmácias sociais).

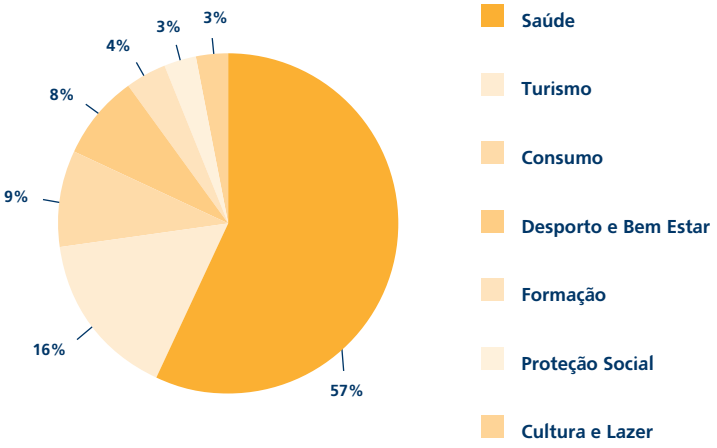
ACORDOS CELEBRADOS – 2011

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	N.º	%
Saúde	69	61
Consumo	15	13
Cultura e Lazer	2	2
Desporto e Bem Estar	9	8
Formação	3	3
Proteção Social	3	3
Turismo	12	10
TOTAL	**113**	**100**

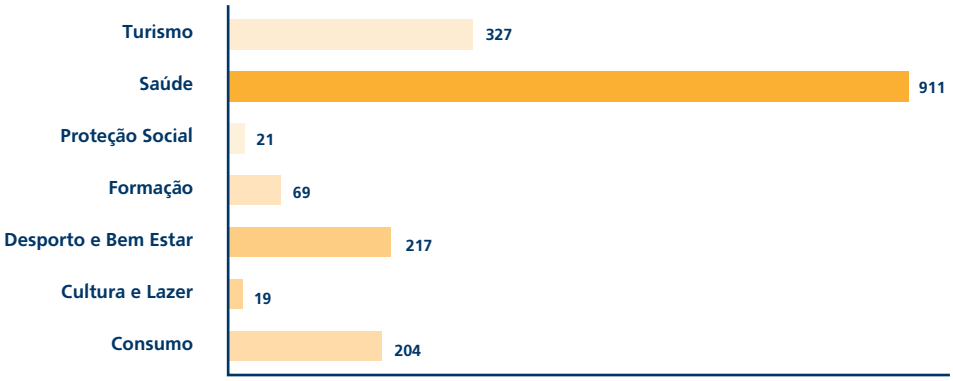
Relativamente à área do turismo, salientam-se as parcerias celebradas com o Grupo Solverde, a Z-Mar – Eco Turismo, na Zambujeira do Mar e o Grupo Altis Hotels.

No final de 2011, a AM tinha em vigor acordos com 677 entidades que representam um total de 1 768 pontos de desconto em todo o país.

ACORDOS EXISTENTES – 2011



NÚMERO DE PONTOS DESCONTO – 2011



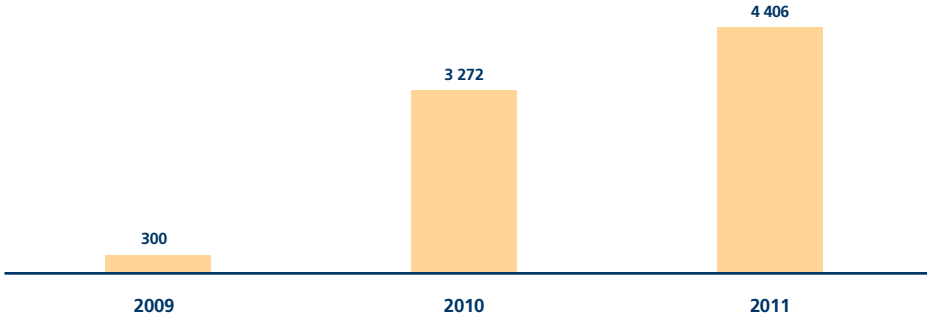
Em setembro de 2011, foi renovada a parceria estratégica com a empresa Repsol, permitindo aos associados, maiores de 18 anos, beneficiar de um desconto de 6 cêntimos por litro de combustível na rede de 393 Estações de Serviço aderentes.

Durante o ano de 2011 foram emitidos 44 476 novos cartões Montepio Repsol, tendo o montante do benefício acumulado, para os seus utilizadores, ascendido a 4,4 milhões de euros.

Desde o início da parceria (em outubro de 2009), os associados utilizadores do cartão Montepio Repsol já pouparam cerca de 8 milhões de euros na aquisição de combustíveis.

CARTÕES REPSOL – POUPANÇA ANUAL PARA OS ASSOCIADOS

(milhares de euros)



DINAMIZAÇÃO ASSOCIATIVA

No âmbito da dinamização associativa foram várias as iniciativas realizadas, durante ao ano de 2011, com o intuito de estreitar a relação com os associados, com destaque para a realização de «Atividades ao Ar Livre», «Passeios com História», «Cursos de Formação (Iniciação à Internet e de Educação Financeira)» e «Visitas Orientadas a Exposições». Paralelamente, continuou a monitorizar-se o grau de satisfação e fidelização dos associados através da realização de «Inquéritos de Satisfação do Associado» e do «Controlo de Qualidade das Ações de Dinamização Associativa». Foi, ainda, concebido e aprovado o projeto «Academia Montepio», com o objetivo de criar a Universidade Sénior Montepio e cuja e instalação e lançamento estão previstos para o ano de 2012.

6.2. RECEITAS ASSOCIATIVAS

No final de 2011, o número de subscrições atingiu um total de 847 492, representativo de um acréscimo anual de 6,1% (em 2010, o crescimento verificado tinha sido de 4,7%). O número médio de inscrições por Associado diminuiu ligeiramente entre 2010 e 2011, de 1,72 para 1,70, respetivamente. Por outro lado, das 101 929 novas subscrições, verificadas durante o ano de 2011 (76 601 em 2010), cerca de 93,8% centra-se em torno de três modalidades que, habitualmente, tem acolhido a preferência dos associados: Capitais de Reforma por Prazo Certo (34,0%), Capitais de Previdência Diferidos com Opção (31,5%) e Capitais de Reforma (28,3%).

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ASSOCIATIVAS (Quotizações e Capitais por Modalidades)

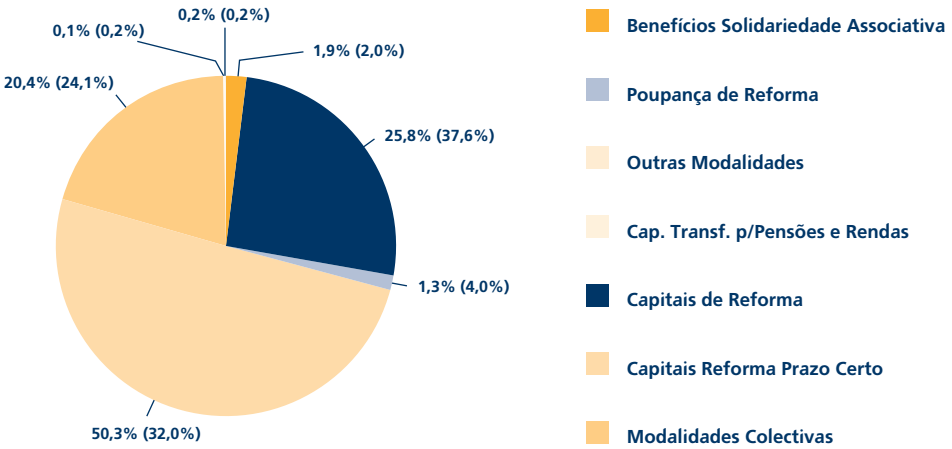
(milhares de euros)

MODALIDADES	2010	2011	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. BENEFÍCIOS DE SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	**6 590**	**7 566**	**976**	**14,8**
2. MODALIDADES INDIVIDUAIS	**321 432**	**393 136**	**71 704**	**22,3**
2.1. Capitais de Reforma	***123 639***	***103 928***	***-19 711***	***-15,9***
2.2. Poupança de Reforma	***13 010***	***5 104***	***-7 906***	***-60,8***
2.3. Capitais de Reforma por Prazo Certo	***105 294***	***202 030***	***96 736***	***91,9***
2.4. Outras Modalidades	***79 489***	***82 074***	***2 585***	***3,3***
Das quais:				
Capitais Previdência Diferidos c/ Opção	45 540	51 464	5 924	13,0
Capitais p/ Jovens	5 662	5 993	331	5,8
Pensões de Reforma	4 935	1 237	-3 698	-74,9
Garantia de Pagamento de Encargos	21 104	21 707	603	2,9
3. MODALIDADES COLETIVAS	**503**	**476**	**-27**	**-5,4**
4. CAPITAIS TRANSFERIDOS P/PENSÕES E RENDAS	**693**	**867**	**174**	**25,1**
5. TOTAL (1) + (2) + (3) + (4)	**329 218**	**402 045**	**72 827**	**22,1**

Nota: Não estão considerados os capitais recebidos nas Rendas Vitalícias (1 229 milhares de euros, em 2010, e 464,4 milhares de euros em 2011) uma vez que não se trata de uma modalidade mutualista.

O total das receitas associativas atingiu o montante de 402 045 milhares de euros, ou seja, mais 22,1% do que no ano anterior, onde a variação anual tinha sido de 9,2%. A Modalidade de Capitais de Reforma por Prazo Certo foi a que mais contribuiu para este crescimento, registando um crescimento homólogo de 91,9%. No que diz respeito às quotizações recebidas das Outras Modalidades, importa destacar a Modalidade Capitais de Previdência Diferidos com Opção (+5,9 milhões de euros).

ESTRUTURA DAS RECEITAS ASSOCIATIVAS 2011 (2010)



6.3. BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

O montante dos benefícios vencidos e dos reembolsos registaram um aumento considerável em 2011, encerrando o exercício com um valor de 403,4 milhões de euros. O acréscimo verificado (185,1 milhões de euros), representa uma variação de 84,8% em relação ao exercício anterior. Para este comportamento contribuiu, fundamentalmente, o volume significativo de reembolsos ocorrido nas modalidades de capitalização (+167,5 milhões de euros) acompanhado, também, por um maior número de processos administrativos.

BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2010		2011		Variação	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Valor	%
PENSÕES E RENDAS	**6 458**	**8 225**	**6 794**	**8 875**	**650**	**7,9**
Valores Subscritos	6 458	4 132	6 794	4 729	597	14,5
Subvenções e Melhorias		4 093		4 146	53	1,3
CAPITAIS E SUBSÍDIOS	**21 749**	**37 136**	**30 781**	**45 508**	**8 372**	**22,5**
Valores Subscritos	21 749	34 015	30 781	42 444	8 429	24,8
Subvenções e Melhorias		3 121		3 064	-57	-1,8
REEMBOLSOS	**67 952**	**160 523**	**119 785**	**328 022**	**167 499**	**104,3**
OUTROS CUSTOS	**4 447**	**12 359**	**7 247**	**20 983**	**8 624**	**69,8**
TOTAL	**100 606**	**218 243**	**164 607**	**403 388**	**185 145**	**84,8**

Nota: Não estão considerados os encargos anuais relativos às Rendas Vitalícias (2,64 milhões de euros, em 2010, e 2,58 milhões de euros em 2011) uma vez que não se trata de uma modalidade mutualista.

Em março de 2011, com referência ao ano de 2010, a AM atribuiu, de acordo com o Artigo 18.º dos estatutos e no Artigo 53.º do Código das Associações Mutualistas, uma taxa de melhorias de benefícios de 1,0% às Modalidades Atuariais com taxa técnica de 3% e de 0,25% às Modalidades Atuariais com taxa técnica de 4%. Nos termos regulamentares, as Modalidades com Fundo Disponível negativo e/ou com dívidas acumuladas ao Fundo de Reserva não beneficiaram da atribuição de taxa de melhorias de benefícios. O custo das melhorias atribuído acendeu a 745 mil euros (1,2 milhões de euros em 2010).

Relativamente às Modalidades de Capitalização, foi distribuída uma taxa anual global de rendimento de 2,5%, composta por duas componentes:

- Rendimento Anual Mínimo (entre 0,40% e 2,25%);
- Rendimento Anual Complementar (de 0,25% a 2,10%).

6.4. ANÁLISE FINANCEIRA E RESULTADOS

6.4.1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

O ano de 2011 ficou marcado pelo agravamento da crise soberana das economias europeias. Num contexto bastante complexo, no que concerne à intervenção nos mercados financeiros, a gestão financeira da Associação Mutualista continuou a assentar num perfil marcadamente conservador. Num quadro de autonomia financeira das modalidades, houve particular enfoque numa gestão seletiva dos investimentos, procurando preservar coordenadas de prudência e orientando as aplicações para ativos com maior segurança. Simultaneamente, tentou-se conjugar fatores de liquidez, rendibilidade e risco relativamente favoráveis ao comportamento das Modalidades e, sobretudo, ao perfil de responsabilidades dos subscritores.

Pese embora a política de diversificação das aplicações financeiras, a carteira de ativos acabou, no entanto, por acompanhar as sucessivas revisões em baixa das notações de risco de crédito dos emitentes de títulos de dívida. Verificou-se uma maior preferência por investimentos de curto prazo e por títulos de dívida com taxa fixa. A *duration* da carteira (de taxa fixa) baixou de 3,96 anos, em 2010, para 3,62 anos em 2011. Os investimentos em ativos de risco, nomeadamente, ações e fundos de investimento mantiveram-se praticamente residuais.

6.4.2. EVOLUÇÃO E RENDIBILIDADE DOS ATIVOS

A Associação Mutualista encerrou o ano de 2011 com um volume de ativo líquido de cerca de 2 869 milhões de euros, valor que traduz um crescimento de 4,0%.

EVOLUÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO E DA RENDIBILIDADE

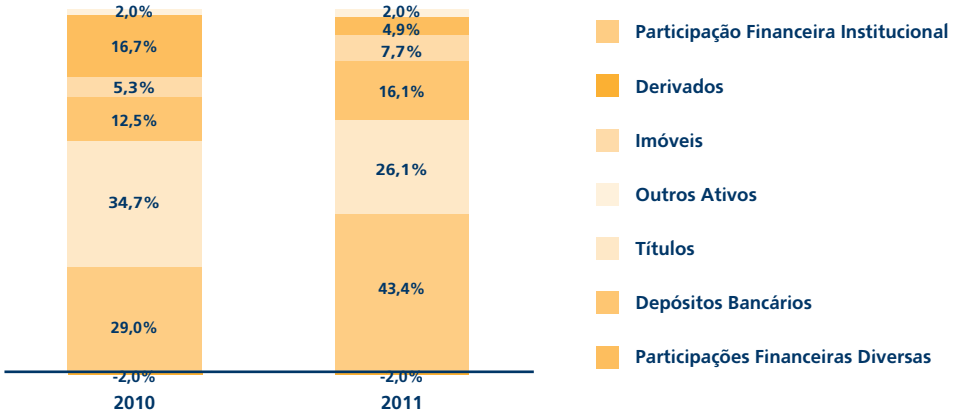
(milhares de euros)

CLASSE DE ATIVOS	2010		2011		Variação	
	Valor	Tx. Rend. (%)	Valor	Tx. Rend. (%)	Valor	%
Participação Financeira Institucional	800 000	2,6	1 245 000	2,1	445 000	55,6
Títulos	957 261	2,8	749 046	2,9	-208 215	-21,8
Depósitos Bancários	344 688	1,7	462 436	2,7	117 748	34,2
Imóveis	147 139	9,2	221 309	9,5	74 170	50,4
Participações Financeiras Diversas	461 674	2,3	139 601	1,3	-322 074	-69,8
Outros Ativos	54 029	0,2	57 260	0,2	3 231	6,0
Derivados	-5 443	40,8	-5 999	25,9	-556	-10,2
TOTAL	**2 759 348**	**2,7**	**2 868 652**	**2,7**	**109 304**	**4,0**

Na evolução das principais classes de ativo, destaca-se o comportamento da Participação Financeira Institucional na CEMG, situação que está diretamente relacionada com os dois aumentos de capital efetuados pela CEMG em 2011 (345 milhões de euros em março e 100 milhões de euros em dezembro), ambos, integralmente, realizados pela Associação Mutualista. A redução das Participações Financeiras Diversas reflete a alienação, à CEMG, da participação na Finibanco Holding, SGPS, SA.

Salienta-se, ainda, o aumento dos Depósitos Bancários impulsionado, sobretudo, pela conversão em depósitos de algumas posições detidas em títulos. Simultaneamente, com o comportamento negativo da valorização dos valores mobiliários em carteira, este facto provocou uma variação negativa na Carteira de Títulos da Associação Mutualista.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO ATIVO



Num ano especialmente difícil, a rendibilidade dos ativos da Associação Mutualista manteve-se inalterada. Ainda assim, este comportamento compara favoravelmente com o referencial de taxas de médio prazo (5 anos) do mercado interbancário (taxa *swap* média de 2,48% em 2011).

Carteira de Imóveis

A carteira de imóveis registou, ao longo de 2011, um aumento significativo da sua estrutura, essencialmente, devido à transferência de um grupo de imóveis da Caixa Económica, onde se incluem alguns imóveis provenientes da aquisição do Finibanco, SA.

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE IMÓVEIS

(milhares de euros)

CLASSE DE ATIVOS	2010		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Investimentos em Imóveis	179 648	89,3	274 678	98,9	95 030	52,9
Terrenos e Recursos Naturais	3 754	1,9	3 180	1,1	-574	-15,3
Edifícios e Outras Construções (1)	17 741	8,8	1	0,0	-17 740	–
TOTAL	**201 143**	**100,0**	**277 859**	**100,0**	**76 716**	**38,1**

Nota: Estes valores diferem dos valores apresentados no mapa «Evolução do Activo Líquido da Associação Mutualista», porque aqueles estão deduzidos de amortizações, nos valores de 54 005 milhares de euros e de 56 550 milhares de euros, em 2010 e 2011, respectivamente.

(1) A variação ocorrida no valor de Edifícios e Outras Construções deve-se, apenas, a uma alteração contabilistica, tendo aquela verba sido transferida para a rubrica de Investimentos em Imóveis.

O rendimento líquido associado a esta componente do ativo ascendeu a 14,3 milhões de euros, ou seja, um aumento de 10,8% comparativamente com o ano anterior. Este comportamento justifica-se, sobretudo, pela realização de mais-valias decorrentes da alienação de alguns imóveis em carteira.

Embora cerca de metade dos imóveis estejam concentrados na Grande Lisboa e Grande Porto, o parque imobiliário encontra-se disperso ao longo do território nacional, abrangendo a quase totalidade dos distritos do continente, e regiões autónomas.

Carteira de Títulos

A carteira de títulos continua a representar uma parcela significativa do ativo da Associação Mutualista, pese embora se tenha observado, ao longo do ano de 2011, uma redução desta classe de ativo. O comportamento observado justifica-se, por um lado, pela alienação de algumas posições detidas em obrigações e, também, à semelhança do que aconteceu com a generalidade dos títulos de mercado, com a depreciação dos títulos em carteira. No final do ano, a carteira global de títulos totalizava 749,0 milhões de euros, um decréscimo de 21,8% comparativamente com o ano transato (957,3 milhões de euros).

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS

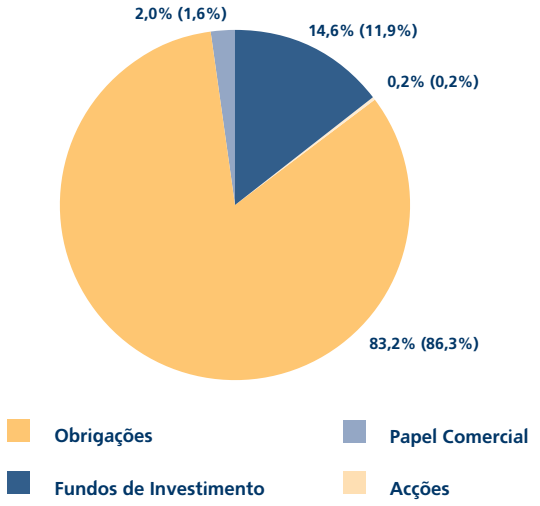
(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2010		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Carteira de Títulos e Similares						
Obrigações (inclui Títulos de Negociação)	839 925	85,9	635 973	82,7	-203 952	-24,3
Papel Comercial	15 005	1,5	15 091	2,0	86	0,6
Ações (inclui Títulos de Negociação)	3 311	0,3	2 750	0,4	-561	-16,9
TOTAL 1	**858 241**	**87,8**	**653 814**	**85,0**	**-204 427**	**-23,8**
% do Ativo	**31,1**		**22,8**		**-8,3 p.p.**	
2. Outras Aplicações Financeiras						
Fundos de Investimento Mobiliários	15 344	1,6	12 449	1,6	-2 895	-18,9
Fundos de Investimento Imobiliários	31 635	3,2	29 317	3,8	-2 318	-7,3
Outros Fundos de Investimento	72 559	7,4	73 716	9,6	1 157	1,6
TOTAL 2	**119 538**	**12,2**	**115 482**	**15,0**	**-4 056**	**-3,4**
% do Ativo	**4,3**		**4,0**		**-0,3 p.p.**	
TOTAL (1+2)	**977 779**	**100,0**	**769 296**	**100,0**	**-208 483**	**-21,3**
% do Ativo	**35,4**		**26,8**		**-8,7 p.p.**	
3. Imparidade						
Obrigações	13 460	65,6	13 170	65,0	-290	-2,2
Ações	1 088	5,3	1 239	6,1	151	13,9
Fundos de Investimento Mobiliários	5 970	29,1	5 841	28,8	-129	-2,2
TOTAL 3	**20 518**	**100,0**	**20 250**	**100,0**	**-268**	**-1,3**
TOTAL LÍQUIDO	**957 261**		**749 046**		**-208 215**	**-21,8**
% do Ativo	**34,7**		**26,1**		**-8,6 p.p.**	

Num ano particularmente adverso a investimentos financeiros, a AM focalizou a sua atenção em aplicações de curto prazo, de taxa fixa e com exposição à república portuguesa. De uma forma muito recorrente foram, particularmente, dinamizados os investimentos em papel comercial e, também, em bilhetes do tesouro.

O agravamento da crise das dívidas soberanas europeias e a revisão em baixa dos *ratings* sofridos pela generalidade dos emitentes alteraram, naturalmente, a estrutura de *rating* dos ativos em carteira detidos pela Associação Mutualista.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO POR TIPO DE ATIVOS 2011 (2010)



ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR CLASSES DE *RATING*

(milhares de euros)

CLASSES DE *RATING*	2010		2011	
	Valor	%	Valor	%
AAA	20 997	2,5	473	0,1
AA+	3 719	0,4	285	0,0
AA	7 084	0,9	1 375	0,2
AA-	15 922	1,9	0	0,0
A+	22 185	2,7	4 408	0,7
A	100 784	12,2	15 137	2,4
A-	49 660	6,0	36 156	5,8
BBB+	31 728	3,8	12 769	2,1
BBB	433 990	52,5	12 047	1,9
BBB-	74 242	9,0	69 953	11,2
<BBB-	17 328	2,1	430 749	69,2
NR	48 826	5,9	39 452	6,3
TOTAL	**826 465**	**100,0**	**622 803**	**100,0**

Os títulos detidos em carteira continuam, preferencialmente, alocados na carteira AFS (*available for sale*) em função do perfil e da natureza das responsabilidades sob gestão.

Os desinvestimentos ocorridos durante o ano provocaram uma redução na generalidade da carteira de títulos, nomeadamente, dos ativos Classificados ao Justo valor em Resultados. A carteira de Negociação mantém uma representatividade marginal na estrutura global da carteira de títulos (0,23%).

TIPOLOGIA DA CARTEIRA DE TÍTULOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Carteira		Imparidade		Variação	
	2010	2011	2010	2011	Carteira	Imparidade
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Disponíveis para Venda	**947 529**	**756 908**	**20 518**	**20 250**	**-190 621**	**-268**
Obrigações do Tesouro	72 782	49 925			-22 857	
Obrigações Diversas	737 203	573 660	13 460	13 170	-163 543	-290
Papel Comercial	15 005	15 091			86	
Ações	3 001	2 750	1 088	1 239	-251	151
Fundos de Investimento	119 538	115 482	5 970	5 841	-4 056	-129
Classific. Justo Valor em Resultados	**13 683**	**10 658**			**-3 025**	
Obrigações	13 683	10 658			-3 025	
Títulos Negociáveis	**16 567**	**1 730**			**-14 837**	
Ações	310	0			-310	
Obrigações	16 257	1 730			-14 527	
TOTAL	**977 779**	**769 296**	**20 518**	**20 250**	**-208 483**	**-268**

O montante da Imparidade de títulos manteve-se praticamente inalterado, pese embora o reforço efetuado nas Obrigações da República Grega em cerca de 8,9 milhões de euros. De salientar, por outro lado, a libertação de Imparidade em alguns títulos de dívida, alienados no decurso de 2011, cuja provisão já havia sido reconhecida em resultados em anos anteriores.

Em termos do rendimento líquido gerado pela gestão da Carteira de Títulos, observou-se uma melhoria da ordem dos 2,4 milhões de euros (26,5 milhões de euros em 2010 e 28,9 milhões de euros em 2011), facto diretamente relacionado com a subida das taxas de remuneração de mercado, com uma gestão mais ativa em aplicações de tesouraria de curto prazo e, também, com os proveitos obtidos com a alienação de alguns títulos em carteira.

Participação Financeira Institucional na Caixa Económica

Dando cumprimento ao que ficara aprovado na Assembleia Geral de Associados de 21 de dezembro de 2010, verificou-se, em março de 2011, um aumento do Capital Institucional da Caixa Económica no montante de 345 milhões de euros. Esta operação permitiu acomodar a integração da Finibanco Holding, SGPS, SA e criar, paralelamente, condições mais sólidas para continuar a estratégia de desenvolvimento sustentado do Grupo Montepio.

No final do ano de 2011, a Caixa Económica voltou a realizar um novo aumento de capital para robustecer os seus níveis de solvabilidade, em linha com as exigências definidas pelo Banco de Portugal e pelo Memorando de Política Económica e Financeira subjacente ao Programa de Assistência Financeira a Portugal. A Associação Mutualista assegurou novamente e de forma integral, o aumento de capital da CEMG no montante de 100 milhões de euros. A Participação Financeira Institucional da AM na CEMG é, atualmente, de 1 245 milhões de euros, cerca de 43,4% do volume do seu ativo.

Os resultados transferidos da Caixa Económica para AM, em 2011, totalizaram 23,1 milhões de euros, ou seja, mais 13,7% do que no ano anterior (20,3 milhões de euros).

Participações Financeiras Diversas

A principal ocorrência verificada na carteira de Participações Financeiras da AM foi a alienação, à CEMG, da posição detida na Finibanco Holding, SGPS, SA. De realçar, também, os seguintes movimentos ocorridos durante o ano de 2011:

- A Aquisição de quatro sociedades financeiras provenientes da aquisição da Finibanco Holding, SGPS, SA, no montante de 19,2 milhões de euros (Finibanco Vida – Companhia de Seguros, Finisegur – Sociedade Mediadora de Seguros; Finimóveis - Sociedade de Serviços Auxiliares; Lestinvest, SGPS);

- Divisão das ações da Futuro (alteração do valor nominal de 30 euros para 5 euros).

A taxa de rendibilidade média proporcionada pela carteira de Participações Financeiras situou-se em 1,3% (2,3% em 2010), tendo o rendimento líquido totalizado 2,6 milhões de euros (2,1 milhões de euros, em 2011).

Participação Financeira na Finibanco-Holding, SGPS, SA

Em 31 de março de 2011, a AM vendeu à CEMG as ações da Finibanco – Holding, SGPS.

O montante desta operação financeira foi de 341,3 milhões de euros.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E SEUS RENDIMENTOS

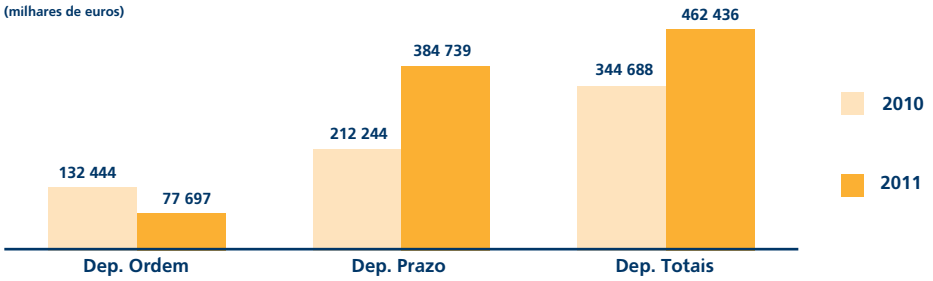
(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2010				2011				Variação			
	Investimento	%	Rendimento	%	Investimento	%	Rendimento	%	Investimento	%	Rendimento	%
Participações Financeiras de Capital Estratégicas	**379 489**	**82,2**	**1 851**	**88,8**	**57 416**	**41,1**	**2 276**	**79,9**	**-322 073**	**-84,9**	**425**	**23,0**
MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS	1 331	0,3	495	23,7	1 331	1,0	574	22,0	0	0,0	79	16,0
FUTURO	1 963	0,4		0,0	1 963	1,4	195		0	0,0	195	
LUSITANIA – VIDA	9 647	2,1	699	33,5	9 647	6,9	839	32,2	0	0,0	140	20,0
LUSITANIA – COMPANHIA DE SEGUROS	23 769	5,1	657	31,5	23 769	17,0	668	25,6	0	0,0	11	1,6
RESIDÊNCIAS MONTEPIO, SA	1 530	0,3			1 530	1,1			0	0,0		
FINIBANCO	341 250	73,9			0	0,0			-341 250			
FINIBANCO VIDA – Companhia de Seguros					4 165	3,0			4 165			
FINISEGUR – Soc. Mediadora de Seguros					313	0,2			313			
FINIMÓVEIS – Soc. de Serviços Auxiliares					1 505	1,1			1 505			
LESTINVEST, SGPS					13 194	9,5			13 194			
Outras Participações	**17 435**	**3,8**	**233**	**11,2**	**17 435**	**12,5**	**329**	**12,6**	**0**	**0,0**	**96**	**41,1**
NEBRA ENERGIAS RENOVABLES	611	0,1	- 4	-0,2	611	0,4		0,0	0	0,0	4	
BOLSIMO	15 119	3,3			15 119	10,8			0	0,0		
GERMONT	700	0,2			700	0,5			0	0,0		
LEACOCK	242	0,1			242	0,2			0	0,0		
NOVACÂMBIOS	227	0,0	11	0,5	227	0,2	11	0,4	0	0,0	0	0,0
SAGIES	97	0,0	87	4,2	97	0,1	48	1,8	0	0,0	- 40	-45,5
SILVIP	308	0,1	138	6,6	308	0,2	270	10,4	0	0,0	132	95,0
MG INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	50	0,0			50	0,0			0	0,0		
SOCIEDADE BEM COMUM	80				80	0,1			0	0,0		
Subtotal	**396 924**	**86,0**	**2 084**	**100,0**	**74851**	**53,6**	**2 605**	**100,0**	**-322 073**	**-81,1**	**521**	**25,0**
Prestações Suplementares de Capital												
LUSITANIA – COMPANHIA DE SEGUROS	29 750	6,4			29 750	21,3			0	0		
BOLSIMO	35 000	7,6			35 000	25,1			0	0		
Subtotal	**64 750**	**14,0**	**0**	**0,0**	**64 750**	**46,4**	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**
TOTAL	**461 674**	**100,0**	**2 084**	**100,0**	**139 601**	**100,0**	**2 605**	**100,0**	**-322 073**	**-81,1**	**521**	**25,0**

Depósitos Bancários

Em 31 de dezembro de 2011, o volume de depósitos bancários totalizava 462,4 milhões de euros, ou seja, cerca de 16,1% do total do ativo líquido da AM. Verificou-se uma variação positiva de 117,7 milhões de euros, essencialmente, devido à transformação, em depósitos, de algumas posições detidas em obrigações.

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS



Outros Activos

A rubrica de Outros Ativos da AM representa cerca de 2,0% do volume total do ativo, onde se destacam, como habitualmente, as componentes de Imobilizações em Curso e de Empréstimos a Associados.

No que concerne às Imobilizações em Curso, de salientar, ao longo deste ano, a continuação das obras de melhoramento efetuadas em alguns imóveis e Centros Residenciais. Atualmente, encontram-se em curso cinco projetos de Residências Assistidas, num investimento global acumulado de 30,7 milhões de euros.

ESTRUTURA DE IMOBILIZAÇÕES EM CURSO

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2010		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Centros Residenciais	28 088	98,3	30 630	88,3	2 542	9,0
Unidades de Cuidados Continuados	70	0,2	92	0,3	22	31,4
Diversos	3 088	1,5	3 955	11,4	867	28,1
TOTAL	**31 246**	**100,0**	**34 677**	**100,0**	**3 431**	**11,0**

Relativamente aos Empréstimos a Associados, foram celebrados 1 642 novos contratos, mais 222 contratos comparativamente com o ano anterior. O montante de crédito concedido registou um aumento, em termos anuais, de 712 mil euros. O saldo acumulado de empréstimos, entre 2010 e 2011, ficou praticamente inalterado, tendo o seu comportamento evoluído de 3,2 milhões de euros para 3,1 milhões de euros, respetivamente.

EMPRÉSTIMOS A ASSOCIADOS

DESIGNAÇÃO	2010	2011	Variação
			(unidades)
Número de Contratos Novos	**1 420**	**1 642**	**222**
Sobre Reservas Matemáticas (1)	784	889	105
Sobre Capitais	636	753	117
			(milhares de euros)
Montante de Contratos Novos	**3 257**	**3 969**	**712**
Sobre Reservas Matemáticas	1 359	1 587	228
Sobre Capitais	1 898	2 382	484
			(rácios)
Montante médio por contrato novo	**2,3**	**2,4**	**0,1**
Sobre Reservas Matemáticas	1,7	1,8	0,1
Sobre Capitais	3,0	3,2	0,2
			(milhares de euros)
Montante Acumulado	**3 177**	**3 123**	**-54**
Sobre Reservas Matemáticas	1 135	1 110	-25
Sobre Capitais	2 042	2 013	-29

(1) Inclui Empréstimos sobre Quotas Restituíveis.

6.4.3. PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO

O Passivo da AM revelou, em 2011, um acréscimo anual de 4,4%, ou seja, 104,3 milhões de euros. Este efeito deve-se, por um lado, ao aumento de responsabilidades para com os subscritores (+37,7 milhões de euros), quer das modalidades de capitalização (em especial nas Séries emitidas da modalidade de Capitais de Reforma), quer das modalidades atuariais (decorrente da dinâmica de subscrições observada nas modalidades de Proteção 5 em 5, Proteção Sub-25 e Pensões de Reforma).

Teste de Adequabilidade das Reservas Matemáticas das Modalidades Atuariais

Em 2011, o teste de adequação que foi realizado às responsabilidades das modalidades atuariais e rendas vitalícias, motivou a libertação do montante de provisões acumuladas.

EVOLUÇÃO DO PASSIVO

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2010		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	**2 342 462**	**99,7**	**2 376 076**	**96,9**	**33 614**	**1,4**
PROVISÕES MATEMÁTICAS MODAL. ASSOCIATIVAS	2 258 937	96,1	2 296 621	93,6	37 684	1,7
Estatutárias	2 175 579	92,6	2 219 267	90,5	43 688	2,0
Rendas Vitalícias	18 848	0,8	17 826	0,7	-1 022	-5,4
Atuariais	64 510	2,7	59 528	2,4	-4 982	-7,7
SUBVENÇÕES E MELHORIAS DE BENEFÍCIOS	83 525	3,6	79 455	3,2	-4 070	-4,9
OUTROS PASSIVOS	**6 241**	**0,3**	**76 945**	**3,1**	**70 704**	**1 132,8**
TOTAL	**2 348 703**	**100,0**	**2 453 021**	**100,0**	**104 318**	**4,4**

O Capital Próprio apresentou uma evolução positiva ao longo do período em análise, facto diretamente relacionado com o comportamento das Reservas Legais e dos Resultados, pese embora o comportamento negativo das Reservas de Reavaliação de títulos, que traduziu a instabilidade sentida na generalidade dos mercados financeiros. Um acréscimo da dotação das modalidades e rendas para o Fundo de Reserva contribuiu para o incremento da componente da Reserva Legal em 9,6%.

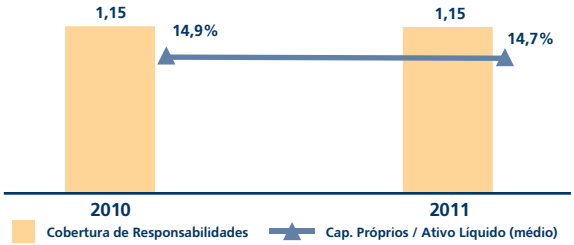
EVOLUÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2010		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FUNDO SOCIAL	**158 854**	**38,7**	**166 300**	**40,0**	**7 446**	**4,7**
FUNDOS PRÓPRIOS	**90 013**	**21,9**	**99 498**	**24,0**	**9 485**	**10,5**
FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO	133	0,0	172	0,0	39	29,3
FUNDO SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	43 162	10,5	47 744	11,5	4 582	10,6
FUNDO PARA BOLSAS DE ESTUDO	935	0,2	951	0,2	17	1,8
FUNDO GARANTIA DE PAGAMENTO DE ENCARGOS	45 405	11,1	50 275	12,1	4 870	10,7
FUNDO SERV. CLÍNICOS – MONTEPIO EGITANIENSE	378	0,1	356	0,1	-22	-6,0
EXCEDENTES TÉCNICOS	68 841	16,8	66 802	16,1	-2 040	-3,0
RESERVAS	**197 398**	**48,1**	**191 174**	**46,0**	**-6 224**	**-3,2**
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	-16 902	-4,1	-41 768	-10,1	-24 866	-147,1
RESERVAS LEGAIS	178 844	43,6	196 095	47,2	17 251	9,6
OUTRAS RESERVAS	35 456	8,6	36 847	8,9	1 391	3,9
RESULTADOS	**54 393**	**13,2**	**58 157**	**13,9**	**3 764**	**6,9**
RESULTADOS LÍQUIDOS	54 393	13,2	58 157	13,9	3 764	6,9
TOTAL	**410 645**	**100,0**	**415 631**	**100,0**	**4 986**	**1,2**

Os níveis de solidez financeira da AM mantiveram-se relativamente estáveis, num contexto financeiro marcado por uma grande instabilidade da economia mundial e, particularmente, das economias europeias. O ligeiro decréscimo do rácio de Capitais Próprio sobre o Ativo Líquido médio é explicado pelo impacto negativo das Reservas de Reavaliação dos títulos no Capital Próprio.

NÍVEIS DE SOLIDEZ FINANCEIRA



6.4.4. RESULTADOS

O Resultado Líquido acumulado da Associação Mutualista situou-se, no final do ano de 2011, em 58,2 milhões de euros, traduzindo uma taxa de crescimento de 6,9%.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2010	2011	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. PROVEITOS E GANHOS				
Proveitos Inerentes a Associados	554 305	821 521	267 216	48,2
Redução de Provisões Matemáticas (1)	221 941	415 667	193 726	87,3
Receitas Associativas e Outros Proveitos (2)	332 364	405 854	73 490	22,1
Proveitos Suplementares	82	30	-52	-63,4
Comparticipações e Subsídios à Exploração	20 292	23 076	2 784	13,7
Proveitos e Ganhos Financeiros	61 068	67 709	6 641	10,9
Proveitos e Ganhos Extraordinários	8 024	19 369	11 345	141,4
TOTAL	**643 771**	**931 705**	**287 934**	**44,7**
2. CUSTOS E PERDAS				
Custos Inerentes a Associados	559 826	826 964	267 138	47,7
Aumento de Provisões Matemáticas (2)	338 945	420 998	82 053	24,2
Benefícios Vencidos, Reembolsos e Outros Custos (1)	220 881	405 966	185 085	83,8
Fornecimentos e Serviços Externos	3 068	3 534	466	15,2
Custos com o Pessoal	6 715	6 675	-40	-0,6
Outros Custos Operacionais	968	2 124	1 156	119,4
Custos e Perdas Financeiras	8 088	7 717	-371	-4,6
Custos e Perdas Extraordinárias	4 460	11 774	7 314	164,0
TOTAL	**583 125**	**858 788**	**275 663**	**47,3**
3. MEIOS LIBERTOS	**60 646**	**72 917**	**12 271**	**20,2**
4. AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO	3 325	3 403	78	2,3
5. AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES DE APLICAÇÕES E INV. FINANCEIROS	2 928	11 357	8 429	287,9
6. RESULTADO DO EXERCÍCIO (3-4-5)	**54 393**	**58 157**	**3 764**	**6,9**

(1) Os Benefícios Vencidos têm como contrapartida, do lado dos Proveitos, a Redução das Provisões Matemáticas.
(2) As Receitas Associativas têm como contrapartida, do lado dos Custos, o Aumento das Provisões Matemáticas.

A evolução dos resultados em 2011 foi marcada pelas seguintes ocorrências:

- Aumento dos resultados transferidos da CEMG, conforme rubrica de «Comparticipações e Subsídios à Exploração» (23,1 milhões de euros em 2011, face a 20,3 milhões de euros em 2010);
- Aumento dos Proveitos Extraordinários por via da recuperação de valores de Imparidade reconhecidos como custo em exercícios anteriores e, também, pelas mais-valias obtidas com a alienação de alguns imóveis e títulos em carteira;
- Acréscimo dos Custos Extraordinários decorrente de perdas na alienação de alguns títulos, já provisionados em exercícios anteriores;
- Reforço do montante de provisões de títulos, sobretudo, devido à necessidade de constituição de imparidade nas Obrigações da República Grega;
- Bom desempenho da gestão da «Carteira de Títulos», decorrente da subida das taxas de remuneração dos investimentos e de uma posição mais ativa em aplicações de tesouraria de curto prazo (Papel Comercial e Bilhetes do Tesouro);
- Libertação, em termos líquidos, do montante de Provisões Atuariais das Modalidades de Previdência (5,0 milhões de euros), em resultado do teste anual efetuado à adequabilidade das reservas matemáticas destas modalidades;
- Aumento da componente de rendimento mínimo garantido (15,3 milhões de euros em 2010 e 20,2 milhões de euros em 2011) em benefício dos subscritores das Modalidades de Capitalização, com impacto negativo na Margem de Proveitos de Associados.

6.5. PROPOSTAS

6.5.1. PROPOSTA DE RECURSO AOS EXCEDENTES TÉCNICOS E AO FUNDO DE RESERVA GERAL PARA COBERTURA DOS SALDOS NEGATIVOS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS

Considerando que algumas Modalidades apresentaram, no exercício de 2011, um saldo anual negativo do Fundo Disponível, e tendo em consideração que, de acordo com os Estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista (art.º 59), «*quando o saldo anual de qualquer fundo disponível for negativo será coberto pelos excedentes, quando existam, do respetivo Fundo Permanente ou Fundo Próprio e, se necessário, pelos Fundos de Reserva Geral*», propõem-se os seguintes ajustamentos:

- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso a Excedentes Técnicos, no montante de 5 036 625,16 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso ao Fundo de Reserva Geral, nas situações de inexistência ou insuficiência de Excedentes Técnicos nas respetivas modalidades, no montante de 2 715 721,23 euros.

Fundo Permanente da Respetiva Modalidade	(Euros)
– Excedentes Técnicos	
(O existente nos respetivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível da modalidade)	
Pensão Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	5 925,50
Pensão Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	325,43
Capitais de Previdência – 4%	1 089 078,28
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 4%	3 713 979,14
Capitais para Jovens – 4%	61 868,89
Capitais para Estudos – 4%	158 933,59
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas – 4%	6 514,33
Subtotal	**5 036 625,16**

Fundo de Reserva Geral:	(Euros)
(O restante para complementar a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível)	
Capitais de Reforma por Prazo Certo – Série 2010-2015 – 1.ª Série	387 661,55
Capitais de Reforma por Prazo Certo – Série Rendimento Escolar 2011-2026	14,69
Capitais de Reforma por Prazo Certo – Série 2011-2016 – 12.ª Série	1 745,20
Rendas Vitalícias – 6%	22 895,95
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	18 153,92
Pensões de Reforma – 4%	992 652,09
Pensões de Reforma – 4% TV 88/90	1 292 597,83
Subtotal	**2 715 721,23**
TOTAL	**7 752 346,39**

6.5.2. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Tendo em consideração:

- A transferência de 5 036 625,16 euros de Excedentes Técnicos para cobertura de Fundos Disponíveis;
- A transferência de 2 715 721,23 euros do Fundo de Reserva Geral para cobertura de Fundos Disponíveis;
- Os Resultados do Exercício da Associação Mutualista, constituídos pelo somatório dos Saldos dos Fundos Disponíveis das Modalidades Mutualistas, Rendas Vitalícias, Outros Fundos e, também, pelo rendimento do Fundo de Reserva Geral, no montante total de 58 156 590,38 euros.

Fica disponível para aplicação o montante de 65 908 936,77 euros, relativamente ao qual se propõe o seguinte:

Para o Fundo de Reserva Geral:

(Euros)

– Rendimento do Fundo, nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do Artigo 56.º dos Estatutos:		5 496 950,42	
– Dotação conforme alínea *a*) do n.º 1, conjugada com o n.º 2 do Artigo 60.º dos Estatutos (65% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis)			
Modalidades Individuais			
Garantia de Pagamento de Encargos (Estatutos de 1988)	7 047 281,60		
Garantia de Pagamento de Encargos I	2 086 660,20		
Garantia de Pagamento de Encargos II	4 608,94	9 138 550,74	
– Dotação conforme alínea *a*) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos (5% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis das seguintes Modalidades e Rendas)			
Modalidades Individuais			
Capitais de Previdência – 3%	2 764,81		
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 3%	74 394,13		
Capitais para Jovens – 3%	7 416,22		
Pensões de Reforma – 3%	1 783,98		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	814,40		
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	2 243,32		
Pensões de Poupança Reforma – 3%	15,42		
Capital Temporário de Invalidez – 3%	29,65		
Capitais de Garantia	4 262,68		
Quotas para Invalidez – Modalidades Coletivas	33,78		
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas – 3%	67,21		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	7 914,29		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4% (TV88/90)	3 162,21		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4% (TV 88/90)	32,78		
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	9 495,79		
Subsídio por Morte	1 356,42		
Capitais de Previdência a Prazo	272,29		
Pensões de Sobrevivência e Dotes	60 331,19		
Pensões para Deficientes	1 817,27		
Capital Temporário de Invalidez – 4%	1 229,47		
Rendas de Sobrevivência	1 146,10		
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	92,49		
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	25,17		
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional	29,76		
Pensões de Reforma – 6%	386 894,33		
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	2 647,77		
Poupança Reforma	74 333,44		
Capitais de Reforma	1 180 314,57		
Modalidades Coletivas			
Capitais Coletivos	9 520,58		
Rendas Vitalícias – 4%	4 818,93		
Rendas Vitalícias – 3%	8 312,53		
Fundos Diversos			
Fundo Bolsas de Estudos	974,83		
Fundo de Serviços Clínicos Montepio Egitaniense	770,76		
– Dotação conforme alínea *a*) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos (10% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis da seguinte Modalidade)			
Modalidades Individuais			
Capitais de Reforma de Prazo Certo	513 488,62	2 362 807,19	16 998 308,35

Para os Fundos Permanentes das Respetivas Modalidades e Rendas:

(Euros)

– (Dotação nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)		
– Excedentes Técnicos:		
Capitais de Previdência – 3%	52 531,46	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 3%	1 413 488,44	
Capitais para Jovens – 3%	140 908,14	
Pensões de Reforma – 3%	33 895,70	
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	15 473,51	
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	42 623,09	
Pensões de Poupança Reforma – 3%	292,96	
Capital Temporário de Invalidez – 3%	563,42	
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas – 3%	1 276,99	
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	150 371,50	
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4% (TV88/90)	60 082,01	
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4% (TV 88/90)	622,80	
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	180 419,99	
Subsídio por Morte	25 772,00	
Capitais de Previdência a Prazo	5 173,53	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 146 292,67	
Pensões para Deficientes	34 528,06	
Capital Temporário de Invalidez – 4%	23 359,87	
Rendas de Sobrevivência	21 775,89	
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	1 757,22	
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	478,22	
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional	565,39	
Pensões de Reforma – 6%	7 350 992,22	
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	50 307,59	
Rendas Vitalícias – 4%	91 559,59	
Rendas Vitalícias – 3%	157 938,13	11 003 050,39

Para os Fundos Próprios das Respetivas Modalidades e Outros Fundos:

(Euros)

(Dotação nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)			
– Modalidades de Capitalização			
Modalidades Individuais			
Capitais de Reforma	22 425 976,83		
Capitais de Garantia	80 990,90		
Poupança Reforma	1 412 335,39		
Capitais de Reforma de Prazo Certo	4 621 397,40		
Quota para Invalidez – Modalidades Coletivas	641,74		
Modalidades Coletivas			
Capitais Coletivos	180 891,04	28 722 233,30	
– Fundo de Solidariedade Associativa		4 625 909,27	
– Fundo de Administração		25 192,14	
– Fundo de Serviços Clínicos Montepio Egitaniense		14 644,41	
– Fundo Bolsas de Estudo		18 521,69	
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos (Estatutos de 1988)		3 471 049,14	
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos I		1 027 758,01	
– Fundo de Garantia de Pagamento de Encargos II		2 270,07	37 907 578,03
TOTAL			**65 908 936,77**

6.5.3. PROPOSTA DE REPOSIÇÃO DO FUNDO DE RESERVA GERAL

Dando cumprimento ao n.º 3 do Artigo 56.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, segundo o qual «*o Fundo de Reserva será ressarcido dos valores que tenham sido utilizados para completar os Fundos Disponíveis*», propõe-se que seja efetuada a reposição dos seguintes valores:

(Euros)

Pensões de Reforma – 6%	101 765,91	
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	155 922,49	
TOTAL		**257 688,40**

Por outro lado, e dando seguimento ao processo iniciado no ano de 2005, voltou a efetuar-se um teste de adequação às responsabilidades das modalidades actuariais, baseado em pressupostos mais adequados à realidade. Os cálculos efetuados, no final do ano, demonstraram que algumas modalidades podem libertar reservas matemáticas constituídas no ano anterior.

Em face disto, propõe-se que seja efetuada a reposição dos seguintes valores:

(Euros)

– Para o Fundo de Reserva Geral			
Pensões de Reforma – 6%	7 249 226,31		
Rendas Vitalícias – 4%	91 559,59		
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	24 497,50	7 365 283,40	
– Para Excedentes Técnicos			
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 114 920,56		
Pensões para Deficientes	24 994,02	1 139 914,58	
TOTAL			**8 505 197,98**

6.5.4. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS DE BENEFÍCIOS

Propõe-se que sejam atribuídas Melhorias de Benefícios (sobre as Reservas Matemáticas, referentes aos benefícios em formação e em curso, existentes em 31 de dezembro de 2011), às seguintes modalidades:

– Modalidades e Rendas com Taxa Técnica de 6%	0,00%
– Modalidades e Rendas com Taxa Técnica de 4%	0,00%
– Modalidades e Rendas com Taxa Técnica de 3%	1,00%

Todas as Modalidades e Rendas que apresentem um Saldo anual negativo dos Fundos Disponíveis, ou tenham dívidas acumuladas ao Fundo de Reserva Geral, ou Saldo anual positivo dos Fundos Disponíveis, apenas, por via da Libertação de Provisões atuariais decorrentes do teste de adequação de responsabilidades, não beneficiam de atribuição de Melhorias. O custo das Melhorias a atribuir aos Associados será o seguinte:

(Euros)

(Dotação nos termos do Artigo 18.º dos Estatutos e 53.º do Código das Associações Mutualistas)		
– Modalidades com **Taxa Técnica de 3%**		
Capitais de Previdência	4 502,31	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	440 736,65	
Capitais para Jovens	83 441,25	
Pensões de Reforma	14 733,97	
Pensões de Capitais de Reforma	40 695,51	
Pensões de Poupança Reforma	279,13	
Capital Temporário de Invalidez	33,03	
TOTAL		**584 421,85**

6.5.5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE EXCEDENTES TÉCNICOS DE RENDAS VITALÍCIAS

Considerando o volume dos excedentes técnicos existentes no Fundo das Rendas Vitalícias 3% e o n.º 6 do Artigo 64.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, propõe-se que as rendas constituídas até 31 de dezembro de 2010 sejam atualizadas em 1,0% (40 624,16 euros).

6.5.6. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE RENDIMENTO ANUAL COMPLEMENTAR ÀS MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

Considerando:

- o resultado anual gerado pelas Modalidades de Capitais de Reforma, Poupança Reforma e Capitais Coletivos, deduzido dos respetivos rendimentos mínimos anuais garantidos e da comparticipação para o Fundo de Administração;
- as dotações para o Fundo de Reserva Geral.

Propõe-se que a atribuição do rendimento anual complementar seja feita de forma diferenciada, garantindo-se a cada Modalidade uma taxa global de 3,25%:

– Poupança Reforma	2,601%
– Capitais de Reforma	Entre 1,00% e 2,601%
– Capitais Coletivos	2,601%

De forma a atribuir uma taxa global de rendibilidade de 3,25% às modalidades de capitalização, prevê-se a necessidade dum recurso financeiro extraordinário de 9,4 milhões de euros, montante que poderá ser coberto através da Reserva de Estabilização de Resultados das próprias Modalidades.

Relativamente à modalidade de Capitais de Reforma, o detalhe do rendimento anual complementar proposto é o seguinte:

Data de Subscrição	Situação a 31 de dezembro de 2011	Rendimento Anual Garantido em 2011	Rendimento Anual Complementar
1 de março de 1990 a 31 de agosto de 1992	Média Anual da Taxa Refi -0,6% de 01/jan/2011 a 31/dez/2011	0,649%	2,601%
1 de setembro de 1992 a 31 de outubro de 2003	Média Anual da Taxa Refi -0,6% de 01/jan/2011 a 31/dez/2011	0,649%	2,601%
1 de novembro de 2003 a 28 de fevereiro de 2007	Taxa Garantida de 75% da Taxa Técnica de 3% (2,25%) de 1/jan/2011 até ao momento em que completaram 5 anos Média Anual da Taxa Refi -0,6% desde o momento em que completaram 5 anos até 31/dez/2010	de 0,649% a 2,25%	de 2,601% a 1,00%
	As subscrições com antiguidade <5 anos em 31/12/2010 tiveram uma taxa mínima garantida de 75% da Taxa Técnica de 3% (2,25%)	2,25%	1,00%
Desde 1 de março de 2007	Média Anual da Taxa Refi -0,6% de 01/jan/2010 a 31/dez/2010	0,649%	2,601%

6.5.7. PROPOSTA DE COMPARTICIPAÇÃO PARA O FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO

De forma a contribuir para assegurar os compromissos do Fundo da Administração, no que concerne aos Custos Administrativos suportados pela Associação Mutualista, propõe-se que sejam aprovados os seguintes valores de comparticipação das modalidades e rendas, a imputar ao exercício de 2011:

MODALIDADES	(%)
Capitais de Reforma	0,315
Poupança Reforma	0,315
Modalidades Coletivas	0,315
Capitais de Reforma com Prazo Certo	0,250
Garantia de Pagamento de Encargos 1988, I e II	1,000
Restantes Modalidades e Rendas Vitalícias	0,475

6.5.8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RENDIMENTO A TRANSFERIR DA CAIXA ECONÓMICA

Considerando o valor do rendimento a transferir da Caixa Económica, referente aos Resultados de Exercício de 2011, propõe-se que, de acordo com o Artigo 62.º dos Estatutos, lhe seja dada a seguinte aplicação:

	(Euros)
Para o Fundo de Solidariedade Associativa	495 000,00
Para o Fundo de Bolsas de Estudo	9 000,00
Para os Fundos Disponíveis e Reserva Geral	16 080 445,00
TOTAL	**16 584 445,00**

6.5.9. PROPOSTA DE DOTAÇÃO PARA A FUNDAÇÃO MONTEPIO GERAL

A fim de permitir à Fundação Montepio Geral, criada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista em 1995, dar satisfação aos seus fins estatutários, de desenvolvimento da sua missão de Responsabilidade Social, a qual tem vindo a ser dinamizada e valorizada nos últimos anos e a merecer toda a atenção estratégica, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a atribuição de uma dotação, a transferir do Fundo de Solidariedade Associativa, no valor de 900 000,00 euros.

07 Caixa Económica Montepio Geral (Base Consolidada)

7.1. EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE NEGÓCIO

OFERTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS POR SEGMENTOS

Com base na estratégia definida e na conjuntura de mercado, o Montepio continuou a promover as suas linhas de atuação de oferta de produtos e serviços orientados para o reforço dos níveis de liquidez e de desalavancagem.

BANCA DE PARTICULARES

Em 2011, a estratégia de Marketing para o segmento de clientes Particulares privilegiou a captação de depósitos, incentivando a poupança das famílias. A carteira de clientes Particulares cresceu cerca de 12,8% pela incorporação dos clientes do Finibanco, SA, mas, também, pela atratividade da marca e das soluções de poupança oferecidas.

Para além da disponibilização de uma oferta de recursos estável e diversificada, foi igualmente uma prioridade, durante todo o ano de 2011, a uniformização da oferta apresentada na rede Montepio e nos Balcões oriundos do Finibanco, SA, pelo que foram lançados vários produtos para captação de recursos. Dos quais se destaca um depósito a prazo a 2 anos, por ter sido a primeira aplicação financeira comunicada e comercializada nas duas redes, o Montepio Poupança Hoje.

Considerando a estabilidade de recursos e o baixo risco foram igualmente oferecidas aplicações financeiras, sob a forma de depósitos a prazo, predominando o médio prazo (3 anos), de que são exemplo as séries mensais do Montepio Aforro Prémio 2011. Adicionalmente, para maturidades superiores, foram disponibilizados o Montepio Super Poupança 2011, e o Montepio Capital Certo a (de 5 a 8 anos), produto exclusivo para clientes associados do Montepio.

Continua a salientar-se o papel do Montepio enquanto agente de educação financeira e entidade promotora da poupança, foi lançado o Depósito Montepio Poupança Ativa que, permitindo a realização de entregas periódicas ou pontuais, pretende incentivar a pequena poupança regular. Neste âmbito foi lançado para prazos inferiores a 1 ano e como incentivo à captação de novos depósitos o «Montepio Super Depósito 5%» e o «Montepio Super Depósito 4,5%», que proporcionavam remunerações bastante competitivas.

Após o sucesso das campanhas realizadas em anos anteriores, onde o histórico mealheiro do Montepio assumiu uma posição relevante, em 2011 dedicou-se atenção a uma estrela dos mais pequenos: **o Panda**.

No dia Mundial da Criança, foi lançada a campanha «Tu podes ser super a poupar. O Panda ensina-te», dedicada aos mais novos, onde os conceitos de poupança, educação financeira e o mealheiro marcaram presença.

Foram utilizados os meios rádio, *mupies*, *internet* e Balcões, e o índice de Notoriedade Espontânea (*Publivaga/ /Marktest*) da marca Montepio obteve um valor médio de 3,9% durante o mês de junho (em 2010 o valor situou-se nos 2,9%).

Em sequência da estratégia seguida em anos anteriores, manteve-se o incentivo à utilização dos canais à distância através da oferta permanente de produtos de recursos exclusivos destes canais, designadamente a Conta Montepio 24, o Super Depósito *Net* e o Super Depósito *Net Plus*, os quais foram objeto de uma atualização constante da política de *pricing*. Foi também lançado, o Depósito Net Crescente (3 meses), direcionado para o segmento *Affluent*.

Para continuar a promover a vinculação de cliente e a fortalecer a relação com o Montepio enquanto Banco Principal, foi realizado o lançamento para o segmento +55 anos a Solução Montepio Viva, que se juntou às Soluções Consigo e Valor, disponíveis na carteira de oferta do segmento de Particulares.

A carteira de Fundos de Investimento Mobiliário foi reestruturada e complementada com a integração de nove fundos de investimento oriundos do universo Finibanco e que foram integrados na carteira da Montepio Gestão de Ativos.

A oferta de Fundos de Investimento Imobiliário, passou a disponibilizar os fundos geridos pela Sociedade Gestora Finivalor entidade gestora do fundo Finipredial. Este passou a ser comercializado na rede do Montepio.

Em 2011, o Montepio reformulou a oferta de cartões de crédito, criando o Cartão ORIGEM, por substituição do cartão Mega. Este novo cartão, além das habituais vantagens de um Cartão de Crédito tem associado um programa de fidelização que permite aos clientes, com a sua utilização, acumular pontos que podem ser trocados por prémios.

Assim, no final de 2011, o Montepio detinha uma carteira de 215 180 cartões de crédito ativos, tendo o nível de utilização crescido 8,9% face ao período homólogo e a faturação 4,29%. Estes resultados são de salientar tendo em conta a atual conjuntura do mercado.

Em parceria com as Seguradoras do Grupo, o Montepio, reformulou o seguro Montepio Mais, que passou a designar-se **Montepio Proteção Mais**. Um seguro a oito anos que combina as vertentes de proteção e de poupança, de subscrição fácil e imediata.

Na vertente de crédito destaca-se a disponibilização de uma nova linha de crédito, lançada em parceria com a Mobilidade Positiva, designada Montepio Mais Mobilidade, que inclui um seguro de proteção, e que é exclusiva no mercado.

O ano 2011, caraterizou-se por uma maior seletividade na concessão de novo crédito, que associada à significativa desaceleração da procura, motivada pela conjuntura de retração económica se traduziu num menor número de contratações face ao ano anterior.

BANCA DE EMPRESAS

Apesar da conjuntura de desaceleração económica, o Montepio continuou a apoiar as empresas e negócios, prosseguindo a estratégia de aposta no segmento enquanto Instituição Financeira comprometida com o desenvolvimento do país.

Para o efeito consolidou a carteira de oferta dirigida a este segmento e reestruturou a oferta existente com o objetivo de disponibilizar uma melhor qualidade de serviço.

A carteira de clientes registou um crescimento de 45% não só pela incorporação dos clientes oriundos da rede do Finibanco, como pelo esforço de captação neste segmento de clientes, prosseguindo com a estratégia de diversificação do negócio.

Na área de recursos, salienta-se a reformulação da oferta existente por forma a responder às crescentes necessidades de liquidez das empresas, procedeu-se, ainda, à revisão das vertentes do produto: preço e periodicidade de juros das aplicações Montepio Aforro Negócios, e Montepio Mais Negócios.

O Montepio continua a promover o acompanhamento no dia-a-dia das empresas e neste âmbito o Montepio disponibiliza para os segmentos de Empresas Soluções integradas que englobam um conjunto de produtos e serviços de gestão do seu quotidiano, adequados às necessidades dos diversos subsegmentos.

Mantendo a parceria com o Diário Económico, realizou-se a Conferência «Ganhar com as Energias Renováveis», que teve lugar no Porto. Esta conferência contou com a presença de mais de 220 participantes, tendo sido atingidos os seguintes objetivos:

- apresentar temas relevantes para o segmento empresas;
- proporcionar o contato com a marca Montepio;
- divulgar a oferta Montepio e apresentar a estrutura comercial de apoio aos clientes.

Também para a gestão diária, os TPA's (Terminais de Pagamento Automático) continuam a ter um papel fundamental na captação e fidelização de clientes no segmento de pequenos negócios.

A gestão da carteira de crédito e a concessão de novos empréstimos implicaram uma gestão rigorosa de margens e de risco, tendo o Montepio revisto o preço face às novas condições de mercado e ao contexto da banca nacional.

Durante o ano de 2011, as entidades públicas continuaram a promover a assinatura de protocolos com as Instituições de Crédito, com vista a proporcionar às empresas, particularmente às de menor dimensão, condições de acesso ao financiamento bancário.

No seguimento da sua política de apoio ao crescimento e desenvolvimento das empresas, estas iniciativas mereceram todo o apoio do Montepio, que subscreveu e dinamizou as seguintes linhas protocoladas:

- *Export Investe*: linha de crédito de âmbito nacional, dirigida às empresas exportadoras com ciclos de produção/ /comercialização longos;
- Açores *Investe II* e Reestruturação da Dívida Bancária das Empresas dos Açores II: linhas de crédito financiadas pelo Governo Regional dos Açores, que têm por objetivo reforçarem a capacidade financeira das empresas desta Região Autónoma e viabilizar operações de reestruturação do passivo bancário;
- Linha de Crédito Bonificado para Micro e Pequenas Empresas da Madeira II: instrumento de financiamento das empresas de menor dimensão da Região Autónoma, na vertente de financiamento do investimento novo e reforço dos capitais permanentes.

A disponibilização destas linhas de crédito permitiu ainda reforçar a parceria existente entre o Montepio e o sistema de garantia mútua, com base na partilha do risco, para a dinamização do financiamento das empresas nacionais e continuar a apoiar as empresas nacionais.

BANCA PARA O TERCEIRO SETOR

No atual contexto económico-financeiro, o desenvolvimento da Economia Social e solidária revela-se fundamental na manutenção e sobrevivência de muitas das instituições que integram o Terceiro Setor.

Nesta medida, o Montepio, como uma instituição financeira de referência do Terceiro Setor, apresenta-se como um parceiro estratégico no apoio às necessidades financeiras, e no desenvolvimento de produtos e serviços específicos adequados às Instituições deste segmento, com um preço devidamente ajustado.

Em 2011, deu-se continuidade ao reforço do papel do Terceiro Setor no seio do desenvolvimento do negócio do Montepio, não só pelo potencial existente nas próprias instituições do Terceiro Sector, nomeadamente no que refere às necessidade que estas apresentam para a construção de novas valências, e reorganização de outras, de forma a dar resposta às crescentes necessidades no seu campo de atuação, mas também pelo número de pessoas que se encontram envolvidas nas suas atividades.

Neste sentido salienta-se o desenvolvimento e aperfeiçoamento da oferta, com o lançamento de um depósito a prazo exclusivo, designado Depósito Terceiro Setor, com a maturidade de 1 ano. Neste âmbito é ainda de realçar as Soluções Montepio IPSS e Montepio Misericórdias, que proporcionam um conjunto de produtos e serviços a um preço adequado às Instituições deste segmento.

Durante o ano de 2011, o Montepio realizou diversas iniciativas no âmbito do apoio a este segmento, entre as quais merecem especial referência as seguintes:

- Conferência «Voluntariado – Que Valor Económico?», na cidade de Lisboa, em parceria com o Diário Económico, realizada em abril de 2010;
- Congresso da CNIS com o tema «Rumo Solidário para Portugal»;
- Conferência «Economia, Demografia e Sustentabilidade» organizada pelo OJE em parceria com a APFN (Associação Portuguesa das Famílias Numerosas);
- Conferência «Voluntariado» organizada pelo DN/Notícias Magazine;
- Patrocínio da 15.ª Reunião da Sociedade Portuguesa de Genética Humana, realizado no pavilhão do conhecimento em Lisboa;
- Participação no Seminário da AFID – Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, subordinado ao tema «Qualidade de Vida em Contextos de Intervenção Social».

Em qualquer um destes eventos proporcionou-se o contacto com a marca, foram debatidas temáticas de relevo para o segmento e foi divulgada a oferta comercial do Montepio, com especial enfoque para o Seguro Montepio Voluntariado.

RECURSOS DE CLIENTES

A reformulação da carteira de produtos de recursos na qual se disponibilizaram aplicações de poupança com baixo risco e com diversas maturidades, propiciou um aumento dos recursos totais de clientes (incluindo títulos colocados em clientes) em 32,9%, atingindo os 14 498,5 milhões de euros no final de 2011. Verifica-se que os recursos totais de clientes referem-se essencialmente a depósitos, no montante de 13 608,6 milhões de euros em 2011 (10 021,8 milhões de euros em 2010), que cresceram 35,8%. Excluindo o negócio gerado pela rede de Balcões integrada com a aquisição do Finibanco, no montante de 2 315,2 milhões de euros, a carteira de depósitos de clientes registou uma variação de 12,7%.

(milhares de euros)

	2010	2011	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Depósitos de Particulares e Pequenos Negócios	**7 785 112**	**10 848 634**	**3 063 522**	**39,4**
Particulares	7 112 017	9 949 568	2 837 551	39,9
Comerciantes e Prof. Liberais	57 309	53 717	-3 592	-6,3
Instituições sem Fins Lucrativos	615 786	845 349	229 563	37,3
Depósitos de Empresas	**1 851 556**	**2 248 138**	**396 582**	**21,4**
Depósitos de Outros Segmentos	**385 126**	**511 783**	**126 657**	**32,9**
Títulos colocados em Clientes	**888 405**	**889 990**	**1 585**	**0,2**
TOTAL	**10 910 199**	**14 498 545**	**3 588 346**	**32,9**

Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

Salienta-se o acentuado acréscimo dos depósitos dos segmentos de retalho das pequenas e das médias poupanças dos Particulares e Pequenos Negócios, sobretudo de Particulares (+39,9%), Instituições sem Fins Lucrativos (+37,3%), Empresas (+21,4%) e outros (+32,9%).

O ano de 2011 confirmou o posicionamento do Montepio, como Banco de Retalho de cariz aforrador, com a carteira de Depósitos de Clientes Particulares a registar um aumento de 39,9%, que excluindo o efeito do negócio oriundo do Finibanco, de 1 646,7 milhões de euros obteve um crescimento de 16,7%.

CRÉDITO A CLIENTES

O total da carteira de crédito a clientes ascendeu a 17,4 mil milhões de euros, apresentando um crescimento de 15,8% face aos 15,0 mil milhões de euros registados em 2010. Retirando o efeito do negócio gerado pela rede integrada com a aquisição do Finibanco, a carteira de crédito teria observado uma redução de 1,70%. Esta redução está em linha com os objetivos da desalavancagem definidos no âmbito do Plano de Financiamento e Capitalização.

A desalavancagem do crédito tem-se efetuado de forma gradual e concordante com a estratégia definida e centrou-se nos segmentos de crédito hipotecário da habitação e construção.

A carteira de crédito ao segmento de Particulares situou-se em 10,9 mil milhões de euros, com um crescimento de 7,7% (retirando o efeito da integração do Grupo Finibanco a variação foi de -6,1%). A carteira de crédito à habitação observou uma diminuição de -0,4% (sem o negócio originado pelo Grupo Finibanco a variação situou-se em -3,6%).

(milhares de euros)

	2010	2011	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Banca Particulares e Pequenos Negócios				
Total da Carteira	**10 127 908**	**10 912 153**	**784 245**	**7,7**
Particulares	**9 835 409**	**10 322 893**	**487 484**	**5,0**
do qual:				
Habitação	8 485 379	8 451 702	-33 677	-0,4
Individual	433 297	777 211	343 914	79,4
Pequenos Negócios	**292 499**	**589 260**	**296 761**	**101,5**
Por Memória:				
Garantias e Avales	**19 381**	**21 528**	**2 147**	**11,1**

Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

A carteira de crédito ao segmento de Empresas registou um aumento de 30,8%, situando-se em 6,4 mil milhões de euros (5,7%, sem o negócio originário do Grupo Finibanco). Salienta-se a redução da exposição ao segmento de construção, com uma diminuição da exposição no valor de 139 milhões de euros, que contrasta com o crescimento do crédito ao investimento das empresas de outros segmentos com um aumento de carteira de 1,4 mil milhões de euros, o que representa um crescimento de 77,3% (46,3%, sem o negócio com origem no Grupo Finibanco).

(milhares de euros)

	2010	2011	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Banca de Empresas				
Total da Carteira de Crédito	**4 860 447**	**6 358 648**	**1 498 201**	**30,8**
do qual:				
Construção	1 509 342	1 370 193	-139 149	-9,2
Investimento	1 814 127	3 216 781	1 402 654	77,3
Por Memória:				
Garantias e Avales	339 660	432 933	93 273	27,5

Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

Na vertente de crédito especializado, nomeadamente no *leasing*, os principais vetores estratégicos de trabalho passaram pela consolidação do segmento automóvel com a dispersão do risco e pelo apoio nas áreas de imobiliário e equipamento apenas em clientes de baixo risco. Observou-se, em 2011, um crescimento de 93,2%, atingindo os 541,4 milhões de euros (sem o efeito do negócio oriundo da integração do Finibanco, 6,2%).

(milhares de euros)

	2010	2011	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Leasing	**280 185**	**541 389**	**261 204**	**93,2**
Auto	43 676	118 134	74 458	170,5
Equipamento	73 173	125 135	51 962	71,0
Imobiliário	163 336	298 120	134 784	82,5
Fatura Ok – Desconto de Faturas	**111 180**	**157 058**	**45 878**	**41,3**
Renting	**3 909**	**7 511**	**3 602**	**92,1**
TOTAL	**395 274**	**705 958**	**310 684**	**78,6**

Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

7.2. GESTÃO DE RISCOS

DESENVOLVIMENTOS

Durante o ano de 2011 prosseguiram os trabalhos de desenvolvimento dos métodos e procedimentos no domínio da identificação dos riscos, quantificação das perdas potenciais subjacentes e tomada de medidas para a sua mitigação.

Salienta-se a realização regular do Comité de Risco e Controlo Interno, bem como a revisão da política de delegação de competências de decisão de crédito, no sentido de a tornar sensível ao nível de risco do cliente / operação.

No plano prudencial prosseguiram os processos de reporte previstos no Pilar II – Adequação de Capital e no Pilar III – Disciplina de Mercado, no âmbito de Basileia II. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Auto-Avaliação do Capital Interno (ICAAP) e Testes de Esforço e de Risco de Concentração, conforme a Instrução n.º 5/2011 do Banco de Portugal. Os resultados obtidos apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos.

No âmbito do Pilar III, foi divulgado o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na atividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

RISCO DE CRÉDITO

Em 2011, as frequências de incumprimento a um ano nas operações de crédito a Empresas registaram uma subida, especialmente nas classes de maior risco do segmento da Construção Civil, que continua a evidenciar maiores níveis de incumprimento.

No segmento dos Particulares são periodicamente monitorizadas as frequências médias de incumprimento para as operações de Crédito à Habitação e Crédito Individual. Os níveis de incumprimento a um ano, para operações de novos clientes, são superiores aos registados em operações de clientes com relação prévia.

Neste segmento, registou-se um aumento do crédito em incumprimento no total da carteira, motivado pela deterioração das condições económicas e redução dos volumes da carteira ativa. A distribuição das operações contratadas em 2011, quando analisadas por classe de risco (*scoring* reativo), manteve-se semelhante à do ano anterior, com maior concentração nas classes de baixo e médio risco.

Programa Especial de Inspeções (SIP)

Em 16 de dezembro de 2011 foram divulgados os resultados das inspeções realizadas à qualidade da carteira de crédito e à adequação dos requisitos de capital no âmbito do PAF.

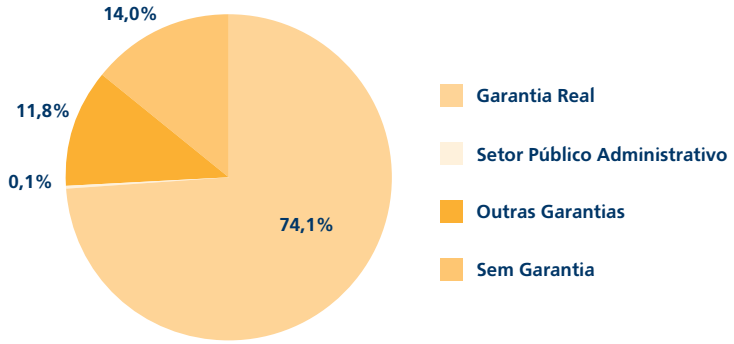
As inspeções sobre a carteira de crédito da CEMG bem como o cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito, concluíram que os níveis de imparidade e de solvabilidade estão adequados e acima dos níveis exigidos à data.

O exercício abrangeu a avaliação de 17,4 mil milhões de euros, cobrindo a totalidade da carteira de crédito da CEMG, em termos consolidados.

No segmento de habitação, a classe média de *scoring* registou uma ligeira melhoria face à produção do ano anterior, devido a uma maior restritividade dos critérios de concessão, enquanto no crédito individual se manteve a classe média de risco. Os níveis do rácio LTV (*Loan To Value*), ou seja, valor de financiamento sobre valor da garantia, mantiveram-se praticamente inalterados, tendo o LTV médio da carteira de crédito atingido 68,7%, em dezembro 11, face a 68,6%, em dezembro 10.

Apesar da carteira de crédito e juros vencidos do Montepio atingir 822,8 milhões de euros, manteve um perfil de baixo risco, em virtude dos níveis e tipos de garantias que lhe estão associadas, em que as garantias reais representavam cerca de 74% do total.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR TIPOS DE GARANTIA – 2011



O crédito e juros vencidos há mais de 3 meses totalizou 693,9 milhões de euros, representando 84,3% do total. O rácio de crédito e juros vencidos há mais de 3 meses atingiu 3,99%.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE CRÉDITO E JUROS VENCIDOS

(milhares de euros)

INDICADORES	2010	2011	Variação	
			Valor	%
Crédito a Clientes Bruto	**15 040 645**	**17 410 344**	**2 369 699**	**15,8**
Crédito e Juros Vencidos	**577 490**	**822 750**	**245 260**	**42,5**
Crédito Vencido há mais de 3 meses	486 761	693 892	207 131	42,6
Imparidade para Riscos de Crédito	**521 811**	**770 476**	**248 665**	**47,7**
Rácios de Crédito Vencido em % do Crédito Total				
Rácio Crédito e Juros Vencidos há mais de 3 meses	3,24	3,99	0,75 p.p.	
Rácio do Crédito com incumprimento (a)	3,83	4,73	0,90 p.p.	
Rácio do Crédito com incumprimento líquido de provisões (a)	1,43	1,47	0,04 p.p.	
Rácios de Crédito em Risco (a)				
Crédito em Risco / Crédito Total (%)	5,09	8,05	2,96 p.p	
Cobertura do Crédito Vencido por Imparidades (%)				
Crédito Vencido há mais de 3 meses	107,20	111,04	3,84 p.p.	

Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.
(a) De acordo com a Instrução n.º 23/2011, do Banco de Portugal.

A imparidade para riscos de crédito atingiu 770,5 milhões de euros. Este reforço de provisionamento para riscos de crédito permitiu melhorar o rácio de cobertura do saldo de crédito e juros vencidos há mais de 3 meses por imparidades tendo passado de 107,2%, em 2010, para 111,0%, em 2011 (+3,8 p.p.).

RISCO DE CONCENTRAÇÃO

As Linhas de Orientação Estratégica definidas têm em vista mitigar este risco, cujo enfoque tem vindo a ser reforçado nos últimos anos, designadamente no quadro da Instrução n.º 5/2011 do Banco de Portugal.

Verificou-se neste âmbito uma evolução favorável em 2011, ao nível dos principais tipos de concentração, setorial e geográfica, particularmente devido à integração da carteira de crédito do Finibanco, SA. Assim, o índice de concentração setorial registou uma redução de 21,5% para 16,0%, entre dez. 10 e dez. 11, com a expressiva redução do peso do setor da construção, embora se mantenha como o setor de atividade com maior peso na carteira de crédito.

Em termos de concentração geográfica, os distritos de Lisboa e Porto mantiveram-se como as regiões de maior expressão na carteira de crédito. O peso da exposição em Lisboa registou uma diminuição de 2,5 pontos percentuais, entre dez. 10 e dez. 11, ascendendo a 34,4%, enquanto o Porto evidenciou um aumento de 0,2 pontos percentuais, face a dez. 10, apresentando um peso de 14,9%. A distribuição geográfica mantém-se, no entanto, em linha com a densidade populacional de cada distrito.

Relativamente ao risco de concentração individual, que mede o risco decorrente de exposição significativa a uma contraparte individual ou a um grupo de contrapartes relacionadas, observou-se um ligeiro aumento das 100 maiores exposições no total da carteira de crédito, tendo passado de 11,9%, em dez. 10, para 12,9% em dez. 11, a que correspondeu uma variação do respetivo índice de concentração individual de 0,20% para 0,19%.

RISCO EM ATIVOS FINANCEIROS

A carteira de títulos do Montepio registou um aumento de 143,8 milhões de euros, de 2010 para 2011. As obrigações reduziram a sua expressão na carteira (de 89,5% para 76,4%), tendo no entanto sido reforçado o peso dos títulos de capital (de 0,6% para 13,5%).

As principais alterações na estrutura da carteira de obrigações por classe de *rating* (excluindo Obrigações Hipotecárias e Titularizações) foram essencialmente originadas pelas descidas das notações dos países da Zona Euro, em particular da República Portuguesa.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE TÍTULOS POR TIPOS DE ATIVOS

(milhares de euros)

TIPOS DE ATIVOS	2010		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Obrigações	2 175 016	89,5	1 965 388	76,4	-209 628	-9,6
Papel Comercial	241 637	9,9	260 998	10,1	19 361	8,0
Títulos de Capital	13 915	0,6	347 982	13,5	334 067	2400,8
TOTAL	**2 430 568**	**100,0**	**2 574 368**	**100,0**	**143 800**	**5,9**

Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding, SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR CLASSES DE *RATING*
(Excluindo Obrigações Hipotecárias e Titularizações)

(milhares de euros)

CLASSES DE *RATING*	2010		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	42 810	2,2	43 364	2,2	554	1,3
AA+	92 046	4,8	1 589	0,1	-90 457	-98,3
AA	55 607	2,9	24 931	1,2	-30 676	-55,2
AA-	60 700	3,1	77 578	3,9	16 878	27,8
A+	1 211 724	62,8	37 297	1,9	-1 174 427	-96,9
A	113 439	5,9	97 000	4,8	-16 439	-14,5
A-	98 213	5,1	62 737	3,1	-35 476	-36,1
BBB+	78 026	4,0	50 442	2,5	-27 584	-35,4
BBB	35 982	1,9	49 961	2,5	13 979	38,9
BBB-	34 059	1,8	27 541	1,4	-6 518	-19,1
BB+	58 668	3,0	1 247 924	62,3	1 189 256	2027,1
BB	2 725	0,1	70 790	3,5	68 065	2497,7
BB-	12 642	0,7	31 347	1,6	18 705	147,9
B+	0	0,0	28 322	1,4	28 322	–
CCC+	0	0,0	5 850	0,3	5 850	–
CCC	0	0,0	24 087	1,2	24 087	–
NR	33 017	1,7	121 940	6,1	88 923	269,3
TOTAL	**1 929 658**	**100,0**	**2 002 700**	**99,9**	**73 042**	**3,8**

Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é monitorizado através do apuramento de *mismatches* de liquidez (desfasamentos entre entradas e saídas de recursos) estáticos e dinâmicos, acompanhamento da evolução de depósitos e da realização de testes de esforço, cujos resultados são internamente apresentados em sede do Comité de Ativos e Passivos (*ALCO – Assets & Liabilities Committee*) e em relatório de risco de balanço. Para efeitos prudenciais, são remetidos ao supervisor o reporte mensal da Instrução n.º 13/2009 do Banco de Portugal e o reporte semanal ao BCE das necessidades de financiamento e colateral disponível.

Com o objetivo de mitigar o risco de liquidez, as práticas seguidas pelo Montepio traduzem-se quer na utilização de fontes de financiamento diversificadas, privilegiando a estabilidade dos recursos, quer na manutenção de ativos de elevada liquidez que permita recorrer a cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu (BCE), quer ainda através de medidas que permitam aumentar a captação de depósitos.

O valor dos ativos elegíveis depositados junto do BCE reduziu-se em cerca de 443 milhões de euros, passando de 3,43 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2010 para 2,99 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2011. Esta redução da *pool* de colateral ficou a dever-se às condicionantes de preço dos ativos dados como garantia ao BCE, fortemente penalizados pelas sucessivas baixas de *rating* sofridas pela República Portuguesa e emitentes nacionais. Verificou-se ainda

um aumento da utilização de recursos do BCE, tendo passado de 1,54 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2010 para 2 mil milhões de euros no final de 2011 (considerando os valores pró-forma de 2010 do ex-Finibanco, o aumento foi de 1,8 mil milhões de euros para 2 mil milhões euros). O valor da *pool* de liquidez disponível reduziu-se em 902,8 milhões de euros, fruto da desvalorização dos ativos de dívida pública e utilização da facilidade de liquidez do BCE para amortização da dívida da CEMG que maturou ao longo do ano de 2011. De realçar ainda o aproveitamento da oportunidade da cedência de liquidez a 3 anos por parte do BCE, à *refi rate* ponderada, o que permitiu introduzir maior estabilidade no *funding*, retirando pressão na utilização das operações semanais de obtenção de liquidez.

POOL DE ATIVOS ELEGÍVEIS PARA REFINANCIAMENTO JUNTO DO BCE

(milhares de euros)

	2010		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 – *Pool* de Ativos Elegíveis	3 433 820	100,0	2 991 055	100,0	-442 765	-12,9
2 – Utilização da *Pool*	1 540 000	44,8	2 000 000	66,9	460 000	29,9
3 – *Pool* Ativos Disponíveis (1-2)	**1 893 820**	**55,2**	**991 055**	**33,1**	**-902 765**	**-47,7**

Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

O Mercado Monetário Interbancário (MMI) permaneceu com reduzida atividade ao longo do ano, à semelhança dos anos anteriores. As operações de tomada e cedência de liquidez foram concentradas em maturidades curtas, até uma semana. O aumento do risco da República Portuguesa condicionou os negócios com outras jurisdições. A posição da CEMG no final de 2011 apresentou um saldo líquido de 95 milhões de euros de excedente de aplicações em outras instituições de crédito, com uma taxa média de cedências de 1,3211%, superior quer à taxa *refi*, quer à Euribor dos prazos. A continuidade das medidas excecionais de suporte à liquidez por parte do BCE, através da política de alocação total à taxa fixa, permitiu manter as taxas no mercado interbancário a níveis abaixo da *refi* e próximas da taxa de absorção. A CEMG não possuía qualquer tomada em MMI à data de 31 de dezembro de 2011.

A CEMG tem vindo a efetuar um gradual processo de desalavancagem, com prioridade no aumento dos depósitos de clientes, em especial das pequenas e médias poupanças, a par da contenção da carteira de crédito, permitindo reduzir o *gap* comercial e, desse modo, o rácio de transformação dos depósitos e recursos de clientes (incluindo títulos colocados em clientes) em crédito (rácio de alavancagem). Em 2011, destaca-se a diminuição homóloga expressiva de 24,0 p.p. do rácio crédito a clientes líquido / depósitos totais de clientes.

RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO DOS DEPÓSITOS EM CRÉDITO (%)

	2010	2011	Variação
	Valor	Valor	Valor
Crédito a Clientes Líquido (1) / Depósitos Totais de Clientes	**148,1**	**124,1**	**-24,0 p.p.**
Crédito a Clientes Líquido (1) / Recursos Totais de Clientes (2)	**136,0**	**116,5**	**-19,5 p.p.**

Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.
(1) – Inclui Papel Comercial.
(2) – Inclui Títulos Colocados em Clientes.

A CEMG tem historicamente apresentado *gaps* dinâmicos de liquidez positivos, com *mismatches* acumulados positivos para os diversos intervalos temporais até 12 meses, o que traduz um plano de liquidez equilibrado. No final de 2011, o *mismatch* dinâmico de liquidez acumulado até aos 12 meses seguintes era de 105 milhões de euros.

GAPS DINÂMICOS DE POSIÇÃO DE LIQUIDEZ EM 31 DEZEMBRO DE 2011

(milhões de euros)

Posições à data de referência + Valores Previsionais	Intervalos Temporais				
	À Vista e até 1 semana	Superior a 1 semana e até 1 mês	Superior a 1 mês e até 3 meses	Superior a 3 meses e até 6 meses	Superior a 6 meses e até 12 meses
***Mismatches* Acumulados**	**897**	**986**	**582**	**363**	**105**

RISCO DE TAXA DE JURO

Na identificação, medição e controlo do risco de taxa de juro da carteira bancária do Montepio seguem-se os princípios recomendados pelo *Bank for International Settlements (BIS)*, a par de um acompanhamento regular da exposição a este risco, cujos resultados são internamente apresentados em sede do Comité de Ativos e Passivos (*ALCO – Assets & Liabilities Committee*) e em relatório de riscos de balanço.

Paralelamente aos mecanismos de controlo interno enunciados, no âmbito do reporte prudencial, é remetido ao Banco de Portugal o reporte semestral da Instrução n.º 19/2005, com a informação relativa às exposições por intervalo de maturidade, ou refixação da taxa e o seu impacto na situação líquida e margem de juros.

O impacto sobre a situação líquida decorrente de uma deslocação paralela de +200 pontos base (p.b.) da curva de rendimentos é de -3% (- 5% em 2010). A sensibilidade da carteira bancária do Montepio ao risco de taxa de juro encontra-se, assim, muito abaixo do limite orientador de 20% dos Fundos Próprios definido pelo BIS em «*Principles for the Management and Supervision of Interest Rate Risk*».

No final de 2011, o *gap de repricing* acumulado a 12 meses foi estimado em 3,1 mil milhões de euros (1,3 mil milhões de euros em 2010), prevendo-se um impacto na Margem Financeira de +29,6 milhões de euros (+12 milhões de euros em 2010) no caso de uma alteração instantânea das taxas de juro em +100 p.b.. A variação verificada nesta métrica decorre, essencialmente, da integração do Finibanco e das operações de refinanciamento junto do BCE para prazos mais longos.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional materializa-se nas perdas resultantes de deficiências ou falhas dos processos internos, recursos humanos, sistemas ou de fatores externos. A gestão deste risco é assegurada pela intervenção individual de todos os colaboradores, os quais têm a responsabilidade de gerir o risco operacional que resulta das funções e atividades que lhes estão adstritas, através da ação dos Interlocutores de Risco Operacional.

A missão destes interlocutores consiste em assegurar a adequada implementação da gestão do risco operacional na sua unidade orgânica e de forma integrada através do Departamento de Risco Operacional, que é responsável por coordenar as atividades necessárias ao desenvolvimento, implementação e acompanhamento da política e estratégia de gestão de risco operacional.

Encontra-se implementado um sistema de gestão baseado nas fases de identificação, de monitorização, de mitigação e de medição do risco operacional.

Ao nível da fase de identificação prosseguiram os trabalhos de divulgação da cultura de gestão risco operacional, de revisão dos mapas de atividades, riscos e controlos com a respetiva autoavaliação anual e a avaliação do perfil de risco operacional para novos produtos, processos e atividades.

Na fase de monitorização, as principais atividades consistiram no reforço do processo de captura de eventos de perda derivada de risco operacional, na implementação dos *KRI (Key Risk Indicators)* gerais relacionados com sistemas, na avaliação da exposição ao Risco Operacional em sede de Comité e na elaboração de relatórios periódicos sobre o perfil de risco operacional da Instituição.

No âmbito da fase de mitigação foram sugeridos Planos de Ação para os riscos mais significativos identificados com base nas principais ferramentas de gestão de risco operacional.

Os eventos relacionados com processos e fraude externa são os que apresentam maior frequência e severidade, embora os eventos relacionados com processos tenham um impacto mais reduzido em termos de severidade.

DISTRIBUIÇÃO DE EVENTOS POR TIPO DE PERDA EM 2011

FREQUÊNCIA		SEVERIDADE	
Processos	72,8%	Fraude Externa	41,9%
Fraude Externa	16,0%	Processos	31,1%
Clientes e Negócios	5,2%	Clientes e Negócios	12,8%
Outros	6,0%	Outros	14,2%

Em 2011 prosseguiram-se os trabalhos no âmbito do Plano de Continuidade de Negócio, o qual se assume como um instrumento mitigador de risco, permitindo assegurar a continuidade das operações no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção da atividade.

TESTES DE ESFORÇO (*STRESS TESTS*)

A CEMG realiza semestralmente análises de sensibilidade/testes de esforço (*stress tests*) para os riscos mais relevantes, cumprindo os requisitos da Instrução n.º 04/2011 do Banco de Portugal, que constituem importantes ferramentas no planeamento do capital interno e da liquidez através da simulação de condições adversas e capacidade de resposta da instituição.

No 1.º trimestre de 2011 a CEMG participou em novo exercício de testes de esforço ao balanço e resultados, promovido pelo Banco de Portugal, contemplando um cenário longo de desalavancagem do sistema bancário, a partir da posição de dezembro de 2010. O exercício incorporou, ainda, a análise do Fundo de Pensões, tendo-se observado o efeito decorrente do movimento conjunto das taxas de juro e de alterações no preço das ações e do mercado imobiliário.

Considerando diversas situações extremas ao nível do risco de crédito, da evolução das taxas de juro, das condições de liquidez e de risco operacional, o exercício permitiu confirmar a adequação dos níveis de fundos próprios detidos, uma vez que se obtiveram impactos sobre os rácios de solvabilidade num intervalo entre os 0,01 e 1,09 pontos percentuais, mantendo-se aqueles rácios acima dos valores mínimos considerados adequados.

Em outubro de 2011, decorrente do plano de ajuda financeira à Republica Portuguesa, a CEMG participou em novo exercício de testes de esforço (terceira e última vertente de trabalho do Programa Especial de Inspeções – SIP), com referência a junho de 2011, de acordo com requisitos e pressupostos macroeconómicos estabelecidos pelo Banco de Portugal. O resultado obtido neste contexto adverso demonstrou novamente que o Montepio apresenta os níveis adequados de capitalização, no cenário assumido de desalavancagem do sistema bancário.

Para além dos testes de esforço e análises de sensibilidade reportadas semestralmente ao Banco de Portugal, a CEMG realiza regularmente diversos *stress tests* cujos resultados são apresentados no Comité de Ativos e Passivos – ALCO. Os testes realizados pretendem proporcionar uma visão analítica da posição da CEMG em termos de liquidez e resultados quando sujeita a cenários adversos relativos, por exemplo, a taxas de juro, *spreads* de crédito, coeficientes de avaliação de ativos elegíveis aplicados pelo BCE, decorrentes da deterioração de ratings de contrapartes portuguesas e utilização máxima de limites de crédito aprovados. Os resultados das análises efetuadas evidenciam a conformidade das estratégias traçadas e asseguram o cumprimento dos níveis de solvabilidade, liquidez e sustentabilidade.

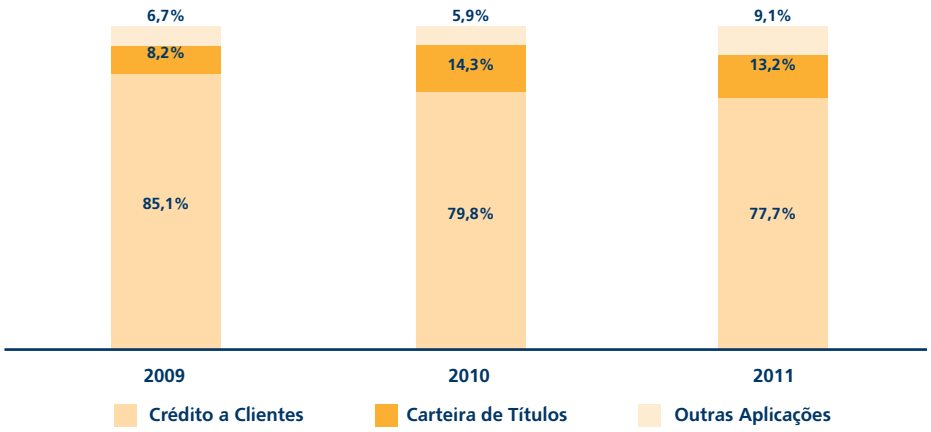
7.3. ANÁLISE FINANCEIRA E RESULTADOS

ANÁLISE DO BALANÇO

ESTRUTURA DO ATIVO

Em 2011, o ativo líquido registou uma taxa de crescimento de 17,8% (+3 246,1 milhões de euros) situando-se nos 21 495,4 milhões de euros. Retirando o impacto da aquisição da Finibanco Holding, SGPS, SA, o ativo teria registado uma redução de 1,6%.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO ACTIVO



Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

A operação de aquisição do Finibanco contribuiu para uma melhor estrutura do seu ativo, diminuindo o nível de concentração.

O crédito a clientes (líquido) foi a rubrica que maior contributo deu ao crescimento do ativo (+15,8%), com uma evolução positiva de 2 369,7 milhões de euros. Combinando o efeito da integração da carteira de crédito do Grupo Finibanco (2 625,2 milhões de euros) com a diminuição do seu peso no ativo, de 79,8%, para 77,7%, fica evidenciado o esforço da redução da concessão de crédito, com o firme objetivo de cumprir com a meta estabelecida para 2014 de um rácio de alavancagem de 120%.

A evolução do ativo foi, ainda, influenciada pelo aumento de 211,1 milhões de euros da carteira de títulos e equiparados.

No decorrer do exercício de 2011, assistiu-se ao desinvestimento em ativos não estratégicos, com a redução em 35,4 milhões de euros da carteira de imóveis de negociação (-17,6%), apesar do acréscimo de 60,0 milhões de euros de imóveis, provenientes do Finibanco, SA.

ESTRUTURA DO PASSIVO

O passivo totalizou 20 235,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011, comparando com 17 253,8 milhões de euros relevados em igual data de 2010. O aumento dos recursos de clientes em 3 588,3 milhões de euros, nomeadamente na componente de depósitos de clientes e de instituições de crédito, que registou um crescimento de 35,8% (+3 586,8 milhões de euros), revelam a correta adequação da estratégia do Grupo Montepio às atuais circunstâncias conjunturais com uma forte política de captação de depósitos, refletindo-se na melhoria do rácio de alavancagem que passou de 148,1% (dez. 10) para 124,1%.

(milhares de euros)

	2010		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1 – Recursos de Clientes	**10 910 199**	**59,8**	**14 498 545**	**67,4**	**3 588 346**	**32,9**
Depósitos de Clientes e de Instituições de Crédito	10 021 794	54,9	13 608 555	63,3	3 586 761	35,8
Títulos Colocados em Clientes (Obrigações de Caixa)	888 405	4,9	889 990	4,1	1 585	0,2
2 – Recursos Complementares	**6 342 302**	**34,8**	**5 729 372**	**26,7**	**-612 930**	**-9,7**
Recursos de Instituições de Crédito e de Bancos Centrais	1 964 609	10,8	2 544 299	11,9	579 690	29,5
Empréstimos Subord. e não Subord., Sindicados e Cert. Dívida	3 721 753	20,4	2 253 873	10,5	-1 467 880	-39,4
Passivos Financeiros Associados a Ativos Transferidos	387 183	2,1	453 061	2,1	65 878	17,0
Outros Passivos	268 757	1,5	478 139	2,2	209 382	77,9
3 – Recursos Próprios e Provisões	**996 789**	**5,4**	**1 267 473**	**5,9**	**270 684**	**27,2**
TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	**18 249 290**	**100,0**	**21 495 390**	**100,0**	**3 246 100**	**17,8**

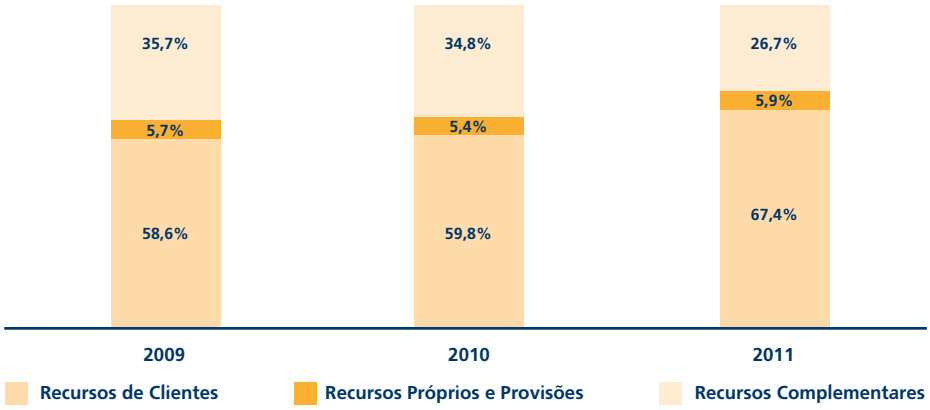
Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

O Grupo Montepio continua a deter como principal fonte de financiamento da sua atividade os recursos de clientes, que representam 67,4% do total do ativo, que compara com 59,8% no final de 2010.

Dos recursos de clientes é de salientar o peso dos depósitos em 63,3%, em consequência do esforço efetuado no sentido de reforçar as fontes de financiamento internas.

Os recursos próprios e provisões foram reforçados totalizando 1,3 mil milhões de euros, no final de dezembro de 2011, face a 996,8 milhões de euros em dezembro de 2010. Esse aumento permite manter os níveis de solidez e capitalização impostos no âmbito do PAF. No conjunto do ano, o Capital Institucional aumentou 445 milhões de euros, do qual 345 milhões de euros em 29 de março e 100 milhões de euros em 28 de dezembro.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO PASSIVO E CAPITAL



Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

MARGEM FINANCEIRA

Em 2011, a margem financeira registou um crescimento de 17,6%, situando-se em 318,7 milhões de euros (270,9 milhões de euros obtidos no ano anterior), induzido pelo efeito de taxa de juro favorável e pelo efeito volume.

(milhões de euros)

	2010			2011		
	Capitais Médios	Taxa Média	Proveitos/ Custos	Capitais Médios	Taxa Média	Proveitos/ Custos
Ativos Financeiros	**17 518**	**4,29%**	**752**	**20 309**	**5,78%**	**1 174**
Crédito a Clientes	15 018	3,01%	451	17 057	4,10%	700
Outras Aplicações	2 500	4,19%	105	3 252	6,15%	200
Swaps			196			274
Passivos Financeiros	**16 844**	**2,86%**	**481**	**19 734**	**4,33%**	**855**
Depósitos	9 342	1,62%	152	12 274	2,83%	347
Outros Passivos	7 502	2,37%	178	7 460	3,34%	250
Swaps			151			258
Resultado / Margem		**1,55%**	**271**		**1,57%**	**319**
Euribor 3M – média do período		**0,71%**			**1,30%**	

O efeito de taxa juro beneficiou essencialmente a vertente de crédito, suportado nas medidas tomadas de adequação do preço ao risco evidenciado pelo cliente e pela operação e ainda, mas, em menor valor, o acréscimo proporcionado pelas outras aplicações. Contributo inverso foi proporcionado pela carteira de depósitos face à superior remuneração proporcionada aos clientes, para operações de baixo risco num período de turbulência dos mercados financeiros.

A taxa de Margem Financeira situou-se em 1,57% ligeiramente acima da verificada em 2010, de 1,55%, não obstante o crescimento da carteira de depósitos de clientes e a sua maior remuneração. A Euribor a 3 meses, média do período, registou um crescimento de 0,71% para 1,30% (+0,59 p.p.).

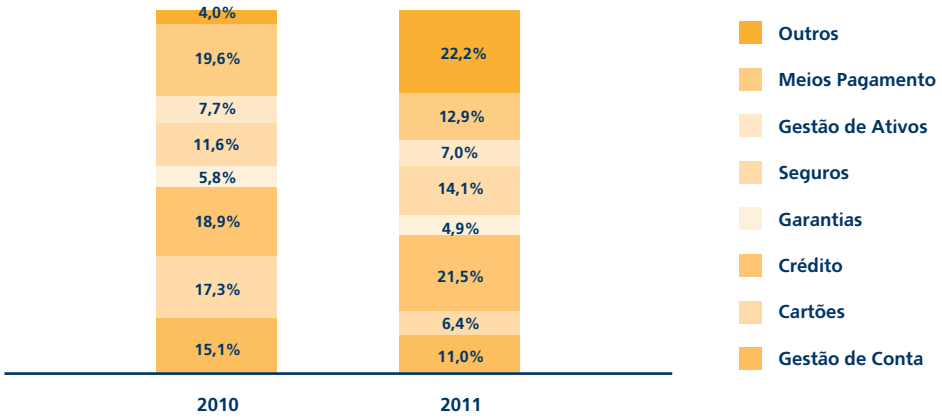
A evolução da margem financeira foi também impulsionada pela atividade internacional, no montante de 7,8 milhões de euros.

COMISSÕES DE SERVIÇOS A CLIENTES

As comissões líquidas de serviços a clientes totalizaram 94,0 milhões de euros, o que traduz um crescimento de 27,1%, face aos 73,9 milhões de euros em 2010.

A evolução das comissões líquidas teve por base o crescimento do negócio bancário pela aquisição do Grupo Finibanco e, ainda, o resultado da diversificação da oferta, pela inovação dos serviços, pela contínua melhoria dos padrões de qualidade.

ESTRUTURA DAS COMISSÕES DE SERVIÇOS A CLIENTES



Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

A linha orientadora de promover o aumento da vinculação de clientes continuou a ser cumprida e tem vindo a proporcionar maiores níveis de fidelização dos clientes contribuindo para o crescimento da rentabilidade do Grupo Montepio.

Com a integração da carteira de clientes do Finibanco continuou a observar-se o aumento das comissões relativas à carteira de crédito e serviços bancários. Comportamentos inversos observaram as comissões associadas à Gestão de Ativos, atividade influenciada pela volatilidade dos mercados financeiros.

RESULTADOS DE MERCADOS

O ano de 2011 caraterizou-se por uma reduzida liquidez e elevada volatilidade dos mercados financeiros, acentuada desvalorização dos títulos da dívida soberana e redução dos *ratings* de alguns Estados da Zona Euro.

A CEMG continuou a pautar o seu trabalho por padrões de prudência e rigor e uma postura relativamente conservadora que permitiu que os resultados de operações dos mercados financeiros totalizassem 89,9 milhões de euros (34,6%), influenciados pelos resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor (+17,8 milhões de euros) na componente de ativos de negociação, mas em sentido contrário evoluíram os resultados na venda de ativos financeiros disponíveis para venda (-9,0 milhões de euros).

(milhares de euros)

	2010	2011	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Resultados de At. e Passivos Avaliados ao Justo Valor Atr. de Resultados	**45 857**	**62 138**	**16 281**	**35,5**
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	46 665	64 458	17 793	38,1
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-240	-409	-169	70,4
Derivados de Cobertura	-1 996	-6 612	-4 616	231,3
Outras Operações Financeiras	1 428	4 701	3 273	229,2
Resultados na Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	**12 692**	**3 667**	**-9 025**	**-71,1**
Resultados da Reavaliação Cambial	**2 344**	**8 410**	**6 066**	**258,8**
Resultados de Alienação de Obrigações	**-759**	**-676**	**83**	**10,9**
Resultados Diversos	**6 656**	**16 266**	**9 610**	**144,4**
Rendimento de Ações	**64**	**184**	**120**	**187,5**
TOTAL	**66 854**	**89 989**	**23 135**	**34,6**

Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

GASTOS OPERACIONAIS

Os gastos operacionais, que incluem os custos com pessoal, gastos gerais administrativos e as amortizações do exercício, totalizaram 369,1 milhões de euros em 2011, face a 247,8 milhões de euros em 2010. Os gastos com pessoal contribuíram com 225,4 milhões de euros, os gastos gerais administrativos com 115,4 milhões de euros e as amortizações com 28,3 milhões de euros.

Considerando a reexpressão do valor de gastos operacionais de 2010 (366,2 milhões de euros) com os valores das entidades do Finibanco Holding que passaram a fazer parte do perímetro de consolidação, verifica-se que os Gastos Operacionais em 2011 apenas aumentaram 0,8%, valor muito inferior à taxa média de inflação (3,6%), o que atesta a apresentação de grande rigor e restrição que se impôs neste domínio.

Em 2011, os gastos operacionais foram penalizados por fatores extraordinários com um impacto total de 48,4 milhões de euros, de entre os quais se salientam:

Gastos Gerais Administrativos Extraordinários (Não Recorrentes)

- Custos no valor de 13,7 milhões de euros inerentes ao processo de integração do Finibanco SA, envolvendo diversas etapas e trabalhos, que tiveram data de conclusão em 18 de novembro. Estes gastos apresentaram quatro diferentes tipologias:
  - Alinhamento Organizacional e Formação – identificação e eliminação de situações de redundância funcional ao nível das diferentes unidades de suporte ao negócio e de formação das equipas;
  - Integração Tecnológica – custo de manutenção de dois sistemas informáticos em 2011, de migração de sistemas e de otimização de processos informáticos;
  - Otimização da Rede Comercial – custo inerente à sobreposição de 35 Balcões (encerrados no início de 2012);

– Imagem e Consultoria – valores realizados com a uniformização de imagem Montepio e custos inerentes a situações específicas de consultoria.

- Gastos com os avaliadores do Programa Especial de Inspeções (SIP) no valor de 1,4 milhões de euros.

Gastos com Pessoal (Não Recorrentes)

- Indemnizações contratuais – valores pagos a colaboradores do Grupo Finibanco com os quais ocorreu a rescisão de contrato no valor de 1,9 milhões de euros;
- Reformas Antecipadas – que registaram um custo de 17,3 milhões de euros;
- Transferência do Fundo de Pensões para a Segurança Social – a transferência das responsabilidades para com as pensões em pagamento gerou um custo de 14,1 milhões de euros.

Retirando os valores gastos não recorrentes, num montante de 48,4 milhões de euros, os gastos operacionais de 2011 teriam totalizado 320,6 milhões de euros.

Desta forma, os gastos operacionais recorrentes sofreram uma redução de 12,5% em 2011, com um valor de 320,6 milhões de euros, que compara com um valor reexpresso de 366,2 milhões de euros, em 2010.

(milhares de euros)

	2010 (*)	2011	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Total de Gastos Operacionais 2011	**366 247**	**369 086**	**2 839**	**0,8%**
Custos Integração FNB		13 667		
Custos com Avaliadores (SIP)		1 435		
Gastos Gerais Administrativos Não Recorrentes		**15 102**		
Indemnizações Contratuais		1 932		
Encargos com Reformas Antecipadas		17 308		
Transferência do Fundo de Pensões para a S. Social		14 096		
Gastos com Pessoal Não Recorrentes		**33 336**		
Impacto Gastos Não Recorrentes		**48 438**		
Gastos Operacionais Recorrentes	**366 247**	**320 648**	**-45 599**	**-12,5%**

(*) Valor reexpresso / próforma incluindo os custos do Grupo Finibanco, para idêntico perímetro de consolidação.

Retirando o efeito dos gastos não recorrentes o *Cost to Income* situou-se em 56,8%,uma redução de 1,9 p.p., refletindo a restrição e o controlo rigoroso dos custos que tem vindo a ser aplicado na atividade doméstica.

Na atividade internacional, o Finibanco Angola apresentou crescimento, dado tratar-se de uma instituição jovem, que se encontra em processo de expansão e penetração de mercado, assistindo-se a um crescimento dos gastos operacionais superior ao do Produto Bancário, se bem que o *Cost to Income* continue a apontar o Finibanco Angola como um dos bancos mais eficientes do mercado (34,9%). Os gastos operacionais foram de 8,1 milhões de euros (2,2% do total).

(milhares de euros)

	2010	2011	Variação
	Valor	Valor	Valor
RÁCIOS			
Gastos com o Pessoal / Produto Bancário	34,0%	39,9%	5,9 p.p.
Gastos Gerais Administrativos / Produto Bancário	19,8%	20,4%	0,6 p.p.
Amortizações / Produto Bancário	4,9%	5,0%	0,1 p.p.
***Cost-to-Income* (Gastos Operacionais / Produto Bancário)**	**58,7%**	**65,3%**	**6,6 p.p.**
Rácio de Eficiência (Gastos de Funcionamento / Produto Bancário)	53,7%	60,3%	6,6 p.p.

Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

PROVISÕES E IMPARIDADES

O agravamento das condições económicas das famílias e das empresas conduziu a um maior nível de risco da carteira de crédito e a um aumento das imparidades. O reforço totalizou 39,0 milhões de euros, o que representa uma variação face ao período homólogo de 31,2%. Sem o efeito do negócio oriundo do Grupo Finibanco o reforço teria sido de 7,6 milhões de euros.

(milhares de euros)

	2010		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões e Imparidades Líquidas de Crédito	**112 992**	**90,4**	**149 891**	**91,3**	**36 899**	**32,7**
Constituição de provisões e imparidades	525 339		593 894		68 555	13,0
Recuperação de provisões e imparidades	412 347		444 003		31 656	7,7
Imparidades Líquidas de Títulos	**2 152**	**1,7**	**23 048**	**14,0**	**20 896**	**971,0**
Constituição de imparidades	3 514		26 131		22 617	643,6
Recuperação de imparidades	1 362		3 083		1 721	126,4
Provisões e Imparidades Líquidas de Outros Ativos	**9 913**	**7,9**	**-8 839**	**-5,4**	**-18 752**	**-189,2**
Constituição de provisões e imparidades	14 535		32 562		18 027	124,0
Recuperação de provisões e imparidades	4 622		41 401		36 779	795,7
Total das Provisões e Imparidades Líquidas	**125 057**	**100,0**	**164 100**	**100,0**	**39 043**	**31,2**
Constituição de provisões e imparidades	543 388		652 587		109 199	20,1
Recuperação de provisões e imparidades	418 331		488 487		70 156	16,8

Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

Para a variação do valor total das provisões e imparidades destaca-se:

- o reforço do nível de provisões e imparidades de crédito (+36,9 milhões de euros), para fazer face ao aumento de risco de alguns segmentos de atividade;
- o aumento, para 23,0 milhões de euros, da imparidade líquida de títulos para fazer face a menores cotações e deterioração da qualidade de alguns emitentes;
- a redução para -8,8 milhões de euros da imparidade para outros ativos. Para este valor foi relevante o contributo da alienação de uma carteira de imóveis.

É de salientar que, no âmbito do Programa Especial de Inspeções (SIP) a CEMG não teve de efetuar qualquer reforço adicional de provisões e imparidades, atestando a política prudente de provisionamento e a criteriosa seleção e gestão do risco de clientes na concessão de crédito.

RESULTADO LÍQUIDO

Em 2011, o Resultado Líquido consolidado totalizou 45,0 milhões de euros. Este resultado foi influenciado pelas mais-valias resultantes da alienação de imóveis, os custos decorrentes da aquisição e integração do Finibanco Holding, SGPS, SA, os custos de reestruturação relacionados com reformas antecipadas de colaboradores e as dotações com a transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões.

Este Resultado incorpora, o resultado da atividade em Angola, em 5,0 milhões euros (11,1% do resultado líquido consolidado), atribuíveis ao Grupo Montepio fruto da participação que detém no capital do Finibanco Angola.

Em 2011, foi imposta a obrigatoriedade da CEMG passar a ser um contribuinte efetivo em sede de IRC, pelo que foi determinada a matéria coletável e identificados impostos diferidos no valor de 18,4 milhões de euros e correntes a recuperar de 3,7 milhões de euros.

(milhares de euros)

	2010		2011		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Margem Financeira	270 948	64,2	318 721	56,5	47 773	17,6
Comissões Líquidas de Serviços a Clientes	73 970	17,5	94 014	16,6	20 044	27,1
Produto Bancário Comercial	**344 918**	**81,7**	**412 735**	**73,1**	**67 817**	**19,7**
Resultado de Mercados ([a])	66 854	15,8	89 989	15,9	23 135	34,6
Rendimento de Participações Financeiras	474	0,1	737	0,1	263	55,5
Resultado da Venda de Imóveis de Recuperação Crédito	-2 411	-0,6	24 314	4,3	26 725	
Outros Resultados	12 477	3,0	37 018	6,6	24 541	196,7
Produto Bancário	**422 312**	**100,0**	**564 793**	**100,0**	**142 481**	**33,7**
Gastos com Pessoal	143 457	34,0	225 373	39,9	81 916	57,1
Gastos Gerais Administrativos	83 495	19,8	115 442	20,4	31 947	38,3
Amortizações	20 850	4,9	28 270	5,0	7 420	35,6
Gastos Operacionais	**247 802**	**58,7**	**369 085**	**65,3**	**121 283**	**48,9**
Resultado Bruto	**174 510**	**41,3**	**195 708**	**34,7**	**21 198**	**12,1**
Provisões e Imparidades Líquidas	**125 057**	**29,7**	**164 100**	**29,1**	**39 043**	**31,2**
Crédito	112 992		149 891		36 899	32,7
Títulos	2 152		23 048		20 896	971,0
Outras	9 913		-8 839		-18 752	
Resultados de Associados e Empreendimentos Conjuntos	**1 954**		**999**		**-955**	**-48,9**
= Resultado Antes de Impostos	**51 407**	**12,2**	**32 607**	**5,8**	**-18 800**	**-36,6**
Impostos						
Correntes			**-3 689**		**-3 689**	
Diferidos			**18 381**		**18 381**	
Interesses Minoritários			**-2 270**		**-2 270**	
= Resultado do Exercício	**51 407**	**12,2**	**45 029**	**8,0**	**-6 378**	**-12,4**

Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.
(a) Inclui rendimento de ações, exceto de participações financeiras.

A rendibilidade dos capitais próprios (ROE) situou-se em 3,87%, em 2011, e a rendibilidade do ativo médio (ROA) em 0,21%.

	2010	2011	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Rácios de Rendibilidade				
Rendibilidade do Ativo (ROA)	0,29%	0,21%	-0,08 p.p.	
Rendibilidade do capital (ROE)	5,18%	3,87%	-1,31 p.p.	
***Cash-Flow* Total (mil euros)**	**197 314**	**237 398**	**40 084**	**20,3**
Amortizações	10,6%	11,9%	1,3 p.p.	
Provisões Líquidas e Imparidade	63,4%	69,1%	5,7 p.p.	
Resultado do Exercício	26,0%	19,0%	-7,1 p.p.	

Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

FUNDO DE PENSÕES

Em 31 de dezembro de 2011, o património do fundo de pensões ascendia a 447,8 milhões de euros situando-se o nível de cobertura das responsabilidades mínimas em 116,1% e tendo melhorado o nível de cobertura das responsabilidades totais para 104,9%.

(milhares de euros)

	2010	2011	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. Responsabilidades totais				
Pessoal no activo	341 688	311 565	-30 123	-8,8
Pessoal reformado	255 452	115 271	-140 181	-54,9
TOTAL 1	**597 140**	**426 836**	**-170 304**	**-28,5**
2. Responsabilidades não exigidas ou diferidas				
Isenção de financiamento	16 040	15 578	-462	-2,9
Aplicação das IAS	19 061	15 835	-3 226	-16,9
Impacto da Tábua de Mortalidade	17 434	9 773	-7 661	-43,9
TOTAL 2	**52 535**	**41 186**	**-11 349**	**-21,6**
3. Responsabilidades mínimas a financiar (1-2)	**544 605**	**385 650**	**-158 955**	**-29,2**
4. Valor dos Ativos do Fundo	**545 097**	**447 825**	**-97 272**	**-17,8**
5. Coberturas das:				
Responsabilidades Mínimas (4/3)	100,1%	116,1%		16,0 p. p.
Responsabilidades Totais (4/1)	91,3%	104,9%		13,6 p.p.
6. Movimentos efetuados no ano com impacto no valor do Fundo:				
6.1. Contribuições para o Fundo (+)	48 750	44 075	-4 675	-9,6
6.2. Rendimento efetivo dos ativos (+)	9 812	-22 993	-32 805	-334,3
6.3. Valor do Fundo de Pensões Finibanco em 1/1/2011 (+)	0	85 585	85 585	
6.4. Transferência para a Segurança Social (-)	0	183 910	183 910	
6.5. Pagamentos de pensões (-)	18 348	20 029	1 681	9,2
6.6 **TOTAL 6 (6.1+6.2-6.3-6.4-6.5)**	**40 214**	**-97 272**	**-137 486**	**-341,9**

Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding, SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

Para o cálculo das responsabilidades do Fundo de Pensões do Montepio foram considerados os seguintes pressupostos:

- taxa de desconto de 5,5%;
- taxa de crescimento salarial de 2,0%;
- taxa de crescimento das pensões de 1,0%;
- manutenção da tábua de mortalidade TV 88/90, para homens e para mulheres.

As responsabilidades totais situaram-se em 426,8 milhões de euros e registaram uma redução de 28,5%, devido à transferência das responsabilidades com reformados e pensionistas para a Segurança Social e à alteração dos pressupostos das taxas de crescimento salarial e de pensões.

Transferência das Responsabilidades com Pensões em pagamento para a Segurança Social

Na sequência da operação acordada entre a Associação Portuguesa de Bancos, em representação dos bancos associados, e o Estado Português, foi concretizada, em 30 de dezembro de 2011, a transferência parcial das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência em pagamento no valor de 90,4 milhões de euros, que correspondia a 55% do valor provisório das responsabilidades a serem transferidas do Fundo de Pensões dos colaboradores do Montepio.

Os impactos dessa operação foram os seguintes:

- O valor final das responsabilidades transferidas elevou-se a 183,9 milhões de euros;
- O valor pago em dezembro de 2011 foi de 90,4 milhões de euros devendo o remanescente ser pago até 30 de junho de 2012;
- A utilização da taxa de desconto de 4% indicada pela Segurança Social levou a um encargo extraordinário de 14,1 milhões de euros.

SOLVABILIDADE

O Rácio de Solvabilidade situou-se em 13,5%, em base consolidada, enquanto que o Rácio *Core Capital*, atingiu 10,2%, valor acima do exigido pelas autoridades para dezembro de 2011 e ao nível das exigências futuras.

FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE

(milhares de euros)

RUBRICAS	2010	2011	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. Fundos Próprios Totais	**1 325 928**	**1 829 375**	**503 447**	**38,0**
(+) Capital Institucional	*800 000*	*1 245 000*	*445 000*	*55,6*
(+) Reservas e Resultados	*219 694*	*254 790*	*35 096*	*16,0*
(–) Deduções Regulamentares	*63 482*	*121 206*	*57 724*	*90,9*
1.1 (=) Capital *Core Tier* I	**956 212**	**1 378 584**	**422 372**	**44,2**
(+) Outros Instrumentos de Capital	*0*	*15 000*	*15 000*	*–*
(–) Deduções Fundos Próprios de Base	*16 554*	*15 081*	*-1 473*	*-8,9*
1.2 (=) Fundos Próprios de Base	**939 658**	**1 378 503**	**438 844**	**46,7**
(+) Fundos Próprios Complementares	390 832	456 671	65 839	16,8
(–) Outras deduções	4 562	5 799	1 237	27,1
2. Requisitos Mínimos de Fundos Próprios	**824 313**	**1 084 846**	**260 533**	**31,6**
3. Ativos e equivalentes ponderados pelo risco (2x12,5)	**10 303 913**	**13 560 575**	**3 256 662**	**31,6**
4. Rácios				
Solvabilidade (1/3)	12,9%	13,5%	0,6 p.p.	
Core Capital (1.1/3)	9,3%	10,2%	0,9 p.p.	
Tier 1 (1.2/3)	9,1%	10,2%	1,1 p.p.	

Nota: O ano de 2011 inclui a aquisição da Finibanco Holding SGPS, SA, facto que deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

Em 2011 desenvolveram-se estudos de impacto relativamente ao conjunto de propostas apresentadas pelo Comité de Basileia para o fortalecimento da regulação global e aumento das exigências de capital e liquidez, denominadas por Basileia III.

7.4. NOTAÇÕES DE *RATING*

Em 27 de junho de 2011, a agência DBRS Inc., atribuiu, pela primeira vez, notações de *rating* à Caixa Económica Montepio Geral. A dívida sénior de médio e longo prazo foi avaliada em BBB (*low*) e a dívida sénior de curto prazo em R-2 (*low*). De igual modo, foi atribuída à dívida subordinada de prazo determinado (*Lower Tier II*) a notação de BB (*high*).

As referidas classificações refletem, segundo a DBRS, a importante presença e expansão do Grupo Montepio em Portugal, em termos de gama de produtos, clientes e cobertura geográfica, potenciada pela recente aquisição da Finibanco Holding, SGPS, SA. As classificações refletem ainda, de acordo com a agência, a maior pressão a que a Caixa Económica Montepio Geral se encontra sujeita, derivada do atual contexto de limitado acesso a financiamento via mercado de capitais e do impacto potencialmente negativo que a presente conjuntura económica poderá ter, em termos de rendibilidade do negócio. Estas classificações foram mantidas em «Tendência Negativa».

Já em 19 de outubro de 2011, a agência DBRS decidiu rever em baixa o *rating* da República Portuguesa, de «BBB (*high*)» para «BBB», com tendência de evolução negativa. No entanto, este facto, não alterou a classificação atribuída pela agência à Caixa Económica Montepio Geral que se manteve inalterada, bem como a perspetiva de evolução negativa desta classificação.

Em 7 de outubro de 2011, a agência *Moody's Investors Service* concluiu a revisão para possível descida da notação de *rating* de vários bancos portugueses, incluindo a Caixa Económica Montepio Geral, que havia sido iniciada em 15 de julho de 2011. Nesse sentido, a classificação dos diferentes instrumentos de dívida da CEMG ficou estabelecida do seguinte modo:

- Dívida sénior de médio e longo prazo: Ba3, de Ba2;
- Dívida Subordinada Prazo Determinado: B1, de Ba3;
- Dívida Subordinada Prazo Indeterminado: B2, de B1.

A perspetiva de evolução da Moody's (*Outlook*) é negativa, face à atual perspetiva, igualmente negativa, que esta agência de *rating* atribui à notação da República Portuguesa.

Em 22 de dezembro de 2011, na sequência da revisão em baixa do *rating* da República Portuguesa de «BBB-» para «BB+», com perspetiva de evolução negativa, anunciada a 24 de novembro de 2011, a agência *Fitch Ratings* resolveu baixar o *rating* da dívida subordinada da Caixa Económica Montepio Geral, de «BB-» para «B-», com perspetiva de evolução negativa.

Assim, as notações da CEMG no final de 2011 eram as seguintes:

AGÊNCIAS DE *RATING*	Curto Prazo	Longo Prazo	Outlook
Fitch Ratings	B	BB	Negativo
Moody's	NP	Ba3	Negativo
DBRS	R-2 (*low*)	BBB (*low*)	Negativo

7.5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS – BASE INDIVIDUAL

Dando cumprimento ao disposto na alínea *b*) do número 1 do Artigo 23.º dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação dos Resultados de 2011, no valor de 32,8 milhões de euros:

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

(milhares de euros)

	Valor
Para Reserva Legal	6 565
Para Reserva Especial	1 641
Transferência para Resultados Transitados (Aviso 12/2001 BdP)	8 033
A transferir para o Montepio Geral – Associação Mutualista	16 584
RESULTADO DO EXERCÍCIO EM BASE INDIVIDUAL	**32 823**

O valor a transferir para Resultados Transitados corresponde à amortização do impacto da transição para as IAS/IFRS, das responsabilidades para com o Fundo de Pensões, em conformidade com o n.º 13-A do Aviso n.º 12/2001, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 4/2005 e n.º 7/2008, do Banco de Portugal.

8. Empresas do Grupo Montepio

LUSITANIA
Grupo Montepio

LUSITANIA – COMPANHIA DE SEGUROS, SA

Numa conjuntura difícil da atividade económica e financeira nacional, a atividade do setor segurador registou uma redução de prémios de 0,9%, enquanto a Lusitania obteve crescimento bem revelador da dinâmica da empresa, que aumentou a sua presença no mercado de seguros, na sequência da aquisição pela Lusitania das Companhias de Seguros Real e Mutuamar, em 2009.

Síntese da Atividade

A Lusitania, em termos individuais, registou um crescimento de 4,8% face a 2010, apresentando um volume de prémios de 243,5 milhões de euros, o que corresponde a uma quota de mercado de 6,0%.

As áreas de negócio que mais contribuíram para este crescimento foram os Transportes e Cascos os quais, sob a denominação «Lusitania Mar», aumentaram em 63,8% o respetivo volume de negócios, colocando a Lusitania como uma marca líder (2.º lugar do ranking com mais de 14,1% de quota de mercado) num segmento de negócio que regrediu cerca de 4,0%. No ramo Automóvel, a Lusitania cresceu 12,9%, tendo atingido um volume de prémios superior a 110,6 milhões de euros. Manteve a 9.ª posição neste segmento, que no conjunto da atividade apresentou um comportamento de estagnação, face a 2010. No ramo de Saúde apresentou um crescimento de 2,4%, em linha com o mercado, atingindo os 13,4 milhões de euros de prémios.

O crescimento destes ramos compensou a diminuição dos prémios nos ramos que integram o conjunto Acidentes, cujo volume diminuiu face ao comportamento dos Acidentes Pessoais mas, fundamentalmente, pela redução de prémios de Acidentes de Trabalho que diminuíram mais de 4,4%, em grande parte em resultado da redução da massa salarial segurável, o que sempre sucede em períodos de crise.

O número de apólices em vigor em 2011 aumentou 4,8% face a 2010, situando-se em cerca de 825 mil contratos. O número de clientes aumentou de cerca de 494,5 mil, no ano de 2010, para os 535,2 mil em 2011.

Ao nível da oferta de produtos, manteve-se o carácter inovador, tendo sido preparado o lançamento para 2012 de soluções integradas, como o Plano E+, com novas proteções, ao nível da Responsabilidade Civil Ambiental, e também soluções adequadas às diferentes redes (Seguro de Saúde Montepio Salutare, Sorriso Garantido e Saúde Dentária).

O aprofundamento da relação entre a Lusitania e o Montepio, em particular no que respeita ao aproveitamento das respetivas redes de distribuição e à complementaridade dos seus produtos, constitui um vetor de desenvolvimento da estratégia da Companhia. Neste âmbito, é de referir a consolidação do projeto de *assurfinance*, bem como o reforço da *bancassurance*, com a constituição, no final de 2011, de uma equipa de consultores de seguros da Lusitania dedicada exclusivamente à dinamização das redes comerciais do Montepio.

Indicadores Financeiros

Em 2011, o resultado líquido da atividade individual registou significativa diminuição, atingindo 104 milhares de euros, que se ficou a dever, fundamentalmente, ao aumento da sinistralidade nos ramos de Acidentes de Trabalho e Automóvel e à elevada componente de impostos diferidos.

A forte diminuição do resultado líquido da atividade consolidada para -2,8 milhões de euros em 2011, reflete o impacto negativo da consolidação da N Seguros, seguradora direta do Grupo. Ao longo de 2011, foram introduzidas medidas corretivas à atividade na N Seguros com o objetivo de melhorar o desempenho da empresa, ainda em início de atividade.

A evolução favorável dos custos durante o ano, com o *expense ratio* a reduzir, de 30,1% para 26,4%, resultou de uma política de contenção das despesas e de maior racionalização dos recursos. Contudo, estes efeitos não foram suficientes para fazer face ao forte acréscimo de sinistralidade da carteira de seguros, que aumentou 3,7 p.p. face a 2010, situando-se em 78,4% depois dos custos indiretos. Da conjugação destes fatores resultou um impacto mínimo no *combined ratio* face ao ano anterior, passando de 104,7% para 104,8%.

No último trimestre de 2011 foi despoletado um conjunto de atividades com vista ao saneamento da carteira e melhoria da rendibilidade, cujos resultados esperamos contribuam para a melhoria dos *ratios* técnicos.

No final do ano de 2011, a cobertura da margem de solvência manteve-se em 1,6, na atividade individual e acima do mínimo exigido pelo Instituto de Seguros de Portugal e em 1,1 na atividade consolidada.

INDICADORES FINANCEIROS – Contas Individuais

(milhares de euros)

	2010	2011	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Prémios Brutos Emitidos	**232 373**	**243 475**	**11 102**	**4,8**
Taxa de Sinistralidade	74,7%	78,4%	3,7 p.p.	
Expense ratio	30,1%	26,4%	-3,7 p.p.	
Resultado do Exercício	3 034	104	-2 930	-96,6
Rendibilidade do Ativo Líquido	0,54%	0,02%	-0,52 p.p.	
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	3,94%	0,15%	-3,79 p.p.	
Ativo Líquido	559 301	541 130	-18 171	-3,2
Recursos Próprios	76 963	71 585	-5 378	-7,0
Margem de Solvência	1,6	1,6	0,0	
N.º de trabalhadores a 31 dezembro	645	656	11	

Rácios baseados em custos diretos e indiretos líquidos face aos prémios adquiridos líquidos.

INDICADORES FINANCEIROS – Contas Consolidadas

(milhares de euros)

	2010	2011	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Prémios Brutos Emitidos	**242 072**	**254 222**	**12 150**	**5,0**
Taxa de Sinistralidade	76,7%	79,9%	3,2 p.p.	
Expense ratio	29,9%	26,1%	-3,8 p.p.	
Resultado do Exercício	581	-2. 776	-3 357	-577,8
Rendibilidade do Ativo Líquido	0,82%	-0,50%	-1,32 p.p.	
Rendibilidade dos Capitais Próprios	5,84%	-4,22%	-10,06 p.p.	
Ativo Líquido	564 511	555 295	-9. 216	-1,6
Recursos Próprios	79 288	65 727	-13 561	-17,1
Margem de Solvência	1,1	1,1	0,0	
N.º de trabalhadores a 31 dezembro	679	699	20	

Rácios baseados em custos diretos e indiretos líquidos face aos prémios adquiridos líquidos.

LUSITANIAVIDA

Grupo Montepio

LUSITANIA VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS, SA

A Lusitania Vida, seguradora do Ramo Vida do Grupo Montepio, completa a oferta de seguros do Grupo, disponibilizando seguros de vida-risco e produtos de investimento no canal bancário e na rede de mediadores. A Lusitania Vida atua de forma complementar às atividades mutualista e bancária nas áreas das soluções de previdência e de poupança e, também, à atividade da Lusitania – Companhia de Seguros, através da comercialização de soluções mistas geradoras de importantes receitas para o Grupo.

Síntese da Atividade

A receita emitida pela Lusitania Vida diminuiu 1,9%, passando de 104,0 para 102,0 milhões de euros. Apesar do aumento da produção do canal bancário relativamente a 2010, num crescimento de 16,1%, o canal de mediação viu o volume de negócio emitido reduzido em 29,5%. O contributo do canal bancário para o volume total de produção da Companhia foi de 71,6%, sendo que no ano anterior tinha sido de 60,5%.

Saliente-se que o total do negócio do mercado segurador vida contraiu-se em 38,1%, pelo que a produção da Lusitania Vida superou a média de mercado.

Indicadores Financeiros

Os Resultados Líquidos da Lusitania Vida ascenderam a 5,4 milhões de euros em 2011 e o nível de rendibilidade dos capitais próprios foi de 17,2%, o que representa uma melhoria expressiva homóloga de 19,2% em resultados e de 3,9 p.p. ao nível do ROE. Com impacto positivo na conta de resultados, destaca-se a redução de gastos de exploração e de custos técnicos, bem como o aumento de 5,7% nos resultados financeiros.

A solvabilidade da Lusitania Vida manteve-se em níveis confortáveis de cobertura, com a manutenção da cobertura da margem de solvência em 2,1, apesar do impacto negativo resultante da volatilidade dos mercados financeiros e da crise da dívida soberana, na carteira de investimentos.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

	2010	2011	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Produção:	**104 026**	**102 022**	**-2 004**	**-1,9**
Seguros Vida	**35 854**	**30 227**	**-5 627**	**-15,7**
Contratos de Investimento	**68 172**	**71 795**	**3 623**	**5,3**
Custos com sinistros líquidos	26 175	29 615	3 440	13,1
Custos por Natureza	3 446	3 579	133	3,9
Resultado do Exercício	4 506	5 372	866	19,2
Rendibilidade do Ativo Líquido	0,88%	1,09%	0,21 p.p.	
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	13,31%	17,22%	3,91 p.p.	
Ativo Líquido	513 641	493 069	-20 572	-4,0
Recursos Próprios	33 860	31 198	-2 662	-7,9
Margem de Solvência	2,1	2,1	0,0	
N.º de trabalhadores a 31 dezembro	30	28	-2	

Montepio Gestão de Activos

MONTEPIO GESTÃO DE ACTIVOS – SGFI, SA

Síntese da Atividade

No exercício de 2011, o mercado nacional de Fundos de Investimento Mobiliário registou uma forte desvalorização, fruto do atual contexto económico adverso. Segundo dados publicados pela APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, o mercado registou uma queda de 23,90% fixando-se os ativos sob gestão em 10 835 milhões de euros.

A performance dos fundos geridos pela Montepio Gestão de Ativos foi consentânea com o comportamento do mercado, embora obtendo um aumento da quota de mercado (de 2,05%, em dezembro de 2010, para 2,46% em dezembro de 2011), devido ao processo de migração dos fundos mobiliários da Finivalor – Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, SA, para a Montepio Gestão de Ativos – SGFI, SA em 28 de novembro de 2011, após a devida aprovação da CMVM. À data da migração os referidos fundos estavam avaliados pelo mercado em cerca de 42 milhões de euros.

Por via da integração de patrimónios financeiros anteriormente geridos pela Finivalor – Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, SA, a Montepio Gestão de Ativos assistiu, em 2011, ao aumento da sua oferta de produtos.

Após a análise dos fundos existentes nas duas Sociedade Gestoras, foram realizadas fusões, por incorporação nos fundos da Montepio Gestão de Ativos de alguns fundos da Finivalor, e a MGA passou a oferecer 5 novos fundos transferidos da Finivalor.

O valor da carteira sob Gestão Discricionária registou um ligeiro crescimento de 1,8%, fixando-se em 1 031 milhões de euros, o que traduz uma quota de mercado de 2,04% em dezembro de 2011, que compara com 1,66% em dezembro de 2010.

O Fundo de Ações Sectoriais – Montepio Euro Healthcare, revelou-se como estrela de mercado no ano de 2011, com uma rendibilidade efetiva anual de 7,0%, sendo o fundo mais rentável na sua classe de risco, e o terceiro a nível nacional.

Indicadores Financeiros

As comissões de gestão registaram uma quebra de 25%, fruto da desvalorização das UP's dos fundos geridos pela Sociedade.

Ao nível dos custos, obteve-se uma redução de 9% dos Gastos Administrativos (inclui os gastos com pessoal), resultando da política de contenção de custos transversal ao Grupo.

Apesar da diminuição dos Resultados (-51,6%), atingindo 309 milhares de euros, as rendibilidades do ativo e dos capitais próprios, mantiveram-se nos dois dígitos em 10,52% e 14,08%, respetivamente.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Ativos sob Gestão	**1 303 534**	**1 296 805**	**-6 729**	**-0,5**
Fundos de Investimento Mobiliários	**291 425**	**266 064**	**-25 361**	**-8,7**
Gestão de Patrimónios	**1 012 109**	**1 030 741**	**18 632**	**1,8**
Comissões de Gestão	**4 738**	**3 554**	**-1 184**	**-25,0**
Gastos Administrativos	1 553	1 413	-140	-9,0
Resultado do Exercício	639	309	-330	-51,6
Rendibilidade do Ativo Líquido (ROA)	19,45%	10,52%	-8,93 p.p.	
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	30,00%	14,08%	-15,92 p.p.	
Ativo Líquido	3 286	2 936	-350	-10,7
Recursos Próprios	2 769	2 503	-266	-9,6
N.º de trabalhadores a 31 dezembro	13	11	-2	

Finivalor
Grupo Montepio

FINIVALOR – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS MOBILIÁRIOS, SA

No decorrer do processo de integração do Grupo Finibanco no Grupo Montepio, e com o intuito da maximização de sinergias, em 28 de novembro de 2011, e mediante prévia aprovação da CMVM ocorreu o processo de migração dos fundos mobiliários da Finivalor – Sociedade Gestora de Fundos Mobiliários, SA, para a Montepio Gestão de Ativos – SGFI, SA, entidade do Grupo Montepio especializada na gestão de patrimónios financeiros, concentrando as atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão discricionária de carteiras nessa entidade.

A Finivalor passou, desde aí, a desempenhar o papel de entidade responsável especializada na gestão dos fundos imobiliários no seio do Grupo Montepio.

Síntese da Atividade

Em conformidade com os dados publicados pela APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios o mercado de Fundos de Investimento Imobiliário registou uma ligeira contração de 1,5%, em 2011. A constituição de um novo fundo pela Finivalor no decorrer do exercício de 2011 – Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário de Arrendamento Habitacional – permitiu o crescimento da sua quota de mercado, de 3,32%, no final de 2010, para 3,77% no final de 2011.

O novo fundo constituído, iniciou a sua atividade em 15 de junho de 2011, com um capital de 30 milhões de euros, tendo sido efetuado, em 28 de dezembro de 2011, o primeiro aumento de capital do Fundo, no montante de 30 milhões de euros, sendo o capital atual de 60 milhões de euros.

Indicadores Financeiros

Os valores sob gestão da Finivalor evidenciaram um decréscimo de 11,6%, fruto da migração dos fundos mobiliários para a Montepio Gestão de Ativos. Ao nível dos fundos de investimento imobiliário, atual atividade *core* da Sociedade Gestora, verificou-se um crescimento de 11,4% (+43,5 milhões de euros).

As comissões de gestão foram fortemente penalizadas pela desvalorização que os fundos mobiliários assistiram no exercício de 2011.

O esforço evidenciado por todo o Grupo ao nível da contenção de custos também esteve patente na Finivalor, com uma redução de 5,2% dos Gastos Administrativos (inclui os Custos com o Pessoal).

O Resultado do Exercício fixou-se em 1,7 milhões de euros (-39,7% do que em 2010) e os indicadores de rendibilidade situaram-se em 22,7% e 31,8%, respetivamente ROA e ROE.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Ativos sob Gestão	**480 647**	**424 841**	**-55 806**	**-11,6**
Fundos de Investimento Mobiliários	**95 296**	**0**	**-95 296**	**-100,0**
Fundos de Investimento Imobiliários	**381 305**	**424 841**	**43 536**	**11,4**
Gestão de Patrimónios	**4 046**	**0**	**-4 046**	**-100,0**
Comissões de Gestão	**5 797**	**4 887**	**- 910**	**-15,7**
Gastos Administrativos	2 171	2 059	- 112	-5,2
Resultado do Exercício	2 860	1 725	-1 135	-39,7
Rendibilidade do Ativo Líquido (ROA)	32,43%	22,70%	-9,73 p.p.	
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	45,68%	31,83%	-13,85 p.p.	
Ativo Líquido	8 820	7 599	-1 221	-13,8
Recursos Próprios	6 261	5 420	- 841	-13,4
N.º de trabalhadores a 31 dezembro	17	15	- 2	

FUTURO – SGFP, SA

A Futuro é a empresa do Grupo Montepio especializada na gestão de Fundos de Pensões.

Síntese da Atividade

O Instituto de Seguros de Portugal publicou que, em 31 de dezembro de 2011, o valor sob gestão de fundos de pensões ascendia a 13 642 milhões de euros, o que traduz um decréscimo de 30,8% face ao final de 2010. A evolução do montante total dos fundos de pensões sob gestão foi influenciada pela transmissão parcial para o Estado da titularidade do património dos fundos de pensões cuja responsabilidade das pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011 se encontrava prevista no regime substitutivo da regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário.

Não obstante a situação de instabilidade dos Mercados Financeiros vivida ao longo de 2011, a Futuro angariou novos clientes durante o ano de 2011, o que permitiu compensar, parcialmente, a saída de uma parcela dos ativos sob sua gestão para a Segurança Social (185,4 milhões de euros), aumentando assim a quota mercado de 6,0%, em dezembro de 2010, para 7,6%, em dezembro de 2011.

Indicadores Financeiros

Os proveitos da Futuro sofreram um decréscimo de 5,7% (-436 milhares de euros) devido à redução dos ativos sob gestão (-139 milhares de euros), mas, o rigoroso controlo dos custos (-6,3%) permitiu compensar a quebra de receita, possibilitando uma subida ligeira do resultado líquido, que se fixou em 322 milhares de euros. Os rácios de rendibilidade mantiveram-se sensivelmente ao mesmo nível do ano anterior: ROA de 3,69% e ROE, ligeiramente superior, de 5,81%.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

	2010	2011	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Ativos sob Gestão	**1 178 641**	**1 039 367**	**-139 274**	**-11,8**
Fundos Abertos	***313 935***	***262 187***	***-51 748***	***-16,5***
Fundos Fechados	***864 706***	***777 180***	***-87 526***	***-10,1***
Comissões Totais	**7 685**	**7 249**	**-436**	**-5,7**
Custos Totais	7 246	6 788	-458	-6,3
Resultado do Exercício	319	322	3	0,9
Rendibilidade do Ativo Líquido (ROA)	3,76%	3,69%	-0,07 p.p.	
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	5,78%	5,81%	0,03 p.p.	
Ativo Líquido	8 494	8 724	230	2,7
Recursos Próprios	5 518	5 541	23	0,4
N.º de trabalhadores a 31 dezembro	31	31	0	

Finicrédito
Grupo Montepio

MELHORES 2012 EMPRESAS PARA TRABALHAR Exame

FINICRÉDITO – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA

A Finicrédito é uma empresa de referência no setor do crédito especializado e assume o papel de especialista no financiamento da aquisição a crédito de bens ou serviços, tanto ao adquirente, diretamente, como ao fornecedor, no seio do Grupo Montepio.

Síntese da Atividade

Conforme os elementos disponibilizados pela ASFAC – Associação de Instituições de Crédito Especializado, a Finicrédito continua a ter uma posição de relevo no mercado, detendo uma quota de 5,31% e posicionando-se no 7.º lugar do ranking nacional, num universo de 22 empresas a operarem neste setor. De salientar que os 4 primeiros lugares do ranking são ocupados por empresas multinacionais, que detêm cerca de 54% do mercado.

O mercado de crédito ao consumo, em 2011, verificou uma diminuição de cerca de 19,7%. Por seu lado, a produção da Finicrédito também registou uma contração, embora bastante menos acentuada, de 7,8%, fixando-se nos 124 milhões de euros. De salientar que os produtos de locação financeira (ALD) e operacional (*Renting*) evidenciaram crescimentos de 97,0% e 65,1%, respetivamente.

Indicadores Financeiros

A Finicrédito obteve no ano de 2011 um resultado líquido negativo, no montante de 4,5 milhões de euros.

Para a obtenção deste resultado contribuíram fatores não recorrentes que geraram um impacto global negativo de 8,3 milhões de euros antes de impostos.

Em termos operacionais, excluindo, portanto, os resultados não recorrentes, a Finicrédito apurou um aumento do resultado bruto do exercício, que atingiu 4,5 milhões de euros. Nestes termos, a rendibilidade dos capitais próprios (ROE), excluindo os impactos não recorrentes, foi de 23,04%.

Os custos de estrutura cresceram 399 milhares de euros, correspondentes a 4,4%. Este incremento deveu-se a razões de ordem fiscal, relacionadas com a passagem para a Segurança Social de todos os colaboradores da empresa.

INDICADORES FINANCEIROS

(milhares de euros)

	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Produção	**134 821**	**124 308**	**-10 513**	**-7,8**
Clássico	**66 860**	**57 169**	**-9 691**	**-14,5**
Leasing	**59 390**	**50 802**	**-8 588**	**-14,5**
ALD	**6 859**	**13 511**	**6 652**	**97,0**
Renting	**1 712**	**2 826**	**1 114**	**65,1**
Custos de Estrutura 1)	8 981	9 380	399	4,4
Produto Bancário 1)	22 193	17 367	-4 826	-21,7
Resultado do Exercício	-13 581	-4 478	9 103	67,0
Resultados brutos operacionais	441	4 542	4 101	929,9
Resultados brutos não recorrentes	-18. 279	-8. 278	10 001	-54,7
Cost-to-income	40,47%	54,01%	13,54 p.p.	
Rendibilidade do Ativo Líquido (ROA)	0,13%	1,34%	1,21 p.p.	
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	1,60%	23,04%	21,44 p.p.	
Ativo Líquido	337 345	342 757	5 412	1,6
Recursos Próprios	20 430	19 002	-1 428	-7,0
N.º de trabalhadores a 31 dezembro	156	145	-11	

1) inclui o impacto dos custos de estrutura reclassificados em Resultados Não Financeiros.

Finibanco Angola

FINIBANCO ANGOLA, SA

O Finibanco Angola, SA perfez, no final de 2011, o terceiro exercício completo de atividade, a qual teve início no segundo semestre de 2008. Tal como em anos anteriores, também o exercício de 2011 se caracterizou por um crescimento acentuado, a vários níveis, em resultado da ação desenvolvida, apesar da conjuntura económica internacional desfavorável que também afeta a economia angolana.

Síntese da Atividade

O arrefecimento das economias dos EUA, Europa e Japão, provocou o abrandamento da procura mundial de mercadorias, com reflexo direto ao nível da procura de petróleo, questão que por si só afeta diretamente a economia angolana.

A carteira de Depósitos, que se cifrou em 131,9 milhões de euros, continuou a evidenciar um crescimento elevado de 41,6%. O rácio de alavancagem do Finibanco Angola era de 46,4% no final de 2011.

O crédito concedido apresentou um crescimento de 37,1%, atingindo um saldo de 61,3 milhões de euros, do qual 79,5% se destinou ao investimento e a apoio de tesouraria das empresas locais.

Dada a juventude do Finibanco Angola é natural assistir-se a um crescimento, em termos relativos, dos custos de estrutura superior ao do Produto Bancário, se bem que o *Cost to income* continue a apontar o Finibanco Angola como um dos bancos mais eficientes do mercado (34,9%).

O crescimento da atividade combinado com a manutenção de bons níveis de eficiência permitiu um crescimento dos Resultados Líquidos de 16,7%, que totalizaram 8,2 milhões de euros.

INDICADORES FINANCEIROS 1)

(milhares de euros)

	2010	2011	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	**93 164**	**131 942**	**38 778**	**41,6**
Crédito a Clientes (bruto)	**44 680**	**61 267**	**16 587**	**37,1**
Rácio de Alavancagem	**48,0%**	**46,4%**	**-1,6 p.p.**	
Custos de Estrutura	5 912	8 114	2 202	37,2
Produto Bancário	21 293	23 247	1 954	9,2
Resultado do Exercício	7 039	8 215	1 176	16,7
Cost-to-income	27,76%	34,90%	7,14 p.p.	
Rendibilidade do Ativo Líquido	5,78%	4,61%	-1,17 p.p.	
Rendibilidade dos Capitais Próprios	31,04%	26,87%	-4,17 p.p.	
Ativo Líquido	121 767	178 128	56 361	46,3
Recursos Próprios	22 674	30 578	7 904	34,9
N.º de trabalhadores a 31 dezembro 2)	74	121	47	

1) os dados apresentados resultam da conversão para IAS/IFRS das contas individuais do Finibanco Angola, que localmente obedece ao normativo contabilístico imposto pelo Banco Nacional de Angola – CONTIF.
2) os dados de 2010 incluem 3 funcionários cedidos pelo Finibanco, SA, enquanto que os de 2011 incluem 2 funcionários cedidos pela Caixa Económica Montepio Geral.

FINIBANCO, SA

Como previsto e, oportunamente comunicado ao mercado, em 31 de março 2011, a CEMG adquiriu, ao Montepio Geral – Associação Mutualista, 100% do capital da Finibanco Holding, SGPS, SA, na sequência da OPA concretizada em 2010, com vista a consolidar as atividades e operações das subsidiárias da Finibanco Holding, SGPS, SA nas suas respetivas atividades, operações e redes.

Como consequência dessa aquisição, procedeu-se, em 4 de abril de 2011, à transmissão da totalidade dos ativos e passivos (trespasse) do Finibanco, SA para a CEMG, com exceção dos imóveis propriedade do Finibanco, SA, e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e dos contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Finibanco, SA é locador financeiro.

O ano de 2011, foi um ano de reafectação da atividade do Finibanco, SA e de redefinição da sua estratégia de negócio futura, perspetivando-se a sua evolução como entidade especializada no apoio às empresas e ao investimento.

Montepio RESIDÊNCIAS

RESIDÊNCIAS MONTEPIO – SERVIÇOS DE SAÚDE, SA

A empresa Residências Montepio – Serviços de Saúde SA foi criada a pensar no bem-estar das pessoas, em especial no segmento sénior, e enquadra-se no espírito, essência e natureza do Grupo Montepio. A sua atividade centra-se na gestão de centros residenciais que incluem residências geriátricas, residências assistidas, centros de dia e serviços pessoais ao domicílio.

No final do exercício de 2011 encontravam-se em funcionamento cinco Residências: Porto, Gaia, Coimbra, Parede e Montijo. Os proveitos aumentaram 63%, face ao período homólogo, refletindo a abertura do centro residencial da Parede em outubro de 2010 e do Montijo em março de 2011.

As residências do Porto, Gaia e Coimbra, apresentaram taxas médias de ocupação em 2011 próximas de 100%, enquanto as da Parede e do Montijo de 57% e 80%, respetivamente.

A atividade de Apoio Domiciliário, complementar à dos Centros Residenciais, continua a ser promovida através da comercialização dos cartões Vitalidade +, na rede de balcões do Montepio, tendo o número de aderentes a estes serviços se fixado no final de 2011, em 2 826 cartões ativos.

Está projetada a abertura de mais três centros residenciais em 2013: Parede II e Lisboa (Bairro do Rego): 1 unidade de Cuidados Continuados e 1 unidade Residencial privada.

9. Reconhecimento

O ano de 2011 ficou marcado por uma crise global que ganhou visibilidade em 2007, com o crédito *subprime* nos EUA posteriormente ampliada, a partir do início de 2010, pela crise do risco soberano.

Sem dúvida que para o sistema bancário português, para o sistema financeiro, os desafios são particularmente complexos e difíceis, havendo a necessidade de se organizar, reestruturar e até redimensionar-se num contexto de crise. Mas a crise é também uma oportunidade e o Montepio, alicerçado num longo e prestigiante passado secular e cimentado nos seus objetivos finais de solidariedade, tem revelado uma renovada capacidade de adaptação e de crescimento.

Continuamos a ver reconhecido o projeto mutualista que desenvolvemos, tendo já sido atingido cerca de 498 mil Associados e continuamos a reforçar a posição de maior Associação Mutualista do País. Por outro lado, no domínio bancário, apesar das condições adversas, as orientações estratégicas definidas; a adaptação da estrutura orgânica às exigências da dinâmica do mercado e às novas regras prudenciais, entre outras, permite afirmar que os valores que defendemos não perdem atualidade.

É, assim, devido um reconhecimento, não só, a todos os Associados e Clientes que nos privilegiam e distinguem com a sua preferência, mas também a todos os Colaboradores, pelo profissionalismo no desempenho das suas funções e pelo esforço na participação da dinâmica de mudança e crescimento do Montepio.

Também o Conselho regista, reconhecido, todo o apoio prestado às nossas atividades ao longo do último exercício pelos restantes membros dos órgãos sociais.

Os agradecimentos são ainda extensivos às Autoridades Governamentais, Monetárias e Financeiras pela cooperação, apoio e confiança que nos dispensaram.

E, por fim, ao submeter o presente Relatório e Contas à apreciação da Assembleia Geral, o Conselho de Administração propõe que esta o acompanhe nos votos de agradecimento e reconhecimento anteriormente referenciados, bem como no voto de pesar em memória dos Associados e dos Colaboradores falecidos ao longo do ano findo.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – Presidente

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

10. Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira apresentada

A presente declaração é feita nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

É da responsabilidade do Conselho de Administração a elaboração do relatório de gestão e a preparação das demonstrações financeiras e que estas apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da Instituição, o resultado das operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades.

Confirmamos, tanto quanto é o nosso conhecimento e nossa convicção, que:

- toda a informação financeira individual e consolidada contida nos documentos de prestação de contas, com referência a 31 de dezembro de 2011, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;
- o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com os requisitos legais.

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – Presidente

José de Almeida Serra

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Eduardo José da Silva Farinha

Álvaro Cordeiro Dâmaso

11. Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas, Certificação Legal de Contas e Relatórios de Auditoria

11.1. MONTEPIO GERAL – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

ATIVO	NOTAS	2011			2010
		ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS		**38 867**	**1**	**38 866**	**45 852**
Terrenos e Recursos Naturais	7	3 180		3 180	3 754
Edifícios e Outras Construções	7	1	1	0	10 762
Outras Imobilizações Corpóreas	7	1009		1009	90
Imobilizações em Curso	7	34 677		34 677	31 246
INVESTIMENTOS FINANCEIROS		**2 429 968**	**76 799**	**2 353 169**	**2 338 166**
Participação Financeira Institucional	9	1 245 000		1 245 000	800 000
Participações Financeiras Diversas	9	139 601		139 601	461 674
Partes de Capital – Ações Diversas	8	2 750	1 239	1 511	1 913
Obrigações e Títulos de Participação	8	584 318	4 239	580 079	737 426
Empréstimos de Financiamento		3 123		3 123	3 177
Investimento em Imóveis	7	274 678	56 549	218 129	132 622
Outras Aplicações Financeiras	8	180 498	14 772	165 726	201 354
DÍVIDAS DE TERCEIROS		**2 621**	**758**	**1 863**	**7 301**
Associados		482		482	442
Estado e Outros Entes Públicos	17	55		55	752
Devedores Diversos		2 084	758	1 326	6 107
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS		**-4 269**		**-4 269**	**11 124**
Ações	8	0		0	310
Obrigações e Títulos de Participação	8	1 730		1 730	16 257
Derivados ao Justo Valor Negativo	8	-5.999		-5.999	-5.443
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA		**462 436**		**462 436**	**344 688**
Depósitos Bancários	35	462 436		462 436	344 688
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		**16 587**		**16 587**	**12 217**
Acréscimos de Proveitos	32	16 587		16 587	12 217
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			**56 550**		
TOTAL DE PROVISÕES			**21 008**		
TOTAL DO ATIVO		**2 946 210**	**77 558**	**2 868 652**	**2 759 348**

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS
Rosa Maria Alves Mendes

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

(milhares de euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	NOTAS	2010	2011
CAPITAL PRÓPRIO			
Fundo Social			
Fundos Próprios	23	99 498	90 013
Excedentes Técnicos	20 e 23	66 802	68 841
Reservas de Reavaliação	11 e 23	-41 768	-16.902
Reservas Legais	23	196 095	178 844
Outras Reservas	23	36 847	35 456
Resultado Líquido do Exercício		58 157	54 393
TOTAL DE CAPITAIS PRÓPRIOS		**415 631**	**410 645**
PASSIVO			
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS		**2 376 076**	**2 342 462**
Provisões Matemáticas para Encargos com Modalidades Associativas	20 e 23	2 296 621	2 258 937
Subvenções e Melhorias de Benefícios	20 e 23	79 455	83 525
DÍVIDAS A TERCEIROS		**76 191**	**5 128**
Beneficiários		2 974	2 809
Estado e Outros Entes Públicos	17	754	880
Fornecedores		197	461
Outros Credores	35	72 266	978
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		**754**	**1 113**
Acréscimos de Custos	32	754	1 113
TOTAL DO PASSIVO		**2 453 021**	**2 348 703**
TOTAL DE CAPITAIS PRÓPRIOS E PASSIVO		**2 868 652**	**2 759 348**
CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS			
Administração de Fundações	18	1 037	997
Responsabilidades Assumidas por Terceiros	18	29 804	30 638
Responsabilidades Assumidas perante Terceiros	18	17 875	19 477
Outras Contas Extrapatrimoniais	18	8 315	3 626

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
José de Almeida Serra
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Eduardo José da Silva Farinha
Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

DÉBITO		NOTAS	2011	2010
CUSTOS E PERDAS				
CUSTOS INERENTES A ASSOCIADOS			**826 964**	**559 826**
Aumento das Provisões Matemáticas		23	420 998	338 945
Outros Custos das Modalidades Associativas				
Prestações			4 729	4 132
Capitais Vencidos		36	370 466	194 538
Subvenções e Melhorias de Benefícios			7 210	7 215
Rendas Vitalícias			2 578	2 637
Outros Custos Inerentes a Associados			20 983	12 359
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS			**3 534**	**3 068**
CUSTOS COM O PESSOAL		26	**6 675**	**6 715**
AMORTIZAÇÕES DO IMOBILIZADO		7	**0**	**362**
PROVISÕES			**92**	**148**
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS			**2 124**	**968**
AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES DE APLICAÇÕES E INVESTIMENTOS FINANCEIROS		27	**14 668**	**5 743**
JUROS E CUSTOS SIMILARES		27	**7 717**	**8 088**
	(A)		**861 774**	**584 918**
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS			**11 774**	**4 460**
Donativos		29	1 198	1 012
Perdas em Imobilizações		29	10 375	3 319
Correções Relativas a Exercícios Anteriores		29	124	127
Outras Perdas Extraordinárias		29	77	2
TOTAL DOS CUSTOS	**(C)**		**873 548**	**589 378**
RESULTADO DO EXERCÍCIO			**58 157**	**54 393**
TOTAL DO DÉBITO			**931 705**	**643 771**

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS
Rosa Maria Alves Mendes

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

(milhares de euros)

CRÉDITO		NOTAS	2011	2010
PROVEITOS E GANHOS				
PROVEITOS INERENTES A ASSOCIADOS			**821 521**	**554 305**
Redução das Provisões Matemáticas		23	415 667	221 941
Outros Proveitos das Modalidades Associativas				
Joias			508	357
Quotizações			89 640	86 080
Capitais Recebidos		37	312 405	243 138
Rendas Vitalícias			464	1 229
Outros Proveitos Inerentes a Associados			2 837	1 560
PROVEITOS SUPLEMENTARES			**30**	**82**
COMPARTICIPAÇÕES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO			**23 076**	**20 292**
Dotação da Caixa Económica		23	23 076	20 292
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS			**67 709**	**61 068**
Juros Obtidos		27	38 659	33 800
Rendimento de Imóveis		27 e 28	17 464	17 975
Rendimento de Participações de Capital		27	2 624	2 185
Outros Proveitos e Ganhos Financeiros		27	8 861	6 917
Proveitos de Operações de Cobertura		27	101	191
	(B)		**912 336**	**635 747**
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS			**19 369**	**8 024**
Ganhos em Imobilizações		29	7 766	3 956
Redução de Amortizações e Provisões		29	11 538	3 726
Correções Relativas a Exercícios Anteriores		29	1	262
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários		29	64	80
TOTAL DO CRÉDITO	**(D)**		**931 705**	**643 771**
RESUMO:				
RESULTADOS CORRENTES	(B)-(A)		50 562	50 829
RESULTADO LÍQUIDO	(D)-(C)		58 157	54 393

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
José de Almeida Serra
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Eduardo José da Silva Farinha
Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

	2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Pagamento / (Recebimento) de fornecedores	(459)	(254)
Devedores e credores	79 775	(607)
Custos inerentes a associados	(405 967)	(220 881)
Proveitos inerentes a associados	405 857	332 364
Associados e beneficiários	125	504
Outros proveitos operacionais	30	150
Outros custos operacionais	(12 693)	(8 978)
Fundos próprios	(932)	(834)
Custos e proveitos extraordinários	(435)	(158)
Impostos	571	660
	65 872	**101 966**
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Participações financeiras diversas	319 467	304 864
Imóveis	(80 539)	18 611
Alienação/(aquisição) de investimentos financeiros – títulos de crédito	195 317	(71 535)
Alienação/(aquisição) de investimentos financeiros – títulos negociáveis	13 276	12 741
Depósitos a prazo	(165 307)	(333 223)
Papel comercial	552	263
Juros de depósitos à ordem	897	1 029
Imobilizações corpóreas	17 395	(90)
	301 058	**(67 340)**
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Participação institucional	(445 000)	(40 000)
Resultados transferidos da CEMG	23 076	20 292
Empréstimos de financiamento	247	632
	(421 677)	**(19 076)**
Variação Líquida em Caixa e Equivalentes	(54 747)	15 550
Caixa e Equivalentes no início do período	132 444	116 894
Caixa e Equivalentes no fim do período	77 697	132 444

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Introdução

O Montepio Geral – Associação Mutualista («Associação») é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em 4 de outubro de 1840.

A Associação tem como finalidade essencial promover e desenvolver ações de proteção social, solidariedade e integridade a favor dos Associados e suas famílias e dos beneficiários por aqueles designados.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

O Montepio Geral – Associação Mutualista é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em Portugal em 1840. Iniciou a sua atividade em 4 de outubro de 1840 e as contas agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

A Associação prepara as suas Demonstrações Financeiras com base no modelo de apresentação consagrado no Plano de Contas das Associações Mutualistas, sendo regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 422/93 de 28 de dezembro. Até 31 de dezembro de 2007, a Associação preparava as suas Demonstrações Financeiras de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no citado Plano de Contas.

Em 31 de dezembro de 2008, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objetivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adotadas na União Europeia nessa data.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board («IASB») e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Comitee («IFRIC»), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas reportam-se aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 e foram preparadas com base nos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia até 31 de dezembro de 2011.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Associação na preparação das suas Demonstrações Financeiras referentes a 31 de dezembro de 2011, são consistentes com as utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras com referência a 31 de dezembro de 2010.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os outros ativos e passivos financeiros e não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com os critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos nos IFRS requer que a Associação efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das Demonstrações Financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.15.

As presentes notas às Demonstrações Financeiras respeitam a ordem estabelecida pelo Plano de Contas das Associações Mutualistas, pelo que os números não identificados não têm aplicação por inexistência ou irrelevância de situações a reportar.

A Associação não prepara Demonstrações Financeiras consolidadas. Nesta base, as Demonstrações Financeiras anexas da Associação não refletem as variações patrimoniais que resultariam da aplicação de critérios de consolidação das participações financeiras diversas e da participação financeira institucional.

As Demonstrações Financeiras da Associação são preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

3.2. IMOBILIZADO CORPÓREO

O imobilizado corpóreo encontra-se valorizado ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes com o imobilizado corpóreo são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações do imobilizado corpóreo são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	N.º de anos
Edifícios e outras construções	50

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de ativos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

3.3. INVESTIMENTO EM IMÓVEIS

A Associação classifica como Investimento em imóveis os edifícios arrendados.

Os Investimentos em imóveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade. As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

	N.º de anos
Investimento em imóveis	50
Instalações interiores	10

Quando existe indicação de que um investimento em imóveis possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de ativos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um investimento em imóveis exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do um investimento em imóveis e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com os investimentos em imóveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação em montante superior ao valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado do investimento.

3.4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS (INSTITUCIONAL E DIVERSAS)

As participações financeiras correspondem a participações no capital de empresas em que o interesse da sua manutenção esteja ligado à atividade da Associação e da sua Caixa Económica.

As participações financeiras são classificadas como segue:

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Associação exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Associação detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Associação detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Associação detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presu-

mido que a Associação exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Associação exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade.

3.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação («*trade date*»), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa («*discounted cash flows*») e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

3.6. CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Classificação

Conforme referido na nota 3.1, a Associação alterou as suas políticas contabilísticas tendo adotado os critérios de reconhecimento e mensuração definidos nos IFRS. Nessa base a estrutura e nível de divulgação de informação das demonstrações financeiras não foram alterados.

Nessa base, para efeitos de mensuração dos instrumentos financeiros de acordo com os requisitos definidos no IAS 39 – Instrumentos financeiros, a Associação classifica os seus outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados*

  Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

  A Associação designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

  - Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
  - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
  - Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

- *Investimentos disponíveis para venda*

  Os investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Associação tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação («*trade date*»), ou seja, na data em que a Associação se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Associação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Associação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Associação tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente («*bid-price*»). Na ausência de cotação, a Associação estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria. A Associação não adotou esta possibilidade.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas.

Imparidade

A Associação avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresentam sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

3.7. OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

3.8. DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

3.9. PROVISÕES DE COBRANÇA DUVIDOSA

A provisão para cobranças duvidosas é baseada na evolução das dívidas de cobrança duvidosa, sendo apresentada como dedução ao saldo de clientes de cobrança duvidosa.

A avaliação desta provisão é efetuada trimestralmente pela Associação, tomando em consideração o período de incumprimento.

3.10. RECONHECIMENTO DE CUSTOS E PROVEITOS

Os proveitos e os custos são registados no período a que dizem respeito, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

3.11. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com origem nas diferentes modalidades mutualistas subscritas pelos Associados. Estas provisões são calculadas, mensalmente, sobre bases atuariais aprovadas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Adicionalmente, à data de cada reporte das Demonstrações Financeiras, a Associação efetua um teste à adequação das responsabilidades, utilizando pressupostos atuariais mais adequados face à realidade atual em termos de esperança de vida e de taxa de juro a utilizar no desconto das responsabilidades.

O teste de adequação das responsabilidades é efetuado para cada modalidade separadamente. Qualquer deficiência detetada deverá ser reconhecida pela Associação no momento em que ocorra, por contrapartida de resultados.

3.12. PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) a Associação tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido.

3.13. DESPESAS RELATIVAS À CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL

A Associação suporta, para além dos custos com os trabalhadores afetos ao Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, ao Gabinete de Comunicações e Relações Associativas e ao Gabinete de Desenvolvimento da Associação Mutualista, custos com os Órgãos de Gestão e Fiscalização e com trabalhadores da Direção Imobiliária e de Instalações. O montante suportado corresponde à compensação devida pela Associação relativamente ao apoio prestado pela Caixa nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria e à colocação de produtos mutualistas pela rede comercial (ver nota 26).

3.14. LUCROS DISTRIBUÍDOS PELA CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL

Os lucros recebidos da Caixa foram repartidos entre as rubricas de fundos próprios e comparticipações e subsídios à exploração da demonstração dos resultados do exercício em que ocorreu a referida distribuição (ver nota 35).

3.15. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Associação e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada na Nota 3 às Demonstrações Financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Associação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as Demonstrações Financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das Demonstrações Financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Associação determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta determinação requer julgamento, no qual a Associação recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e como consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

(i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses; ou

(ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

b) Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c) Provisões técnicas

As provisões matemáticas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes das várias modalidades. Estas provisões foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Associação. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões matemáticas relativas a cada modalidade, a Associação avalia mensalmente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais.

6. Número de Associados

Em 31 de dezembro de 2011, a Associação possuía 497 420 (2010: 463 390) Associados efetivos, que efetuaram 847 492 inscrições (2010: 799 053). Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o número de Associados subscritores das diferentes modalidades associativas pode ser detalhado como segue:

	2011	2010
Modalidades individuais:		
Capitais de reforma	253 866	243 392
Garantia de pagamento de encargos	138 426	172 139
Capitais de previdência diferidos com opção	160 429	146 864
Poupança reforma	22 455	23 005
Capitais para jovens	13 190	12 235
Capitais de previdência	7 180	7 362
Capitais de reforma com prazo certo	69 790	40 355
Pensões de reforma	5 159	5 837
Pensões de sobrevivência e dotes	1 604	1 667
Outros	2 480	2 615
	674 579	655 471
Modalidades de coberturas adicionais:		
Pensões de reforma – restituição de quotas	5 146	5 787
Capital temporário de invalidez	221	254
Pensões de reforma – adicional de invalidez	170	220
Quotas para capitais de garantia	197	30
	5 734	6 291

7. Imobilizações e investimentos em imóveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imobilizações corpóreas:		
Terrenos e recursos naturais	3 180	3 754
Edifícios e outras construções	1	17 741
Outras imobilizações corpóreas	1 009	90
Imobilizações em curso	34 677	31 246
	38 867	52 831
Investimentos financeiros:		
Investimento em imóveis	274 678	179 648
	313 545	232 479
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(3 403)	(3 326)
Relativas a exercícios anteriores	(53 147)	(50 679)
	(56 550)	(54 005)
	256 995	178 474

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica Imobilizações em curso inclui o montante de Euros 30 722 000 (2010: Euros 28 158 000) referente a custos incorridos com a construção de complexos habitacionais de residências assistidas e unidades de cuidados continuados.

Os movimentos da rubrica Imobilizações e investimentos financeiros, durante o exercício de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Transf. Euros '000	Abates/ Regularizações Euros '000	Saldo em 31 dezembro Euros '000
Custo:					
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	3 754	–	(574)	–	3 180
Edifícios e outras construções	17 741	23	(17 763)	–	1
Outras imobilizações corpóreas	90	919	–	–	1 009
Imobilizações em curso	31 246	6 130	(2 699)	–	34 677
	52 831	7 072	(21 036)	–	38 867
Investimentos financeiros:					
Investimentos em imóveis	179 648	76 671	21 036	(2 677)	274 678
	232 479	83 743	–	(2 677)	313 545
Amortizações acumuladas:					
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	6 979	–	(6 978)	–	1
Investimentos financeiros:					
Investimentos em imóveis	47 026	3 403	6 978	(858)	56 549
	54 005	3 403	–	(858)	56 550

8. Carteira de títulos

Conforme referido na nota 3.6, os outros ativos financeiros foram classificados nas várias categorias do IAS 39 Instrumentos financeiros e mensurados ao justo valor com as variações refletidas nas reservas ou nos resultados de acordo com a política contabilística associada a cada carteira.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos classificados como disponíveis para venda são analisados como segue:

	Euros '000				
	Custo amortizado	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de Balanço
		Positiva	Negativa		
Ações diversas	3 079	100	(178)	(1 088)	1 913
Obrigações e títulos de participação	766 554	6 348	(35 699)	(13 460)	723 743
Outras aplicações	194 797	22 719	(10 192)	(5 970)	201 354
31 de dezembro de 2010	**964 430**	**29 167**	**(46 069)**	**(20 518)**	**927 010**
Ações diversas	2 619	144	(13)	(1 239)	1 511
Obrigações e títulos de participação	611 720	15 079	(53 139)	(4 239)	569 421
Outras aplicações	184 337	21 815	(25 654)	(14 772)	165 726
31 de dezembro de 2011	**798 676**	**37 038**	**(78 806)**	**(20 250)**	**736 658**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Valor de balanço – Obrigações	10 658	13 683
Valor de aquisição	*14 574*	*16 931*

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos classificados como detidos para negociação são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Valor de balanço – Obrigações	1 730	16 257
Valor de balanço – Fundos de investimento	–	310
Valor de aquisição	*1 771*	*16 390*

No Anexo I é apresentado o inventário de títulos com referência a 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os derivados são analisados como segue:

	2011 Euros '000		2010 Euros '000	
	Nocional	**Justo Valor**	**Nocional**	**Justo valor**
Contratos sobre crédito				
Credit Default Swaps	16 500	(1 188)	16 500	(393)
Contratos sobre taxas de juro				
Interest Rate Swaps	25 000	(4 811)	25 000	(5 128)
Contratos sobre índices				
Call Options	–	–	104	78
		(5 999)		(5 443)

A provisão para a carteira de títulos corresponde à imparidade determinada de acordo com os critérios estabelecidos pelo IAS 39 – Instrumentos Financeiros. O movimento ocorrido nesta rubrica, durante o exercício de 2011, é apresentado como segue:

	Euros '000			
	Saldo em 1 janeiro	**Reforços**	**Reversões**	**Saldo em 31 dezembro**
Ações, obrigações e outras aplicações financeiras	20 518	11 265	(11 533)	20 250

9. Participações financeiras

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Participação financeira institucional	1 245 000	800 000
Participações financeiras diversas	139 601	461 674
	1 384 601	1 261 674

A rubrica Participações financeiras pode ser analisada como segue:

	2011					
	Capital Social	Número ações	Percentagem de Participação	Custo Aquisição Euros '000	Capitais próprios (*) Euros '000	Valor Balanço Euros '000
Subsidiárias e associadas						
Caixa Económica Montepio Geral	1 245 000	–	100,00%	1 245 000	1 241 573	1 245 000
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. *b*)	26 000	3 339 317	64,22%	53 519	42 210	53 519
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	20 000	328 893	41,11%	9 647	12 826	9 647
Nova Câmbios, S.A.	750	4 500	30,00%	227	578	227
Silvip, S.A.	750	3 960	26,40%	308	655	308
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2 567	316 932	61,74%	1 963	3 320	1 963
MG Gestão de Ativos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	1 200	239 655	99,86%	1 331	2 499	1 331
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	50	10.000	100,00%	50	13	50
Bolsimo – Gestão de Ativos, S.A. *c*)	16 500	151 190	91,63%	50 119	46 223	50 119
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	3 000	1 529 700	50,99%	1 530	511	1 530
Sagies, S.A.	500	27 000	27,00%	97	273	97
Leacock (Seguros), Lda.	300	*a*)	81,00%	242	1 942	242
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	1 000	7 000	70,00%	700	215	700
NEBRA, Energias Renovables, SL	10	3 550	35,50%	611	242	611
Bem Comum – Sociedade Capital Risco, S.A.	250	16 000	32,00%	80	n.d.	80
Finibanco Vida – Companhia de Seguros	7 500	3 750 000	50,00%	4 165	3 507	4 165
Finisegur – Sociedade Mediadora de Seguros	50	10 000	100,00%	313	603	313
Finimóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares	250	50 000	100,00%	1 505	n.d.	1 505
Lestinvest, SGPS	20 000	20 000 000	100,00%	13 194	11 444	13 194
						1 384 601

(*) Os capitais próprios atribuíveis são relativos às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

a) Representada por quotas.

b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 29 750 000 referente a prestações acessórias de capital.

c) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 35 000 000 referente a prestações acessórias de capital.

Durante o exercício de 2011, a Caixa Económica Montepio Geral procedeu a aumentos de capital no montante de Euros 445 000 000, tendo sido integralmente subscrito pelo Montepio Geral – Associação Mutualista.

No decurso do exercício de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista procedeu à alienação de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à Caixa Económica – Montepio Geral no montante de Euros 341 250 000.

No decurso do exercício de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista procedeu ainda à aquisição de 50% na Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., de 100% da Finisegur – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A., de 100% da Finimóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A. e de 100% da Lestinvest, SGPS, S.A., pelos montantes de Euros 4 165 000, Euros 313 000, Euros 1 505 000 e Euros 13 194 000, respetivamente.

A participação financeira institucional corresponde ao capital institucional (100%) na Caixa Económica Montepio Geral. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o balanço da Caixa pode ser resumido como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
		Reexpresso
Ativo		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	381 540	240 024
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	102 701	58 405
Aplicações em instituições de crédito	370 268	338 662
Créditos a clientes	16 200 240	14 352 766
Ativos financeiros detidos para negociação	145 252	130 865
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 606	3 952
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 821 780	5 256 811
Derivados de cobertura	1 184	2 810
Investimentos detidos até à maturidade	48 416	58 093
Investimentos em associadas	384 547	43 297
Ativos não correntes detidos para venda	86 830	162 374
Outros ativos tangíveis	66 183	89 188
Ativos por impostos correntes	10	–
Ativos por impostos diferidos	59 221	–
Ativos intangíveis	110 843	18 254
Outros ativos	310 278	104 924
Total do Ativo	24 092 899	20 860 425
Passivo		
Recursos de bancos centrais	2 003 300	1 540 266
Recursos de outras instituições de crédito	1 182 068	1 262 546
Recursos de clientes	13 190 639	9 654 340
Responsabilidades representadas por títulos	2 240 688	3 578 677
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	3 289 983	3 182 375
Passivos financeiros detidos para negociação	101 524	53 814
Derivados de cobertura	2 444	1 408
Provisões	120 014	101 499
Outros passivos subordinados	477 247	380 986
Outros passivos	243 419	211 696
Total do Passivo	22 851 326	19 967 607
Situação Líquida		
Capital	1 245 000	800 000
Outros instrumentos de capital	15 000	–
Reservas de justo valor	(316 692)	(82 973)
Outras reservas e resultados transitados	265 442	133 254
Resultado líquido do exercício	32 823	42 537
Total da Situação Líquida	1 241 573	892 818
	24 092 899	20 860 425

10. Critérios de reavaliação de investimentos financeiros

De acordo com o IAS 39 – Instrumentos Financeiros, os ativos classificados como disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida.

11. Discriminação da reavaliação

Esta rubrica é analisada como segue:

	Custo Aquisição Amortizado * Euros '000	Reserva de Reavaliação Euros '000	Valor de Balanço Euros '000
Ações diversas	1 380	131	1 511
Obrigações e títulos de participação	607 481	(38 060)	569 421
Outras aplicações financeiras			
Títulos da dívida pública	66 211	(25 216)	40 995
Fundos de investimento	88 354	21 286	109 640
Papel comercial	15 000	91	15 091
	778 426	(41 768)	736 658

* O custo de aquisição amortizado encontra-se deduzido de perdas por imparidade.

17. Estado e outros entes públicos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Ativo:		
IVA dedutível	6	–
IVA a recuperar	14	327
IVA – reembolsos pedidos	35	425
	55	752
Passivo:		
IRS retenções na fonte	306	304
IVA apuramento	447	575
Imposto do selo	1	1
	754	880

18. Contas extrapatrimoniais

Os saldos desta conta são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Responsabilidades assumidas perante terceiros	17 875	19 477
Valores recebidos em depósito e administração	1 037	997
Responsabilidades assumidas por terceiros	29 804	30 638
Outras contas extrapatrimoniais	8 315	3 626

A rubrica «Valores recebidos em depósito e administração», diz respeito ao património de várias fundações e de alguns prémios atribuídos em diversos âmbitos, que são geridos pela Associação.

A rubrica «Responsabilidades assumidas perante terceiros» inclui o montante de Euros 16 500 000 (2010: Euros 16 500 000) referente a derivados contratados com a Caixa Económica Montepio Geral, bem como o montante de Euros 1 375 000 (2010: Euros 2 977 000) de empreitadas adjudicadas.

A rubrica «Responsabilidades assumidas por terceiros» inclui o montante de Euros 25 000 000 (2010: Euros 25 104 000) referente a derivados contratados com a Caixa Económica Montepio Geral e ainda o montante de Euros 4 804 000 (2010: Euros 5 534 000) de garantias bancárias.

20. Fundos permanentes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica dos fundos permanentes das modalidades associativas pode ser analisada como segue:

	2011 Euros '000			
	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Excedentes técnicos	Total
Capitais de reforma	1 284 755	–	–	1 284 755
Capitais de reforma prazo certo	534 389	–	4 039	538 428
Poupança reforma	81 301	–	–	81 301
Capitais de previdência	12 499	24 656	13 423	50 578
Capitais de previdência diferidos com opção	158 810	5 496	29 320	193 626
Pensões de reforma	126 775	25 076	4 316	156 167
Capitais para jovens	41 641	3 101	9 445	54 187
Pensões de sobrevivência e dotes	5 580	19 064	2 245	26 889
Outros	28 258	2 062	3 908	34 228
	2 274 008	79 455	66 696	2 420 159
Rendas Vitalícias	22 613	–	106	22 719
	2 296 621	79 455	66 802	2 442 878

	2010 Euros '000			
	Provisões matemáticas	Subvenções e melhorias de benefícios	Excedentes técnicos	Total
Capitais de reforma	1 420 918	–	2 934	1 423 852
Capitais de reforma prazo certo	368 390	–	1 827	370 217
Poupança reforma	79 869	–	–	79 869
Capitais de previdência	11 917	24 877	13 397	50 191
Capitais de previdência diferidos com opção	142 358	6 765	29 037	178 160
Pensões de reforma	134 531	25 836	11	160 378
Capitais para jovens	38 801	3 972	10 663	53 436
Pensões de sobrevivência e dotes	6 712	19 904	2 688	29 304
Outros	31 372	2 171	8 178	41 721
	2 234 868	83 525	68 735	2 387 128
Rendas Vitalícias	24 069	–	106	24 175
	2 258 937	83 525	68 841	2 411 303

Em 31 de dezembro de 2011, o grau de cobertura do património líquido sobre as provisões matemáticas corresponde a 115% (2010: 115%). As provisões matemáticas incluem o montante de Euros 59 528 000 (2010: 64 510 000), em consequência do incremento das responsabilidades das diversas modalidades decorrentes do teste de adequação das responsabilidades, conforme referido na nota 3.11. A taxa de desconto considerada no teste de adequação das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2011 foi determinada em função da maturidade de cada modalidade, situando-se no intervalo entre 2,72% e 4,36% (2010: entre 2,58% e 3,75%).

23. Fundos próprios e fundos permanentes, reservas e provisões para riscos e encargos

As rubricas incluídas nos fundos próprios e fundos permanentes, reservas e provisões para riscos e encargos têm a seguinte composição:

	Saldos em 1 janeiro Euros '000	Distribuição de resultados da Associação Euros '000	Distribuição de resultados da Caixa Euros '000	Variação líquida das provisões matemáticas Euros '000	Transf. e dotações Euros '000	Outros Euros '000	Saldos em 31 dezembro Euros '000
Fundos próprios e permanentes:							
Fundos próprios	90 013	9 508	9	–	–	(32)	99 498
Excedentes técnicos	68 841	3 180	–	–	(4 474)	(745)	66 802
	158 854	12 688	9	–	(4 474)	(777)	166 300
Reservas e resultados transitados:							
Reservas de reavaliação	(16 902)	–	–	–	–	(24 866)	(41 768)
Reservas gerais	178 844	13 500	–	–	3 751	–	196 095
Outras reservas	35 456	–	–	–	2 934	(1 543)	36 847
	197 398	13 500	–	–	6 685	(26 409)	191 174
Provisões para riscos e encargos:							
Provisões matemáticas	2 258 937	28 205	–	10 112	(2 211)	1 578	2 296 621
Subvenções e melhorias de benefícios	83 525	–	–	(4 781)	–	711	79 455
	2 342 462	28 205	–	5 331	(2 211)	2 289	2 376 076
	2 698 714	54 393	9	5 331	–	(24 897)	2 733 550

Em 31 de dezembro de 2011, o montante referido como «Outros» em termos do movimento dos Excedentes técnicos inclui a atribuição de melhorias de benefícios às modalidades atuariais e o custo com a atualização das rendas vitalícias.

Durante os exercícios de 2011 e 2010, a Associação recebeu resultados da Caixa (nota 35), tendo efetuado o seu registo nas seguintes rubricas:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Comparticipações e subsídios à exploração	23 076	20 292
Fundos próprios	9	8
	23 085	20 300

Em conformidade com os Estatutos da Associação, os Fundos Permanentes destinam-se a garantir aos Associados e/ou seus beneficiários o pagamento das pensões, capitais ou encargos das diversas modalidades e incluem as responsabilidades expressas nas seguintes rubricas do passivo:

a) **Provisões matemáticas** – Encontram-se refletidas no passivo na rubrica de provisões para riscos e encargos e destinam-se a fazer face a responsabilidades assumidas com modalidades associativas relativamente a períodos futuros. Estas provisões foram calculadas de acordo com bases técnicas atuariais aprovadas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram sujeitas a um teste de adequação das responsabilidades, conforme descrito na nota 3.11.

b) **Subvenções e melhorias de benefícios** – Encontram-se refletidas no passivo na rubrica de provisões para riscos e encargos e traduzem as melhorias dos benefícios em formação e em curso. Estes benefícios são calculados periodicamente com bases atuariais e destinam-se a fazer face à distribuição das melhorias, aprovadas em Assembleia Geral, que já foram atribuídas mas que ainda não se venceram.

Respondem ainda pelas responsabilidades assumidas pela Associação os valores apresentados nas seguintes rubricas do capital próprio:

***a*) Excedentes técnicos** – Parte dos fundos permanentes, não afetos a responsabilidades assumidas para com beneficiários das modalidades associativas. Podem ser utilizados para cobertura do défice anual de qualquer fundo disponível, até à concorrência do seu valor.

***b*) Reservas gerais** – Estas reservas são dotadas com pelo menos 5% dos saldos dos fundos disponíveis apurados no final de cada ano, após a constituição das respetivas provisões matemáticas nos termos dos Estatutos da Associação. Destinam-se a fazer face aos encargos resultantes de qualquer eventualidade, a completar os Fundos Disponíveis quando as receitas destes sejam insuficientes para custear os respetivos encargos e a cobrir eventuais prejuízos da Associação.

26. Custos com o pessoal

A Associação suporta, para além dos custos com os trabalhadores afetos ao Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, ao Gabinete de Comunicações e Relações Associativas e ao Gabinete de Desenvolvimento da Associação Mutualista, custos com os Órgãos de Gestão e Fiscalização e com trabalhadores da Direção Imobiliária e de Instalações. O montante suportado corresponde à compensação devida pela Associação relativamente ao apoio prestado pela Caixa nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria e à colocação de produtos mutualistas pela rede comercial. Em 31 de dezembro de 2011, o montante de custos com pessoal suportado pela Associação ascende a Euros 6 675 000 (2010: Euros 6 715 000).

27. Demonstração de resultados financeiros

As rubricas incluídas na Demonstração de resultados financeiros têm a seguinte composição:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos	38 659	33 800
Rendimento de imóveis	17 464	17 975
Rendimentos de participações de capital	2 624	2 185
Outros proveitos e ganhos financeiros	8 861	6 917
Operações de cobertura	101	191
	67 709	61 068
Custos e perdas:		
Juros suportados	992	1 881
Conservação e reparação de edifícios	1 500	1 988
Outros custos e perdas financeiras	5 225	4 198
Operações de cobertura	–	21
Juros e custos similares	7 717	8 088
Amortizações de investimentos em imóveis	3 403	2 963
Provisões para aplicações financeiras	11 265	2 780
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	14 668	5 743
	22 385	13 831
Resultado financeiro	45 324	47 237

28. Rendimento de imóveis

O valor desta rubrica é composto por:

	Euros' 000		
	Valor de balanço	Despesas de conservação e reparação	Rendimento dos imóveis
Imóveis	277 859	1 500	17 464

29. Demonstração de resultados extraordinários

As rubricas incluídas na Demonstração de resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em imobilizações	7 766	3 956
Redução de provisões e amortizações	11 538	3 726
Correções relativas a exercícios anteriores	1	262
Outros proveitos e ganhos extraordinários	64	80
	19 369	8 024
Custos e perdas:		
Donativos	1 198	1 012
Perdas em imobilizações	10 375	3 319
Correções relativas a exercícios anteriores	124	127
Outros custos e perdas extraordinários	77	2
	11 774	4 460
Resultado extraordinário	7 595	3 564

32. Acréscimos e diferimentos

As rubricas de Acréscimos e diferimentos são analisadas como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Acréscimo de proveitos:		
Juros a receber		
Títulos	12 778	9 555
Outros	3 800	2 652
Outros proveitos a receber		
Outros	9	10
	16 587	12 217
Acréscimos de custos	754	1 113

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica Acréscimos de custos inclui o montante de Euros 754 000 (2010: Euros 949 000), relativo a responsabilidades com férias e subsídio de férias.

34. Imposto sobre o rendimento

A Associação é uma instituição particular de solidariedade social que beneficia de isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), ao abrigo da alínea *b*) do número 1 do artigo 10.º do respetivo Código. Tal isenção foi confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

35. Transações com a Caixa Económica Montepio Geral

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos e as principais transações efetuadas com a Caixa durante os exercícios findos nessas datas, foram os seguintes:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Depósitos à ordem	77 697	132 444
Depósitos a prazo	384 739	212 244
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	11 408	11 600
Distribuição de resultados relativos ao exercício anterior (nota 23)	23 085	20 300
Aumento de capital institucional da Caixa (nota 9)	445 000	40 000
Aquisição de imóveis	76 671	–
Valores a pagar à CEMG (incluídos em Outros credores)	72 052	–

Adicionalmente, o Montepio Geral – Associação Mutualista tem na sua carteira de investimentos diversas obrigações da Caixa Económica Montepio Geral que se encontram evidenciadas no Anexo I.

36. Capitais vencidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Capitais de reforma	274 706	136 934
Capitais de previdência diferidos com opção	37 565	29 534
Capitais de reforma prazo certo	46 884	20 058
Capitais para jovens	4 269	3 801
Outros	7 042	4 211
	370 466	194 538

A rubrica Capitais vencidos corresponde aos reembolsos de capitais relativos a modalidades cujo benefício se processa por amortização parcial ou total dos valores entregues pelos Associados. Estes reembolsos são deduzidos às responsabilidades da Associação para efeitos do apuramento periódico das provisões matemáticas.

37. Capitais recebidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Capitais de reforma	103 928	123 639
Capitais de reforma prazo certo	202 030	105 294
Poupança reforma	5 104	13 010
Outros	1 343	1 195
	312 405	243 138

A rubrica Capitais recebidos corresponde às entregas de capitais pelos Associados. Estes capitais são acrescidos às responsabilidades da Associação para efeitos do apuramento periódico das provisões matemáticas.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA			**9793 248**		**798 676**	**(20 250)**		**736 658**
AÇÕES			***2 619***		***2 619***	***(1 239)***		***1 511***
Banco Bpi		1,71	226	1,71	226	(165)	0,48	63
Banco Comercial Português		0,67	51	0,67	51	(41)	0,14	10
Clínica Santa Maria de Belém		7,45	493	7,45	493	(80)	6,24	413
E.I.A.		4,99	349	4,99	349	(236)	1,75	123
Edp		2,72	136	2,72	136	(3)	2,39	120
Edp Renováveis		6,83	785	6,83	785	(358)	4,72	543
Moçambique – Companhia de Seguros		6,39	379	6,39	379	(230)	2,54	151
Nebra Renovables, Sl		172,11	164	172,11	164	(120)	45,80	44
Soficatra		24,23	36	24,23	36	(6)	29,16	44
OBRIGAÇÕES			**606 950**		**611 720**	**(4 239)**		**569 421**
ABB INTL FINANCE LTD	1 000	1,01	1 012	1,01	1 007	–	1,05	1 045
ABN AMRO BANK NV	2 000	0,96	1 917	0,98	1 960	–	0,73	1 460
ABS BANCO POPULAR	100	1,00	100	1,00	100	–	0,40	40
AEGON N V	125	1,00	125	1,00	125	–	1,01	127
ANGLO IRISH BANK CORP	2 000	1,00	1 999	1,00	1 999	(49)	0,98	1 950
AYT DEUDA SUBORDINADA (Fundo Titularização)	1 500	1,00	1 500	1,00	1 500	–	0,75	1 118
AZOR 1 A	680	0,93	635	0,94	637	–	0,83	563
BANBRA 4 1/2 01/20/2016	1 000	0,99	995	1,00	996	–	0,99	986
BANCA DELLE MARCHE 2017	1 500	1,00	1 499	1,00	1 499	–	0,76	1 141
BANCA ITALEASE	2 000	1,00	1 995	1,00	1 998	–	0,75	1 500
BANCA SELLA LT2	1 500	1,00	1 499	1,00	1 500	–	0,90	1 345
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS – 3,625% 01/19/12	9 000	0,98	8 781	1,00	9 000	–	0,99	8 948
BANCO DE VALENCIA SA	2 000	1,00	1 998	1,00	2 000	–	0,94	1 871
BANCO POPOLARE DI MILANO	2 000	1,00	1 994	1,00	1 998	–	0,86	1 716
BANK OF AMERICA CORP	2 000	1,00	1 995	1,00	1 999	–	0,91	1 830
BBVA BANCOMER AS	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	0,91	1 826
BBVA SUB CAPITAL UNIPERS	2 000	1,00	1 997	1,00	1 999	–	0,87	1 748
BBVASM 4 05/13/2013	2 000	1,00	1 997	1,00	1 998	–	1,00	1 999
BCP FINANCE BANK LTD	3 000	0,99	2 968	1,00	2 999	–	0,96	2 880
BCPPL 0 05/09/14	2 000	1,00	1 998	1,00	1 999	–	0,61	1 216
BCPPL 2,375 01/18/12	3 500	0,97	3 407	1,00	3 499	–	0,99	3 480
BCPPL 4 75 10/29/2014	1 000	0,99	990	0,99	993	–	0,78	780
BCPPL 5 625 04/23/14	1 000	0,96	963	0,98	978	–	0,71	707
BCPPL 9 25 10/13/14	750	1,00	750	1,00	750	–	0,77	575
BEI/96 – 16	379	1,00	381	1,00	380	–	1	473
BES FINANCE LTD	1 000	0,98	983	0,98	984	–	0,43	434
BES FLOAT 05/13	3 000	0,95	2 850	0,98	2 930	–	0,81	2 430
BESPL 3 7/8 01/21/15	5 950	0,97	5 786	0,98	5 844	–	0,70	4 195
BESPL 3 75 01/19/12	3 300	0,97	3 208	1,00	3 294	–	1,00	3 291
BESPL 5,89 05/14/12	1 500	1,00	1 501	1,00	1 500	–	1,01	1 511
BESPL 6 08/27/13	2 000	1,00	1 990	1,00	1 995	–	0,85	1 703
BESPL FLOAT 02/13	2 200	0,95	2 081	0,98	2 155	–	0,85	1 863
BOLSIMO – GESTÃO DE ATIVOS, SA	25 000	1,00	25 000	1,00	25 000	–	0,87	21 693

Para ser lido com as notas em anexo às demonstrações financeiras

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
BPIM 3 7/8 03/14	300	1,00	300	1,00	300	–	0,95	285
BPIPL 3 1/4 01/15/15	2 000	0,88	1 753	0,91	1 816	–	0,79	1 578
BPIPL FLOAT 01/25/12	4 000	0,99	3 959	1,00	3 986	–	0,98	3 936
BRISA 4 5 05/12/2016	1 300	0,97	1 258	0,98	1 273	–	0,65	845
BRISA CONCESSAO RODOV SA	2 000	0,99	1 988	1,00	1 998	–	0,85	1 700
CAIXA ESTALVIS TERRASSA	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,99	990
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	1 000	0,99	989	0,99	995	–	0,71	709
CAJA CANTABRIA (Ahorros De Santander)	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	0,98	1 956
CAJA DE AHORROS DEL MEDITERRANEO (Global Finance)	1 750	1,00	1 748	1,00	1 750	–	0,88	1 531
CAJA SEVILLA MONPIS	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	0,50	2 500
CAJA ZARAGOZA ARAGON & R	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	0,64	1 273
CARNIVAL PLC	1 000	1,00	995	1,00	999	–	1,02	1 023
CASSA RISPARMIO FIRENZE	1 000	1,00	997	1,00	999	–	0,88	876
CEMG 2016 (Callable)	11 300	0,76	8 621	0,79	8 882	–	0,45	5 085
CEMG ABR/2012 (Obrig de Caixa – Subscrição Privada)	6 000	1,00	6 000	1,00	6 000	–	1,01	6 041
CEMG INFLAÇÃO 2008-2016 (Obrigações De Caixa)	4 700	1,00	4 700	1,00	4 700	–	1,12	5 246
CGDCOVERED	1 000	1,00	998	1,00	999	–	0,80	804
CIE FINANCIERE DU CRED	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,94	940
CITIGROUP 7 3/8 06/16/14	900	1,11	995	1,06	953	–	1,06	957
CITIGROUP GLOBAL MARKETS	1 000	0,68	678	0,81	806	–	0,92	916
CITIGROUP INC	1 000	1,00	999	1,00	999	–	0,88	876
COMMERZBANK AG	4 000	0,99	3 967	1,00	3 984	–	0,61	2 456
CREDICO FUNDING SRL	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,78	780
CRPC 2009/2014 – 8 SERIE	3 800	1,00	3 800	1,00	3 800	–	1,05	3 989
CRPC 2010/2018 2S	1 600	1,00	1 600	1,00	1 600	–	1,05	1 686
CRPC 2011/2016 3S	20 000	1,00	20 000	1,00	20 000	–	1,06	21 121
CRPC 2011/2016 4S	25 000	1,00	25 000	1,00	25 000	–	1,05	26 262
CRPC 2011/2016 5.ª SÉRIE	20 000	1,00	20 000	1,00	20 000	–	1,06	21 250
CRPC 2011/2019 1S	20 000	1,00	20 000	1,00	20 000	–	1,08	21 551
CRPC 2011/2019 2.ª SÉRIE	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	1,09	5 443
CRPC SETEMBRO 2008/13 – 2.ª EMISSÃO	750	1,00	750	1,00	750	–	1,00	748
CRPC SETEMBRO 2009/2014 – 7S	4 250	1,00	4 250	1,00	4 250	–	1,05	4 455
CRPC SETEMBRO 2009/2017 – 1S	1 500	1,00	1 500	1,00	1 500	–	1,08	1 618
CXGD 4 3/8 05/13/13	1 000	0,94	940	0,97	967	–	0,92	917
CXGD 5 1/8 02/19/14	6 250	0,99	6 201	0,99	6 209	–	0,89	5 556
DEUTSCHE BANK AG	1 000	0,96	956	0,98	978	–	0,85	854
DEUTSCHE POSRBANK	2 000	1,00	1 994	1,00	1 997	–	0,78	1 560
DOURM 3 A	1 643	0,81	1 332	0,83	1 366	–	0,46	760
DOURO 2 A1 (Sagres)	21	1,00	21	1,00	21	–	0,50	10
EDP FINANCE	1 000	1,01	1 008	1,00	1 001	–	1,00	995
ELEPOR 5 7/8 02/01/16	1 000	1,00	998	1,00	998	–	0,88	884
ERSTE BANK	2 000	1,00	1 999	1,00	2 000	–	0,68	1 360
ESF 6 7/8 10/21/19	1 000	1,04	1 041	1,03	1 033	–	0,53	530
ESFG INTERNATIONAL LTD	500	1,00	500	1,00	500	–	0,33	164
FIDINT 6 7/8 02/24/17	100	1,00	100	1,00	100	–	1,03	103
FINANTIA	2 500	1,00	2 500	1,00	2 500	–	0,50	1 250
FINIBANCO VAR 02/49	146	0,50	73	0,50	73	–	0,50	73
FORTIS BANK	3 000	1,00	3 005	1,00	3 002	–	0,87	2 610

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
GE CAPITAL EURO FUNDING	1 500	1,00	1 497	1,00	1 499	–	0,92	1 375
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,96	959
HEAT MEZZANINE (Classe AAA)	440	1,00	440	1,00	440	(206)	0,53	234
HSBC FINANCE CORP	1 000	1,00	998	1,00	999	–	0,97	966
ING GROEP NV FIXED RATE	1 000	0,99	990	0,99	990	–	0,88	883
ING VERZEKERINGEN NV	2 000	1,00	1 997	1,00	1 999	–	0,96	1 910
INTESA SANPAOLO SPA	2 000	1,00	1 998	1,00	1 999	–	0,88	1 754
ITAUEU 0 12/22/15	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	0,88	1 755
KBC IFIMA NV	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,60	600
LANDSBANKI ISLANDS	500	0,99	494	0,99	494	(494)	0,00	–
LHB INTERNATIONAL HANDEL	250	1,00	250	1,00	250	–	0,67	168
LLOYDS 3 1/4 11/12	500	1,01	507	1,00	502	–	1,00	499
LLOYDS 6 1/4 TSB BANK PLC	600	1,07	643	1,04	626	–	1,03	617
LUSITANIA VIDA/2007	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	0,88	4 397
LUSITANO SME OLC	558	1,00	558	1,00	558	–	0,83	464
MAGEL 3 A	3 036	0,90	2 737	0,93	2 818	–	0,53	1 598
MAGEL 4 A	1 759	0,82	1 450	0,83	1 459	–	0,52	918
MALACHITE SENIOR MEZZANINE	840	1,00	840	1,00	840	(781)	0,07	59
MERRIL LYNCH & CO INC	1 500	1,00	1 499	1,00	1 500	–	1,00	1 493
MERRILL LYNCH & CO	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,91	913
MERRILL LYNCH 2014	1 500	1,00	1 495	1,00	1 498	–	0,86	1 283
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/2016 7S	10 000	1,00	10 000	1,00	10 000	–	1,04	10 389
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/2019 3S	5 000	1,00	5 000	1,00	5 000	–	1,06	5 278
MONTEPIO RENDIMENTO TOP 1.ª SÉRIE	24 266	0,98	23 704	0,98	23 794	–	0,80	19 412
MONTEPIO RENDIMENTO TOP 2. ª SÉRIE	22 474	0,97	21 712	0,97	21 828	–	0,80	17 979
MONTEPIO TAXA CRESCENTE ABRIL 2016	10 000	1,01	10 054	1,01	10 051	–	1,06	10 643
MONTEPIO TAXA CRESCENTE FEVEREIRO 2016	15 000	1,00	15 034	1,00	15 032	–	1,05	15 781
MONTEPIO TAXA FIXA 2010/2012 – 1.ª SÉRIE	41	0,98	40	0,99	40	–	1,00	40
MONTEPIO TAXA FIXA 2010/2013 – 1.ª SÉRIE	111	0,96	107	0,97	107	–	0,96	107
MONTEPIO TAXA FIXA 2010/2014 – 1.ª SÉRIE	143	0,97	138	0,97	139	–	0,97	138
MONTEPIO TAXA FIXA 2010/2014 – 2.ª SÉRIE	165	0,98	161	0,98	162	–	0,97	159
MONTEPIO TAXA FIXA AGOSTO 2010/2014	103	0,93	96	0,95	98	–	0,96	99
MONTEPIO TAXA FIXA JANEIRO 2011/2015	115	0,94	108	0,95	109	–	0,97	111
MONTEPIO TAXA FIXA MARÇO 2011/2013	23	0,97	23	0,98	23	–	0,97	23
MONTEPIO TAXA FIXA SETEMBRO 2010/2014	48	0,96	46	0,96	46	–	0,96	46
MONTEPIO TAXA FIXA JULHO 2010/2014	95	0,94	89	0,95	90	–	0,97	91
MONTPI 5 02/08/17	2 500	0,89	2 236	0,92	2 290	–	0,61	1 534
MONTPI FLOAT 05/03/12	7 178	0,91	6 510	0,97	6 995	–	0,92	6 640
MONTPI FLOAT 05/29/13	16 750	0,82	13 738	0,94	15 705	–	0,72	12 091
MONTPI STRNT 01/30/17	2 000	0,75	1 500	0,80	1 594	–	0,65	1 300
MONTPI STRNT 02/25/15	14 650	0,88	12 866	0,92	13 419	–	0,83	12 207
MUFG CAPITAL FIN 4 LTD (Tier 1)	750	1,00	750	1,00	750	–	0,94	706
NATIONAL GRID PLC	150	0,99	149	1,00	150	–	1,10	165
NATIXIS	1 750	1,00	1 749	1,00	1 750	–	0,89	1 561
NOMURA EUROPE FINANCE NV	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,99	990
NOSTRUM MORTGAGES PLC	2 528	0,98	2 487	0,99	2 491	–	0,66	1 658
OB. CX. TX. VAR. CEMG 2009/13	500	1,00	500	1,00	500	–	1,00	500
OBR. CX. CRPC 2011/2016 – 1.ª SÉRIE	25 000	1,00	25 000	1,00	25 000	–	1,07	26 642

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
OBRIG. MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/2016 – 2.ª SÉRIE	25 000	1,00	25 005	1,00	25 005	–	1,06	26 391
OBRIG. CX. MONT. TX. FIXA CRESCENTE FEVEREIRO 2011/2016	5 000	1,01	5 028	1,01	5 028	–	1,06	5 285
OBRIGAÇÕES MONTEPIO 1780 DIAS 2011/2016	1 500	1,03	1 551	1,03	1 547	–	1,06	1 589
OBRIGAÇÕES MONTEPIO CAPITAL CERTO 1795 DIAS 2011/2016	10 000	1,00	10 000	1,00	10 000	–	1,05	10 461
OBRIGAÇÕES MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/2016 – 6.ª SÉRIE	20 000	1,00	20 000	1,00	20 000	–	1,05	21 065
OBRIGAÇÕES MONTEPIO TAXA CRESCENTE JUN2011 – ABR2016	15 000	1,00	15 000	1,00	15 000	–	1,05	15 751
OTP BANK PLC	1 000	1,00	1 002	1,00	1 001	–	0,51	509
PARPUB 4 191 10/14	6 500	1,00	6 472	1,00	6 498	–	0,64	4 160
PARPUBLICA 3 1/2	500	0,97	485	0,98	492	–	0,74	370
PELICAN 1A	3 461	0,92	3 194	0,93	3 204	–	0,78	2 700
PEUGEOT 5 10/28/16	1 000	1,01	1 008	1,01	1 007	–	0,96	961
PORCHE INTL FINANCE	2 000	1,00	2 000	1,00	2 000	–	1,03	2 065
PORTB 0 01/20/12	3 000	0,99	2 963	0,99	2 963	–	1,00	2 994
PORTB 0 02/17/12	2 398	0,99	2 367	0,99	2 367	–	0,99	2 383
PORTEL 5 5/8 02/08/16	3 000	0,99	2 981	0,99	2 985	–	0,82	2 459
PORTUGAL TELECOM 2012	1 000	0,95	949	1,00	998	–	0,99	994
PORTUGAL TELECOM 2013	150	1,00	150	1,00	150	–	0,99	148
PROMS XXS6 – 1 C	858	1,00	858	1,00	858	(61)	0,93	798
PTIPL 0 10/27/12	4 500	1,00	4 500	1,00	4 500	–	1,00	4 501
PYME BANCO POPULAR (POPY 2006 – 1 B)	1 500	1,00	1 500	1,00	1 500	–	0,75	1 120
RBS 3,625 05/17/13	1 301	0,99	1 291	1,00	1 297	–	0,97	1 267
RBS 4,875 07/15/15	1 500	1,00	1 500	1,00	1 500	–	0,96	1 444
RBS 5 1/4 05/15/13	500	1,05	523	1,02	510	–	0,99	497
REN REDES ENERGÉTICAS	1 100	1,00	1 096	1,00	1 098	–	0,87	958
REPSOL INTL FINANCE	1 000	1,03	1 035	1,01	1 008	–	1,03	1 029
SANTAN 3 3/4 06/12	1 000	1,03	1 030	1,01	1 006	–	0,98	979
SEB 0 09/28/17	1 000	1,00	999	1,00	1 000	–	0,96	960
SEDNA FINANCE	2 500	1,00	2 500	1,00	2 500	(2 500)	0,00	–
SLM CORP	2 000	1,00	1 994	1,00	1 999	–	0,94	1 880
SOCIETÉ GENERALE 2017	1 500	1,00	1 499	1,00	1 499	–	0,86	1 290
SOMEC/94	150	0,99	149	0,99	149	(149)	0,00	–
STANDARD CHARTERES BANK	1 000	1,00	997	1,00	998	–	0,89	888
TELEFONICA 7Y 2009/16	250	1,00	250	1,00	250	–	1,02	254
TELEFONICA 5Y	400	1,00	400	1,00	400	–	1,02	408
UBI BANCA SPCA	1 000	1,00	998	1,00	999	–	0,82	819
UBS CAPITAL SECS LTD	500	1,00	500	1,00	500	–	0,99	494
VEOLIA ENVIRONNEMENT	1 000	0,99	990	1,00	995	–	1,04	1 045
VOTORA 5,25 04/28/17	150	1,00	149	1,00	150	–	1,00	149
CEMG JUN08 – 2018 (Obrigações de Caixa – Subscrição Privada)	28 000	1,00	27 930	1,00	27 935	–	1,00	28 078
BANIF FINANCE LTD 12/16	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,35	347
BANIF FINANCE LTD 05/12	2 000	1,00	1 995	1,00	2 000	–	0,91	1 827
TELECOM ITALIA SPA FLOAT 12/12	500	1,00	500	1,00	500	–	0,96	479

Continua na página seguinte

Continuação da página anterior

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
TELECOM ITALIA SPA 4 3/4 05/14	500	0,99	495	1,00	498	–	0,99	493
TELECOM ITALIA SPA 6 1/4 02/12	500	1,06	531	1,00	500	–	1,00	501
OUTRAS APLICAÇÕES			***183 679***		***184 337***	***(14 772)***		***165 726***
Títulos da dívida pública			*74 484*		*75 142*	*(8 931)*		*40 994*
BUONI POLIENNALI DEL TES	1 000	0,98	980	0,99	990	–	0,91	912
CONSOLIDADO 1942	279	0,94	262	0,95	264	–	0,31	85
CONSOLIDADO – CENTENÁRIOS 1940	410	1,00	409	1,00	409	–	0,40	165
GGB 4 1 08/20/12	1 000	0,94	944	0,98	984	(680)	0,30	304
GGB 4 7 03/20/24	1 000	0,73	733	0,76	763	(568)	0,20	196
GGB 5 1/2 08/20/14	3 000	0,99	2 985	1,00	2 992	(2 306)	0,23	686
GGB 6 1 08/20/15	4 000	1,01	4 020	1,00	4 014	(3 097)	0,23	917
HELLENIC REPUBLIC / JUL 2015	3 000	0,98	2 933	0,99	2 968	(2 280)	0,23	688
IRISH 5 10/18/20	2 000	0,84	1 675	0,86	1 713	–	0,79	1 576
PGB 3 35 10/15/15	5 000	0,95	4 735	0,97	4 839	–	0,69	3 453
PGB 3 6 10/15/14	6 000	0,99	5 946	0,99	5 964	–	0,72	4 317
PGB 3 85 04/15/21	32 000	0,94	30 013	0,95	30 268	–	0,50	16 114
PGB 4 3/4 06/14/19	1 240	0,93	1 155	0,95	1 174	–	0,53	663
PGB 4,35 10/16/17	6 500	1,01	6 572	1,01	6 551	–	0,57	3 676
PGB 4,45 06/15/18	1 000	0,96	959	0,97	967	–	0,55	550
PGB 4,95 10/25/23	2 000	0,82	1 638	0,83	1 663	–	0,49	975
PGB 4 2 10/15/16	1 000	1,01	1 013	1,01	1 009	–	0,62	622
PGB 4 375 06/16/14	1 000	0,96	962	0,98	977	–	0,75	754
PGB 4 8 06/15/20	4 490	0,92	4 114	0,93	4 164	–	0,51	2 309
PGB 6 4 02/15/16	1 500	1,00	1 496	1,00	1 497	–	0,70	1 055
SPGB 3 15 01/31/16	1 000	0,94	940	0,97	969	–	0,98	977
Fundos de investimento			94 195		94 195	(5 841)		109 641
FUNDO CRITICAL – CATEGORIA B		5 000,00	225	5 000,00	225	–	4 781,80	215
FUNDO EXPLORER III		3 757,46	301	3 757,46	301	(98)	2 536,00	203
FUNDO ARIS DEFENSIVE		156,64	22	156,64	22	–	132,03	19
FUNDO BEM COMUM		5 000,00	38	5 000,00	38	–	5 000,00	38
FUNDO CAPITAL ONGOING – ONGOING INTERNATIONAL PRIVATE EQUITY – CLASS G		1 000,00	30 000	1 000,00	30 000	–	1 292,57	38 777
FUNDO CAPITAL PVCI – CLASSE B		1,00	1 199	1,00	1 199	–	0,71	856
FUNDO IBÉRIA 5,24		524	5,24	524	(420)	1,04	104	
FUNDO LOGISTICA DISTRIBUIÇÃO		6,12	2 447	6,12	2 447	–	5,94	2 375
FUNDO NOVENERGIA II		52 656,56	22 850	52 656,56	22 850	–	77 492,02	33 627
FUNDO VIP		9,28	22 075	9,28	22 075	–	9,52	22 641
FUNDO VISION ESCRITÓRIOS		4,76	4 759	4,76	4 759	(562)	4,20	4 197
MG MULTI GESTÃO DINÂMICA		46,27	1 388	46,27	1 388	(727)	27,96	839
MG – AÇÕES EUROPA		48,58	1 966	48,58	1 966	(1 000)	30,10	1 218
MONTEPIO EURO ENERGY		50,00	2 150	50,00	2 150	(840)	38,31	1 647
MONTEPIO FINANCE SERVICE		50,00	2 000	50,00	2 000	(1 479)	15,34	614
MONTEPIO HEALTHCARE		50,00	2 250	50,00	2 250	(715)	50,47	2 271
Papel comercial			15 000		15 000	–		15 005
PAPEL COMERCIAL BOLSIMO – 9.ª EMISSÃO	15 000	1,00	15 000	1,00	15 000	–	1,01	15 091

Para ser lido com as notas em anexo às demonstrações financeiras

NATUREZA E ESPÉCIE DOS TÍTULOS	Valor Nominal Euros '000	Valor de Aquisição		Valor de Aquisição Amortizado		Imparidade	Valor de Balanço	
		Valor Unitário	Total Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000	Euros '000	Valor Unitário	Total Euros '000
ATIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS			**14 574**		**14 574**	**–**		**10 658**
OBRIGAÇÕES			***14 574***		***14 574***	**–**		***10 658***
ATLANTEO 2019	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	1,17	1 167
BOIRO FINANCE BV	3 000	1,00	3 000	1,00	3 000	–	0,55	1 635
CLARIS LIMITED	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,16	162
DRESDNER BANK AG	1 000	0,99	985	0,99	985	–	0,96	965
KBC IFIMA	750	1,00	749	1,00	749	–	0,75	561
LB BADEN – WUERTTEMBERG	1 000	0,98	981	0,98	981	–	0,75	746
MALACHITE JUNIOR MEZZANINE	160	1,00	160	1,00	160	–	0,00	0
MONTEPIO CABAZ OURO E PETROLEO	70	0,99	69	0,99	69	–	1,00	69
MONTEPIO CEMG CABAZ 14	56	0,97	54	0,97	54	–	1,00	56
MONTEPIO EURODÓLAR – SET 2010/2012	17	0,97	16	0,97	16	–	1,00	17
MONTEPIO TELECOMUNICAÇÕES	6	0,86	5	0,86	5	–	0,89	5
MONTEPIO TÍTULOS EUROPA 2009/2013	66	0,98	64	0,98	64	–	0,95	63
MONTEPIO TOP EUROPA – MARÇO 2011/2015	27	0,92	25	0,92	25	–	0,93	25
NOMURA VAR 09/19	2 000	1,00	1 990	1,00	1 990	–	1,03	2 056
NOMURA VAR 10/14	1 500	0,99	1 485	0,99	1 485	–	1,00	1 502
STARLING FINANCE	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,76	758
UBS FLOAT (GBP – EUR 10NC3M RA)	1 000	0,99	990	0,99	990	–	0,87	871
ZELA FINANCE CORPORATION	1 000	1,00	1 000	1,00	1 000	–	0,00	–
ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO			**1 771**		**1 771**	**–**		**1 730**
OBRIGAÇÕES			***1 771***		***1 771***	**–**		***1 730***
AFORRO MONTEPIO 2007 (5 ANOS) – 1.ª SÉRIE	49	1,02	50	1,02	50	–	1,00	49
AFORRO MONTEPIO 2007 (5 ANOS) – 2.ª SÉRIE	62	1,02	62	1,02	62	–	1,00	62
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (5 ANOS) – 1.ª SÉRIE	295	1,02	301	1,02	301	–	1,00	295
AFORRO MONTEPIO ASSOCIADOS 2007 (5 ANOS) – 2.ª SÉRIE	325	1,02	332	1,02	332	–	1,00	326
TELECOM ITALIA 7% – 20/01/17	1 000	1,03	1 025	1,03	1 025	–	1,00	998
TOTAL			**809 593**		**815 021**	**(20 250)**		**749 046**

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Montepio Geral – Associação Mutualista, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 2.868.652 milhares de euros, e um total de capital próprio de 415.631 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 58.157 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Montepio Geral – Associação Mutualista, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação;

   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

   - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Montepio Geral – Associação Mutualista em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos descritos na Nota 3.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, salientamos que no exercício de 2008, o Montepio Geral – Associação Mutualista, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objectivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2008. Sem prejuízo desta alteração destacamos ainda o facto do Montepio Geral – Associação Mutualista ter mantido em termos de divulgação de informação, os requisitos definidos no Plano de Contas das Associações Mutualistas.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 13 de Março de 2012

KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

11.2. CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL – BASE CONSOLIDADA

BALANÇO CONSOLIDADO DA CAIXA ECONÓMICA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

	2011			2010
	ATIVO BRUTO	IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	461 483		461 483	240 024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	223 834		223 834	74 353
Ativos financeiros detidos para negociação	173 445		173 445	124 589
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 606		3 606	3 952
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 604 482	30 114	2 574 368	2 430 568
Aplicações em instituições de crédito	284 578	345	284 233	338 662
Crédito a clientes	17 477 102	770 476	16 706 626	14 554 133
Investimentos detidos até à maturidade	76 994		76 994	58 144
Derivados de cobertura	8 072		8 072	7 734
Ativos não correntes detidos para venda	168 102	31 091	137 011	162 374
Outros ativos tangíveis	273 310	164 653	108 657	89 287
Ativos intangíveis	135 978	45 773	90 205	18 254
Investimentos em associadas e filiais excluidas da consolidação	58 197	341	57 856	37 060
Ativos por impostos correntes	2 768		2 768	–
Ativos por impostos diferidos	80 693		80 693	–
Outros ativos	506 578	1 039	505 539	110 156
TOTAL DO ATIVO	**22 539 222**	**1 043 832**	**21 495 390**	**18 249 290**
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais			2 003 300	1 540 266
Passivos financeiros detidos para negociação			71 790	47 615
Recursos de outras instituições de crédito			743 797	901 742
Recursos de clientes e outros empréstimos			13 701 919	10 007 563
Responsabilidades representadas por títulos			2 473 112	3 836 243
Passivos financeiros associados a ativos transferidos			453 061	387 183
Derivados de cobertura			19 428	6 894
Provisões			7 985	1 311
Passivos por impostos correntes			10	–
Passivos por impostos diferidos			36	–
Outros passivos subordinados			477 843	380 986
Outros passivos			283 621	144 009
TOTAL DO PASSIVO			**20 235 902**	**17 253 812**
CAPITAL				
Capital			1 245 000	800 000
Outros instrumentos de capital			15 000	–
Reservas de reavaliação			–311 711	–75 623
Outras reservas e resultados transitados			254 789	219 694
Resultado do exercício			45 029	51 407
Interesses minoritários			11 381	–
TOTAL DO CAPITAL			**1 259 488**	**995 478**
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL			**21 495 390**	**18 249 290**

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS
Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
José de Almeida Serra
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Eduardo José da Silva Farinha
Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

	2011	2010
Juros e rendimentos similares	1 182 911	761 188
Juros e encargos similares	864 190	490 240
MARGEM FINANCEIRA	**318 721**	**270 948**
Rendimentos de instrumentos de capital	921	538
Rendimentos de serviços e comissões	115 627	89 175
Encargos com serviços e comissões	21 613	15 205
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	62 138	45 857
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	3 667	12 692
Resultados de reavaliação cambial	8 410	2 344
Resultados de alienação de outros ativos	44 001	-3 363
Outros resultados de exploração	32 921	19 326
PRODUTO DA ATIVIDADE	**564 793**	**422 312**
Custos com pessoal	225 373	143 457
Gastos gerais administrativos	115 442	83 495
Depreciações e amortizações	28 270	20 850
Provisões líquidas de reposições e anulações	4 282	-84
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	150 070	112 975
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	24 047	2 152
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	-14 299	10 014
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	999	1 954
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS	**32 607**	**51 407**
Impostos		
Correntes	-3 689	0
Diferidos	18 381	0
Interesses Minoritários	-2 270	0
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	**45 029**	**51 407**

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS
Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
José de Almeida Serra
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Eduardo José da Silva Farinha
Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

	2011	2010
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Juros recebidos	1 111 303	731 013
Comissões recebidas	108 994	89 255
Pagamento de juros	(737 432)	(474 362)
Pagamento de comissões	(27 448)	(15 073)
Despesas com pessoal e fornecedores	(345 545)	(264 939)
Recuperação de crédito e juros	6 163	2 376
Outros pagamentos e recebimentos	171 424	45 436
Impostos	(43 341)	–
	244 118	**113 706**
(Aumentos) / diminuições de ativos operacionais		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(2 167 480)	(25 984)
Outros ativos	(381 917)	25 291)
	(2 549 397)	**(693)**
(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais		
Recursos para com clientes	3 578 617	811 458
Recursos para com instituições de crédito	(600 514)	404 346
Recursos de Bancos Centrais	900 000	900 000
	3 878 103	2 115 804
	1 572 824	**2 228 817**
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Dividendos recebidos	921	538
(Compra) / Venda de ativos financeiros de negociação	5 534	(116)
(Compra) / Venda de ativos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	346	240
(Compra) / Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	(399 530)	(1 207 407)
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	12 196	1 996
(Compra) / Venda de ativos financeiros detidos até à maturidade	(18 744)	(24 037)
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	(80 199)	931
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	(110 378)	61 507
Alienação de imobilizações	129 538	3 116
Aquisição de imobilizações	(231 139)	(24 105)
	(691 455)	**(1 187 337)**
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Distribuição de resultados	(23 085)	(20 300)
Aumento de capital	460 000	40 000
Emissão de obrigacões de caixa e títulos subordinados	291 538	(218 169)
Reembolso de obrigacões de caixa e títulos subordinados	(1 411 249)	(860 459)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	17 505	18 444
	(665 291)	**(1 040 484)**
Variação líquida em caixa e equivalentes	216 078	996
Caixa e equivalentes no início do período	169 994	168 998
Caixa (nota 18)	95 641	99 128
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 19)	74 353	69 870
Caixa e equivalentes no fim do exercício	**386 072**	**169 994**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

MAPA DE ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital	Outros instrumentos de capital	Reserva geral e especial	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados acumulados	Interesses que não controlam
Saldos em 31 de dezembro de 2009	**986 214**	**760 000**	**–**	**225 876**	**(28 600)**	**28 938**	**–**
Alteração da política de reconhecimento de desvios atuariais (nota 58)	(86 316)	–	–	–	–	(86 316)	–
Saldos em 1 de janeiro de 2010	**899 898**	**760 000**	**–**	**225 876**	**(28 600)**	**(57 378)**	**–**
Outros movimentos registados diretamente nos Capitais Próprios:							
Perdas atuariais no exercício (nota 58)	(15 393)	–	–	–	–	(15 393)	–
Alterações de justo valor	(57 106)	–	–	–	(57 106)	–	–
Resultado do exercício	53 087	–	–	–	–	53 087	–
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	(19 412)	–	–	–	(57 106)	37 694	–
Aumento de capital	40 000	40 000	–	–	–	–	–
Distribuição de resultados	(20 300)	–	–	–	–	(20 300)	–
Equivalência patrimonial	(4 737)	–	–	–	–	(4 737)	–
Constituição de reservas							
Reserva geral	–	–	–	7 635	–	(7 635)	–
Reserva especial	–	–	–	1 889	–	(1 889)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**895 449**	**800 000**	**–**	**235 400**	**(85 706)**	**(54 245)**	**–**
Outros movimentos registados diretamente nos Capitais Próprios:							
Alterações de justo valor (nota 43)	(233 845)	–	–	–	(233 845)	–	–
Desvios atuariais no exercício (nota 48)	65 391	–	–	–	–	65 391	–
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 31)	48 152	–	–	–	–	48 152	–
Resultado do exercício	45 029	–	–	–	–	45 029	–
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	(75 273)	–	–	–	(233 845)	158 572	–
Aumento de capital (nota 40)	445 000	445 000	–	–	–	–	–
Outros instrumentos de capital (nota 41)	15 000	–	15 000	–	–	–	–
Interesses que não controlam	11 381	–	–	–	–	–	11 381
Distribuição de resultados (nota 46)	(23 085)	–	–	–	–	(23 085)	–
Outras reservas	(4 865)	–	–	–	–	(4 865)	–
Equivalência patrimonial	(3 594)	–	–	–	–	(3 594)	–
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(525)	–	–	–	–	(525)	–
Constituição de reservas							
Reserva geral	–	–	–	8 345	–	(8 345)	–
Reserva especial	–	–	–	2 075	–	(2 075)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**1 259 488**	**1 245 000**	**15 000**	**245 820**	**(319 551)**	**61 838**	**11 381**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

	Nota	2011	2010
Outro rendimento integral do exercício:			Reexpresso
Reserva de justo valor			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	43	(233 845)	(57 106)
Perdas atuariais do exercício	48 e 58	65 391	(15 393)
Impostos diferidos	31	48 152	–
Total de outro rendimento integral do exercício depois de impostos		**(120 302)**	**(72 499)**
Resultado líquido do exercício		45 029	53 087
Total de rendimento integral do exercício		**(75 273)**	**(19 412)**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por «CEMG») é uma instituição de crédito, anexa e detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio, que regulamenta a atividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua atividade. Porém, a CEMG pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

Conforme referido na nota 54, no decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, acionista único da CEMG, procedeu à aquisição pelo montante de Euros 341 250 000 de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição.

Em 31 de março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG. No âmbito da alteração da estrutura do Grupo decorrente desta aquisição, em 4 de abril de 2011, a CEMG adquiriu um conjunto de ativos e passivos do Finibanco, S.A. (excluindo os imóveis propriedade do Finibanco, S.A. e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e os contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Finibanco, S.A. é locador financeiro e os elementos do ativo imobilizado que suportam materialmente a atividade de locação financeira), bem como todos os passivos e provisões associadas. Desta forma, as demonstrações financeiras consolidadas da CEMG com referência a 31 de dezembro de 2011 incluem o efeito desta aquisição, pelo que este facto deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») conforme aprovadas pela União Europeia (UE), a partir do exercício de 2005. As IFRS incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* («IASB») bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* («IFRIC») e pelos respetivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da CEMG em 8 de março de 2012. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

O Grupo adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2011.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data.

No decurso do exercício de 2011, de acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 – Benefícios dos empregados, o Grupo efetuou uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com o IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada para efeitos comparativos a partir de 1 de janeiro de 2010, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios atuariais diferidos apurados até essa data em capitais próprios. Assim, conforme referido nas notas 43, 48 e 58 a rubrica Reservas e resultados acumulados inclui, com efeito a 1 de janeiro de 2010, uma reexpressão resultante da referida alteração da política contabilística.

Anteriormente, o Grupo procedia ao diferimento dos desvios atuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

Em 2011, o Grupo adotou a IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros e o «*Annual Improvement Project*» emitido em maio de 2010. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de janeiro de 2011, tiveram impacto ao nível da divulgação de informação adicional sobre os ativos e passivos do Grupo.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a CEMG ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas podem ser analisadas na nota 56.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os ativos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros ativos financeiros e passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Ativos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda («*disposal groups*») são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, em todos os exercícios das demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na nota 1*z*).

b) Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da CEMG e das suas subsidiárias, e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas da CEMG, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Após 1 de janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos. Anteriormente a essa data, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excederam o interesse não controlado no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que foram incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente foram reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

Após 1 de janeiro de 2010, numa operação de aquisição por fases/etapas («*Step Acquisition*») que resulte na aquisição de controlo, aquando do cálculo do «*goodwill*», a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, exceto quando essa influência pode ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou ais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;

– transações materiais entre o Grupo e a participada;

– intercâmbio de pessoal de gestão;

– fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças de consolidação e de reavaliação – «Goodwill»

O registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária é diretamente imputados a resultados.

A totalidade do «*goodwil*l» positivo resultante de aquisições é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O «*goodwill*» resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos ativos e passivos e passivos contingentes da adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o «*goodwill*» apurado seja negativo este é registado diretamente em resultados do exercício em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do «*goodwill*» das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O «*goodwill*» não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados, ou capitais próprios, se aplicável.

Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido «*goodwill*» adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

As aquisições de interesses que não controlam, por via de contratos de opções de venda por parte dos interesses que não controlam («*written put options*»), originam o reconhecimento de uma responsabilidade pelo justo valor a pagar, por contrapartida de interesses que não controlam na parte adquirida. O justo valor é determinado com base no preço definido no contrato, que poderá ser fixo ou variável. No caso de o preço ser variável, o valor da responsabilidade é atualizado por contrapartida de resultados, assim como o efeito financeiro do desconto («*unwinding*») dessa responsabilidade é registado também por contrapartida de resultados. Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

Entidades de finalidade especial («SPE's»)

O Grupo consolida pelo método integral SPEs resultantes de operações de securitização de ativos com origem em entidades do Grupo (conforme nota 48), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas atividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios. Para além das referidas entidades resultantes de operações de securitização, não foram consolidadas outras SPEs por não estarem abrangidas pelos critérios abaixo referidos de acordo com a SIC 12.

A avaliação da existência de controlo é efetuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

– As atividades da SPE estão, em substância, a ser conduzidas maioritariamente a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento da SPE;

– O Grupo tem os poderes de tomada de decisão para obter a maioria dos benefícios das atividades da SPE ou, ao estabelecer mecanismos de «*autopilot*», a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;

– O Grupo tem direitos para obter a maioria dos benefícios da SPE, estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às atividades do SPE;

– O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos à SPE ou aos seus ativos, com vista à obtenção de benefícios da sua atividade.

Gestão de fundos de investimento

O Grupo administra e gere ativos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiras entidades. As demonstrações financeiras destas entidades não são consolidadas pelo Grupo, exceto quando o Grupo detém o controlo desses fundos de investimento, isto é, quando detém mais de 50% das unidades de participação.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam ou como a moeda em que as subsidiárias obtêm os seus proveitos ou financiam a sua atividade. Na consolidação, o valor dos ativos e passivos, incluindo o «*goodwill*», de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço. O «*goodwill*» existente sobre estes investimentos é reavaliado por contrapartida de reservas.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas – diferenças cambiais. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são diferenças cambiais registadas em capitais próprios em relação aquelas participações financeiras. Sempre que a cobertura não seja totalmente efetiva, a diferença apurada é registada em resultados do exercício.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros a uma taxa de câmbio aproximada das taxas em vigor na data em que se efetuaram as transações. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas – diferenças cambiais.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro para as quais existe perda de controlo, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respetiva operação de cobertura previamente registadas em reservas são transferidas para resultados, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Transações eliminadas em consolidação

Os saldos e transações entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transações, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transações com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes ativos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possam ser estimados de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise coletiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objetiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes fatores:

– A exposição total de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;

– A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;

– A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;

– A deterioração significativa no «*rating*» do cliente;

– O património do cliente em situações de liquidação ou falência;

– A existência de credores privilegiados;

– O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor atual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efetiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efetiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objetiva de imparidade são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas coletivamente.

(ii) Análise coletiva

As perdas por imparidade baseadas na análise coletiva podem ser calculadas através de duas perspetivas:

– para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou

– em relação a perdas incorridas mas não identificadas («IBNR») em créditos para os quais não existe evidência objetiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos coletivos são determinadas considerando os seguintes aspetos:

– experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;

– conhecimento das atuais envolventes económica e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e

– Período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objetiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objetivo de determinar as perdas por imparidade em termos coletivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspetiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

d) Instrumentos financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente ações ou unidades de participação, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a ações destas carteiras são registados em Resultados em ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica ativos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados («Fair Value Option»)

O Grupo adotou o «*Fair Value Option*» para algumas emissões próprias. As variações de risco de crédito do Grupo associadas a passivos financeiros em «*Fair Value Option*» encontram-se divulgadas na nota da rubrica «Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados».

A designação de outros ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados («*Fair Value Option*») pode ser realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

– os ativos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;

– a designação elimina ou reduz significativamente o «*mismatch*» contabilístico das transações;

– os ativos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais («*host contract*»).

Os ativos e passivos financeiros ao «*Fair Value Option*» são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda detidos com o objetivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro, ações, unidades de participação ou papel comercial, são classificados como disponíveis para venda, exceto se forem classificados numa outra categoria de ativos financeiros. Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações. Os ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, os seguintes fatores foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade:

– Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses; e

– Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Na alienação dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica «Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda» da demonstração dos resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efetiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Ativos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Estes ativos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e o Grupo ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

4) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de Operações Financeiras no momento em que ocorrem.

(ii) Transferências entre categorias

A CEMG apenas procede à transferência de ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de ativos financeiras disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes ativos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efetuadas com base no justo valor dos ativos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respetivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do ativo, com base no método da taxa efetiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efetiva.

As transferências para a (i) categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efetuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes ativos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes ativos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transacionáveis num mercado ativo.

Não foram efetuadas transferências entre carteiras no exercício de 2010 e de 2011.

(iii) Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possa ser medido de forma fiável ou com base numa queda acentuada ou prolongada do justo valor do ativo financeiro, abaixo do custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num ativo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objetivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A reversão das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada por contrapartida de reservas de justo valor quando se revertem.

(iv) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal («*host contract*»), desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do exercício e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

e) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

– à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;

– se espera que a cobertura seja altamente efetiva;

– a efetividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;

– a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período de relato financeiro; e

– em relação à cobertura de uma transação prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários ativos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios – reservas de fluxos de caixa na parte efetiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefetiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospetivamente.

Desta forma, as variações de justo valor do derivado acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

– Diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto; ou

– Reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efetividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, o Grupo executa testes prospetivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospetivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efetividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efetiva da relação de cobertura. A parte inefetiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respetiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

f) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros («*Amendements to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*»). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes – Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade («*Held-to-maturity*»), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

– Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou

– Quando se verificar algum evento que é não usual e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

Em 2011 e 2010, o Grupo não procedeu a quaisquer reclassificações entre categorias de instrumentos financeiros.

As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes – Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados («*Fair Value Option*»).

g) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece ativos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de ativos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos financeiros foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos mesmos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

h) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como juros de valores mobiliários perpétuos quando declaradas.

i) Empréstimo de títulos e transações com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clien-

tes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

j) Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os ativos não correntes, grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) e operações em descontinuação são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações em descontinuação e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Grupo classifica igualmente em ativos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efetuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

k) Locação operacional e financeira

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

– Como locatário

Os pagamentos efetuados pela Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos exercícios a que dizem respeito.

– Como locador

Os ativos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do ativo.

Os proveitos decorrentes das rendas faturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos diretos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do ativo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para ativos locados depreciáveis é consistente com a política de depreciação normal do locador para ativos semelhantes, conforme política contabilística 1*q*).

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locação financeira

– Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

– Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

l) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a ativos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de «*Fair Value Option*», a componente de juro é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados (margem financeira).

m) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

– quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;

– quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

n) Prestação de serviços de mediação de seguros ou de resseguros

A CEMG é uma entidade autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal para a prática da atividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o Artigo 8.º, alínea *a*), subalínea, do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, desenvolvendo a atividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CEMG efetua a venda de contratos de seguros. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, a CEMG recebe mediação de contratos de seguros, as quais estão definidas em acordos/protocolos estabelecidos entre a CEMG e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros têm a seguinte tipologia:

– Comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. A componente fixa é calculada pela aplicação de uma taxa pré-determinada sobre o valor das subscrições efetuadas pela CEMG e a componente variável é calculada mensalmente segundo critérios pré-estabelecidos, sendo a comissão total anual igual à soma das comissões calculadas mensalmente; e

– Comissões por participação nos resultados de seguros, as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no início do ano seguinte (até 31 de janeiro) aquele a que respeitam.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objeto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros ativos por contrapartida da rubrica Comissões recebidas – Por serviços de mediação de seguros.

A CEMG não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo e passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à atividade de mediação de seguros exercida pela CEMG, para além dos já divulgados.

o) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda)

O Resultado de operações financeiras reflete os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente, mais ou menos-valias das alienações de ativos financeiros disponíveis para venda. As variações de justo valor dos derivados afetos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

p) Atividades fiduciárias

Os ativos detidos no âmbito de atividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas atividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

q) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for prová-

vel que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento	4 a 10

Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido de custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

r) Ativos intangíveis

«Software»

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente nos 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

s) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

t) «*Offsetting*»

Os ativos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transações podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

u) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados

ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

v) Benefícios dos empregados

Plano de benefícios definidos

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e cuidados médicos nos termos do estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário («ACT»), para o pessoal admitido até 1 de março de 2009. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de fundos de pensões geridos pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A responsabilidade líquida do Grupo com planos de reforma (plano de benefício definido) é apurado anualmente, com referência a 31 de dezembro de cada ano.

A partir de 1 de janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passará a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A /2011, de 3 de janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários («CAFEB») que é extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

No âmbito da aprovação pelo Governo do DL 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos atuais reformados e pensionistas.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondem às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho («IRCT») dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares à pensão a assumir pela Segurança Social, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuam a cargo das Instituições com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões. O referido Decreto-Lei estabeleceu igualmente os termos e condições em que foi efetuada a transferência, definindo uma taxa de desconto de 4% para determinação das responsabilidades a transferir.

O Grupo optou na data da transição para as IFRS, 1 de janeiro de 2004, pela aplicação retrospetiva da IAS 19, tendo efetuado o recalculo das responsabilidades com o fundo de pensões e dos respetivos ganhos e perdas atuariais, cujo diferimento era efetuado de acordo com o método do corredor definido nesta Norma.

De acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 Benefícios dos empregados, o Grupo optou no decurso de 2011, por uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada, para efeitos comparativos, a partir de 1 de janeiro de 2010, tendo sido reconhecidos, nessa data, a totalidade dos desvios atuariais diferidos em capitais próprios.

O cálculo atuarial é efetuado com base no método de crédito da unidade projetada e utilizando pressupostos atuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Anteriormente o Grupo procedia ao diferimento dos desvios atuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor atual das obrigações definidas e o justo valor dos ativos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo valor correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

Os custos de serviço corrente e o custo dos juros resultante do «*unwinding*» dos passivos do plano deduzidos do retorno esperado dos ativos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu ser-

viço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas e os respetivos ganhos e perdas atuariais são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

Os ganhos e perdas atuariais do exercício são reconhecidos por contrapartida de reservas no exercício em que ocorrem.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente pelo Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica pelo Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS, entidade autónoma que é gerida pelo Sindicato respetivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das remunerações efetivas dos trabalhadores no ativo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (bónus) quando atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

w) Impostos sobre lucros

Até 31 de dezembro de 2011, a CEMG encontrava-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas («IRC»), nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2012, a CEMG passa a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas («IRC»). Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

x) Relato por segmentos

Desde 1 de janeiro de 2009, o Grupo adotou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver nota 51).

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Os resultados dos segmentos operacionais são periodicamente revistos pela Gestão com vista à tomada de decisões. O Grupo prepara regularmente informação financeira relativa a estes segmentos, a qual é reportada à Gestão.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

Para gestão de negócio, o Grupo considera os seguintes segmentos: (i) Operacionais: Banca de Retalho, Banca de Empresas e Outros Segmentos, e (ii) segmentos geográficos: Portugal e Área Internacional (Angola e Cabo Verde).

y) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

z) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Grupo avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Grupo efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1*c*).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPEs)

O Grupo patrocina a constituição de SPEs com o objetivo principal de efetuar operações de securitização de ativos por motivos de liquidez e/ou de gestão de capital.

As operações *Pelican Mortgages No. 3*, *Aqua SME No. 1*, *Pelican Mortgages No. 4*, *Aqua Mortgage No. 1*, *Pelican Mortgages No. 5* e *Pelican SME* não deram lugar a desreconhecimento nas demonstrações financeiras do Grupo.

Por outro lado, o Grupo desreconheceu os ativos associados às seguintes operações de securitização de crédito: *Pelican Mortgages No. 1* e *2*. Para estas operações concluiu-se que foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios associados aos respetivos SPE, uma vez que o Grupo não detém quaisquer títulos emitidos pelos mesmos, que tenham exposição à maioria dos riscos residuais, nem está de outra forma exposto à performance das correspondentes carteiras de crédito.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

	NOTAS	2011	2010
			Reexpresso
Juros e rendimentos similares	3	1 182 911	761 188
Juros e encargos similares	3	864 190	490 240
MARGEM FINANCEIRA		**318 721**	**270 948**
Rendimentos de instrumentos de capital	4	921	538
Rendimentos de serviços e comissões	5	115 627	89 175
Encargos com serviços e comissões	5	(21 613)	(15 205)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	62 138	45 857
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	7	3 667	12 692
Resultados de reavaliação cambial	8	8 410	2 344
Resultados de alienação de outros ativos	9	44 001	(3 363)
Outros resultados de exploração	10	26 758	16 950
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS		**558 630**	**419 936**
Custos com pessoal	11	225 373	141 777
Gastos gerais administrativos	12	115 443	83 495
Amortizações do exercício	13	28 270	20 850
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS		**369 086**	**246 122**
Imparidade do crédito	14	143 907	110 599
Imparidade de outros ativos	15	9 748	12 166
Outras provisões	16	4 282	(84)
RESULTADO OPERACIONAL		**31 607**	**51 133**
Resultados por equivalência patrimonial	17	999	1 954
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		**32 606**	**53 087**
Correntes	31	(3 689)	–
Diferidos	31	18 381	–
RESULTADO APÓS IMPOSTOS		**47 298**	**53 087**
Resultado líquido do exercício atribuível à Montepio Geral – Associação Mutualista		47 298	53 087
Interesses que não controlam		(2 269)	–
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**45 029**	**53 087**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

	NOTAS	2011	2010	1 JAN 2010
ATIVO			Reexpresso	Reexpresso
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	18	461 483	240 024	305 018
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19	223 834	74 353	69 870
Aplicações em instituições de crédito	20	284 232	338 662	370 938
Crédito a clientes	21	16 706 626	14 554 133	14 682 382
Ativos financeiros detidos para negociação	22	180 776	130 865	103 195
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	23	3 606	3 952	4 192
Ativos financeiros disponíveis para venda	24	2 574 368	2 430 568	1 282 417
Derivados de cobertura	25	1 311	2 810	5 109
Investimentos detidos até à maturidade	26	76 994	58 144	33 523
Investimentos em associadas e outras	27	57 856	37 060	40 775
Ativos não correntes detidos para venda	28	137 011	162 374	128 599
Outros ativos tangíveis	29	108 657	89 287	91 275
Ativos intangíveis	30	90 205	18 254	16 151
Ativos por impostos correntes		2 768	–	–
Ativos por impostos diferidos	31	80 693	–	–
Outros ativos	32	504 970	62 498	65 017
TOTAL DO ATIVO		**21 495 390**	**18 202 984**	**17 198 461**
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais	33	2 003 300	1 540 266	502 353
Recursos de outras instituições de crédito	34	743 797	901 742	637 770
Recursos de clientes	35	13 701 919	10 007 563	9 180 858
Responsabilidades representadas por títulos	36	2 473 112	3 836 243	4 914 915
Passivos financeiros associados a ativos transferidos		453 061	387 183	–
Passivos financeiros detidos para negociação	22	79 121	53 891	41 724
Derivados de cobertura	25	13 041	1 408	598
Provisões	37	7 985	1 311	1 490
Passivos por impostos correntes		10	–	–
Passivos por impostos diferidos	31	36	–	–
Outros passivos subordinados	38	477 843	380 986	381 043
Outros passivos	39	282 677	196 942	637 812
TOTAL DO PASSIVO		**20 235 902**	**17 307 535**	**16 298 563**
CAPITAIS PRÓPRIOS				
Capital	40	1 245 000	800 000	760 000
Outros instrumentos de capital	41	15 000	–	–
Reservas de justo valor	43	(319 551)	(85 706)	(28 600)
Outras reservas e resultados transitados	42 e 43	262 629	128 068	168 498
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível à MGAM		45 029	53 087	–
Total dos Capitais Próprios atribuíveis à MGAM		1 248 107	895 449	899 898
Interesses que não controlam	44	11 381	–	–
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA		**1 259 488**	**895 449**	**899 898**
TOTAL		**21 495 390**	**18 202 984**	**17 198 461**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

2. Margem financeira e resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma atividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em ativos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, não evidencia a contribuição das diferentes atividades de negócio para a margem financeira e para os resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	2011 **Euros '000**	**2010** **Euros '000**
Margem financeira	318 721	270 948
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda	65 805	58 549
	384 526	329 497

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2011			2010		
	De ativos / passivos ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda Euros '000	De ativos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000	De ativos / passivos ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda Euros '000	De ativos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares:						
Juros de crédito	565 289	–	565 289	450 222	–	450 222
Juros de outras aplicações	8 313	–	8 313	11 509	–	11 509
Juros de depósitos	2 459	–	2 459	1 499	–	1 499
Juros de títulos disponíveis para venda	312 445	–	312 445	87 607	–	87 607
Juros de investimentos detidos até à maturidade	2 191	–	2 191	2 432	–	2 432
Juros de derivados de cobertura	2 804	–	2 804	3 799	–	3 799
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	–	271 093	271 093	–	194 034	194 034
Outros juros e rendimentos similares	18 317	–	18 317	10 086	–	10 086
	911 818	271 093	1 182 911	567 154	194 034	761 188
Juros e encargos similares:						
Juros de depósitos	347 446	–	347 446	141 416	–	141 416
Juros de títulos emitidos	87 654	–	87 654	91 192	–	91 192
Juros de empréstimos	5 110	–	5 110	4 736	–	4 736
Juros de outros recursos	50 600	–	50 600	36 056	–	36 056
Juros de derivados de cobertura	2 333	–	2 333	2 311	–	2 311
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	–	255 936	255 936	–	149 285	149 285
Outros juros e encargos similares	115 111	–	115 111	65 244	–	65 244
	608 254	255 936	864 190	340 955	149 285	490 240
Margem Financeira	303 564	15 157	318 721	226 199	44 749	270 948

A rubrica de Juros de crédito inclui o montante de Euros 23 223 000 (2010: Euros 9 753 000) relativo a comissões e outros custos/proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1*c*).

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	594	538
Outros instrumentos de capital	327	–
	921	538

A rubrica Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda inclui dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos durante o exercício.

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados	81 027	64 845
Por operações realizadas por conta de terceiros	9 040	8 957
Por serviços de mediação de seguros	8 257	9 508
Por garantias prestadas	7 615	5 786
Outros rendimentos de serviços e comissões	9 688	79
	115 627	89 175
Encargos com serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados por terceiros	17 934	14 358
Por operações realizadas com títulos	530	373
Outros encargos com serviços e comissões	3 149	474
	21 613	15 205
Resultados líquidos de serviços e comissões	94 014	73 970

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as remunerações decorrentes da prestação do serviço de mediação ou de resseguros têm a seguinte composição:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Ramo Vida:		
Habitação	2 063	2 104
Consumo	142	202
Outros	812	855
	3 017	3 161
Ramo Não Vida:		
Habitação	1 841	1 870
Consumo	940	2 210
Outros	2 459	2 267
	5 240	6 347
	8 257	9 508

6. Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2011			2010		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Ativos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
de emissores públicos	151	–	151	686	1 140	(454)
de outros emissores	476	1 396	(920)	349	1 012	(663)
Ações	92	25	67	235	160	75
	719	1 421	(702)	1 270	2 312	(1 042)
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	209 958	209 474	484	331 042	332 833	(1 791)
Contratos sobre taxas de juro	1 642 537	1 655 713	(13 176)	465 065	436 808	28 257
Contratos sobre créditos	3 941	5 578	(1 637)	6 036	6 569	(533)
Outros	178 107	98 618	79 489	120 227	98 453	21 774
	2 034 543	1 969 383	65 160	922 370	874 663	47 707
	2 035 262	1 970 804	64 458	923 640	876 975	46 665
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	–	409	(409)	–	240	(240)
	–	409	(409)	–	240	(240)
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	627	284	343	1 247	382	865
Recursos de clientes	4 777	434	4 343	677	356	321)
Débitos representados por títulos	15	–	15	242	–	242
Outros passivos subordinados	41 033	47 645	(6 612)	34 974	36 970	(1 996)
	46 452	48 363	(1 911)	37 140	37 708	(568)
	2 081 714	2 019 576	62 138	960 780	914 923	45 857

A rubrica Ativos e passivos financeiros detidos para negociação – Instrumentos financeiros derivados, inclui para os instrumentos financeiros de passivo valorizados ao justo valor através de resultados, ganhos no montante de Euros 88 664 000 (2010: Euros 49 185 000) relativo às variações de justo valor associadas à alteração do risco de crédito próprio (*spread*) das operações.

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pelo Grupo, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transação do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transação, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Grupo reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflete o acesso da CEMG ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

7. Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2011			2010		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	3 415	1 008	2 407	5 094	3 290	1 804
De outros emissores	14 099	13 112	987	8 636	1 479	7 157
Ações	111	18	93	2 673	15	2 658
Outros títulos de rendimento variável	187	7	180	2 918	1 845	1 073
	17 812	14 145	3 667	19 321	6 629	12 692

8. Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	2011			2010		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Reavaliação cambial	157 728	149 318	8 410	17 154	14 810	2 344

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística 1*u*).

9. Resultados de alienação de outros ativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Alienação de imóveis	48 421	(2 410)
Alienação de outros ativos	(4 420)	(953)
	44 001	(3 363)

A rubrica de Alienação de imóveis inclui o montante de Euros 50 895 000 relativo aos ganhos resultantes de operação de venda de Ativos não correntes detidos para venda e de Imóveis de serviço próprio, conforme descrito na nota 28, 29 e 57.

10. Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços	6 880	5 374
Reembolso de despesas	7 277	2 144
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	7 551	7 821
Recompra de emissões próprias	33 217	6 646
Outros	8 099	2 605
	63 024	24 590
Outros custos de exploração:		
Impostos	4 998	153
Donativos e quotizações	532	462
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	2 286	1 662
Contribuições para o Sistema de Indemnização de Investidores	2 405	–
Outros	26 045	5 363
	36 266	7 640
Outros resultados líquidos de exploração	26 758	16 950

O resultado de Recompras de emissões próprias é apurado de acordo com o definido na política contabilística 1*d*) e refere-se à recompra de obrigações hipotecárias.

No seguimento da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Setor Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal. A 31 de dezembro de 2011 a rubrica Outros custos de exploração – Impostos inclui o montante de Euros 3 515 000 relativo a esta responsabilidade.

11. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Remunerações	138 856	105 143
Contribuições para o SAMS	10 412	5 833
Encargos sociais obrigatórios	27 291	8 148
Outros encargos com fundo de pensões	43 302	19 350
Outros custos	5 512	3 303
	225 373	141 777

A rubrica Outros encargos com fundo de pensões inclui o montante de Euros 14 096 000 relativo ao custo com a transferência das responsabilidades com os colaboradores reformados/pensionistas para o Regime Geral de Segurança Social, de acordo com o referido na nota 48. O referido impacto corresponde ao efeito do recálculo das responsabilidades, com base nos pressupostos atuariais definidos pelo Estado Português, no âmbito da transferência.

Conforme referido na nota 48, a rubrica Outros encargos com fundo de pensões inclui igualmente o montante de Euros 13 462 000 (2010: Euros 18 468 000), relativo ao custo do exercício com pensões de reforma. A referida rubrica inclui igualmente, o montante de Euros 17 640 000 relativo ao custo com os colaboradores reformados antecipadamente durante o exercício.

Durante o exercício de 2011, relativamente aos membros do Conselho de Administração, foram ainda suportados custos com contribuições para a Segurança Social e Fundo de Pensões no montante de Euros 420 000 (2010: Euros 304 000).

As contribuições para o SAMS incluem o montante de Euros 971 000 (2010: Euros 985 000) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós-emprego, o qual foi determinado com base no estudo atuarial efetuado (ver nota 48).

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o exercício de 2011, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 791	4 955	6 746
Custos com pensões de reforma e SAMS	21	190	211
Remunerações variáveis	178	240	418
Total	1 990	5 385	7 375

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o exercício de 2010, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 230	4 253	5 483
Custos com pensões de reforma e SAMS	6	159	165
Remunerações variáveis	–	234	234
Total	1 236	4 646	5 882

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Diretores de primeira linha da CEMG.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor do crédito concedido pela CEMG ao pessoal chave da gestão ascendia a Euros 4 200 000 e Euros 5 046 000, respetivamente.

O efetivo médio de trabalhadores ao serviço da CEMG durante os exercícios de 2011 e 2010, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2011	2010
Direção e coordenação	212	127
Chefia e gerência	779	494
Técnicos	1 120	654
Específicos	161	139
Administrativos	1 841	1 362
Auxiliares	75	66
	4 188	2 842

12. Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Rendas e alugueres	28 118	20 307
Serviços especializados		
Informática	14 449	10 506
Trabalho independente	6 832	3 523
Outros serviços especializados	19 772	12 880
Publicidade e publicações	7 512	6 600
Comunicações e expedição	11 438	8 605
Água, energia e combustíveis	5 788	4 261
Conservação e reparação	5 989	5 462
Transportes	4 007	3 327
Seguros	2 751	1 894
Deslocações, estadias e despesas de representação	2 030	1 112
Material de consumo corrente	2 222	1 481
Formação	295	572
Outros gastos administrativos	4 240	2 965
	115 443	83 495

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 18 029 000 (2010: Euros 15 621 000) correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pela CEMG na condição de inquilino.

13. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Ativos Intangíveis:		
Software	9 830	7 776
	9 830	7 776
Outros ativos fixos tangíveis:		
Imóveis	4 910	3 352
Equipamento:		
Mobiliário e material	1 042	573
Máquinas e ferramentas	121	57
Equipamento informático	7 953	6 307
Instalações interiores	1 618	1 585
Equipamento de transporte	227	9
Equipamento de segurança	1 147	434
Locação operacional	1 276	757
Outros ativos tangíveis	146	–
	18 440	13 074
	28 270	20 850

14. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imparidade do crédito:		
Dotação do Exercício	593 894	525 338
Reversão do Exercício	(444 002)	(412 347)
Recuperação de crédito e juros	(6 163)	(2 376)
	143 729	110 615
Aplicações em instituições de crédito:		
Dotação do Exercício	311	104
Reversão do Exercício	(133)	(120)
	178	(16)
	143 907	110 599

15. Imparidade de outros ativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imparidade para ativos não correntes detidos para venda:		
Dotação do Exercício	25 197	13 845
Reversão do Exercício	(39 498)	(3 831)
	(14 301)	10 014
Imparidade para títulos:		
Dotação do Exercício	26 133	3 515
Reversão do Exercício	(3 083)	(1 363)
	23 050	2 152
Imparidade para outros ativos:		
Dotação do Exercício	1 001	–
Reversão do Exercício	(2)	–
	999	–
	9 748	12 166

A rubrica de Reversão do exercício para ativos não correntes detidos para venda, inclui o efeito da venda de imóveis registados na carteira de ativos não correntes detidos para venda, conforme descrito na nota 28.

A rubrica Imparidade para títulos – Dotação do exercício inclui o montante de Euros 19 309 000 relativo à imparidade reconhecida, durante o exercício de 2011 correspondente a 65% do valor nominal da dívida da Grécia conforme referido nas notas 24 e 53.

16. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Dotação do Exercício	6 050	586
Reversão do Exercício	(1 768)	(670)
	4 282	(84)

17. Resultados por equivalência patrimonial

Os contributos na rubrica de rendimento de participações financeiras consolidadas pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	(626)	230
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	2 114	1 773
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	(179)	(49)
Iberpartners Cafés – S.G.P.S., S.A.	23	–
Prio Foods SGPS, S.A.	(1 138)	–
Prio Energie SGPS, S.A.	805	–
	999	1 954

18. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Caixa	162 238	95 641
Banco de Portugal	299 245	144 383
	461 483	240 024

A rubrica Banco de Portugal inclui depósitos de caráter obrigatório, que têm como objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 1%.

19. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Em instituições de crédito no país	129 806	16 372
Em instituições de crédito no estrangeiro	24 671	12 209
Valores a cobrar	69 357	45 772
	223 834	74 353

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

20. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Aplicações sobre instituições de crédito no país		
Depósitos	1 135	205
Empréstimos	19 836	–
Aplicações de muito curto prazo	65 002	260 003
Outras aplicações	–	10 000
	85 973	270 208
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	39 054	112
Aplicações de muito curto prazo	30 001	–
Outras aplicações	129 549	68 392
	198 604	68 504
	284 577	338 712
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito	(345)	(50)
	284 232	338 662

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de dezembro de 2011, vencem juros à taxa média anual de 1,35% (2010: 1,37%).

Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde a CEMG opera.

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Até 3 meses	247 345	301 495
3 meses até 6 meses	4 900	–
6 meses até 1 ano	–	34 900
Mais de 5 anos	2 218	2 205
Duração indeterminada	114	112
	284 577	338 712

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito são apresentados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito:		
Saldo em 1 de janeiro	50	66
Dotação do Exercício	311	104
Reversão do Exercício	(133)	(120)
Transferências	117	–
Saldo em 31 de dezembro	345	50

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de março de 2011.

21. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Crédito interno:		
A empresas		
Empréstimo	1 789 310	1 388 583
Créditos em conta corrente	1 953 428	2 106 934
Locação financeira	418 396	229 348
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	163 129	87 087
Factoring	146 496	109 683
Descobertos em depósitos à ordem	61 844	9 134
Outros créditos	1 718 592	756 961
A particulares		
Habitação	8 978 144	8 937 169
Locação financeira	95 486	45 001
Consumo e outros créditos	1 262 037	828 554
	16 586 862	14 498 454
Crédito ao exterior:		
A empresas	50 817	–
A particulares	11 498	–
	16 649 177	14 498 454
Correção de valor de ativos que sejam objeto de operações de cobertura	5 175	–
Crédito e juros vencidos:		
Menos de 90 dias	128 858	90 729
Mais de 90 dias	693 892	486 761
	822 750	577 490
	17 477 102	15 075 944
Imparidade para riscos de crédito	(770 476)	(521 811)
	16 706 626	14 554 133

Em 31 de dezembro de 2011, o valor do crédito a clientes (líquido de imparidade), inclui o montante de Euros 264 298 000 (2010: Euros 292 135 000), referente a operações de securitização em que, de acordo com a política contabilística 1*b*), os SPE's são consolidados no Grupo pelo método integral (ver nota 50). Os passivos associados a estas operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representados por títulos (ver nota 36).

A CEMG realizou as seguintes operações, ao abrigo do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias da CEMG:

– Novembro 2011: Emissão de Euros 300 000 000, prazo: 5 anos, uma taxa de juro; 2,28%;

– Outubro 2011: Cancelamento de Euros 291 700 000, com um resultado de Euros 17 750 000, conforme a nota 10;

– Novembro 2010: Emissão de Euros 500 000 000, prazo: 5 anos, uma taxa de juro; 4,08%;

– Dezembro 2009: Emissão de Euros 1 000 000 000, prazo: 7 anos, uma taxa de juro; 2,17%; e

– Julho 2009: Emissão de Euros 708 300 000, prazo: 3 anos, uma taxa de juro; 3,25%.

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica Habitação incluía o montante de Euros 453 061 000 (2010: Euros 387 183 000) aproximadamente, relativo a créditos que foram objeto de securitização e que de acordo com a nota 1*g*) não foram objeto de desreconhecimento.

Na rubrica de Correção de valores de ativos que sejam objeto de operações de cobertura está registado o justo valor da parte da carteira coberta. Esta valorização é registada por contrapartida de resultados de acordo com a política contabilística 1*e*). O Grupo realiza periodicamente testes de efetividade das relações de cobertura existentes.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 47.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias, inclui os designados «créditos arrematados» no montante de Euros 1 532 000 e Euros 1 533 000, respetivamente. Os «créditos arrematados» correspondem a dívidas vencidas há mais de três anos em que se extinguiu o vínculo contratual com o anterior mutuário em virtude de arrematação ou adjudicação da caução, declaração de falência ou dação, mas que ainda se encontram pendentes de diligências judiciais.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria os contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de cliente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Crédito com garantias reais	61 404	2 618 510	10 294 201	550 424	13 524 539
Crédito com outras garantias	118 734	1 142 802	314 377	100 565	1 676 478
Crédito sem garantias	386 316	657 856	432 695	148 622	1 625 489
Crédito ao setor público	1 607	11 004	42 331	539	55 481
Crédito sobre o estrangeiro	21 738	36 270	625	2 602	61 235
Crédito em Locação	21 231	174 478	318 173	19 998	533 880
	611 030	4 640 920	11 402 402	822 750	17 477 102

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Crédito com garantias reais	440 557	1 951 681	9 855 180	466 714	12 714 132
Crédito com outras garantias	617 575	183 750	198 000	44 373	1 043 698
Crédito sem garantias	539 821	123 202	252 793	60 327	976 143
Crédito ao setor público	18 164	56	43 326	211	61 757
Crédito sobre o estrangeiro	–	–	–	–	–
Crédito em Locação	2 850	116 347	155 152	5 865	280 214
	1 618 967	2 375 036	10 504 451	577 490	15 075 944

O crédito em locação, em 31 de dezembro de 2011, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Total Euros '000**
Rendas vincendas	67 252	269 609	209 930	546 791
Juros vincendos	(13 793)	(35 764)	(44 962)	(94 519)
Valores residuais	14 090	26 244	21 276	61 610
	67 549	260 089	186 244	513 882

O crédito em locação, em 31 de dezembro de 2010, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	De 1 a 5 anos Euros '000	A mais de 5 anos Euros '000	Total Euros '000
Rendas vincendas	57 430	109 276	137 829	304 535
Juros vincendos	(10 104)	(20 613)	(30 269)	(60 986)
Valores residuais	3 906	9 029	17 865	30 800
	51 232	97 692	125 425	274 349

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos por tipo de crédito, é a seguinte:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Crédito com garantias reais	550 424	466 714
Crédito com outras garantias	100 565	44 373
Crédito sem garantias	148 822	60 327
Crédito ao setor público	539	211
Crédito sobre o estrangeiro	2 402	–
Crédito em Locação	19 998	5 865
	822 750	577 490

A análise da rubrica Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Empresas:		
Construção/Produção	158 884	146 973
Investimento	111 284	54 383
Tesouraria	121 709	44 031
Outras finalidades	8 749	2 472
Particulares:		
Habitação	271 197	268 443
Crédito ao consumo	59 136	7 179
Outras finalidades	52 817	32 586
Setor Público Administrativo	6 490	211
Outros Segmentos	32 484	21 212
	822 750	577 490

Os movimentos por imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito:		
Saldo em 1 de janeiro	521 811	493 913
Dotação do exercício	593 894	525 338
Reversão do exercício	(444 002)	(412 347)
Utilização de imparidade	(43 065)	(85 093)
Transferências / Outras	141 838	–
Outras	(20 000)	–
Saldo em 31 de dezembro	770 476	521 811

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de março de 2011.

Em conformidade com a política da CEMG, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Se o valor de uma perda de imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objetivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

Em conformidade com a política contabilística 1*c*), a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas fiáveis de recuperação dos créditos e para os créditos colaterizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	2011 **Euros '000**	**2010** **Euros '000**
Crédito com garantias reais	621 351	409 894
Crédito com outras garantias	48 818	43 103
Crédito sem garantias	100 307	68 814
	770 476	521 811

A anulação de crédito por utilização da respetiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2011 **Euros '000**	**2010** **Euros '000**
Crédito com garantias reais	38 024	51 907
Crédito com outras garantias	1 142	13 615
Crédito sem garantias	3 899	19 571
	43 065	85 093

De acordo com o disposto na carta-circular n.º 15/2009, de 28 de janeiro do Banco de Portugal, a CEMG passou a abater ao ativo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que, após uma análise económica sejam considerados incobráveis por se concluir que não existem perspetivas da sua recuperação.

A análise da recuperação de créditos e juros, efetuada no decorrer do exercício entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2011 e durante o exercício de 2010, ascendeu ao montante de Euros 6 163 000 e Euros 2 376 000, respetivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 14.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe da imparidade determinada de acordo com a nota 1*c*), apresenta-se como segue:

	2011						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base *portfolio*		Total		
	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Crédito líquido de imparidade Euros '000
Crédito a empresas	1 774 825	322 250	5 407 324	232 856	7 182 149	555 106	6 627 043
Crédito a particulares – Habitação	949	118	9 142 629	135 784	9 143 578	135 902	9 007 676
Crédito a particulares – Outros	50 174	8 900	1 101 201	70 568	1 151 375	79 468	1 071 907
	1 825 948	331 268	15 651 154	439 208	17 477 102	770 476	16 706 626

	2010						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base *portfolio*		Total		
	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor do crédito Euros '000	Imparidade Euros '000	Crédito líquido de imparidade Euros '000
Crédito a empresas	925 863	176 451	4 031 149	209 744	4 957 012	386 195	4 570 817
Crédito a particulares – Habitação	–	–	9 205 612	116 888	9 205 612	116 888	9 088 724
Crédito a particulares – Outros	–	–	913 320	18 728	913 320	18 728	894 592
	925 863	176 451	14 150 081	345 360	15 075 944	521 811	14 554 133

A carteira de crédito do Grupo, que inclui para além do crédito a clientes, as garantias e os avales prestados, dividida entre crédito com imparidade e sem imparidade, é apresentada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Crédito total	17 981 937	15 500 305
Crédito com imparidade		
Individualmente significativos		
Valor bruto	1 955 040	1 007 382
Imparidade	(331 269)	(192 898)
Valor líquido	1 623 771	814 484
Análise paramétrica		
Valor bruto	2 910 094	2 173 468
Imparidade	(385 741)	(247 199)
Valor líquido	2 524 353	1 926 269
Crédito sem imparidade	13 116 803	12 319 455
Imparidade (IBNR)	(53 466)	(81 714)
	17 211 461	14 978 494

A análise do justo valor dos colaterais associados à carteira de crédito sobre clientes é apresentada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Crédito com imparidade:		
Individualmente significativos:		
Títulos e outros ativos financeiros	64 250	62 233
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	19 449	4 802
Outros imóveis (Construção civil)	1 612 072	1 157 645
Outras garantias	52 443	19 003
	1 748 214	1 243 683
Análise paramétrica:		
Títulos e outros ativos financeiros	78 295	39 486
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	2 249 833	2 056 510
Outros imóveis (Construção civil)	1 117 611	850 227
Outras garantias	133 583	63 130
	3 579 322	3 009 353
Crédito sem imparidade:		
Títulos e outros ativos financeiros	710 375	590 373
Imóveis residenciais (Crédito à habitação)	14 290 398	14 326 035
Outros imóveis (Construção civil)	3 389 833	3 666 409
Outras garantias	535 391	94 675
	18 925 997	18 677 492
	24 253 533	22 930 528

O Grupo utiliza colaterais físicos e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a refletir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações efetuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que refletem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respetiva. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respetivos ativos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a refletir a sua volatilidade.

22. Ativos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Ativos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Ativos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
Ações	5 415	2 805
Obrigações	–	3 192
	5 415	5 997
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	130 115	124 868
Creditos e outros valores a receber	45 246	–
	175 361	124 868
	180 776	130 865
Passivos financeiros detidos para negociação:		
Derivados	79 121	53 891
	79 121	53 891

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor de acordo com a nota 1*d*). Conforme a referida nota, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Conforme disposto na IFRS 7, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

– Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

– Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

– Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers* e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados nos níveis 1 e 2.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de dezembro de 2011 é apresentada como segue:

	2011				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas					
Nacionais	–	–	–	804	804
Estrangeiros	–	–	–	4 611	4 611
	–	–	–	5 415	5 415
Cotados	–	–	–	5 415	5 415

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de dezembro de 2010 é apresentada como segue:

	2010				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas					
Nacionais	–	–	–	464	464
Estrangeiros	–	–	–	2 341	2 341
	–	–	–	2 805	2 805
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações					
De outros emissores	–	–	3 192	–	3 192
	–	–	3 192		3 192
Cotados	–	–	3 192	2 805	5 997

O valor de balanço dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de dezembro de 2011, pode ser analisado como segue:

		2011						
		Derivado			Ativo / Passivo associado			
Produto derivado	**Ativo/Passivo financeiro associado**	***Nocional* Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Justo Valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Valor de reembolso na maturidade Euros '000**
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	1 061 937	10 173	(15 206)	(89 648)	(53 425)	315 750	315 750
Swap de taxa de juro	Depósitos	1 872 000	22 250	3 673	15 906	1 952	753 397	753 397
Swap de taxa de juro	Recursos	348 767	13 671	1 408	(19 592)	(16 835)	247 368	247 368
Swap de taxa de juro	Titularização	10 070 419	(7 748)	(5 528)	–	–	–	–
Swap de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	9 242 912	5 875	(12 148)	6 509	14 126	708 300	708 300
Swap cambial	Emissão de dívida	322 515	(2 006)	(814)	–	–	–	–
CIRS	–	9 072	194	62	–	–	–	–
Futuros	–	84 752	(22)	(21)	–	–	–	–
Opções	Depósitos a prazo e recursos	87 762	(2)	(755)	–	–	–	–
Credit Default Swaps	–	81 093	(3 071)	(2 334)	–	–	–	–
Outros	–	–	56 926	56 926	–	–	–	–
		23 181 229	96 240	25 263	(86 825)	(54 182)	2 024 815	2 024 815

O valor de balanço dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de dezembro de 2010, pode ser analisado como segue:

		2010						
		Derivado			Ativo / Passivo associado			
Produto derivado	**Ativo/Passivo financeiro associado**	***Nocional* Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Justo Valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Valor de reembolso na maturidade Euros '000**
Swap de taxa de juro	Emissão de obrigações	605 000	25 379	2 617	(36 223)	(48 475)	302 500	
Swap de taxa de juro	Depósitos	3 609 775	17 386	13 230	12 954	11 593	2 013 304	2 013 304
Swap de taxa de juro	Recursos	490 052	12 263	(3 102)	(2 757)	(13 319)	247 113	247 113
Swap de taxa de juro	Titularização	10 717 877	(1 834)	(2 168)	–	–	–	–
Swap de taxa de juro	Obrigações hipotecárias	11 890 474	18 023	7 891	(7 617)	(8 061)	1 000 000	1 000 000
Swap cambial	Emissão de dívida	538 428	(255)	(1 672)	–	–	–	–
Futuros	–	14 298	(1)	(1)	–	–	–	–
Opções	Depósitos a prazo e recursos	70 586	753	169	–	–	–	–
Credit Default Swaps	–	89 710	(737)	(306)	–	–	–	–
		28 026 200	70 977	16 658	(33 643)	(58 262)	3 562 917	3 260 417

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de dezembro de 2011, é a seguinte:

	2011					
	Nocionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
Swap de taxa de juro	22 945	1 982 770	20 714 234	22 719 949	119 906	77 781
Opções	–	2 800	84 961	87 761	8 482	8 484
Contratos sobre taxas de câmbio:						
Swap cambial	207 203	471	–	207 674	454	169
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	84 752	–	–	84 752	–	22
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	–	–	81 093	81 093	1 273	4 343
Outros	–	–	–	–	45 246	(11 678)
	314 900	1 986 041	20 880 288	23 181 229	175 361	79 121

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de dezembro de 2010, é a seguinte:

	2010					
	Nocionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
Swap de taxa de juro	31 000	201 184	27 080 994	27 313 178	119 941	48 724
Opções	10 500	–	60 086	70 586	2 011	1 258
Contratos sobre taxas de câmbio:						
Swap cambial	529 439	–	8 989	538 428	1 975	2 230
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	14 298	–	–	14 298	–	1
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	–	–	89 710	89 710	941	1 678
	585 237	201 184	27 239 779	28 026 200	124 868	53 891

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluem a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a nota 1*d*) no montante de Euros 7 331 000 (2010: Euros 6 276 000).

23. Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica no montante de Euros 3 606 000 (2010: Euros 3 952 000) é totalmente composto por obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores.

A opção do Grupo em designar estes ativos ao justo valor através de resultados, à luz da IAS 39, conforme a nota 1*d*), está de acordo com a estratégia documentada de gestão da CEMG, considerando que (i) estes ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes ativos contêm instrumentos derivados embutidos.

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado dos *providers*. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 1.

A 31 de dezembro de 2011 e 2010, a carteira de títulos incluídos na rubrica Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados encontra-se cotada e com uma maturidade superior a um ano.

24. Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011				
		Reserva de justo valor			
	Custo (1) Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000	Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	1 392 089	1 935	(243 498)	–	1 150 526
Estrangeiros	147 206	2 164	(2 848)	(19 309)	127 213
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	279 251	756	(22 366)	–	257 641
Estrangeiros	486 842	896	(55 681)	(2 049)	430 008
Papel comercial	261 996	–	–	(998)	260 998
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas					
Nacionais	12 700	70	(74)	(6 195)	6 501
Estrangeiros	8 047	313	(381)	(1 416)	6 563
Unidades de participação	335 903	830	(1 667)	(148)	334 918
	2 924 034	6 964	(326 515)	(30 115)	2 574 368

(1) Custo de aquisição no que se refere a ações e custo amortizado para títulos de dívida.

	2010				
		Reserva de justo valor			
	Custo (1) Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000	Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	1 075 466	2 155	(30 457)	–	1 047 164
Estrangeiros	114 501	365	(4 468)	–	110 398
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	465 122	487	(13 342)	(1 284)	450 983
Estrangeiros	622 608	1 336	(41 865)	(15 608)	566 471
Papel comercial	242 634	–	–	(997)	241 637
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas					
Nacionais	3 865	190	(31)	(279)	3 745
Estrangeiros	4 123	78	(124)	(947)	3 130
Unidades de participação	7 127	270	(300)	(57)	7 040
	2 535 446	4 881	(90 587)	(19 172)	2 430 568

(1) Custo de aquisição no que se refere a ações e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na nota 1*d*) a carteira de ativos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo as variações de justo valor registadas por contrapartida de capitais próprios, conforme nota 43. A CEMG avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de ativos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na política contabilística 1*z*).

Conforme descrito na nota 57, a rubrica Unidades de participação inclui 24 913 185 unidades de participação no CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (FEII).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imparidade para títulos:		
Saldo em 1 de janeiro	19 172	23 658
Dotação do exercício	26 133	3 515
Reversão do exercício	(3 083)	(1 363)
Utilização de imparidade	(12 107)	(6 638)
Saldo em 31 de dezembro	30 115	19 172

Conforme descrito na nota 1*d*), a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida do total da reserva de justo valor e de imparidade. O total de reserva de justo valor para a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é negativo e ascende a Euros 319 551 000 (2010: Euros 85 706 000) e a imparidade ascende a Euros 30 115 000 (2010: Euros 19 172 000).

O Grupo reconhece imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta avaliação implica julgamento, no qual o Grupo tem em consideração entre outros fatores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade os seguintes fatores:

– Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;

– Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

A evolução da crise da dívida dos países da zona Euro associado à evolução da situação macro económica na Grécia, que tem contribuído para uma deterioração da situação económica e financeira do Estado Grego e a incapacidade de aceder aos mercados o que implica que a solvência imediata do país continue dependente do contínuo apoio da UE e do FMI.

Face esta conjuntura, a rubrica Imparidade para títulos inclui a imparidade reconhecida na dívida soberana da Grécia durante o exercício de 2011, conforme referido na nota 53.

A imparidade corresponde, em 31 de dezembro de 2011, ao efeito do reconhecimento em resultados do valor da reserva de justo valor dos referidos títulos e foi determinada com base nos preços observáveis de mercado. Com base nesta análise, a CEMG reconheceu no exercício de 2011, uma imparidade de Euros 19 039 000.

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2011, é a seguinte:

	2011				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	–	417 254	733 271	–	1 150 525
Estrangeiros	–	10 668	116 545	–	127 213
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	–	76 996	178 155	2 490	257 641
Estrangeiros	–	29 832	391 044	9 132	430 008
Papel comercial	–	54 469	206 529	–	260 998
	–	589 219	1 625 544	11 622	2 226 385
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas					
Nacionais	–	–	–	6 501	6 501
Estrangeiras	–	–	–	6 563	6 563
Unidades de participação	–	203	–	334 716	334 919
	–	203	–	347 780	347 983
	–	589 422	1 625 544	359 402	2 574 368

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2010, é a seguinte:

	2010				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	19 881	133 310	893 973	–	1 047 164
Estrangeiros	25 250	3 007	82 141	–	110 398
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	2 347	16 247	432 389	–	450 983
Estrangeiros	9 419	21 325	535 183	544	566 471
Papel comercial	211 324	30 313	–	–	241 637
	268 221	204 202	1 943 686	544	2 416 653
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas					
Nacionais	–	–	–	3 745	3 745
Estrangeiras	–	–	–	3 130	3 130
Unidades de participação	–	–	–	7 040	7 040
	–	–	–	13 915	13 915
	268 221	204 202	1 943 686	14 459	2 430 568

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	2011			2010		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	1 150 525	–	1 150 525	1 047 164	–	1 047 164
Estrangeiros	127 213	–	127 213	110 398	–	110 398
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	257 641	–	257 641	423 667	27 316	450 983
Estrangeiros	430 008	–	430 008	562 081	4 390	566 471
Papel comercial	–	260 998	260 998	–	241 637	241 637
Títulos de rendimento variável:						
Ações de empresas						
Nacionais	1 087	5 414	6 501	861	2 884	3 745
Estrangeiros	6 245	318	6 563	2 972	158	3 130
Unidades de participação	334 919	–	334 919	7 040	–	7 040
	2 307 638	266 730	2 574 368	2 154 183	276 385	2 430 568

25. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Ativo:		
Swaps de taxa de juro	1 311	2 810
Passivo:		
Swaps de taxa de juro	13 041	1 408

Os derivados de cobertura encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 2.

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposta às variações de justo valor, ou a variações de fluxos de caixa, ou se encontra perante coberturas de transações futuras.

O Grupo realiza periodicamente testes de efetividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento sobre os riscos financeiros cobertos efetuado às rubricas do ativo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito	343	864
Responsabilidades representadas por títulos	15	242
Recursos de clientes	371	271
	729	1 377

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades, em 31 de dezembro de 2011, é a seguinte:

	2011							
	***Nocionais* por prazo remanescente**				**Justo valor**			
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Total Euros '000**	**Inferior a três meses Euros '000**	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a a um ano Euros '000**	**Total Euros '000**
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	–	–	515 000	515 000	–	–	(11 730)	(11 730)

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de dezembro de 2010, é a seguinte:

	2010							
	***Nocionais* por prazo remanescente**				**Justo valor**			
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Total Euros '000**	**Inferior a três meses Euros '000**	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a a um ano Euros '000**	**Total Euros '000**
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	20 000	80 000	115 000	215 000	147	1 394	(139)	1 402

As operações de cobertura de justo valor em 31 de dezembro de 2011, podem ser analisadas como segue:

2011							
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	***Nocional* Euros '000**	**Justo valor do derivado (2) Euros '000**	**Variação do justo valor do derivado no ano Euros '000**	**Justo valor do elemento coberto (1) Euros '000**	**Variação do justo valor do elemento coberto no ano (1) Euros '000**
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	–	–	(1 834)	–	(371)
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	20 000	257	(396)	–	(1 097)
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	495 000	(11 987)	(10 902)	389	687
Swap de taxa de juro	Emissão de dívida	Taxa de juro	–	–	–	–	–
			515 000	(11 730)	(13 132)	389	(781)

(1) Atribuível ao risco coberto.
(2) Inclui o juro corrido.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de dezembro de 2010, podem ser analisadas como segue:

2010							
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	***Nocional* Euros '000**	**Justo valor do derivado (2) Euros '000**	**Variação do justo valor do derivado no ano Euros '000**	**Justo valor do elemento coberto (1) Euros '000**	**Variação do justo valor do elemento coberto no ano (1) Euros '000**
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	44 000	396	(302)	371	(271)
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	80 000	2 091	(1 995)	1 097	(1 106)
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	95 000	(1 085)	(812)	(298)	(212)
Swap de taxa de juro	Emissão de dívida	Taxa de juro	–	–	–	–	–
			215 000	1 402	(3 109)	(1 170)	(1 589)

(1) Atribuível ao risco coberto.
(2) Inclui o juro corrido.

26. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	**2010 Euros '000**
Títulos de rendimento fixo:		
Obrigações de emissores públicos nacionais	37 419	44 111
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	39 575	14 033
	76 994	58 144

O Grupo avaliou, com referência a 31 de dezembro de 2011, a existência de evidência objetiva da imparidade na sua carteira de investimentos detida até à maturidade, não tendo identificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 31 de dezembro de 2011, como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Euros '000
OT – setembro 98/23-09-2013	Maio 1998	Setembro 2013	Taxa fixa de 5,450%	96
OT – junho 02/15-06-2012	Fevereiro 2002	Junho 2012	Taxa fixa de 5,000%	31 292
OT – outubro 05/15-10-2015	Julho 2005	Outubro 2015	Taxa fixa de 3,350%	6 032
Netherlands Government 05/2015	Junho 2005	Julho 2015	Taxa fixa de 3,250%	5 004
Republic of Austria 04/15-07-2015	Maio 2004	Julho 2015	Taxa fixa de 3,500%	2 016
Belgium Kingdom 05/28-09-2015	Março 2005	Setembro 2015	Taxa fixa de 3,750%	1 985
Buoni Poliennali Del Tes. 05/2015	Maio 2005	Agosto 2015	Taxa fixa de 3,750%	1 991
BT AOTNBT507L11	Julho, 2011	Janeiro, 2012	Taxa fixa de 7,150%	206
BT AOTNBT423D10	Julho, 2011	Julho, 2012	Taxa fixa de 7,350%	4 143
TBC AOBCTB324N11	Novembro, 2011	Janeiro, 2012	Taxa fixa de 7,251%	8 074
TBC AOBCTB309D11	Dezembro, 2011	Fevereiro, 2012	Taxa fixa de 6,899%	8 052
TBC AOBCTB309D11	Dezembro, 2011	Fevereiro, 2012	Taxa fixa de 7,100%	8 052
OT – Cabo Verde – março 10/2013	Março 2010	Março 2013	Taxa fixa de 5,740%	51
				76 994

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na nota 1*d*).

Durante os exercícios de 2011 e de 2010, a CEMG não procedeu a transferências para ou desta categoria de ativos.

Em 31 de dezembro de 2011, a análise dos investimentos detidos até a maturidade por prazo remanescente é a seguinte:

	2011				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Entre um ano a cinco anos Euros '000	Superior a cinco anos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações de emissores públicos nacionais:	–	31 292	6 127	–	37 419
Obrigações de emissores públicos estrangeiros:	–	24 385	15 190	–	39 575
	–	55 677	21 317	–	76 994
Cotados	–	55 677	21 317	–	76 994

Em 31 de dezembro de 2010, a análise dos investimentos detidos até a maturidade por prazo remanescente é a seguinte:

	2010				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Entre um ano a cinco anos Euros '000	Superior a cinco anos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações de emissores públicos nacionais:	–	5 962	38 149	–	44 111
Obrigações de emissores públicos estrangeiros:	3 026	–	11 007	–	14 033
	3 026	5 962	49 156	–	58 144
Cotados	3 026	5 962	49 156	–	58 144

27. Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Participações financeiras em associadas e outras		
Prio Foods S.G.P.S., S.A.	18 320	–
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	17 745	19 786
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	12 274	13 321
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	4 790	–
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3 686	3 953
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	1 041	–
	57 856	37 060
Não cotados	57 856	37 060

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000	Capital Próprio Euros '000	Proveitos Euros '000	Resultado líquido Euros '000	Custo da participação Euros '000
31 de dezembro de 2011						
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A	555 295	486 117	69 178	252 503	(2 438)	23 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	493 069	461 871	31 198	47 459	5 372	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	47 709	29 277	18 432	7 991	(895)	3 200
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	4 969	1 430	3 461	121	77	1 000
Prio Foods S.G.P.S., S.A.	284 936	240 066	50 556	68 073	(5 687)	21 018
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	147 769	123 821	19 922	304 595	4 025	4 300
31 de dezembro de 2010						
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A	573 023	495 884	77 139	218 277	897	23 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	513 640	479 780	33 860	51 492	4 506	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	50 361	30 598	19 763	8 106	(246)	3 200

	Percentagem detida		Valor de balanço		Resultados de associadas atribuível à CEMG	
	2011 %	2010 %	2011 Euros '000	2010 Euros '000	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	25,65	25,65	17 745	19 786	(626)	230
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	39,34	39,34	12 274	13 321	2 114	1 773
HTA – Hóteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	20	20	3 686	3 953	(179)	(49)
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	29,41	–	1 041	–	23	–
Prio Foods S.G.P.S., S.A.	20	–	18 320	–	(1 138)	–
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	20	–	4 790	–	805	–

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Saldo inicial	37 060	40 775
Aquisições	24 461	–
Resultado de associadas	999	1 954
Reserva de justo valor de associadas	(3 595)	(4 738)
Dividendos recebidos	(1 069)	(931)
Saldo final	57 856	37 060

28. Ativos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imóveis e outros ativos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	168 102	201 710
Imparidade para ativos não correntes detidos para venda	(31 091)	(39 336)
	137 011	162 374

Os ativos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a nota 1*j*).

A rubrica Imóveis e outros ativos resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respetiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome da CEMG; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação pro solvendo).

Em novembro e dezembro de 2011, a CEMG procedeu à venda de parte dos imóveis referidos anteriormente ao fundo CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (FEII). Considerando a natureza da transação os ativos foram desreconhecidos. Estes imóveis estavam registados pelo valor de Euros 148 557 000, liquido de imparidade, originando uma mais-valia de Euros 22 741 000 e uma reversão de imparidade constituída de Euros 39 498 000.

De acordo com a expectativa da CEMG, pretende-se que os referidos ativos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a 2 anos, existindo uma estratégia para a sua alienação. A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados Contratos promessa de compra e venda no montante de Euros 22 591 000 (2010: Euros 13 996 000).

Os movimentos dos ativos não correntes detidos para venda no exercício de 2011, são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Ativos não correntes detidos para venda:		
Saldo em 1 de janeiro	201 710	157 935
Aquisições	153 705	66 715
Alienações	(187 568)	(24 740)
Outros movimentos	255	1 800
Saldo em 31 de dezembro	168 102	201 710

Os movimentos da imparidade para ativos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imparidade para ativos não correntes detidos para venda		
Saldo em 1 de janeiro	39 336	29 336
Dotação do exercício	25 197	13 845
Reversão do exercício	(39 498)	(3 831)
Utilização	(3 944)	(14)
Transferências	10 000	–
Saldo em 31 de dezembro	31 091	39 336

A rubrica de Reversão do exercício diz respeito à reversão de imparidade associada à operação de venda de Ativos não correntes detidos para venda descrita anteriormente.

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de março de 2011.

29. Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Custo:		
Imóveis:		
De serviço próprio	36 699	62 353
Obras em imóveis arrendados	67 688	24 225
Equipamento:		
Mobiliário e material	20 921	11 070
Máquinas e ferramentas	3 364	1 869
Equipamento informático	85 661	58 367
Instalações interiores	23 382	15 837
Equipamento de transporte	5 126	436
Equipamento de segurança	9 846	4 972
Outro equipamento	5	–
Património artístico	2 755	1 050
Ativos em locação operacional	9 561	4 965
Ativos em locação financeira	38	–
Outras imobilizações corpóreas	2 406	31
Imobilizações em curso	5 858	3 375
	273 310	188 550
Depreciações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(18 440)	(13 074)
Relativas a exercícios anteriores	(146 213)	(86 189)
	(164 653)	(99 263)
	108 657	89 287

Os movimentos da rubrica Outros ativos tangíveis, durante o ano de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 dezembro Euros '000
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	62 353	42 119	(68 135)	362	36 699
Obras em imóveis arrendados	24 225	42 342	–	1 121	67 688
Equipamento:					
Mobiliário e material	11 070	10 144	(293)	–	20 921
Máquinas e ferramentas	1 869	1 561	(66)	–	3 364
Equipamento informático	58 367	28 847	(1 600)	47	85 661
Instalações interiores	15 837	6 608	937	–	23 382
Equipamento de transporte	436	4 951	(261)	–	5 126
Equipamento de segurança	4 972	4 831	(10)	53	9 846
Outro equipamento	–	19	(14)	–	5
Património artístico	1 050	1 655	–	50	2 755
Ativos em locação operacional	4 965	5 428	(832)	–	9 561
Ativos em locação financeira	–	38	–	–	38
Outras imobilizações corpóreas	31	2 375	–	–	2 406
Imobilizações em curso	3 375	5 067	–	(2 584)	5 858
	188 550	155 985	(70 274)	(951)	273 310
Depreciações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	16 055	1 784	(19 618)	9 700	7 921
Obras em imóveis arrendados	15 984	3 891	–	17 995	37 870
Equipamento:					
Mobiliário e material	8 014	1 192	(292)	6 955	15 869
Máquinas e ferramentas	1 771	156	(65)	1 031	2 893
Equipamento informático	43 937	7 149	(1 598)	21 077	70 565
Instalações interiores	8 698	1 545	(13)	4 272	14 502
Equipamento de transporte	376	448	(238)	3 859	4 445
Equipamento de segurança	3 244	853	(6)	2 514	6 605
Outro equipamento	–	1	(14)	18	5
Ativos em locação operacional	1 184	1 276	(390)	232	2 302
Ativos em locação financeira	–	–	–	38	38
Outras imobilizações corpóreas	–	145	–	1 493	1 638
	99 263	18 440	(22 234)	69 184	164 653

A rubrica Regularizações/Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de março de 2011.

Em dezembro de 2011, a CEMG procedeu à venda de parte de Imóveis de serviço próprio ao Montepio Geral Associação Mutualista, conforme nota 9, 31 e 57. Estes imóveis estavam registados pelo valor de Euros 48 517 000, líquido de amortizações, originando uma mais-valia de Euros 28 154 000.

Os movimentos da rubrica Outros ativos tangíveis, durante o ano de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 dezembro Euros '000
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	65 808	–	(3 455)	–	62 353
Obras em imóveis arrendados	32 208	332	(8 373)	58	24 225
Equipamento:					
Mobiliário e material	10 507	988	(425)	–	11 070
Máquinas e ferramentas	1 971	10	(113)	1	1 869
Equipamento informático	51 773	6 839	(244)	(1)	58 367
Instalações interiores	28 416	337	(13 010)	94	15 837
Equipamento de transporte	676	58	(298)	–	436
Equipamento de segurança	3 978	1 009	(15)	–	4 972
Património artístico	986	64	–	–	1 050
Ativos em locação operacional	4 084	1 632	(751)	–	4 965
Outras imobilizações corpóreas	31	–	–	–	31
Imobilizações em curso	593	2 957	–	(175)	3 342
	201 031	14 226	(26 684)	(23)	188 550
Depreciações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	15 837	1 042	(824)	–	16 055
Obras em imóveis arrendados	22 047	2 310	(8 373)	–	15 984
Equipamento:					
Mobiliário e material	7 807	573	(366)	–	8 014
Máquinas e ferramentas	1 825	57	(112)	1	1 771
Equipamento informático	37 874	6 307	(244)	–	43 937
Instalações interiores	20 125	1 585	(13 012)	–	8 698
Equipamento de transporte	670	9	(303)	–	376
Equipamento de segurança	2 823	434	(13)	–	3 244
Ativos em locação operacional	748	757	(321)	–	1 184
	109 756	13 074	(23 568)	1	99 263

30. Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Custo:		
Software	68 961	31 798
Diferenças de consolidação e de reavaliação («*Goodwill*»)	53 024	–
Outros ativos intangíveis	13 286	–
Ativos intangíveis em curso	707	6 106
	135 978	37 904
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(9 830)	(7 776)
Relativas a exercícios anteriores	(35 943)	(11 874)
	(45 773)	(19 650)
	90 205	18 254

A rubrica Diferenças de consolidação e de reavaliação («*Goodwill*»), corresponde ao diferencial entre os ativos e passivos do Finibanco, S.A. adquiridos pela CEMG em 4 de abril de 2011 e o seu valor contabilístico e tem em conta o justo valor dos referidos ativos e passivos bem como o potencial de geração de negócio associado à rede comercial adquirida.

Este ativo intangível não possui vida útil finita, pelo que, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1*b*), o seu valor recuperável é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável do «*Goodwill*» deve ser o maior entre o seu valor de uso (isto e, o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se esperam do seu uso) e o seu justo valor deduzido dos custos de venda. Tendo por base estes critérios, a CEMG efetua anualmente avaliações em relação as participações financeiras para as quais existe «*Goodwill*» registado no ativo que consideraram entre outros fatores:

(i) uma estimativa dos fluxos de caixa futuros gerados;

(ii) uma expectativa sobre potenciais variações nos montantes e prazo desses fluxos de caixa;

(iii) o valor temporal do dinheiro;

(iv) um prémio de risco associado a incerteza pela detenção do ativo;

(v) outros fatores associados a situação atual dos mercados financeiros.

As avaliações têm por base pressupostos razoáveis e suportáveis que representam a melhor estimativa do Conselho de Administração, à data do Balanço, sobre as condições económicas que afetarão cada entidade, os orçamentos e as projeções mais recentes aprovadas pelo Conselho de Administração e a sua extrapolação para períodos futuros.

Os pressupostos assumidos para as referidas avaliações podem alterar-se com a modificação das condições económicas e de mercado.

Com base na análise efetuada, em 31 de dezembro de 2011, e considerando a revisão efetuada do *Purchase Price Allocation* («PPA») no decurso do segundo semestre de 2011, não foi identificada qualquer imparidade associada ao «*Goodwill*» reconhecido.

Os movimentos da rubrica de Ativos intangíveis, durante o exercício de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 dezembro Euros '000
Custo:					
Software	31 798	27 625	(188)	9 726	68 961
Diferenças de consolidação e de reavaliação («*Goodwill*»)	–	53 024	–	–	53 024
Outros ativos intangíveis	–	13 286	–	–	13 286
Ativos Intangíveis em curso	6 106	2 043	–	(7 442)	707
	37 904	95 978	(188)	2 284	135 978
Amortizações acumuladas:					
Software	19 650	9 830	(179)	16 472	45 773
	19 650	9 830	(179)	16 472	45 773

A rubrica Regularizações/Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de março de 2011.

Os movimentos da rubrica de Ativos intangíveis, durante o exercício de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 dezembro Euros '000
Custo:					
Software	52 375	8 430	(29 007)	-	31 798
Ativos Intangíveis em curso	4 657	1 449	–	–	6 106
	57 032	9 879	(29 007)	–	37 904
Amortizações acumuladas:					
Software	40 881	7 776	(29 007)	–	19 650

31. Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Bonificações a receber do Estado Português	9 724	11 949
Outros devedores	185 852	29 071
Outros proveitos a receber	11 903	4 873
Despesas com custo diferido	8 000	1 740
Contas diversas	290 528	18 338
	506 007	65 971
Imparidade para outros ativos	(1 037)	(3 473)
	504 970	62 498

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português, no montante de Euros 9 724 000 (2010: Euros 11 949 000) corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	2 111	7 120
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	3 157	1 716
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	4 456	3 113
	9 724	11 949

A rubrica Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas inclui, em 31 de dezembro de 2010, um montante de Euros 3 473 000 não reconhecido pela Direção Geral do Tesouro, estando este totalmente provisionado na rubrica Imparidade para bonificações.

A rubrica Outros devedores inclui o montante de Euros 51 100 000 relativo à emissão de papel comercial a aguardar liquidação, e o montante de Euros 69 004 000 relativo ao valor em dívida pelo Montepio Geral Associação Mutualista, referente à operação de venda de imóveis de serviço próprio realizada, conforme descrito na nota 29.

A rubrica Contas Diversas inclui, em 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 70 788 000 relativo a operações realizadas com títulos, registadas na trade date, conforme a política contabilística 1*d*), a aguardar liquidação.

Os movimentos da imparidade para outros ativos são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imparidade para outros ativos:		
Saldo em 1 de janeiro	3 473	3 473
Dotação do exercício	1 001	–
Reversão do exercício	2	–
Utilização	(3 473)	–
Transferências	34	–
Saldo em 31 de dezembro	1 037	3 473

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de março de 2011.

32. Impostos

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2012, a CEMG passa a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas («IRC»). Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro, de acordo com a política contabilística 1*v*), são elegívies para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 podem ser analisados como seguem:

	Ativo		Passivo		Líquido	
	2011 Euros '000	2010 Euros '000	2011 Euros '000	2010 Euros '000	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Instrumentos financeiros	18 630	–	(1)	–	18 629	–
Outros ativos tangíveis	961	–	–	–	961	–
Provisões	36 089	–	13	–	36 102	–
Benefícios de empregados	8 460	–	(48)	–	8 412	–
Prejuízos fiscais reportáveis	16 553	–	–	–	16 553	–
Imposto diferido ativo/(passivo)	80 693	–	(36)	–	80 657	–
Compensação de ativos/passivos por impostos diferidos	–	–	–	–	–	–
Imposto diferido ativo/(passivo) líquido	80 693	–	(36)	–	80 657	–

A CEMG avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativas de lucros futuros tributáveis.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	2011 Euros '000
Saldo inicial:	
Reconhecido em resultados	18 381
Reconhecido em reservas e resultados transitados	48 152
Transferências	14 124
Saldo final (Ativo / (Passivo))	80 657

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de março de 2011.

O imposto diferido reconhecido em reservas – outro rendimento integral inclui os desvios atuariais reconhecidos também nesta rubrica, conforme descrito na Nota 48 – Benefícios dos empregados.

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante o período findo em 31 de dezembro de 2011 teve as seguintes origens:

	2011	
	Reconhecido em resultados Euros '000	**Reconhecido em reservas Euros '000**
Instrumentos financeiros	91	18 627
Outros ativos tangíveis	1 902	(11)
Provisões	18 438	23 606
Fundo de pensões	(3 076)	5 930
Responsabilidades pós emprego	2 084	–
Prejuízos fiscais reportáveis	(1 058)	–
Imposto diferido	18 381	48 152
Impostos correntes	(3 689)	–
Total do imposto reconhecido	14 692	48 152

O reconhecimento dos impostos diferidos líquidos, para além do facto da CEMG ter passado a estar sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas («IRC»), conforme descrito na política 1*v*), inclui os encargos de impostos diferidos do exercício reconhecidos em resultados, bem como as variações relevadas em capitais próprios, nomeadamente: (i) o impacto do reconhecimento das diferenças temporárias apuradas em exercícios anteriores, e que de acordo com a legislação aplicável serão utilizáveis em períodos posteriores; (ii) o impacto decorrente da alteração, nos termos previstos na Norma Internacional de Contabilidade n.º 19, da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido; e (iii) os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda serem reconhecidos em capitais próprios.

Em 31 de dezembro de 2011, existiam diferenças temporárias não reconhecidas que se traduziriam num imposto diferido no ativo no montante de Euros 236 883 000, que não foi reconhecido.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, o Grupo possa compensar ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes, sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

33. Recursos de bancos centrais

Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica regista o montante de Euros 2 003 300 000 referente a recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais que se encontram colaterizados por títulos da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise da rubrica Recursos de bancos centrais pelo período remanescente a 31 de dezembro de 2010, esta rubrica regista o montante de Euros 1 540 266 000 referente a recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais que se encontram colaterizados por títulos da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise da rubrica Recursos de bancos centrais pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	2011 Euros '000	**2010 Euros '000**
Até 3 meses	702 975	460 026
3 meses até 6 meses	–	1 080 240
Mais de 6 meses	1 300 325	–
	2 003 300	1 540 266

34. Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011			2010		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Recursos de instituições de crédito no país	12 804	83 586	96 390	247 969	4 163	252 132
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	37 954	609 453	647 407	639 773	9 837	649 610
	50 758	693 039	743 797	887 742	14 000	901 742

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Até 3 meses	108 461	165 328
3 meses até 6 meses	55 517	153 594
6 meses a 1 ano	467	255 553
1 ano até 5 anos	362 434	59 025
Mais de 5 anos	245 164	274 830
	772 043	908 330
Correções de valor por operações de cobertura	(28 246)	(6 588)
	743 797	901 742

35. Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011			2010		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Depósitos à ordem	101 500	2 512 744	2 614 244	16 157	2 001 904	2 018 061
Depósitos a prazo (*)	–	10 815 437	10 815 437	0	7 583 150	7 583 150
Depósitos de poupança (*)	–	248 293	248 293	0	391 530	391 530
Outros recursos	8 039	–	8 039	496	0	496
Correções de valor por operações de cobertura	15 906	–	15 906	14 326	0	14 326
	125 445	13 576 474	13 701 919	30 979	9 976 584	10 007 563

Observações: (*) Depósitos estruturados para os quais foi efetuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 22 e na política contabilística 1*d*).

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo são fixados anualmente por instrução do Banco de Portugal.

Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui Euros 794 197 000 (2010: Euros 1 772 500 000) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

A análise da rubrica Recursos de clientes pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Depósitos à ordem	2 614 244	2 018 061
Depósitos a prazo e de poupança:		
Até 3 meses	1 798 835	1 299 637
3 meses até 6 meses	4 477 693	2 702 705
6 meses até 1 ano	2 173 828	1 182 228
1 ano até 5 anos	2 602 082	–
Mais de 5 anos	11 292	2 790 110
	13 677 974	9 992 741
Correções de valor por operações de cobertura	15 906	14 326
	13 693 880	10 007 067
Outros recursos:		
Até 3 meses	8 039	496
	13 701 919	10 007 563

36. Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Euro Medium Term Notes	1 314 250	2 437 249
Obrigações de Caixa	452 505	566 304
Obrigações Hipotecárias	706 357	832 690
	2 473 112	3 836 243

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentada na nota 47.

Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui o montante de Euros 1 100 266 000 (2010: Euros 1 510 171 000) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Até 6 meses	803 514	858 289
6 meses até 1 ano	758 726	631 766
1 ano até 5 anos	572 502	1 930 906
Mais de 5 anos	419 533	441 057
	2 554 275	3 862 018
Correções de valor por operações de cobertura	(81 163)	(25 775)
	2 473 112	3 836 243

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 5 000 milhões de euros, a CEMG procedeu a emissões que totalizaram 1 650 milhões de euros. As características das emissões vivas a 31 de dezembro de 2011 são apresentadas como segue:

Designação	Valor nominal Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	*Rating* (Moody's/Fitch/Dbrs)
Obrig. Hipotecárias	1 000 000	1 000 000	Dezembro 2009	Dezembro 2016	Trimestral	2,17%	Baa3/BBB-
Obrig. Hipotecárias	708 300	708 300	Julho 2009	Julho 2012	Anual	3,25%	Baa3/BBB-
Obrig. Hipotecárias	500 000	500 000	Novembro 2010	Novembro 2015	Trimestral	4,08%	Baa3/BBB-
	2 208 300	2 208 300					

As Obrigações Hipotecárias são garantidas por um conjunto de créditos à habitação que se encontram segregados como património autónomo nas contas da CEMG, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no disposto do Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.º 5/2006, n.º 6/2006, n.º 7/2006 e n.º 8/2006 e na Instrução n.º 13/2006 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende em 31 de dezembro de 2011, a Euros 2 208 300 000 (2010: Euros 1 000 000 000) de acordo com a nota 21.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2011 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	Saldo em 1 de janeiro Euros '000	Emissões Euros '000	Reembolsos Euros '000	Compras (líquidas) Euros '000	Outros movimentos (a) Euros '000	Saldo em 31 de dezembro Euros '000
Euro Medium Term Notes (EMTN)	2 437 249	–	(874 777)	(171 531)	(76 691)	1 314 250
Obrigações de Caixa	566 304	263 011	(416 047)	29 551	9 686	452 505
Obrigações Hipotecárias	832 690	–	(120 425)	(17 750)	11 842	706 357
	3 836 243	263 011	(1 411 249)	(159 730)	(55 163)	2 473 112

(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2010 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	Saldo em 1 de janeiro Euros '000	Emissões Euros '000	Reembolsos Euros '000	Compras (líquidas) Euros '000	Outros movimentos (a) Euros '000	Saldo em 31 de dezembro Euros '000
Euro Medium Term Notes (EMTN)	3 142 351	–	(578 950)	(46 050)	(80 102)	2 437 249
Obrigações de Caixa	611 517	241 799	(281 509)	–	(5 503)	566 304
Obrigações Hipotecárias	1 161 047	–	–	(177 350)	(151 007)	832 690
	4 914 915	241 799	(860 459)	(223 400)	(236 612)	3 836 243

(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial.

De acordo com a política contabilística 1*d*), no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades da CEMG, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respetivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é composta pelas seguintes emissões:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
OBRIGS.CX-AFORRO MONTEPIO/07-5 ANOS – 1 SER.	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa de 7%	1 000
OBRIGS.CX-AFOR. MONT.ASSOC/07-5 ANOS-1 SER.	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa Semestral de 7,25%	4 000
OBRIGS.CX-AFORRO MONTEPIO/07-5 ANOS – 2 SER.	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa Semestral de 7%	2 000
OBRIGS.CX-AFOR. MONT.ASSOC/07-5 ANOS-2 SER.	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa Semestral de 7,25%	3 000
OBRIGS.CX-AM EUR 6M 5Y – 2012	Abr.2007	Abr.2012	Taxa fixa Anual de 4,455%	6 000
OBRIGS.CX-MONTEPIO SELECT 5 ANOS	Jan.2008	Jan.2013	Remuneração fixa garantida 2,5% Remuneração variável depende de 2 Ativos Financeiros: – Indice Dow Jones Eurostoxx Select Dividend 30; – Indice IBOXX Euro Eurozone Performance Sovereigns 5 a 7anos.	1 000
OBRIGS.CX-MONTEPIO TAXA FIXA 5 ANOS JAN2008	Jan.2008	Jan.2013	Taxa Anual Fixa de 2,5%	2 500
OBRIGS CX-MONTEPIO INFLACCAO-2008-2016-1 SER.	Jun.2008	Jun.2016	Remuneração anual – Taxa fixa de 4,52826% + taxa anual de Inflação Europeia	4 700
OBRIGS CX MONTEPIO TX FIXA 3 ANOS-25-05-2012	Mai.2009	Mai.2012	Taxa fixa Anual de 4,00% (3.º ano a Taxa 4%)	650
OBRIGS CAIXA-CRPC-STEMBRO-2009-2014	Set.2009	Set.2014	Taxa fixa Anual de 3% (4.º ano a Taxa 3%, 5.º ano a Taxa 6%)	4 250
OBRIGS CAIXA-CRPC-SETEMBRO-2009-2017	Set.2009	Set.2017	Taxa fixa Anual de 3,75% (4.º ao 7.º ano Taxa 3,75% e 8º ano Taxa 6,75%)	1 500
OBRIGS CAIXA-CRPC-SETEMBRO-2008-2013-2 SER.	Set.2009	Set.2013	1.º ao 4.º ano Taxa MédiaTrimestral Eur3M+1% (Taxa Média cálculada no final de cada trimestre com base em 3 observações da Eur3M apuradas no último dia útil de cada mês)	750
OBRIGS CAIXA-CRPC-2009-2014-8.SERIE	Nov.2009	Nov.2014	Taxa fixa Anual de 3,25% (4.º ano a Taxa 3,25% 5.º ano a Taxa 5,75%)	3 800
OBRIGS CAIXA-TAXA VARIAVEL-CEMG-2009-2013	Nov.2009	Nov.2013	Taxa Trimestral Eur3M+1% (10.º ao 17.º Trimestre Taxa Eur3M+1%)	500
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TITULOS EUROPA-2009-2013	Dez.2009	Dez.2013	Na maturidade a taxa é de 28% se a performance do Indíce *Euro Stoxx50* face ao nível inicial for positiva, caso contrário recebe só o capital inicial.	2 711
MONTEPIO STANDARD POOR's BRIC 40	Out.2007	Out.2012	Nos 1.º e 9.º semestres Taxa fixa de 0,90% (Na data de reembolso a taxa corresponde ao máximo entre 0% e 50% da performance média anual do Índice *Standard&Poor's* BRIC40	2 319
OBRIG.CX-MONTEPIO TX FIXA CRESCENTE 2010/13 1SER.	Jan.2010	Jan.2013	Os juros são pagos trimestralmente com Taxa fixa Anual de 2,5% (apartir 4.º ano Taxa 3%,a partir 7.º ano Taxa 3,5%)	1 000
OBRIG.CX-MONTEPIO TX FIXA 2010/14 1SER.	Jan.2010	Jan.2014	Os juros são pagos semestralmente com Taxa fixa Anual de 3% (apartir 3.º ano Taxa 3,125%, do 5.º ano Taxa 3,25%, do 7.º ano Taxa 3,5%)	9 806
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO CABAZ OURO E PETROLEO	Mar.2010	Mar.2014	Na maturidade o investidor recebe o máximo entre 4% e a média das performances anuais do Ouro e Petroleo sujeitas a um máximo de 28%.	3 705
OBRIG.CX-MONTEPIO TX FIXA 2010/14 2SER.	Mar.2010	Mar.2014	Taxa fixa Anual de 3,2% (3ºano Taxa 3,3%, 4.º ano Taxa 3,5%)	20 000
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA CRESCENTE ABRIL-2010-2015	Abr.2011	Abr.2015	Taxa fixa Anual de 2,7% (4.º ano Taxa 2,7%, do 5.º ano Taxa 2,8%, do 7.º ano Taxa 3% e 9.º ano Taxa 3,5%)	500
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA-2010-2013-1. SERIE	Mai.2010	Mai.2013	Taxa fixa Anual de 2,5% (3.º ano Taxa 2,5%)	10 553
OBRIGS CAIXA-MG TOP-2010-2014-1. SERIE	Mai.2010	Mai.2015	Taxa fixa Anual de 2,75% (3.º ano Taxa 3%, 4.º ano Taxa 3,25%)	520
OBRIGS CAIXA-CABAZ ENERGIA-2010-2014	Mai.2010	Mai.2015	Na maturidade o investidor irá receber o máximo entre 4% e a performance do ativo subjacente (Cabaz de ações do setor energético) face ao nível inicial	2 201

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA –2010-2012-1. SERIE	Jun.2010	Jun.2012	Taxa fixa Anual de 2% (8.º ano Taxa 2%)	3 118
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO-2010-2018-2. SERIE	Jul.2010	Jul.2018	Taxa fixa Anual de 3,15% (3.º ano ao 5.º ano a Taxa 3,4%, 6ºano Taxa 3,65%, 7.º ano Taxa 4,15% e 8.º ano Taxa 5,90)	1 600
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA JULHO 2010/2014	Jul.2010	Jul.2014	Taxa fixa Anual de 3,5% (3.º ano ao 4.º ano Taxa 3,5%)	22 747
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA AGOSTO-2010-2014	Ago.2010	Ago.2014	Taxa fixa Anual de 3,5%	15 914
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA SETEMBRRO 2010-2020	Set.2010	Set.2020	Taxa fixa Anual 4,0%	200
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA SETEMBRRO 2010-2014	Set.2010	Set.2014	Taxa fixa Anual 3,5%	9 967
OBRIGS CAIXA-MG EURODOLAR SETEMBRO 2010-2012	Out.2010	Out.2012	Taxa de Juro indexada à evolução da Taxa de câmbio de referência do Euro/USD.	1 493
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA NOVEMBRO 2010-2012	Nov.2010	Nov.2012	Taxa fixa Anual 3,25%	5 818
OBRIGS CAIXA-MG TELECOMUNICACOES DEZEMBRO 2010-2014	Dez.2010	Dez.2014	Remuneração = Max [2%;Min(performance,40%)]	558
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2016-1. SERIE	Jan.2011	Jan.2016	Taxa fixa Anual 3,53% (2.º ano Taxa 3,53%, 3.º ano Taxa 4,03%, 4.º ano Taxa 4,28%% e 5.º ano Taxa 5,28%)	25 000
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA JANEIRO 2011-2015	Fev.2011	Fev.2015	Taxa fixa Anual 4,0%	19 918
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA CRESCENTE FEVER-2011-2016	Fev.2011	Fev.2016	Taxa fixa Anual 3,5% (2.º ano Taxa 3,9%, 3.º ano Taxa 4,2%, 4.º ano Taxa 4,3% e 5.º ano Taxa 5,6%)	5 000
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO 1780 DIAS-2011-2016	Fev.2011	Jan.2016	Taxa fixa Anual 3,7% (2.º ano Taxa 3,9%, 3.º ano Taxa 4,25%, 4.º ano Taxa 4,5% e 5.º ano Taxa 5,5%)	1 500
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2016-2. SERIE	Fev.2011	Jan.2016	Taxa fixa Anual 3,5% (2.º ano Taxa 3,9%, 3.º ano Taxa 4,2%, 4.º ano Taxa 4,3% e 5.º ano Taxa 5,6%)	25 000
OBRIGS CAIXA-MG TAXA CRESCENTE FEVEREIRO 2016	Mar.2011	Fev.2016	Taxa fixa Anual 3,5% (2.º ano Taxa 3,9%, 3. º ano Taxa 4,2%, 4.º ano Taxa 4,35% e 5.º ano Taxa 5,6%)	15 000
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TOP EUROPA – MARCO 2011/2015	Mar.2011	Mar.2015	Na maturidade o investidor recebe a Tx de juro indexada á evolução da performance do Índice *Euro Stoxx50* e da cotação do Ouro.	5 000
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA MARCO 2011-2013	Mar.2011	Mar.2013	Taxa fixa Anual 3,25%	6 593
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2016-3.SERIE	Mar.2011	Abr.2016	Taxa fixa Anual 3,75% (2.º ano Taxa 4%, 3.º ano Taxa 4,25%, 4.º ano Taxa 4,5% e 5.º ano Taxa 5,5%)	20 000
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2019-1.SERIE	Mar.2011	Abr.2019	Taxa fixa Anual de 4,4% (2.º ano Taxa 4,4%, 3.º e 4.º ano Taxa 4,65%, 5.º e 6.º ano Taxa 5%, 7.º e 8.º ano Taxa 6,5%)	20 000
OBRIGS CAIXA-MG TAXA CRESCENTE ABRIL 2016	Abr.2011	Abr.2016	Taxa fixa Anual 4% (2.º ano Taxa 4,25%, 3.º ano Taxa 4,5%, 4.º ano Taxa 4,75% e 5.º ano Taxa 5,75%)	10 000
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2016-4.SERIE	Abr.2011	Abr.2016	Taxa fixa Anual 3,75% (2.º ano Taxa 4%, 3.º ano Taxa 4,25%, 4.º ano Taxa 4,5% e 5.º ano Taxa 5,5%)	25 000
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2016-5.SERIE	Mai.2011	Mai.2016	Taxa fixa Anual 4,1% (2.º ano Taxa 4,3%, 3.º ano Taxa 4,6%, 4.º ano Taxa 4,8% e 5.º ano Taxa 5,75%)	20 000
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2019-2.SERIE	Mai.2011	Mai.2019	Taxa fixa Anual de 4,9% (2.º ano Taxa 4,9%, 3.º e 4.º ano Taxa 5,15%, 5.º e 6.º ano Taxa 5,5%, 7.º ano Taxa 6% e 8.º ano Taxa 7%)	5 000
OBRIGS CAIXA-MG TAXA CRESCENTE JUN2011-ABR2016	Jun.2011	Abr.2016	Taxa fixa Anual 4,25% (2.º e 3.º ano Taxa 4,5%, 4.º ano Taxa 4,75% e 5.º ano Taxa 5%)	15 000
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2016-6.SERIE	Jun.2011	Jul.2016	Taxa fixa Anual 4,1% (2.º ano Taxa 4,3%, 3.º ano Taxa 4,6%, 4.º ano Taxa 4,8% e 5.º ano Taxa 5,75%)	20 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 1795 DIAS 2011/2016	Ago.2011	Jul.2016	Taxa fixa Anual 4,1% (2.º ano Taxa 4,3%, 3.º ano Taxa 4,6%, 4.º ano Taxa 4,8% e 5.º ano Taxa 5,75%)	10 000
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2019-3 SERIE	Set.2011	Jul.2019	Taxa fixa Anual 4,9% (2.º ano Taxa 4,9%, 3.º e 4.º ano Taxa 5,15%, 5.º e 6.º ano Taxa 5,5%, 7.º ano Taxa 6,00% e 8.º ano Taxa 7,00%)	5 000
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2016-7 SERIE	Set.2011	Set.2016	Taxa fixa Anual 4,25% (2ºano Taxa 4,30%, 3º ano Taxa 4,60%, 4º ano Taxa 4,8% e 5º ano Taxa 5,75%)	10 000
OBRIGS CAIXA-FNB REMUNERAÇÃO GARANTIDA 2006	Abr.2008	Set.2016	Taxa fixa Anual 3%	2 680
OBRIGS CAIXA-FNB DEZEMBRO 07/17	Dez.2010	Dez.2017	Mínimo [15 * (30 Yr *Swap Rate* – 10 Yr *Swap Rate*) + 0.75%; 15 * (10 Yr *Swap Rate* – 2 Yr *Swap Rate*) + 1.25%]	26 871
Obrig. CEMG/04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,25%	15 000
Obrig. CEMG/05	Fev.2005	Fev.2015	Taxa anual de 2,99862%	110 250
Obrig. CEMG/05	Mai.2005	Mai.2012	Euribor 3 meses + 0,25%	449 969
Obrig. CEMG/07	Jan.2007	Jan.2017	Taxa fixa de 3,429%	93 500
Obrig. CEMG/07	Fev.2007	Fev.2017	Taxa fixa de 5%	87 000
Obrig. CEMG/07	Mai.2007	Mai.2013	Euribor 3 meses + 0,25%	402 750
Obrigações Hipotecárias	Jul.2009	Jul.2012	Taxa fixa de 3,25%	540 550
Pelican Mortgages n.º 1	Dez.2002	Dez.2037	W.A.I. – 1,33%	88 385
Pelican Mortgages n.º 2	Set.2003	Set.2037	W.A.I. – 1,53%	144 086
				2 374 432
Correções de valor por operações de cobertura				(81 163)
Periodificações, custos e proveitos diferidos				179 843
Total				2 473 112

Em 31 de dezembro de 2011, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efetivas compreendidas entre 0,5% e 7,25%.

37. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos	7 985	1 311

A rubrica de Provisões para outros riscos e encargos regista uma provisão de Euros 3 800 000 para contingências legais de um processo a decorrer em tribunal, relacionado com a venda da subsidiária Finibanco Vida – Companhia de Seguros de Vida SA à Mapfre Seguros Gerais SA.

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Saldo em 1 de janeiro	1 311	1 490
Dotação de provisões	6 050	586
Reversão do exercício	(1 768)	(670)
Utilização de provisões	–	(95)
Transferências	2 392	–
Saldo em 31 de dezembro	7 985	1 311

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de março de 2011.

38. Outros passivos subordinados

Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica regista o montante de Euros 477 843 000 (2010: Euros 380 986 000) referente a obrigações de prazo determinado com um prazo residual superior a cinco anos.

As principais características dos passivos subordinados, em 31 de dezembro de 2011 são apresentadas como seguem:

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão Euros '000	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
CEMG/06	Abr.2006	Abr.2016	50 000	Euribor 3 meses+0,45%	50 214
CEMG/08	Fev.2008	Fev.2018	150 000	Euribor 6 meses+0,13%	151 430
CEMG/08	Jun.2008	Jun.2018	28 000	Euribor 12 meses+0,10%	28 496
CEMG/08	Jul.2008	Jul.2018	150 000	Euribor 6 meses+0,13%	151 878
FNB 08/18 1.ª/2.ª Série	Dez.2008	Dez.2018	10 057	Euribor 6 meses+0,15% (v)	10 078
FNB Rendimento Garantido 05/13	Mai.2005	Mai.2013	410	Intervalo (1,90%;4,50%) (iii)	410
FNB Rendimento Seguro 05/15	Jun.2005	Jun.2015	238	6,25%*VN Min.(cotação) (iv)	251
FNB Grandes empresas 07/16 – 1.ª	Mai.2007	Mai.2016	6 450	Máx.(0;6,0%*(1-n/5)) (i)	4 960
FNB Grandes empresas 07/16	Jun.2011	Jun.2016	30 250	Máx.(0;6,0%*(1-n/5)) (i)	26 707
FNB Indices estratégicos07/17 1.ª	Mai.2007	Jun.2015	14 947	6,25%*VN Min.(cotação) (ii)	10 919
FNB Indices estratégicos07/17 2.ª/3.ª	Jun.2011	Jun.2015	39 000	Euribor 6 meses+0,5%	33 391
Ob. Caixa Subordinadas Finicredito	Nov.2007	Nov.2017	17 413	Tx base+0,90%(barrier level)	17 393
					486 127
				Corr. Valor passivo	(8 284)
					477 843

O justo valor da carteira de outros passivos subordinados encontra-se apresentada na nota 47.

Em 31 de dezembro de 2011, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efetivas compreendidas entre 1% e 5%.

Referências:

(i) – Serão pagos os seguintes cupões, no final de cada ano (a 9 de maio, para a 1.ª série e a 20 de junho, para as 2ª e 3ª séries):

Cupão	Taxa/ intervalo
1.º Cupão	5,50%
2.º Cupão	5,50%
3.º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/3)]
4.º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]
5.º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/5)]
6.º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/6)]
7.º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/7)]
8.º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/8)]
9.º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/9)]

Notas:
onde, *n* é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.
Se ocorrer uma fusão entre duas ou mais empresas de referência e ocorrer um Evento de Crédito na empresa resultante da fusão, serão contados tantos Eventos de Crédito quanto o número de empresas fundidas.

(ii) – A remuneração será paga anualmente e será igual a:

Cupão	Taxa/ Intervalo
1.º ano	5,5% * valor nominal
2.º ano	5,5% * valor nominal
3.º ano e seguintes	6,25% * valor nominal se Min (SDk/SD0-SXk/SX0; HSk/HS0– SXk/SX0) > Barreirak ***

*** se não = 0%, onde:

Barreira 3 = Barreira a aplicar no 3.º cupão = 0%;
Barreira 4 = Barreira a aplicar no 4.º cupão = 1%;
Barreira 5 = Barreira a aplicar no 5.º cupão = 2%;
Barreira 6 = Barreira a aplicar no 6.º cupão = 3%;
Barreira 7 = Barreira a aplicar no 7.º cupão = 4%;
Barreira 8 = Barreira a aplicar no 8.º cupão = 5%.
Barreira k = Barreira a aplicar no k.º cupão
SDk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)
SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início
SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)
SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início
HSk – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K (K=1 a 6)
HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

(iii) – A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual): n/N * 5% + m/N * 1%

onde:
n é o n.º de dias úteis do período respetivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado;
m é o n.º de dias úteis do período respetivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado;
N é o n.º de dias úteis do período respetivo.

Nota: Intervalo é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Período	Data do cupão	Intervalo
1.º semestre	09-Nov-05	[0; 2,75%]
2.º semestre	09-Mai-06	[0; 3,00%]
3.º semestre	09-Nov-06	[0; 3,25%]
4.º semestre	09-Mai-07	[0; 3,50%]
5.º semestre	09-Nov-07	[0; 3,50%]
6.º semestre	09-Mai-08	[0; 3,75%]
7.º semestre	09-Nov-08	[0; 3,75%]
8.º semestre	09-Mai-09	[0; 4,00%]
9.º semestre	09-Nov-09	[0; 4,00%]
10.º semestre	09-Mai-10	[0; 4,25%]
11.º semestre	09-Nov-10	[0; 4,25%]
12.º semestre	09-Mai-11	[0; 4,50%]
13.º semestre	09-Nov-11	[0; 4,50%]
14.º semestre	09-Mai-12	[0; 4,50%]
15.º semestre	09-Nov-12	[0; 4,50%]
16.º semestre	09-Mai-13	[0; 4,50%]

(iv) – A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual): n/N * 5% +m/N * 1%

onde:
n é o n.º de dias úteis do período respetivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado;
m é o n.º de dias úteis do período respetivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado;
N é o n.º de dias úteis do período respetivo;

Nota: Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Período	Data do cupão	Intervalo
1º semestre	09-Dez-05	[1,60; 2,75%]
2.º semestre	09-Jun-06	[1,60; 3,00%]
3.º semestre	09-Dez-06	[1,60; 3,25%]
4.º semestre	09-Jun-07	[1,60; 3,50%]
5.º semestre	09-Dez-07	[1,60; 3,50%]
6.º semestre	09-Jun-08	[1,70; 3,75%]
7.º semestre	09-Dez-08	[1,70; 3,75%]
8.º semestre	09-Jun-09	[1,70; 4,00%]
9.º semestre	09-Dez-09	[1,80; 4,00%]
10.º semestre	09-Jun-10	[1,80; 4,25%]
11.º semestre	09-Dez-10	[1,80; 4,25%]
12.º semestre	09-Jun-11	[1,80; 4,50%]
13.º semestre	09-Dez-11	[1,90; 4,50%]
14.º semestre	09-Jun-12	[1,90; 4,50%]
15.º semestre	09-Dez-12	[1,90; 4,50%]
16.º semestre	09-Jun-13	[1,90; 4,50%]
17.º semestre	09-Dez-13	[2,00; 4,50%]
18.º semestre	09-Jun-14	[2,00; 4,50%]
19.º semestre	09-Dez-14	[2,00; 4,50%]
20.º semestre	09-Jun-15	[2,00; 4,50%]

(v) – A remuneração será paga semestralmente e o primeiro cupão será fixo:

Cupão	Taxa/ intervalo
1.º cupão	6,50% (taxa anual)
entre 2.º e 10.º cupão	Euribor 6M + 1,50% (taxa anual)
entre 11.º e seguintes	Euribor 6M + 1,75% (taxa anual)

38. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	13 880	7 356
Outros credores	95 213	32 300
Setor Público administrativo	18 032	7 944
Férias e subsídio de férias a pagar	38 672	25 825
Outros custos a pagar	269	375
Receitas antecipadas	759	546
Operações sobre títulos a liquidar	752	–
Contas diversas	115 100	122 596
	282 677	196 942

A rubrica Contas diversas regista saldos de operações bancárias e financeiras a aguardar liquidação.

40. Capital

Em 29 de março de 2011, na sequência da deliberação da Assembleia Geral da CEMG, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 345 000 000, por entrada de numerário. Em 28 de dezembro, na sequência da deliberação da Assembleia-geral da CEMG, procedeu-se a novo aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 100 000 000, por entrada de numerário.

Após esta operação, o capital institucional da CEMG, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de Euros 1 245 000 000 (2010: 800 000 000), pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

Em 29 de setembro de 2010, na sequência da deliberação da Assembleia Geral da CEMG, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 40 000 000, por entrada de numerário.

41. Outros instrumentos de capital

Esta rubrica contempla a emissão de Euros 15 000 000 ocorrida no primeiro trimestre de 2010 de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados efetuada pelo Finibanco, S.A., e que no âmbito do processo de aquisição da Finibanco Holding, SGPS, S.A. e das suas subsidiárias passou a integrar os capitais próprios da CEMG.

Remuneração

Com sujeição às limitações ao vencimento de juros descritas abaixo, a remuneração será paga semestralmente, em 2 de fevereiro e em 2 de agosto de cada ano, com início em 2 de agosto de 2010 e será igual a:

– 1.º ao 4.º cupões: 7,00%;

– 5.º cupão e seguintes: Euribor 6M + 2,75%, com um mínimo de 5%.

Limitações ao vencimento de juros

A Emitente estará impedida de proceder ao pagamento de juros:

– Na medida e até à concorrência em que a soma do montante a pagar pelos juros desta emissão com o montante dos dividendos pagos ou deliberados e o de pagamentos garantidos relativos a eventuais ações preferenciais que se possam vir a emitir, exceder os Fundos Distribuíveis da Emitente, ou

– Estiver em incumprimento da Regulamentação de Requisitos de Fundos Próprios ou na medida e até à concorrência em que o seu pagamento implicar incumprimento dessa Regulamentação.

A Emitente ainda está impedida de proceder ao Pagamento de Juros se, na opinião do Conselho de Administração ou do Banco de Portugal, esse pagamento colocar em risco o cumprimento da Regulamentação de requisitos de Fundos Próprios.

O impedimento de proceder ao Pagamento de Juros poderá ser total ou parcial.

O não pagamento de juros numa qualquer data desonera a Emitente do pagamento dos juros relativos a essa data em momento futuro.

Consideram-se Fundos distribuíveis de um determinado ano a soma algébrica, com referência ao exercício anterior, dos resultados acumulados retidos com quaisquer outros valores suscetíveis de serem distribuíveis aos acionistas e com os lucros ou prejuízos, líquida das reservas obrigatórias, legais e estatutárias, mas antes da dedução do montante de quaisquer dividendos relativos às ações ordinárias ou a quaisquer outros valores mobiliários subordinados a estes, relativos a esse exercício.

Reembolso

Estes valores Mobiliários são perpétuos, só sendo reembolsáveis segundo as condições de reembolso antecipado abaixo previstas.

Mediante acordo prévio do Banco de Portugal, o emitente poderá proceder ao reembolso, total ou parcial, a partir da 10.ª data de pagamento de juros, inclusive (5.º ano).

Em caso de ocorrência continuada de um Evento de Desqualificação como Fundos Próprios de Base, mesmo antes de decorridos 5 anos desde a sua emissão, e mediante acordo prévio do Banco de Portugal, estes Valores Mobiliários são reembolsáveis por opção do Emitente, em qualquer data.

Por evento de desqualificação como Fundos Próprios de Base entende-se uma alteração de qualquer documento legal ou respetiva interpretação oficial que implique que estes Valores Mobiliários deixem de poder ser qualificados como Fundos Próprios de Base da Emitente.

Consideram-se Fundos distribuíveis de um determinado ano a soma algébrica, com referência ao exercício anterior, dos resultados acumulados retidos com quaisquer outros valores suscetíveis de serem distribuíveis e com os lucros ou prejuízos, líquida das reservas obrigatórias, legais e estatutárias, mas antes da dedução do montante de quaisquer dividendos relativos às ações ordinárias ou a quaisquer outros valores mobiliários subordinados a estes, relativos a esse exercício.

42. Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

A variação da reserva geral e especial é analisada na nota 43.

43. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Outro rendimento integral:		
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(319 551)	(85 706)
	(319 551)	(85 706)
Reservas e resultados transitados:		
Reserva geral	179 301	170 956
Reserva especial	66 519	64 444
Outras reservas	7 840	10 083
Resultados transitados	8 969	(117 415)
	262 629	128 068

Conforme referido nas notas 1, 48 e 58, a rubrica Resultados transitados inclui, com referência a 1 de janeiro de 2010, o efeito da correção de Euros 86 316 000 resultante da decisão do Conselho de Administração de alterar a política contabilística relativamente ao reconhecimento dos desvios atuariais.

As reservas de justo valor refletem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade, reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores, em conformidade com a política contabilística 1*d*).

A movimentação durante o ano de 2011 é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos nacionais	(28 302)	(157 628)	(55 976)	343	–	(241 563)
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	(4 103)	21 674	558	496	(19 309)	(684)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(12 855)	(12 699)	(116)	472	3 588	(21 610)
Estrangeiros	(40 529)	(33 819)	(3 367)	3 131	19 799	(54 785)
	(85 789)	(182 472)	(58 901)	4 442	4 078	(318 642)
Títulos de rendimento variável:						
Ações de empresas						
Nacionais	159	5 818	(48)	(17)	(5 916)	(4)
Estrangeiras	(46)	440	(11)	18	(469)	(68)
Unidades de participação	(30)	(416)	(236)	(64)	(91)	(837)
	83	5 842	(295)	(63)	(6 476)	(909)
	(85 706)	(176 630)	(59 196)	4 379	(2 398)	(319 551)

A movimentação durante o ano de 2010 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos nacionais	–	(28 302)	–	–	(28 302)
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	106	(4 199)	(10)	–	(4 103)
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	1 471	(13 121)	(760)	(445)	(12 855)
Estrangeiros	(31 441)	(11 953)	1 355	1 510	(40 529)
	(29 864)	(57 575)	585	1 065	(85 789)
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas					
Nacionais	89	71	(42)	41	159
Estrangeiras	523	(239)	(129)	(201)	(46)
Unidades de participação	652	(2 564)	(898)	2 780	(30)
	1 264	(2 732)	(1 069)	2 620	83
	(28 600)	(60 307)	(484)	3 685	(85 706)

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	2 924 034	2 535 446
Imparidade acumulada reconhecida	(30 115)	(19 172)
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	2 893 919	2 516 274
Valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	2 574 368	2 430 568
Ganhos / Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(319 551)	(85 706)

44. Interesses que não controlam

Esta rubrica é analisada como segue:

	Balanço		Demonstração dos Resultados	
	2011 Euros '000	2010 Euros '000	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Finibanco Angola S.A.	11 381	–	2 269	–
	11 381	–	2 269	–

A movimentação desta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Saldo inicial	–	–
Conversão em moeda estrangeira	1 463	
Dividendos	(2 044)	–
Outros	8 781	–
	8 200	–
Diferenças de consolidação e de reavaliação («*Goodwill*»)	912	
Lucro atribuível a interesses que não controlam	2 269	–
Saldo final	11 381	–

45. Garantias e outros compromissos

Os saldos destas contas são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Garantias e avales prestados	504 835	424 361
Garantias e avales recebidos	32 544 520	29 158 640
Compromissos perante terceiros	1 565 408	1 298 867
Compromissos assumidos por terceiros	44 545	38 510
Ativos cedidos em operações de titularização	264 299	292 135
Valores recebidos em depósito	5 367 132	5 152 178
	40 290 739	36 364 691

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Garantias e avales prestados:		
Garantias e avales	501 475	420 181
Créditos documentários abertos	3 360	4 180
	504 835	424 361

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	218 033	252 535
Subscrição de títulos	330 950	185 150
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	25 314	20 013
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	2 316	1 699
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	988 795	839 470
	1 565 408	1 298 867

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte da CEMG.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte da CEMG, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes da CEMG (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente, todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que a CEMG requer que estas operações sejam devidamente colaterizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, refere-se ao compromisso irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, é relativo à obrigação irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

46. Distribuição de resultados

Em 28 de março de 2011, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, a CEMG distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de Euros 23 085 000 (2010: Euros 20 300 000).

47. Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respetivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as atuais condições da política de *pricing* da CEMG.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjetividade, e reflete exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, fatores de natureza prospetiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da CEMG.

Os Ativos e Passivos ao justo valor da CEMG são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

1. Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transações para estes ativos/passivos negociados em mercados líquidos.
2. Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, a CEMG utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.
3. Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros:

– **Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito**

  Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros.

– **Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Ativos com Acordos de Recompra**

  O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

  A taxa de desconto utilizada reflete as atuais condições praticadas pela CEMG em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas de mercado monetário).

– **Ativos financeiros detidos para negociação (exceto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (exceto derivados) e Ativos financeiros disponíveis para venda**

  Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

  As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de

juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standards (*Black-Scholes*, *Black*, *Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

No caso de ações não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

– **Investimentos detidos até à maturidade**

Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

– **Derivados de cobertura e de negociação**

Todos os derivados encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respetivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados «ao balcão», aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respetivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados.

As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

– **Créditos a clientes com maturidade definida**

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais da CEMG para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano) e o *spread* praticado à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano.

A taxa média de desconto foi de 6,26% em dezembro de 2011 (2010: 5,73%) assumindo a projeção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efetuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

– **Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes**

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira atual deste tipo de instrumentos são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

– **Recursos de clientes**

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais da CEMG para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de swaps de taxa de juro, no final do ano) e o spread atual da CEMG à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano.

A taxa média de desconto foi de 4,1% em dezembro de 2011 (2010: 3,9%).

– **Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados**

Para estes instrumentos financeiros foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram refletidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais a CEMG adota contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais da CEMG.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (*spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No caso das emissões próprias destinadas a colocação junto dos clientes não institucionais da CEMG, adicionou-se mais um diferencial *(spread* comercial) que representa a margem existente entre o custo de financiamento no mercado institucional e o que se obtém distribuindo o instrumento respetivo na rede comercial própria.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de dezembro de 2011, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte – Americanos e Libras Esterlinas utilizadas para a determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas		
	Euros	**Dólar Norte-Americano**	**Libra Esterlina**
1 dia	0,250%	0,355%	0,555%
7 dias	0,620%	0,250%	0,555%
1 mês	0,980%	0,575%	0,725%
2 meses	1,120%	0,725%	0,840%
3 meses	1,300%	0,850%	1,060%
6 meses	1,560%	0,950%	1,440%
9 meses	1,740%	1,075%	1,710%
1 ano	1,890%	1,225%	1,950%
2 anos	1,310%	0,712%	1,324%
3 anos	1,360%	0,815%	1,363%
5 anos	1,725%	1,214%	1,567%
7 anos	2,068%	1,601%	1,867%
10 anos	2,390%	2,020%	2,295%
15 anos	2,685%	2,370%	2,295%
20 anos	2,697%	2,493%	2,295%
30 anos	2,555%	2,589%	2,295%

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de dezembro de 2010, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte – Americanos e Libras Esterlinas utilizadas para a determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas		
	Euros	**Dólar Norte-Americano**	**Libra Esterlina**
1 dia	0,400%	0,300%	0,550%
7 dias	0,350%	0,300%	0,550%
1 mês	0,810%	0,300%	0,680%
2 meses	0,910%	0,310%	0,720%
3 meses	1,010%	0,430%	0,820%
6 meses	1,230%	0,530%	1,260%
9 meses	1,370%	0,720%	1,415%
1 ano	1,510%	0,880%	1,520%
2 anos	1,561%	0,797%	1,505%
3 anos	1,945%	1,282%	1,945%
5 anos	2,481%	2,179%	2,630%
7 anos	2,893%	2,838%	3,103%
10 anos	3,305%	3,386%	3,535%
15 anos	3,638%	3,844%	3,535%
20 anos	3,697%	4,020%	3,535%
30 anos	3,496%	4,130%	3,535%

Câmbios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the Money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

			Volatilidade (%)				
Cambial	**2011**	**2010**	**1 mês**	**3 meses**	**6 meses**	**9 meses**	**1 ano**
EUR/USD	1,2939	1,3362	13,35	14,85	15,30	15,45	15,50
EUR/GBP	0,8353	0,8608	8,45	9,90	10,70	11,15	11,45
EUR/CHF	1,2156	1,2504	7,00	8,25	9,35	9,95	10,30
EUR/JPY	100,20	108,85	13,35	14,40	15,20	15,90	16,55

Relativamente às taxas de câmbio, o grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa spot observada no mercado no momento da avaliação.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros do Grupo, a 31 de dezembro de 2011 e 2010, é apresentado como segue:

	2011								
	Negociação Euros '000	Designado ao justo valor Euros '000	Detido até a maturidade Euros '000	Empréstimos e aplicações Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Outros ao custo amortizado Euros '000	Outros Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000
Ativos financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	–	–	–	461 483	–	–	–	461 483	461 483
Disponibilidades em outras instituições de crédito	–	–	–	223 834	–	–	–	223 834	223 834
Aplicações em instituições de crédito	–	–	–	284 232	–	–	–	284 232	284 232
Crédito a clientes	–	–	–	16 706 626	–	–	–	16 706 626	15 295 141
Ativos financeiros detidos para negociação	180 766	–	–	–	–	–	–	180 766	180 766
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	–	3 606	–	–	–	–	–	3 606	3 606
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	2 574 368	–	–	2 574 368	2 574 368
Derivados de cobertura	1 311	–	–	–	–	–	–	1 311	
Investimentos detidos até à maturidade	–	–	76 994	–	–	–	–	76 994	74 488
Investimentos em associadas e outras	–	–	–	–	–	–	57 856	57 856	57 856
	182 077	3 606	76 994	17 676 175	2 574 368	–	57 856	20 571 076	19 155 774
Passivos financeiros:									
Recursos de bancos centrais	–	–	–	–	–	2 003 300	–	2 003 300	2 003 300
Recursos de outras instituições de crédito	–	–	–	–	–	743 797	–	743 797	743 797
Recursos de clientes	–	–	–	–	–	13 701 919	–	13 701 919	13 720 350
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	–	–	–	–	–	2 473 112	–	2 473 112	2 473 113
Responsabilidades representadas por títulos	–	–	–	–	–	453.061	–	453.061	453.061
Passivos financeiros detidos para negociação	79 121	–	–	–	–	–	–	79 121	79 121
Derivados de cobertura	13 041	–	–	–	–	–	–	13 041	13 041
Outros passivos subordinados	–	–	–	–	–	477 843	–	477 843	477 843
	92 162	–	–	–	–	19 853 032	–	19 945 194	19 963 626

	2010								
	Negociação Euros '000	Designado ao justo valor Euros '000	Detido até a maturidade Euros '000	Empréstimos e aplicações Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Outros ao custo amortizado Euros '000	Outros Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000
Ativos financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	–	–	–	240 024	–	–	–	240 024	240 024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	–	–	–	74 353	–	–	–	74 353	74 353
Aplicações em instituições de crédito	–	–	–	338 662	–	–	–	338 662	338 662
Crédito a clientes	–	–	–	14 554 133	–	–	–	14 554 133	13 528 145
Ativos financeiros detidos para negociação	130 865	–	–	–	–	–	–	130 865	130 865
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	–	3 952	–	–	–	–	–	3 952	3 952
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	2 430 568	–	–	2 430 568	2 430 568
Derivados de cobertura	2 810	–	–	–	–	–	–	2 810	2 810
Investimentos detidos até à maturidade	–	–	58 144	–	–	–	–	58 144	57 590
Investimentos em associadas e outras	–	–	–	–	–	–	37 060	37 060	37 060
	133 675	3 952	58 144	15 207 172	2 430 568	–	37 060	17 870 571	16 844 029
Passivos financeiros:									
Recursos de bancos centrais	–	–	–	–	–	1 540 266	–	1 540 266	1 540 266
Recursos de outras instituições de crédito	–	–	–	–	–	901 742	–	901 742	901 823
Recursos de clientes	–	–	–	–	–	10 007 563	–	10 007 563	9 970 687
Responsabilidades representadas por títulos	–	–	–	–	–	3 836 243	–	3 836 243	4 735 077
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	–	–	–	–	–	387 183	–	387 183	387 183
Passivos financeiros detidos para negociação	53 891	–	–	–	–	–	–	53 891	53 891
Derivados de cobertura	1 408	–	–	–	–	–	–	1 408	1 408
Outros passivos subordinados	–	–	–	–	–	380 986	–	380 986	369 748
	55 299	–	–	–	–	17 053 983	–	17 109 282	17 960 083

48. Benefícios a colaboradores

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário («ACT»). Para a cobertura das suas responsabilidades são efetuadas contribuições para o «Fundo de Pensões» o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

No âmbito da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011 («Decreto»), que veio a ser publicado em 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos atuais reformados e pensionistas.

Este Decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondem às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva

de Trabalho («IRCT») dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares à pensão a assumir pela Segurança Social, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuam a cargo das Instituições com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões. O referido Decreto estabelece igualmente os termos e condições em que foi efetuada a transferência definindo uma taxa de desconto de 4% para determinação das responsabilidades a transferir.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	2011	2010
Número de participantes		
Reformados e pensionistas	953	742
Pessoal no ativo	4 099	2 885
	5 052	3 627

As responsabilidades transferidas foram determinadas com base em pressupostos atuariais diferentes dos utilizados pela CEMG, nomeadamente no que respeita à taxa de desconto (foi utilizada a taxa de 4%). Os referidos pressupostos foram determinados numa perspetiva de liquidação de responsabilidades (*exit value*), uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades implicando diferenças face aos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades refletidas nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com os requisitos da norma IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Desta forma, as Responsabilidades por benefícios projetados e o valor do Fundo de Pensões, em 31 de dezembro de 2011, são apresentados líquidos do montante transferido e a transferir. Em 31 de dezembro de 2011 foi efetuada a liquidação financeira parcial da operação, no montante de Euros 90 420 000, sendo o valor remanescente transferido no primeiro semestre de 2012.

Paralelamente e considerando que a IAS 19 – Benefícios dos empregados permite o reconhecimento direto em capitais próprios dos desvios atuariais, em alternativa ao método do corredor utilizado até 2010, a CEMG optou em 2011 por uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística foi aplicada retrospetivamente com referência a 1 de janeiro de 2010 para efeitos comparativos, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios atuariais diferidos em Capitais Próprios – Outro rendimento integral.

De acordo com a política contabilística 1u), as responsabilidades da CEMG por pensões de reforma e respetivas coberturas, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, calculadas com base no método de crédito das unidades projetadas, são analisadas como segue:

	2011				2010			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Ativos/(Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço								
Responsabilidades								
Reformados e pensionistas	97 199	716	17 356	115 271	239 208	695	15 549	255 452
Pessoal no ativo	289 875	7 545	14 145	311 565	319 395	7 120	15 173	341 688
	387 074	8 261	31 501	426 836	558 603	7 815	30 722	597 140
Valor do Fundo	(404 143)	(10 266)	(33 417)	(447 826)	(513 907)	(6 328)	(24 862)	(545 097)
Ativos / (Responsabilidades) líquidas em balanço	(17 069)	(2 005)	(1 916)	(20 990)	44 696	1 487	5 860	52 043

As rubricas Responsabilidade por benefícios projetados e o valor do Fundo de Pensões, em 31 de dezembro de 2011, refletem o efeito da transferência das responsabilidades e ativos do fundo associados aos colaboradores reformados e pensionistas, para o Regime Geral da Segurança Social, no montante de Euros 169 815 000 e Euros 183 910 000, respetivamente.

De acordo com a política contabilística 1*u*), a CEMG procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas atuariais semestralmente. Os ativos líquidos com pensões encontram-se registados em Outros ativos (ver nota 31).

De acordo com a referida política e conforme o estabelecido na IAS 19 – Benefícios dos empregados, a CEMG avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso de cobertura do fundo face às respetivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades por benefícios projetados durante o exercício de 2011 e 2010 é analisada conforme segue:

	2011				2010			
	Pensões de reforma Euros '000	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**	**Pensões de reforma Euros '000**	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**
Valores em 1 de janeiro	558 603	7 815	30 722	597 140	532 994	7 527	29 301	569 822
Integração do Finibanco	67 806	2 216	4 469	74 491	–	–	–	–
Custo do serviço corrente	11 212	787	969	12 968	15 241	440	714	16 395
Custo dos juros	34 453	552	1 935	36 940	29 314	414	1 612	31 340
Ganhos e (perdas) atuariais								
– Não decorrentes de alterações de pressupostos	(5 737)	(1 097)	333	(6 501)	(2 772)	(566)	(905)	(4 243)
– Resultantes de alterações de pressupostos	(108 263)	(2 012)	(5 724)	(115 999)	–	–	–	–
– Resultantes do recálculo das responsabilidades transferidas para RGSS	14 096	–	–	14 096	–	–	–	–
Pensões pagas pelo fundo	(18 826)	–	(1 203)	(20 029)	(18 348)	–	–	(18 348)
Transferência para o RGSS	(183 910)	–	–	(183 910)	–	–	–	–
Reformas antecipadas	17 640	–	–	17 640	2 174	–	–	2 174
Valores a 31 de dezembro	387 074	8 261	31 501	426 836	558 603	7 815	30 722	597 140

A evolução dos valores relativos a responsabilidades não financiadas por benefícios projetados durante os exercícios de 2011 e 2010 é analisada conforme segue:

	2011				2010			
	Pensões de reforma Euros '000	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**	**Pensões de reforma Euros '000**	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**
Valores em 1 de janeiro	44 696	1 487	5 860	52 043	58 707	1 319	4 913	64 939
Integração do Finibanco	(10 062)	(340)	(692)	(11 094)	–	–	–	–
Custo do serviço corrente	11 212	787	969	12 968	15 241	440	714	16 395
Custo dos juros	34 453	552	1 935	36 940	29 314	414	1 612	31 340
Rendimento esperado dos ativos	(32 548)	(489)	(1 651)	(34 688)	(26 087)	(341)	(1 341)	(27 769)
Reformas antecipadas	17 640	–	–	17 640	2 174	–	–	2 174
Ganhos e (perdas) atuariais								
– Não decorrentes de alterações de pressupostos	54 474	(1 418)	(1 876)	51 180	14 097	(345)	(38)	13 714
– Resultantes de alterações de pressupostos	(108 263)	(2 012)	(5 724)	(115 999)	–	–	–	–
– Resultantes do recálculo das responsabilidades transferidas para RGSS	14 096	–	–	14 096	–	–	–	–
Contribuições para o Fundo	(42 767)	(572)	(737)	(44 076)	(48 750)	–	–	(48 750)
Valores a 31 de dezembro	(17 069)	(2 005)	(1 916)	(20 990)	44 696	1 487	5 860	52 043

Os elementos patrimoniais que compõem o ativo do Fundo de Pensões e que cobrem igualmente o subsídio por morte e os benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Ações	11 085	44 703
Outros títulos de rendimento variável	26 548	102 088
Obrigações	210 461	339 418
Imobiliário direto	19 567	–
Aplicações em bancos e outras	180 165	58 888
	447 826	545 097

Os valores acima referidos e relativos ao exercício de 2011 encontram-se deduzidos, da transferência a entregar no primeiro semestre de 2012 à Segurança Social no montante de Euros 93 490 000.

Os títulos emitidos por empresas da CEMG existentes na carteira do Fundo são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Títulos de rendimento fixo	5 868	9 461
Títulos de rendimento variável	25 932	5 120
	31 800	14 581

A evolução do valor dos ativos do Fundo durante o exercício de 2011 e 2010 é analisada conforme segue:

	2011				2010			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Valores em 1 de janeiro	513 907	6 328	24 862	545 097	474 287	6 208	24 388	504 883
Integração do Finibanco	77 867	2 556	5 161	85 584	–	–	–	–
Rendimento esperado dos ativos	32 548	489	1 651	34 688	26 087	341	1 341	27 769
Ganhos e (perdas) atuariais	(60 210)	321	2 209	(57 680)	(16 869)	(221)	(867)	(17 957)
Contribuições para o Fundo da CEMG	40 816	572	737	42 125	47 097	–	–	47 097
Transferência para o RGSS	(183 910)	–	–	(183 910)	–	–	–	–
Contribuições para o Fundo dos empregados	1 951	–	–	1 951	1 653	–	–	1 653
Pagamentos	(18 826)	–	(1 203)	(20 029)	(18 348)	–	–	(18 348)
Valores a 31 de dezembro	404 143	10 266	33 417	447 826	513 907	6 328	24 862	545 097

As contribuições efetuadas ao Fundo pela CEMG durante o exercício de 2011 foram efetuadas na sua totalidade em dinheiro.

Em 2011, a CEMG reconheceu, como encargos com pensões de reforma o montante de Euros 46 957 000 (2010: Euros 23 820 000). A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

	2011				2010			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Custo dos serviços correntes	11 212	787	969	12 968	15 241	440	714	16 395
Custo dos juros	34 453	552	1 935	36 940	29 314	414	1 612	31 340
Rendimento esperado dos ativos	(32 203)	(551)	(1 933)	(34 687)	(26 087)	(341)	(1 341)	(27 769)
Reformas antecipadas	17 640	–	–	17 640	2 174	–	–	2 174
Custos resultantes da transferência para o RGSS	14 096	–	–	14 096	–	–	–	–
Custo do exercício	45 198	788	971	46 957	20 642	513	985	22 140

A rubrica Custos resultantes da transferência para o RGSS, de 31 de dezembro de 2011 corresponde ao impacto resultante da transferência das responsabilidades com os colaboradores reformados/pensionistas para o Regime Geral de Segurança Social. O referido impacto corresponde ao efeito do recálculo das responsabilidades com os pressupostos definidos pelo Estado Português no âmbito da transferência.

O valor das responsabilidades com benefícios de saúde está integralmente coberto pelo Fundo de Pensões e correspondente em 2011 a Euros 31 501 000 (2010: Euros 30 722 000).

O valor estimado das contribuições a efetuar em 2012 no âmbito do Plano de Pensões é de Euros 8 738 000 (2010: Euros 42 125 000).

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspetivas de taxa de inflação e a taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, a CEMG utilizou os seguintes pressupostos atuariais utilizados para o cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	2011	2010
Taxa de crescimento salarial	2,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	2,00%
Taxa de rendimento do fundo	5,50%	5,50%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor atuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19. Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

A taxa de rendimento do Fundo de Pensões foi determinada de forma consistente com as condições atuais de mercado e com a natureza e rendibilidade dos ativos que integram o Fundo de Pensões.

Os ganhos/(perdas) atuariais líquidos do exercício de 2011 de Euros 50 723 000 (2010: Euros 13 714 000), são relativos à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efetivamente verificados, bem como o impacto da alteração de pressupostos e são analisados conforme segue:

	(Ganhos) / Perdas atuariais	
	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Taxa de crescimento dos salários	(359)	(1 629)
Taxa de crescimento das Pensões	(6 141)	(2 614)
Alteração de pressupostos	(115 999)	–
Rendimento dos fundos	57 680	17 957
Recálculo das responsabilidades transferidas para RGSS	14 096	–
	(50 723)	13 714

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo com pensões. Considerando, este impacto, procedeu-se a uma análise da sensibilidade a uma variação positiva (passando de 6,5% e 7,5% no exercício de 2011) e a uma variação negativa (passando de 6,5% para 5,5% no exercício de 2011) de um ponto percentual no valor dos custos com benefícios de saúde cujo impacto é analisado como segue:

	Variação positiva de 1% (6,5% para 7,5%)		Variação negativa de 1% (6,5% para 5,5%)	
	2011 Euros '000	2010 Euros '000	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Impacto no custo com pensões	(2 670)	(2 392)	2 670	2 392
Impacto das responsabilidades	(2 176)	(2 335)	2 176	2 335

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é como segue:

	2011			2010			2009			2008			2007		
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '00	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '00	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '00
Responsabilidades	(387 074)	(8 261)	(31 501)	(558 603)	(7 815)	(30 722)	(532 994)	(7 527)	(29 301)	(481 168)	(6 705)	(26 339)	(509 771)	(8 336)	(30 158)
Saldo do fundo	404 143	10 266	33 417	513 907	6 328	24 862	474 287	6 208	24 388	408 120	5 687	22 341	411 805	6 734	24 362
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	17 069	2 005	1 916	(44 696)	(1 487)	(5 860)	(58 707)	(1 319)	(4 913)	(73 048)	(1 018)	(3 998)	(97 966)	(1 602)	(5 796)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades para com Ativos e Pensionistas	(113 999)	3 109	(5 391)	(2 772)	(566)	(905)	(1 412)	(299)	(486)	2 419	(2 003)	(1 638)	11 490	1 359	(3 266)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos ativos do Fundo	60 210	(321)	(2 209)	16 869	221	867	(13 936)	(194)	(763)	47 769	1 401	3 300	2 372	(6 734)	(207)

49. Transações com partes relacionadas

À data de 31 de dezembro de 2011, os débitos e créditos detidos pela CEMG sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes, Outros passivos subordinados e Crédito a clientes são analisados como segue:

	2011			
Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Crédito a clientes Euros '000	Total Euros '000
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	30 112	13 350	10 078	53 540
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	20 896	3 250	1	24 147
Nova Câmbios, S.A.	231	–	530	761
Silvip, S.A.	1 927	–	–	1 927
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2 532	–	–	2 532
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I.M., S.A.	1 096	–	–	1 096
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	3	–	120	123
Bolsimo – Gestão de Ativos, S.A.	2 749	–	–	2 749
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	141	–	2 463	2 604
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	308	–	23 119	23 427
NEBRA, Energias Renovables, SL	5	–	1 570	1 575
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	109	–	13	122
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Soc. Unipessoal, S.A. (IFI)	29 526	–	–	29 526
Civilcentro – Construções do Centro S.A.	–	–	2 402	2 402
Finibanco Vida – Companhia de Seguros Vida, S.A.	284	–	–	284
Finimóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxilares, S.A.	300	–	–	300
Finisegur – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	699	–	–	699
Iberpartners Cafés – S.G.P.S., S.A.	–	–	1 379	1 379
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	8 235	–	5 287	13 522
Fundo de Pensões CEMG – Gerido pela Futuro	224 224	–	–	224 224
Conselho de Administração	1 578	–	302	1 880
Montepio Geral – Associação Mutualista	464 900	–	–	464 900
Fundação Montepio Geral	839	–	–	839
N Seguros, S.A.	7 226	–	–	7 226
Montepio Arrendamento – FIIAH	16 543	–	–	16 543
CA Imobiliário – Fundo Especial Investimento Imobiliário Aberto	10 532	–	–	10 532
	824 995	16 600	47 264	888 859

À data de 31 de dezembro de 2010, os créditos detidos pela CEMG sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

	2010		
Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	3 902	13 350	17 252
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	18 979	3 250	22 229
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	455	–	455
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	3 006	–	3 006
MG Gestão de Ativos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	58 654	–	58 654
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	80 707	–	80 707
	165 703	16 600	182 303

À data de 31 de dezembro de 2011, os proveitos e custos da CEMG sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e encargos similares Euros '000	Juros e rendimentos similares Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	164	325	178	667
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	1 302	12	69	1 383
Nova Câmbios, S.A.	–	23	4	27
Silvip, S.A.	59	–	1	60
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	96	1	7	104
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I.M., S.A.	33	–	1	34
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	–	2	–	2
Bolsimo – Gestão de Ativos, S.A.	–	1	–	1
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	–	83	28	111
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	–	425	–	425
NEBRA, Energias Renovables, SL	–	3	8	11
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3	1	–	4
Civilcentro – Construções do Centro S.A.	–	15	1	16
Finisegur – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	1	–	–	1
Iberpartners Cafés – S.G.P.S., S.A.	–	22	–	22
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	–	387	197	584
Fundo de Pensões CEMG – Gerido pela Futuro	2 508	24	60	2 592
Conselho de Administração	25	1	1	27
Montepio Geral – Associação Mutualista	6 487	224	39	6 750
	10 678	1 549	594	12 821

À data de 31 de dezembro de 2010, os proveitos da CEMG sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos similares e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

	2010	
Empresa	Recursos de Clientes Euros '000	Outros passivos subordinados
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	3 902	13 350
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	18 979	3 250
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	455	–
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	3 006	–
MG Gestão de Ativos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	58 654	–
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	80 707	–
	165 703	16 600

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão bem como as transações efetuadas com os mesmos, constam na nota 11.

Todas as transações efetuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Durante os exercícios de 2011 e 2010, não se efetuaram transações com o fundo de pensões da CEMG.

50. Securitização de ativos

Em 31 de dezembro de 2011, existem oito operações de titularização, das quais seis foram originadas na CEMG, e duas no Finibanco, S.A., agora integradas na CEMG na sequência do sucesso da Oferta Pública de Aquisição Geral e Voluntária sobre as ações representativas do capital social da Finibanco – Holding, SGPS, S.A. e da transmissão da quase totalidade dos ativos e passivos (trespasse) para a CEMG.

Apresentamos nos parágrafos seguintes alguns detalhes adicionais dessas operações de titularização.

Em 19 de dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages no. 1 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 650 000 000. A venda foi efetuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages no. 2 PLC* – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 700 000 000. A venda foi efetuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de março de 2007, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages no. 3*. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 750 000 000. A venda foi efetuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

Em 14 de junho de 2007, o Finibanco vendeu uma carteira de contas correntes e empréstimos a pequenas e médias empresas à Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., no montante total de Euros 250 000 000 (Aqua SME n.º 1). O prazo total da operação é de 10 anos, com um *revolving period* de 3 anos.

Em 20 de maio de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages no. 4*. O prazo total da operação é de 48 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1 000 000 000. A venda foi efetuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,083% do par.

Em 9 de dezembro de 2008, o Finibanco vendeu uma carteira de créditos hipotecários à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., no montante total de Euros 233 000 000 (*Aqua Mortage* n.º 1). O prazo total da operação é de 55 anos, com um *revolving period* de 2 anos.

Em 25 de março de 2009, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages no. 5*. O prazo total da operação é de 52 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1 000 000 000. A venda foi efetuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0564% do par.

Em 22 de junho de 2010, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos de pequenas e médias empresas Pelican SME. O prazo total da operação é de 26 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1 167 000 000. A venda foi efetuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,15% das *Asset Backed Notes*.

A entidade que garante o serviço da dívida (*servicer*) das operações é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos e canalizando os valores recebidos, por via da efetivação do respetivo depósito, para as Sociedades Gestoras de Fundos de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No. 1 PLC*, *Pelican Mortgages No. 2 PLC e Aqua SME n.º 1*) e para as Sociedades de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No. 3*, *Pelican Mortgages No. 4*, *Pelican Mortgages No. 5 e Aqua Mortgages No. 1 e Aqua Finance No. 3*).

Até 31 de dezembro de 2004, de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Banco de Portugal, os ativos, créditos e títulos cedidos pela CEMG no âmbito das referidas operações de titularização foram desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas operações foram contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo Aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras individuais da CEMG, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de janeiro de 2004. Todas as operações efetuadas a partir desta data passaram a ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos ativos ou se for transferido o controlo sobre os referidos ativos, estes ativos deverão ser desreconhecidos.

À data de 31 de dezembro de 2011, as operações de titularização efetuadas pela CEMG são apresentadas como segue:

Emissão	Data de início	Moeda	Ativo cedido	Montante inicial Euros'000
Pelican Mortgages No. 1	Dezembro de 2002	Euros	Crédito à habitação	650 000
Pelican Mortgages No. 2	Setembro de 2003	Euros	Crédito à habitação	700 000
Pelican Mortgages No. 3	Março de 2007	Euros	Crédito à habitação	750 000
Aqua SME No. 1	Junho de 2007	Euros	Pequenas empresas	250 000
Pelican Mortgages No. 4	Maio de 2008	Euros	Crédito à habitação	1 000 000
Aqua Mortgage No. 1	Dezembro de 2008	Euros	Crédito à habitação	233 000
Pelican Mortgages No. 5	Março de 2009	Euros	Crédito à habitação	1 000 000
Pelican SME	Junho de 2010	Euros	Pequenas empresas	1 167 000
				5 750 000

O impacto das cedências de crédito no âmbito das operações de securitização, no ativo da CEMG, na rubrica Crédito a clientes, pode ser analisado como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Pelican Mortgages No.1	91 754	103 883
Pelican Mortgages No. 2	172 544	188 252
	264 298	292 135

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 31 de dezembro de 2011, como segue:

Emissão	Obrigações	Valor nominal inicial Euros	Valor nominal atual Euros	Interesse retido pela CEMG (valor nominal) Euros	Data de reembolso	*Rating* das obrigações (Inicial)			*Rating* das obrigações (Atual)		
						Fitch	Moody's	S&P	Fitch	Moody's	S&P
Pelican Mortgages No. 1	Classe A	611 000 000	46 996 606	211 525	2037	AAA	Aaa	n.a.	n.a.	A	Baa1
	Classe B	16 250 000	16 250 000	–	2037	AAA	A2	n.a.	n.a.	A	Baa1
	Classe C	22 750 000	22 750 000	–	2037	BBB+	Baa2	n.a.	n.a.	BBB+	Baa2
	Classe D	3 250 000	3 250 000	3 250 000	2037	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 2	Classe A	659 750 000	130 122 794	26 255 318	2036	AAA	Aaa	AAA	n.a.	A	Baa1
	Classe B	117 500 000	17 500 000	–	2036	AA+	A1	AA-	n.a.	A	Baa1
	Classe C	22 750 000	22 750 000	–	2036	A-	Baa2	BBB	n.a.	BBB	Baa3
	Classe D	5 600 000	5 600 000	5 600 000	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 3	Classe A	717 375 000	350 243 819	15 525 714	2054	AAA	Aaa	AAA	n.a.	A	Baa3
	Classe B	14 250 000	9 042 799	–	2054	AA-	Aa2	AA-	n.a.	A	B1
	Classe C	12 000 000	7 614 989	–	2054	A	A3	A	n.a.	BB	B3
	Classe D	6 375 000	4 045 463	–	2054	BBB	Baa3	BBB	n.a.	B	Caa2
	Classe E	8 250 000	–	–	2054	BBB-	n.a.	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.
	Classe F	4 125 000	4 125 000	4 125 000	2054	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 4	Classe A	832 000 000	669 300 333	669 300 333	2056	AAA	n.a.	n.a.	AA	A	n.a.
	Classe B	55 500 000	55 500 000	55 500 000	2056	AA	n.a.	n.a.	n.a.	A	n.a.
	Classe C	60 000 000	60 000 000	60 000 000	2056	A-	n.a.	n.a.	n.a.	A-	n.a.
	Classe D	25 000 000	25 000 000	25 000 000	2056	BBB	n.a.	n.a.	n.a.	BBB	n.a.
	Classe E	27 500 000	27 500 000	27 500 000	2056	BB	n.a.	n.a.	n.a.	BB	n.a.
	Classe F	28 600 000	28 600 000	28 600 000	2056	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 5	Classe A	750 000 000	619 123 025	619 123 025	2061	AAA	n.a.	n.a.	AAA	A	n.a.
	Classe B	195 000 000	195 000 000	195 000 000	2061	BBB-	n.a.	n.a.	n.a.	BBB-	n.a.
	Classe C	27 500 000	27 500 000	27 500 000	2061	B	n.a.	n.a.	n.a.	B	n.a.
	Classe D	27 500 000	27 500 000	27 500 000	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Classe E	4 500 000	2 068 636	2 068 636	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Classe F	23 000 000	23 000 000	23 000 000	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican SME	Classe A	577 500 000	495 110 236	495 110 236	2036	AAA	n.a.	n.a.	AAA	A+	n.a.
	Classe B	472 500 000	472 500 000	472 500 000	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Vertical	117 000 000	109 584 221	109 584 221	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Classe C	7 294 000	–	–	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Residual	31 500 000	31 500 000	31 500 000	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Aqua SME No. 1	Classe A	235 000 000	67 548 361		2017	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Classe B	15 000 000	15 000 000		2017	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Classe C	8 750 000	8 750 000	8 750 000	2017	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Aqua Mortgage No. 1	Classe A	203 176 000	183 302 527	183 302 527	2063	n.a.	n.a.	AAA	AAA	n.a.	n.a.
	Classe B	29 824 000	29 824 000	29 824 000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Classe C	3 500 000	3 500 000	3 500 000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

51. Reporte por segmentos

No exercício de 2011, a CEMG adotou a IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais, tendo para o efeito passado a utilizar novos critérios na preparação desta informação.

A atividade consolidada da CEMG é desenvolvida essencialmente no setor financeiro e direcionada para as empresas, institucionais e clientes particulares. Tem o seu centro de decisão em Portugal o que confere ao território nacional o seu mercado privilegiado e natural de atuação.

Os produtos e serviços comercializados incluem toda a oferta inerente à atividade bancária universal, designadamente, a captação de depósitos, a concessão de crédito e serviços financeiros a empresas e particulares e custódia e ainda a comercialização de fundos de investimento e de seguros de vida e não vida, através das suas associadas do setor segurador. Adicionalmente, a CEMG realiza investimentos de curto, de médio e longo prazo nos mercados financeiro e cambial como forma de tirar vantagens das oscilações de preços ou como meio para rendibilizar os recursos financeiros disponíveis.

Para o efeito o Grupo conta com uma rede de 499 balcões em Portugal e com uma sucursal em Cabo Verde, um banco em Angola com 8 balcões e 6 escritórios de representação.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio a CEMG considera os seguintes Segmentos Operacionais:

(1) Banca de Retalho, que inclui os subsegmentos de Particulares, Empresários em Nome Individual, Microempresas, e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS);

(2) Banca de Empresas, que engloba as Grandes Empresas, as Pequenas e Médias Empresas, as Instituições Financeiras e o Setor Público Administrativo e

(3) Outros Segmentos que agrupa as operações não incluídas nos outros segmentos, designadamente as operações e a gestão referentes à Carteira própria de Títulos e às Aplicações em Instituições de Crédito. Cada segmento engloba as estruturas da CEMG que a ele se encontram direta e indiretamente dedicadas, bem como as unidades autónomas da CEMG cuja atividade é imputada a um dos segmentos acima referidos.

Em termos geográficos a CEMG, embora concentrando a sua atividade em Portugal, possui alguma atividade internacional desenvolvida por: (i) Finibanco Angola SA e (ii) Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI), pelo que segundo critérios geográficos, pode separar-se a atividade e resultados que são objeto de escrituração nas unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) da localizada em Cabo Verde (Área Internacional).

Descrição dos segmentos operacionais

Em base consolidada, cada um dos segmentos operacionais inclui os proveitos e os custos relacionados com as seguintes atividades, produtos, clientes e estruturas da CEMG:

Banca de Retalho

Este Segmento Operacional corresponde a toda a atividade desenvolvida pela CEMG, com os clientes particulares, empresários em nome individual microempresas e IPSS, comercialmente designados por segmento de Particulares e Pequenos Negócios, fundamentalmente originada através da rede de balcões, dos canais eletrónicos e rede de promotores. A informação financeira do segmento relacionase com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito individual ou ao consumo, os depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de poupanças, os produtos soluções de reforma, tais como os PPR, os cartões de débito e de crédito, os serviços de gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento e de compra e venda de títulos e de custódia, bem como colocação de seguros e serviços não financeiros.

Banca de Empresas

Este Segmento Operacional agrega a atividade da CEMG com as Pequenas, Médias e Grandes Empresas, através da rede de balcões e da estrutura comercial dedicada a este segmento. Inclui também o negócio com os clientes institucionais, designadamente do setor financeiro e da administração pública central, local e regional. De entre os produtos envolvidos destaca-se o crédito à tesouraria e ao investimento, o desconto comercial, as garantias prestadas o *leasing*, o *factoring*, o *renting*, as operações de estrangeiro, tais como os créditos documentários, cheques e remessas os depósitos serviços de pagamentos e recebimentos, os cartões e ainda serviços de custódia.

Outros segmentos

Neste segmento inclui-se toda a atividade desenvolvida de suporte às atividades principais que constituem o *core business* dos dois segmentos anteriores, designadamente a atividade de gestão financeira global da CEMG, os investimentos em instrumentos dos mercados de capitais (ações e obrigações), estejam eles integrados na carteira de negocia-

ção, de justo valor através de resultados, de disponíveis para venda ou na carteira de investimentos detidos até à maturidade. Também é neste segmento que se incluem os impactos das decisões estratégicas com efeitos transversais à CEMG, os investimentos nas participações estratégicas minoritárias, a atividade inerente à gestão de riscos de taxa de juro e cambial, a gestão das posições curtas e longas em instrumentos financeiros, que permitam tirar partido das oscilações de preços nos mercados em que tais instrumentos são transacionados, e a preparação e colocação pública ou privada de emissões de ações, obrigações e outros instrumentos de dívida.

Critérios de imputação dos resultados aos segmentos

A informação financeira consolidada apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões da CEMG, tal como preconizado pela IFRS 8 – Segmentos Operacionais.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na nota 1, tendo sido adotados ainda os seguintes princípios:

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

A CEMG utiliza o resultado como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Unidades operacionais autónomas

Como referido anteriormente, cada unidade operacional autónoma (banco MG Cabo Verde e empresas participadas) é avaliada isoladamente atendendo a que estas unidades são encaradas como centros de investimento. Complementarmente, atendendo às características do negócio que maioritariamente desenvolvem, são englobadas num dos Segmentos Operacionais pela sua totalidade, ou seja, ativos, passivos, capital próprio afeto, proveitos e custos.

Estruturas da CEMG dedicadas ao segmento

A atividade da CEMG abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objeto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios:

(i) Da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais, mesmo que, numa fase posterior a CEMG, estrategicamente, decida titularizar alguns dos ativos neles originados;

(ii) Do cálculo da margem financeira inicial em função do volume de atividade direto e das taxas de juro das operações negociadas com os clientes para cada produto/segmento;

(iii) Do cálculo da margem financeira final através da cedência dos ativos e passivos de cada produto/segmento a uma *pool*, que procede ao seu balanceamento e ajuste dos juros, tendo em conta as taxas de juro de mercado em cada momento, ou seja, a Euribor para diversos prazos;

(iv) Da imputação dos custos diretos das estruturas comerciais dedicadas ao segmento;

(v) Da imputação dos custos indiretos (serviços centrais de apoio e informáticos);

(vi) Da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95 do BdP e com o modelo da imparidade.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas da CEMG são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo sistema de ajuste através da *pool*, acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes prestações internas são alocadas aos segmentos com base em critérios definidos sem qualquer margem das estruturas fornecedoras.

Os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e outros que não o risco de crédito, são imputados ao segmento Outros Segmentos.

Juros ativos e passivos

Sendo a atividade consolidada da CEMG exercida essencialmente através do negócio bancário, significa que a maior parte das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus ativos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto da atividade dos segmentos representar o negócio direto desenvolvido pelas unidades de negócio para cada produto, significa que os proveitos da atividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 da IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Operações entre Segmentos.

Ativos não correntes

Os ativos não correntes, na ótica preconizada na IFRS 8, incluem os Outros ativos tangíveis e os Ativos intangíveis. Na CEMG, estes ativos encontram-se afetos ao segmento em que estas desenvolvem maioritariamente o seu negócio.

Ativos por benefícios pós-emprego

Atendendo a que os fatores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos ativos do Fundo de Pensões da CEMG correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à atuação da gestão, a CEMG considera que os referidos elementos não devem influenciar o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja atividade se desenvolve com clientes.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por área geográfica, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são: (i) o Finibanco Angola S.A. e (ii) o Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI).

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquela unidade com os respetivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

Informação retrospetiva

A CEMG, a partir do exercício de 2009, inclusive, passou a adotar as regras da IFRS 8 – Segmentos Operacionais, as quais diferem das utilizadas até então nas demonstrações financeiras. Consequentemente, a informação do exercício de 2008 foi reorganizada e preparada para apresentação, de forma a torná-la consistente e comparável com as exigências da IFRS 8.

O reporte por segmentos operacionais em 31 de dezembro de 2011, é apresentado conforme segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Banca de Retalho Euros '000	Banca de Empresas Euros '000	Operações entre Segmentos Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares	890 067	227 993	64 851	1 182 911
Juros e encargos similares	650 557	149 968	63 665	864 190
Margem financeira	239 510	78 025	1 186	318 721
Rendimentos de instrumentos de capital	–	–	921	921
Rendimentos de serviços e comissões	92 114	14 452	9 061	115 627
Encargos com serviços e comissões	(17 917)	(3 437)	(259)	(21 613)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	–	–	62 138	62 138
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	–	–	3 667	3 667
Resultados de reavaliação cambial	–	–	8 410	8 410
Resultados de alienação de outros ativos	–	–	44 001	44 001
Outros resultados de exploração	8 518	10 680	7 560	26 758
Total de proveitos operacionais	322 225	99 720	136 685	558 630
Custos com o pessoal	141 782	33 218	50 373	225 373
Gastos gerais administrativos	69 419	22 070	23 954	115 443
Amortizações do exercício	6 479	1 077	20 714	28 270
Total de custos operacionais	217 680	56 365	95 041	369 086
Total Provisões e Imparidade	97 948	42 156	17 833	157 937
Resultado operacional	6 597	1 199	23 811	31 607
Resultados por equivalência patrimonial	–	–	999	999
Resultados antes de impostos e interesses que não controlam	6 597	1 199	24 810	32 606
Impostos correntes	–	–	(3 689)	(3 689)
Impostos diferidos	–	–	18 381	18 381
Interesses que não controlam	–	–	(2 269)	(2 269)
Resultado consolidado do exercício	6 597	1 199	37 233	45 029
Ativo líquido	10 055 122	5 482 041	5 958 227	21 495 390
Passivo	9 885 763	2 789 769	7 560 370	20 235 902
Investimentos em associadas	–	–	57 856	57 856

O reporte por segmentos operacionais em 31 de dezembro de 2010, é apresentado conforme segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Banca de Retalho Euros '000	Banca de Empresas Euros '000	Operações entre Segmentos Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares	627 432	104 296	29 460	761 188
Juros e encargos similares	418 716	43 848	27 676	490 240
Margem financeira	208 716	60 448	1 784	270 948
Rendimentos de instrumentos de capital	–	–	538	538
Rendimentos de serviços e comissões	66 746	14 354	8 075	89 175
Encargos com serviços e comissões	(10 297)	(2 426)	(2 482)	(15 205)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	–	–	45 857	45 857
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	–	–	12 692	12 692
Resultados de reavaliação cambial	–	–	2 344	2 344
Resultados de alienação de outros ativos	2 943	275	(6 581)	(3 363)
Outros resultados de exploração	7 998	2 311	6 641	16 950
Total de proveitos operacionais	276 106	74 962	68 868	419 936
Custos com o pessoal	94 700	22 201	25 508	141 777
Gastos gerais administrativos	55 671	13 259	14 565	83 495
Depreciações e amortizações	13 961	3 319	3 570	20 850
Total de custos operacionais	164 332	38 779	43 643	246 122
Total Provisões e Imparidade	85 337	27 553	9 791	122 681
Resultado operacional	26 437	8 630	15 434	51 133
Resultados por equivalência patrimonial	–	–	1 954	1 954
Resultado consolidado do exercício	26 437	8 630	17 388	53 087
Ativo líquido	8 967 018	3 062 231	6 173 735	18 202 984
Passivo	8 575 380	2 895 190	5 836 965	17 307 535
Investimentos em associadas	–	–	37 060	37 060

A CEMG desenvolve um conjunto de atividades bancárias e serviços financeiros em Portugal e em Cabo Verde.

Segmentos geográficos

No âmbito da estratégia de desenvolvimento, a CEMG atua com especial enfoque nos mercados Português, Angolano e Cabo Verdiano. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em: (i) Área Doméstica, englobando a atividade de Portugal e (ii) Área Internacional, englobando a atividade de Angola e Cabo Verde, ou seja, as operações desenvolvidas pelo Finibanco Angola S.A. e pelo Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI).

Em 31 de dezembro de 2011, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Área Doméstica Euros '000	Área Internacional Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Juros e rendimentos similares	1 171 127	28 233	(16 449)	1 182 911
Juros e encargos similares	860 963	19 676	(16 449)	864 190
Margem financeira	310 164	8 557	–	318 721
Rendimentos de instrumentos de capital	1 343	–	(422)	921
Rendimentos de serviços e comissões	110 319	5 367	(59)	115 627
Encargos com serviços e comissões	(21 367)	(305)	59	(21 613)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	62 138	–	–	62 138
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	3 667	–	–	3 667
Resultados de reavaliação cambial	(1 124)	9 534	–	8 410
Resultados de alienação de outros ativos	44 001	–	–	44 001
Outros resultados de exploração	26 142	851	(235)	26 758
Total de proveitos operacionais	535 283	24 004	(657)	558 630
Custos com o pessoal	222 039	3 334	–	225 373
Gastos gerais administrativos	111 441	4 237	(235)	115 443
Depreciações e amortizações	27 659	611	–	28 270
Total de custos operacionais	361 139	8 182	(235)	369 086
Imparidade do crédito	141 659	2 248	–	143 907
Imparidade de outros ativos	9 748	–	–	9 748
Outras provisões	4 013	269	–	4 282
Resultado operacional	18 724	13 305	(422)	31 607
Resultados por equivalência patrimonial	999	–	–	999
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	19 723	13 305	(422)	32 606
Impostos correntes	712	(4 401)	–	(3 689)
Impostos diferidos	18 381	–	–	18 381
Interesses que não controlam	(2 269)	–	–	(2 269)
Resultado consolidado do exercício	36 547	8 904	(422)	45 029

Indicadores de balanço	Doméstica Euros '000	Internacional Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	397 695	63 788	–	461 483
Disponibilidades em outras instituições de crédito	222 462	13 891	(12 519)	223 834
Aplicações em instituições de crédito	286 245	431 458	(433 471)	284 232
Crédito a clientes	16 651 907	57 852	(3 133)	16 706 626
Ativos financeiros detidos para negociação	180 776	–	–	180 776
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 606	–	–	3 606
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 545 967	28 401	–	2 574 368
Derivados de cobertura	1 311	–	–	1 311
Investimentos detidos até à maturidade	76 943	51	–	76 994
Investimentos em associadas e outras	64 857	–	(7 001)	57 856
Ativos por impostos correntes	94	2 674	–	2 768
Ativos por impostos diferidos	80 693	–	–	80 693
Ativos não correntes detidos para venda	136 242	769	–	137 011
Outros ativos tangíveis	99 765	8 892	–	108 657
Ativos intangíveis	89 428	777	–	90 205
Outros ativos	504 002	1 751	(783)	504 970
Total do Ativo	21 341 993	610 304	(456 907)	21 495 390
Recursos de bancos centrais	2 003 300	–	–	2 003 300
Recursos de outras instituições de crédito	1 185 661	5 627	(447 491)	743 797
Recursos de clientes	13 145 057	558 494	(1 632)	13 701 919
Responsabilidades representadas por títulos	2 473 112	–	–	2 473 112
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	453 061	–	–	453 061
Passivos financeiros detidos para negociação	79 121	–	–	79 121
Derivados de cobertura	13 041	–	–	13 041
Provisões	7 697	288	–	7 985
Passivos por impostos correntes	10	–	–	10
Passivos por impostos diferidos	36	–	–	36
Outros passivos subordinados	477 843	–	–	477 843
Outros passivos	274 959	8 501	(783)	282 677
Total do Passivo	20 112 898	572 910	(449 906)	20 235 902
Capital	1 234 194	17 807	(7 001)	1 245 000
Outros intrumentos de capital	15 000	–	–	15 000
Reservas de justo valor	(319 551)	–	–	(319 551)
Outras reservas e resultados transitados	251 524	10 683	422	262 629
Resultado líquido do período	36 547	8 904	(422)	45 029
Interesses minoritários	11 381	–	–	11 381
Total da Situação Líquida	1 229 095	37 394	(7 001)	1 259 488
Total do Passivo e Situação Líquida	21 341 993	610 304	(456 907)	21 495 390

Em 31 de dezembro de 2010, a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos é apresentada como se segue:

Indicadores de exploração e de rendibilidade	Doméstica Euros '000	Internacional Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Juros e rendimentos similares	761 185	8 459	(8 456)	761 188
Juros e encargos similares	490 764	7 932	(8 456)	490 240
Margem financeira	270 421	527	–	270 948
Rendimentos de instrumentos de capital	1 244	–	(706)	538
Rendimentos de serviços e comissões	89 175	–	–	89 175
Encargos com serviços e comissões	(15 205)	–	–	(15 205)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	45 857	–	–	45 857
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	12 692	–	–	12 692
Resultados de reavaliação cambial	2 320	24	–	2 344
Resultados de alienação de outros ativos	(3 363)	–	–	(3 363)
Outros resultados de exploração	16 975	(25)	–	16 950
Total de proveitos operacionais	420 116	526	(706)	419 936
Custos com o pessoal	142 409	–	–	141 777
Gastos gerais administrativos	83 442	53	–	83 495
Depreciações e amortizações	20 846	4	–	20 850
Total de custos operacionais	246 697	57	–	246 122
Imparidade do crédito	110 599	–	–	110 599
Imparidade de outros ativos	12 166	–	–	12 166
Outras provisões	(84)	–	–	(84)
Resultado operacional	50 738	469	(706)	51 133
Resultados por equivalência patrimonial	1 954	–	–	1 954
Resultado consolidado do exercício	52 692	469	(706)	53 087

Indicadores de balanço	Doméstica Euros '000	Internacional Euros '000	Ajustamentos Euros '000	Consolidado Euros '000
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	240 024	–	–	240 024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	74 344	249	(240)	74 353
Aplicações em instituições de crédito	338 662	362 564	(362 564)	338 662
Crédito a clientes	14 554 133	–	–	14 554 133
Ativos financeiros detidos para negociação	130 865	–	–	130 865
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 952	–	–	3 952
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 430 568	–	–	2 430 568
Derivados de cobertura	2 810	–	–	2 810
Investimentos detidos até à maturidade	58 093	51	–	58 144
Investimentos em associadas e outras	44 061	–	(7 001)	37 060
Ativos não correntes detidos para venda	162 374	–	–	162 374
Outros ativos tangíveis	89 188	99	–	89 287
Ativos intangíveis	18 254	–	–	18 254
Outros ativos	62 498	–	–	62 498
Total do Ativo	18 209 826	362 963	(369 805)	18 202 984
Recursos de bancos centrais	1 540 266	–	–	1 540 266
Recursos de outras instituições de crédito	899 742	2 000	–	901 742
Recursos de clientes	10 017 143	353 224	(362 804)	10 007 563
Responsabilidades representadas por títulos	3 836 243	–	–	3 836 243
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	387 183	–	–	387 183
Passivos financeiros detidos para negociação	53 891	–	–	53 891
Derivados de cobertura	1 408	–	–	1 408
Provisões	1 311	–	–	1 311
Outros passivos subordinados	380 986	–	–	380 986
Outros passivos	196 942	–	–	196 942
Total do Passivo	17 261 392	355 224	(362 804)	17 307 535
Capital	800 000	7 001	(7 001)	800 000
Reservas de justo valor	(85 706)	–	–	(85 706)
Outras reservas e resultados transitados	127 093	269	706	128 068
Resultado consolidado do exercício	53 324	469	(706)	53 087
Total da Situação Líquida	894 711	7 739	(7 001)	895 449
Total do Passivo e Situação Líquida	18 209 826	362 963	(369 805)	18 202 984

52. Gestão de riscos

O Grupo Montepio («CEMG») está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua atividade.

A política de gestão de risco da CEMG visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a atividade da CEMG.

A análise e controlo dos riscos são efetuados de um modo integrado, através da Direção de Risco (DRI), que integra três departamentos:

- Departamento de Risco de Crédito: responsável pelo desenvolvimento e integração nos processos de decisão dos modelos internos de análise de risco de crédito, assim como o reporte prudencial sobre Fundos Próprios e reportes internos sobre risco de crédito;
- Departamento de Riscos de Mercado: assegura a análise e reporte prudencial e interno dos riscos de mercado, taxa de juro, cambial e de liquidez, assim como a respetiva integração nos processos de decisão da sala de mercados;
- Departamento de Risco Operacional: responsável pela função de gestão do risco operacional.

A DRI assegura igualmente a articulação com o Banco de Portugal, no domínio dos reportes prudenciais, designadamente ao nível de requisitos de capital, risco de liquidez e risco de taxa de juro.

No âmbito da gestão e controlo do risco de crédito foram desenvolvidas várias atividades, das quais se destacam a realização regular do Comité de Risco e Controlo Interno e a revisão da política de delegação de competências de decisão de crédito, no sentido de a tornar sensível ao nível esperado do risco do cliente / operação.

Adicionalmente, foi criada a Direção de Análise de Crédito, que assegura a apreciação das propostas de crédito de empresas e particulares, assim como a atribuição dos *ratings* internos no segmento de empresas.

No plano regulamentar e de Basileia II, foram desenvolvidos os reportes previstos nos Pilar II – Adequação de Capital, e Pilar III – Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de autoavaliação do Capital Interno (*ICAAP*), de Testes de Esforço e de Risco de Concentração, conforme respetivas instruções e avisos do Banco de Portugal. Os resultados dos relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução positiva nos principais tipos de concentração – Setorial, Individual e Geográfica. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na atividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

Foi igualmente assegurada a participação nos trabalhos do Programa Especial de Inspeções, no âmbito do *Memorandum* assinado entre o Estado Português e o Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional.

Este programa incidiu sobre três áreas de trabalho – apuramento da imparidade do crédito, cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito e procedimentos de *stress testing*. Os resultados obtidos foram muito satisfatórios, confirmando-se a adequação dos processos adotados pela CEMG.

A CEMG tem também vindo a acompanhar as recomendações do Comité de Basileia e segue atentamente os desenvolvimentos de Basileia III no âmbito da gestão da liquidez e da avaliação dos fundos próprios, tendo-se procedido a análises do respetivo impacto. A CEMG tem ainda participado regularmente nos Estudos de Impacto Quantitativo (QIS) de Basileia III, desenvolvidos pelo Banco de Portugal de acordo com as orientações da *European Bank Association* (EBA). Os documentos publicados pelo Comité de Basileia no final de 2009, estão agora divulgados nas suas versões definitivas e espera-se que sejam transpostos para diretivas europeias em breve.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflete a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respetivas volatilidades.

Liquidez – Avalia o risco potencial da CEMG não cumprir com as suas obrigações no momento do respetivo vencimento e incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus ativos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adotar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela Direção de Risco («DRI»), que analisa e assegura o controlo dos riscos, numa ótica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Riscos e Controlo Interno e o reporte ao nível do Comité de Ativos e Passivos («ALCO»).

A Direção de Auditoria e Inspeção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou ações, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DRI, de forma a efetuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais da CEMG.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do Gabinete de *Compliance*, na dependência do Conselho de Administração assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transações/atividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direção de Auditoria e Inspeção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito – Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* reativo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontram-se em revisão os modelos de *scoring* reativo de cartões de crédito. Ainda no âmbito do crédito a particulares, a atuação comercial e a análise de risco são apoiadas complementarmente por *scorings* comportamentais.

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o setor da construção dos restantes setores de atividade, enquanto para clientes ENI's e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição da CEMG ao risco de crédito:

	2011 **Euros '000**	**2010** **Euros '000**
Disponibilidades em outras instituições de crédito	223 834	74 353
Aplicações em instituições de crédito	284 232	338 662
Crédito a clientes	16 706 626	14 554 133
Ativos financeiros detidos para negociação	180 776	130 865
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 606	3 952
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 226 385	2 416 653
Derivados de cobertura	1 311	2 810
Investimentos detidos até à maturidade	76 994	58 144
Investimentos em associadas e outras	57 856	37 060
Outros ativos	504 970	83 953
Garantias e avales prestados	510 686	424 361
Compromissos irrevogáveis	230 860	252 535
Credit default swaps (nocionais)	81 093	96 000
	21 089 229	18 473 481

A repartição por setores de atividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2011, encontra-se apresentada como segue:

	2011							
Setor de atividade	**Crédito a clientes**		**Ativos financeiros detidos para negociação**	**Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados**	**Ativos financeiros disponíveis para venda**		**Investimentos detidos até à maturidade**	**Garantias e avales prestados**
	Valor bruto Euros '000	**Imparidade Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Imparidade Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Euros '000**
Agricultura, silvicultura e pesca	54 402	(4 185)	60	–	442	(91)	–	1 198
Indústrias extrativas	46 470	(1 258)	57	–	–	–	–	1 434
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	136 864	(5 866)	901	–	13 899	(187)	–	3 182
Têxteis e vestuário	65 649	(5 510)	–	–	–	–	–	805
Curtumes e calçado	20 257	(1 552)	–	–	–	–	–	125
Madeira e cortiça	52 644	(2 161)	–	–	82 829	–	–	1 406
Papel e indústrias gráficas	52 637	(3 422)	–	–	–	–	–	748
Refinação de petróleo	441	(16)	537	–	34 798	–	–	–
Produtos químicos e de borracha	90 487	(6 036)	155	–	1 042	–	–	2 661
Produtos minerais não metálicos	50 656	(2 562)	–	–	–	–	–	2 916
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	138 508	(11 352)	–	–	–	–	–	9 037
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	44 705	(2 481)	36	–	540	(121)	–	1 875
Fabricação de material de transporte	19 447	(1 189)	42	–	–	–	–	298
Outras indústrias transformadoras	40 348	(3 408)	32	–	79 056	(5 158)	–	1 906
Eletricidade, gás e água	104 285	(3 245)	752	2 677	23 238	(976)	–	4 620
Construção e obras públicas	2 368 694	(240 536)	153	–	10 968	(998)	–	237 365
Comércio por grosso e a retalho	1 046 368	(62 584)	294	–	14 146	–	–	62 648
Turismo	319 492	(12 679)	–	–	7 427	(90)	–	13 878
Transportes	167 131	(8 847)	154	–	2 322	–	–	8 689
Atividades de informação e comunicação	50 325	(2 552)	356	–	28 011	–	–	1 287
Atividades financeiras	742 207	(16 441)	176 046	929	829 639	(2 254)	–	47 024
Atividades imobiliárias	985 357	(82 549)	53	–	7 692	(691)	–	28 444
Serviços prestados às empresas	332 310	(19 200)	–	–	14 520	–	–	11 937
Administração e serviços públicos	118 627	(1 164)	–	–	1 302 154	(19 310)	76 994	583
Outras atividades de serviços coletivos	309 369	(8 817)	–	–	–	–	–	4 582
Crédito à habitação	9 249 341	(233 698)	–	–	18 051	–	–	–
Outros	870 081	(27 166)	1 148	–	133 709	(239)	–	62 038
TOTAL	17 477 102	(770 476)	180 776	3 606	2 604 483	(30 115)	76 994	510 686

A repartição por setores de atividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2010, encontra-se apresentada como segue:

2010								
Setor de atividade	**Crédito a clientes**		**Ativos financeiros detidos para negociação**	**Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados**	**Ativos financeiros disponíveis para venda**		**Investimentos detidos até à maturidade**	**Garantias e avales prestados**
	Valor bruto Euros '000	**Imparidade Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Imparidade Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Euros '000**
Agricultura, silvicultura e pesca	34 237	(1 443)	–	–	187	(56)	–	2 844
Indústrias extrativas	10 258	(108)	–	–	525	–	–	–
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	64 697	(5 887)	148	–	474	–	–	2 486
Têxteis e vestuário	32 339	(8 494)	–	–	–	–	–	1 277
Curtumes e calçado	9 013	(1 116)	–	–	–	–	–	61
Madeira e cortiça	24 123	(4 537)	–	–	–	–	–	801
Papel e indústrias gráficas	18 925	(2 359)	–	–	–	–	–	1 356
Refinação de petróleo	178	(129)	127	–	34 011	–	–	–
Produtos químicos e de borracha	36 914	(2 836)	54	–	1 137	–	–	1 277
Produtos minerais não metálicos	16 547	(1 444)	–	–	–	–	–	2 751
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	47 997	(2 619)	–	–	–	–	–	4 722
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	12 592	(1 877)	–	–	271	–	–	1 976
Fabricação de material de transporte	9 875	(432)	–	–	–	–	–	134
Outras indústrias transformadoras	27 896	(4 008)	34	–	67 648	–	–	891
Eletricidade, gás e água	71 140	(881)	1 029	2 929	64 385	(899)	–	961
Construção e obras públicas	1 847 666	(154 295)	181	–	10 981	(998)	–	238 734
Comércio por grosso e a retalho	611 751	(64 671)	116	–	10 554	–	–	40 275
Turismo	222 901	(12 662)	–	–	7 486	(90)	–	12 151
Transportes	127 289	(3 053)	127	–	33 045	–	–	9 971
Atividades de informação e comunicação	34 071	(2 561)	390	–	58 497	–	–	604
Atividades financeiras	243 982	(3 177)	128 479	1 023	642 891	(15 656)	–	29 981
Atividades imobiliárias	674 449	(37 051)	–	–	15 478	–	–	31 398
Serviços prestados às empresas	388 172	(16 408)	–	–	–	–	–	11 294
Administração e serviços públicos	195 851	(4 168)	–	–	1 164 590	–	58 144	2 588
Outras atividades de serviços coletivos	60 423	(4 295)	–	–	–	–	–	5 788
Crédito à habitação	9 205 612	(177 655)	–	–	283 350	(1 283)	–	19 210
Outros	1 047 046	(3 643)	180	–	54 230	(190)	–	830
TOTAL	15 075 944	(521 811)	130 865	3 952	2 449 740	(19 172)	58 144	424 361

No que respeita a risco de crédito, a carteira de ativos financeiros manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

Durante o ano de 2011, foram também abertas algumas posições em *credit default swaps* sobre emitentes *investment grade*, com o valor nocional das posições de compra e de venda de proteção a atingir no final do ano Euros 27 500 000 e Euros 53 600 000, respetivamente.

Riscos Globais e em Ativos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Ativos e Passivos («ALCO»), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à monitorização dos *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e *mismatches* dinâmicos de liquidez positivos. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de ativos no mercado monetário respetivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de ativos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* («VaR»). Existem diferentes limites de exposição incluindo limites globais de VaR, por Emitente, por tipo/classe de ativo e *rating*. São ainda definidos limites de *Stop Loss*. A carteira de investimento está principalmente concentrada em obrigações, que no final de 2011 representavam 77% do total da carteira, na qual se destaca a dívida soberana (66%).

A CEMG calcula de forma regular o VaR da sua carteira de negociação sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica.

Atendendo à natureza da atividade de retalho, a instituição apresenta habitualmente *gaps* positivos de taxa de juro, que no final de 2011 atingiam, em termos estáticos, cerca de Euros 703 718 000 (2010: Euros 461 488 000) (considerando a globalidade dos prazos de refixação de taxas de juro).

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	2011				2010			
	Dezembro Euros '000	**Média Anual Euros '000**	**Máximo Euros '000**	**Mínimo Euros '000**	**Dezembro Euros '000**	**Média Anual Euros '000**	**Máximo Euros '000**	**Mínimo Euros '000**
Gap de taxa de juro	703 718	366 125	703 718	28 532	461 488	388 650	461 488	315 813

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar II) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, a CEMG calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* («BIS») classificando todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

	Até 3 meses Euros '000	**3 a 6 meses Euros '000**	**De 6 meses a 1 ano Euros '000**	**de 1 a 5 anos Euros '000**	**Mais de 5 anos Euros '000**
31 de dezembro de 2011					
Ativo	12 049 591	4 714 690	458 482	1 611 503	868 944
Fora de balanço	11 650 184	161 029	971 660	2 053 911	–
Total	23 699 775	4 875 719	1 430 142	3 665 414	868 944
Passivo	8 092 104	2 403 548	2 928 512	5 404 218	171 200
Fora de balanço	12 916 395	562 418	8 970	1 348 910	–
Total	21 008 499	2 965 966	2 937 482	6 753 128	171 200
GAP (Ativos – Passivos)	2 691 276	1 909 753	(1 507 340)	(3 087 714)	697 744
31 de dezembro de 2010					
Ativo	10 459 200	3 879 121	413 379	1 344 393	646 080
Fora de balanço	5 789 405	172 577	122 450	3 009 066	–
Total	16 248 605	4 051 698	535 829	4 353 459	646 080
Passivo	7 899 866	1 370 302	1 263 605	5 601 314	158 200
Fora de balanço	8 284 868	734 669	2 200	71 754	–
Total	16 184 734	2 104 971	1 265 805	5 673 068	158 200
GAP (Ativos – Passivos)	63 871	1 946 727	(729 976)	(1 319 609)	487 880

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em 31 de dezembro de 2011, uma variação positiva instantânea das taxas de juro em 100 bp motivaria um aumento dos resultados de cerca de Euros 29 605 277 (2010: Euros 12 070 000).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros da CEMG, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, bem como os respetivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

	2011			2010		
PRODUTOS	**Saldo médio do exercício Euros '000**	**Taxa de juro média (%)**	**Proveitos/ Custos Euros '000**	**Saldo médio do exercício Euros '000**	**Taxa de juro média (%)**	**Proveitos/ Custos Euros '000**
Aplicações						
Crédito a clientes	17 056 740	4,10	700 116	14 714 941	3,07	451 424
Disponibilidades	171 786	1,42	2 439	159 355	0,93	1 488
Carteira de Títulos	2 803 016	6,75	189 293	4 502 962	2,04	91 795
Aplicações interbancárias	277 228	3,01	8 332	188 578	0,68	1 278
Swaps	–		237 760	–		196 071
Total Aplicações	20 308 770		1 137 940	19 565 836		742 056
Recursos						
Depósitos de clientes	12 273 680	2,83	347 445	9 352 816	1,52	141 937
Recursos de titularização	4 838 611	4,19	202 528	8 132 786	2,02	164 662
Recursos interbancários	2 621 733	1,79	46 975	1 299 157	1,03	13 440
Outros recursos	334	0,60	2	480	0,83	4
Swaps	–		258 269	–		151 591
Total Recursos	19 734 358		855 219	18 785 239		471 634

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos ativos e passivos, a 31 de dezembro de 2011, por moeda, é analisado como segue:

	2011							
	Euros Euros '000	Dólares Norte Americanos Euros '000	Libras Esterlinas Euros '000	Dólares Canadianos Euros '000	Franco Suíço Euros '000	Iene Japonês Euros '000	Outras Moedas Estrangeiras Euros '000	Valor Total Euros '000
Ativo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	391 008	17 515	755	401	1 278	25	50 501	461 483
Disponibilidades em outras instituições de crédito	196 475	22 687	1 737	1 282	581	42	1 030	223 834
Aplicações em instituições de crédito	276 118	8 114	–	–	–	–	–	284 232
Crédito a clientes	16 634 939	37 520	1	–	222	434	33 510	16 706 626
Ativos financeiros detidos para negociação	178 365	1 823	530	58	–	–	–	180 776
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 606	–	–	–	–	–	–	3 606
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 543 175	2 188	31	–	573	–	28 401	2 574 368
Derivados de cobertura	1 311	–	–	–	–	–	–	1 311
Investimentos detidos até à maturidade	76 994	–	–	–	–	–	–	76 994
Investimentos em associadas e outras	57 856	–	–	–	–	–	–	57 856
Ativos não correntes detidos para venda	134 337	–	–	–	–	–	2 674	137 011
Outros ativos tangíveis	108 657	–	–	–	–	–	–	108 657
Ativos intangíveis	88 978	–	–	–	–	–	1 227	90 205
Ativos por impostos correntes	2 000	108	–	–	–	–	660	2 768
Ativos por impostos diferidos	71 895	–	–	–	–	–	8 798	80 693
Outros ativos	400 006	71 126	5 681	21 335	3 257	84	3 481	504 970
Total Ativo	21 165 720	161 081	8 735	23 076	5 911	585	130 282	21 495 390
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	2 003 300	–	–	–	–	–	–	2 003 300
Recursos de outras instituições de crédito	717 140	26 448	102	44	9	–	54	743 797
Recursos de clientes	13 452 212	127 710	8 446	22 430	2 570	6	88 545	13 701 919
Responsabilidades representadas por títulos	2 470 793	2 319	–	–	–	–	–	2 473 112
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	453 061	–	–	–	–	–	–	453 061
Passivos financeiros detidos para negociação	78 854	267	–	–	–	–	–	79 121
Derivados de cobertura	13 041	–	–	–	–	–	–	13 041
Provisões	7 697	–	–	–	–	–	288	7 985
Passivos por impostos correntes	10	–	–	–	–	–	–	10
Passivos por impostos diferidos	36	–	–	–	–	–	–	36
Outros passivos subordinados	477 843	–	–	–	–	–	–	477 843
Outros passivos	261 702	4 749	187	603	3 298	580	11 558	282 677
Total Passivo	19 935 689	161 493	8 735	23 077	5 877	586	100 445	20 235 902
Ativo / (Passivo) líquido por moeda	1 230 031	(412)	–	(1)	34	(1)	29 837	1 259 488
Situação Líquida	(1 259 488)	–	–	–	–	–	–	(1 259 488)
Exposição Líquida	(29 457,0)	(412,0)	–	(1,0)	34,0	(1,0)	29 837,0	–

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos ativos e passivos, a 31 de dezembro de 2010, por moeda, é analisado como segue:

	2010							
	Euros Euros '000	Dólares Norte Americanos Euros '000	Libras Esterlinas Euros '000	Dólares Canadianos Euros '000	Franco Suíço Euros '000	Iene Japonês Euros '000	Outras Moedas Estrangeiras Euros '000	Valor Total Euros '000
Ativo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	235 090	3 263	367	297	651	81	275	240 024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	65 351	5 943	808	1 057	893	4	297	74 353
Aplicações em instituições de crédito	338 559	103	–	–	–	–	–	338 662
Crédito a clientes	14 551 759	2 374	–	–	–	–	–	14 554 133
Ativos financeiros detidos para negociação	130 755	110	–	–	–	–	–	130 865
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 885	29	–	38	–	–	–	3 952
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 427 984	2 248	–	–	336	–	–	2 430 568
Derivados de cobertura	2 810	–	–	–	–	–	–	2 810
Investimentos detidos até à maturidade	58 144	–	–	–	–	–	–	58 144
Investimentos em associadas e outras	37 060	–	–	–	–	–	–	37 060
Ativos não correntes detidos para venda	162 374	–	–	–	–	–	–	162 374
Outros ativos tangíveis	89 287	–	–	–	–	–	–	89 287
Ativos intangíveis	18 254	–	–	–	–	–	–	18 254
Outros ativos	20 499	20 240	2 905	18 850	4	–	–	62 498
Total Ativo	18 141 811	34 310	4 080	20 242	1 884	85	572	18 202 984
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	1 540 266	–	–	–	–	–	–	1 540 266
Recursos de outras instituições de crédito	899 844	2 015	7	74	(252)	–	54	901 742
Recursos de clientes	9 931 912	51 916	3 422	19 987	129	15	182	10 007 563
Responsabilidades representadas por títulos	3 833 988	2 245	–	–	–	–	–	3 836 233
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	387 183	–	–	–	–	–	–	387 183
Passivos financeiros detidos para negociação	53 739	152	–	–	–	–	–	53 891
Derivados de cobertura	1 408	–	–	–	–	–	–	1 408
Provisões	1 311	–	–	–	–	–	–	1 311
Outros passivos subordinados	380 986	–	–	–	–	–	–	380 986
Outros passivos	192 581	1 274	651	–	2 030	70	336	196 942
Total Passivo	17 223 228	57 602	4 080	20 061	1 907	85	572	17 307 535
Ativo / (Passivo) líquido por moeda	918 583	(23 292)	–	181	(23)	–	–	895 449
Situação Líquida	(895 449)	–	–	–	–	–	–	(895 449)
Exposição Líquida	23 134	(23 292)	–	181	(23)	–	–	–

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado atentamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento em sede de comité ALCO.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução n.º 13/2009).

Risco Operacional

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DRI exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, a CEMG está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Diretiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir.

Os Fundos próprios da CEMG dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base («FPB»): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados retidos do período quando certificados, os interesses minoritários e outros instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam aprovadas pelo Banco de Portugal. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a ações ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a *Goodwill* apurado, ativos intangíveis, ganhos não realizados em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados que representem risco de crédito próprio, desvios atuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite correspondente a 10% do máximo entre as referidas responsabilidades e o ativo do fundo de pensões. São também deduzidos em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras, bem como as participações em entidades seguradoras. Em novembro de 2011 entrou em vigor a Instrução n.º 28/2011 do Banco de Portugal que inclui como elemento negativo dos fundos próprios de base uma parte do saldo dos depósitos cuja taxa de remuneração seja superior em 3% à taxa de referência para a data do depósito em vigor na data de renovação ou constituição desse depósito. A instrução aplica-se aos depósitos constituídos ou renovados após 1 de novembro de 2011.
- Fundos Próprios Complementares («FPC»): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível, reservas provenientes da reavaliação do ativo imobilizado e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a ações ou outros instrumentos de capital. São deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras, bem como as participações em entidades seguradoras.
- É deduzido aos Fundos Próprios totais um valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 anos, calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 9 ou 12 anos em carteira (conforme a data de arrematamento) o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

A composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em 2008, o Banco de Portugal introduziu algumas alterações ao cálculo dos fundos próprios. Assim, através do Aviso n.º 6/2008, a par do tratamento dado aos créditos e outros valores a receber, excluiu as valias potenciais em títulos de dívida classificados como disponíveis para venda dos fundos próprios, na parte que exceda o impacto resultante de eventuais operações de cobertura, mantendo, contudo, a obrigatoriedade de não considerar nos fundos próprios de base as reservas de reavaliação positivas, na parte que exceda a imparidade que eventualmente tenha sido registada, relativas a ganhos não realizados em títulos de capital disponíveis para venda (líquidas de impostos).

Em 2011, a CEMG adaptou a política contabilística do Fundo de Pensões às alterações efetuadas nas Normas Internacionais de Contabilidade. Anteriormente, era utilizada a designada *regra do corredor* e em dezembro 2011 passou a reconhecer-se a totalidade dos desvios atuariais em reservas. Apesar desta alteração ao nível contabilístico, em termos regulamentares não existiram alterações, dado que o Aviso n.º 2/2012 define tratamento prudencial, para este novo procedimento contabilístico, semelhante ao designado pela *regra do corredor*. Também em dezembro de 2011 foi realizada

a transferência parcial dos planos pós-emprego de benefício definido para a esfera da Segurança Social, cujos efeitos em fundos próprios foram diferidos para junho 2012, de acordo com o Aviso n.º 1/2012 do Banco de Portugal.

A verificação de que uma entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respetivos requisitos de fundos próprios certifica a adequação do seu capital, refletida num rácio de solvabilidade, representado pelos fundos próprios em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios. O Aviso n.º 3/2011 do Banco de Portugal determina que o rácio *core tier* 1, em base consolidada, deve ser não inferior a 9%, até 31 de dezembro de 2011, e a 10%, até 31 de dezembro de 2012.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital da CEMG para 31 de dezembro de 2011 e 2010 apresenta-se como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Fundos Próprios *Core Tier* 1		
Capital realizado	1 245 000	800 000
Resultados, Reservas Gerais, Especiais e Resultados não distribuídos	254 790	219 694
Outros ajustamentos regulamentares	(121 206)	(63 482)
	1 378 584	956 212
Fundos Próprios de Base		
Outros Instrumentos de Capital	5 000	–
Deduções Fundos Próprios de Base	(15 081)	(16 554)
	1 378 503	939 658
Fundos Próprios Complementares		
Upper Tier 2	8 950	27 506
Lower Tier 2	462 802	378 000
Deduções	(15 081)	(14 674)
	456 671	390 832
Deduções aos fundos próprios totais	(5 799)	(4 562)
Fundos próprios totais	1 829 375	1 325 928
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito	1 004 835	767 097
Risco de mercado	4 219	1 721
Risco operacional	75 792	55 495
	1 084 846	824 313
Rácios Prudenciais		
Rácio Core *Tier* 1	10,17%	9,28%
Rácio *Tier* 1	10,17%	9,12%
Rácio de Solvabilidade	13,49%	12,87%

53. Dívida soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*

Com referência a 31 de dezembro de 2011, a exposição da CEMG a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

Emitente / Carteira	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Imparidade Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal							
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 150 482	1 150 482	(241 563)	–	4,35%	2,21	1
Investimentos detidos até à maturidade	37 419	34 299	–	–	4,72%	1,03	n.a.
	1 187 901	1 184 781	(241 563)	–			
Grécia							
Ativos financeiros disponíveis para venda	33 507	33 507	–	(19 309)	4,22%	0,37	1
Irlanda							
Ativos financeiros disponíveis para venda	11 032	11 032	1 051	–	4,60%	4,30	1
	1 232 440	1 229 320	(240 512)	(19 309)			

Com referência a 31 de dezembro de 2010, a exposição da CEMG a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de bailout, é apresentada como segue:

Emitente / Carteira	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 047 164	1 047 164	(28 302)	4,10	2,95	1
Investimentos detidos até à maturidade	44 112	42 900	–	4,56	1,79	n.a.
	1 091 276	1 090 064	(28 302)	–		
Grécia						
Ativos financeiros disponíveis para venda	44 470	44 470	(2 523)	3,96	0,79	1
	1 135 746	1 134 534	(30 825)			

Relativamente aos títulos de dívida pública de Portugal, Grécia e Irlanda não se verificaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 quaisquer reclassificações entre carteiras.

Relativamente à exposição à dívida soberana da Grécia, e na sequência das diversas conversações que foram mantidas ao nível da UE, face à atual situação económica internacional, à posição da Grécia no contexto Europeu e ainda à atual crise da dívida soberana na União Europeia, o Conselho Europeu aprovou no passado dia 21 de julho, um conjunto de condições de reestruturação aplicáveis à dívida soberana da Grécia.

De acordo com a informação pública disponível, as condições de reestruturação estabelecem uma troca voluntária dos títulos da atual dívida pública da Grécia por um conjunto de novas obrigações a emitir com maturidades entre 15 e 30 anos, parcialmente colateralizadas, e com um ajustamento da taxa de juro aplicável.

Face a estas condições de reestruturação e à opção de adesão voluntária ao esquema de conversão definido, o Conselho de Administração Executivo avaliou os seus efeitos, ao nível das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2011, tendo em consideração os diferentes cenários de adesão ao programa de reestruturação e os termos e condições aprovados.

Depois da referida avaliação, e considerando as opções existentes, o Conselho de Administração da CEMG decidiu não avançar para a opção de conversão tendo em consideração os diversos aspetos, nomeadamente:

(i) a adesão ao programa da reestruturação ser voluntário sendo a expectativa do Conselho Europeu que haja uma adesão até 90% dos detentores da dívida soberana da Grécia;

(ii) não ser expectável que após o novo pacote de ajuda à Grécia possa haver um *default* em relação aos bancos não participantes porque isso seria equivalente a um incumprimento que poderia ter consequências severas para a dívida da Grécia no seu todo;

(iii) o facto de Portugal ser um país em *bailout*; e

(iv) ausência de uma decisão regulamentar para uma adesão pelos Bancos portugueses ao programa de reestruturação aprovado pelo Conselho Europeu.

Desta forma a dívida soberana da Grécia está valorizada, com referência a 31 de dezembro de 2011 de acordo com os critérios valorimétricos definidos nas políticas contabilísticas nota 1*d*) de acordo com o parágrafo AG 84 do IAS 39, tendo a esta data sido reconhecida imparidade.

No que diz respeito à exposição aos restantes países em situação de *bailout* o Conselho de Administração da CEMG considera igualmente que a esta data não existe qualquer evidência objetiva de imparidade.

54. Aquisição de subsidiárias

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, acionista única da CEMG, procedeu à aquisição de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição no montante de Euros 341 250 000.

Em 31 de março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG pelo montante de Euros 341 250 000, pelo que a partir desta data, a CEMG passou a deter uma participação de 100% na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.

A aquisição da Finibanco Holding pela CEMG permitiu completar o nível de serviços prestados na área financeira através da aquisição de uma participação no Finibanco, S.A. (banco universal), Finicrédito, S.A. (instituição financeira de crédito especializado), Finibanco Angola S.A. (banco universal em Angola) e Finivalor (Sociedade Gestora de Fundos de Investimento).

A referida aquisição permite igualmente a complementaridade das redes comerciais e a entrada em mercados nos quais a CEMG não estava presente.

O valor de aquisição pela CEMG ao Montepio Geral – Associação Mutualista foi realizado na sua totalidade em dinheiro.

O justo valor dos ativos e passivos adquiridos no âmbito da operação acima descritos são analisados como segue:

	2011 **Euros '000**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	129 508
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46 380
Ativos financeiros detidos para negociação	30 650
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	9 848
Ativos financeiros disponíveis para venda	425 136
Aplicações em instituições de crédito	108 035
Crédito a clientes	2 605 954
Ativos não correntes detidos para venda	41 368
Propriedades de investimento	20 186
Outros ativos tangíveis	81 867
Ativos intangíveis	6 130
Investimentos em associadas e outras	24 876
Ativos por impostos correntes	2 572
Ativos por impostos diferidos	35 486
Outros ativos	97 525
Recursos de bancos centrais	(410 016)
Passivos financeiros detidos para negociação	(20 337)
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(117 345)
Recursos de outras instituições de crédito	(286 279)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2 327 514)
Responsabilidades representadas por títulos	(1 840)
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	(115 095)
Provisões	(2 506)
Passivos por impostos correntes	(269)
Passivos por impostos diferidos	(19 937)
Outros passivos subordinados	(11 108)
Outros passivos	(45 995)
Outros instrumentos de capital	(15 000)
Reservas e resultados transitados	(4 054)
	288 226

O «*goodwill*» reconhecido em ativos intangíveis e sujeito a testes de imparidade em base anual, conforme descrito na política contabilística nota 1*b*) é analisado conforme segue:

	2011 Euros '000
Valor total pago pela CEMG	341 250
Justo valor dos ativos e passivos adquiridos	288 226
	53 024

O crédito sobre clientes adquirido, corresponde a um valor bruto de Euros 2 835 838 000 com perdas por imparidade reconhecidas no montante de 191 338 000 e um incremento líquido de justo valor, que inclui o efeito da componente de taxa fixa de uma parcela da carteira e o nível de provisionamento estatutário associados a uma carteira com garantias reais hipotecárias que ascende a Euros 86 790 000.

O *goodwill* apresentado resulta essencialmente da complementaridade das redes comerciais e da presença do Grupo Finibanco em mercados onde a CEMG não opera atualmente, quer em Portugal, quer em Angola.

A CEMG incorreu em custos associados com a transação no montante de Euros 564 000, e que correspondem essencialmente a custos com consultores em matérias legais, fiscais e contabilísticas no âmbito da transação.

55. Empresas subsidiárias

A 31 de dezembro de 2011, as empresas que consolidam pelo método integral no Grupo são apresentadas como segue:

Empresa Subsidiária	Sede	Capital Social	Atividade	% detida
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI)	Praia	Euros 7 000 000	Banca	100,00%
Finibanco Holding, SGPS, S.A.	Porto	Euros 175 000 000	Gestão de participações sociais	100,00%
Finibanco S.A.	Porto	Euros 180 000 000	Banca	100,00%
Finicrédito, S.A.	Porto	Euros 30 000 000	Locação financeira	100,00%
Finivalor, S.A.	Porto	Euros 1 550 000	Gestão de fundos de investimento	100,00%
Montepio Recuperação de crédito ACE	Lisboa	–	Prestação de serviços diversos	93,00%
Finibanco Angola, S.A.	Luanda	AOA 1 332 000 000	Banca	61,04%

A 31 de dezembro de 2011, as empresas que consolidam pelo método de equivalência patrimonial do Grupo são apresentadas como segue:

Empresa Subsidiária	Sede	Capital Social	Atividade	% detida
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	Eur 20 000 000	Atividade Seguradora	39,34%
Iberpartners Cafés S.G.P.S., S.A.	Lisboa	Eur 3 400 000	Sociedade Gestora de Participações Sociais	29,41%
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	Eur 26 000 000	Atividade Seguradora	25,65%
HTA – Hóteis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	Ilha de São Miguel	Eur 10 000 000	Alojamento, Restauração e Similares / Hóteis com Restaurante	20,00%
Prio Foods S.G.P.S., S.A.	Oliveira de Frades	Eur 5 000 000	Sociedade Gestora de Participações Sociais	20,00%
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	Oliveira de Frades	Eur 13 700 000	Sociedade Gestora de Participações Sociais	20,00%

A percentagem apresentada reflete o interesse económico do Grupo.

Adicionalmente, e de acordo com a SIC 12, o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades de finalidade especial e fundos de investimento:

Empresa Subsidiária	Ano de Constituição	Ano de Aquisição	Sede	% de interesse económico	Método de consolidação
Pelican Mortgages No. 1 PLC	2002	2002	Dublin	100%	Integral
Pelican Mortgages No. 2 PLC	2003	2003	Dublin	100%	Integral
Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH)	2011	2011	Lisboa	100%	Integral

56. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações efetivas em ou a partir de 1 de janeiro de 2011

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a CEMG aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

- ***IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros***

  O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em outubro de 2010, a IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de julho de 2011, sendo a sua adoção antecipada permitida.

  As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de ativos financeiros, nomeadamente securitizações de ativos financeiros, têm como objetivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

  Annual Improvement Project

  Em maio de 2010, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual efetuou 11 alterações em 7 normas. A data de efetividade das alterações, possibilidade de adoção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações foram de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2011.

  A CEMG não obteve qualquer impacto significativo da adoção destas alterações às normas em vigor ao nível das demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a CEMG

- ***IFRS 9 – Instrumentos financeiros***

  O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em novembro de 2009, a IFRS 9 – Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2015, sendo permitido a sua adoção antecipada. Esta norma foi alterada em outubro de 2010. A IFRS 9 não foi ainda adotada pela União Europeia.

  Esta norma insere-se na primeira fase do projeto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de ativos financeiros. Os principais aspetos considerados são os seguintes:

  – Os ativos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efetuada no momento inicial de reconhecimento dos ativos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses ativos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada ativo financeiro;

  – Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses ativos financeiros com o objetivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;

  – Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo

valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser revertidos por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam tratados da mesma forma. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;

– A exceção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;

– As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor («*Fair Value option*») serão reconhecidas em «*Other Comprehensive income*» (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

A CEMG está a avaliar o impacto da adoção desta norma.

- ***IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas***

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados (método integral), substituindo a IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a SIC 12 – Consolidação de SPE. Desta forma, apresenta uma nova definição de controlo e requisitos para a sua aplicação.

Um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada. Foi introduzido o conceito de «*facto control*».

Foram incluídos nesta norma dois objetivos principais:

– Introdução de um único modelo de consolidação para todo o tipo de entidades, assegurando-se que uma entidade consolida todas as entidades que controla;

– Introdução de requisitos de divulgação mais extensos, nomeadamente sobre os investimentos que a entidade não consolida.

A CEMG encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

- ***IFRS 11 – Acordos conjuntos***

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 11 – Acordos conjuntos, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: 1) «*Joint operations*»: e 2) «*Joint ventures*».

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

– A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o fator crítico para a determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;

– Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma «*joint venture*», eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

A CEMG encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

- ***IFRS 12 – Divulgações de interesses noutras entidades***

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 12 – Divulgações de interesses noutras entidades, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

– A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades, e

– efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

A CEMG encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

- ***IFRS 13 – Mensuração do justo valor***

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 13 – Mensuração do justo valor, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação. Desta forma, os principais aspetos considerados são:

– Princípios que estão na base de um justo valor;

– Técnicas de valorização apropriadas e os três níveis de hierarquização do justo valor; e

– Requisitos mais alargados no que respeita a informação para divulgação.

A CEMG encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

- ***IAS 27 – Demonstrações financeiras individuais***

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em maio de 2011, a IAS 27 – Demonstrações financeiras individuais com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS, e necessidades de requisitos de divulgação.

A CEMG encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

- ***IAS 28 – Investimentos em associadas e Joint ventures***

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em maio de 2011, a IAS 28 – Investimentos em associadas e *Joint ventures* com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma veio substituir a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adotar pelo investidor dos investimentos em associadas e em «*joint ventures*», definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, quer para associadas quer para «*joint ventures*».

A IFRS 11 determina qual o tipo de acordo conjunto que uma entidade está envolvida, e uma vez determinado que existe um interesse numa «*joint venture*», uma entidade aplica o método da equivalência patrimonial nas contas consolidadas de acordo com a IAS 28 (revista em 2011), exceto se forem aplicadas as exceções previstas nessa norma.

A IFRS 12 descreve quais os requisitos de divulgação de informação.

A CEMG encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

- ***IFRS 7 (Alterada) – Divulgações – Offsetting de ativos e passivos financeiros***

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em maio de 2011, uma alteração à IFRS 7 – Divulgações – «*Offsetting*» de ativos e passivos financeiros com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de ativos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

A CEMG encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

- ***IAS 32 (Alterada) – Offsetting de ativos e passivos financeiros***

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em maio de 2011, uma alteração IAS 32 – «*Offsetting*» de ativos e passivos financeiros com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2014, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridos para se efetuar a apresentação de forma líquida de ativos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade:

– o critério de que uma entidade tem o direito legal de efetuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos; e

– o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os ativos e liquidar os passivos em simultâneo.

A CEMG encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

57. Factos relevantes

Em novembro e dezembro de 2011, a CEMG procedeu à alienação de um conjunto de imóveis classificados como Ativos não correntes detidos para venda, conforme nota 28 e Imóveis de serviço próprio, conforme nota 29.

As alienações de Ativos não correntes detidos para venda, foram realizadas para os Fundos de Investimento Imobiliário, CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (FEII) e Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH). Relativamente às alienações de Imóveis de serviço próprio a contraparte foi o Montepio Geral Associação Mutualista.

Estas operações geraram um resultado de Euros 50 895 000 Euros, conforme nota 9 e uma reversão de imparidade associada a estes imóveis de Euros 39 498 000, conforme referido na nota 15.

De referir que para estas operações, os preços de transação foram determinados através de duas avaliações para cada imóvel, realizadas por avaliadores independentes credenciados pela CMVM. Para cada imóvel foi atribuído o valor mais baixo das duas avaliações ou a média das duas.

Adicionalmente, e no âmbito das referidas operações, o Grupo adquiriu unidades de participação nos fundos referidos anteriormente por um valor equivalente ao valor da alienação de imóveis aos fundos (nota 23):

– 24 913 185 unidades de participação no CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (FEII); e

– 59 663 unidades de participação no Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH).

As operações corresponderam a alienações de imóveis a fundos de investimento imobiliários e como tal houve uma transferência de direitos e obrigações associados a esses imóveis. As unidades de participação (UPs) destes fundos estão incluídas na carteira de Ativos Financeiros disponíveis para venda, inscritos ao justo valor, conforme descrito nas IAS 39. A determinação do justo valor destas UPs é efetuada com base no valor de mercado.

Tratando-se de fundos de investimento imobiliários, estão sujeitos à regulamentação e supervisão da CMVM, cumprindo com as obrigações inerentes, das quais se salienta as avaliações dos imóveis incluídos nos fundos por dois avaliadores independentes. No caso do FIIAH e dado que a CEMG detêm 100% das UPs, o Fundo é consolidado pelo método integral.

58. Impacto da alteração da política contabilística de reconhecimento dos desvios atuariais associados ao plano de benefícios definidos

Até esta data, a CEMG procedia ao diferimento dos desvios atuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor atual das obrigações definidas e o justo valor dos ativos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo valor correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

De acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 Benefícios dos empregados, a CEMG optou por uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada, para efeitos comparativos, a partir de 1 de janeiro de 2010, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios atuariais diferidos em capitais próprios.

Assim, e conforme referido nas notas 11, 32, 42 e 48 a rubrica Reservas e Resultados acumulados inclui, com efeitos a 1 de janeiro de 2010, uma reexpressão resultante da referida alteração da política contabilística. A referida reexpressão efetuada no âmbito das IFRS, pode ser analisada conforme segue:

	Situação líquida 31.12.2010 Euros '000	Resultado líquido 31.12.2010 Euros '000	Situação líquida 1.1.2010 Euros '000
Valor anteriormente reportado	995 478	51 407	986 214
Ajustamentos			
Desvios atuariais por diferir	(101 709)	–	(86 316)
Amortizações de perdas atuariais diferidas	1 680	1 680	–
	(100 029)	1 680	(86 316)
Valores corrigidos	895 449	53 087	899 898

59. Eventos subsequentes

Na sequência das discussões mantidas entre o Estado Grego e o setor privado relacionadas com a reestruturação da dívida soberana da Grécia («GGB's»), em 21 de fevereiro de 2012, o Ministério das Finanças da Grécia anunciou os aspetos chave do envolvimento do setor privado («PSI») na referida reestruturação. De acordo com a informação disponível, os termos do PSI atualmente acordados são analisados como segue:

Os detentores do GGB's devem trocar os títulos atuais por:

- Novos GGB's com valor facial igual a 31,5% do valor facial dos antigos GGB's; e
- *Notes* emitidas pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira («FEEF»), com valor facial igual a 15% dos antigos GGB"s. As *notes* terão uma taxa de juro de mercado e uma maturidade de 24 meses.

Os novos GGB's terão os seguintes termos:

- Cupão inicial de 2% com aumento para 3% e depois 4,3%;
- Pagamento de capital em 20 prestações anuais com início no 11.º aniversário da data de emissão e maturidade em 2042;
- Cláusulas de *Aggregated collective action*;
- Admissão à cotação na Bolsa de Atenas;
- Emissões reguladas pela Lei Inglesa; e
- Inclusão de títulos indexados ao PIB destacáveis, que darão direito ao detentor a um cupão adicional de 1% caso sejam atingidos determinados objetivos em termos de PIB.

O PSI é parte do pacote de *bailout* no montante de Euros 130 biliões da União Europeia para a Grécia e está sujeito a aprovação dos parlamentos dos países da zona Euro.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 da **Caixa Económica Montepio Geral**, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 21.495.390 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.259.488 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 45.029 milhares de euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios, e do Rendimento integral do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:

a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia ("IFRS"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos de caixa consolidados, as alterações nos capitais próprios consolidados e do rendimento integral consolidado;

b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as IFRS seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e,

e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 2.840.000 Euros - Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 - Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o nº 715, fls. 178 do Livro C - 2/3

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e,
- a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Caixa Económica Montepio Geral** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos consolidados de caixa, as alterações nos capitais próprios e o rendimento integral no exercício findo naquela data, em conformidade com as IFRS e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relatório do governo institucional inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 15 de Março de 2012

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC N.º 1081)

11.3. CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL – BASE INDIVIDUAL

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

	2011			2010
	ATIVO BRUTO	IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO
ATIVO				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	381 540		381 540	240 024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	102 701		102 701	58 405
Ativos financeiros detidos para negociação	137 922		137 922	124 589
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 606		3 606	3 952
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 871 427	49 647	5 821 780	5 256 811
Aplicações em instituições de crédito	370 613	345	370 268	338 662
Crédito a clientes	16 894 465	694 225	16 200 240	14 352 766
Investimentos detidos até à maturidade	48 416		48 416	58 093
Derivados de cobertura	8 072		8 072	7 734
Ativos não correntes detidos para venda	107 236	20 406	86 830	162 374
Outros ativos tangíveis	221 520	155 336	66 184	89 188
Ativos intangíveis	153 721	42 878	110 843	18 254
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	384 547		384 547	43 297
Ativos por impostos correntes	10		10	
Ativos por impostos diferidos	59 221		59 221	
Outros ativos	310 721		310 721	129 871
TOTAL DO ATIVO	**25 055 738**	**962 837**	**24 092 901**	**20 884 020**
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais			2 003 300	1 540 266
Passivos financeiros detidos para negociação			94 194	47 538
Recursos de outras instituições de crédito			1 182 068	1 262 546
Recursos de clientes e outros empréstimos			13 190 639	9 654 340
Responsabilidades representadas por títulos			2 240 688	3 578 677
Passivos financeiros associados a ativos transferidos			3 289 983	3 182 375
Derivados de cobertura			9 084	6 894
Provisões			120 014	101 499
Outros passivos subordinados			477 247	380 986
Outros passivos			244 112	134 880
TOTAL DO PASSIVO			**22 851 329**	**19 890 001**
CAPITAL				
Capital			1 245 000	800 000
Outros Instrumentos de capital			15 000	
Reservas de reavaliação			- 308 288	- 74 569
Outras reservas e resultados transitados			257 037	227 097
Resultado do exercício			32 823	41 491
TOTAL DE CAPITAL PRÓPRIO			**1 241 572**	**994 019**
TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			**24 092 901**	**20 884 020**

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS
Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
José de Almeida Serra
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Eduardo José da Silva Farinha
Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

	2011	2010
Juros e rendimentos similares	1 161 027	750 941
Juros e encargos similares	857 554	480 519
MARGEM FINANCEIRA	**303 473**	**270 422**
Rendimentos de instrumentos de capital	2 112	2 175
Rendimentos de serviços e comissões	108 128	89 175
Encargos com serviços e comissões	19 199	15 205
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	68 399	45 555
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	3 216	9 959
Resultados de reavaliação cambial	2 520	2 320
Resultados de alienação de outros ativos	57 988	- 3 363
Outros resultados de exploração	32 929	19 351
PRODUTO BANCÁRIO	**559 566**	**420 389**
Custos com pessoal	217 319	142 823
Gastos gerais administrativos	105 628	83 442
Amortizações do exercicio	26 854	20 846
Provisões líquidas de reposições e anulações	- 2 805	- 1 207
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	174 939	120 828
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	34 632	2 152
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	- 18 456	10 014
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	**21 455**	**41 491**
Impostos	- 11 368	
RESULTADO APÓS IMPOSTOS	**32 823**	**41 491**

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS
Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
António Tomás Correia – Presidente
José de Almeida Serra
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral
Eduardo José da Silva Farinha
Álvaro Cordeiro Dâmaso

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(milhares de euros)

	2011	2010
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Juros recebidos	1 066 203	737 401
Comissões recebidas	109 898	85 013
Pagamento de juros	(856 237)	(465 520)
Pagamento de comissões	(17 945)	(5 418)
Despesas com pessoal e fornecedores	(379 632)	(249 182)
Recuperação de crédito e juros	–	2 376
Outros pagamentos e recebimentos	256 622	41 656
	178 909	**146 326**
(Aumentos) / diminuições de ativos operacionais		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	(1 947 110)	882 313
Outros ativos	3 242	(24 885)
	(1 943 868)	**857 428**
(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais		
Recursos para com clientes	3 422 117	758 954
Recursos para com instituições de crédito	(1 623 501)	(182 479)
Recursos de bancos centrais	2 000 000	1 540 000
	3 798 616	2 116 475
	2 033 657	**3 120 229**
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Dividendos recebidos	2 112	2 175
(Compra) / Venda de ativos financeiros de negociação	(20 944)	(16 779)
(Compra) / Venda de ativos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	346	240
(Compra) / Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	(836 522)	(2 148 825)
(Compra) / Venda de derivados de cobertura	1 852	1 996
(Compra) / Venda de ativos financeiros detidos até à maturidade	9 506	(23 987)
(Compra) / Venda de investimentos em associadas	(429 522)	–
Depósitos detidos com fins de controlo monetário	(104 094)	61 507
Alienação de imobilizações	60 195	3 135
Aquisição de imobilizações	(24 101)	(24 101)
	(1 341 172)	**(2 144 639)**
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Distribuição de resultados	(23 085)	(20 300)
Aumento de capital	460 000	40 000
Emissão de obrigacões de caixa e títulos subordinados	302 011	(98 078)
Reembolso de obrigacões de caixa e títulos subordinados	(1 390 073)	(906 509)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	40 380	12 470
	(610 767)	**(972 417)**
Variação líquida em caixa e equivalentes	81 718	3 173
Caixa e equivalentes no início do exercício	154 046	150 873
Caixa (nota 17)	95 641	99 128
Disponibilidades em outras instituições de crédito (nota 18)	58 405	51 745
Caixa e equivalentes no fim do exercício	**235 764**	**154 046**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Individuais

MAPA DE ALTERAÇÕES NA SITUAÇÃO LÍQUIDA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Outros instrumentos de capital	Reserva geral e especial	Outras reservas	Reservas de justo valor	Resultados acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2009	**995 234**	**760 000**	**–**	**225 685**	**8 404**	**(28 600)**	**29 745**
Alteração da política de reconhecimento de desvios atuariais (nota 55)	(88 533)	–	–	–	–	–	(88 533)
Saldos em 1 de janeiro de 2010	**906 701**	**760 000**	**–**	**225 685**	**8 404**	**(28 600)**	**(58 788)**
Outros movimentos registados diretamente na situação líquida:							
Impacto da aplicação da IAS 19	(8 033)	–	–	–	–	–	(8 033)
Perdas atuariais no exercício (nota 55)	(13 714)	–	–	–	–	–	(13 714)
Alterações de justo valor	(54 373)	–	–	–	–	(54 373)	–
Resultado do exercício	42 537	–	–	–	–	–	42 537
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	(33 583)	–	–	–	–	(54 373)	20 790
Distribuição de resultados (nota 44)	(20 300)	–	–	–	–	–	(20 300)
Aumento de capital (nota 40)	40 000	40 000	–	–	–	–	–
Constituição de reservas							
Reserva geral	–	–	–	7 556	–	–	(7 556)
Reserva especial	–	–	–	1 889	–	–	(1 889)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**892 818**	**800 000**	**–**	**235 130**	**8 404**	**(82 973)**	**(67 743)**
Outros movimentos registados diretamente na situação líquida:							
Impacto da aplicação da IAS 19	(8 033)	–	–	–	–	–	(8 033)
Perdas atuariais no exercício (nota 55)	73 441	–	–	–	–	–	73 441
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 31)	47 853	–	–	–	–	–	47 853
Alterações de justo valor	(233 719)	–	–	–	–	(233 719)	–
Resultado do exercício	32 823	–	–	–	–	–	32 823
Total de ganhos e perdas reconhecidos no exercício	(87 635)	–	–	–	–	(233 719)	146 084
Distribuição de resultados (nota 44)	(23 085)	–	–	–	–	–	(23 085)
Aumento de capital (nota 39)	445 000	445 000	–	–	–	–	–
Outros instrumentos de capital (nota 40)	15 000	–	15 000	–	–	–	–
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(525)	–	–	–	–	–	(525)
Constituição de reservas							
Reserva geral	–	–	–	8 298	–	–	(8 298)
Reserva especial	–	–	–	2 076	–	–	(2 076)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**1 241 573**	**1 245 000**	**15 000**	**245 504**	**8 404**	**(316 692)**	**44 357**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Individuais

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

	Nota	2011	2010
Outro rendimento integral do exercício:			Reexpresso
Reserva de justo valor			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	42	(233 719)	(54 373)
Perdas atuariais do exercício	54	73 441	(13 714)
Impostos diferidos	31	47 853	–
Impacto da aplicação da IAS 19		(8 033)	(8 033)
Total de outro rendimento integral do exercício depois de impostos		**(120 458)**	**(76 120)**
Resultado líquido do exercício		32 823	42 537
Total de rendimento integral do exercício		**(87 635)**	**(33 583)**

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Caixa Económica Montepio Geral (adiante designada por «CEMG») é uma instituição de crédito, anexa e detida pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, tendo sido constituída em 24 de março de 1844. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio, que regulamenta a atividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua atividade. Porém, a CEMG pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal, o que na prática se traduz na possibilidade de realizar a universalidade das operações bancárias.

Conforme referido na nota 54, no decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, acionista único da CEMG, procedeu à aquisição pelo montante de Euros 341 250 000 de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição.

Em 31 de março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG. No âmbito da alteração da estrutura do Grupo decorrente desta aquisição, em 4 de abril de 2011, a CEMG adquiriu um conjunto de ativos e passivos do Finibanco, S.A. (excluindo os imóveis propriedade do Finibanco, S.A. e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e os contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Finibanco, S.A. é locador financeiro e os elementos do ativo imobilizado que suportam materialmente a atividade de locação financeira), bem como todos os passivos e provisões associadas. Desta forma, as demonstrações financeiras individuais da CEMG com referência a 31 de dezembro de 2011 incluem o efeito desta aquisição, pelo que este facto deverá ser considerado para efeitos de comparabilidade.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras da CEMG são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») em vigor e adotadas pela União Europeia (UE), com exceção das matérias definidas nos n.º 2.º e 3.º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal («NCA's»). As NCA's incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* («IASB») bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* («IFRIC») e pelos respetivos órgãos antecessores com exceção dos aspetos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o atual regime, ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS. As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Caixa CEMG em 8 de março de 2012. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondadas ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

A CEMG adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2011.

As demonstrações financeiras da CEMG para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as NCA's emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data.

No decurso do exercício de 2011, de acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 Benefícios dos empregados, a CEMG efetuou uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com o IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresenta para efeitos comparativos a partir de 1 de janeiro de 2010, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios atuariais diferidos apurados até essa data em capitais próprios. Assim, conforme referido nas notas 42, 46 e 54 a rubrica Reservas e Resultados acumulados inclui, com efeitos a 1 de janeiro de 2010, uma reexpressão resultante da referida alteração da política contabilística.

Anteriormente, a CEMG procedia ao diferimento dos desvios atuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor atual das obrigações definidas e o justo valor dos ativos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

Em 2011, a CEMG adotou a IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros e o «*Annual Improvement Project*» emitido em maio de 2010. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de janeiro de 2011, tiveram impacto ao nível da divulgação de informação adicional sobre os ativos e passivos da CEMG.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os ativos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros ativos financeiros e passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Ativos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda («*disposal groups*») são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos ativos do fundo.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios das demonstrações financeiras agora apresentadas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na nota 1*y*).

b) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pela CEMG para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes ativos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais da CEMG expiram; ou (ii) a CEMG transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

Conforme referido na política contabilística 1 *a*), a CEMG aplica nas suas contas individuais as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pela CEMG nos exercícios anteriores, como segue:

Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objeto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efetuada periodicamente pela CEMG tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a atual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95 de 30 de junho, n.º 7/00 de 27 de outubro e n.º 8/03 de 30 de janeiro.

Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de junho, Aviso n.º 2/99 de 15 de janeiro e Aviso n.º 8/03 de 30 de janeiro, do Banco de Portugal.

Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as diretrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

Anulação contabilística de créditos («write-offs»)

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspetiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente ações ou unidades de participação, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a ações destas carteiras são registados em Resultados em ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica ativos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados («Fair Value Option»)

O Grupo adotou o «*Fair Value Option*» para algumas emissões próprias. As variações de risco de crédito do Grupo associadas a passivos financeiros em «*Fair Value Option*» encontram-se divulgadas na nota da rubrica «Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados».

A designação de outros ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados («*Fair Value Option*») é realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

– os ativos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;

– a designação elimina ou reduz significativamente o «*mismatch*» contabilístico das transações;

– os ativos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais («*host contract*»).

Os ativos e passivos financeiros ao «*Fair Value Option*» são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda detidos com o objetivo de serem mantidos pela CEMG, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, são classificados como disponíveis para venda, exceto se forem classificados numa outra categoria de ativos financeiros. Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações. Os ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica «Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda» da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efetiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Ativos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a CEMG tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros. Estes ativos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a CEMG a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a CEMG ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

4) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de Operações Financeiras no momento em que ocorrem.

ii) Transferências entre categorias

A CEMG apenas procede à transferência de ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de ativos financeiras disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes ativos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efetuadas com base no justo valor dos ativos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respetivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do ativo, com base no método da taxa efetiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efetiva.

As transferências para a (i) categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade só podem ser efetuadas desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes ativos financeiros até à sua maturidade e para a (ii) categoria de crédito a clientes desde que exista a intenção e a capacidade de manter estes ativos financeiros num futuro previsível e os mesmos não sejam transacionáveis num mercado ativo.

Não foram efetuadas transferências entre carteiras no exercício de 2010 e de 2011.

(iii) Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possa ser medido de forma fiável ou com base numa queda acentuada ou prolongada do justo valor do ativo financeiro, abaixo do custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num ativo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objetivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A reversão das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada por contrapartida de reservas de justo valor quando se revertem.

(iii) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal («*host contract*»), desde que o instrumento

híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do exercício e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

d) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

A CEMG designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pela CEMG. Uma relação de cobertura existe quando:

– à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;

– se espera que a cobertura seja altamente efetiva;

– a efetividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;

– a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período de relato financeiro; e

– em relação à cobertura de uma transação prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afetar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários ativos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura.

Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do ativo, passivo ou grupo de ativos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios – reservas de fluxos de caixa na parte efetiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afeta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente.

Desta forma, as variações de justo valor do derivado acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

– Diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto; ou

– Reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transação futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transação futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efetividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a CEMG executa testes prospetivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospetivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efetividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

e) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros («*Amendements to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*»). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes – Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade («*Held-to-maturity*»), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou
- Quando se verificar algum evento que é não usual e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

Em 2011 e 2010, o Grupo não procedeu a quaisquer reclassificações entre categorias de instrumentos financeiros.

As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes – Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados («*Fair Value Option*»).

f) Desreconhecimento

A CEMG desreconhece ativos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de ativos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos financeiros foram transferidos ou a CEMG não mantém controlo dos mesmos.

A avaliação da existência de controlo é efetuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- Os SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor da CEMG, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que a CEMG obtenha benefícios do funcionamento do SPE;
- A CEMG tem os poderes de tomada de decisão para obter a maioria dos benefícios das atividades do SPE, ou, ao estabelecer mecanismos de «*autopilot*», a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;
- A CEMG tem direitos para obter a maioria dos benefícios do SPE, estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às atividades do SPE;
- A CEMG retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus ativos, com vista à obtenção de benefícios da sua atividade.

A CEMG procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como juros de valores mobiliários perpétuos quando declaradas.

h) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

i) Empréstimos de títulos e transações com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

A CEMG realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

j) Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os ativos não correntes, grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) e operações em descontinuação são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações em descontinuação e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Grupo classifica igualmente em ativos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efetuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

k) Locação operacional e financeira

A CEMG classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

– Como locatário

Os pagamentos efetuados pela CEMG à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos exercícios a que dizem respeito.

– Como locador

Os ativos detidos sob locação operacional são registados no balanço de acordo com a natureza do ativo.

Os proveitos decorrentes das rendas faturadas aos clientes de locação operacional são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato.

Os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção do proveito de locação são reconhecidos numa base sistemática ao longo do período de duração do contrato na demonstração dos resultados. Os custos diretos iniciais incorridos pelos locadores ao negociar e aceitar uma locação operacional devem ser adicionados à quantia escriturada do ativo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação na mesma base do proveito da locação.

A política de depreciação para ativos locados depreciáveis é consistente com a política de depreciação normal do locador para ativos semelhantes, conforme política contabilística 1*q*).

A CEMG procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

Locação financeira

– Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

– Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

l) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, a CEMG procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

– Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e

– Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a ativos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de «*Fair Value Option*», a componente de juro é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados (margem financeira).

m) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

– quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;

– quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

n) Prestação de serviços de mediação de seguros ou de resseguros

A CEMG é uma entidade autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal para a prática da atividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o Artigo 8.º, alínea *a*), subalínea, do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, desenvolvendo a atividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CEMG efetua a venda de contratos de seguros. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, a CEMG recebe mediação de contratos de seguros, as quais estão definidas em acordos/protocolos estabelecidos entre a CEMG e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros têm a seguinte tipologia:

– Comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. A componente fixa é calculada pela aplicação de uma taxa pré-determinada sobre o valor das subscrições efetuadas pela CEMG e a componente variável é calculada mensalmente segundo critérios pré-estabelecidos, sendo a comissão total anual igual à soma das comissões calculadas mensalmente; e

– Comissões por participação nos resultados de seguros, as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no início do ano seguinte (até 31 de janeiro) aquele a que respeitam.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objeto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros ativos por contrapartida da rubrica Comissões recebidas – Por serviços de mediação de seguros.

A CEMG não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo e passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à atividade de mediação de seguros exercida pela CEMG, para além dos já divulgados.

o) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda)

O Resultado de operações financeiras reflete os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente, mais ou menos-valias das alienações de ativos financeiros disponíveis para venda. As variações de justo valor dos derivados afitos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

p) Atividades fiduciárias

Os ativos detidos no âmbito de atividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da CEMG. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas atividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

q) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a CEMG. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A CEMG procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento	4 a 10

Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido de custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

r) Ativos intangíveis

Software

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela CEMG necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente nos 3 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela CEMG, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Outros ativos intangíveis

O valor recuperável dos ativos intangíveis sem vida útil finita registado no ativo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

s) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

t) *Offsetting*

Os ativos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando a CEMG tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transações podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

u) Benefícios dos empregados

Plano de benefícios definidos

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e cuidados médicos nos termos do estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário («ACT»), para o pessoal admitido até 1 de março de 2009. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através de fundos de pensões geridos pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A responsabilidade líquida da CEMG com planos de reforma (plano de benefício definido) é apurado anualmente, com referência a 31 de dezembro de cada ano.

A partir de 1 de janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passará a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A /2011, de 3 de janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que é extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

No âmbito da aprovação pelo Governo do DL 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos atuais reformados e pensionistas.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondem às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho («IRCT») dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares à pensão a assumir pela Segurança Social, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuam a cargo das Instituições com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões. O referido Decreto-Lei estabeleceu igualmente os termos e condições em que foi efetuada a transferência, definindo uma taxa de desconto de 4% para determinação das responsabilidades a transferir.

A CEMG optou na data da transição para as IFRS, 1 de janeiro de 2004, pela aplicação retrospetiva da IAS 19, tendo efetuado o recalculo das responsabilidades com o fundo de pensões e dos respetivos ganhos e perdas atuariais, cujo diferimento era efetuado de acordo com o método do corredor definido nesta Norma.

De acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 Benefícios dos empregados, a CEMG optou no decurso de 2011, por uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada, para efeitos comparativos, a partir de 1 de janeiro de 2010, tendo sido reconhecidos, nessa data, a totalidade dos desvios atuariais diferidos em capitais próprios.

O cálculo atuarial é efetuado com base no método de crédito da unidade projetada e utilizando pressupostos atuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19. De acordo com o disposto no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005

do Banco de Portugal, foi definido um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 analisado como segue:

Rubricas	Período de diferimento
Responsabilidades com benefícios de saúde e outras responsabilidades	10 anos
Responsabilidades por morte antes da data de reforma	8 anos
Reformas antecipadas	8 anos
Anulação de perdas atuariais diferidas relativa às responsabilidades com reformas antecipadas	8 anos
Aumento do saldo de perdas atuariais diferidas	8 anos
Excesso de amortizações de perdas atuariais de acordo com as normas locais	8 anos

Nesta base, para os Benefícios de Saúde, faltavam 42 meses para 30 de junho de 2008 que acrescidos de 36 meses ficaram com um período de amortização de 78 meses (6 anos e 6 meses). Para as Outras Responsabilidades, o prazo de diferimento passou a ser de 54 meses (4 anos e 6 meses).

No âmbito do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2008 relativamente às rubricas indicadas no quadro anterior, foi autorizado uma duração adicional de três anos face ao período de diferimento inicialmente previsto.

Anteriormente a CEMG procedia ao diferimento dos desvios atuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor atual das obrigações definidas e o justo valor dos ativos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo valor correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

Os custos de serviço corrente e o custo dos juros resultante do «*unwinding*» dos passivos do plano deduzidos do retorno esperado dos ativos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida da CEMG relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas e os respetivos ganhos e perdas atuariais são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

Os ganhos e perdas atuariais do exercício são reconhecidos por contrapartida de reservas no exercício em que ocorrem.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente pela CEMG de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pela CEMG a assistência médica pelo Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS, entidade autónoma que é gerida pelo Sindicato respetivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo da CEMG, a verba correspondente a 6,50% do total das remunerações efetivas dos trabalhadores no ativo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações da CEMG com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com a IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (bónus) quando atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

v) Impostos sobre lucros

Até 31 de dezembro de 2011, a CEMG encontrava-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo tal isenção sido reconhecida por Despacho de 3 de dezembro de 1993, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e confirmada pela Lei n.º 10-B/96, de 23 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para 1996.

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2012, a CEMG passa a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A CEMG procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

w) Relato por segmentos

Um segmento geográfico é uma componente identificável da CEMG que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Considerando que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as do Grupo à luz do parágrafo 4 da IFRS 8, a CEMG está dispensada de apresentar informação, em base individual relativa aos segmentos.

x) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a CEMG tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

y) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As prin-

cipais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela CEMG são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da CEMG e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela CEMG poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da CEMG e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A CEMG determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a CEMG avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

A CEMG efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1*b*).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da CEMG.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPEs)

A CEMG patrocina a constituição de SPEs com o objetivo principal de efetuar operações de securitização de ativos por motivos de liquidez e/ou de gestão de capital.

As operações *Pelican Mortgages No. 3*, *Aqua* SME *No. 1*, *Pelican Mortgages No. 4*, *Aqua Mortgage No. 1*, *Pelican Mortgages No. 5 e Pelican* SME não deram lugar a desreconhecimento nas demonstrações financeiras da CEMG.

Por outro lado, a CEMG desreconheceu os ativos associados às seguintes operações de securitização de crédito: *Pelican Mortgages No. 1 e 2*. Para estas operações concluiu-se que foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios associados aos respetivos SPE, uma vez que a CEMG não detém quaisquer títulos emitidos pelos mesmos, que tenham exposição à maioria dos riscos residuais, nem está de outra forma exposto à performance das correspondentes carteiras de crédito.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela CEMG durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros Benefícios dos empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

	NOTAS	2011	2010
			Reexpresso
Juros e rendimentos similares	3	1 161 027	750 941
Juros e encargos similares	3	857 554	480 519
MARGEM FINANCEIRA		**303 473**	**270 422**
Rendimentos de instrumentos de capital	4	2 112	2 175
Rendimentos de serviços e comissões	5	108 128	89 175
Encargos com serviços e comissões	5	(19 199)	(15 205)
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	6	68 399	45 555
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	7	3 216	9 959
Resultados de reavaliação cambial	8	2 520	2 320
Resultados de alienação de outros ativos	9	57 988	(3 363)
Outros resultados de exploração	10	29 451	16 976
TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS		**556 088**	**418 014**
Custos com pessoal	11	217 319	141 777
Gastos gerais administrativos	12	105 628	83 442
Amortizações do exercício	13	26 854	20 846
TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS		**349 801**	**246 065**
Imparidade do crédito	14	171 448	118 452
Imparidade de outros ativos	15	16 176	12 166
Outras provisões	16	(2 792)	(1 206)
RESULTADO OPERACIONAL		**21 455**	**42 537**
Impostos			
Diferidos	31	(11 368)	–
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**32 823**	**42 537**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(milhares de euros)

	NOTAS	2011	2010	1 JAN 2010
ATIVO			Reexpresso	Reexpresso
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	17	381 540	240 024	305 018
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18	102 701	58 405	51 745
Aplicações em instituições de crédito	19	370 268	338 662	370 884
Crédito a clientes	20	16 200 240	14 352 766	14 448 162
Ativos financeiros detidos para negociação	21	145 252	130 865	103 195
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	22	3 606	3 952	4 192
Ativos financeiros disponíveis para venda	23	5 821 780	5 256 811	3 164 510
Derivados de cobertura	24	1 184	2 810	5 109
Investimentos detidos até à maturidade	25	48 416	58 093	33 523
Investimentos em associadas e outras	26	384 547	43 297	43 297
Ativos não correntes detidos para venda	27	86 830	162 374	128 599
Outros ativos tangíveis	28	66 183	89 188	91 173
Ativos intangíveis	29	110 843	18 254	16 151
Ativos por impostos correntes		10	–	–
Ativos por impostos diferidos	31	59 221	–	–
Outros ativos	30	310 278	104 924	106 631
TOTAL DO ATIVO		**24 092 899**	**20 860 425**	**18 872 189**
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais	32	2 003 300	1 540 266	502 353
Recursos de outras instituições de crédito	33	1 182 068	1 262 546	945 400
Recursos de clientes	34	13 190 639	9 654 340	8 881 046
Responsabilidades representadas por títulos	35	2 240 688	3 578 677	4 583 307
Passivos financeiros associados a ativos transferidos		3 289 983	3 182 375	1 450 122
Passivos financeiros detidos para negociação	21	101 524	53 814	41 345
Derivados de cobertura	24	2 444	1 408	598
Provisões	36	120 014	101 499	102 800
Outros passivos subordinados	37	477 247	380 986	381 043
Outros passivos	38	243 419	211 696	1 077 474
TOTAL DO PASSIVO		**22 851 326**	**19 967 607**	**17 965 488**
SITUAÇÃO LÍQUIDA				
Capital	39	1 245 000	800 000	760 000
Outros instrumentos de capital	40	15 000	–	–
Reservas de justo valor	42	(316 692)	(82 973)	(28 600)
Outras reservas e resultados transitados	41 e 42	265 442	133 254	175 301
Resultado líquido do exercício		32 823	42 537	–
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA		**1 241 573**	**892 818**	**906 701**
TOTAL		**24 092 899**	**20 860 425**	**18 872 189**

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras Individuais

2. Margem financeira e resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira, dos resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma atividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e em ativos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes atividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura e em ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Margem financeira	303 473	270 422
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda	71 615	55 514
	375 088	325 936

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2011			2010		
	De ativos / passivos ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda Euros '000	De ativos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000	De ativos / passivos ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda Euros '000	De ativos / passivos ao justo valor através de resultados Euros '000	Total Euros '000
Juros e rendimentos similares:						
Juros de crédito	528 616	–	528 616	366 394	–	366 394
Juros de outras aplicações	8 385	–	8 385	1 267	–	1 267
Juros de depósitos	2 459	–	2 459	1 499	–	1 499
Juros de títulos disponíveis para venda	297 956	–	297 956	152 796	–	152 796
Juros de investimentos detidos até à maturidade	2 188	–	2 188	2 429	–	2 429
Juros de derivados de cobertura	2 804	–	2 804	3 799	–	3 799
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	–	275 031	275 031	–	194 031	194 031
Outros juros e rendimentos similares	43 588	–	43 588	28 726	–	28 726
	885 996	275 031	1 161 027	556 910	194 031	750 941
Juros e encargos similares:						
Juros de depósitos	328 781	–	328 781	133 485	–	133 485
Juros de títulos emitidos	87 341	–	87 341	91 192	–	91 192
Juros de empréstimos	4 960	–	4 960	4 736	–	4 736
Juros de outros recursos	62 523	–	62 523	25 441	–	25 441
Juros de derivados de cobertura	2 333	–	2 333	2 311	–	2 311
Juros de investimentos financeiros detidos para negociação	–	258 642	258 642	–	149 281	149 281
Outros juros e encargos similares	112 974	–	112 974	74 073	–	74 073
	598 912	258 642	857 554	331 238	149 281	480 519
Margem Financeira	287 084	16 389	303 473	225 672	44 750	270 422

A rubrica de Juros de crédito inclui o montante de Euros 22 123 000 (2010: Euros 9 753 000) relativo a comissões e outros custos/proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1*b*).

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	594	487
Rendimentos de empresas associadas	1 518	1 688
	2 112	2 175

A rubrica Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda inclui dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos durante o exercício.

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados	74 617	64 845
Por operações realizadas por conta de terceiros	9 040	8 957
Por serviços de mediação de seguros	8 257	9 508
Por garantias prestadas	7 107	5 786
Outros rendimentos de serviços e comissões	9 107	79
	108 128	89 175
Encargos com serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados por terceiros	17 635	14 358
Por operações realizadas com títulos	530	373
Outros encargos com serviços e comissões	1 034	474
	19 199	15 205
Resultados líquidos de serviços e comissões	88 929	73 970

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as remunerações decorrentes da prestação do serviço de mediação ou de resseguros têm a seguinte composição:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Ramo Vida:		
Habitação	2 063	2 104
Consumo	142	202
Outros	812	855
	3 017	3 161
Ramo Não Vida:		
Habitação	1 841	1 870
Consumo	940	2 210
Outros	2 459	2 267
	5 240	6 347
	8 257	9 508

6. Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2011			2010		
	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000	Proveitos Euros '000	Custos Euros '000	Total Euros '000
Ativos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	151	–	151	686	1 140	(454)
De outros emissores	476	1 396	(920)	349	1 012	(663)
Ações	92	88	4	235	160	75
	719	1 484	(765)	1 270	2 312	(1 042)
Instrumentos financeiros						
Contratos sobre taxas de câmbio	209 958	209 474	484	331 042	332 833	(1 791)
Contratos sobre taxas de juro	1 634 876	1 656 105	(21 229)	451 918	433 733	18 185
Contratos sobre créditos (*CDS*)	3 941	5 578	(1 637)	6 036	6 569	(533)
Outros	193 658	100 956	92 702	132 775	101 231	31 544
	2 042 433	1 972 113	70 320	921 771	874 366	47 405
	2 043 152	1 973 597	69 555	923 041	876 678	46 363
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	–	346	(346)	–	240	(240)
	–	346	(346)	–	240	(240)
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	627	284	343	1 247	382	865
Recursos de clientes	1 118	434	684	677	356	321
Débitos representados por títulos	15	–	15	242	–	242
Outros passivos subordinados	40 330	42 182	(1 852)	34 974	36 970	(1 996)
	42 090	42 900	(810)	37 140	37 708	(568)
	2 085 242	2 016 843	68 399	960 181	914 626	45 555

A rubrica Ativos e passivos financeiros detidos para negociação – Instrumentos financeiros, inclui para os instrumentos financeiros de passivo valorizados ao justo valor através de resultados, ganhos no montante de Euros 88 664 000 (2010: Euros 49 185 000) relativo às variações de justo valor associadas à alteração do risco de crédito próprio (*spread*) das operações.

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pela CEMG, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transação do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transação, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

A CEMG reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflete o acesso da CEMG ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

7. Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2011			2010		
	Proveitos Euros '000	**Custos Euros '000**	**Total Euros '000**	**Proveitos Euros '000**	**Custos Euros '000**	**Total Euros '000**
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	2 670	1 008	1 662	5 093	3 290	1 803
De outros emissores	14 094	12 813	1 281	5 904	1 479	4 425
Ações	111	18	93	2 673	15	2 658
Outros títulos de rendimento variável	187	7	180	2 918	1 845	1 073
	17 062	13 846	3 216	16 588	6 629	9 959

8. Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

	2011			2010		
	Proveitos Euros '000	**Custos Euros '000**	**Total Euros '000**	**Proveitos Euros '000**	**Custos Euros '000**	**Total Euros '000**
Reavaliação cambial	146 380	143 860	2 520	11 709	9 389	2 320

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística 1*g*).

9. Resultados de alienação de outros ativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	**2010 Euros '000**
Alienação de imóveis	58 604	(2 410)
Alienação de outros ativos	(616)	(953)
	57 988	(3 363)

A rubrica de Alienação de imóveis inclui o montante de Euros 63 993 000 relativo aos ganhos resultantes de operação de venda de Ativos não correntes detidos para venda e de Imóveis de serviço próprio, conforme descrito na nota 27 e 28.

10. Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços	14 654	5 374
Reembolso de despesas	2 547	2 144
Proveitos na gestão de contas de depósitos à ordem	7 552	7 821
Recompra de emissões próprias	33 217	6 646
Outros	5 484	2 604
	63 454	24 589
Outros custos de exploração:		
Impostos	3 747	128
Donativos e quotizações	482	462
Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	2 286	1 662
Contribuições para o Sistema de Indemnização de Investidores	1 684	–
Outros	25 804	5 361
	34 003	7 613
Outros resultados líquidos de exploração	29 451	16 976

A rubrica de Prestação de serviços inclui o montante de Euros 8 154 000 relativo à cedência de pessoal efetuada pela CEMG ao Finibanco S.A.

O resultado de Recompras de emissões próprias é apurado de acordo com o definido na política contabilística 1*c*) e refere-se à recompra de obrigações hipotecárias.

No seguimento da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Setor Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal. A 31 de dezembro de 2011 a CEMG reconheceu como custo do exercício o valor de Euros 3 515 000, incluído na rubrica de Outros custos de exploração – Impostos.

11. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Remunerações	132 068	105 143
Contribuições para o SAMS	6 459	5 833
Encargos sociais obrigatórios	29 877	8 148
Outros encargos com fundo de pensões	43 480	19 350
Outros custos	5 435	3 303
	217 319	141 777

A rubrica Outros encargos com fundo de pensões inclui o montante de Euros 14 096 000 relativo ao custo com a transferência das responsabilidades com os colaboradores reformados/pensionistas para o Regime Geral de Segurança Social, de acordo com o referido na nota 46. O impacto corresponde ao efeito do recálculo das responsabilidades, com base nos pressupostos atuariais definidos pelo Estado Português, no âmbito da transferência.

Conforme referido na nota 46, a rubrica Outros encargos com fundo de pensões inclui igualmente o montante de Euros 13 022 000 (2010: Euros 18 468 000) relativo ao custo do exercício com pensões de reforma do exercício. A referida rubrica inclui igualmente, o montante de Euros 17 640 000 relativo ao custo com os colaboradores reformados antecipadamente durante o exercício.

Durante o exercício de 2011, relativamente aos membros do Conselho de Administração, foram ainda suportados custos com contribuições para a Segurança Social e Fundo de Pensões no montante de Euros 359 000 (2010: Euros 304 000).

As contribuições para o SAMS incluem o montante de Euros 942 000 (2010: Euros 714 000) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós-emprego, o qual foi determinado com base no estudo atuarial efetuado (ver nota 46).

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o exercício de 2011, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 238	4 053	5 291
Custos com pensões de reforma e SAMS	6	147	153
Remunerações variáveis	–	240	240
	1 244	4 440	5 684

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão da CEMG, durante o exercício de 2010, são apresentados como segue:

	Conselho de Administração Euros '000	Outro pessoal chave da gestão Euros '000	Total Euros '000
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1 230	4 253	5 483
Custos com pensões de reforma e SAMS	6	159	165
Remunerações variáveis	0	234	234
	1 236	4 646	5 882

Considera-se outro pessoal chave da gestão os Diretores de primeira linha da CEMG.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor do crédito concedido pela CEMG ao pessoal chave da gestão ascendia a Euros 4 200 000 e Euros 5 046 000, respetivamente.

O efetivo médio de trabalhadores ao serviço da CEMG durante os exercícios de 2011 e 2010, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2011	2010
Direção e coordenação	198	127
Chefia e gerência	753	494
Técnicos	1 053	654
Específicos	158	139
Administrativos	1 682	1 362
Auxiliares	66	66
	3 910	2 842

12. Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Rendas e alugueres	27 666	20 307
Serviços especializados		
Informática	13 936	10 506
Trabalho independente	4 410	3 498
Outros serviços especializados	18 134	12 871
Publicidade e publicações	6 839	6 600
Comunicações e expedição	10 529	8 601
Água, energia e combustíveis	5 186	4 261
Conservação e reparação	5 698	5 462
Transportes	3 903	3 327
Seguros	2 380	1 894
Deslocações, estadias e despesas de representação	1 555	1 104
Material de consumo corrente	2 064	1 479
Formação	281	572
Outros gastos administrativos	3 047	2 960
	105 628	83 442

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 18 029 000 (2010: Euros 15 621 000) correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pela CEMG na condição de locatário.

13. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Ativos intangíveis:		
Software	9 449	7 776
	9 449	7 776
Outros ativos fixos tangíveis:		
Imóveis	4 601	3 349
Equipamento:		
Mobiliário e material	1 042	572
Máquinas e ferramentas	120	57
Equipamento informático	7 953	6 307
Instalações interiores	1 618	1 585
Equipamento de transporte	227	9
Equipamento de segurança	842	434
Ativos em locação operacional	863	757
Outros ativos tangíveis	139	–
	12 804	9 721
	22 253	17 497

14. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imparidade de crédito:		
Dotação do exercício	508 266	475 786
Reversão do exercício	(333 518)	(354 942)
Recuperações de crédito e juros	(3 478)	(2 376)
	171 270	118 468
Aplicações em instituições de crédito:		
Dotação do exercício	311	104
Reversão do exercício	(133)	(120)
	178	(16)
	171 448	118 452

De acordo com a política contabilística apresentada na nota 1*a*), a CEMG aplica nas suas contas as NCA's, pelo que a rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data do fim do exercício, determinada de acordo com o regime de provisionamento definido pelas regras do Banco de Portugal, conforme a política contabilística apresentada na nota 1*b*).

15. Imparidade de outros ativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imparidade para ativos não correntes detidos para venda:		
Dotação do Exercício	10 912	13 845
Reversão do Exercício	(29 368)	(3 831)
	(18 456)	10 014
Imparidade para títulos:		
Dotação do Exercício	37 715	3 515
Reversão do Exercício	(3 083)	(1 363)
	34 632	2 152
	16 176	12 166

A rubrica Imparidade de títulos – Dotação do exercício inclui o montante de Euros 19 309 000 relativo à imparidade reconhecida, durante o exercício de 2011 correspondente a 65% do valor nominal da dívida da Grécia conforme referido nas notas 22 e 52.

A rubrica de Reversão do exercício para Ativos não correntes detidos para venda, inclui o efeito da venda de imóveis registados na carteira de ativos não correntes detidos para venda, conforme descrito na nota 27.

16. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito:		
Dotação do Exercício	53 801	49 552
Reversão do Exercício	(56 917)	(50 674)
	(3 116)	(1 122)
Outras provisões para outros riscos e encargos:		
Dotação do Exercício	776	586
Reversão do Exercício	(452)	(670)
	324	(84)
	(2 792)	(1 206)

17. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Caixa	133 063	95 641
Banco de Portugal	248 477	144 383
	381 540	240 024

A rubrica Banco de Portugal inclui depósitos de caráter obrigatório, que têm como objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 1% (31 de dezembro de 2010: 1%).

18. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Em instituições de crédito no país	304	424
Em instituições de crédito no estrangeiro	33 040	12 209
Valores a cobrar	69 357	45 772
	102 701	58 405

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

19. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Aplicações sobre instituições de crédito no país:		
Depósitos	1 135	205
Empréstimos	103 859	–
Aplicações de muito curto prazo	65 002	260 003
Outras aplicações	–	10 000
	169 996	270 208
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos	39 054	112
Aplicações de muito curto prazo	32 014	–
Outras aplicações	129 549	68 392
	200 617	68 504
	370 613	338 712
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito	(345)	(50)
	370 268	338 662

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de dezembro de 2011, vencem juros à taxa média anual de 1,35% (2010: 1,37%).

Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde a CEMG opera.

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Até 3 meses	249 359	301 495
3 meses até 6 meses	34 900	–
6 meses até 1 ano	80 022	34 900
Mais de 5 anos	6 218	2 205
Duração indeterminada	114	112
	370 613	338 712

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito, são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito sobre instituições de crédito:		
Saldo em 1 de janeiro	50	66
Dotação do exercício	311	104
Reversão do exercício	(121)	(120)
Transferências	105	–
Saldo em 31 de dezembro	345	50

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de março de 2011.

20. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Crédito interno:		
A empresas		
Empréstimo	2 004 094	1 388 583
Créditos em conta corrente	1 946 800	2 106 934
Locação financeira	242 412	229 348
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	163 129	87 087
Factoring	146 496	109 683
Descobertos em depósitos à ordem	99 807	9 134
Outros créditos	1 684 350	756 961
A particulares		
Habitação	8 702 991	8 651 320
Locação financeira	46 466	45 001
Consumo e outros créditos	1 066 442	828 554
	16 102 987	14 212 605
Crédito ao exterior:		
A empresas		
Descobertos em depósitos à ordem	5 072	–
	16 108 059	14 212 605
Correção de valor ativos que sejam objeto de operações de cobertura	1 515	–
Crédito e juros vencidos:		
Menos de 90 dias	124 690	90 729
Mais de 90 dias	660 201	486 761
	784 891	577.490
	16 894 465	14 790 095
Imparidade para riscos de crédito	(694 225)	(437 329)
	16 200 240	14 352 766

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica Crédito a clientes inclui créditos afetos à emissão de obrigações hipotecárias, realizadas pela CEMG de Euros 2 208 300 000 (2010: Euros 1 000 000 000).

A CEMG realizou operações, ao abrigo do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias da CEMG:

– Novembro 2011: Emissão de Euros 300 000 000, prazo: 5 anos, uma taxa de juro; 2,28%;

– Outubro 2011: Cancelamento de Euros 291 700 000, com um resultado de Euros 17 750 000, conforme a nota 10;

– Novembro 2010: Emissão de Euros 500 000 000, prazo: 5 anos, uma taxa de juro; 4,08%;

– Dezembro 2009: Emissão de Euros 1 000 000 000, prazo: 7 anos, uma taxa de juro; 2,17%; e

– Julho 2009: Emissão de Euros 708 300 000, prazo: 3 anos, uma taxa de juro; 3,25%.

De acordo com o disposto na carta-circular n.º 15/2009, de 28 de janeiro do Banco de Portugal, a CEMG passou a abater ao ativo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que, após uma análise económica sejam considerados incobráveis por se concluir que não existem perspetivas da sua recuperação.

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica Habitação incluía cerca de Euros 3 289 983 000 (2010: Euros 3 182 375 000) relativo a créditos que foram objeto de securitização e, que de acordo com a política contabilística 1*b*), não foram objeto de desreconhecimento. Este montante encontra-se igualmente registado na rubrica de Passivos financeiros associados a ativos transferidos.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 45.

A rubrica Crédito e juros vencidos há mais de 90 dias em 31 de dezembro de 2011 e 2010, inclui os designados «créditos arrematados» no montante de Euros 1 532 000 e Euros 1 533 000, respetivamente. Os «créditos arrematados» correspondem a dívidas vencidas há mais de três anos em que se extinguiu o vínculo contratual com o anterior mutuário em virtude de arrematação ou adjudicação da caução, declaração de falência ou dação, mas que ainda se encontram pendentes de diligências judiciais.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Crédito com garantias reais	55 844	2 606 296	10 029 330	528 670	13 220 140
Crédito com outras garantias	115 412	1 108 745	245 881	101 602	1 571 640
Crédito sem garantias	418 890	792 141	388 143	146 536	1 745 710
Crédito ao setor público	1 607	11 004	42 331	539	55 481
Crédito sobre o estrangeiro	5 072	–	–	–	5 072
Crédito em Locação	8 028	94 872	185 978	7 544	296 422
	604 853	4 613 058	10 891 663	784 891	16 894 465

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, é a seguinte:

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Crédito com garantias reais	440 557	1 951 681	9 569 396	466 714	12 428 348
Crédito com outras garantias	617 575	183 750	198 000	44 373	1 043 698
Crédito sem garantias	539 821	123 202	252 728	60 327	976 078
Crédito ao setor público	18 164	56	43 326	211	61 757
Crédito em Locação	2 850	116 347	155 152	5 865	280 214
	1 618 967	2 375 036	10 218 602	577 490	14 790 095

O crédito vincendo em locação, em 31 de dezembro de 2011, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Total Euros '000**
Rendas vincendas	63 773	133 086	138 046	334 905
Juros vincendos	(13 591)	(33 452)	(32 236)	(79 279)
Valores residuais	4 164	12 344	16 744	33 252
	54 346	111 978	122 554	288 878

O crédito vincendo em locação, em 31 de dezembro de 2010, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

	Crédito em locação			
	Até 1 ano Euros '000	**De 1 a 5 anos Euros '000**	**A mais de 5 anos Euros '000**	**Total Euros '000**
Rendas vincendas	57 430	109 276	137 829	304 535
Juros vincendos	(10 104)	(20 613)	(30 269)	(60 986)
Valores residuais	3 906	9 029	17 865	30 800
	51 232	97 692	125 425	274 349

A análise do Crédito e juros vencidos por tipo de crédito, é a seguinte:

	2011 Euros '000	**2010 Euros '000**
Crédito com garantias reais	528 670	466 714
Crédito com outras garantias	101 602	44 373
Crédito sem garantias	146 536	60 327
Crédito ao setor público	539	211
Crédito em Locação	7 544	5 865
	784 891	577 490

A análise do Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	2011 Euros '000	**2010 Euros '000**
Empresas:		
Construção/Produção	164 844	146 973
Investimento	108 568	54 383
Tesouraria	126 213	44 031
Outras finalidades	4 611	2 472
Particulares:		
Habitação	272 969	268 443
Crédito ao consumo	18 905	7 179
Outras finalidades	55 858	32 586
Setor Público Administrativo	530	211
Outros segmentos	32 393	21 212
	784 891	577 490

Os movimentos de imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imparidade para riscos de crédito:		
Saldo em 1 de janeiro	437 329	401 579
Dotação do exercício	508 266	475 786
Reversão do exercício	(333 518)	(354 942)
Utilização de imparidade	(44 643)	(85 094)
Transferências	126 791	–
Saldo em 31 de dezembro	694 225	437 329

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos do Finibanco, S.A. no âmbito da aquisição de ativos e passivos ocorrida em 4 de abril de 2011, conforme referido na política contabilística 1*a*).

Adicionalmente, a CEMG tem em 31 de dezembro de 2011, Euros 117 066 000 de provisões para riscos gerais de crédito (2010: Euros 100 188 000), as quais de acordo com as NCA's são apresentadas no passivo, conforme referido na nota 36.

Em conformidade com a política da CEMG, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de dezembro de 2011:

	Classes de incumprimento					
	Até 3 meses Euros '000	3 - 6 meses Euros '000	6 -12 meses Euros '000	1 - 3 anos Euros '000	Mais de 3 anos Euros '000	Total Euros '000
Crédito Vencido com Garantia	81 396	31 769	71 499	185 060	277 714	647 438
Imparidade existente	635	3 109	17 516	120 715	329 746	471 721
Crédito Vencido sem Garantia	26 801	16 356	21 927	29 544	42 825	137 453
Imparidade existente	290	4 196	14 632	32 514	45 273	96 905
Total de crédito vencido	108 197	48 125	93 426	214 604	320 539	784 891
Total da imparidade para crédito vencido	925	7 305	32 148	153 229	375 019	568 626
Total da imparidade para crédito vincendo associado ao vencido e outros	432	853	12 788	72 585	38 941	125 599
Total da imparidade para riscos de crédito	1 357	8 158	44 936	225 814	413 960	694 225

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Crédito com garantias reais	498 823	351 129
Crédito com outras garantias	77 440	29 748
Crédito sem garantias	117 962	56 452
	694 225	437 329

Em conformidade com a política contabilística 1*b*), a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas fiáveis de recuperação dos créditos e para os créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

A anulação de crédito por utilização da respetiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Crédito com garantias reais	39 602	51 907
Crédito com outras garantias	1 142	13 615
Crédito sem garantias	3 899	19 572
	44 643	85 094

A análise da recuperação de créditos e juros, efetuada no decorrer do período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2011 e durante o exercício de 2010, ascendeu ao montante de Euros 3 478 000 e Euros 2 376 000, respetivamente, relacionada com a recuperação de crédito com garantias reais, conforme mencionado na nota 14.

A CEMG utiliza colaterais físicos e colaterais financeiros como instrumentos de mitigação do risco de crédito. Os colaterais físicos correspondem maioritariamente a hipotecas sobre imóveis residenciais no âmbito de operações de crédito à habitação e hipotecas sobre outros tipos de imóveis no âmbito de outros tipos de operações de crédito. De forma a refletir o valor de mercado dos mesmos, estes colaterais são revistos regularmente com base em avaliações efetuadas por entidades avaliadoras certificadas e independentes ou através da utilização de coeficientes de reavaliação que refletem a tendência de evolução do mercado para o tipo de imóvel e a área geográfica respetiva. Os colaterais financeiros são reavaliados com base nos valores de mercado dos respetivos ativos, quando disponíveis, sendo aplicados determinados coeficientes de desvalorização de forma a refletir a sua volatilidade.

21. Ativos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica Ativos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Ativos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
Ações	5 414	2 805
Obrigações	–	3 192
	5 414	5 997
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	139 838	124 868
	145 252	130 865
Passivos financeiros detidos para negociação:		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	101 524	53 814

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a política contabilística 1*c)*. Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Conforme disposto na IFRS 7, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

– Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

– Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

– Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers* e com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados nos níveis 1 e 2.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de dezembro de 2011 é apresentada como segue:

	2011				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas					
Nacionais	–	–	–	804	804
Estrangeiros	–	–	–	4 610	4 610
	–	–	–	5 414	5 414
Cotados	–	–	–	5 414	5 414

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de dezembro de 2010 é apresentada como segue:

	2010				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas					
Nacionais	–	–	–	464	464
Estrangeiros	–	–	–	2 341	2 341
	–	–	–	2 805	2 805
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações					
De outros emissores	–	–	3 192	–	3 192
	–	–	3 192	–	5 997
Cotados	–	–	3 192	2 805	5 997

O valor de balanço dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de dezembro de 2011, pode ser analisado como segue:

		2011						
		Derivado			Ativo / Passivo associado			
Produto derivado	**Ativo/Passivo financeiro associado**	***Nocional* Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Justo Valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Valor de reembolso na maturidade Euros '000**
Swap taxa de juro	Emissão de obrigações	1 061 936	10 172	(15 207)	(89 648)	(53 425)	315 750	315 750
Swap taxa de juro	Depósitos	1 872 000	22 250	3 673	15 906	1 952	753 397	753 397
Swap taxa de juro	Recursos	348 767	13 671	1 408	(19 592)	(16 835)	247 368	247 368
Swap taxa de juro	Titularização	10 070 419	(10 734)	(8 591)	–	–	–	–
Swap taxa de juro	Obrigações hipotecárias	9 242 912	5 875	(12 148)	6 509	14 126	708 300	708 300
CIRS	–	1 158 319	(19)	1 173	–	–	–	–
Swap cambial	Emissão de dívida	9 072	194	62	–	–	–	–
Futuros	–	84 752	(22)	(21	–	–	–	–
Opções	Depósitos a prazo e recursos	87 762	(2)	(755)	–	–	–	–
Credit Default Swaps	–	81 093	(3 071)	(2 334)	–	–	–	–
		24 017 032	38 314	(32 740)	(86 825)	(54 182)	2 024 815	2 024 815

O valor de balanço dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação em 31 de dezembro de 2010, pode ser analisado como segue:

		2010						
		Derivado			Ativo / Passivo associado			
Produto derivado	**Ativo/Passivo financeiro associado**	***Nocional* Euros '000**	**Justo valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Justo Valor Euros '000**	**Variação de justo valor no ano Euros '000**	**Valor de balanço Euros '000**	**Valor de reembolso na maturidade Euros '000**
Swap taxa de juro	Emissão de obrigações	605 000	25 379	2 617	(36 223)	(48 475)	302 500	302 500
Swap taxa de juro	Depósitos	3 609 775	18 577	13 298	12 954	10 593	2 013 304	2 013 304
Swap taxa de juro	Recursos	490 052	12 263	(3 102)	(2 757)	(13 319)	247 113	247 113
Swap taxa de juro	Titularização	10 717 877	(2 143)	(2 596)	–	–	–	–
Swap taxa de juro	Obrigações hipotecárias	11 890 474	18 023	7 891	(7 617)	(8 061)	1 000 000	1 000 000
Swap cambial	Emissão de dívida	529 439	(1 192)	(1 749)	–	–	–	–
CIRS	–	8 989	132	132	–	–	–	–
Futuros	–	14 298	(1)	(1)	–	–	–	–
Opções	Depósitos a prazo e recursos	70 586	753	169	–	–	–	–
Credit Default Swaps	–	89 710	(737)	(306)	–	–	–	–
		28 017 211	70 922	16 356	(33 643)	(59 262)	3 562 917	3 562 917

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de dezembro de 2011, é a seguinte:

	2011					
	Nocionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
Swap taxa de juro	22 945	1 982 770	21 550 036	23 555 751	129 629	88 505
Opções	–	2 800	84 961	87 761	1 152	1 154
Contratos sobre taxas de câmbio:						
Swap cambial	207 203	471	–	207 674	455	169
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	84 752	–	–	84 752	–	22
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	–	–	81 093	81 093	1 273	4 343
	314 900	1 986 041	21 716 090	24 017 031	132 509	94 193

A análise dos instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidade em 31 de dezembro de 2010, é a seguinte:

	2010					
	Nocionais com prazo remanescente				Justo valor	
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Superior a um ano Euros '000	Total Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000
Contratos sobre taxas de juro:						
Swap taxa de juro	31 000	201 184	27 080 994	27 313 178	119 941	48 647
Opções	10 500	–	60 086	70 586	2 011	1 258
Contratos sobre taxas de câmbio:						
Swap cambial	529 439	–	8 989	538 428	1 975	2 230
Contratos sobre índices:						
Futuros de índices	14 298	–	–	14 298	–	1
Contratos sobre crédito:						
Credit default swaps	–	–	89 710	89 710	941	1 678
	585 237	201 184	27 239 779	28 026 200	124 868	53 814

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados incluem a valorização dos derivados embutidos destacados de acordo com a política contabilística 1*c*) no montante de Euros 7 331 000 (2010: Euros 6 276 000).

22. Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica no montante de Euros 3 606 000 (2010: Euros 3 952 000) é totalmente composto por obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores.

A opção da CEMG em designar estes ativos ao justo valor através de resultados, à luz da IAS 39, conforme politica contabilística 1 *c*), está de acordo com a estratégia documentada de gestão da CEMG, considerando que (i) estes ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes ativos contêm instrumentos derivados embutidos.

Os ativos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se valorizados de acordo com os preços de mercado ou *providers*. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 1.

A 31 de dezembro de 2011 e 2010, a carteira de títulos incluídos na rubrica Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados encontra-se cotada e com uma maturidade superior a um ano.

23. Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011				
		Reserva de justo valor			
	Custo (1) Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000	Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	1 392 045	1 935	(243 498)	–	1 150 482
Estrangeiros	147 206	2 164	(2 848)	(19 309)	127 213
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	3 445 227	1 733	(22 367)	(15 980)	3 408 613
Estrangeiros	520 067	3 010	(55 681)	(8 289)	459 107
Papel comercial	312 067	–	–	(998)	311 069
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas					
Nacionais	9 602	70	(74)	(3 507)	6 091
Estrangeiros	7 896	313	(382)	(1 416)	6 411
Unidades de participação	354 009	850	(1 917)	(148)	352 794
	6 188 119	10 075	(326 767)	(49 647)	5 821 780

(1) Custo de aquisição no que se refere a ações e custo amortizado para títulos de dívida.

	2010				
		Reserva de justo valor			
	Custo (1) Euros '000	Positiva Euros '000	Negativa Euros '000	Perdas por imparidade Euros '000	Valor de balanço Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	1 075 466	2 155	(30 457)	–	1 047 164
Estrangeiros	114 501	365	(4 468)	–	110 398
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	3 261 069	751	(13 342)	(3 588)	3 244 890
Estrangeiros	658 715	3 805	(41 865)	(21 848)	598 807
Papel comercial	242 634	–	–	(998)	241 636
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas					
Nacionais	3 866	190	(31)	(279)	3 746
Estrangeiros	4 123	78	(124)	(947)	3 130
Unidades de participação	7 127	270	(300)	(57)	7 040
	5 367 501	7 614	(90 587)	(27 717)	5 256 811

(1) Custo de aquisição no que se refere a ações e custo amortizado para títulos de dívida.

Conforme descrito na política contabilística 1*c*), a carteira de ativos disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respetivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor conforme nota 42. A CEMG avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de ativos disponíveis para venda, seguindo os critérios de julgamento descritos na política contabilística 1*y*).

Conforme descrito na nota 54, a rubrica Unidades de participação inclui:

– 20 195 716 unidades de participação no CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (FEII); e

– 59 663 unidades de participação no Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imparidade para títulos:		
Saldo em 1 de janeiro	27 717	29 899
Dotação do exercício	37 715	3 515
Reversão do exercício	(3 083)	(1 363))
Utilização de imparidade	(12 702)	(4 334)
Saldo em 31 de dezembro	49 647	27 717

Conforme descrito na nota 1*c*), a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida do total da reserva de justo valor e de imparidade. O total de reserva de justo valor para a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é negativo e ascende a Euros 316 692 000 (2010: Euros 85 706 000) e a imparidade ascende a Euros 49 647 000 (2010: Euros 27 717 000).

O Grupo reconhece imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta avaliação implica julgamento, no qual o Grupo tem em consideração entre outros fatores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade os seguintes fatores:

– Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;

– Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

A evolução da crise da dívida dos países da zona Euro associado à evolução da situação macro económica na Grécia, que tem contribuído para uma deterioração da situação económica e financeira do Estado Grego e a incapacidade de aceder aos mercados o que implica que a solvência imediata do país continue dependente do contínuo apoio da UE e do FMI.

Face esta conjuntura, a rubrica Imparidade para títulos inclui a imparidade reconhecida na dívida soberana da Grécia durante o exercício de 2011, conforme referido na nota 53.

A imparidade corresponde, em 31 de dezembro de 2011, ao efeito do reconhecimento em resultados do valor da reserva de justo valor dos referidos títulos e foi determinada com base nos preços observáveis de mercado. Com base nesta análise, a CEMG reconheceu no exercício de 2011, uma imparidade de Euros 19 039 000.

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2011, é a seguinte:

	2011				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	178 507	238 747	733 228	–	1 150 482
Estrangeiros	10 668	3 190	113 355	–	127 213
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	61 739	16 832	3 327 552	2 490	3 408 613
Estrangeiros	22 336	19 123	408 515	9 133	459 107
Papel comercial	34 159	273 561	3 349	–	311 069
	307 409	551 453	4 585 999	11 623	5 456 484
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas					
Nacionais	–	–	–	6 091	6 091
Estrangeiras	–	–	–	6 411	6 411
Unidades de participação	–	203	–	352 591	352 794
	–	203	–	365 093	365 296
	307 409	551 656	4 585 999	376 716	5 821 780

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2010, é a seguinte:

	2010				
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Indeterminado Euros '000**	**Total Euros '000**
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos:					
Nacionais	19 881	133 310	893 973	–	1 047 164
Estrangeiros	25 250	3 007	82 141	–	110 398
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	2 347	16 248	3 226 295	–	3 244 890
Estrangeiros	9 419	53 661	535 183	544	598 807
Papel comercial	211 324	30 312	–	–	241 636
	268 221	236 538	4 737 592	544	5 242 895
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas					
Nacionais	–	–	–	3 746	3 746
Estrangeiras	–	–	–	3 130	3 130
Unidades de participação	–	–	–	7 040	7 040
	–	–	–	13 916	13 196
	268 221	236 538	4 737 592	14 460	5 256 811

A CEMG reconhece imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda sempre que se verifique uma quebra prolongada ou significativa no seu justo valor ou quando se prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta avaliação implica julgamento, no qual a CEMG tem em consideração entre outros fatores, a volatilidade dos preços dos títulos.

Assim, como consequência do reduzido nível de liquidez e da significativa volatilidade dos mercados financeiros, os seguintes fatores foram tidos em consideração na determinação da existência de imparidade:

– Instrumentos de capital: (i) desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição; ou (ii) valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a 12 meses;

– Instrumentos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Conforme descrito na nota 1*c*), a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida do total da reserva de justo valor e de imparidade. O total de reserva de justo valor para a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é negativo e ascende a Euros 316 692 000 (2010: Euros 82 973 000) e a imparidade ascende a Euros 49 647 000 (2010: Euros 27 717 000).

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	2011			2010		
	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000	Cotados Euros '000	Não cotados Euros '000	Total Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	1 150 482	–	1 150 482	1 047 164	–	1 047 164
Estrangeiros	127 213	–	127 213	110 398	–	110 398
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	318 514	3 090 099	3 408 613	3 218 614	26 276	3 244 890
Estrangeiros	456 497	2 610	459 107	591 807	7 000	598 807
Papel comercial	–	311 069	311 069	–	241 636	241 636
Títulos de rendimento variável:						
Ações de empresas						
Nacionais	1 088	5 003	6 091	862	2 884	3 746
Estrangeiros	6 245	166	6 411	2 972	158	3 130
Unidades de participação	352 794	–	352 794	7 040	–	7 040
	2 412 833	3 408 947	5 821 780	4 978 857	277 954	5 256 811

24. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Ativo:		
Swaps de taxa de juro	1 184	2 810
Passivo:		
Swaps de taxa de juro	2 444	1 408

Os derivados de cobertura encontram-se valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado. Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, conforme disposto na IFRS 7, estes instrumentos estarão categorizados no nível 2.

A CEMG contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se a CEMG está exposta às variações de justo valor, ou a variações de fluxos de caixa, ou se encontra perante coberturas de transações futuras.

A CEMG realiza periodicamente testes de efetividade das relações de cobertura existentes.

O ajustamento sobre os riscos financeiros cobertos efetuado às rubricas do ativo e do passivo que incluem itens cobertos é analisado como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Recursos de outras instituições de crédito	343	864
Responsabilidades representadas por títulos	15	242
Recursos de clientes	371	271
	729	1 377

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de dezembro de 2011, é apresentada como segue:

	2011							
	***Nocionais* por prazo remanescente**				**Justo valor**			
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Total Euros '000**	**Inferior a três meses Euros '000**	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a a um ano Euros '000**	**Total Euros '000**
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	–	–	115 000	115 000	–	–	(1 260)	(1 260)
	–	–	115 000	115 000	–	–	(1 260)	(1 260)

A análise da carteira de derivados de cobertura por maturidades em 31 de dezembro de 2010, é apresentada como segue:

	2010							
	***Nocionais* por prazo remanescente**				**Justo valor**			
	Inferior a três meses Euros '000	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a um ano Euros '000**	**Total Euros '000**	**Inferior a três meses Euros '000**	**Entre três meses e um ano Euros '000**	**Superior a a um ano Euros '000**	**Total Euros '000**
Derivados de cobertura de justo valor com risco de taxa de juro:								
Swap de taxa de juro	20 000	80 000	115 000	215 000	147	1 394	(139)	1 402
	20 000	80 000	115 000	215 000	147	1 394	(139)	1 402

As operações de cobertura de justo valor em 31 de dezembro de 2011 podem ser analisadas como segue:

			2011				
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	***Nocional* Euros '000**	**Justo valor do derivado (2) Euros '000**	**Variação do justo valor do derivado no ano Euros '000**	**Justo valor do elemento coberto (1) Euros '000**	**Variação do justo valor do elemento coberto no ano (1) Euros '000**
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	–	–	(396)	–	(371)
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	20 000	257	(1 834)	–	(1 097
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	95 000	(1 517)	(432)	389	687
Swap de taxa de juro	Emissão de dívida	Taxa de juro	–	–	–	–	–
			115 000	(1 260)	(2 662)	389	(781)

(1) Atribuível ao risco coberto.
(2) Inclui o juro corrido.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de dezembro de 2010 podem ser analisadas como segue:

			2010				
Produto derivado	**Produto coberto**	**Risco coberto**	***Nocional* Euros '000**	**Justo valor do derivado (2) Euros '000**	**Variação do justo valor do derivado no ano Euros '000**	**Justo valor do elemento coberto (1) Euros '000**	**Variação do justo valor do elemento coberto no ano (1) Euros '000**
Swap de taxa de juro	Depósitos de clientes	Taxa de juro	40 000	396	(302)	371	(271)
Swap de taxa de juro	Recursos	Taxa de juro	80 000	2 091	(1 995)	1 097	(1 106)
Swap de taxa de juro	EMTN	Taxa de juro	95 000	(1 085)	(812)	(298)	(212)
Swap de taxa de juro	Emissão de dívida	Taxa de juro	–	–	–	–	–
			215 000	1 402	(3 109)	(1 170)	(1 589)

(1) Atribuível ao risco coberto.
(2) Inclui o juro corrido.

25. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	**2010 Euros '000**
Títulos de rendimento fixo:		
Obrigações de emissores públicos nacionais	37 420	44 111
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	10 996	13 982
	48 416	58 093

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentado na nota 45.

A CEMG avaliou com referência a 31 de dezembro de 2011, a existência de evidência objetiva da imparidade na sua carteira de investimentos detidos até à maturidade, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos detidos até à maturidade podem ser analisados, à data de 31 de dezembro de 2011, como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
OT – setembro 98/23-09-2013	Maio 1998	Setembro 2013	Taxa fixa de 5,450%	96
OT – junho 02/15-06-2012	Fevereiro 2002	Junho 2012	Taxa fixa de 5,000%	31 292
OT – outubro 05/15-10-2015	Julho 2005	Outubro 2015	Taxa fixa de 3,350%	6 032
Netherlands Government 05/2015	Junho 2005	Julho 2015	Taxa fixa de 3,250%	5 004
Republic of Austria 04/15-07-2015	Maio 2004	Julho 2015	Taxa fixa de 3,500%	2 016
Belgium Kingdom 05/28-09-2015	Março 2005	Setembro 2015	Taxa fixa de 3,750%	1 985
Buoni Poliennali Del Tes. 05/2015	Maio 2005	Agosto 2015	Taxa fixa de 3,750%	1 991
				48 416

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística 1*c*).

Durante os exercícios de 2011 e 2010, a CEMG não procedeu a transferências para ou desta categoria de ativos.

Em 31 de dezembro de 2011, a análise dos investimentos detidos até a maturidade por prazo remanescente é a seguinte:

	2011				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Entre um ano a cinco anos Euros '000	Superior a cinco anos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações de emissores públicos nacionais	–	31 292	6 128	–	37 420
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	–	–	10 996	–	10 996
	–	31 292	17 124	–	48 416
Cotados	–	31 292	17 124	–	48 416

Em 31 de dezembro de 2010, a análise dos investimentos detidos até a maturidade por prazo remanescente é a seguinte:

	2010				
	Inferior a três meses Euros '000	Entre três meses e um ano Euros '000	Entre um ano a cinco anos Euros '000	Superior a cinco anos Euros '000	Total Euros '000
Obrigações de emissores públicos nacionais	–	5 962	38 149	–	44 111
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	3 026	–	10 956	–	13 982
	3 026	5 962	49 105	–	58 093
Cotados	3 026	5 962	49 105	–	58 093

26. Investimentos em associadas e outras

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Participações financeiras em associadas e outras		
Finibanco Holding, SGPS, S.A.	341 250	–
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	23 566	23 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	9 530	9 530
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	7 001	7 001
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3 200	3 200
Não cotados	384 547	43 297

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

	Número de ações	Participação direta no capital	Valor nominal unitário Euros	Custo da participação Euros '000
31 de dezembro de 2011				
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	77 200	100,00%	90,69	7 001
Finibanco Holding, SPGS, S.A.	175 000 000	100%	1	341 250
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A	1 333 928	26,25%	5,00	23 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	314 736	39,34%	25,00	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	400 000	20,00%	5,00	3 200
.				384 547
31 de dezembro de 2010				
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A. (IFI)	77 200	100,00%	90,69	7 001
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A	1 333 928	26,25%	5,00	23 566
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	314 736	39,34%	25,00	9 530
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	400 000	20,00%	5,00	3 200
.				43 297

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, acionista única da CEMG, procedeu à aquisição de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição no montante de Euros 341 250 000.

Em 31 de março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG pelo montante de Euros 341 250 000, pelo que a partir desta data, a CEMG passou a deter uma participação de 100% na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. Em 4 de abril de 2011, a CEMG adquiriu um conjunto de ativos e passivos do Finibanco, S.A. (excluindo os imóveis propriedade do Finibanco, S.A. e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e os contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Finibanco, S.A. é locador financeiro) pelo montante de Euros 216 484 000.

A aquisição da Finibanco Holding pela CEMG permitiu completar o nível de serviços prestados na área financeira através da aquisição de uma participação no Finibanco, S.A. (banco universal), Finicrédito, S.A. (instituição financeira de crédito especializado), Finibanco Angola (banco universal em Angola) e Finivalor (Sociedade Gestora de Fundos de Investimento).

A referida aquisição permite igualmente a complementaridade das redes comerciais e a entrada em mercados nos quais a CEMG não estava presente.

27. Ativos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imóveis e outros ativos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	107 236	201 710
Imparidade para ativos não correntes detidos para venda	(20 406)	(39 336)
	86 830	162 374

Os ativos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística 1*j*).

A rubrica Imóveis e outros ativos resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respetiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome da CEMG; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação pro solvendo).

Em novembro e dezembro de 2011, a CEMG procedeu à venda de parte dos imóveis referidos anteriormente ao fundo CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (FEII) e ao Fundo Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH). Considerando a natureza da transação os ativos foram desreconhecidos. Estes imóveis estavam registados pelo valor de Euros 147 956 000, liquido de imparidade, originando uma mais-valia de Euros 35 839 000 e uma reversão de imparidade constituída de Euros 24 356 000.

De acordo com a expectativa da CEMG, pretende-se que os referidos ativos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a 2 anos, existindo uma estratégia para a sua alienação. A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados Contratos promessa de compra e venda no montante de Euros 22 591 000 (2010: Euros 13 996 000).

De acordo com a expectativa da CEMG, pretende-se que os referidos ativos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a 2 anos, existindo uma estratégia para a sua alienação. A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados Contratos promessa de compra e venda no montante de Euros 22 591 000 (2010: Euros 13 996 000).

Os movimentos dos ativos não correntes detidos para venda no exercício de 2011, são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Ativos não correntes detidos para venda:		
Saldo em 1 de janeiro	201 710	157 935
Aquisições	115 735	66 715
Alienações	(217 218)	(24 740)
Outros movimentos	7 009	1 800
Saldo em 31 de dezembro	107 236	201 710

Os movimentos da imparidade para ativos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imparidade para ativos não correntes detidos para venda:		
Saldo em 1 de janeiro	39 336	29 336
Dotação do exercício	10 912	13 845
Reversão do exercício	(29 368)	(3.831)
Utilização	(474)	(14)
Saldo em 31 de dezembro	20 406	39 336

A rubrica de Reversão do exercício inclui o montante de Euros 24 356 000 relativo à operação de venda de ativos não correntes detidos para venda descrita anteriormente.

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. e das suas participadas no âmbito da aquisição por parte da CEMG em 31 de março de 2011.

28. Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Custo:		
Imóveis:		
De serviço próprio	9 664	62 250
Obras em imóveis arrendados	55 733	24 225
Imobilizado em curso	35	33
Equipamento:		
Mobiliário e material	19 979	11 065
Máquinas e ferramentas	3 055	1 869
Equipamento informático	83 219	58 365
Instalações interiores	22 440	15 832
Equipamento de transporte	4 057	436
Equipamento de segurança	9 415	4 972
Outro equipamento	1	–
Património artístico	2 755	1 050
Ativos em locação operacional	4 825	4 965
Outras imobilizações corpóreas	1 954	31
Imobilizações em curso	4 387	3 342
	221 519	188 435
Depreciações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(17 405)	(13 070)
Relativas a exercícios anteriores	(137 931)	(86 177)
	(155 336)	(99 247)
	66 183	89 188

Os movimentos da rubrica Outros ativos tangíveis, durante o exercício de 2011, são analisados como segue:

	2011				
	Saldo em 1 janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 dezembro Euros '000
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	62 250	15 550	(68 136)	–	9 664
Obras em imóveis arrendados	24 225	30 570	–	938	55 733
Imobilizado em curso	33	2	–	–	35
Equipamento:					
Mobiliário e material	11 065	9 190	(276)	–	19 979
Máquinas e ferramentas	1 869	1 210	(24)	–	3 055
Equipamento informático	58 365	26 176	(1 322)	–	83 219
Instalações interiores	15 832	5 656	–	952	22 440
Equipamento de transporte	436	3 652	(31)	–	4 057
Equipamento de segurança	4 972	4 445	(2)	–	9 415
Equipamento de segurança	–	1	–	–	1
Património artístico	1 050	1 705	–	–	2 755
Ativos em locação operacional	4 965	610	(801)	51	4 825
Outras imobilizações corpóreas	31	1 923	–	–	1 954
Imobilizações em curso	3 342	2 968	–	(1 923)	4 387
	188 435	103 658	(70 592)	18	221 519
Depreciações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	16 042	1 362	(19 617)	5 164	2 951
Obras em imóveis arrendados	15 984	3 239	–	18 404	37 627
Equipamento:					
Mobiliário e material	8 010	1 042	(275)	6 649	15 426
Máquinas e ferramentas	1 771	120	(24)	862	2 729
Equipamento informático	43 935	8 133	(1 320)	18 101	68 849
Instalações interiores	8 700	1 618	–	3 886	14 204
Equipamento de transporte	379	227	(30)	3 330	3 906
Equipamento de segurança	3 244	842	(2)	2 466	6 550
Ativos em locação operacional	1 182	863	(382)	25	1 688
Outro equipamento	–	–	–	1	1
Outras imobilizações corpóreas	–	140	–	1 265	1 405
	99 247	17 586	(21 650)	60 153	155 336

Em dezembro de 2011, a CEMG procedeu à venda de parte de Imóveis de serviço próprio ao Montepio Geral Associação Mutualista, conforme nota 54. Estes imóveis estavam registados pelo valor de Euros 48 517 000, liquido de amortizações, originando uma mais-valia de Euros 28 154 000.

A rubrica Regularizações/Transferências corresponde aos valores transferidos do Finibanco, S.A. no âmbito da aquisição de ativos e passivos ocorrida em 4 de abril de 2011.

Os movimentos da rubrica Outros ativos tangíveis, durante o ano de 2010, são analisados como segue:

	2010				
	Saldo em 1 janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 dezembro Euros '000
Custo:					
Imóveis:					
De serviço próprio	65 706	–	(3 456)	–	62 250
Obras em imóveis arrendados	32 208	332	(8 373)	58	24 225
Imobilizado em curso	43	10	–	(20)	33
Equipamento:					
Mobiliário e material	10 502	988	(425)	–	11 065
Máquinas e ferramentas	1 971	10	(113)	1	1 869
Equipamento informático	51 772	6 838	(244)	(1)	58 365
Instalações interiores	28 414	334	(13 010)	94	15 832
Equipamento de transporte	676	58	(298)	–	436
Equipamento de segurança	3 978	1 009	(15)	–	4 972
Património artístico	986	64	–	–	1 050
Ativos em locação operacional	4 084	1 632	(751)	–	4 965
Outras imobilizações corpóreas	31	–	–	–	31
Imobilizações em curso	550	2 947	–	(155)	3 342
	200 921	14 222	(26 685)	(23)	188 435
Depreciações acumuladas:					
Imóveis:					
De serviço próprio	15 831	1 039	(828)	–	16 042
Obras em imóveis arrendados	22 047	2 310	(8 373)	–	15 984
Equipamento:					
Mobiliário e material	7 804	572	(366)	–	8 010
Máquinas e ferramentas	1 825	57	(112)	1	1 771
Equipamento informático	37 871	6 307	(243)	–	43 935
Instalações interiores	20 126	1 585	(13 011)	–	8 700
Equipamento de transporte	673	9	(303)	–	379
Equipamento de segurança	2 823	434	(13)	–	3 244
Ativos em locação operacional	748	757	(323)	–	1 182
	109 748	13 070	(23 572)	1	99 247

29. Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Custo:		
Software	64 836	31 798
Outros ativos intangíveis	88 365	–
Ativos intangíveis em curso	520	6 106
	37 904	57 032
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(9 449)	(7 776)
Relativas a exercícios anteriores	(33 429)	(11 874)
	(42 878)	(19 650)
	110 843	18 254

A rubrica Outros ativos intangíveis, corresponde ao diferencial entre os ativos e passivos do Finibanco, S.A. adquiridos pela CEMG em 4 de abril de 2011 e o seu valor contabilístico e tem em conta o justo valor dos referidos ativos e passivos bem como o potencial de geração de negócio associado à rede do Finibanco, S.A. adquirida.

Este ativo intangível não possui vida útil finita, pelo que, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1*r*), o seu valor recuperável é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os movimentos da rubrica ativos intangíveis, durante o ano de 2011, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 dezembro Euros '000
Custo:					
Software	31 798	26 512	–	6 526	64 836
Outros ativos intangíveis	–	88 365	–	–	88 365
Ativos intangíveis em curso	6 106	940	–	(6 526)	520
	37 904	115 817	–	–	153 721
Amortizações acumuladas:					
Software	19 650	9 268	–	13 960	42 878
	19 650	9 268	–	13 960	42 878

A rubrica Regularizações/Transferências corresponde aos valores transferidos do Finibanco, S.A. no âmbito da aquisição de ativos e passivos ocorrida em 4 de abril de 2011.

Os movimentos da rubrica ativos intangíveis, durante o exercício de 2010, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euros '000	Aquisições/ Dotações Euros '000	Abates Euros '000	Regularizações/ Transferências Euros '000	Saldo em 31 dezembro Euros '000
Custo:					
Software	52 375	8 430	(29 007)	–	31 798
Adiantamentos por conta de imobilizações	4 657	1 449	–	–	6 106
	57 032	9 879	(29 007)	–	37 904
Amortizações acumuladas:					
Software	40 881	7 776	(29 007)	–	19 650
	40 881	7 776	(29 007)	–	19 650

30. Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Bonificações a receber do Estado Português	9 728	11 949
Outros devedores	163 739	29 071
Outros proveitos a receber	4 615	4 873
Despesas com custo diferido	17 138	20 801
Contas diversas	115 058	41 703
	310 278	108 397
Imparidade para outros ativos	–	(3 473)
	310 278	104 924

A rubrica Bonificações a receber do Estado Português, no montante de Euros 9 728 000 (2010: Euros 11 949 000) corresponde às bonificações referentes a contratos de crédito à habitação, de acordo com os dispositivos legais aplicáveis ao crédito bonificado. Estes montantes não vencem juros e são reclamados mensalmente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a rubrica Bonificações a receber do Estado Português pode ser detalhada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	2 111	7 120
Bonificações processadas e ainda não reclamadas	3 157	1 716
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	4 460	3 113
	9 728	11 949

A rubrica Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas inclui em 31 de dezembro de 2010, um montante de Euros 3 473 000 não reconhecido pela Direção Geral do Tesouro, estando este totalmente provisionado na rubrica Imparidade para bonificações.

A rubrica Despesas com custo diferido inclui, em 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 15 441 000 (2010: Euros 19 061 000) referente ao valor ainda não registado na situação líquida do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 relativamente ao apuramento do valor atuarial das responsabilidades do fundo de pensões. Neste caso é aplicado um diferimento de dez anos ou oito anos conforme se trate de benefícios de saúde ou outros benefícios, de acordo com a política contabilística 1*u*).

A rubrica Contas Diversas inclui, em 31 de dezembro de 2011, o montante de Euros 70 788 000 relativo a operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística 1*c*), a aguardar liquidação.

Os movimentos da imparidade para outros ativos são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Imparidade para outros ativos:		
Saldo em 1 de janeiro	3 473	3 473
Utilização	(3 473)	–
Saldo em 31 de dezembro	–	3 473

31. Impostos

Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2012, a CEMG passa a estar sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro, de acordo com a política contabilística 1*v*), são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 podem ser analisados como seguem:

	Ativo		Passivo		Líquido	
	2011 Euros '000	**2010 Euros '000**	**2011 Euros '000**	**2010 Euros '000**	**2011 Euros '000**	**2010 Euros '000**
Instrumentos financeiros	18 328	–	–	–	18 328	–
Outros ativos tangíveis	(10)	–	–	–	(10)	–
Provisões	32 071	–	–	–	32 071	–
Fundo de pensões	6 747	–	–	–	6 747	–
Subsídio por morte	472	–	–	–	472	–
Reformas antecipadas	1 231	–	–	–	1 231	–
Prémios de antiguidade	382	–	–	–	382	–
Imposto diferido ativo/(passivo) líquido	59 221	–	–	–	59 221	–

A CEMG avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativas de lucros futuros tributáveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza quanto à recuperação de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos. Salienta-se que em 31 de dezembro de 2011, face à isenção aplicável à CEMG, não existem prejuízos fiscais reportáveis.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	2011 Euros '000	**2010 Euros '000**
Saldo inicial:		
Reconhecido em resultados	11 368	–
Reconhecido em reservas de justo valor	18 328	–
Reconhecido em reservas e resultados transitados	29 525	–
Saldo final (Ativo / (Passivo))	59 221	–

Conforme referido na política contabilística, nota 1*v*), a CEMG apenas será sujeita a tributação efetiva a partir de 1 de janeiro de 2012. Face às normas aplicáveis, em 31 de dezembro de 2011, foram reconhecidas, por contrapartida de resultados e reservas, conforme a sua natureza, as diferenças temporárias resultantes das realidades que serão objeto de reconhecimento para efeitos fiscais em exercícios futuros.

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e de 31 de dezembro de 2010 teve as seguintes origens:

	2011	
	Reconhecido em resultados Euros '000	**Reconhecido em reservas Euros '000**
Instrumentos financeiros	–	18 328
Outros ativos tangíveis	–	(10)
Provisões	8 466	23 605
Fundo de pensões	817	5 930
Subsídio por morte	472	–
Reformas antecipadas	1 231	–
Prémios de antiguidade	382	–
Imposto diferido / reconhecido (proveito) / custo	11 368	47 853

A variação de saldo dos impostos diferidos líquidos inclui os encargos de impostos diferidos do exercício reconhecidos em resultados, bem como as variações relevadas em capitais próprios, nomeadamente o impacto decorrente da alteração, nos termos previstos na Norma Internacional de Contabilidade n.º 19, da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais relativos a planos de pensões e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, e os ganhos e perdas potenciais decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda serem reconhecidos em capitais próprios.

Em 31 de dezembro de 2011, existiam diferenças temporárias não reconhecidas, que se traduziriam num imposto diferido no ativo no montante de Euros 236 883 000. O reconhecimento das referidas diferenças está dependente da capacidade da CEMG gerar no futuro resultados tributáveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, a CEMG possa compensar ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sob o rendimento lançado pela mesma autoridade fiscal.

32. Recursos de bancos centrais

Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica regista o montante de Euros 2 003 300 000 referente a recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais que se encontram colateralizados por títulos da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise da rubrica Recursos de bancos centrais pelo período remanescente a 31 de dezembro de 2010, esta rubrica regista o montante de Euros 1 540 266 000 referente a recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais que se encontram colateralizados por títulos da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise da rubrica Recursos de bancos centrais pelo período remanescente a 31 de dezembro de 2011 e 2010, é a seguinte:

	2011 Euros '000	**2010 Euros '000**
Até 3 meses	702 975	460 026
3 meses até 6 meses	–	1 080 240
Mais de 6 meses	1 300 325	–
	2 003 300	1 540 266

33. Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011			2010		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Recursos de instituições de crédito no país	12 337	79 978	92 315	247 969	4 163	252 132
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	48 841	1 040 912	1 089 753	1 000 337	10 077	1 010 414
	61 178	1 120 890	1 182 068	1 248 306	14 240	1 262 546

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Até 3 meses	545 197	526 133
3 meses até 6 meses	57 517	155 594
6 meses a 1 ano	–	255 553
1 ano até 5 anos	362 434	59 025
Mais de 5 anos	245 167	272 830
	1 210 315	1 269 135
Correções de valor por operações de cobertura	(28 247)	(6 589)
	1 182 068	1 262 546

34. Recursos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011			2010		
	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000	Não remunerados Euros '000	Remunerados Euros '000	Total Euros '000
Depósitos à ordem	34 621	2 532 341	2 566 962	16 157	2 001 904	2 018 061
Depósitos a prazo (*)	–	10 354 116	10 354 116	–	7 229 927	7 229 927
Depósitos de poupança (*)	–	248 293	248 293	–	391 530	391 530
Outros recursos	5 362	–	5 362	496	–	496
Correções de valor por operações de cobertura	15 906	–	15 906	14 326	–	14 326
	55 889	13 134 750	13 190 639	30 979	9 623 361	9 654 340

Observações: (*) Depósitos estruturados para os quais foi efetuado o destaque do derivado embutido, conforme referido na nota 21 e na nota contabilística 1 c).

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas Instituições de Crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo são fixados anualmente por instrução do Banco de Portugal.

Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui Euros 794 197 000 (2010: Euros 1 772 500 000) de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

A análise da rubrica Recursos de clientes pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Depósitos à ordem	2 566 961	2 018 061
Depósitos a prazo e de poupança:		
Até 3 meses	1 678 201	1 271 892
3 meses até 6 meses	4 314 994	2 637 009
6 meses até 1 ano	2 043 906	1 029 173
1 ano até 5 anos	2 554 017	–
Mais de 5 anos	11 292	2 683 383
	13 169 371	9 639 518
Correções de valor por operações de cobertura	15 906	14 326
	13 185 277	9 653 844
Outros recursos:		
Até 3 meses	5 362	496
	13 190 639	9 654 340

35. Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Euro Medium Term Notes (EMTN)	1 081 778	2 179 683
Obrigações de Caixa	452 553	566 304
Obrigações Hipotecárias	706 357	832 690
	2 240 688	3 578 677

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentada na nota 45.

Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui o montante de Euros 1 100 366 000 (2010: Euros 1 510 171 000) de responsabilidades representadas por títulos registados em balanço ao justo valor através de resultados.

Durante o exercício de 2011, a CEMG procedeu à emissão de Euros 263 011 000 (2010: Euros 241 799 000) de títulos, tendo sido reembolsados Euros 1 390 073 000 (2010: Euros 860 459 000).

A duração residual da rubrica Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de dezembro de 2011 e 2010, é como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Até 6 meses	803 538	858 289
6 meses até 1 ano	758 726	631 766
1 ano até 5 anos	572 279	1 930 906
Mais de 5 anos	187 308	183 491
	2 321 851	3 604 452
Correções de valor por operações de cobertura	(81 163)	(25 775)
	2 240 688	3 578 677

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 5 000 milhões de euros, a CEMG procedeu a emissões que totalizaram 1 650 milhões de Euros. As características das emissões vivas a 31 de dezembro de 2011 são apresentadas como segue:

Designação	Valor nominal Euros '000	Valor de balanço Euros '000	Data de emissão	Data de reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	*Rating* (Moody's/Fitch/Dbrs)
Obrig. Hipotecárias	1 000 000	1 000 000	Dezembro 2009	Dezembro 2016	Trimestral	2,17%	Baa3/BBB-
Obrig. Hipotecárias	708 300	708 300	Julho 2009	Julho 2012	Anual	3,25%	Baa3/BBB-
Obrig. Hipotecárias	500 000	500 000	Novembro 2010	Novembro 2015	Trimestral	4,08%	Baa3/BBB-
	2 208 300	2 208 300					

As obrigações hipotecárias são garantidas por um conjunto de créditos à habitação que se encontram segregados como património autónomo nas contas da CEMG, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no disposto do Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.º 5/2006, n.º 6/2006, n.º 7/2006 e n.º 8/2006 e na Instrução n.º 13/2006 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões é superior em 31 de dezembro de 2011, a Euros 2 208 300 000 (2010: Euros 1 000 000 000) de acordo com a nota 21.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2011 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	Saldo em 1 de janeiro Euros '000	Emissões Euros '000	Reembolsos Euros '000	Compras (líquidas) Euros '000	Outros movimentos (a) Euros '000	Saldo em 31 de dezembro Euros '000
Euro Medium Term Notes (EMTN)	2 179 683	–	(849 683)	(171 531)	(76 691)	1 081 778
Obrigações de Caixa	566 304	263 011	(415 999)	29 551	9 686	452 553
Obrigações Hipotecárias	832 690	–	(124 391)	(17 750)	15 808	706 357
	3 578 677	263 011	(1 390 073)	(159 730)	(51 197)	2 240 688

(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial.

De acordo com a política contabilística 1*c*), no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades da CEMG, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respetivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2010 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	Saldo em 1 de janeiro Euros '000	Emissões Euros '000	Reembolsos Euros '000	Compras (líquidas) Euros '000	Outros movimentos (a) Euros '000	Saldo em 31 de dezembro Euros '000
Euro Medium Term Notes (EMTN)	2 810 743	–	(578 950)	(46 050)	(6 060)	2 179 683
Obrigações de Caixa	611 517	241 799	(281 509)	–	(5 503)	566 304
Obrigações Hipotecárias	1 161 047	–	–	(177 350)	(151 007)	832 690
	4 583 307	241 799	(860 459)	(223 400)	(162 570)	3 578 677

(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial.

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é composta pelas seguintes emissões:

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
OBRIGS.CX-AFORRO MONTEPIO/07-5 ANOS – 1 SER.	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa de 7%	1 000
OBRIGS.CX-AFOR. MONT.ASSOC/07-5 ANOS-1 SER.	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa Semestral de 7,25%	4 000
OBRIGS.CX-AFORRO MONTEPIO/07-5 ANOS – 2 SER.	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa Semestral de 7%	2 000
OBRIGS.CX-AFOR. MONT.ASSOC/07-5 ANOS-2 SER.	Fev.2007	Fev.2012	Taxa fixa Semestral de 7,25%	3 000
OBRIGS.CX-AM EUR 6M 5Y – 2012	Abr.2007	Abr.2012	Taxa fixa Anual de 4,455%	6 000
OBRIGS.CX-MONTEPIO SELECT 5 ANOS	Jan.2008	Jan.2013	Remuneração fixa garantida 2,5% Remuneração variável depende de 2 Ativos Financeiros: – Indice Dow Jones Eurostoxx Select Dividend 30; – Indice IBOXX Euro Eurozone Performance Sovereigns 5 a 7anos.	1 000
OBRIGS.CX-MONTEPIO TAXA FIXA 5 ANOS JAN2008	Jan.2008	Jan.2013	Taxa Anual Fixa de 2,5%	2 500
OBRIGS CX-MONTEPIO INFLACCAO-2008-2016-1 SER.	Jun.2008	Jun.2016	Remuneração anual – Taxa fixa de 4,52826% + taxa anual de Inflação Europeia	4 700
OBRIGS CX MONTEPIO TX FIXA 3 ANOS-25-05-2012	Mai.2009	Mai.2012	Taxa fixa Anual de 4,00% (3.º ano a Taxa 4%)	650
OBRIGS CAIXA-CRPC-STEMBRO-2009-2014	Set.2009	Set.2014	Taxa fixa Anual de 3% (4.º ano a Taxa 3%, 5.º ano a Taxa 6%)	4 250
OBRIGS CAIXA-CRPC-SETEMBRO-2009-2017	Set.2009	Set.2017	Taxa fixa Anual de 3,75% (4.º ao 7.º ano Taxa 3,75% e 8º ano Taxa 6,75%)	1 500
OBRIGS CAIXA-CRPC-SETEMBRO-2008-2013-2 SER.	Set.2009	Set.2013	1.º ao 4.º ano Taxa MédiaTrimestral Eur3M+1% (Taxa Média cálculada no final de cada trimestre com base em 3 observações da Eur3M apuradas no último dia útil de cada mês)	750
OBRIGS CAIXA-CRPC-2009-2014-8.SERIE	Nov.2009	Nov.2014	Taxa fixa Anual de 3,25% (4.º ano a Taxa 3,25% 5.º ano a Taxa 5,75%)	3 800
OBRIGS CAIXA-TAXA VARIAVEL-CEMG-2009-2013	Nov.2009	Nov.2013	Taxa Trimestral Eur3M+1% (10.º ao 17.º Trimestre Taxa Eur3M+1%)	500
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TITULOS EUROPA-2009-2013	Dez.2009	Dez.2013	Na maturidade a taxa é de 28% se a performance do Indíce *Euro Stoxx50* face ao nível inicial for positiva, caso contrário recebe só o capital inicial.	2 711
MONTEPIO STANDARD POOR's BRIC 40	Out.2007	Out.2012	Nos 1.º e 9.º semestres Taxa fixa de 0,90% (Na data de reembolso a taxa corresponde ao máximo entre 0% e 50% da performance média anual do Índice *Standard&Poor's* BRIC40	2 319
OBRIG.CX-MONTEPIO TX FIXA CRESCENTE 2010/13 1SER.	Jan.2010	Jan.2013	Os juros são pagos trimestralmente com Taxa fixa Anual de 2,5% (apartir 4.º ano Taxa 3%,a partir 7.º ano Taxa 3,5%)	1 000
OBRIG.CX-MONTEPIO TX FIXA 2010/14 1SER.	Jan.2010	Jan.2014	Os juros são pagos semestralmente com Taxa fixa Anual de 3% (apartir 3.º ano Taxa 3,125%, do 5.º ano Taxa 3,25%, do 7.º ano Taxa 3,5%)	9 806
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO CABAZ OURO E PETROLEO	Mar.2010	Mar.2014	Na maturidade o investidor recebe o máximo entre 4% e a média das performances anuais do Ouro e Petroleo sujeitas a um máximo de 28%.	3 705
OBRIG.CX-MONTEPIO TX FIXA 2010/14 2SER.	Mar.2010	Mar.2014	Taxa fixa Anual de 3,2% (3ºano Taxa 3,3%, 4.º ano Taxa 3,5%)	20 000
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA CRESCENTE ABRIL-2010-2015	Abr.2011	Abr.2015	Taxa fixa Anual de 2,7% (4.º ano Taxa 2,7%, do 5.º ano Taxa 2,8%, do 7.º ano Taxa 3% e 9.º ano Taxa 3,5%)	500
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA-2010-2013-1. SERIE	Mai.2010	Mai.2013	Taxa fixa Anual de 2,5% (3.º ano Taxa 2,5%)	10 553
OBRIGS CAIXA-MG TOP-2010-2014-1. SERIE	Mai.2010	Mai.2015	Taxa fixa Anual de 2,75% (3.º ano Taxa 3%, 4.º ano Taxa 3,25%)	520
OBRIGS CAIXA-CABAZ ENERGIA-2010-2014	Mai.2010	Mai.2015	Na maturidade o investidor irá receber o máximo entre 4% e a performance do ativo subjacente (Cabaz de ações do setor energético) face ao nível inicial	2 201

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA –2010-2012-1. SERIE	Jun.2010	Jun.2012	Taxa fixa Anual de 2% (8.º ano Taxa 2%)	3 118
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO-2010-2018-2. SERIE	Jul.2010	Jul.2018	Taxa fixa Anual de 3,15% (3.º ano ao 5.º ano a Taxa 3,4%, 6ºano Taxa 3,65%, 7.º ano Taxa 4,15% e 8.º ano Taxa 5,90)	1 600
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA JULHO 2010/2014	Jul.2010	Jul.2014	Taxa fixa Anual de 3,5% (3.º ano ao 4.º ano Taxa 3,5%)	22 747
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA AGOSTO-2010-2014	Ago.2010	Ago.2014	Taxa fixa Anual de 3,5%	15 914
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA SETEMBRRO 2010-2020	Set.2010	Set.2020	Taxa fixa Anual 4,0%	200
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA SETEMBRRO 2010-2014	Set.2010	Set.2014	Taxa fixa Anual 3,5%	9 967
OBRIGS CAIXA-MG EURODOLAR SETEMBRO 2010-2012	Out.2010	Out.2012	Taxa de Juro indexada à evolução da Taxa de câmbio de referência do Euro/USD.	1 493
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA NOVEMBRO 2010-2012	Nov.2010	Nov.2012	Taxa fixa Anual 3,25%	5 818
OBRIGS CAIXA-MG TELECOMUNICACOES DEZEMBRO 2010-2014	Dez.2010	Dez.2014	Remuneração = Max [2%;Min(performance,40%)]	558
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2016-1. SERIE	Jan.2011	Jan.2016	Taxa fixa Anual 3,53% (2.º ano Taxa 3,53%, 3.º ano Taxa 4,03%, 4.º ano Taxa 4,28%% e 5.º ano Taxa 5,28%)	25 000
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA JANEIRO 2011-2015	Fev.2011	Fev.2015	Taxa fixa Anual 4,0%	19 918
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA CRESCENTE FEVER-2011-2016	Fev.2011	Fev.2016	Taxa fixa Anual 3,5% (2.º ano Taxa 3,9%, 3.º ano Taxa 4,2%, 4.º ano Taxa 4,3% e 5.º ano Taxa 5,6%)	5 000
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO 1780 DIAS-2011-2016	Fev.2011	Jan.2016	Taxa fixa Anual 3,7% (2.º ano Taxa 3,9%, 3.º ano Taxa 4,25%, 4.º ano Taxa 4,5% e 5.º ano Taxa 5,5%)	1 500
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2016-2. SERIE	Fev.2011	Jan.2016	Taxa fixa Anual 3,5% (2.º ano Taxa 3,9%, 3.º ano Taxa 4,2%, 4.º ano Taxa 4,3% e 5.º ano Taxa 5,6%)	25 000
OBRIGS CAIXA-MG TAXA CRESCENTE FEVEREIRO 2016	Mar.2011	Fev.2016	Taxa fixa Anual 3,5% (2.º ano Taxa 3,9%, 3. º ano Taxa 4,2%, 4.º ano Taxa 4,35% e 5.º ano Taxa 5,6%)	15 000
OBRIGS CAIXA-MONTEPIO TOP EUROPA – MARCO 2011/2015	Mar.2011	Mar.2015	Na maturidade o investidor recebe a Tx de juro indexada á evolução da performance do Índice *Euro Stoxx50* e da cotação do Ouro.	5 000
OBRIGS CAIXA-MG TAXA FIXA MARCO 2011-2013	Mar.2011	Mar.2013	Taxa fixa Anual 3,25%	6 593
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2016-3.SERIE	Mar.2011	Abr.2016	Taxa fixa Anual 3,75% (2.º ano Taxa 4%, 3.º ano Taxa 4,25%, 4.º ano Taxa 4,5% e 5.º ano Taxa 5,5%)	20 000
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2019-1.SERIE	Mar.2011	Abr.2019	Taxa fixa Anual de 4,4% (2.º ano Taxa 4,4%, 3.º e 4.º ano Taxa 4,65%, 5.º e 6.º ano Taxa 5%, 7.º e 8.º ano Taxa 6,5%)	20 000
OBRIGS CAIXA-MG TAXA CRESCENTE ABRIL 2016	Abr.2011	Abr.2016	Taxa fixa Anual 4% (2.º ano Taxa 4,25%, 3.º ano Taxa 4,5%, 4.º ano Taxa 4,75% e 5.º ano Taxa 5,75%)	10 000
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2016-4.SERIE	Abr.2011	Abr.2016	Taxa fixa Anual 3,75% (2.º ano Taxa 4%, 3.º ano Taxa 4,25%, 4.º ano Taxa 4,5% e 5.º ano Taxa 5,5%)	25 000
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2016-5.SERIE	Mai.2011	Mai.2016	Taxa fixa Anual 4,1% (2.º ano Taxa 4,3%, 3.º ano Taxa 4,6%, 4.º ano Taxa 4,8% e 5.º ano Taxa 5,75%)	20 000
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2019-2.SERIE	Mai.2011	Mai.2019	Taxa fixa Anual de 4,9% (2.º ano Taxa 4,9%, 3.º e 4.º ano Taxa 5,15%, 5.º e 6.º ano Taxa 5,5%, 7.º ano Taxa 6% e 8.º ano Taxa 7%)	5 000
OBRIGS CAIXA-MG TAXA CRESCENTE JUN2011-ABR2016	Jun.2011	Abr.2016	Taxa fixa Anual 4,25% (2.º e 3.º ano Taxa 4,5%, 4.º ano Taxa 4,75% e 5.º ano Taxa 5%)	15 000
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2016-6.SERIE	Jun.2011	Jul.2016	Taxa fixa Anual 4,1% (2.º ano Taxa 4,3%, 3.º ano Taxa 4,6%, 4.º ano Taxa 4,8% e 5.º ano Taxa 5,75%)	20 000

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 1795 DIAS 2011/2016	Ago.2011	Jul.2016	Taxa fixa Anual 4,1% (2.º ano Taxa 4,3%, 3.º ano Taxa 4,6%, 4.º ano Taxa 4,8% e 5.º ano Taxa 5,75%)	10 000
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2019-3 SERIE	Set.2011	Jul.2019	Taxa fixa Anual 4,9% (2.º ano Taxa 4,9%, 3.º e 4.º ano Taxa 5,15%, 5.º e 6.º ano Taxa 5,5%, 7.º ano Taxa 6,00% e 8.º ano Taxa 7,00%)	5 000
OBRIGS CAIXA-MG CAPITAL CERTO 2011/2016-7 SERIE	Set.2011	Set.2016	Taxa fixa Anual 4,25% (2ºano Taxa 4,30%, 3º ano Taxa 4,60%, 4º ano Taxa 4,8% e 5º ano Taxa 5,75%)	10 000
OBRIGS CAIXA-FNB REMUNERAÇÃO GARANTIDA 2006	Abr.2008	Set.2016	Taxa fixa Anual 3%	2 680
OBRIGS CAIXA-FNB DEZEMBRO 07/17	Dez.2010	Dez.2017	Mínimo [15 * (30 Yr *Swap Rate* – 10 Yr *Swap Rate*) + 0.75%; 15 * (10 Yr *Swap Rate* – 2 Yr *Swap Rate*) + 1.25%]	26 871
Obrig. CEMG/04	Set.2004	Set.2014	Euribor 3 meses + 0,25%	15 000
Obrig. CEMG/05	Fev.2005	Fev.2015	Taxa anual de 2,99862%	110 250
Obrig. CEMG/05	Mai.2005	Mai.2012	Euribor 3 meses + 0,25%	449 969
Obrig. CEMG/07	Jan.2007	Jan.2017	Taxa fixa de 3,429%	93 500
Obrig. CEMG/07	Fev.2007	Fev.2017	Taxa fixa de 5%	87 000
Obrig. CEMG/07	Mai.2007	Mai.2013	Euribor 3 meses + 0,25%	402 750
Obrigações Hipotecárias	Jul.2009	Jul.2012	Taxa fixa de 3,25%	540 550
				2 141 962
Correções de valor por operações de cobertura				(81 163)
Periodificações, custos e proveitos diferidos				179 889
Total				2 240 688

Em 31 de dezembro de 2011, os empréstimos obrigacionistas venciam juros postecipados e antecipados, sendo as suas taxas efetivas compreendidas entre 0,5% e 7,25%.

36. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito	117 066	100 188
Provisões para outros riscos e encargos	2 948	1 311
	120 014	101 499

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Provisões para riscos gerais de crédito:		
Saldo em 1 de janeiro	100 188	101 310
Dotação do exercício	53 801	49 552
Reversão do exercício	(56 917)	(50 674)
Transferências	19 994	–
Saldo em 31 de dezembro	117 066	100 188

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos avisos n.º 3/95,de de 30 de junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de janeiro de 1999, e n.º 8/03 de 30 de janeiro de 2003 do Banco de Portugal, conforme referido na política contabilística 1*b*). A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos do Finibanco, S.A. no âmbito da aquisição de ativos e passivos ocorrida em 4 de abril de 2011.

Os movimentos da provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Provisões para outros riscos e encargos:		
Saldo em 1 de janeiro	1 311	1 490
Dotação do exercício	776	586
Reversão do exercício	(452)	(670)
Utilização de provisões	–	(95)
Transferências	1 313	–
Saldo em 31 de dezembro	2 948	1 311

Estas provisões foram efetuadas tendo como base a probabilidade de ocorrência de certas contingências relacionadas com a atividade da CEMG, sendo revistas em cada data de reporte de forma a refletir a melhor estimativa do montante e respetiva probabilidade de pagamento.

A rubrica Transferências corresponde aos valores transferidos do Finibanco, S.A. no âmbito da aquisição de ativos e passivos ocorrida em 4 de abril de 2011.

37. Outros passivos subordinados

Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica regista o montante de Euros 477 247 000 (31 de dezembro de 2010: Euros 380 986 000) referente a obrigações de prazo determinado com um prazo residual superior a cinco anos.

As principais características dos passivos subordinados, em 31 de dezembro de 2011 são apresentadas como seguem:

Descrição da emissão	Data de emissão	Maturidade	Valor de emissão Euros '000	Taxa de juro	Valor de balanço Euros '000
CEMG/06	Abr.2006	Abr.2016	50 000	Euribor 3 meses+0,45%	50 214
CEMG/08	Fev.2008	Fev.2018	150 000	Euribor 6 meses+0,13%	151 430
CEMG/08	Jun.2008	Jun.2018	28 000	Euribor 12 meses+0,10%	28 496
CEMG/08	Jul.2008	Jul.2018	150 000	Euribor 6 meses+0,13%	151 878
FNB 08/18 1.ª/2.ª Série	Dez.2008	Dez.2018	10 363	Euribor 6 meses+0,15% (v)	10 383
FNB Rendimento Garantido 05/13	Mai.2005	Mai.2013	410	Intervalo (1,90%;4,50%) (iii)	410
FNB Rendimento Seguro 05/15	Jun.2005	Jun.2015	238	6,25%*VN Min.(cotação) (iv)	251
FNB Grandes empresas 07/16 – 1.ª	Mai.2007	Mai.2016	6 450	Máx.(0;6,0%*(1-n/5)) (i)	6 450
FNB Grandes empresas 07/16	Jun.2011	Jun.2016	30 250	Máx.(0;6,0%*(1-n/5)) (i)	30 250
FNB Índices estratégicos07/17 1.ª	Mai.2007	Jun.2015	14 947	6,25%*VN Min.(cotação) (ii)	14 947
FNB Índices estratégicos07/17 2.ª/3.ª	Jun.2011	Jun.2015	39 000	Euribor 6 meses+0,5% (ii)	39 000
					483 709
				Corr. Valor passivo	(6 462)
					477 247

O justo valor da carteira de outros passivos subordinados encontra-se apresentada na nota 45.

Em 31 de dezembro de 2011, os empréstimos subordinados venciam juros trimestrais e semestrais postecipados, sendo as suas taxas de juro efetivas compreendidas entre 1% e 5%.

Referências:

(i) – Serão pagos os seguintes cupões, no final de cada ano (a 9 de maio, para a 1.ª série e a 20 de junho, para as 2.ª e 3.ª séries):

Cupão	Taxa/ intervalo
1.º Cupão	5,50%
2.º Cupão	5,50%
3.º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/3)]
4.º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/4)]
5.º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/5)]
6.º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/6)]
7.º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/7)]
8.º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/8)]
9.º Cupão	Máx [0; 6,0% * (1-n/9)]

Notas:
onde, *n* é o número acumulado de Entidades de Referência em relação às quais tenha ocorrido um Evento de Crédito.
Se ocorrer uma fusão entre duas ou mais empresas de referência e ocorrer um Evento de Crédito na empresa resultante da fusão, serão contados tantos Eventos de Crédito quanto o número de empresas fundidas.

(ii) – A remuneração será paga anualmente e será igual a:

Cupão	Taxa/ Intervalo
1.º ano	5,5% * valor nominal
2.º ano	5,5% * valor nominal
3.º ano e seguintes	6,25% * valor nominal se Min (SDk/SD0-SXk/SX0; HSk/HS0– SXk/SX0) > Barreirak ***

*** se não = 0%, onde:

Barreira 3 = Barreira a aplicar no 3.º cupão = 0%;
Barreira 4 = Barreira a aplicar no 4.º cupão = 1%;
Barreira 5 = Barreira a aplicar no 5.º cupão = 2%;
Barreira 6 = Barreira a aplicar no 6.º cupão = 3%;
Barreira 7 = Barreira a aplicar no 7.º cupão = 4%;
Barreira 8 = Barreira a aplicar no 8.º cupão = 5%.
Barreira k = Barreira a aplicar no k.º cupão
SDk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de observação K (K=1 a 6)
SD0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx Select Dividend (Bloomberg: SD3E) na data de início
SXk – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de observação K (K=1 a 6)
SX0 – Cotação de fecho do índice Eurostoxx50 Total Return (Bloomberg: SX5T) na data de início
HSk – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de observação K (K=1 a 6)
HS0 – Cotação de fecho do índice HS60 Europe (Bloomberg: HS60EU) na data de início

(iii) – A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual): n/N * 5% + m/N * 1%

onde:
n é o n.º de dias úteis do período respetivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado;
m é o n.º de dias úteis do período respetivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado;
N é o n.º de dias úteis do período respetivo.

Nota: Intervalo é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Período	Data do cupão	Intervalo
1.º semestre	09-nov-05	[0; 2,75%]
2.º semestre	09-mai-06	[0; 3,00%]
3.º semestre	09-nov-06	[0; 3,25%]
4.º semestre	09-mai-07	[0; 3,50%]
5.º semestre	09-nov-07	[0; 3,50%]
6.º semestre	09-mai-08	[0; 3,75%]
7.º semestre	09-nov-08	[0; 3,75%]
8.º semestre	09-mai-09	[0; 4,00%]
9.º semestre	09-nov-09	[0; 4,00%]
10.º semestre	09mai-10	[0; 4,25%]
11.º semestre	09-nov-10	[0; 4,25%]
12.º semestre	09-mai-11	[0; 4,50%]
13.º semestre	09-nov-11	[0; 4,50%]
14.º semestre	09-mai-12	[0; 4,50%]
15.º semestre	09-nov-12	[0; 4,50%]
16.º semestre	09-mai-13	[0; 4,50%]

(iv) – A remuneração será paga semestralmente, terá como mínimo 1% e como máximo 5%, e será calculada de acordo com a seguinte fórmula (taxa anual): n/N * 5% +m/N * 1%

onde:
n é o n.º de dias úteis do período respetivo em que a Euribor 6 meses está dentro do intervalo fixado;
m é o n.º de dias úteis do período respetivo em que a Euribor 6 meses está fora do intervalo fixado;
N é o n.º de dias úteis do período respetivo;

Nota: Intervalo: é o que se encontra definido no quadro seguinte, para cada cupão:

Período	Data do cupão	Intervalo
1º semestre	09-dez-05	[1,60; 2,75%]
2.º semestre	09-jun-06	[1,60; 3,00%]
3.º semestre	09-dez-06	[1,60; 3,25%]
4.º semestre	09-jun-07	[1,60; 3,50%]
5.º semestre	09-dez-07	[1,60; 3,50%]
6.º semestre	09-jun-08	[1,70; 3,75%]
7.º semestre	09-dez-08	[1,70; 3,75%]
8.º semestre	09-jun-09	[1,70; 4,00%]
9.º semestre	09-dez-09	[1,80; 4,00%]
10.º semestre	09-jun-10	[1,80; 4,25%]
11.º semestre	09-dez-10	[1,80; 4,25%]
12.º semestre	09-jun-11	[1,80; 4,50%]
13.º semestre	09-dez-11	[1,90; 4,50%]
14.º semestre	09-jun-12	[1,90; 4,50%]
15.º semestre	09-dez-12	[1,90; 4,50%]
16.º semestre	09-jun-13	[1,90; 4,50%]
17.º semestre	09-dez-13	[2,00; 4,50%]
18.º semestre	09-jun-14	[2,00; 4,50%]
19.º semestre	09-dez-14	[2,00; 4,50%]
20.º semestre	09-jun-15	[2,00; 4,50%]

(v) – A remuneração será paga semestralmente e o primeiro cupão será fixo:

Cupão	Taxa/ intervalo
1.º cupão	6,50% (taxa anual)
entre 2.º e 10.º cupão	Euribor 6M + 1,50% (taxa anual)
entre 11.º e seguintes	Euribor 6M + 1,75% (taxa anual)

38. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Credores:		
Fornecedores	10 576	7 356
Outros credores	76 146	24 195
Setor Público administrativo	12 977	7 944
Férias e subsídio de férias a pagar	32 992	25 824
Outros custos a pagar	2 572	375
Receitas antecipadas	759	546
Operações sobre títulos a liquidar	752	–
Contas diversas	106 645	145 456
	243 419	211 696

A rubrica Contas diversas regista saldos de operações bancárias e financeiras a aguardar liquidação.

39. Capital

Em 29 de março de 2011, na sequência da deliberação da Assembleia-geral da CEMG, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 345 000 000, por entrada de numerário. Em 28 de dezembro, na sequência da deliberação da Assembleia-geral da CEMG, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 100 000 000, por entrada de numerário.

Após esta operação, o capital institucional da CEMG, que se encontra integralmente realizado, passou a ser de Euros 1 245 000 000 (2010: 800 000 000), pertencendo na sua totalidade ao Montepio Geral – Associação Mutualista.

Em 29 de setembro de 2010, na sequência da deliberação da Assembleia-geral da CEMG, procedeu-se ao aumento do capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral, no montante de Euros 40 000 000, por entrada de numerário.

40. Outros instrumentos de capital

Esta rubrica contempla a emissão de Euros 15 000 000 ocorrida no primeiro trimestre de 2010 de Valores Mobiliários Perpétuos Subordinados com juros condicionados efetuada pelo Finibanco, S.A., e que no âmbito do processo de aquisição da Finibanco Holding, SGPS, S.A. e das suas subsidiárias passou a integrar os capitais próprios da CEMG.

Remuneração

Com sujeição às limitações ao vencimento de juros descritas abaixo, a remuneração será paga semestralmente, em 2 de fevereiro e em 2 de agosto de cada ano, com início em 2 de agosto de 2010 e será igual a:

- 1.º ao 4.º cupões: 7,00%;
- 5.º cupão e seguintes: Euribor 6M + 2,75%, com um mínimo de 5%.

Limitações ao vencimento de juros

A Emitente estará impedida de proceder ao pagamento de juros:

- Na medida e até à concorrência em que a soma do montante a pagar pelos juros desta emissão com o montante dos dividendos pagos ou deliberados e o de pagamentos garantidos relativos a eventuais ações preferenciais que se possam vir a emitir, exceder os Fundos Distribuíveis da Emitente; ou
- Estiver em incumprimento da Regulamentação de Requisitos de Fundos Próprios ou na medida e até à concorrência em que o seu pagamento implicar incumprimento dessa Regulamentação.

A Emitente ainda está impedida de proceder ao Pagamento de Juros se, na opinião do Conselho de Administração ou do Banco de Portugal, esse pagamento colocar em risco o cumprimento da Regulamentação de requisitos de Fundos Próprios.

O impedimento de proceder ao Pagamento de Juros poderá ser total ou parcial.

O não pagamento de juros numa qualquer data desonera a Emitente do pagamento dos juros relativos a essa data em momento futuro.

Consideram-se Fundos distribuíveis de um determinado ano a soma algébrica, com referência ao exercício anterior, dos resultados acumulados retidos com quaisquer outros valores suscetíveis de serem distribuíveis e com os lucros ou prejuízos, líquida das reservas obrigatórias, legais e estatutárias, mas antes da dedução do montante de quaisquer dividendos relativos às ações ordinárias ou a quaisquer outros valores mobiliários subordinados a estes, relativos a esse exercício.

Reembolso

Estes valores Mobiliários são perpétuos, só sendo reembolsáveis segundo as condições de reembolso antecipado abaixo previstas.

Mediante acordo prévio do Banco de Portugal, o emitente poderá proceder ao reembolso, total ou parcial, a partir da 10.ª data de pagamento de juros, inclusive (5.º ano).

Em caso de ocorrência continuada de um Evento de Desqualificação como Fundos Próprios de Base, mesmo antes de decorridos 5 anos desde a sua emissão, e mediante acordo prévio do Banco de Portugal, estes Valores Mobiliários são reembolsáveis por opção do Emitente, em qualquer data.

Por evento de desqualificação como Fundos Próprios de Base entende-se uma alteração de qualquer documento legal ou respetiva interpretação oficial que implique que estes Valores Mobiliários deixem de poder ser qualificados como Fundos Próprios de Base da Emitente.

41. Reserva geral e especial

As reservas geral e especial são constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio. A reserva geral destina-se a fazer face a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias.

Nos termos da legislação portuguesa, a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva geral com pelo menos 20% dos lucros líquidos anuais. O limite para formação da reserva geral é de 25% da totalidade dos depósitos. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

A reserva especial destina-se a suportar prejuízos resultantes das operações correntes. Nos termos da legislação portuguesa a CEMG deverá reforçar anualmente a reserva especial com pelo menos 5% dos lucros líquidos anuais. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos e para aumentar o capital.

A variação da reserva geral e especial é analisada na nota 42.

42. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Outro Rendimento integral:		
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	(316 692)	(82 973)
Reservas e resultados transitados:		
Reserva geral	178 985	170 686
Reserva especial	66 519	64 444
Outras reservas	8 404	8 404
Resultados transitados	11 534	(110 280)
	265 442	133 254

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a política contabilística 1*c*).

Conforme referido nas notas 1, 46 e 55, a rubrica Resultados transitados inclui, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010, o efeito da correção de Euros 88 533 000 resultante da decisão do Conselho de Administração de alterar a política contabilística relativa ao reconhecimento dos desvios atuariais.

A rubrica Resultados transitados inclui, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o montante de Euros 11 534 000 e Euros 8 033 000, respetivamente, referente à amortização dos ajustamentos de transição resultantes da adoção da IAS 19, conforme definido na política contabilística 1*u*).

A movimentação durante o exercício de 2011 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Aquisições Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos nacionais	(28 302)	(157 628)	(55 976)	343	–	(241 563)
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	(4 103)	21 674	558	496	(19 309)	(684)
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	(12 591)	3 259	619	471	(12 392)	(20 634)
Estrangeiros	(38 060)	(27 895)	(3 367)	3 092	13 559	(52 671)
	(83 056)	(160 590)	(58 166)	4 402	(18 142)	(315 552)
Títulos de rendimento variável:						
Ações de empresas						
Nacionais	159	3 130	(48)	(17)	(3 228)	(4)
Estrangeiras	(46)	439	(11)	19	(470)	(69)
Unidades de participação	(30)	(415)	(466)	(65)	(91)	(1 067)
	83	3 154	(525)	(63)	(3 789)	(1 140)
	(82 973)	(157 436)	(58 691)	4 339	(21 931)	(316 692)

A movimentação durante o ano de 2010 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 janeiro Euros '000	Reavaliação Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 dezembro Euros '000
Títulos de rendimento fixo:					
Obrigações de emissores públicos nacionais	–	(28 302)	–	–	(28 302)
Obrigações de emissores públicos estrangeiros	106	(4 199)	(10)	–	(4 103)
Obrigações de outros emissores:					
Nacionais	1 471	(11 354)	(760)	(1 948)	(12 591)
Estrangeiros	(31 441)	(9 483)	1 355	1 509	(38 060)
	(29 864)	(53 338)	585	(439)	(83 056)
Títulos de rendimento variável:					
Ações de empresas					
Nacionais	89	71	(42)	41	159
Estrangeiras	523	(239)	(129)	(201)	(46)
Unidades de participação	652	(2 564)	(898)	2 780	(30)
	1 264	(2 732)	(1 069)	2 620	83
	(28 600)	(56 070)	(484)	2 181	(82 973)

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	6 188 119	5 367 501
Imparidade acumulada reconhecida	(49 647)	(27 717)
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	6 138 472	5 339 784
Valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	5 821 780	5 256 811
Ganhos / Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(316 692)	(82 973)

43. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Garantias e avales prestados	510 686	424 361
Garantias e avales recebidos	32 544 520	29 158 640
Compromissos perante terceiros	1 578 234	1 298 867
Compromissos assumidos por terceiros	44 545	38 510
Ativos cedidos em operações de titularização	264 299	292 135
Valores recebidos em depósitos	5 367 132	5 152 178
	40 309 416	36 364 691

Os montantes de garantias e avales prestados e os compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Garantias e avales prestados:		
Garantias e avales	504 155	420 181
Créditos documentários abertos	6 531	4 180
	510 686	424 361

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	230 860	252 535
Subscrição de títulos	330 950	185 150
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos	25 314	20 013
Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores	2 316	1 699
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	988 794	839 470
	1 578 234	1 298 867

As garantias e os avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte da CEMG.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte da CEMG, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes da CEMG (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que a CEMG requer quer estas operações sejam devidamente colaterizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

O saldo da rubrica Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o Fundo de Garantia de Depósitos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, refere-se ao compromisso irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei, de entregar àquele Fundo, em caso de solicitação deste, as parcelas não realizadas das contribuições anuais.

O saldo da rubrica Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnização aos Investidores, em 31 de dezembro 2011 e 2010, é relativo à obrigação irrevogável que a CEMG assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele Sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para pagamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística 1 *b*) a exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pela CEMG na eventualidade de incumprimento pelas respetivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

44. Distribuição de resultados

Em 28 de março de 2011, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, a CEMG distribuiu resultados ao Montepio Geral – Associação Mutualista no montante de Euros 23 085 000 (2010: Euros 20 300 000).

45. Justo valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respetivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as atuais condições da política de *pricing* da CEMG.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjetividade, e reflete exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, fatores de natureza prospetiva, como por exemplo a evolução futura de negócio.

Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico da CEMG.

Os Ativos e Passivos ao justo valor da CEMG são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

1. Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transações para estes ativos/passivos negociados em mercados líquidos.
2. Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, a CEMG utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.
3. Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros:

– **Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais, Disponibilidades em outras Instituições de Crédito e Recursos de outras Instituições de Crédito**

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

– **Aplicações em Instituições de Crédito, Recursos em Mercado Monetário Interbancário e Ativos com Acordos de Recompra**

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflete as atuais condições praticadas pela CEMG em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas de mercado monetário ou do mercado de swaps de taxa de juro, no final do ano.

– **Ativos financeiros detidos para negociação (exceto derivados), Passivos financeiros detidos para negociação (exceto derivados) e Ativos financeiros disponíveis para venda**

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos swaps de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standards (*Black-Scholes*, *Black*, *Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

No caso de ações não cotadas, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

– **Investimentos detidos até à maturidade**

Estes investimentos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxo de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

– **Derivados de cobertura e de negociação**

Todos os derivados encontram-se contabilizados pelo seu justo valor.

No caso daqueles que são cotados em mercados organizados utiliza-se o respetivo preço de mercado. Quanto aos derivados negociados «ao balcão», aplicam-se os métodos numéricos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções considerando variáveis de mercado nomeadamente as taxas de juro aplicáveis aos instrumentos em causa, e sempre que necessário, as respetivas volatilidades.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – Reuters e Bloomberg – mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado

monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinados por métodos de interpolação adequados.

As curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

– **Créditos a clientes com maturidade definida**

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações, ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais da CEMG para cada uma das classes homogéneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do ano) e o *spread* praticado à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano.

A taxa média de desconto foi de 6,26% em 31 de dezembro de 2011 (2010: 5,73%) assumindo a projeção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efetuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

– **Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes**

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira atual deste tipo de instrumentos são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

– **Recursos de clientes**

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais da CEMG para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante.

A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de swaps de taxa de juro, no final do ano) e o *spread* atual da CEMG à data de reporte. Este foi calculado através da média da produção dos últimos três meses do ano.

A taxa média de desconto foi de 4,1% em 31 de dezembro de 2011 (2010: 3,9%).

– **Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados**

Para estes instrumentos financeiros, foi calculado o justo valor para as componentes que ainda não se encontram refletidas em balanço. Os instrumentos que são a taxa fixa e para os quais a CEMG adota contabilisticamente uma política de *hedge-accounting*, o justo valor relativamente ao risco de taxa de juro já se encontra registado.

Para o cálculo do justo valor foram levadas em consideração as outras componentes de risco, para além do risco de taxa de juro já registado. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assentou na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e a margem comercial, esta última apenas no caso de emissões colocadas nos clientes não institucionais da CEMG.

Como referência original utilizaram-se as curvas resultantes do mercado de *swaps* de taxa de juro para cada moeda específica. O risco de crédito (*spread* de crédito) é representado por um excesso à curva de *swaps* de taxa de juro apurado especificamente para cada prazo e classe de instrumentos tendo como base preços de mercado sobre instrumentos equivalentes.

No caso das emissões próprias destinadas a colocação junto dos clientes não institucionais da CEMG, adicionou-se mais um diferencial (*spread* comercial) que representa a margem existente entre o custo de financiamento no mercado institucional e o que se obtém distribuindo o instrumento respetivo na rede comercial própria.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de dezembro de 2011, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte – Americanos e Libras Esterlinas utilizadas para a determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas		
	Euros	**Dólar Norte-Americano**	**Libra Esterlina**
1 dia	0,250%	0,355%	0,555%
7 dias	0,620%	0,250%	0,555%
1 mês	0,980%	0,575%	0,725%
2 meses	1,120%	0,725%	0,840%
3 meses	1,300%	0,850%	1,060%
6 meses	1,560%	0,950%	1,440%
9 meses	1,740%	1,075%	1,710%
1 ano	1,890%	1,225%	1,950%
2 anos	1,310%	0,712%	1,324%
3 anos	1,360%	0,815%	1,363%
5 anos	1,725%	1,214%	1,567%
7 anos	2,068%	1,601%	1,867%
10 anos	2,390%	2,020%	2,295%
15 anos	2,685%	2,370%	2,295%
20 anos	2,697%	2,493%	2,295%
30 anos	2,555%	2,589%	2,295%

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de dezembro de 2010, a tabela com os valores da taxa de juro utilizadas no apuramento da curva taxa de juro das principais moedas, nomeadamente Euros, Dólares Norte – Americanos e Libras Esterlinas utilizadas para a determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros da CEMG:

	Moedas		
	Euros	**Dólar Norte-Americano**	**Libra Esterlina**
1 dia	0,400%	0,300%	0,550%
7 dias	0,350%	0,300%	0,550%
1 mês	0,810%	0,300%	0,680%
2 meses	0,910%	0,310%	0,720%
3 meses	1,010%	0,430%	0,820%
6 meses	1,230%	0,530%	1,260%
9 meses	1,370%	0,720%	1,415%
1 ano	1,510%	0,880%	1,520%
2 anos	1,561%	0,797%	1,505%
3 anos	1,945%	1,282%	1,945%
5 anos	2,481%	2,179%	2,630%
7 anos	2,893%	2,838%	3,103%
10 anos	3,305%	3,386%	3,535%
15 anos	3,638%	3,844%	3,535%
20 anos	3,697%	4,020%	3,535%
30 anos	3,496%	4,130%	3,535%

Câmbios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the Money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

			Volatilidade (%)				
Cambial	**2011**	**2010**	**1 mês**	**3 meses**	**6 meses**	**9 meses**	**1 ano**
EUR/USD	1,2939	1,3362	13,35	14,85	15,30	15,45	15,50
EUR/GBP	0,8353	0,8608	8,45	9,90	10,70	11,15	11,45
EUR/CHF	1,2156	1,2504	7,00	8,25	9,35	9,95	10,30
EUR/JPY	100,20	108,85	13,35	14,40	15,20	15,90	16,55

Relativamente às taxas de câmbio, o grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos ativos e passivos financeiros da CEMG contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisada como segue:

	2011								
	Negociação	**Designado ao justo valor**	**Detido até a maturidade**	**Empréstimos e aplicações**	**Disponíveis para venda**	**Outros ao custo amortizado**	**Outros**	**Valor contabilístico**	**Justo valor**
	Euros '000	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**	**Euros '000**
Ativos financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	–	–	–	381 540	–	–	–	381 540	381 540
Disponibilidades em outras instituições de crédito	–	–	–	102 701	–	–	–	102 701	102 701
Aplicações em instituições de crédito	–	–	–	370 268	–	–	–	370 268	370 268
Crédito a clientes	–	–	–	16 200 240	–	–	–	16 200 240	14 788 755
Ativos financeiros detidos para negociação	145 252	–	–	–	–	–	–	145 252	145 252
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	–	3 606	–	–	–	–	–	3 606	3 606
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	5 821 780	–	–	5 821 780	5 821 780
Derivados de cobertura	1 184	–	–	–	–	–	–	1 184	1 184
Investimentos detidos até à maturidade	–	–	48 416	–	–	–	–	48 416	45 909
Investimentos em associadas e outras	–	–	–	–	–	–	384 547	384 547	384 547
	146 436	3 606	48 416	17 054 749	5 821 780	–	384 547	23 459 534	22 045 542
Passivos financeiros:									
Recursos de bancos centrais	–	–	–	–	–	–	2 003 300	2 003 300	2 003 300
Recursos de outras instituições de crédito	–	–	–	–	–	–	1 182 068	1 182 068	1 182 068
Recursos de clientes	–	–	–	–	–	–	13 190 639	13 190 639	13 209 073
Responsabilidades representadas por títulos	–	–	–	–	–	–	2 240 688	2 240 688	2 240 689
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	–	–	–	–	–	–	3 289 983	3 289 983	3 289 983
Passivos financeiros detidos para negociação	101 524	–	–	–	–	–	–	101 524	101 524
Derivados de cobertura	2 444	–	–	–	–	–	–	2 444	2 444
Outros passivos subordinados	–	–	–	–	–	–	477 247	477 247	477 247
	103 968	–	–	–	–	–	22 383 925	22 487 893	22 506 328

	2010								
	Negociação Euros '000	Designado ao justo valor Euros '000	Detido até a maturidade Euros '000	Empréstimos e aplicações Euros '000	Disponíveis para venda Euros '000	Outros ao custo amortizado Euros '000	Outros Euros '000	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000
Ativos financeiros:									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	–	–	–	240 024	–	–	–	240 024	240 024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	–	–	–	58 405	–	–	–	58 405	58 405
Aplicações em instituições de crédito	–	–	–	338 662	–	–	–	338 662	338 662
Crédito a clientes	–	–	–	14 352 766	–	–	–	14 352 766	13 340 521
Ativos financeiros detidos para negociação	130 865	–	–	–	–	–	–	130 865	130 865
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	–	3 952	–	–	–	–	–	3 952	3 952
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	5 256 811	–	–	5 256 811	5 256 811
Derivados de cobertura	2 810	–	–	–	–	–	–	2 810	2 810
Investimentos detidos até à maturidade	–	–	58 093	–	–	–	–	58 093	57 539
Investimentos em associadas e outras	–	–	–	–	–	–	43 297	43 297	43 297
	133 675	3 952	58 093	14 989 857	5 256 811	–	43 297	20 485 685	19 472 886
Passivos financeiros:									
Recursos de bancos centrais	–	–	–	–	–	1 540 266	–	1 540 266	1 540 266
Recursos de outras instituições de crédito	–	–	–	–	–	1 262 546	–	1 262 546	1 262 627
Recursos de clientes	–	–	–	–	–	9 654 340	–	9 654 340	9 618 614
Responsabilidades representadas por títulos	–	–	–	–	–	3 578 677	–	3 578 677	3 554 679
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	–	–	–	–	–	3 182 375	–	3 182 375	3 182 375
Passivos financeiros detidos para negociação	53 814	–	–	–	–	–	–	53 814	53 814
Derivados de cobertura	1 408	–	–	–	–	–	–	1 408	1 408
Outros passivos subordinados	–	–	–	–	–	380 986	–	380 986	369 748
	55 222	–	–	–	–	19 599 190	–	19 654 412	19 583 531

46. Benefícios a colaboradores

A CEMG assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário («ACT»). Para a cobertura das suas responsabilidades são efetuadas contribuições para o «Fundo de Pensões» o qual é gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

No âmbito da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei 127/2011 («Decreto»), que veio a ser publicado em 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos atuais reformados e pensionistas.

Este Decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondem às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho («IRCT») dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a bene-

fícios complementares à pensão a assumir pela Segurança Social, às contribuições para o SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuam a cargo das Instituições com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões. O referido Decreto estabelece igualmente os termos e condições em que foi efetuada a transferência definindo uma taxa de desconto de 4% para determinação das responsabilidades a transferir.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	2011	2010
Número de participantes		
Reformados e pensionistas	953	742
Pessoal no ativo	3 904	2 885
	4 857	3 627

As responsabilidades transferidas foram determinadas com base em pressupostos atuariais diferentes dos utilizados pela CEMG, nomeadamente no que respeita à taxa de desconto (foi utilizada a taxa de 4%). Dos referidos pressupostos foram determinados numa perspetiva de liquidação de responsabilidades (*exit value*), uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades implicando diferenças face aos pressupostos utilizados na determinação das responsabilidades refletidas nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com os requisitos da norma IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Desta forma, as Responsabilidades por benefícios projetados e o valor do Fundo de Pensões, em 31 de dezembro de 2011, são apresentados líquidos do montante transferido e a transferir. Em 31 de dezembro de 2011 foi efetuada a liquidação financeira parcial da operação, no montante de Euros 90 420 000, sendo o valor remanescente transferido no primeiro semestre de 2012.

Paralelamente e considerando que a IAS 19 – Benefícios dos empregados permite o reconhecimento direto em capitais próprios dos desvios atuariais, em alternativa ao método do corredor utilizado até 2010, a CEMG optou em 2011 por uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística foi aplicada retrospectivamente com referência a 1 de janeiro de 2010 para efeitos comparativos, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios atuariais diferidos em Capitais Próprios – Outro rendimento integral.

De acordo com a política contabilística 1*u*), as responsabilidades da CEMG por pensões de reforma e respetivas coberturas, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, calculadas com base no método de crédito das unidades projetadas, são analisadas como segue:

	2011				2010			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Ativos/(Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço								
Responsabilidades								
Reformados e pensionistas	97 199	716	17 356	115 271	239 208	695	15 549	255 452
Pessoal no ativo	285 972	7 417	13 956	307 345	319 395	7 120	15 173	341 688
	383 171	8 133	31 312	422 616	558 603	7 815	30 722	597 140
Valor do Fundo	(397 440)	(10 098)	(32 960)	(440 498)	(513 907)	(6 328)	(24 862)	(545 097)
Ativos / (Responsabilidades) líquidas em balanço	(14 269)	(1 965)	(1 648)	(17 882)	44 696	1 487	5 860	52 043

As rubricas Responsabilidade por benefícios projetados e o valor do Fundo de Pensões, em 31 de dezembro de 2011, refletem o efeito da transferência das responsabilidades e ativos do Fundo associados aos colaboradores reformados e pensionistas, para o Regime Geral da Segurança Social, no montante de Euros 169 815 000 e Euros 183 910 000, respetivamente.

De acordo com a política contabilística 1*u*), a CEMG procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas atuariais semestralmente.

De acordo com a referida política e conforme o estabelecido na IAS 19 – Benefícios dos empregados, a CEMG avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso de cobertura do Fundo face às respetivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades por benefícios projetados durante os exercícios de 2011 e 2010 é analisada conforme segue:

	2011				2010			
	Pensões de reforma Euros '000	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**	**Pensões de reforma Euros '000**	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**
Valores em 1 de janeiro	558 603	7 815	30 722	597 140	532 994	7 527	29 301	569 822
Integração do Finibanco	61 998	2 071	4 081	68 150	–	–	–	–
Custo do serviço corrente	11 067	764	942	12 773	15 241	440	714	16 395
Custo dos juros	34 133	544	1 914	36 591	29 314	414	1 612	31 340
Ganhos e (perdas) atuariais								
– Não decorrentes de alterações de pressupostos	(4 743)	(1 088)	516	(5 315)	(2 772)	(566)	(905)	(4 243)
– Resultantes de alterações de pressupostos	(106 887)	(1 973)	(5 660)	(114 520)	–	–	–	–
– Resultantes do recálculo das responsabilidades transferidas para RGSS	14 096	–	–	14 096	–	–	–	–
Pensões pagas pelo Fundo	(18 826)	–	(1 203)	(20 029)	(18 348)	–	–	(18 348)
Transferência para o RGSS	(183 910)	–	–	(183 910)	–	–	–	–
Reformas antecipadas	17 640	–	–	17 640	2 174	–	–	2 174
Valores a 31 de dezembro	383 171	8 133	31 312	422 616	558 603	7 815	30 722	597 140

A evolução dos valores relativos a responsabilidades não financiadas por benefícios projetados durante os exercícios de 2011 e 2010 é analisada conforme segue:

	2011				2010			
	Pensões de reforma Euros '000	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**	**Pensões de reforma Euros '000**	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**
Valores em 1 de janeiro	44 696	1 486	5 861	52 043	58 707	1 319	4 913	64 939
Integração do Finibanco	(9 154)	(315)	(619)	(10 088)	–	–	–	–
Custo do serviço corrente	11 067	764	942	12 773	15 241	440	714	16 395
Custo dos juros	34 133	544	1 914	36 591	29 314	414	1 612	31 340
Rendimento esperado dos ativos	(32 178)	(479)	(1 626)	(34 283)	(26 087)	(341)	(1 341)	(27 769)
Reformas antecipadas	17 640	–	–	17 640	2 174	–	–	2 174
Ganhos e (perdas) atuariais								
– Não decorrentes de alterações de pressupostos	55 036	(1 420)	(1 723)	51 893	14 097	(345)	(38)	13 714
– Resultantes de alterações de pressupostos	(106 887)	(1 973)	(5 660)	(114 520)	–	–	–	–
– Resultantes do recálculo das responsabilidades transferidas para RGSS	14 096	–	–	14 096	–	–	–	–
Contribuições para o Fundo	(42 718)	(572)	(737)	(44 027)	(48 750)	–	–	(48 750)
Valores a 31 de dezembro	(14 269)	(1 965)	(1 648)	(17 882)	44 696	1 487	5 860	52 043

Os elementos patrimoniais que compõem o ativo do Fundo de Pensões e que cobrem igualmente o subsídio por morte e os benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Ações	10 896	44 703
Outros títulos de rendimento variável	26 532	102 088
Obrigações	207 469	339 418
Imobiliário direto	17 765	–
Aplicações em bancos e outros	177 836	58 888
	440 498	545 097

Os valores acima referidos e relativos ao exercício de 2011 encontram-se deduzidos, da transferência a entregar no primeiro semestre de 2012 à Segurança Social no montante de Euros 93 490 000.

Os ativos do Fundo de pensões utilizados pela CEMG ou representativos de títulos emitidos por empresas da CEMG são analisados como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Títulos de rendimento fixo	5 868	9 461
Títulos de rendimento variável	25 932	5 120
	31 800	14 581

A evolução do valor dos ativos do Fundo de pensões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisada conforme segue:

	2011				2010			
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Total Euros '000
Valores em 1 de janeiro	513 907	6 329	24 861	545 097	474 287	6 208	24 388	504 883
Integração do Finibanco	71 152	2 386	4 700	78 238	–	–	–	–
Rendimento esperado dos ativos	32 178	479	1 626	34 283	26 087	341	1 341	27 769
Ganhos e (perdas) atuariais	(59 779)	332	2 239	(57 208)	(16 869)	(221)	(867)	(17 957)
Contribuições para o Fundo da CEMG	40 816	572	737	42 125	47 097	–	–	47 097
Transferências para o RGSS	(183 910)	–	–	(183 910)	–	–	–	–
Contribuições dos empregados	1 902	–	–	1 902	1 653	–	–	1 653
Pensões pagas pelo Fundo	(18 826)	–	(1 203)	(20 029)	(18 348)	–	–	(18 348)
Valores a 31 de dezembro	397 440	10 098	32 960	440 498	513 907	6 328	24 862	545 097

As contribuições efetuadas ao Fundo pela CEMG durante o exercício de 2011 foram efetuadas na sua totalidade em dinheiro.

No exercício de 2011, a CEMG reconheceu, como encargos com pensões de reforma o montante de Euros 46 817 000 (2010: Euros 23 188 000). A análise do custo do exercício é apresentada como segue:

	2011				2010			
	Pensões de reforma Euros '000	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**	**Pensões de reforma Euros '000**	**Subsídio por morte Euros '000**	**Benefícios de saúde Euros '000**	**Total Euros '000**
Custo dos serviços correntes	11 067	764	942	12 773	15 241	440	714	16 395
Custo dos juros	34 133	544	1 914	36 591	29 314	414	1 612	31 340
Rendimento esperado dos ativos	(32 178)	(479)	(1 626)	(34 283)	(26 087)	(341)	(1 341)	(27 769)
Reformas antecipadas	17 640	–	–	17 640	2 174	–	–	2 174
Custos resultantes da transferência para o RGSS	14 096	–	–	14 096	–	–	–	–
Custo do exercício	44 758	829	1 230	46 817	20 642	513	985	22 140

A rubrica Custos resultantes da transferência para o RGSS, de 31 de dezembro de 2011 corresponde ao impacto resultante da transferência das responsabilidades com os colaboradores reformados/pensionistas para o Regime Geral de Segurança Social. O referido impacto corresponde ao efeito do recálculo das responsabilidades com os pressupostos definidos pelo Estado Português no âmbito da transferência.

O valor das responsabilidades com benefícios de saúde está integralmente coberto pelo Fundo de Pensões e correspondente em 2011 a Euros 31 312 000 (2010: Euros 30 722 000).

O valor estimado das contribuições a efetuar em 2012 no âmbito do Plano de Pensões é de Euros 8 586 000 (2010: Euros 42 125 000).

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspetivas de taxa de inflação e a taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, a CEMG utilizou os seguintes pressupostos atuariais utilizados para o cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	2011	**2010**
Taxa de crescimento salarial	2,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	2,00%
Taxa de rendimento do fundo	5,50%	5,50%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor atuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19. Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

A taxa de rendimento do Fundo de Pensões foi determinada de forma consistente com as condições atuais de mercado e com a natureza e rendibilidade dos ativos que integram o Fundo de Pensões.

Os ganhos/(perdas) atuariais líquidos do exercício de 2011 de Euros 48 531 000 (2010: Euros 13 714 000), são relativos à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efetivamente verificados, bem como o impacto da alteração de pressupostos e são analisados conforme segue:

	(Ganhos) / Perdas atuariais	
	2011 Euros '000	**2010 Euros '000**
Taxa de desconto	–	–
Taxa de crescimento dos salários	826	(1 629)
Taxa de crescimento das Pensões	(6 141)	(2 614)
Alteração de pressupostos	(114 520)	–
Rendimento dos fundos	57 208	17 957
Recálculo das responsabilidades transferidas para RGSS	14 096	–
	(48 531)	13 714

Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo com pensões. Considerando, este impacto, procedeu-se a uma análise da sensibilidade a uma variação positiva (passando de 6,5% e 7,5% no exercício de 2011) e a uma variação negativa (passando de 6,5% para 5,5% no exercício de 2011) de um ponto percentual no valor dos custos com benefícios de saúde cujo impacto é analisado como segue:

	Variação positiva de 1% (6,5% para 7,5%)		Variação negativa de 1% (6,5% para 5,5%)	
	2011 Euros '000	**2010 Euros '000**	**2011 Euros '000**	**2010 Euros '000**
Impacto no custo com pensões	(2 670)	(2 392)	2 670	2 392
Impacto das responsabilidades	(2 147)	(2 335)	2 147	2 335

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é como segue:

	31.12.2011			31.12.2010			31.12.2009			31.12.2008			31.12.2007		
	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '000	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '00	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '00	Pensões de reforma Euros '000	Subsídio por morte Euros '000	Benefícios de saúde Euros '00
Responsabilidades	(383 171)	(8 133)	(31 312)	(558 603)	(7 815)	(30 722)	(532 994)	(7 526)	(29 302)	(481 168)	(6 705)	(26 339)	(509 771)	(8 336)	(30 158)
Saldo do fundo	397 440	10 098	32 960	513 907	6 328	24 862	474 287	6 208	24 388	408 121	5 687	22 340	411 805	6 734	24 362
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	**14 269**	**1 965**	**1 648**	**(44 696)**	**(1 487)**	**(5 860)**	**(58 707)**	**(1 318)**	**(4 914)**	**(73 047)**	**(1 018)**	**(3 999)**	**(97 966)**	**(1 602)**	**(5 796)**
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades para com Ativos e Pensionistas	(97 534)	(3 061)	(5 144)	(2 772)	(566)	(905)	(1 412)	(299)	(486)	2 419	(2 003)	(1 638)	11 490	1 359	(3 266)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos ativos do fundo	59 779	(332)	(2 239)	16 869	221	867	(13 936)	(194)	(763)	47 769	1 401	3 300	2 372	(6 734)	(207)

47. Transações com partes relacionadas

À data de 31 de dezembro de 2011, os débitos e créditos detidos pela CEMG sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes, Outros passivos subordinados e Crédito a clientes são analisados como segue:

	2011			
Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Crédito a clientes Euros '000	Total Euros '000
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	30 112	13 350	10 078	53 540
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	20 896	3 250	1	24 147
Nova Câmbios, S.A.	231	–	530	761
Silvip, S.A.	1 927	–	–	1 927
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2 532	–	–	2 532
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I.M., S.A.	1 096	–	–	1 096
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	3	–	120	123
Bolsimo – Gestão de Ativos, S.A.	2 749	–	–	2 749
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	141	–	2 463	2 604
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	308	–	23 119	23 427
NEBRA, Energias Renovables, SL	5	–	1 570	1 575
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	109	–	13	122
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Soc. Unipessoal, S.A. (IFI)	29 526	–	–	29 526
Civilcentro – Construções do Centro S.A.	–	–	2 402	2 402
Finibanco Vida – Companhia de Seguros Vida, S.A.	284	–	–	284
Finimóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxilares, S.A.	300	–	–	300
Finisegur – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	699	–	–	699
Iberpartners Cafés – S.G.P.S., S.A.	–	–	1 379	1 379
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	8 235	–	5 287	13 522
Fundo de Pensões CEMG – Gerido pela Futuro	224 224	–	–	224 224
Conselho de Administração	1 578	–	302	1 880
Montepio Geral – Associação Mutualista	464 900	–	–	464 900
Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.	19 176	–	27 264	46 440
Finicrédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	130	–	189 171	189 301
Fundação Montepio Geral	839	–	–	839
Finibanco, S.A	3 403	–	39 309	42 712
N Seguros, S.A.	7 226	–	–	7 226
Montepio Recuperação de Crédito, ACE	–	–	2	2
Montepio Arrendamento – FIIAH	16 543	–	–	16 543
Finibanco Angola, S.A.	14 912	–	16	14 928
CA Imobiliário – Fundo Especial Investimento Imobiliário Aberto	10 532	–	–	10 532
	862 616	16 600	303 026	1 182 242

À data de 31 de dezembro de 2010, os débitos detidos pela CEMG sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Recursos de clientes e Outros passivos subordinados são analisados como segue:

	2010		
Empresa	Recursos de clientes Euros '000	Outros passivos subordinados Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	3 902	13 350	17 252
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	18 979	3 250	22 229
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	455	–	455
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	3 006	–	3 006
MG Gestão de Ativos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	58 654	–	58 654
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	80 707	–	80 707
	165 703	16 600	182 303

À data de 31 de dezembro de 2011, os proveitos e custos da CEMG sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

Empresa	Juros e encargos similares Euros '000	Juros e rendimentos similares Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	164	325	178	667
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	1 302	12	69	1 383
Nova Câmbios, S.A.	–	23	4	27
Silvip, S.A.	59	–	1	60
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	96	1	7	104
Montepio Gestão de Ativos – S.G.F.I.M., S.A.	33	–	1	34
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	–	2	–	2
Bolsimo – Gestão de Ativos, S.A.	–	1	–	1
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	–	83	28	111
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	–	425	–	425
NEBRA, Energias Renovables, SL	–	3	8	11
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	3	1	–	4
Civilcentro – Construções do Centro S.A.	–	15	1	16
Finisegur – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A.	1	–	–	1
Iberpartners Cafés – S.G.P.S., S.A.	–	22	–	22
Prio Energy S.G.P.S., S.A.	–	387	197	584
Fundo de Pensões CEMG – Gerido pela Futuro	2 508	24	60	2 592
Conselho de Administração	25	1	1	27
Montepio Geral – Associação Mutualista	6 487	224	39	6 750
Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.	–	2 011	–	2 011
Finicrédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	45	3 850	27	3 922
Finibanco, S.A.	–	4 908	15	4 923
	10 723	12 318	636	23 677

À data de 31 de dezembro de 2010, os proveitos da CEMG sobre empresas subsidiárias, incluídos nas rubricas Juros e rendimentos similares e Comissões e proveitos, são analisados como segue:

	2010		
Empresa	Juros e rendimentos similares Euros '000	Comissões e proveitos Euros '000	Total Euros '000
Lusitania Companhia de Seguros, S.A.	47	6 890	6 937
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	4	3 213	3 217
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	–	28 158	28 158
MG Gestão de Ativos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	–	3 017	3 017
Futuro – Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, S.A.	1	12	13
	52	41 290	41 342

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão bem como as transações efetuadas com os mesmos, constam na nota 11.

Todas as transações efetuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Durante os exercícios de 2011 e 2010, não se efetuaram transações com o fundo de pensões da CEMG.

48. Securitização de ativos

Em 31 de dezembro de 2011, existem oito operações de titularização, das quais seis foram originadas na CEMG, e duas no Finibanco, S.A., agora integradas na CEMG na sequência do sucesso da Oferta Pública de Aquisição Geral e Voluntária sobre as ações representativas do capital social da Finibanco – Holding, SGPS, S.A. e da transmissão da quase totalidade dos ativos e passivos (trespasse) para a CEMG.

Apresentamos nos parágrafos seguintes alguns detalhes adicionais dessas operações de titularização.

Em 19 de dezembro de 2002, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *Special Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages No*. 1 PLC – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 35 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 650 000 000. A venda foi efetuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,016% do par.

Em 29 de setembro de 2003, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com um *pecial Purpose Vehicle* («SPV») – *Pelican Mortgages No*. 2 PLC – sediado em Dublin, um contrato de titularização de créditos hipotecários. O prazo total da operação é de 33 anos, sem revolving period e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 700 000 000. A venda foi efetuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0286% do par.

Em 30 de março de 2007, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No*. 3. O prazo total da operação é de 47 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 750 000 000. A venda foi efetuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0165% do par.

Em 14 de junho de 2007, o Finibanco vendeu uma carteira de contas correntes e empréstimos a pequenas e médias empresas à Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A., no montante total de EUR 250 000 000 (*Aqua* SME n.º 1). O prazo total da operação é de 10 anos, com um *revolving period* de 3 anos.

Em 20 de maio de 2008, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No*. 4. O prazo total da operação é de 48 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1 000 000 000. A venda foi efetuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,083% do par.

Em 9 de dezembro de 2008, o Finibanco vendeu uma carteira de créditos hipotecários à Tagus – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., no montante total de Euros 233 000 000 (*Aqua Mortage No*. 1). O prazo total da operação é de 55 anos, com um *revolving period* de 2 anos.

Em 25 de março de 2009, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos hipotecários *Pelican Mortgages No*. 5. O prazo total da operação é de 52 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1 000 000 000. A venda foi efetuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,0564% do par.

Em 22 de junho de 2010, a Caixa Económica Montepio Geral celebrou com a Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., um contrato de titularização de créditos de pequenas e médias empresas *Pelican* SME. O prazo total da operação é de 26 anos, sem *revolving period* e com um limite (*Aggregate Principal Amount Outstanding*) fixado em Euros 1 167 000 000. A venda foi efetuada ao par, tendo os custos do processo de venda inicial representado 0,15% das *Asset Backed Notes*.

A entidade que garante o serviço da dívida (*servicer*) das operações é a Caixa Económica Montepio Geral, assumindo a cobrança dos créditos cedidos e canalizando os valores recebidos, por via da efetivação do respetivo depósito, para as Sociedades Gestoras de Fundos de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No*. 1 PLC, *Pelican Mortgages No*. 2 PLC e *Aqua* SME n.º 1) e para as Sociedades de Titularização de Créditos (*Pelican Mortgages No*. 3, *Pelican Mortgages No*. 4, *Pelican Mortgages No*. 5 e *Aqua Mortgages No*. 1).

Até 31 de dezembro de 2004, de acordo com os princípios contabilísticos definidos pelo Banco de Portugal, os ativos, créditos e títulos cedidos pela CEMG no âmbito das referidas operações de titularização foram desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas operações foram contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo Aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal.

Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras individuais da CEMG, não sofreu alterações para todas as operações realizadas até 1 de janeiro de 2004. Todas as operações efetuadas a partir desta data terão que ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39, segundo o qual, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos ativos ou se for transferido o controlo sobre os referidos ativos, estes ativos deverão ser desreconhecidos.

À data de 31 de dezembro de 2011, as operações de titularização efetuadas pela CEMG são apresentadas como segue:

Emissão	Data de início	Moeda	Ativo cedido	Montante inicial Euros'000
Pelican Mortgages No. 1	Dezembro de 2002	Euros	Crédito à habitação	650 000
Pelican Mortgages No. 2	Setembro de 2003	Euros	Crédito à habitação	700 000
Pelican Mortgages No. 3	Março de 2007	Euros	Crédito à habitação	750 000
Aqua SME *No. 1*	Junho de 2007	Euros	Pequenas empresas	250 000
Pelican Mortgages No. 4	Maio de 2008	Euros	Crédito à habitação	1 000 000
Aqua Mortgage No. 1	Dezembro de 2008	Euros	Crédito à habitação	233 000
Pelican Mortgages No. 5	Março de 2009	Euros	Crédito à habitação	1 000 000
Pelican SME	Junho de 2010	Euros	Pequenas empresas	1 167 000
				5 750 000

O impacto das cedências de crédito no âmbito das operações de securitização, no ativo da CEMG, na rubrica Crédito a clientes, pode ser analisado como segue:

	2011 Euros '000	2010 Euros '000
Pelican Mortgages No.1	91 754	103 883
Pelican Mortgages No. 2	172 544	188 252
	264 298	292 135

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 31 de dezembro de 2011, como segue:

Emissão	Obrigações	Valor nominal inicial Euros	Valor nominal atual Euros	Interesse retido pela CEMG (valor nominal) Euros	Data de reembolso	*Rating* das obrigações (Inicial)			*Rating* das obrigações (Atual)		
						Fitch	Moody's	S&P	Fitch	Moody's	S&P
Pelican Mortgages No. 1	Classe A	611 000 000	46 996 606	211 525	2037	AAA	Aaa	n.a.	n.a.	A	Baa1
	Classe B	16 250 000	16 250 000	–	2037	AAA	A2	n.a.	n.a.	A	Baa1
	Classe C	22 750 000	22 750 000	–	2037	BBB+	Baa2	n.a.	n.a.	BBB+	Baa2
	Classe D	3 250 000	3 250 000	3 250 000	2037	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 2	Classe A	659 750 000	130 122 794	26 255 318	2036	AAA	Aaa	AAA	n.a.	A	Baa1
	Classe B	117 500 000	17 500 000	–	2036	AA+	A1	AA–	n.a.	A	Baa1
	Classe C	22 750 000	22 750 000	–	2036	A–	Baa2	BBB	n.a.	BBB	Baa3
	Classe D	5 600 000	5 600 000	5 600 000	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 3	Classe A	717 375 000	350 243 819	15 525 714	2054	AAA	Aaa	AAA	n.a.	A	Baa3
	Classe B	14 250 000	9 042 799	–	2054	AA–	Aa2	AA–	n.a.	A	B1
	Classe C	12 000 000	7 614 989	–	2054	A	A3	A	n.a.	BB	B3
	Classe D	6 375 000	4 045 463	–	2054	BBB	Baa3	BBB	n.a.	B	Caa2
	Classe E	8 250 000	–	–	2054	BBB–	n.a.	BBB–	n.a.	n.a.	n.a.
	Classe F	4 125 000	4 125 000	4 125 000	2054	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 4	Classe A	832 000 000	669 300 333	669 300 333	2056	AAA	n.a.	n.a.	AA	A	n.a.
	Classe B	55 500 000	55 500 000	55 500 000	2056	AA	n.a.	n.a.	n.a.	A	n.a.
	Classe C	60 000 000	60 000 000	60 000 000	2056	A–	n.a.	n.a.	n.a.	A–	n.a.
	Classe D	25 000 000	25 000 000	25 000 000	2056	BBB	n.a.	n.a.	n.a.	BBB	n.a.
	Classe E	27 500 000	27 500 000	27 500 000	2056	BB	n.a.	n.a.	n.a.	BB	n.a.
	Classe F	28 600 000	28 600 000	28 600 000	2056	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican Mortgages No. 5	Classe A	750 000 000	619 123 025	619 123 025	2061	AAA	n.a.	n.a.	AAA	A	n.a.
	Classe B	195 000 000	195 000 000	195 000 000	2061	BBB–	n.a.	n.a.	n.a.	BBB–	n.a.
	Classe C	27 500 000	27 500 000	27 500 000	2061	B	n.a.	n.a.	n.a.	B	n.a.
	Classe D	27 500 000	27 500 000	27 500 000	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Classe E	4 500 000	2 068 636	2 068 636	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Classe F	23 000 000	23 000 000	23 000 000	2061	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Pelican SME	Classe A	577 500 000	495 110 236	495 110 236	2036	AAA	n.a.	n.a.	AAA	A+	n.a.
	Classe B	472 500 000	472 500 000	472 500 000	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Vertical	117 000 000	109 584 221	109 584 221	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Classe C	7 294 000	–	–	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Residual	31 500 000	31 500 000	31 500 000	2036	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Aqua SME No. 1	Classe A	235 000 000	67 548 361		2017	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Classe B	15 000 000	15 000 000		2017	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Classe C	8 750 000	8 750 000	8 750 000	2017	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Aqua Mortgage No. 1	Classe A	203 176 000	183 302 527	183 302 527	2063	n.a.	n.a.	AAA	AAA	n.a.	n.a.
	Classe B	29 824 000	29 824 000	29 824 000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
	Classe C	3 500 000	3 500 000	3 500 000	2063	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

49. Débitos detidos pela CEMG sobre empresas coligadas

À data de 31 de dezembro de 2011, os Débitos detidos pela CEMG sobre empresas coligadas, representadas ou não por títulos, incluídos na rubrica Recursos de outras instituições de crédito são analisados como segue:

	Recursos de outras IC's Euros '000
Banco MG – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A (IFI)	408 489
Finibanco Angola, S.A.	10 538
	419 027

50. Transações com empresas do Grupo

Os saldos e transações mais significativos com empresas do Grupo estão discriminados nas notas correspondentes.

51. Gestão de riscos

O Grupo Montepio («CEMG») está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua atividade.

A política de gestão de risco da CEMG visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a atividade da CEMG.

A análise e controlo dos riscos são efetuados de um modo integrado, através da Direção de Risco (DRI), que integra três departamentos:

- Departamento de Risco de Crédito: responsável pelo desenvolvimento e integração nos processos de decisão dos modelos internos de análise de risco de crédito, assim como o reporte prudencial sobre Fundos Próprios e reportes internos sobre risco de crédito;
- Departamento de Riscos de Mercado: assegura a análise e reporte prudencial e interno dos riscos de mercado, taxa de juro, cambial e de liquidez, assim como a respetiva integração nos processos de decisão da sala de mercados;
- Departamento de Risco Operacional: responsável pela função de gestão do risco operacional.

A DRI assegura igualmente a articulação com o Banco de Portugal, no domínio dos reportes prudenciais, designadamente ao nível de requisitos de capital, risco de liquidez e risco de taxa de juro.

No âmbito da gestão e controlo do risco de crédito foram desenvolvidas várias atividades, das quais se destacam a realização regular do Comité de Risco e Controlo Interno e a revisão da política de delegação de competências de decisão de crédito, no sentido de a tornar sensível ao nível esperado do risco do cliente / operação.

Adicionalmente, foi criada a Direção de Análise de Crédito, que assegura a apreciação das propostas de crédito de empresas e particulares, assim como a atribuição dos *ratings* internos no segmento de empresas.

No plano regulamentar e de Basileia II, foram desenvolvidos os reportes previstos nos Pilar II – Adequação de Capital, e Pilar III – Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Autoavaliação do Capital Interno («ICAAP»), de Testes de Esforço e de Risco de Concentração, conforme Instrução n.º 2/2010 do Banco de Portugal. Os resultados dos relatórios apontam para a solidez dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução positiva nos principais tipos de concentração – Sectorial, Individual e Geográfica. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na atividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

Foi igualmente assegurada a participação nos trabalhos do Programa Especial de Inspeções, no âmbito do *Memorandum* assinado entre o Estado Português e o Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional.

Este programa incidiu sobre três áreas de trabalho – apuramento da imparidade do crédito, cálculo dos requisitos de capital para risco de crédito e procedimentos de *stress testing*. Os resultados obtidos foram muito satisfatórios, confirmando-se a adequação dos processos adotados pela CEMG.

A CEMG tem também vindo a acompanhar as recomendações do Comité de Basileia e segue atentamente os desenvolvimentos de Basileia III no âmbito da gestão da liquidez e da avaliação dos fundos próprios, tendo-se procedido a análises do respetivo impacto. A CEMG tem ainda participado regularmente nos Estudos de Impacto Quantitativo (QIS) de Basileia III, desenvolvidos pelo Banco de Portugal de acordo com as orientações da *European Bank Association* (EBA). Os documentos publicados pelo Comité de Basileia no final de 2009, estão agora divulgados nas suas versões definitivas e espera-se que sejam transpostos para diretivas europeias em breve.

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflete a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respetivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflete a incapacidade da CEMG cumprir com as suas obrigações no momento do respetivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus ativos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adotar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela DAGR, que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa ótica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Riscos e Controlo Interno e o reporte ao nível do Comité de Ativos e Passivos («ALCO») e do Comité de Informática.

A Direção de Auditoria e Inspeção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou ações, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DRI, de forma a efetuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais da CEMG.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração, assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transações/atividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direção de Auditoria e Inspeção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito – Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* reativo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). Encontramse em revisão os modelos de *scoring* reativo de cartões de crédito. Ainda no âmbito do crédito a particulares, a atuação comercial e a análise de risco são apoiadas complementarmente por *scorings* comportamentais.

No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o setor da construção dos restantes setores de atividade, enquanto para clientes Empresários em nome individual («ENI's») e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição da CEMG ao risco de crédito:

	2011 **Euros '000**	**2010** **Euros '000**
Disponibilidades em outras instituições de crédito	102 701	58 405
Aplicações em instituições de crédito	370 268	338 662
Crédito a clientes	16 200 240	14 352 766
Ativos financeiros detidos para negociação	139 838	128 060
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 606	3 952
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 456 484	5 242 895
Derivados de cobertura	1 184	2 810
Investimentos detidos até à maturidade	48 416	58 093
Investimentos em associadas e outras	384 547	43 297
Outros ativos	267 772	107 718
Garantias e avales prestados	510 686	424 361
Compromissos irrevogáveis	230 860	252 535
Credit default swaps (nocionais)	81 093	96 000
	23 797 695	21 109 554

A repartição por setores de atividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2011, encontra-se apresentada como segue:

	2011							
Setor de atividade	**Crédito a clientes**		**Ativos financeiros detidos para negociação**	**Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados**	**Ativos financeiros disponíveis para venda**		**Investimentos detidos até à maturidade**	**Garantias e avales prestados**
	Valor bruto Euros '000	**Imparidade (a) Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Imparidade Euros '000**	**Valor bruto Euros '000**	**Euros '000**
Agricultura, silvicultura e pesca	51 384	(3 869)	59	–	442	(91)	–	3 356
Indústrias extrativas	40 265	(1 165)	57	–	–	–	–	1 617
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	132 141	(10 656)	901	–	13 900	(187)	–	3 182
Têxteis e vestuário	62 521	(13 143)	–	–	–	–	–	805
Curtumes e calçado	19 917	(1 477)	–	–	–	–	–	125
Madeira e cortiça	51 510	(10 114)	–	–	82 716	–	–	1 406
Papel e indústrias gráficas	49 388	(13 261)	–	–	–	–	–	748
Refinação de petróleo	441	(135)	537	–	34 854	–	–	–
Produtos químicos e de borracha	84 251	(5 242)	155	–	1 042	–	–	2 661
Produtos minerais não metálicos	48 452	(2 416)	–	–	–	–	–	2 916
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	129 638	(10 640)	–	–	–	–	–	9 037
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	41 302	(2 442	36	–	539	(121)	–	1 875
Fabricação de material de transporte	18 797	(1 074)	42	–	–	–	–	298
Outras indústrias transformadoras	36 237	(3 219)	32	–	75 967	(2 471)	–	1 906
Eletricidade, gás e água	104 266	(3 240)	751	2 593	23 238	(976)	–	4 620
Construção e obras públicas	2 343 408	(243 892)	153	–	10 968	(998)	–	228 211
Comércio por grosso e a retalho	1 006 997	(78 857)	294	–	14 145	–	–	63 125
Turismo	315 542	(12 438)	–	–	7 427	(90)	–	13 878
Transportes	163 265	(8 432)	154	–	2 333	–	–	8 689
Atividades de informação e comunicação	49 286	(2 540)	356	–	28 011	–	–	1 287
Atividades financeiras	741 721	(16 279)	140 524	1 013	2 283 565	(13 410)	–	47 024
Atividades imobiliárias	962 598	(80 747)	53	–	7 692	(691)	–	28 444
Serviços prestados às empresas	323 802	(18 687)	–	–	14 520	–	–	11 937
Administração e serviços públicos	116 238	(1 164)	–	–	1 301 933	(19 309)	48 416	583
Outras atividades de serviços coletivos	287 826	(7 873)	–	–	–	–	–	7 676
Crédito à habitação	8 975 960	(233 698)	–	–	1 834 521	(11 063)	–	–
Outros	737 312	(24 591)	1 148	–	133 614	(240)	–	65 280
TOTAL	16 894 465	(811 291)	145 252	3 606	5 871 427	(49 647)	48 416	510 686

(a) inclui a provisão para imparidade no valor de 694 225 milhares de euros (ver nota 20) e a provisão para riscos gerais de crédito no valor de 117 066 milhares de euros (ver nota 36).

A repartição por setores de atividade, para o exercício findo em 2010, encontra-se apresentada como segue:

2010								
Setor de atividade	Crédito a clientes		Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade	Garantias e avales prestados
	Valor bruto Euros '000	Imparidade (a) Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000	Valor bruto Euros '000	Euros '000
Agricultura, silvicultura e pesca	29 022	(1 138)	–	–	187	(57)	–	2 844
Indústrias extrativas	11 318	(114)	–	–	526	–	–	–
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	82 306	(6 003)	148	–	474	–	–	2 486
Têxteis e vestuário	36 119	(8 356)	–	–	–	–	–	1 277
Curtumes e calçado	10 809	(1 130)	–	–	–	–	–	61
Madeira e cortiça	29 366	(4 574)	–	–	–	–	–	801
Papel e indústrias gráficas	23 917	(2 262)	–	–	–	–	–	1 356
Refinação de petróleo	219	(130)	127	–	34 012	–	–	–
Produtos químicos e de borracha	47 332	(2 902)	54	–	1 137	–	–	1 277
Produtos minerais não metálicos	23 604	(1 468)	–	–	–	–	–	2 751
Indústrias metalúrgicas de base e p. metálicos	75 867	(2 738)	–	–	–	–	–	4 722
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	19 860	(1 911)	–	–	–	–	–	1 976
Fabricação de material de transporte	11 594	(445)	–	–	271	–	–	134
Outras indústrias transformadoras	26 378	(3 864)	34	–	67 648	–	–	891
Eletricidade, gás e água	56 183	(671)	1 029	2 929	64 385	(899)	–	961
Construção e obras públicas	2 233 965	(154 965)	181	–	10 981	(998)	–	238 734
Comércio por grosso e a retalho	711 962	(64 284)	116	–	10 554	–	–	40 275
Turismo	246 835	(12 378)	–	–	7 486	(90)	–	12 151
Transportes	113 767	(2 601)	127	–	33 044	–	–	9 971
Atividades de informação e comunicação	34 412	(2 539)	390	–	58 497	–	–	604
Atividades financeiras	264 858	(2 990)	128 479	1 023	642 892	(15 655)	–	29 981
Atividades imobiliárias	797 916	(37 932)	–	–	15 478	–	–	31 398
Serviços prestados às empresas	278 953	(12 727)	–	–	–	–	–	11 294
Administração e serviços públicos	103 684	(922)	–	–	1 164 590	–	58 093	2 588
Outras atividades de serviços coletivos	215 673	(9 576)	–	–	–	–	–	5 788
Crédito à habitação	8 919 763	(194 210)	–	–	3 118 136	(9 828)	–	19 210
Outros	384 413	(4 687)	180	–	54 230	(190)	–	830
TOTAL	14 790 095	(537 517)	130 865	3 952	5 284 528	(27 717)	58 093	424 361

(a) inclui a provisão para imparidade no valor de 437 329 milhares de euros (ver nota 20) e a provisão para riscos gerais de crédito no valor de 100 188 milhares de euros (ver nota 36).

No que respeita a risco de crédito, a carteira de ativos financeiros manteve-se concentrada em obrigações *investment grade*, emitidas por instituições financeiras.

Durante o ano de 2011, foram também abertas algumas posições em *credit default swaps* sobre emitentes *investment grade*, com o valor nocional das posições de compra e de venda de proteção a atingir no final do ano Euros 27 500 000 e Euros 53 600 000, respetivamente.

Riscos Globais e em Ativos Financeiros

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Ativos e Passivos («ALCO»), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e *mismatches* dinâmicos de liquidez positivos. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de ativos no mercado monetário respetivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de ativos financeiros próprias e das diversas entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco, utilizando-se para o efeito a metodologia de *Value-at-Risk* («VaR»). Existem diferentes limites de exposição incluindo limites globais de VaR, por Emitente, por tipo/classe de ativo e *rating*. São ainda definidos limites de *Stop Loss*. A carteira de investimento está principalmente concentrada em obrigações, que no final de 2011 representavam 91% do total da carteira.

A CEMG calcula de forma regular o VaR da sua carteira de negociação sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica.

Atendendo à natureza da atividade de retalho, a instituição apresenta habitualmente *gaps* positivos de taxa de juro, que no final de 2011 atingiam, em termos estáticos, cerca de Euros 604 897 000 (2010: Euros 448 894 000) (considerando a globalidade dos prazos de refixação de taxas de juro).

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	2011				2010			
	Dezembro Euros '000	**Média Anual Euros '000**	**Máximo Euros '000**	**Mínimo Euros '000**	**Dezembro Euros '000**	**Média Anual Euros '000**	**Máximo Euros '000**	**Mínimo Euros '000**
Gap de taxa de juro	604 896	327 435	604 896	49 973	448 894	377 076	448 894	305 259

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005, do Banco de Portugal, a CEMG calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* («BIS») classificando todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

	Até 3 meses Euros '000	3 a 6 meses Euros '000	De 6 meses a 1 ano Euros '000	de 1 a 5 anos Euros '000	Mais de 5 anos Euros '000
31 de dezembro de 2011					
Ativo	12 060 231	4 723 593	443 280	1 481 436	813 517
Fora de balanço	11 650 184	178 931	971 660	2 253 911	–
Total	23 710 415	4 902 524	1 414 940	3 735 347	813 517
Passivo	8 302 384	2 353 259	2 789 954	5 300 452	171 200
Fora de balanço	13 116 395	562 418	8 970	1 366 812	–
Total	21 418 779	2 915 677	2 798 924	6 667 264	171 200
GAP (Ativos – Passivos)	2 291 636	1 986 847	(1 383 984)	(2 931 917)	642 317
31 de dezembro de 2010					
Ativo	10 459 200	3 879 121	413 379	1 344 393	646 080
Fora de balanço	5 789 405	172 577	122 450	3 009 066	–
Total	16 248 605	4 051 698	535 829	4 353 459	646 080
Passivo	7 899 866	1 370 302	1 263 605	5 601 314	158 200
Fora de balanço	8 284 868	734 669	2 200	71 754	–
Total	16 184 734	2 104 971	1 265 805	5 673 068	158 200
GAP (Ativos – Passivos)	63 871	1 946 727	(729 976)	(1 319 609)	487 880

Análise de Sensibilidade

Face aos *gaps* de taxa de juro observados, em 31 de dezembro de 2011, uma variação positiva instantânea das taxas de juro em 100 p.b. motivaria um aumento dos resultados de cerca de Euros 26 734 000 (2010: Euros 12 806 000).

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros da CEMG, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, bem como os respetivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

	2011			2010		
PRODUTOS	**Saldo médio do exercício Euros '000**	**Taxa de juro média (%)**	**Proveitos/ Custos Euros '000**	**Saldo médio do exercício Euros '000**	**Taxa de juro média (%)**	**Proveitos/ Custos Euros '000**
Aplicações						
Crédito a clientes	16 167 253	4,18	676 363	14 714 941	3,07	451 424
Disponibilidades	196 012	1,24	2 439	159 355	0,93	1 488
Carteira de Títulos	6 363 143	2,98	189 472	4 502 962	2,04	91 795
Aplicações interbancárias	453 286	1,85	8 404	188 578	0,68	1 278
Swaps	–	–	277 653	–	–	196 071
Total Aplicações	23 179 694		1 154 331	19 565 836		742 056
Recursos						
Depósitos de clientes	11 857 822	2,91	344 719	9 352 816	1,52	141 937
Recursos titulados	8 180 018	2,47	202 352	8 132 786	2,02	164 662
Recursos interbancários	2 656 595	1,61	42 810	1 299 157	1,03	13 440
Outros recursos	336	0,69	2	480	0,83	4
Swaps	–	–	260 975	–	–	151 591
Total Recursos	22 694 771		850 858	18 785 239		471 634

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos ativos e passivos a 31 de dezembro de 2011, por moeda, é analisado como segue:

	2011							
	Euros Euros '000	Dólares Norte Americanos Euros '000	Libras Esterlinas Euros '000	Dólares Canadianos Euros '000	Franco Suíço Euros '000	Iene Japonês Euros '000	Outras Moedas Estrangeiras Euros '000	Valor Total Euros '000
Ativo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	376 447	3 369	378	299	669	88	290	381 540
Disponibilidades em outras instituições de crédito	93 440	6 138	833	1 066	918	5	301	102 701
Aplicações em instituições de crédito	370 161	107	–	–	–	–	–	370 268
Crédito a clientes	16 197 440	2 452	–	–	348	–	–	16 200 240
Ativos financeiros detidos para negociação	145 068	145	–	39	–	–	–	145 252
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 606	–	–	–	–	–	–	3 606
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 819 192	2 322	–	–	266	–	–	5 821 780
Derivados de cobertura	1 184	–	–	–	–	–	–	1 184
Investimentos detidos até à maturidade	48 416	–	–	–	–	–	–	48 416
Investimentos em associadas e outras	384 547	–	–	–	–	–	–	384 547
Ativos não correntes detidos para venda	86 830	–	–	–	–	–	–	86 830
Outros ativos tangíveis	66 183	–	–	–	–	–	–	66 183
Ativos por impostos correntes	10	–	–	–	–	–	–	10
Ativos por impostos diferidos	59 221	–	–	–	–	–	–	59 221
Ativos intangíveis	110 843	–	–	–	–	–	–	110 843
Outros ativos	89 353	179 000	5 986	35 571	49	130	189	310 278
Total Ativo	23 851 941	193 533	7 197	36 975	2 250	223	780	24 092 899
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	2 003 300	–	–	–	–	–	–	2 003 300
Recursos de outras instituições de crédito	1 141 161	19 301	2 471	18 737	343	–	55	1 182 068
Recursos de clientes	13 150 817	36 684	1 122	1 669	142	17	188	13 190 639
Responsabilidades representadas por títulos	2 238 369	2 319	–	–	–	–	–	2 240 688
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	3 289 983	–	–	–	–	–	–	3 289 983
Passivos financeiros detidos para negociação	101 366	158	–	–	–	–	–	101 524
Derivados de cobertura	2 444	–	–	–	–	–	–	2 444
Provisões	120 014	–	–	–	–	–	–	120 014
Outros passivos subordinados	477 247	–	–	–	–	–	–	477 247
Outros passivos	85 605	135 133	3 604	16 569	1 765	206	537	243 419
Total Passivo	22 610 306	193 595	7 197	36 975	2 250	223	780	22 851 326
Ativo / (Passivo) líquido por moeda	1 241 635	(62)	–	–	–	–	–	1 241 573
Situação Líquida	1 241 635	(62)	–	–	–	–	–	1 241 573
Exposição Líquida	–	–	–	–	–	–	–	–

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos ativos e passivos a 31 de dezembro de 2010, por moeda, é analisado como segue:

	2010							
	Euros Euros '000	Dólares Norte Americanos Euros '000	Libras Esterlinas Euros '000	Dólares Canadianos Euros '000	Franco Suíço Euros '000	Iene Japonês Euros '000	Outras Moedas Estrangeiras Euros '000	Valor Total Euros '000
Ativo por moeda								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	235 090	3 263	367	297	651	81	275	240 024
Disponibilidades em outras instituições de crédito	49 403	5 943	808	1 057	893	4	297	58 405
Aplicações em instituições de crédito	338 559	103	–	–	–	–	–	338 662
Crédito a clientes	14 350 055	2 375	–	–	336	–	–	14 352 766
Ativos financeiros detidos para negociação	130 755	110	–	–	–	–	–	130 865
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 885	29	–	38	–	–	–	3 952
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 254 304	2 248	–	–	259	–	–	5 256 811
Derivados de cobertura	2 810	–	–	–	–	–	–	2 810
Investimentos detidos até à maturidade	58 093	–	–	–	–	–	–	58 093
Investimentos em associadas e outras	43 297	–	–	–	–	–	–	43 297
Ativos não correntes detidos para venda	162 374	–	–	–	–	–	–	162 374
Outros ativos tangíveis	89 188	–	–	–	–	–	–	89 188
Ativos intangíveis	18 254	–	–	–	–	–	–	18 254
Outros ativos	39 692	43 473	2 905	18 850	4	–	–	104 924
Total Ativo	20 775 759	57 544	4 080	20 242	2 143	85	572	20 860 425
Passivo por moeda								
Recursos de bancos centrais	1 540 266	–	–	–	–	–	–	1 540 266
Recursos de outras instituições de crédito	1 222 484	18 691	2 398	18 586	333	–	54	1 262 546
Recursos de clientes	9 615 736	35 523	1 089	1 656	139	15	182	9 654 340
Responsabilidades representadas por títulos	3 576 432	2 245	–	–	–	–	–	3 578 677
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	3 182 375	–	–	–	–	–	–	3 182 375
Passivos financeiros detidos para negociação	53 662	152	–	–	–	–	–	53 814
Derivados de cobertura	1 408	–	–	–	–	–	–	1 408
Provisões	101 499	–	–	–	–	–	–	101 499
Outros passivos subordinados	380 986	–	–	–	–	–	–	380 986
Outros passivos	208 028	993	593	–	1 676	70	336	211 696
Total Passivo	19 882 876	57 604	4 080	20 242	2 148	85	572	19 967 607
Ativo / (Passivo) líquido por moeda	892 883	(60)	–	–	(5)	–	–	892 818
Situação Líquida	892 753	60	–	–	5	–	–	892 818
Exposição Líquida	130	(120)	–	–	(10)	–	–	–

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado atentamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento em sede de comité ALCO.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução n.º 13/2009).

Risco Operacional

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DRI exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, a CEMG está sujeita à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Diretiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir.

Os Fundos próprios da CEMG dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

– Fundos Próprios de Base («FPB»): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados retidos do período quando certificados, os interesses minoritários e outros instrumentos equiparados a capital, cujas condições sejam aprovadas pelo Banco de Portugal. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a ações ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a *Goodwill* apurado, ativos intangíveis, ganhos não realizados em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados que representem risco de crédito próprio, desvios atuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite correspondente a 10% do máximo entre as referidas responsabilidades e o ativo do fundo de pensões. São também deduzidos em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras, bem como as participações em entidades seguradoras. Em novembro de 2011 entrou em vigor a Instrução 28/2011 do Banco de Portugal que inclui como elemento negativo dos fundos próprios de base uma parte do saldo dos depósitos cuja taxa de remuneração seja superior em 3% à taxa de referência para a data do depósito em vigor na data de renovação ou constituição desse depósito. Esta instrução aplica-se aos depósitos constituídos ou renovados após 1 de novembro de 2011.

– Fundos Próprios Complementares («FPC»): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível, reservas provenientes da reavaliação do ativo imobilizado e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a ações ou outros instrumentos de capital. São deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras, bem como as participações em entidades seguradoras.

– É deduzido aos Fundos Próprios totais um valor referente a imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio há mais de 4 anos, calculado segundo um critério de progressividade que conduz a que ao fim de 9 ou 12 anos em carteira (conforme a data de arrematamento) o valor líquido do imóvel esteja totalmente deduzido aos Fundos Próprios.

A composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos FPB.

Em 2008, o Banco de Portugal introduziu algumas alterações ao cálculo dos fundos próprios. Assim, através do Aviso n.º 6/2008, a par do tratamento dado aos créditos e outros valores a receber, excluiu as valias potenciais em títulos de dívida classificados como disponíveis para venda dos fundos próprios, na parte que exceda o impacto resultante de eventuais operações de cobertura, mantendo, contudo, a obrigatoriedade de não considerar nos fundos próprios de base as reservas de reavaliação positivas, na parte que exceda a imparidade que eventualmente tenha sido registada, relativas a ganhos não realizados em títulos de capital disponíveis para venda (líquidas de impostos).

Em 2011, a CEMG adaptou a política contabilística do Fundo de Pensões às alterações efetuadas nas Normas Internacionais de Contabilidade. Anteriormente, era utilizada a designada *regra do corredor* e em dezembro 2011 passou a reconhecer-se a totalidade dos desvios atuariais em reservas. Apesar desta alteração ao nível contabilístico, em termos regulamentares não existiram alterações, dado que o Aviso n.º 2/2012 define tratamento prudencial, para este novo pro-

cedimento contabilístico, semelhante ao designado pela *regra do corredor*. Também em dezembro de 2011 foi realizada a transferência parcial dos planos pós-emprego de benefício definido para a esfera da Segurança Social, cujos efeitos em fundos próprios foram diferidos para junho 2012, de acordo com o Aviso n.º 1/2012 do Banco de Portugal.

A verificação de que uma entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respetivos requisitos de fundos próprios certifica a adequação do seu capital, refletida num rácio de solvabilidade, representado pelos fundos próprios em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios. O Aviso n.º 3/2011 do Banco de Portugal determina que o rácio *core tier* 1, em base consolidada, deve ser não inferior a 9%, até 31 de dezembro de 2011, e a 10%, até 31 de dezembro de 2012.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital da CEMG para 31 de dezembro de 2011 e 2010, apresenta-se como segue:

	2011 **Euros '000**	**2010** **Euros '000**
Fundos Próprios *Core Tier* 1		
Capital realizado	1 245 000	800 000
Resultados, Reservas Gerais, Especiais e Resultados não distribuídos	257 038	227 097
Outros ajustamentos regulamentares	(165 806)	(69 639)
	1 336 232	957 458
Fundos Próprios de Base		
Outros Instrumentos de Capital	15 000	–
Deduções Fundos Próprios de Base	(191 745)	(21 049)
	1 159 487	936 409
Fundos Próprios Complementares		
Upper Tier 2	47 867	27 506
Lower Tier 2	456 362	378 000
Deduções	(191 745)	(21 049)
	312 484	384 457
Deduções aos fundos próprios totais	(2 532)	(4 562)
Fundos próprios totais	1 469 439	1 316 304
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito	933 748	760 346
Risco de mercado	4 219	1 721
Risco operacional	69 466	55 441
	1 007 433	817 508
Rácios Prudenciais		
Rácio Core *Tier* 1	10,61%	9,37%
Rácio *Tier* 1	9,21%	9,16%
Rácio de Solvabilidade	11,67%	12,88%

52. Dívida soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*

Com referência a 31de dezembro de 2011, a exposição da CEMG a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

Emitente / Carteira	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Imparidade Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal							
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 150 482	1 150 482	(241 563)	–	4,35%	2,21	1
Investimentos detidos até à maturidade	37 419	34 299	–	–	4,72%	1,03	n.a.
	1 187 901	1 184 781	(241 563)	–			
Grécia							
Ativos financeiros disponíveis para venda	33 507	33 507	–	(19 309)	4,22%	0,37	1
Irlanda							
Ativos financeiros disponíveis para venda	11 032	11 032	1 051	–	4,60%	4,30	1
	1 232 440	1 229 320	(240 512)	(19 309)			

Com referência a 31 de dezembro de 2010, a exposição da CEMG a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

Emitente / Carteira	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal						
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 047 164	1 047 164	(28 302)	4,10	2,95	1
Investimentos detidos até à maturidade	44 112	42 900	–	4,56	1,79	n.a.
	1 091 276	1 090 064	(28 302)	–		
Grécia						
Ativos financeiros disponíveis para venda	44 470	44 470	(2 523)	3,96	0,79	1
	1 135 746	1 134 534	(30 825)			

Relativamente aos títulos de dívida pública de Portugal, Grécia e Irlanda não se verificaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 quaisquer reclassificações entre carteiras.

Relativamente à exposição à dívida soberana da Grécia, e na sequência das diversas conversações que foram mantidas ao nível da UE, face à atual situação económica internacional, à posição da Grécia no contexto Europeu e ainda à atual crise da dívida soberana na União Europeia, o Conselho Europeu aprovou no passado dia 21 de julho, um conjunto de condições de reestruturação aplicáveis à dívida soberana da Grécia.

De acordo com a informação pública disponível, as condições de reestruturação estabelecem uma troca voluntária dos títulos da atual dívida pública da Grécia por um conjunto de novas obrigações a emitir com maturidades entre 15 e 30 anos, parcialmente colateralizadas, e com um ajustamento da taxa de juro aplicável.

Face a estas condições de reestruturação e à opção de adesão voluntária ao esquema de conversão definido, o Conselho de Administração Executivo avaliou os seus efeitos, ao nível das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2011, tendo em consideração os diferentes cenários de adesão ao programa de reestruturação e os termos e condições aprovados.

Depois da referida avaliação, e considerando as opções existentes, o Conselho de Administração da CEMG decidiu não avançar para a opção de conversão tendo em consideração os diversos aspetos, nomeadamente:

(i) a adesão ao programa da reestruturação ser voluntário sendo a expectativa do Conselho Europeu que haja uma adesão até 90% dos detentores da dívida soberana da Grécia;

(ii) não ser expectável que após o novo pacote de ajuda à Grécia possa haver um *default* em relação aos bancos não participantes porque isso seria equivalente a um incumprimento que poderia ter consequências severas para a dívida da Grécia no seu todo;

(iii) o facto de Portugal ser um país em *bailout*; e

(iv) ausência de uma decisão regulamentar para uma adesão pelos Bancos portugueses ao programa de reestruturação aprovado pelo Conselho Europeu.

Desta forma a dívida soberana da Grécia está valorizada, com referência a 31 de dezembro de 2011 de acordo com os critérios valorimétricos definidos nas políticas contabilísticas nota 1*d*) de acordo com o parágrafo AG 84 do IAS 39, tendo a esta data sido reconhecida imparidade.

No que diz respeito à exposição aos restantes países em situação de *bailout* o Conselho de Administração da CEMG considera igualmente que a esta data não existe qualquer evidência objetiva de imparidade.

53. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas, alterações e interpretações efetivas em ou a partir de 1 de janeiro de 2011

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a CEMG aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

- ***IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros***

  O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em outubro de 2010, a IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de ativos financeiros, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de julho de 2011, sendo a sua adoção antecipada permitida.

  As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de ativos financeiros, nomeadamente securitizações de ativos financeiros, têm como objetivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

  Annual Improvement Project

  Em maio de 2010, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual efetuou 11 alterações em 7 normas. A data de efetividade das alterações, possibilidade de adoção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações foram de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2011.

  A CEMG não obteve qualquer impacto significativo da adoção destas alterações às normas em vigor ao nível das demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a CEMG

- ***IFRS 9 – Instrumentos financeiros***

  O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em novembro de 2009, a IFRS 9 – Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2015, sendo permitido a sua adoção antecipada. Esta norma foi alterada em outubro de 2010. A IFRS 9 não foi ainda adotada pela União Europeia.

  Esta norma insere-se na primeira fase do projeto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de ativos financeiros. Os principais aspetos considerados são os seguintes:

  – Os ativos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efetuada no momento inicial de reconhecimento dos ativos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses ativos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada ativo financeiro;

– Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses ativos financeiros com o objetivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;

– Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser revertidos por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital sejam tratados da mesma forma. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;

– A exceção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;

– As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor («*Fair Value option*») serão reconhecidas em «*Other Comprehensive income*» (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

A CEMG está a avaliar o impacto da adoção desta norma.

- ***IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas***

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados (método integral), substituindo a IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a SIC 12 – Consolidação de SPE. Desta forma, apresenta uma nova definição de controlo e requisitos para a sua aplicação.

Um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada. Foi introduzido o conceito de «*facto control*».

Foram incluídos nesta norma dois objetivos principais:

– Introdução de um único modelo de consolidação para todo o tipo de entidades, assegurando-se que uma entidade consolida todas as entidades que controla;

– Introdução de requisitos de divulgação mais extensos, nomeadamente sobre os investimentos que a entidade não consolida.

A CEMG encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

- ***IFRS 11 – Acordos conjuntos***

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 11 – Acordos conjuntos, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: 1) «*Joint operations*»: e 2) «*Joint ventures*».

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

– A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o fator crítico para a determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;

– Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma «*joint venture*», eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

A CEMG encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

- ***IFRS 12 – Divulgações de interesses noutras entidades***

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 12 – Divulgações de interesses noutras entidades, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

– A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades; e

– Efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

A CEMG encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

- ***IFRS 13 – Mensuração do justo valor***

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em maio de 2011, a IFRS 13 – Mensuração do justo valor, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação. Desta forma, os principais aspetos considerados são:

– Princípios que estão na base de um justo valor;

– Técnicas de valorização apropriadas e os três níveis de hierarquização do justo valor; e

– Requisitos mais alargados no que respeita a informação para divulgação.

A CEMG encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

- ***IAS 27 – Demonstrações financeiras individuais***

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em maio de 2011, a IAS 27 – Demonstrações financeiras individuais com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS, e necessidades de requisitos de divulgação.

A CEMG encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

- ***IAS 28 – Investimentos em associadas e Joint ventures***

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em maio de 2011, a IAS 28 – Investimentos em associadas e *Joint ventures* com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma veio substituir a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adotar pelo investidor dos investimentos em associadas e em «*joint ventures*», definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, quer para associadas quer para «*joint ventures*».

A IFRS 11 determina qual o tipo de acordo conjunto que uma entidade está envolvida, e uma vez determinado que existe um interesse numa «*joint venture*», uma entidade aplica o método da equivalência patrimonial nas contas consolidadas de acordo com a IAS 28 (revista em 2011), exceto se forem aplicadas as exceções previstas nessa norma.

A IFRS 12 descreve quais os requisitos de divulgação de informação.

A CEMG encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

- ***IFRS 7 (Alterada) – Divulgações – Offsetting de ativos e passivos financeiros***

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em maio de 2011, uma alteração à IFRS 7 – Divulgações – «*Offsetting*» de ativos e passivos financeiros com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de ativos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

A CEMG encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

- ***IAS 32 (Alterada) – Offsetting de ativos e passivos financeiros***

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em maio de 2011, uma alteração IAS 32 – «*Offsetting*» de ativos e passivos financeiros com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de janeiro de 2014, sendo permitida a sua adoção antecipada.

Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridos para se efetuar a apresentação de forma líquida de ativos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade:

– o critério de que uma entidade tem o direito legal de efetuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos; e

– o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os ativos e liquidar os passivos em simultâneo.

A CEMG encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

54. Factos relevantes

Em novembro e dezembro de 2011, a CEMG procedeu à alienação de um conjunto significativo da carteira de imóveis classificados como Ativos não correntes detidos para venda, conforme nota 27 e Imóveis de serviço próprio, conforme nota 28.

As alienações de Ativos não correntes detidos para venda foram realizadas para dois fundos de investimento imobiliário: CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (FEII) e Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH). Relativamente às alienações de Imóveis de serviço próprio a contraparte foi o Montepio Geral Associação Mutualista.

Estas operações geraram um resultado de Euros 63 993 000 Euros, conforme nota 9 e uma reversão de imparidade associada a estes imóveis de Euros 24 356 000, conforme referido na nota 15.

De referir que para as operações realizadas com os fundos de investimento imobiliário referidos anteriormente, os preços de transferência foram determinados, estão em linha com a valorimetria definida pela CMVM para Fundos de Investimento Imobiliários, através de duas avaliações para cada imóvel, realizadas por avaliadores independentes credenciados pela CMVM. Para cada imóvel foi atribuído o valor mais baixo das duas avaliações ou a média das duas, de acordo com a regulamentação da CMVM para este tipo de operações.

Adicionalmente, a CEMG adquiriu unidades de participação nos fundos referidos anteriormente por um valor equivalente ao valor da alienação de imóveis aos fundos (nota 23):

– 20 195 716 unidades de participação no CA Imobiliário – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto (FEII); e

– 59 663 unidades de participação no Montepio Arrendamento – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional (FIIAH).

As operações corresponderam a alienações de imóveis a fundos de investimento imobiliários e como tal houve uma transferência de direitos e obrigações associados a esses imóveis. As unidades de participação (UP's) destes fundos estão incluídas na carteira de Ativos Financeiros disponíveis para venda, inscritos ao justo valor, conforme descrito nas IAS 39. A determinação do justo valor destas UP's é efetuada com base no valor de mercado.

Tratando-se de fundos de investimento imobiliários, estão sujeitos à regulamentação e supervisão da CMVM, cumprindo com as obrigações inerentes, das quais se salienta as avaliações dos imóveis incluídos nos fundos por dois avaliadores independentes. No caso do FIIAH e dado que a CEMG detêm 100% das UP's, o Fundo é consolidado pelo método integral na CEMG.

55. Impacto da alteração da política contabilística de reconhecimento dos desvios atuariais associados ao plano de benefícios definidos

Até esta data, a CEMG procedia ao diferimento dos desvios atuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor atual das obrigações definidas e o justo valor dos ativos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo valor correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

De acordo com uma das opções permitidas pelo IAS 19 Benefícios dos empregados, a CEMG optou por uma alteração da política contabilística passanda a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. De acordo com a IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentada, para efeitos comparativos, a partir de 1 de janeiro de 2010, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios atuariais diferidos em capitais próprios.

Assim, e conforme referido nas notas 11, 31, 42 e 46 a rubrica Reservas e Resultados acumulados inclui, com efeitos a 1 de janeiro de 2010, uma reexpressão resultante da referida alteração da política contabilística. A referida reexpressão efetuada no âmbito das IFRS, pode ser analisada conforme segue:

	Situação líquida 31.12.2010 Euros '000	Resultado líquido 31.12.2010 Euros '000	Situação líquida 1.1.2010 Euros '000
Valor anteriormente reportado	994 019	41 491	995 234
Ajustamentos			
Desvios atuariais por diferir	(102 247)	–	(88 533)
Amortizações de perdas atuariais diferidas	(1 046)	1 046	–
	(103 293)	1 046	(88 533)
Valores corrigidos	890 726	42 537	906 701

56. Eventos subsequentes

Na sequência das discussões mantidas entre o Estado Grego e o setor privado relacionadas com a reestruturação da dívida soberana da Grécia («GGB's»), em 21 de fevereiro de 2012, o Ministério das Finanças da Grécia anunciou os aspetos chave do envolvimento do setor privado («PSI») na referida reestruturação. De acordo com a informação disponível, os termos do PSI atualmente acordados são analisados como segue.

Os detentores do GGB's devem trocar os títulos atuais por:

- Novos GGB's com valor facial igual a 31,5% do valor facial dos antigos GGB's; e
- *Notes* emitidas pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira («FEEF»), com valor facial igual a 15% dos antigos GGB's. As *notes* terão uma taxa de juro de mercado e uma maturidade de 24 meses.

Os novos GGB's terão os seguintes termos:

- Cupão inicial de 2% com aumento para 3% e depois 4,3%;
- Pagamento de capital em 20 prestações anuais com início no 11.º aniversário da data de emissão e maturidade em 2042;
- Cláusulas de *Aggregated collective action*;
- Admissão à cotação na Bolsa de Atenas;
- Emissões reguladas pela Lei Inglesa; e
- Inclusão de títulos indexados ao PIB destacáveis, que darão direito ao detentor a um cupão adicional de 1% caso sejam atingidos determinados objetivos em termos de PIB.

O PSI é parte do pacote de *bailout* no montante de Euros 130 biliões da União Europeia para a Grécia e está sujeito a aprovação dos parlamentos dos países da zona Euro.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11°
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 da **Caixa Económica Montepio Geral**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 24.092.899 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.241.573 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 32.823 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do Rendimento integral do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:

a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, definidas pelo Banco de Portugal, que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos n.ºs 2° e 3° do Aviso n.° 1/2005 e no n.° 2° do Aviso n.° 4/2005 do Banco de Portugal ("NCA's"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Caixa Económica Montepio Geral, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações dos capitais próprios e o rendimento integral;

b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as NCA's, seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e,

e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e,
- a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Caixa Económica Montepio Geral** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa, as alterações nos capitais próprios e o rendimento integral no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's tal como definidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Caixa Económica Montepio Geral** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações, os fluxos consolidados de caixa, as alterações nos capitais próprios e o rendimento integral no exercício findo naquela data, em conformidade com as IFRS e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relatório do governo institucional inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 15 de Março de 2012

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC N.º 1081)

12. Relatórios, Pareceres e Declaração em Conformidade do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS INDIVIDUAIS

Exmos. Senhores Associados:

No cumprimento das competências definidas na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 36.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, adiante designado por Montepio Geral, e na alínea *f*) do artigo 25.º dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, adiante designada por Caixa Económica, e na condição de Conselho Fiscal de ambas as Instituições, este Órgão Social submete à vossa apreciação, o Relatório da sua atividade e o seu Parecer sobre o Relatório e as Demonstrações Financeiras Individuais do exercício de 2011 do Montepio Geral e da Caixa Económica, elaborados pelo Conselho de Administração.

RELATÓRIO

1. Em 2011 o Conselho Fiscal acompanhou a gestão do Montepio Geral e da Caixa Económica através da leitura das atas do Conselho de Administração e de reuniões periódicas com este e com alguns dos seus elementos, bem como da análise da documentação contabilística e dos relatórios e dados quantitativos fornecidos mensalmente pelos Serviços, da presença nas reuniões do Conselho Geral realizadas e, ainda, de reuniões de trabalho com alguns dos Diretores mais próximos do desempenho das funções do Conselho Fiscal.

2. Na sequência da venda pelo MGAM da participação detida na FINIBANCO, Holding, SGPS, SA, à CEMG, em 4 de abril de 2011, a generalidade dos ativos e passivos que constituíam a atividade bancária do FINIBANCO, SA., foram integrados no seu balanço.

3. O exercício de 2011 fica marcado por um acontecimento com profundas implicações na vida da Instituição com a publicação da Lei 64-B/2011, que aprova o Orçamento de Estado para 2012, em que a Caixa Económica Montepio Geral perde a sua isenção de IRC de que já beneficiava há longos anos. Esta alteração, que a partir do próximo ano penalizará os resultados da atividade bancária, produziu no corrente exercício um impacto favorável na rubrica de impostos diferidos.

4. Outro acontecimento que também entendemos dever destacar refere-se à alteração verificada no fundo de pensões dos trabalhadores da instituição, tendo as responsabilidades para com pensões de reforma e sobrevivência sido transferidas para a Segurança Social, em 31.12.2011. As responsabilidades para com o pessoal no ativo e para com outros encargos, nomeadamente benefícios de saúde e subsídio por morte, permaneceram no fundo de pensões. O valor das responsabilidades transferidas teve de ser calculado utilizando pressupostos mais exigentes, originando um diferencial que foi assumido como custos do exercício.

5. No desenvolvimento dos trabalhos, o Conselho Fiscal contou sempre, em termos que apraz registar, com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Instituição, na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções.

6. Durante o exercício o Conselho Fiscal elaborou os vários documentos que estatutariamente lhe competem e outros exigidos pelo Banco de Portugal, designadamente, os Pareceres sobre a adequação e eficácia do sistema de controlo interno, em base individual e em base consolidada, preparados com o apoio técnico da sociedade de revisores oficiais de contas em que, para além das deficiências identificadas e das melhorias recomendadas, se expressa a opinião de que os procedimentos de controlo interno como um todo, respondem de forma eficaz e adequada, em todos os aspetos materialmente relevantes, aos requisitos constantes do Aviso n.º 5/2008, do Banco de Portugal.

7. No exercício de 2011, as Demonstrações Financeiras do Montepio Geral foram, tal como no exercício anterior, preparadas com base nos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS»), tal como adotadas na União Europeia até 31 de dezembro de 2011. As políticas contabilísticas utilizadas pela Associação Mutualista na preparação das Demonstrações Financeiras referentes a 31 de dezembro de 2011, são consistentes com as utilizadas nas Demonstrações Financeiras anuais com referência a 31 de dezembro de 2010, respeitando os requisitos de divulgação definidos no Plano de Contas das Associações Mutualistas.

8. No que se refere às Demonstrações Financeiras da Caixa Económica, estas são preparadas, apresentadas e divulgadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas («NCA's»), que se traduzem na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adotadas na União Europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência.

9. Relativamente ao Relatório de Gestão e ao Relatório do Governo da Instituição, que inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, o Conselho Fiscal verificou que, nos aspetos essenciais, o conteúdo do primeiro é concordante com as demonstrações financeiras que são apresentadas, assim como ambos satisfazem os requisitos legais e estatutários.

10. Na apreciação das demonstrações financeiras do exercício, o Conselho Fiscal teve em especial consideração a Certificação das Contas (Montepio Geral) e a Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria (Caixa Económica) elaborados pela Sociedade de Revisores Oficias de Contas, entidade que, por contrato, acompanhou e auditou ao longo do ano e no final do exercício de 2011 a contabilidade e as contas que o Conselho de Administração elaborou nos termos legais e estatutários. Os documentos produzidos pela referida entidade foram apresentados sem reservas e a cujos teores damos a nossa concordância, sendo, no entanto, de referir, que a Certificação de Contas do Montepio Geral apresenta uma ênfase, com cujo teor também concordamos, e que se refere à alteração das políticas que se encontram amplamente desenvolvidas nas Notas às Demonstrações Financeiras n.os 3.1 e 3.15.

11. Após o encerramento do exercício apreciámos os documentos de prestação de contas, compreendendo o Relatório de Gestão, o Balanço em 31 de dezembro de 2011 e as Demonstrações dos Resultados, dos fluxos de caixa, das alterações dos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas.

12. O Conselho Fiscal chama a atenção para a importância dos relatos sobre Responsabilidade Social e Governo Institucional, constantes do Relatório e Contas Anuais de 2011.

13. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras das Instituições e respetivas notas explicativas respeitam as disposições legais e estatutárias aplicáveis, sendo adequados à compreensão da sua situação financeira, dos resultados apurados, dos fluxos de caixa, das alterações dos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

14. Agradecemos a referência feita no Relatório de Gestão à nossa atividade, assim como também acompanhamos o Conselho de Administração no reconhecimento às diversas Entidades enunciadas, aos membros dos restantes Órgãos Sociais e aos Trabalhadores e demais Colaboradores referidos no Relatório.

15. A situação económica agravou-se no final do ano, acompanhando a evolução da economia da zona euro. Prevê-se uma queda acentuada do produto nacional e a manutenção de um nível elevado de desemprego, mas está a verificar-se uma maior sensibilidade das autoridades europeias aos problemas do crescimento e do emprego, o que pode contribuir para amenizar os aspetos negativos referidos. Portugal está a cumprir rigorosamente o acordo de resgate assinado, o que não pode deixar de ser tido em consideração em 2013, nos termos do acordado. Apesar de alguns condicionalismos desfavoráveis o Montepio soube ultrapassar essas dificuldades e situar-se numa posição satisfatória no quadro do sistema financeiro português em termos de solvabilidade e rentabilidade, prosseguindo a sua estratégia de contribuir para o desenvolvimento económico de que o país tão carecido está.

16. Nestes termos, o Conselho Fiscal apoia as políticas que vêm sendo adotadas no Montepio Geral e na Caixa Económica, certo de que o Conselho de Administração, com a cooperação dos Trabalhadores, vai prosseguir as aludidas políticas e saberá encontrar os meios mais adequados para fazer face às dificuldades previsíveis e prosseguir na via do desenvolvimento que tem vindo a alcançar.

PARECER

Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá a sua concordância aos Relatórios de Gestão e Demonstrações Financeiras do Montepio Geral e da Caixa Económica, referentes a 31 de dezembro de 2011, dando o seu parecer favorável a que sejam aprovados pela Assembleia Geral:

a) As propostas de aplicação de resultados contidas nos mencionados Relatórios de Gestão;

b) As demais propostas contidas no Relatório de Gestão do Montepio Geral;

c) Um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma eficiente como exerceu as suas funções, extensivo aos Trabalhadores pelo seu empenhamento na atividade desenvolvida.

Lisboa, 6 de março de 2012

O CONSELHO FISCAL

Manuel Jacinto Nunes – Presidente

Gabriel José dos Santos Fernandes – Vogal

José Moreira Venâncio – Vogal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Exmos. Senhores Associados:

No cumprimento das competências definidas na alínea *f*) do artigo 25.º dos Estatutos da Caixa Económica Montepio Geral, adiante designada por Caixa Económica, o Conselho Fiscal submete à vossa apreciação o Relatório e Parecer sobre o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício de 2011 da Caixa Económica e das empresas participadas englobadas na consolidação, elaborados pelo Conselho de Administração.

RELATÓRIO

1. Procedemos à análise do Relatório Consolidado do Conselho de Administração e das Demonstrações Financeiras Consolidadas, compreendendo o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2011, a Demonstração dos Resultados Consolidados, as Demonstrações Consolidadas dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do rendimento integral relativos ao exercício de 2011 e as correspondentes notas explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.
2. Relativamente ao Relatório Consolidado de Gestão, o Conselho Fiscal verificou que, nos aspetos essenciais, o seu conteúdo é concordante com as Demonstrações Financeiras Consolidadas que são apresentadas, assim como satisfaz os requisitos legais e estatutários.
3. Como acontecimento marcante na vida da Instituição destacamos a operação relativa à aquisição pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, no final de 2010, de 100% do capital do FINIBANCO, Holding, SGPS, SA, através de uma Oferta Pública de Aquisição, pelo montante de 341,250 milhões de euros. Em 31 de março de 2011, o MG-AM alienou a participação detida na FINIBANCO, Holding, SGPS, SA, à CEMG.
4. Na apreciação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do exercício, o Conselho Fiscal teve como base fundamental a Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas, sem reservas, elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e com cujo teor concordámos.
5. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que as Demonstrações Financeiras Consolidadas (Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2011, Demonstração dos Resultados Consolidados, Demonstrações Consolidadas dos fluxos de caixa, das alterações nos capitais próprios e do rendimento integral do exercício de 2011 e correspondentes notas explicativas) são adequadas à compreensão da situação patrimonial da Caixa Económica e das suas participadas englobadas na consolidação em 31 de dezembro de 2011, e à forma como se formaram os resultados consolidados no exercício então findo.

PARECER

Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá a sua concordância ao Relatório Consolidado de Gestão e às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Caixa Económica Montepio Geral, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, dando o seu parecer favorável a que sejam aprovados pela Assembleia Geral.

Lisboa, 6 de março de 2012

O CONSELHO FISCAL

Manuel Jacinto Nunes – Presidente

Gabriel José dos Santos Fernandes – Vogal

José Moreira Venâncio – Vogal

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

A presente declaração é feita nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM).

No cumprimento das competências definidas estatutariamente, é da responsabilidade do Conselho Fiscal exercer o controlo e fiscalizar a atividade da Instituição, expressando uma opinião profissional baseada no exame efetuado ao relatório de gestão e às demonstrações financeiras.

Pela presente declaração, confirmamos todos os elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, nos foram facultados:

- A informação financeira individual e consolidada, com referência a 31 de dezembro de 2011, que dá uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;
- O relatório de gestão que expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Instituição e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com os requisitos legais.

Lisboa, 6 de março de 2012

O CONSELHO FISCAL

Manuel Jacinto Nunes – Presidente

Gabriel José dos Santos Fernandes – Vogal

José Moreira Venâncio – Vogal

13. Relatório do Governo Institucional

Em conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor, nomeadamente o Código de Governo das Sociedades da CMVM, de janeiro de 2010 (Recomendações), o presente relatório visa divulgar, de forma transparente e clara, as práticas de Governação implementadas na Instituição, de acordo com a sua natureza jurídica, e dando observância às recomendações da CMVM.

O Montepio, entendido aqui como a Caixa Económica Montepio Geral, tem procurado aperfeiçoar o modelo de governação, estabelecendo o paralelo entre a conformidade das recomendações da CMVM e as melhores práticas de mercado, de acordo com a estrutura institucional e práticas correntes da Instituição, e efetuando os necessários ajustamentos na adoção de medidas de organização e funcionamento interno acerca desta matéria.

CAPÍTULO 0 – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

0.1. LOCAIS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Para além das disposições legais, estatutárias e regulamentares, todas as atividades desenvolvidas pela Instituição regem-se, também, pelo cumprimento das orientações dos órgãos institucionais, das normas internas, das regras de conduta e normas deontológicas.

A nível da *Intranet*, e na área designada «Normativo», é disponibilizado todo um conjunto de documentos classificados em função dos objetivos e correspondentes conteúdos, de cumprimento obrigatório para todos os colaboradores. Para além de circulares e ordens de serviço, estão disponíveis, nesta área, normas de procedimento e diversas comunicações: do conselho de administração, de negócio, de pessoal e gerais.

No âmbito das normas de organização interna, destaca-se ainda o Regulamento Interno relativo à atividade de intermediação financeira que tem por objeto o estabelecimento das regras internas aplicáveis à atividade de intermediação financeira efetuada pela Caixa Económica Montepio Geral.

E, a fim de assegurar o cumprimento de fornecer um conjunto de elementos, informativos e de reporte, enquadrados na supervisão prudencial e comportamental, encontra-se igualmente disponível a Ordem de Serviço relativa aos «Reportes e Deveres de Informação às Entidades de Supervisão e a Outras Entidades Externas» que inventaria o tipo de reporte; as unidades orgânicas responsáveis pelo reporte; a regulamentação aplicável; a periodicidade e os meios utilizados.

No ano a que o presente Relatório reporta foi publicado o Código de Conduta que agrega as respetivas competências e âmbito de atuação dos órgãos de governo, bem como as regras de comportamento e deontológicas que devem ser respeitadas por todos. O referido documento está disponível quer no portal interno, quer no sítio do Montepio na *Internet*.

Para além dos deveres de divulgar informação exigida por lei ou regulamento, a Instituição procede à divulgação de informação considerada relevante, sobre a sua atividade, das empresas participadas e sobre os mercados, através do sítio da *Internet*, de cariz institucional, financeira (v.g. relatórios anuais, semestrais, balanços trimestrais, notações de *rating*), notícias e eventos.

0.2. RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES DA CMVM

No quadro seguinte enumeram-se as recomendações constantes do Código de Governo das Sociedades emitido pela CMVM em 2010, com a indicação das que foram adotadas e as que o não foram, bem como o seu grau de aplicabilidade, tendo em vista a natureza jurídica da instituição como já foi referido e, por fim, são indicados os pontos deste relatório onde é feita referência à informação contida nas recomendações.

Recomendações	Adotada	Não Adotada ou Não Aplicável	Observações/Referências no Relatório do Governo Institucional
I. ASSEMBLEIA GERAL			
I.1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL			
I.1.1. O presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	x		Capítulo I – I.4.
I.1.2. A remuneração do presidente da mesa da assembleia geral dever ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	x		Capítulo I – I.3.
I.2. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA			
I.2.1. A antecedência imposta para a receção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das ações para a participação em assembleia geral não deve ser superior a cinco dias úteis.		Não aplicável	Capítulo 0 – 0.4.
I.2.2. Em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.		Não aplicável	Capítulo 0 – 0.4.
I.3. VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO			
I.3.1. As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adotado e admissível, ao voto por correspondência eletrónico.	x		Capítulo I – I.5.
I.3.2. O prazo estatutário de antecedência para a receção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.		Não aplicável	Capítulo I – I.5.
I.3.3. As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: *i*) tenham ações que não confiram o direito de voto; *ii*) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.		Não aplicável	Capítulo 0 – 0.4.
I.4. QUÓRUM DELIBERATIVO			
As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.		Não aplicável	Capítulo 0 – 0.4.
I.5. ATAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOTADAS			
Extratos de ata das reuniões da assembleia geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos acionistas no sítio na Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da assembleia geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na Internet da sociedade durante pelo menos três anos.	x		Capítulo I – I.6.

Recomendações	Adotada	Não Adotada ou Não Aplicável	Observações/Referências no Relatório do Governo Institucional
I.6. MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES			
I.6.1. As medidas que sejam adotadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus acionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral e alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.		Não aplicável	Capítulo 0 – 0.4.
I.6.2. Não devem ser adotadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.		Não aplicável	Capítulo 0 – 0.4.
II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO			
II.1. TEMAS GERAIS			
II.1.1. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA			
II.1.1.1. O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adotado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de atuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	x		Capítulo 0 – 0.3.
II.1.1.2. As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: *i*) fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos; *ii*) identificação dos principais riscos ligados à concreta atividade exercida e dos eventos suscetíveis de originar riscos; *iii*) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; *iv*) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efetivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; *v*) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia; *vi*) adoção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; *vii*) avaliação periódica do sistema implementado e adoção das modificações que se mostrem necessárias.	x		Capítulo II – II.9.1 e II. 9.2.
II.1.1.3. O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da sociedade.	x		Capítulo II – II.9.1 e II. 9.2.
II.1.1.4. As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: *i*) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade; *ii*) descrever a atuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.	x		Capítulo II – II. 9.2.

Recomendações	Adotada	Não Adotada ou Não Aplicável	Observações/Referências no Relatório do Governo Institucional
II.1.1.5. Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.	x		Capítulo 0 – 0.1.
II.1.2. INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA			
II.1.2.1. O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos.		Não aplicável	Não existem membros não executivos
II.1.2.2. De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.		Não aplicável	Não existem membros não executivos
II.1.2.3. A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.		Não aplicável	Não existem membros não executivos
II.1.3. ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO			
II.1.3.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.		Não aplicável	Capítulo 0 – 0.4.
II.1.3.2. O processo de seleção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.		Não aplicável	Não existem membros não executivos
II.1.4. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES			
II.1.4.1. A sociedade deve adotar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: *i*) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; *ii*) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	x		Capítulo II – II.7.
II.1.4.2. As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o Governo da Sociedade.	x		Capítulo II – II.7.
II.1.5. REMUNERAÇÕES			
II.1.5.1. A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma:			

Recomendações	Adotada	Não Adotada ou Não Aplicável	Observações/Referências no Relatório do Governo Institucional
(i) A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis pré-determinados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da empresa.	x		Capítulo II – II.5. e II.6. e Anexo ao Relatório do Governo Institucional
(ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	x		Capítulo II – II.5. e II.6. e Anexo ao Relatório do Governo Institucional
(iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	x		Capítulo II – II.5. e II.6. e Anexo ao Relatório do Governo Institucional
(iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.	x		Capítulo II – II.5. e II.6. e Anexo ao Relatório do Governo Institucional
(v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.		Não aplicável	Capítulo 0 – 0.4.
(vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.		Não aplicável	Capítulo 0 – 0.4.
(vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador.		Não aplicável	Capítulo 0 – 0.4.
(viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.		Não aplicável	Capítulo 0 – 0.4.
II.1.5.2. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administrações e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: *i*) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; *ii*) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.	x		Anexo ao Relatório do Governo Institucional
II.1.5.3. A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.	x		Anexo ao Relatório do Governo Institucional

Recomendações	Adotada	Não Adotada ou Não Aplicável	Observações/Referências no Relatório do Governo Institucional
II.1.5.4. Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.		Não aplicável	Capítulo 0 – 0.4.
II.1.5.6. Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais de acionistas.	x		Capítulo II – II.5.
II.1.5.7. Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.		Não aplicável	Não são devidas remunerações pelo exercício de funções em sociedades participadas
II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
II.2.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	x		Capítulo II – II.8.
II.2.2. O conselho de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: *i*) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; *ii*) definir a estrutura empresarial do grupo; *iii*) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	x		Capítulo II – II.2.
II.2.3. Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos acionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.		Não aplicável	Não existem membros não executivos
II.2.4. O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.		Não aplicável	Não existem membros não executivos
II.2.5. A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	x		Capítulo II – II.2.
II.3. ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINSTRAÇÃO EXECUTIVO			
II.3.1. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.		Não aplicável	Capítulo II – II.1.

Recomendações	Adotada	Não Adotada ou Não Aplicável	Observações/Referências no Relatório do Governo Institucional
II.3.2. O presidente da comissão executiva deve remeter, respetivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.		Não aplicável	Capítulo II – II.1.
II.3.3. O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.		Não aplicável	
II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL			
II.4.1. O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: *i*) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; *ii*) a estrutura empresarial do grupo; e *iii*) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às características especiais.		Não aplicável	Capítulo II – II.4.
II.4.2. Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objeto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	x		Capítulo II – II.3. e II.4.
II.4.3. Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	x		Capítulo II – II.3. e II.4.
II.4.4. O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respetiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.		Não aplicável	
II.4.5. O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.		Não aplicável	
II.4.6. Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de *compliance*) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adotem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.		Não aplicável	Todos os serviços reportam ao Conselho de Administração

Recomendações	Adotada	Não Adotada ou Não Aplicável	Observações/Referências no Relatório do Governo Institucional
II.5. COMISSÕES ESPECIALIZADAS			
II.5.1. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: *i*) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; *ii*) refletir sobre o sistema de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; *iii*) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.		Não aplicável	
II.5.2. Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimento e experiência em matérias de política de remuneração.	x		Capítulo II – II.5.
II.5.3. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação atual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	x		Capítulo II – II.5.
II.5.4. Todas as comissões devem elaborar atas das reuniões que realizem.	x		Capítulo II – II.5.
III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA			
III.1. DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO			
III.1.1. As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.		Não aplicável	Capítulo III – III.1.
III.1.2. A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: *a*) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; *b*) Estatutos; *c*) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; *d*) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso; *e*) Documentos de prestação de contas; *f*) Calendário semestral de eventos societários; *g*) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral; *h*) Convocatórias para a realização de assembleia geral.	x		Capítulo 0 – 0.1. Capitulo I – I.4. e I.6.
III.1.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	x		São celebrados contratos anuais

Recomendações	Adotada	Não Adotada ou Não Aplicável	Observações/Referências no Relatório do Governo Institucional
III.1.4. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	x		Capítulo III – III.2.
III.1.5. A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	x		Capítulo III – III.2.
IV. CONFLITOS DE INTERESSES			
IV.1. RELAÇÕES COM ACIONISTAS			
IV.1.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.		Não aplicável	
IV.1.2. Os negócios de relevância significativa com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art.º 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.		Não aplicável	

0.3. AVALIAÇÃO GLOBAL SOBRE O GRAU DE ADOÇÃO DE RECOMENDAÇÕES

Tendo em vista a apresentação do quadro anterior, e o conjunto de informações contidas ao longo do relatório, considera-se que o grau de adoção das recomendações está devidamente ajustado e em linha com valores como a ética, integridade e transparência, que a instituição se rege, bem como em conformidade com os normativos e disposições regulamentares em todos os atos de gestão, que tem o Conselho de Administração como órgão responsável pela gestão da instituição, definindo a sua estratégia, a sua estrutura organizativa, os seus objetivos e com um acompanhamento efetivo de toda a atividade.

0.4. ARGUMENTAÇÃO RELATIVA À NÃO ADOÇÃO OU NÃO APLICAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES

Temos procurado aperfeiçoar o modelo de governação, ponderando, sempre, as necessidades do mercado em geral e dos associados em particular.

Deste modo, na sequência do quadro apresentado no ponto 0.2., todas as recomendações não aplicáveis têm subjacente: o perfil jurídico da instituição, que não é uma sociedade comercial e o seu capital não se reparte em ações, e o cumprimento estatutário, no quadro da sua missão e finalidades.

CAPÍTULO I – ASSEMBLEIA GERAL

Compete à Assembleia Geral (AG), órgão institucional que reúne todos os associados efetivos do Montepio Geral, maiores, admitidos há mais de 2 anos:

- eleger ou destituir os titulares dos Órgãos Sociais;
- deliberar sobre o relatório de gestão do Conselho de Administração (CA), contas do exercício e parecer do Conselho Fiscal e, ainda, apreciar o relatório do Conselho Geral;
- deliberar sobre o programa de ação e orçamento apresentados pelo CA, e sobre o parecer do Conselho Fiscal;
- deliberar sobre a aplicação dos resultados;
- autorizar a constituição de fundos próprios não previstos, expressamente, nos Estatutos e o aumento de quaisquer fundos, quando tal não se inscreva na competência do Conselho de Administração;
- deliberar sobre a alteração dos Estatutos;
- eleger trienalmente e mandatar uma comissão com poderes para fixação das retribuições dos titulares dos Órgãos.

I.1. IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente e dois Secretários, sendo o Presidente substituído, nas suas faltas ou impedimentos, pelo 1.º Secretário e nas faltas ou impedimentos deste, pelo 2.º Secretário. A identificação dos membros da Mesa da Assembleia Geral está exposta no ponto 1. do relatório de gestão.

I.2. MANDATOS DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

À semelhança dos restantes membros dos órgãos associativos os membros da Mesa da Assembleia Geral são eleitos trienalmente, sendo permitida a sua eleição por mais de três mandatos sucessivos. Os atuais membros foram eleitos a 11 de dezembro de 2009 para o triénio 2010-2012.

I.3. REMUNERAÇÃO DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Em 2011, tal como no ano anterior, a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, auferida em senhas de presenças, cifrou-se no valor unitário de 813,75 euros.

I.4. REGRAS DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA

O funcionamento das Assembleias Gerais é regido por um Regulamento próprio, em complemento dos Estatutos do MG-AM e da CEMG.

Ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral compete, em especial, convocar a Assembleia Geral, extraordinária ou ordinária, com a antecedência mínima de quinze dias, e dirigir os trabalhos. Aos Secretários cabe, em especial, lavrar as atas das sessões e emitir as respetivas certidões.

Para o exercício das suas funções são facultados ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral os meios logísticos e humanos necessários, dispondo também do apoio do Secretário da Instituição e dos respetivos serviços.

A Assembleia Geral sob forma ordinária não poderá reunir, em primeira data da convocação, sem estarem presentes, pelo menos, metade dos associados. Em segunda convocação, a Assembleia pode deliberar, decorrida uma hora, seja qual for o número de associados.

Todavia, as deliberações sobre a reforma ou alteração dos estatutos, fusão, cisão, transformação e incorporação de ou na Caixa Económica exigem a presença de, pelo menos, dois terços de todos os seus associados, em primeira convocação, e com qualquer número de associados, em segunda convocação, dentro de vinte dias mas não antes de quinze.

Antes da realização da Assembleia Geral, o Montepio publicita a respetiva convocatória na imprensa diária, para além da sua disponibilização aos associados no portal interno *Intranet* e no sítio da *Internet*. Tratando-se de prestação de contas anuais são igualmente publicadas no *site* da CMVM, via *Extranet*.

Em 2011, realizaram-se duas Assembleias Gerais ordinárias e três Assembleias Gerais extraordinárias.

I.5. EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO

Nos termos estatutários, o exercício do direito de voto é efetivado, quer presencialmente, quer por correspondência, neste último caso, se se tratar de eleição dos órgãos sociais e de acordo com o estipulado nos Estatutos.

A assistência e participação nas Assembleias Gerais têm subjacente um conjunto de regras, de acordo com as disposições estatutárias.

De acordo com o disposto nos Estatutos do MG-AM, pode haver várias categorias de associados.

No entanto, só os associados efetivos, isto é, as pessoas individuais que reúnam determinados pressupostos, como serem admitidos há mais de 2 anos, maiores e cumprirem as disposições legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis, podem participar na Assembleia Geral e exercer o direito de voto, quer presencial, quer por correspondência, em termos iguais.

Além da convocatória publicada nos jornais, nos termos da lei, os membros da Assembleia Geral são informados da sua realização por notícias divulgadas no sitio da *Internet* da Instituição, onde se faz igualmente a publicação dos principais documentos a ser apreciados e votados, e ainda, através de comunicação escrita expedida, sem carácter vinculativo, para as suas residências.

Paralelamente, são colocados à disposição dos membros da Assembleia, na sede, e com a antecedência mínima de quinze dias sobre a realização da Assembleia Geral, todos os documentos inerentes à ordem de trabalhos.

Através do aviso convocatório é indicado de forma clara não apenas a data, hora e local da realização da Assembleia Geral, mas ainda a informação sobre os locais onde os associados podem obter esclarecimentos e são rececionados os votos, quando a votação é feita por correspondência.

De igual modo, são enviadas aos associados as peças documentais que lhes permitem exercer o direito de voto por correspondência.

Por ocasião da eleição dos órgãos associativos e institucionais, a eleição do associado-trabalhador, que integra o Conselho Fiscal, é concretizada através de voto eletrónico por recurso a uma aplicação disponibilizada no portal interno *Intranet*, em conformidade com as regras legais e estatutárias aplicáveis.

Não existe, ainda, um sistema que proporcione o exercício do direito de voto por meios eletrónicos para a eleição dos restantes órgãos associativos.

I.6. INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES TOMADAS EM ASSEMBLEIAS GERAIS

O Montepio disponibiliza no sítio da *Internet* as deliberações das assembleias gerais, quer ordinárias, quer extraordinárias. Estas informações são conservadas no acervo histórico, durante cinco anos.

Por ocasião da prestação de contas anuais são também divulgadas no *site* da CMVM.

CAPÍTULO II – ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

II.1. COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS INSTITUCIONAIS

Os órgãos associativos e institucionais em que estão presentes as mesmas pessoas físicas quer quanto ao Montepio Geral – Associação Mutualista (MG-AM), quer à Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), e constituem o modelo de governo do Montepio, são: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e ainda um órgão com funções dominantemente consultivas designado por Conselho Geral.

Não existe a designada comissão executiva, cabendo ao Conselho de Administração exercer essa função, e existe uma comissão especializada que é a Comissão de Vencimentos, para além da existência de determinadas unidades da estrutura orgânica que desempenham o papel de controlo interno, de gestão dos riscos, de sistemas de informação.

II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o órgão responsável pela gestão do Montepio Geral – Associação Mutualista e da Caixa Económica Montepio Geral, eleito em Assembleia Geral, tal como os restantes titulares dos órgãos institucionais.

Composição

O Conselho de Administração é composto por membros executivos, um Presidente e quatro Vogais, com um mandato de três anos, sendo permitida a sua reeleição.

Competências

Compete-lhe, nomeadamente:

- elaborar anualmente o relatório e contas e a proposta de distribuição de resultados, bem como o programa de ação e orçamento para o ano seguinte;
- deliberar sobre o aumento de capital institucional e sobre a emissão de títulos representativos de unidades do fundo de participação, dentro dos limites estatutariamente permitidos;
- deliberar sobre a abertura e encerramento de sucursais e de qualquer outra forma de representação;
- deliberar sobre a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis.

Funcionamento

O Conselho de Administração funciona colegialmente, podendo deliberar desde que esteja presente a maioria dos seus titulares e reúne, pelo menos, duas vezes por semana. As decisões são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes, tendo o Presidente direito a voto de qualidade.

O Conselho de Administração pode constituir mandatários, para representar as Instituições em quaisquer atos e contratos, definindo a extensão dos respetivos mandatos.

Em caso de vacatura da presidência, os Vogais elegem entre si um substituto até ao preenchimento da vaga (n.º 2 do artigo 22.º dos Estatutos).

Distribuição de Pelouros

De acordo com a estrutura orgânica, os pelouros do órgão de administração estão distribuídos do seguinte modo:

António Tomás Correia

Secretariado-Geral; Direção de Planeamento, Estudos e Contabilidade; Direção de Novos Negócios e Apoio ao Conselho; Gabinete de Estratégia Financeira do Grupo; Gabinete de Relações Públicas Institucionais; Gabinete de Responsabilidade Social; Finibanco, SA; Finibanco Angola; Finibanco Holding SGPS, SA; Finibanco Vida, SA; Finisegur, SA; Lusitania Companhia de Seguros SA; Lusitania Vida – Companhia de Seguros SA.

José de Almeida Serra

Direção de Análise de Crédito; Direção de Auditoria e Inspeção; Direção Central de Compras; Direção Financeira e Internacional; Direção de Risco; Gabinete de *Compliance*; Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista; Gabinete de Dinamização Associativa; Finivalor, SA; Futuro, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA; Montepio Gestão de Ativos, SGFI, SA; Residências Montepio, Serviços de Saúde, SA.

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Direção Comercial Grande Porto; Direção Comercial Norte; Direção de Desenvolvimento Organizacional; Direção de Operações; Direção de Sistemas de Informação; Direção de Serviços Partilhados.

Eduardo José da Silva Farinha

Direção Comercial Centro; Direção Comercial Grande Lisboa; Direção Imobiliária e de Instalações; Direção de Contencioso; Direção de Recursos Humanos; Direção de Desenvolvimento de Serviços de Apoio; Bolsimo, Gestão de Ativos, SA; Finimóveis, SA; Germont, Empreendimentos Imobiliários, SA; Leacock (Seguros), Lda; Lestinvest SGPS; Montepio Geral – Investimentos Imobiliários, SA; Montepio Geral – Recuperação de Crédito, A.C.E.

Álvaro Cordeiro Dâmaso

Direção de Assessoria Jurídica e Fiscal; Direção Comercial de Empresas e Instituições; Direção Comercial de Lisboa e Regiões Autónomas; Direção Comercial Novas Agências; Direção Comercial Sul; Direção de Marketing; Gabinete de Procuradoria do Cliente; Finicrédito, SA.

Cada pelouro tem membros substitutos e sempre que se verifique uma reorganização orgânica, procede-se a uma redistribuição de pelouros.

Qualificações Profissionais dos Membros do Conselho de Administração

António Tomás Correia – Presidente

Formação Académica: Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa

Experiência Profissional: **Entre 1995 e 2003** Administrador da CGD
Entre 2004 e 30 de Abril de 2008 Administrador do Montepio
Desde 1 de Maio de 2008 Presidente do Conselho de Administração do Montepio

José de Almeida Serra – Vogal

Formação Académica: Licenciado em Economia pelo ISCEF e pós-graduação pelo *Massachusetts Institute of Technology*

Experiência Profissional: Administrador do IPE
Administrador do Banco Pinto & Sotto Mayor
Entre 1999 e 2003 Administrador da SOGRUPO (Grupo CGD)
Desde 2004 Administrador do Montepio

Rui Manuel Silva Gomes do Amaral – Vogal

Formação Académica: Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia

Experiência Profissional: **Entre 2000 e 2006** Administrador do Banif-Banco Internacional do Funchal, SA, e de um conjunto de empresas deste grupo financeiro.
Desde Janeiro de 2007 Administrador do Montepio

Eduardo José da Silva Farinha – Vogal

Formação Académica: Licenciado em Finanças pelo ISCEF

Experiência Profissional: **Entre 1996 e 2006** Presidente do Conselho de Administração da Credivalor – Soc. Parabancária de Valorização de Créditos, SA.
Desde Janeiro de 2007 Administrador do Montepio

Álvaro Cordeiro Dâmaso – Vogal

Formação Académica: Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa

Experiência Profissional: Presidente da Bolsa de Valores de Lisboa (BVL) – **3 anos**
Presidente do ICP – ANACOM **durante 3 anos**
Presidente do Conselho Consultivo da ANACOM **durante 5 anos**
Entre 2006/2007 Gerente da Melo Abreu, Lda.
Entre 2007/2009 Presidente da Agência de Promoção do Investimento dos Açores
Desde Janeiro de 2010 Administrador do Montepio

Funções exercidas pelo Conselho de Administração em Empresas Participadas

Presidente: António Tomás Correia

Presidente do Conselho de Administração da Lusitania, Companhia de Seguros, SA
Presidente do Conselho de Administração da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA
Presidente do Conselho de Administração do Finibanco – Holding, SGPS, SA
Presidente do Conselho de Administração do Finibanco, SA
Presidente do Conselho de Administração do Finibanco Angola

Vogal: José de Almeida Serra

Presidente do Conselho de Administração das Residências Montepio, Serviços de Saúde, SA
Presidente do Conselho de Administração do Montepio Gestão de Ativos – SGFI, SA
Presidente do Conselho de Administração da Futuro – Soc. Gestora de Fundos de Pensões, SA
Presidente do Conselho de Administração do Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, SA (IFI)
Vogal do Conselho de Administração do Finibanco – Holding, SGPS, SA
Vogal do Conselho de Administração do Finibanco, SA
Membro da Comissão de Vencimentos da SAGIES – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, SA

Vogal: Rui Manuel Silva Gomes do Amaral

Vogal do Conselho de Administração da SAGIES – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, SA
Vogal do Conselho de Administração da SIBS – Soc. Interbancária de Serviços, SA
Vogal da Comissão de Vencimentos da Clínica CUF Belém, SA
Vogal do Conselho de Administração do Finibanco – Holding, SGPS, SA
Vogal do Conselho de Administração do Finibanco, SA

Vogal: Eduardo José da Silva Farinha

Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Montepio Gestão de Ativos – SGFI, SA
Presidente do Conselho de Administração do MG Investimentos Imobiliários, SA
Presidente do Conselho de Gerência da Leacock Seguros, Lda.
Presidente do Conselho de Administração da Finivalor – Soc. Gestora de Fundos Mobiliários, SA
Vogal do Conselho de Administração da Clínica CUF Belém, SA
Vogal do Conselho de Administração do Finibanco – Holding, SGPS, SA
Vogal do Conselho de Administração do Finibanco, SA

Vogal: Álvaro Cordeiro Dâmaso

Presidente do Conselho de Administração da Finicrédito – Instituição Financeira de Crédito, SA
Presidente do Conselho de Administração da Finimóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares, SA
Presidente do Conselho de Administração da Lestinvest, SGPS, SA
Vogal do Conselho de Administração do Finibanco – Holding, SGPS, SA
Vogal do Conselho de Administração do Finibanco, SA

II.3. CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é o órgão que exerce o controlo e fiscaliza a atividade do MG-AM e da CEMG.

Composição

O Conselho Fiscal, composto por um Presidente e dois Vogais, deve, em regra, integrar um Revisor Oficial de Contas e um outro elemento que é indigitado pelos trabalhadores nos termos do artigo 28.º dos Estatutos.

Competências

As principais competências do Conselho Fiscal são as seguintes:

a) Fiscalizar a administração da Instituição;

b) Vigiar pela observância da Lei e dos Estatutos;

c) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;

d) Elaborar, anualmente, um relatório sobre a sua ação e dar parecer sobre o relatório, as contas, as propostas, o orçamento e o programa de ação apresentados pelo Conselho de Administração.

O Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, para além de integrar o Relatório e Contas anual, é objeto de divulgação, em conjunto com os documentos de prestação de contas no sítio da *Internet*.

Funcionamento

De acordo com o disposto nos Estatutos, o Conselho Fiscal reúne, pelo menos, uma vez por mês e só pode deliberar desde que esteja presente a maioria dos seus titulares, tendo o Presidente direito a voto de qualidade. Em 2011, o Conselho Fiscal reuniu doze vezes, das quais foram elaboradas as atas respetivas.

II.4. CONSELHO GERAL

O Conselho Geral é composto pelos titulares da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como por vogais eleitos entre os membros da Assembleia Geral, competindo-lhe, designadamente, a orientação estratégica e, sob proposta do Conselho de Administração, a aprovação das linhas gerais de orientação dos planos plurianuais de ação e suas atualizações.

Anualmente, é elaborado um relatório, apreciado em Assembleia Geral, e divulgado em conjunto com os documentos de prestação de contas, no sítio da *Internet*.

Em 2011, o Conselho Geral reuniu dez vezes, tendo auferido uma remuneração em senhas de presença pelas reuniões em que participaram, excluindo o Conselho de Administração.

II.5. REMUNERAÇÃO

As remunerações dos órgãos associativos e institucionais são fixadas por uma Comissão de Vencimentos que, à semelhança do que sucede com os restantes membros dos órgãos associativos, foi eleita em Assembleia Geral, para o mandato 2010-2012.

Os atuais membros da comissão de vencimentos são:

Presidente: Luis Eduardo Silva Barbosa
Vogal: António Francisco Espinho Romão
Vogal: José Joaquim Fragoso

Nenhum dos membros da Comissão é membro do órgão de administração, seu cônjuge, parente ou afim em linha reta até ao 3.º grau, inclusive. São pessoas com conhecimentos e experiência em matérias de remuneração e não têm quaisquer contratos de trabalho, de prestação de serviços, de fornecimento ou de crédito com o Montepio, excetuando os possíveis créditos para aquisição de casa própria ou para pagamento de despesas de saúde.

A Comissão, no exercício da sua atividade, atende aos princípios constantes da «Declaração sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização», aprovada anualmente pela Assembleia Geral, proposta pelo Conselho de Administração, e posta em prática pelas deliberações da Comissão de Vencimentos.

Para além do exposto, a fixação das remunerações tem ainda em vista a avaliação das práticas e políticas aplicáveis à atividade do Montepio, bem como os critérios utilizados, que culminam na elaboração de um relatório anual a ser igualmente presente à Assembleia Geral e em que, pelo menos um dos Vogais da Comissão está presente.

A Comissão de Vencimentos reuniu uma vez em 2011, elaborando a ata respetiva.

II.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

De acordo com a política de remunerações aprovada e a vigorar em 2011, a remuneração auferida pelo Conselho de Administração, que não sofreu aumentos em relação ao ano anterior, foi a seguinte:

(euros)

	2011 **Valor**
António Tomás Correia – Presidente	447 662,80
José de Almeida Serra	395 537,81
Rui Manuel Silva Gomes do Amaral	400 467,77
Eduardo José da Silva Farinha	395 537,81
Álvaro Cordeiro Dâmaso	394 878,72
TOTAL	**2 034 084,91**

Em relação ao órgão de fiscalização, foi auferida uma remuneração mensal ilíquida no valor de 5 500,00 euros para o Presidente, e de 5 000,00 euros para cada um dos vogais, para além das senhas de presença no valor de 813,75 euros para o Presidente e de 712,03 euros para os restantes membros.

Em anexo, junta-se a proposta de política de remunerações a apresentar à Assembleia Geral, e que se propõe vigorar para o ano de 2012.

Outra informação quantitativa

Considerando as responsabilidades atribuídas aos quadros diretivos (Diretor, Diretor-Adjunto e Subdiretor) com impacto material sobre o perfil de risco da Instituição – auditoria interna, gestão de riscos e *compliance*, apresentam-se as remunerações auferidas, em 2011, por esses colaboradores nas suas componentes fixa e variável:

Diretor Coordenador	Diretor	Diretor-Adjunto	Subdiretor	Assistente de Direção
1	5	4	4	1

Total n.º Colaboradores	**15**
Total Remuneração Fixa (euros)	1 205 267,05
Total Remuneração Variável (euros)	38 217,73
Peso Remuneração Variável	3,07%

II.7. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

O processo é da responsabilidade da Direção de Auditoria Interna que apoia o Conselho de Administração no cumprimento do exercício do poder disciplinar, em consequência de práticas que envolvam colaboradores do MG-AM e da CEMG que violem as normas em vigor, e identificando, com oportunidade, as áreas de maior relevância e risco, visando a eficácia da governação.

II.8. ORGANOGRAMA E UNIDADES DE ESTRUTURA

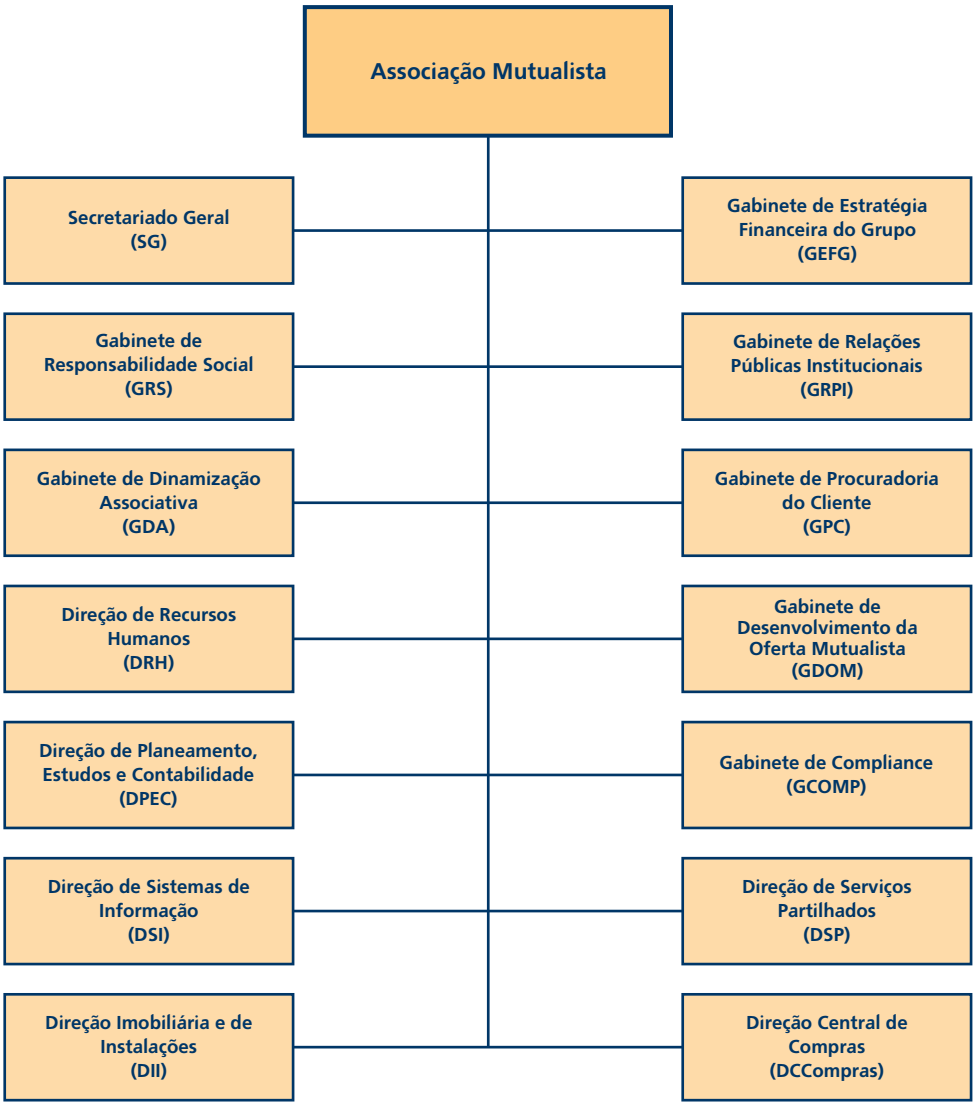
O modelo organizativo e a repartição de funções e responsabilidades entre as diferentes unidades orgânicas é da responsabilidade do Conselho de Administração, o qual define o modelo de estrutura organizacional e a repartição de funções entre as diversas unidades orgânicas.

Foi o que aconteceu em 2008, em que, após a criação do modelo designado por Centro Corporativo, o MG-AM foi reposicionado como cabeça do Grupo Montepio (Caixa Económica Montepio Geral, Associação Mutualista e sociedades participadas).

Consequentemente, várias unidades orgânicas deixaram de estar integradas no estatuto orgânico da CEMG e passaram a estar na dependência do MG-AM.

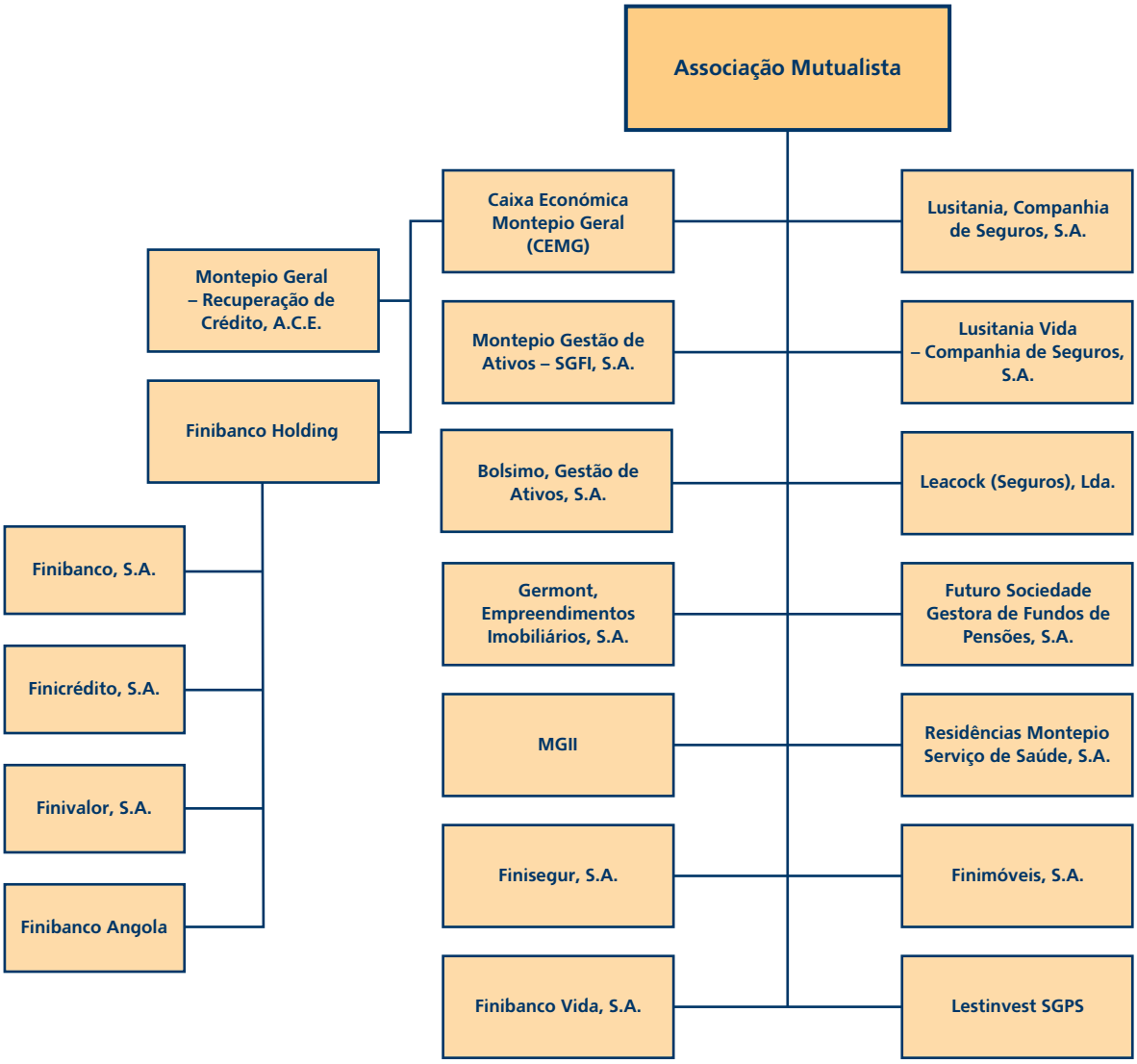
Foram, entretanto, efetuados vários reajustamentos à estrutura organizativa e a atual configuração do Centro Corporativo é a seguinte:

ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA – CENTRO CORPORATIVO

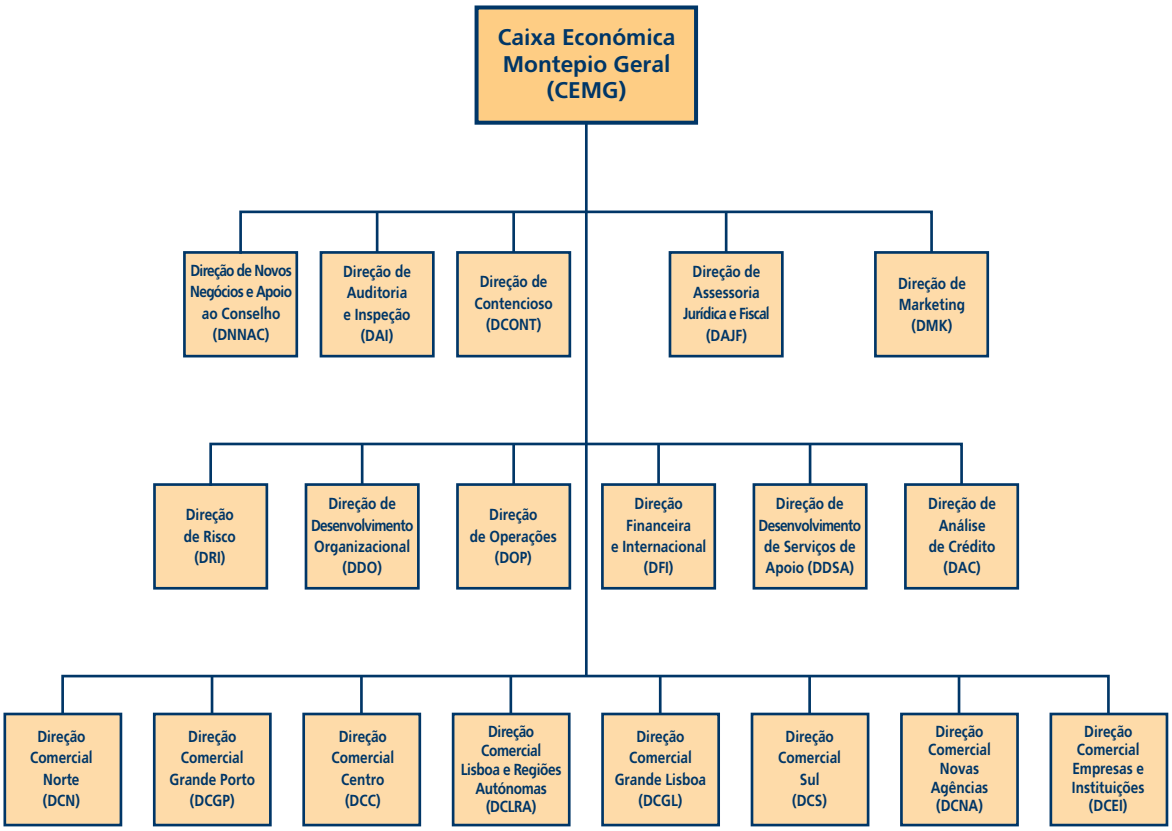


E os atuais estatutos orgânicos da Associação e da Caixa Económica Montepio Geral são os seguintes:

ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA



CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL



No contexto de reorganização orgânica agora apresentada, destacam-se, em 2011, a criação de novas Direções; a alteração de designação de outras e a desagregação de Direções, com a finalidade de dotar a Instituição de um conjunto de unidades diferenciadas pelo tipo de atividade que desenvolvem, e tendo em vista proporcionar instrumentos consonantes com as exigências, tanto do mercado bancário como das demais áreas de negócio.

II.9. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, aprova e revê anualmente os objetivos e linhas de orientação estratégica para o triénio seguinte e controla, permanentemente, a evolução global da Instituição, os riscos inerentes à atividade e a condução e execução dos vários projetos.

Em capítulo próprio, no Relatório de Gestão, consta uma descrição pormenorizada dos princípios, metodologias e instrumentos adotados na gestão dos vários riscos. No entanto, descrevem-se, em síntese, as metodologias utilizadas e a identificação das áreas funcionais responsáveis pelas funções de auditoria interna, de *compliance* e de gestão de riscos.

II.9.1. Sistema de Controlo Interno

O Conselho de Administração é responsável pela preparação do relatório sobre o Sistema de Controlo Interno, e pela implementação e manutenção de um sistema adequado e eficaz, que respeite os princípios definidos, como um componente fundamental no negócio e cultura organizacional.

O Conselho de Administração procede à sua avaliação tendo por base os mecanismos de avaliação da adequação e da eficácia do sistema de controlo interno estabelecidos e com o apoio das áreas funcionais: Direção de Auditoria e Inspeção, Direção de Risco e Gabinete de *Compliance*, bem como no trabalho complementar desenvolvido pela KPMG & Associados, SROC, na qualidade de Auditor Externo.

Assim sendo, a função de auditoria interna constitui parte integrante do sistema de monitorização contínua do controlo interno da Instituição, procedendo à verificação independente da adequação e do cumprimento das políticas definidas e atuando como coadjuvante da gestão de topo.

II.9.2. Sistema de Controlo de Riscos

No que diz respeito à gestão de riscos, a Direção de Risco (DRI) efetua a análise e a gestão de riscos, numa ótica de grupo, incluindo a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo dos riscos de crédito, de taxa de juro, de liquidez, cambial, de mercado e operacional.

No âmbito da função de gestão de riscos, a DRI garante os deveres de reporte às autoridades de supervisão, designadamente nos domínios dos requisitos de fundos próprios, grandes riscos, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco-país, risco de contraparte, *stress testing*, autoavaliação da adequação de Fundos Próprios e Disciplina de Mercado e risco de concentração.

No que respeita ao risco de *compliance*, o Gabinete de *Compliance* exerce a sua função de forma permanente e efetiva, autónoma e independente visando contribuir para que os órgãos de gestão, a estrutura organizativa e todos os colaboradores cumpram integralmente as disposições externas e internas vigentes.

No quadro dessa missão, o Gabinete de *Compliance* apoia o Conselho de Administração na definição e execução da política de *compliance* e de prevenção do branqueamento de capitais, contribuindo para a difusão duma cultura de *compliance* através da identificação e avaliação das diversas situações que concorrem para este tipo de risco.

Em 2011, para além da divulgação de informação relevante e participação em processos específicos de transposição de legislação, assume também especial relevo, entre outras, a ação e acompanhamento na criação da política de classificação e de segurança da informação, bem como no aperfeiçoamento e desenvolvimento de soluções informáticas dedicadas à gestão do risco de *compliance*.

CAPÍTULO III – INFORMAÇÃO E AUDITORIA

III.1. INFORMAÇÃO

A CEMG foi constituída com a finalidade de colocar à disposição do Montepio Geral – Associação Mutualista (MG-AM) os resultados dos seus exercícios, após as deduções estatutariamente previstas, para que este os aplique na satisfação dos seus fins, conforme o estipulado no artigo 4.º dos seus Estatutos.

Ainda nos termos do artigo 7.º dos Estatutos da CEMG, o capital institucional é permanente, não é exigível e não dá origem ao pagamento de juros ou dividendos.

O capital institucional constitui-se quer através da entrega de valores efetuada pelo MG-AM para esse fim e que ficam integrados no património da CEMG, quer pela incorporação de reservas da própria CEMG. Em 31 de dezembro de 2011, o capital institucional da CEMG era de 1 245 milhões de euros, e estava integralmente realizado.

Como foi referenciado no início deste relatório, a instituição divulga, no sítio da *Internet*, informação com periodicidade trimestral, semestral e anual para além da publicação de relatórios mensais e semanais de análise económica e de mercados financeiros, no âmbito do cumprimento das obrigações legais e regulamentares de reporte. Por outro lado, também a informação de natureza institucional relevante encontra-se disponível na área institucional.

Não possuindo o designado Gabinete de Apoio ao Investidor, o que se explica por a CEMG não ser uma entidade que recorra ao mercado para constituição do seu capital, existem serviços responsáveis pela divulgação da informação institucional e financeira.

III.2. AUDITORIA

A KPMG & Associados – SROC, SA é o Auditor Externo responsável pelos serviços de Auditoria e Revisão Oficial de Contas quer da Associação Mutualista quer da Caixa Económica Montepio Geral.

Os serviços prestados pela KPMG são em regime de completa independência funcional e hierárquica em relação ao Montepio, de acordo com as normas regulamentares e profissionais aplicáveis.

De acordo com a prática em exercícios anteriores, o contrato de prestação de serviços é celebrado anualmente e durante o ano de 2011, os honorários cobrados pela KPMG & Associados – SROC, SA, em relação aos vários serviços prestados ao Montepio Geral – Associação Mutualista, foram de 37 500,00 euros.

Em relação aos serviços prestados à Caixa Económica Montepio Geral os honorários cifraram-se em 1 100 860,72 euros. Estes montantes incluem os serviços de Auditoria.

ANEXO

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

A – Situação vigente

O art. 25.º *b*) e o art. 16.º *b*), respetivamente dos estatutos do MG-AM e da CEMG, preveem que compete à Assembleia Geral «eleger trienalmente e mandatar uma Comissão com poderes para fixação das retribuições dos titulares dos Órgãos (Associativos)». Sendo que a palavra «Associativos» só figura no texto dos estatutos do MG-AM.

A matéria específica das remunerações encontra-se apenas prevista no art. 50.º dos Estatutos do Montepio Geral, mas trata-se de regulamentação comunicável à CEMG pelo facto de as mesmas pessoas físicas deverem ser titulares dos equivalentes órgãos em ambas as instituições. Diz o referido art. 50.º que os membros do Conselho de Administração exercem as suas funções a tempo completo e que são remunerados, acrescentando que beneficiam «entre outras, das regalias reconhecidas aos empregados da Instituição».

As Comissões de Vencimentos têm sido regular e sucessivamente eleitas e têm aprovado a espécie e valor das retribuições devidas aos membros dos corpos sociais. Estas deliberações assentavam, ao princípio, no prudente critério dos membros da Comissão e, a partir da Assembleia Geral que em 2010 aprovou o Relatório e Contas relativos ao exercício de 2009, numa declaração sobre política de remuneração, que constituía um verdadeiro mandato conferido pela Assembleia à Comissão.

Esta modificação de orientação resultou da entrada em vigor do Regulamento n.º 1/2010 da CMVM, cujo art. 3.º impunha que se divulgasse no Relatório sobre Governo da Sociedade «a política de remuneração dos órgãos de administração e fiscalização».

A legislação portuguesa não fez mais do que acompanhar nesta matéria o ordenamento jurídico da União Europeia, onde se assiste a um progressivo adensamento das normas sobre estas matérias.

B – Recentes modificações normativas

Na esteira de mais recentes modificações verificadas a nível da UE, foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 88/2011 de 20 de julho alterações ao Decreto-Lei n.º 103/2007 de 3 de abril, de que resultaram as seguintes modificações capitais:

1. Estabeleceu-se que o Banco de Portugal poderia definir por Aviso, as regras a observar em matéria de políticas de remuneração das instituições sujeitas à sua supervisão (art. 6.º n.º 1);
2. Impôs-se às instituições de crédito o dever de comunicarem ao Banco de Portugal o número de colaboradores que auferissem rendimentos anuais iguais ou superiores a um milhão de euros, com as discriminações contidas na lei (art. 6.º n.º 2);
3. As instituições de crédito «significativas» (de acordo com determinados critérios a regulamentar) deveriam criar uma comissão de remunerações (Anexo, XI Políticas de remuneração, n.º 25, 1.ª parte);
4. A dita comissão de remunerações deveria ter uma composição que lhe permitisse formular juízos informados e independentes sobre as políticas e práticas de remuneração e sobre os incentivos criados para efeitos de gestão de riscos de capital e de liquidez (Anexo, XI Políticas de remuneração, n.º 25, 2.ª parte);
5. Foram estabelecidos determinados requisitos institucionais para a comissão de remunerações:
   - 5.1. – (competência) – preparar as decisões relativas à remuneração, incluindo as decisões que tenham implicações de riscos e de gestão de riscos da instituição de crédito, decisões que seriam tomadas pelo órgão societário competente (Anexo, XI Políticas de remuneração, n.º 26);
   - 5.2. – (composição) – a comissão deve ser constituída por um presidente e vogais, todos membros do órgão de administração, mas sem funções executivas (Anexo, XI Políticas de remuneração, n.º 26);
   - 5.3. – (critério de decisão) – comissão ao preparar as decisões deve ter em conta os interesses a longo prazo dos acionistas, dos investidores e de outros interessados (Anexo, XI Políticas de remuneração, n.º 26).

Em 9 de janeiro de 2012 foi publicado em DR o Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal que regulamenta a matéria em questão, conforme já previsto no Decreto-Lei.

Destacamos os seguintes pontos, dentro da mesma perspetiva de análise institucional:

1. (entidades abrangidas) – as instituições de crédito, as empresas de investimento, sucursais estabelecidas em Portugal de instituições de crédito e empresas de investimento com sede fora da União Europeia, que obviamente, estejam submetidas à supervisão do Banco de Portugal (art. 1.º n.º 1), desde que cumpram algum dos seguintes critérios (art. 7.º n.º 1):

   1.1 – Apresentem um número de trabalhadores superior a 1 500;

   1.2 – Incorram em custos anuais com remunerações de trabalhadores superiores a 15 000 000,00 de euros;

   1.3 – Incorram em custos anuais com a remuneração dos órgãos de administração e fiscalização superiores a 1 000 000,00 de euros;

   1.4 – Calculem os seus requisitos de fundos próprios através do recurso aos métodos previstos nos art. 14.º a 20.º do DL 104/2007;

   1.5 – Desenvolvam um tipo de atividade que tendo em conta a complexidade dos mercados e os instrumentos utilizados ou a natureza dos clientes, possa ser considerada de risco acrescido.

2. (estrutura competente para o desenvolvimento do processo de aplicação da política de remuneração) nas entidades abrangidas deve existir uma comissão de remunerações (art. 7.º n.º 1);

3. (entidade competente para deliberar sobre política de remunerações) em relação à remuneração dos membros dos órgãos de administração ou fiscalização, deve ser o órgão societário competente (art. 5.º n.º 1), que de acordo com o Código das Sociedades Comerciais (art. 399.º) tanto pode ser a assembleia-geral como uma comissão por ela nomeada; porém, em relação aos colaboradores a entidade competente para aprovar a respetiva política de remuneração deve ser o órgão de administração (art. 5.º n.º 2);

4. (composição da comissão) não definida (ver DL); todavia entende-se que para além dos membros, propriamente ditos, da comissão, devem intervir no processo «pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções de controlo [*compliance*, gestão de riscos, auditoria interna – art. 2.º *f*)] e, sempre que necessário, de recursos humanos, assim como peritos externos» (art. 5.º n.º 3).

5. (condições de idoneidade dos membros) «a maioria dos membros da comissão de remunerações deve ser independente» (art. 7.º n.º 2); entendendo-se por tal não estar associado a qualquer grupo de interesses específicos na instituição, nem se encontrar em alguma circunstância suscetível de afetar a sua decisão de análise ou de decisão, o que pode ocorrer, a título de exemplo, se for titular de uma participação igual ou superior a 2% do capital social da empresa, ou se tiver sido reeleito para mais de dois mandatos de forma contínua ou intercalada (art. 7.º n.º 3).

6. (condições de capacidade dos membros) pelo menos um dos membros deve «possuir qualificação profissional específica para o exercício das funções, nomeadamente conhecimentos ou experiência profissional na área da gestão do risco ou para efeitos do exercício de funções de controlo, especificamente no que diz respeito à preparação ou implementação de mecanismos de alinhamento de estruturas de remuneração da instituição com o respetivo perfil de risco (art. 7.º n.º 2).

7. (competência):

   7.1 – Aprovar a política de retribuições, se for competente face à lei e estatutos (art. 5.º n.º 1 e 7.º n.º 1);

   7.2 – Preparar e dirigir o processo de aprovação da política de remunerações [art. 5.º n.º 3 e 7.º n.º 4 *a*)] e com especial enfoque nas dos colaboradores com retribuição total mais elevada [art. 7º n.º 4 *a*)];

   7.3 – Prestar apoio necessário e efetuar recomendações para efeitos da aprovação da política geral de remuneração da instituição, se não lhe couber a competência para a aprovar [art. 7.º n.º 4 *b*)];

   7.4 – Recorrer, por iniciativa própria, aos serviços de consultoria externa, segundo um critério de proporcionalidade e prudência [art. 7.º n.º 4 *c*)];

   7.5 – «Rever as conclusões dos serviços de consultoria externa, que o órgão societário competente tenha decidido contratar» [art. 7.º n.º 4 *d*)];

   7.6 – «Testar a capacidade de reação do sistema implementado face a eventos externos recorrendo a um conjunto de possíveis cenários bem como promover o teste retroativo do modelo utilizado para esse efeito» [art. 7.º n.º 4 *e*)];

   7.7 – Assegurar, de acordo com a lei, a realização de uma revisão com periodicidade mínima anual, da política de remuneração da instituição e que a sua implementação dá satisfação aos requisitos previstos na lei [art. 7.º n.º 4 *f*)];

7.8 – Elaborar anualmente um parecer fundamentado a apresentar à assembleia-geral sobre a adequação da política de remunerações com o conteúdo mínimo previsto na lei (art. 7.º n.º 7);

7.9 – Prestar à assembleia-geral as informações que lhe forem solicitadas, estando presente nas sessões em que a política de remunerações conste da ordem do dia (art. 7.º n.º 7).

8. (periodicidade das reuniões) frequência mínima anual (art. 7.º n.º 8).

9. (prova das deliberações) através de atas (art. 7.º n.º 8).

C – Implicações para o Montepio

A obrigatoriedade da aplicação deste regime reduz-se à CEMG, sendo, porém, normal que o MG-AM a acompanhe.

A matéria deve ser consagrada nos estatutos e de forma mais extensa do que sucede atualmente, onde a referência à comissão de vencimentos se resume à previsão da sua eleição pela assembleia-geral, não sendo porém necessário verter para os estatutos toda a matéria da lei.

DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO PARA 2012

1 – As regras genéricas e fundamentais da política de remuneração são fixadas pela Assembleia Geral e aplicadas às situações concretas por uma Comissão de Vencimentos, eleita nos termos do art. 16.º *b*) dos Estatutos, não havendo recurso nestas matérias a consultores externos.

2 – O desempenho dos órgãos de administração e fiscalização é apreciado pela Assembleia Geral.

3 – O estatuto remuneratório dos membros do órgão de administração é constituído por:

a) Remuneração fixa mensal, paga em dobro nos meses de janeiro (subsídio de férias) e novembro (subsídio de Natal), diferenciada, por acréscimo, em relação ao Presidente do Conselho de Administração e equivalente no que respeita aos demais membros;

b) Subsídio anual de montante fixo, pago no mês de abril, de montante que não excede 11% da remuneração fixa anual;

c) Ajudas de custo, em caso de deslocação, pagas em condições idênticas às que são devidas aos membros do quadro de pessoal;

d) Eventualmente, por uma gratificação especial a atribuir, em condições de distribuição e com critérios idênticos aos aplicados aos Diretores de primeira linha;

e) Esta remuneração variável nunca pode exceder 20% da remuneração fixa anual;

f) As remunerações referidas em *a*) e *c*) podem ser revistas anualmente nas mesmas condições em que forem revistas as remunerações do quadro de pessoal;

g) No termo das suas funções têm os membros do órgão de administração direito a receber a remuneração mensal até ao dia do termo das funções, acrescida do que mais for devido, por aplicação analógica do regime em vigor para o contrato de trabalho;

h) No caso de destituição sem justa causa têm os membros do órgão de administração direito a receber as remunerações mensais que lhes fossem devidas até ao termo do exercício das suas funções;

i) Não são devidas remunerações pelo exercício de funções em participadas, quer pagas por estas, quer pela CEMG.

4 – A remuneração dos membros do órgão de fiscalização é constituída por uma remuneração mensal ilíquida, paga 14 vezes, sendo a do Presidente superior às dos restantes membros, para além das senhas de presença. Aplica-se a esta remuneração o disposto na alínea *f*) do número antecedente.

5 – Os restantes membros dos órgãos associativos: titulares da Mesa da Assembleia Geral e titulares do Conselho Geral, a que se refere a alínea *b*) do número 1 do artigo 20.º dos Estatutos, são remunerados, em senhas de presença, pelas reuniões em que participem.

14. Anexos

14.1. CONFORMIDADE DAS RECOMENDAÇÕES DO *FINANCIAL STABILITY FORUM* (FSF) E DO *COMMITEE OF EUROPEAN BANKING SUPERVISERS* (CEBS), REFERENTE À TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO E À VALORIZAÇÃO DE ATIVOS (CARTA CIRCULAR N.º 58/2009/DSB, DO BANCO DE PORTUGAL)

A Carta Circular n.º 58/2009/DSB do Banco de Portugal estabelece a necessidade das instituições continuarem a dar adequado cumprimento às recomendações do FSF e do CEBS, referentes à transparência da informação e à valorização de ativos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade.

Algumas das recomendações já estarão abordadas ao longo deste Relatório e Contas ou nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, pelo que, quando tal suceder, far-se-á remissão para tais documentos.

I. MODELO DE NEGÓCIO

1. Descrição do modelo de negócio

Nos pontos 4.3 e 7.1 deste Relatório e Contas (RC), apresenta-se a descrição do modelo de negócio e a evolução das atividades e negócios.

2. Descrição das estratégias e objetivos

No ponto 4.3 do RC apresenta-se a Visão e as Prioridades Estratégicas para o Grupo Montepio seguidas em 2011 e definidas a médio prazo, bem como a análise do cumprimento das orientações estratégicas da Associação Mutualista e da Caixa Económica. Inclui ainda a explicitação das Linhas de Orientação Estratégicas para a Caixa Económica em 2012, com vista à concretização das metas estratégicas com vista à preservação da sua competitividade e o seu desenvolvimento sustentável.

3., 4. e 5. Atividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

Nos pontos 7.1 e 7.3 do RC é feita a descrição do desenvolvimento das atividades e a sua contribuição para o negócio. Também nas Notas às Demonstrações Financeiras referente ao Reporte por Segmentos, é apresentado o contributo de cada atividade.

II. RISCOS E GESTÃO DE RISCOS

6. e 7. Descrição e natureza dos riscos e práticas de gestão

Nos pontos 4.6 e 7.2 do RC e nas Notas às Demonstrações Financeiras apresenta-se a descrição e a quantificação dos diversos riscos incorridos, bem como das práticas de acompanhamento, de recuperação e de controlo adotadas para a minimização dos mesmos.

III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8., 9., 10. e 11. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas e impacto dos *write-downs* e decomposição dos *write-downs*

Nos pontos 7.2 e 7.3 do RC é abordada a questão das imparidades relacionadas com a evolução dos mercados financeiros.

Também no ponto 7.2 e, no âmbito da análise dos Resultados e das Provisões e Imparidades, dá-se nota do valor da imparidade da carteira de títulos.

Nas Notas às Demonstrações Financeiras também se faz referência ao impacto das imparidades.

12. e 13. Decomposição dos *write-downs* entre montantes realizados e não realizados e impacto na cotação das ações da entidade.

Não aplicável.

14. Divulgação do risco de perda máxima associada ao prolongamento da turbulência financeira.

No ponto 7.2 do RC («Risco de Taxa de Juro» e «Testes de Esforço») estão referenciadas de forma global estas questões.

15. Divulgação do impacto que a evolução dos *spreads* associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados.

Nas Notas às Demonstrações Financeiras é apresentada informação que se considera suficiente, tendo em conta o âmbito pretendido.

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições «vivas».

Nas Notas às Demonstrações Financeiras apresentam-se os valores desdobrados por nocional, balanço e justo valor.

17. Informação sobre mitigantes de risco de crédito (e.g. através de *credit default swaps*) e o respetivo valor das exposições existentes.

Nas Notas às Demonstrações Financeiras é apresentada a informação sobre os mitigantes de riscos de crédito referentes aos ativos e passivos ao justo valor através de resultados.

18. Divulgação detalhada sobre as exposições.

Considera-se que a informação constante dos pontos 7.2 e 7.3 do RC e das Notas às Demonstrações Financeiras responde a esta questão.

19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, compras, *write-downs*, etc.).

A informação constante das Notas às Demonstrações Financeiras contempla a resposta a este assunto.

20. Explicações acerca das exposições (incluindo «veículos» e, neste caso, as respetivas atividades) que não tenham sido consolidadas (ou que não tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas.

No ponto 7.3 do RC e nas Notas às Demonstrações Financeiras, o ponto referente a «Securitização de ativos» apresenta uma descrição detalhada sobre as diversas operações de titularização realizadas e os respetivos «veículos», ou seja, *Special Purpose Vehicle* (SPV).

21. Exposição a seguradoras de tipo «monoline» e qualidade dos ativos segurados.

Não aplicável.

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

22., 23., 24. e 25. Classificação das transações e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos, consolidação dos *Special Purpose Vehicle* (SPV), divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros e descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

As Notas às Demonstrações Financeiras contemplam informação detalhada sobre estas questões.

VI. OUTROS ASPETOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro.

Um dos objetivos do sistema de controlo interno do Montepio é o de assegurar o cumprimento das normas prudenciais em vigor, a fiabilidade de informação e os prazos de reporte para as diversas entidades externas.

O Montepio tem vindo a seguir a prática de concentrar a responsabilidade de reporte de informação para Entidades Externas nos Órgãos especializados nas respetivas matérias, tendo em conta as suas funções e atividades e recorrendo para o efeito, sempre que possível, a ferramentas de suporte tecnologicamente evoluídas, a fim de minimizar os erros e omissões e garantir níveis elevados de fiabilidade e tempestividade da informação.

14.2. RELATÓRIO ATUARIAL DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS

1. ENQUADRAMENTO

O presente Relatório abrange as modalidades atuariais do Montepio Geral – Associação Mutualista (AM) com reservas matemáticas, as rendas vitalícias e as rendas temporárias[1]. Toda a informação apresentada reporta a 31 de dezembro de 2011.

As reservas matemáticas de cada modalidade associativa e das rendas vitalícias são calculadas com as bases técnicas atuariais aprovadas pela Tutela[2]. As reservas matemáticas calculadas desta forma, adiante denominadas de Reservas Matemáticas Estatutárias, são as únicas que a AM tem obrigatoriedade de constituir.

Contudo, algumas modalidades e rendas vitalícias, pela natureza do seu benefício, que assume maioritariamente a forma de prestação vitalícia, poderão estar sujeitas a uma subavaliação das suas responsabilidades, por desatualização das bases técnicas.

Neste contexto, é anualmente efetuado um teste à adequação das Reservas Matemáticas Estatutárias, que consiste em recalculá-las utilizando taxas técnicas de juro e tábuas de mortalidade mais adequadas à realidade atual.

Este teste, que tem vindo a ser realizado desde 2005, permite avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar constituindo uma provisão adicional às Reservas Matemáticas Estatutárias. Este valor de provisão adicional, constituído no final de cada ano, é adiante denominado de Reservas Matemáticas Atuariais.

Em 31 de dezembro de 2011, o total de Reservas Matemáticas Estatutárias era de 407,4 milhões de euros, tendo registado um aumento de 7,4 milhões de euros durante o ano de 2011.

Na sequência do teste à adequação das responsabilidades realizado anualmente, a AM constituiu um reforço de reservas matemáticas no montante de 4,0 milhões de euros e libertou 9,0 milhões de euros da provisão adicional constituída, situando-se o valor das Reservas Matemáticas Atuariais, em 31 de dezembro de 2011, nos 59,5 milhões de euros.

O valor total das reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) atingiu, em 31 de dezembro de 2011, os 466,9 milhões de euros, ou seja, mais 2,4 milhões de euros do que em período homólogo de 2010.

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

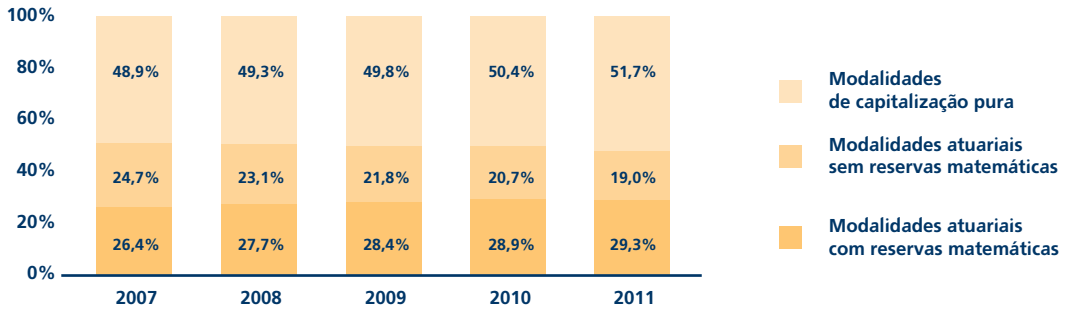
2.1. Análise Global

Em 31 de dezembro de 2011, o número de subscrições nas modalidades associativas da AM era de 853 807, o que representa um crescimento de 5,9% relativamente a 31 de dezembro de 2010. Neste número estão incluídas 6 315 subscrições em coberturas adicionais.

No gráfico seguinte pode-se observar a evolução das subscrições nas modalidades associativas nos últimos cinco anos, agrupando as modalidades em três categorias:

- Modalidades atuariais com reservas matemáticas[3];
- Modalidades atuariais sem reservas matemáticas[4];
- Modalidades de capitalização pura[5].

SUBSCRIÇÕES POR MODALIDADE



1. As rendas temporárias foram implementadas em novembro de 2011.
2. Ministério da Solidariedade e da Segurança Social – Direção Geral da Segurança Social.
3. Não se inclui nesta análise gráfica as rendas vitalícias por não serem uma modalidade associativa.
4. Garantia de Pagamento de Encargos, Garantia de Pagamento de Encargos I e Garantia de Pagamento de Encargos II.
5. Capitais de Reforma, Capitais de Reforma por Prazo Certo e Poupança Reforma.

Da sua análise constata-se que o peso das modalidades atuariais com reservas matemáticas no total de subscrições tem vindo a crescer, representando atualmente 29,3% do total de subscrições (face a 28,9% em 2010).

Também nas modalidades de capitalização pura, o número de subscrições continua a aumentar, mantendo a tendência dos últimos anos, tendo atualmente um peso de 51,7% (face a 50,4% em 2010).

2.2. Modalidades Atuariais sem Reservas Matemáticas

As modalidades atuariais sem reservas matemáticas têm vindo, nos últimos anos, a perder peso no total de subscrições, representando atualmente 19,0% do total de subscrições (face a 20,7% em 2010). Este comportamento poderá ser explicado pelo seguinte:

- Garantia de Pagamento de Encargos – Encontra-se encerrada a novas subscrições, tendo sido substituída, em 1 de julho de 2007, pela modalidade Garantia de Pagamento de Encargos I;
- Garantia de Pagamento de Encargos I – Entrou em vigor em 1 de julho de 2007 e o seu volume de subscrições está essencialmente relacionado com o volume de Crédito à Habitação contratado;
- Garantia de Pagamento de Encargos II – Entrou em vigor em 1 de julho de 2007 e desde então tem-se registado um nível de subscrições muito reduzido, existindo, a 31 de dezembro de 2011, apenas 219[6] subscrições, num total de 327 subscritores.

Nestas modalidades, uma vez que não possuem reservas matemáticas, importa analisar o montante global de quotas pagas pelos subscritores durante o ano e os pagamentos efetuados pela AM nesse mesmo ano.

MODALIDADES ATUARIAIS SEM RESERVAS MATEMÁTICAS – ANO 2011

(euros)

Modalidades	Quotizações recebidas pela AM	Capitais pagos pela AM	Saldo
Garantia de Pagamento de Encargos	17 110 894,01	5 354 578,00	11 756 316,01
Garantia de Pagamento de Encargos I	4 589 182,08	1 307 971,65	3 281 210,43
Garantia de Pagamento de Encargos II	6 731,23	0,00	6 731,23
Total	**21 706 807,32**	**6 662 549,65**	**15 044 257,67**

Em 2011, o valor das quotas pagas pelos subscritores destas modalidades foi largamente superior aos capitais pagos pela AM em caso de morte ou invalidez.

2.3. Modalidades Atuariais com Reservas Matemáticas

Analisando as subscrições de 2011, verifica-se que a modalidade atuarial mais subscrita, quer em número de subscrições, quer em capital subscrito foi, à semelhança dos anos anteriores, a modalidade Capitais de Previdência Diferidos com Opção (3%), representando cerca de 89,6% do total de subscrições de 2011 e 86,0% do total de capital subscrito nas modalidades atuariais com reservas matemáticas.

MODALIDADES ATUARIAIS MAIS SUBSCRITAS

Número de Subscrições		Capitais Subscritos	
Modalidade	**%**	**Modalidade**	**%**
Capitais Previdência Diferidos com Opção – 3%	89,6	Capitais Previdência Diferidos com Opção – 3%	86,0
Capitais para Jovens – 3%	8,4	Capitais para Jovens – 3%	11,9
Pensões de Reforma – 3%	1,9	Capitais de Previdência – 3%	1,4

Apresenta-se de seguida, em termos acumulados, o número de subscrições e valores subscritos, bem como a quotização anual, à data de 31 de dezembro de 2011, destacando-se a modalidade Capitais de Previdência Diferidos com Opção (3%), com 101 814 subscrições e 24,6 M€ de quotização anual.

6. Das 219 subscrições, 108 são sobre duas vidas.

SUBSCRIÇÕES

(euros)

Modalidades de Subscrição Aberta	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Capitais de Previdência – 3%	1 019	6 938 102,93	6 808,74	201 564,31	197,81
Pensões de Reforma – 3%	1 377	938 234,34	681,36	1 223 116,69	888,25
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	1 241	1 983 172,46	1 598,04	170 420,05	137,32
Capitais Previdência Diferidos com Opção – 3%	101 814	225 857 181,49	2 218,33	24 556 222,57	241,19
Capitais para Jovens – 3%	9 989	33 327 442,76	3 336,41	3 661 154,40	366,52
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	95	187 035,39	1 968,79	1 552,62	16,34
Total	**115 535**	**269 231 169,37**	**2 330,30**	**29 814 030,64**	**258,05**

(euros)

Modalidades de Subscrição Fechada	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Capitais de Previdência	7 382	21 964 928,25	2 975,47	638 661,29	86,52
Subsídio por Morte	1 483	1 316 882,92	887,99	21 292,15	14,36
Pensões de Reforma – 6%	1 173	1 818 343,76	1 550,17	14 165,76 (a)	–
Pensões de Reforma – 4%	1 590	1 214 594,42	763,90	0,00	0,00
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	1 626	931 919,13	573,14	23,08 (b)	–
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	1 268	13 377 444,75	10 550,04	2 700,66 (a)	–
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	3 353	21 869 472,58	6 522,36	0,00	0,00
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	94	577 174,10	6 140,15	0,00	0,00
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	85	85 395,56	1 004,65	0,00	0,00
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	104 400	374 434 192,85	3 586,53	26 908 140,42	257,74
Capitais de Previdência a Prazo	144	1 852 260,91	12 862,92	52 512,56	364,67
Capitais para Jovens	8 712	41 455 262,10	4 758,41	2 332 021,55	267,68
Pensões para Deficientes	23	57 841,55	2 514,85	24 847,29	1 080,32
Capitais Temporários por Invalidez	149	1 089 662,38	7 313,17	6 719,83	45,10
Rendas de Sobrevivência	33	75 314,11	2 282,25	35 705,61	1 081,99
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	27	142 874,01	5 291,63	10 266,31	380,23
Capitais para Estudos	1 136	556 044,21	489,48	419 271,51	369,08
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 865	32 033,19	17,18	8 549,70	4,58
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	6	7 369,47	1 228,25	173,64	28,94
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	95,78	23,95	35,40	8,85
Subsídio de Funeral e Luto – Lutuosa Nacional	58	5 314,08	91,62	0,00	0,00
Total	**134 611**	**482 864 420,11**	**3 587,11**	**30 475 086,76**	**226,39**

(a) O valor de quotização anual na modalidade Pensões de Reforma (6%) e respetiva cobertura complementar associada (Restituição de Quotas), corresponde a duas subscrições que, a 23 de dezembro de 2010, se encontravam compulsivamente anuladas e que readquiriram direitos no respetivo período regulamentar para o efeito.
(b) O valor de quotização anual na modalidade Pensões de Reforma (4% TV88/90), corresponde a um acerto numa devolução de quotas pagas efetuada ao abrigo das alterações regulamentares aprovadas na Assembleia Geral de Associados de 8 de Abril de 2011.

Apresenta-se também o número de pensões existentes em 31 de dezembro de 2011, os respetivos valores anuais, o encargo médio por pensão e a relação existente entre as subvenções e melhorias e as pensões[7].

7. Note-se que uma pensão só envolve mais de um pensionista se for com reversão, considerando-se pensões diferentes as legadas por um mesmo subscritor a pensionistas diferentes.

PENSÕES

(euros)

Modalidades	N.º de Pensões	Encargo anual (a)		Encargo Médio por Pensão	Relação entre Subv. + Melh. e Pensões
		Pensões	Subvenções e Melhorias (b)		
Capitais de Previdência	1 324	156 118,08	524 853,36	514,33	3,36
Pensões de Reforma – 6%	1 794	3 004 231,08	2 054 654,04	2 819,89	0,68
Pensões de Reforma – 4%	617	695 723,76	65 346,84	1 233,50	0,09
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	131	109 733,16	76,80	838,24	0,00
Capitais para Jovens	228	368 284,56	120 106,08	2 142,06	0,33
Pensões para Deficientes	2	1 755,12	48,00	901,56	0,03
Rendas de Sobrevivência	3	9 401,04	624,24	3 341,76	0,07
Capitais para Estudos	373	171 785,51	29 073,55	538,50	0,17
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2	1 734,84	873,60	1 304,22	0,50
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	164	351 661,80	40 261,32	2 389,78	0,11
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	151	321 434,52	6 666,36	2 172,85	0,02
Pensões de Poupança Reforma – 3%	3	1 953,24	4,92	652,72	0,00
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 301	35 342,28	1 413 843,24	629,81	40,00
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	41	719,40	7 437,35	198,95	10,34
Total	**7 134**	**5 229 878,39**	**4 263 869,70**	**1 330,77**	**0,82**

(a) O valor da pensão de Capitais para Estudos refere-se a uma semestralidade.
(b) Inclui os Subsídios de 1919 e Complementar.

2.4. Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias

Em 31 de dezembro de 2011, existiam 743 rendas vitalícias e 417 rendistas. Estes valores incluem quatro rendas vitalícias diferidas (e respetivos rendistas), cujo pagamento só se inicia findo o período de diferimento, bem como quatro rendas vitalícias imediatas constituídas no mês de dezembro (e respetivos rendistas) cujo pagamento tem início em janeiro de 2012.

Em 2011, o montante total de capitais recebidos para constituição de rendas vitalícias foi de 464 434,76 euros, tendo-se registado uma diminuição de cerca de 62% face a 2010 (1 228 869,78 euros).

RENDAS VITALÍCIAS

(euros)

Rendas Vitalícias	Número		Valor anual	
	Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)
Rendas Vitalícias – 6%	123	56	224 278,18	1 823,40
Rendas Vitalícias – 4%	484	292	2 049 594,91	4 234,70
Rendas Vitalícias – 3%	136	69	304 604,85	2 239,74
Total	**743**	**417**	**2 578 477,94**	**3 470,36**

Em novembro de 2011 foram implementadas as rendas temporárias, não se tendo verificado nenhuma constituição até 31 de dezembro de 2011.

3. RESERVAS MATEMÁTICAS

Do Balanço da AM fazem parte dois tipos de reservas matemáticas:

- Reservas Matemáticas Estatutárias, que são calculadas mensalmente de acordo com as bases técnicas aprovadas pela Tutela;
- Reservas Matemáticas Atuariais, que correspondem a um reforço às Reservas Matemáticas Estatutárias, resultante de um teste à adequação das responsabilidades realizado no final de cada ano.

Algumas modalidades e rendas vitalícias, pela natureza do seu benefício, que assume maioritariamente a forma de prestação vitalícia, poderão estar sujeitas a uma subavaliação das suas responsabilidades por desatualização das bases técnicas (tábua de mortalidade e/ou taxa técnica de juro).

Neste contexto, e por questões prudenciais, é efetuado, anualmente, um teste à adequação das responsabilidades destes produtos, permitindo avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar, através da constituição de uma provisão adicional.

Este teste, efetuado desde 2005, incide sobre os produtos da AM que se encontram encerrados a novas subscrições[8] e assenta na seguinte metodologia:

- Calcular as reservas matemáticas com as bases técnicas aprovadas pela Tutela (Reservas Matemáticas Estatutárias);
- Recalcular as reservas matemáticas utilizando taxas técnicas de juro e tábuas de mortalidade mais adequadas à realidade atual;
- Quando o valor das reservas matemáticas referidas no ponto anterior é superior ao valor das Reservas Matemáticas Estatutárias considera-se que estas são insuficientes, comparando-se, de seguida, o valor da insuficiência apurada com as Reservas Matemáticas Atuariais constituídas no ano anterior (caso existam):
  - i) Se o valor da insuficiência for inferior ao observado no ano anterior, procede-se à libertação de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença;
  - ii) Se o valor da insuficiência for superior ao observado no ano anterior, é efetuado um reforço de Reservas Matemáticas Atuariais pela diferença.
- Caso a modalidade ou renda vitalícia não tenha ainda Reservas Matemáticas Atuariais, estas são constituídas pelo valor total da insuficiência apurada.

Os reforços anuais das reservas matemáticas são realizados pelo recurso (sempre que possível) aos Excedentes Técnicos das próprias modalidades mas, também, quando estes não são suficientes, pela utilização de valores do Fundo de Reserva Geral.

No caso de haver libertação de parte das Reservas Matemáticas Atuariais constituídas, e caso haja dívida por regularizar ao Fundo de Reserva Geral, esta deve ser ressarcida.

3.1. Reservas Matemáticas Estatutárias

As Reservas Matemáticas Estatutárias encontram-se divididas em:

- Reservas matemáticas das Subscrições;
- Reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções;
- Reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS A 31/12/2011

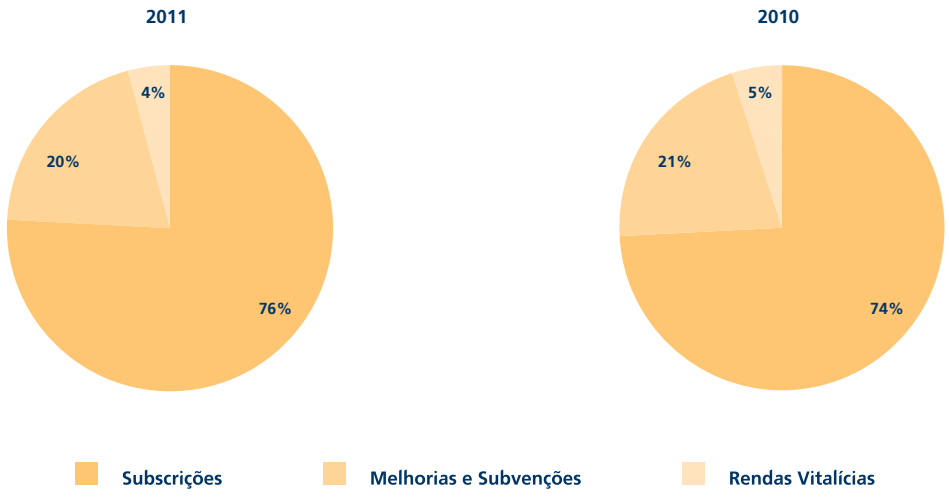
(euros)

Benefícios	Subscrições	Melhorias e Subvenções	Subsídios de 1919 e Complementar
Formação	263 831 674,42	49 510 840,04	
Curso	46 263 705,33	29 926 432,38	17 962,90
Rendas Vitalícias	17 825 765,00		
Total	**327 921 144,75**	**79 437 272,42**	**17 962,90**

8. As modalidades de subscrição aberta não são sujeitas ao teste de adequação uma vez que apresentam bases técnicas ajustadas à realidade atual.

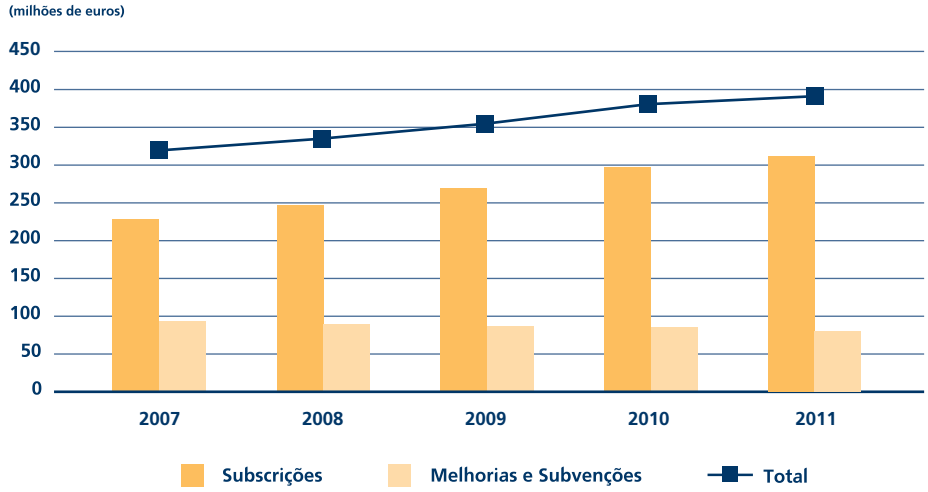
Os dois gráficos seguintes ilustram a composição das Reservas Matemáticas Estatutárias e a sua evolução nos últimos cinco anos. Em ambos, dado o seu valor reduzido, as reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar foram incluídas nas das Melhorias e Subvenções.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL



Comparando com 2010, o peso das reservas matemáticas das Subscrições aumentou 2%, ao invés do peso das reservas matemáticas das Melhorias e das Rendas Vitalícias que diminuíram 1%.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS – EVOLUÇÃO ANUAL



Em 2011, manteve-se a tendência de crescimento do total das reservas matemáticas, tendo-se verificado um aumento de 22% nos últimos 5 anos. A componente referente às Melhorias e Subvenções registou, mais uma vez, uma ligeira descida, à semelhança dos anos anteriores.

Indica-se, de seguida, as reservas matemáticas das Subscrições, das Melhorias e Subvenções e dos Subsídios de 1919 e Complementar à data de 31 de dezembro de 2011, discriminadas por modalidade, bem como a sua variação relativamente a 31 de dezembro de 2010.

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

Benefícios em Formação	N.º de Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência – 3%	1 019	6 938 102,93	498 938,41
Pensões de Reforma – 3%	1 377	938 234,34	2 306 953,76
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	1 241	1 983 172,46	302 944,13
Cap. Previdência Diferidos com Opção – 3%	101 814	225 857 181,49	57 061 044,54
Capitais para Jovens – 3%	9 989	33 327 442,76	10 529 025,84
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	95	187 035,39	3 304,03
Capitais de Previdência	7 382	21 964 928,25	10 773 078,89
Subsídio por Morte	1 483	1 316 882,92	903 154,92
Pensões de Reforma – 6%	1 173	1 818 343,76	18 845 755,93
Pensões de Reforma – 4%	1 590	1 214 594,42	13 030 482,35
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	1 626	931 919,13	11 741 979,77
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	1 268	13 377 444,75	700 080,96
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	3 353	21 869 472,58	1 924 985,39
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	94	577 174,10	49 541,83
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	85	85 395,56	11 576,41
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	104 400	374 434 192,85	99 021 019,00
Capitais de Previdência a Prazo	144	1 852 260,91	1 313 381,35
Capitais para Jovens	8 712	41 455 262,10	28 905 181,02
Pensões para Deficientes	23	57 841,55	385 835,70
Capitais Temporários por Invalidez	149	1 089 662,38	20 898,14
Rendas de Sobrevivência	33	75 314,11	569 416,44
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	27	142 874,01	45 247,31
Capitais para Estudos	1 136	556 044,21	4 538 986,02
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 865	32 033,19	339 350,08
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	6	7 369,47	3 796,48
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	95,78	689,92
Subsídio de Funeral e Luto – Lutuosa Nacional	58	5 314,08	5 025,80
Subtotal			**263 831 674,42**

Benefícios em Curso	N.º Pensões	Importância anual a pagamento	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência	1 324	156 118,08	1 227 046,12
Pensões de Reforma – 6%	1 794	3 004 231,08	26 209 610,93
Pensões de Reforma – 4%	617	695 723,76	7 375 696,52
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	131	109 733,16	1 535 351,59
Capitais para Jovens	228	368 284,56	768 470,39
Pensões para Deficientes	2	1 755,12	29 101,36
Rendas de Sobrevivência	3	9 401,04	163 064,17
Capitais para Estudos	373	171 785,51	1 139 354,97
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2	1 734,84	8 791,36
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	164	351 661,80	2 926 850,18
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	151	321 434,52	4 621 764,18
Pensões de Poupança de Reforma – 3%	3	1 953,24	28 375,95
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 301	35 342,28	225 614,64
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	41	719,40	4 612,97
Subtotal			**46 263 705,33**

Rendas Vitalícias	N.º Rendas	Valor anual	Reservas matemáticas
Rendas Vitalícias – 6%	123	224 278,18	856 946,10
Rendas Vitalícias – 4%	484	2 049 594,91	12 416 177,21
Rendas Vitalícias – 3%	136	304 604,85	4 552 641,69
Subtotal			**17 825 765,00**
Total			**327 921 144,75**

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)

Benefícios em Formação	N.º de Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência – 3%	890	6 425,99	3 244,30
Pensões de Reforma – 3%	731	1 208,40	13 358,05
Cap. Previdência Diferidos com Opção – 3%	55 572	425 335,55	362 261,01
Capitais para Jovens – 3%	5 472	93 971,54	71 760,76
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	84	321,55	22,37
Capitais de Previdência	7 382	35 731 280,67	21 141 845,03
Subsídio por Morte	1 480	1 040 645,84	742 024,70
Pensões de Reforma – 6%	1 173	1 037 887,68	7 373 813,03
Pensões de Reforma – 4%	1 590	76 079,03	613 833,61
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	129	681,56	7 697,23
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	94	201 089,48	14 530,12
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	83	2 691,36	305,80
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	96 139	13 711 011,98	5 134 375,42
Capitais de Previdência a Prazo	144	173 539,59	146 163,68
Capitais para Jovens	8 709	3 200 891,45	2 801 146,87
Pensões para Deficientes	23	14 098,01	114 981,83
Capitais Temporários por Invalidez	148	124 788,27	5 226,27
Rendas de Sobrevivência	33	6 423,68	64 716,79
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	27	5 406,90	2 399,87
Capitais para Estudos	1 136	35 385,16	336 277,99
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 865	895 934,19	10 526 478,80
Capitais Previdência Favor Pessoas Certas	6	22 850,42	14 546,30
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	4	934,89	7 506,29
Subsídio de Funeral e Luto – Lutuosa Nacional	58	13 030,94	12 323,92
Subtotal			**49 510 840,04**
Benefícios em Curso	**N.º Pensões**	**Importância anual a pagamento**	**Reservas matemáticas**
Capitais de Previdência	1 324	524 391,72	3 506 635,58
Pensões de Reforma – 6%	1 794	2 054 654,04	16 392 080,22
Pensões de Reforma – 4%	617	65 346,84	659 277,80
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	27	76,80	1 093,72
Capitais para Jovens	228	120 106,08	228 079,23
Pensões para Deficientes	2	48,00	788,86
Rendas de Sobrevivência	3	624,24	10 739,10
Capitais para Estudos	373	29 073,55	155 650,26
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2	873,60	4 427,95
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	141	40 261,32	301 098,80
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	125	6 666,36	95 325,84
Pensões de Poupança de Reforma – 3%	2	4,92	63,93
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 301	1 410 331,44	8 524 245,41
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	41	7 437,35	46 925,68
Subtotal			**29 926 432,38**
Total			**79 437 272,42**

RESERVAS MATEMÁTICAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

Benefícios em curso	N.º Pensões	Import. anual a pagamento	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência	31	461,64	4 271,45
Pensões de Sobrevivência e Dotes	305	3 511,80	13 691,45
Total			**17 962,90**

Em 31 de dezembro de 2011, o valor das reservas matemáticas das Subscrições era de 327 921 144,75 euros, tendo-se registado um aumento de 11 453 119,88 euros em relação a 2010 (+3,6%).

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

	31/12/2011	31/12/2010	Variação anual
Benefícios em formação	263 831 674,42	258 817 484,41	5 014 190,01
Benefícios em curso	46 263 705,33	38 802 815,43	7 460 889,90
Rendas Vitalícias	17 825 765,00	18 847 725,03	-1 021 960,03
Total	**327 921 144,75**	**316 468 024,87**	**11 453 119,88**

Por outro lado, as reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções registaram uma diminuição de 4 067 814,98 euros. O seu valor em 31 de dezembro de 2011 era de 79 437 272,42 euros (-4,9%).

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)

	31/12/2011	31/12/2010	Variação anual
Benefícios em formação	49 510 840,04	54 327 249,86	-4 816 409,82
Benefícios em curso	29 926 432,38	29 177 837,54	748 594,84
Total	**79 437 272,42**	**83 505 087,40**	**-4 067 814,98**

As reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar mantiveram-se praticamente estáveis durante 2011, mas mantendo a ligeira tendência decrescente dos últimos anos.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

	31/12/2011	31/12/2010	Variação anual
Benefícios em curso	17 962,90	19 778,35	-1 815,45
Total	**17 962,90**	**19 778,35**	**-1 815,45**

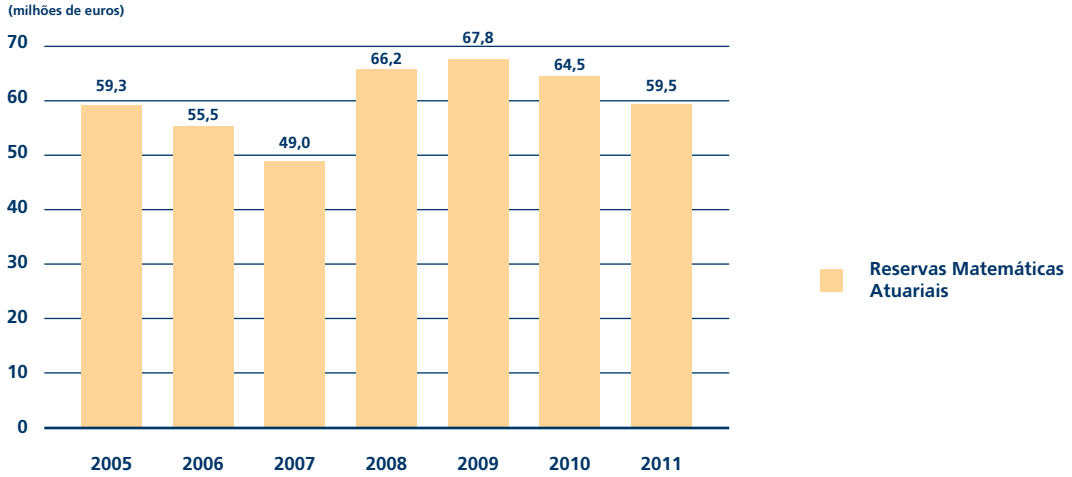
Em 31 de dezembro de 2011, o total de Reservas Matemáticas Estatutárias atingiu os 407 376 380,07 euros, tendo registado um aumento de 7 383 489,45 euros durante o ano de 2011 (+1,8%).

3.2. Reservas Matemáticas Atuariais

Na sequência do teste à adequação das responsabilidades realizado anualmente, a AM constituiu um reforço de reservas matemáticas no montante de 4 014 230,57 euros e libertou 8 995 799,61 euros. Em 31 de dezembro de 2011, o valor das Reservas Matemáticas Atuariais era de 59 528 308,02 euros.

O gráfico seguinte apresenta a evolução anual da provisão adicional que a AM tem vindo a constituir desde 2005.

PROVISÃO ADICIONAL DE RESERVAS MATEMÁTICAS



Conforme se pode observar, após um período de sucessivas libertações de parte da provisão adicional constituída em 2005, que resultaram de sucessivas subidas das taxas de juro de longo prazo, as Reservas Matemáticas Atuariais foram reforçadas em 2008 e 2009, como consequência, fundamentalmente, da descida das taxas de juro.

Refira-se que, até 2009 (inclusive), no teste anual de adequação das responsabilidades, era utilizada apenas uma taxa técnica de juro para todas as modalidades.

A partir de 2010, com a concordância dos Auditores Externos, foi adotada uma nova metodologia relativamente à taxa técnica de juro a utilizar, que resultou na aplicação de taxas diferentes, em função do prazo médio das responsabilidades associadas a cada modalidade.

Indica-se, de seguida, o valor das Reservas Matemáticas Atuariais a 31 de dezembro de 2011, discriminado por modalidade.

RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS A 31/12/2011

(euros)

Modalidades	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2011	21/12/2010	Libertação	Reforço
Pensões de Reforma – 6%	37 091 682,84	44 340 909,15	-7 249 226,31	
Pensões de Reforma – 4%	4 997 876,57	3 907 348,17		1 090 528,40
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	650 157,98	798 907,01	- 148 749,03	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	2 727 761,83	260 715,68		2 467 046,15
Capitais de Previdência a Prazo	90 346,67	45 212,56		45 134,11
Capitais para Jovens	1 437 877,32	1 122 653,72		315 223,60
Pensões para Deficientes	16 084,61	41 078,63	- 24 994,02	
Capitais para Estudos	399 116,01	303 907,79		95 208,22
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	15 414,64	15 106,39		308,25
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	2 250 107,27	2 274 604,77	- 24 497,50	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	5 014 881,16	6 129 801,72	-1 114 920,56	
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	49 317,13	48 535,29		781,84
Rendas Vitalícias – 6%	425 957,61	481 388,05	- 55 430,44	
Rendas Vitalícias – 4%	4 361 726,38	4 739 708,13	- 377 981,75	
Total	**59 528 308,02**	**64 509 877,06**	**-8 995 799,61**	**4 014 230,57**

Em 2011, a AM constituiu um reforço de Reservas Matemáticas Atuariais no montante de 4 014 230,57 euros, destacando-se o reforço na modalidade Capitais de Previdência Diferidos com Opção, representando mais de 60% deste valor.

De salientar também a modalidade Pensões de Reforma (4%), na qual foi necessário proceder a um reforço de Reservas Matemáticas Atuariais no valor de 1 090 528,40 euros, para compensar o custo das pensões que passaram da fase de formação para curso durante o ano.

Já na modalidade Pensões de Reforma (4% TV88/90) foi possível proceder à libertação de 148 749,03 euros. Esta libertação deveu-se, essencialmente, a dois aspetos. Por um lado, por não ter sido necessário corrigir a mortalidade das pensões desta modalidade com início em 2011 e, por outro lado, por se ter verificado um elevado número de levantamentos totais de quotas e consequente anulação das respetivas pensões, ao abrigo das alterações regulamentares aprovadas na Assembleia Geral de Associados de 8 de abril de 2011.

As Pensões de Reforma (6%) e as Pensões de Sobrevivência e Dotes registaram também uma libertação de Reservas Matemáticas Atuariais, no valor de 7 249 226,31 euros e 1 114 920,56 euros, respetivamente.

Globalmente, o teste de adequação das responsabilidades originou uma libertação, em termos líquidos, de 4 981 569,04 euros.

Relativamente às modalidades atuariais com dívida ao Fundo de Reserva Geral, as modalidades Pensões de Reforma (6%) e Pensões de Capitais de Reforma (4%), bem como as Rendas Vitalícias (4%) conseguiram repor parte dos valores em dívida a 31 de dezembro de 2010.

As modalidades Pensões de Reforma (4%), Pensões de Reforma (4% TV88/90) e Pensões de Capitais de Reforma (6%), assim como as Rendas Vitalícias (6%) agravaram a sua dívida à Reserva Geral por via da cobertura do saldo negativo do Fundo Disponível. No final de 2011, a dívida total das modalidades atuariais ao Fundo de Reserva Geral situava-se nos 23 499 969,02 euros.

MODALIDADES ATUARIAIS – DÍVIDA À RESERVA GERAL POR MODALIDADE (31/12/2011)

(euros)

Modalidades/Rendas Vitalícias	Dívida Acumulada à Reserva Geral		
	31/12/2011	31/12/2010	Variação anual
Pensões de Reforma – 6%	10 489 183,76	17 840 175,98	-7 350 992,22
Pensões de Reforma – 4%	3 071 827,74	2 079 175,65	992 652,09
Pensões de Reforma – 4% TV88/90	1 941 658,01	649 060,18	1 292 597,83
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	20 780,09	2 626,17	18 153,92
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	1 460 239,13	1 640 659,12	-180 419,99
Rendas Vitalícias – 6%	791 243,29	768 347,34	22 895,95
Rendas Vitalícias – 4%	5 725 037,00	5 816 596,59	-91 559,59
Total	**23 499 969,02**	**28 796 641,03**	**-5 296 672,01**

3.3. Total das Reservas Matemáticas

No final de 2011, o total de reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) era de 466 904 688,09 euros, ou seja, mais 2 401 920,41 euros (+0,5%) do que em 2010.

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2011 – MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO ABERTA

(euros)

Modalidades de subscrição aberta	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Capitais de Previdência – 3%	502 182,71		502 182,71
Pensões de Reforma – 3%	2 320 311,81		2 320 311,81
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	302 944,13		302 944,13
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 3%	57 423 305,55		57 423 305,55
Capitais para Jovens – 3%	10 600 786,60		10 600 786,60
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	3 326,40		3 326,40
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	4 717 090,02		4 717 090,02
Pensões de Poupança Reforma – 3%	28 439,88		28 439,88
Total	**75 898 387,10**		**75 898 387,10**

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2011 – MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA

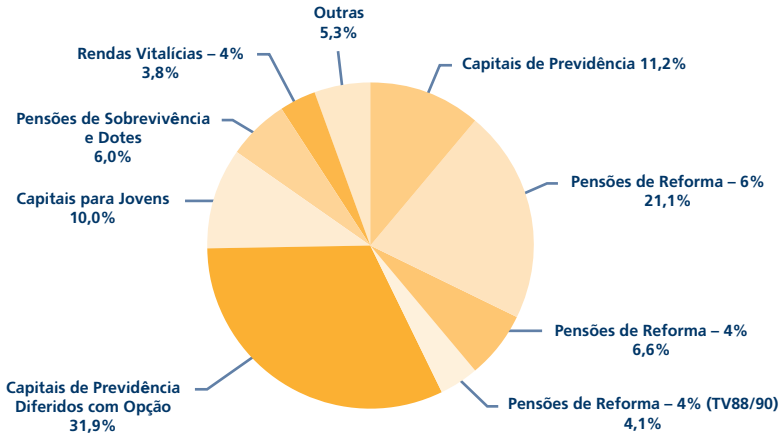
Modalidades de subscrição fechada	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Capitais de Previdência	36 652 877,07		36 652 877,07
Subsídio por Morte	1 645 179,62		1 645 179,62
Pensões de Reforma – 6%	68 821 260,11	37 091 682,84	105 912 942,95
Pensões de Reforma – 4%	21 679 290,28	4 997 876,57	26 677 166,85
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	13 286 122,31	650 157,98	13 936 280,29
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	700 080,96		700 080,96
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	1 924 985,39		1 924 985,39
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	64 071,95		64 071,95
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	11 882,21		11 882,21
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	104 155 394,42	2 727 761,83	106 883 156,25
Capitais de Previdência a Prazo	1 459 545,03	90 346,67	1 549 891,70
Capitais para Jovens	32 702 877,51	1 437 877,32	34 140 754,83
Pensões para Deficientes	530 707,75	16 084,61	546 792,36
Capitais Temporários por Invalidez	26 124,41		26 124,41
Rendas de Sobrevivência	807 936,50		807 936,50
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	47 647,18		47 647,18
Capitais para Estudos	6 170 269,24	399 116,01	6 569 385,25
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	13 219,31	15 414,64	28 633,95
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	3 227 948,98	2 250 107,27	5 478 056,25
Pensões de Sobrevivência e Dotes	19 629 380,38	5 014 881,16	24 644 261,54
Capitais de Previdência Favor de Pessoas Certas	18 342,78		18 342,78
Rendas Vitalícias Favor de Pessoas Certas	59 734,86	49 317,13	109 051,99
Subsídio de Funeral e Luto – Lutuosa Nacional	17 349,72		17 349,72
Total	**313 652 227,97**	**54 740 624,03**	**368 392 852,00**

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2011 – RENDAS VITALÍCIAS

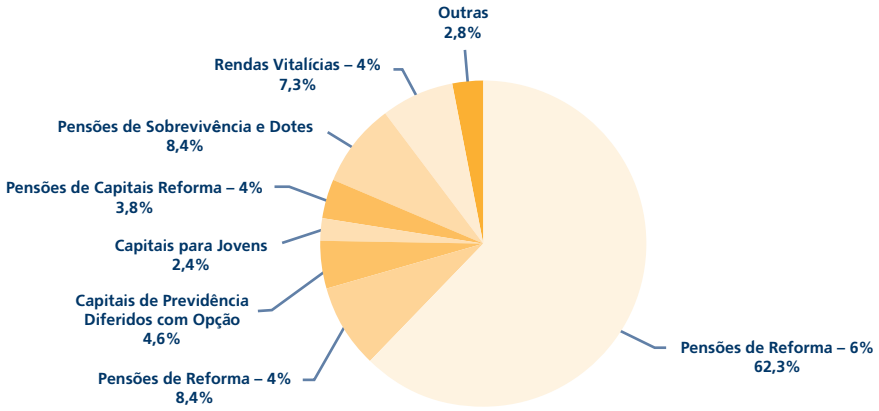
Rendas Vitalícias	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Rendas Vitalícias – 6%	856 946,10	425 957,61	1 282 903,71
Rendas Vitalícias – 4%	12 416 177,21	4 361 726,38	16 777 903,59
Rendas Vitalícias – 3%	4 552 641,69		4 552 641,69
Total	**17 825 765,00**	**4 787 683,99**	**22 613 448,99**

Nos gráficos seguintes, é possível constatar que, em 31 de dezembro de 2011, as reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) das modalidades e rendas vitalícias encerradas a novas subscrições estavam concentradas num grupo restrito de modalidades.

MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA – RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS



MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA – RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS



Destaca-se, à semelhança dos anos anteriores, o peso de 62,3% que a modalidade Pensões de Reforma (6%) detém no total das Reservas Matemáticas Atuariais (i.e. provisão adicional de reservas matemáticas, decorrente do teste anual de adequação das responsabilidades), quando comparado com os 21,1% que representa no total das Reservas Matemáticas Estatutárias das modalidades encerradas a novas subscrições.

4. SITUAÇÃO TÉCNICO-ATUARIAL DA AM

As Reservas Matemáticas Estatutárias foram verificadas e validadas no Núcleo de Atuariado do Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, tendo sido calculadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pela Tutela.

Por questões prudenciais, e em linha com as melhores práticas internacionais, foram recalculadas as reservas matemáticas tendo em consideração pressupostos atuariais atualizados, tendo-se procedido, em termos líquidos, a uma libertação da provisão adicional de reservas matemáticas.

No seu conjunto, o montante de responsabilidades da AM está integralmente coberto pelo volume do ativo líquido, pelo que a AM apresenta uma adequada situação técnico-atuarial.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2012

A Atuária,

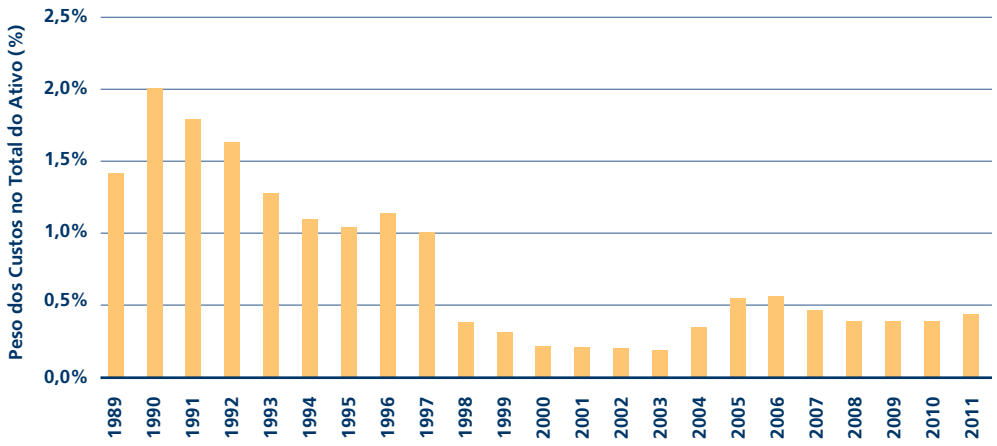
Teresa Sofia de Sousa Fernandes

Atuária Titular pelo Instituto dos Atuários Portugueses

14.3. IMPUTAÇÃO DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS PELAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS, RENDAS E OUTROS FUNDOS

Os custos administrativos suportados pela Associação Mutualista, para o desenvolvimento da sua atividade, totalizaram 12,333 M€ (10,751 M€ em 2010), ou seja, cerca de 0,43% do valor do Ativo Liquido, em 31 de Dezembro de 2011, e ligeiramente acima do valor observado em 2010 (0,39%).

EVOLUÇÃO DO PESO DOS CUSTOS ADMINISTRATIVOS NO TOTAL DO ATIVO (VALORES DE FINAL DE ANO)



As componentes de custos administrativos são as seguintes:

- Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) – 3,534 M€ (3,068 M€ em 2010);
- Custos com Pessoal (CP) – 6,675 M€ (6,715 M€ em 2010);
- Outros Custos Operacionais (OCO) – 2,124 M€ (0,968 M€ em 2010).

Pela sua especificidade, parte destes custos administrativos são custos próprios das modalidades e rendas e, por conseguinte, são por elas suportados (3,439 M€ em 2011 e 1,632 M€ em 2010); Outros custos, por serem de carácter mais genérico, são comuns às modalidades e rendas (8,871 M€ em 2011 e 9,119 M€ em 2010), e imputados a cada uma delas na base dos seguintes critérios:

- Custos Gerais – 0,1% do Fundo Permanente/Próprio da modalidade/renda;
- Custos do Trabalho – calculado com base nos custos com pessoal e na percentagem do trabalho alocado a cada modalidade/renda no total do trabalho.

Para efeitos de imputação dos custos do trabalho pelas diferentes modalidades e rendas, agruparam-se as seguintes categorias:

- Modalidade Capitais de Reforma a Prazo Certo (CRPC) – Séries emitidas ao abrigo do Regulamento da Modalidade Capitais de Reforma a Prazo Certo;
- Modalidades de Capitalização por Prazo Indeterminado (Capitalização) – Modalidade Capitais de Reforma; Modalidade Poupança Reforma e Modalidade Coletiva – Capitais Coletivos;
- Modalidades de Previdência (Atuariais) – Todas as Modalidades de Previdência e Rendas Vitalícias, com exceção da Modalidade Garantia de Pagamento de Encargos (GPE).

Os custos gerais e os custos com trabalho, relativos ao exercício de 2010 e 2011, foram os seguintes:

TABELA 1 – COMPONENTE DE CUSTOS GERAIS

Ano	Ponderador	Fundo Permanente (€)			Custos Gerais (€)		
		CRPC	Capitalização	Atuariais	CRPC	Capitalização	Atuariais
2009	0,10%	238 800 000	1 502 000 000	498 000 000	238 800	1 502 000	498 000
2010	0,10%	334 000 000	1 531 000 000	522 000 000	334 000	1 531 000	522 000
2011	0,10%	539 000 000	1 409 000 000	504 000 000	539 000	1 409 000	504 000

TABELA 2 – COMPONENTE DE CUSTOS DO TRABALHO

Ano	Custos Trabalho	Consumo Trabalho (% do Total)				Custos Trabalho (€)			
		CRPC	Capitalização	Atuariais	Outros	CRPC	Capitalização	Atuariais	Outros
2009	6 904 000	5,19%	65,31%	14,41%	15,09%	358 200	4 509 000	995 000	1 042 000
2010	6 715 000	7,46%	45,60%	40,80%	6,14%	501 000	3 062 000	2 740 000	412 000
2011	6 419 000	10,70%	50,57%	31,28%	7,45%	687 000	3 246 000	2 008 000	478 000

Nota: A percentagem de trabalho alocada a cada um dos grupos de modalidades é feita com base na informação facultada pelos próprios serviços que se encontram diretamente envolvidos na gestão operacional dos processos. Por conseguinte, estes valores devem ser encarados como uma estimativa aproximada.
Refira-se, também, que: (i) no ano de 2009, o consumo de trabalho nas Modalidades de Capitalização é justificado pela reformulação da plataforma de suporte informático a esta modalidade; (ii) em 2010, o incremento no consumo de trabalho nas Modalidades Atuariais justifica-se pela análise à sua sustentabilidade a qual contou com o apoio de consultores externos (Mercer); (iii) em 2011, o acréscimo do consumo de trabalho verificado nas Modalidades de Capitais de Reforma com Prazo Certo e nas Modalidades de Capitalização decorre do elevado volume de reembolsos verificado ao longo do ano.

TABELA 3 – TOTAL DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS COMUNS (GERAIS E TRABALHO)

(euros)

Ano	CRPC	Capitalização	Atuariais	GPE	Total
2009	597 000	6 011 000	1 493 000	414 000	8 515 000
2010	835 000	4 593 000	3 262 000	429 000	9 119 000
2011	1 226 000	4 655 000	2 512 000	478 000	8 871 000

A partir do ano de 2008, em consequência da segregação patrimonial das Modalidades, a cobertura dos custos administrativos, comuns às várias modalidades e rendas, da Associação Mutualista, passou a ser feito através duma contribuição anual para o Fundo de Administração (em percentagem do Saldo médio do Fundo Permanente de cada modalidade e renda):

TABELA 4 – CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO EM % DO FUNDO PERMANENTE/PRÓPRIO

Ano	CRPC	Capitalização	Atuariais	GPE
2009	0,250%	0,400%	0,300%	1,000%
2010	0,250%	0,300%	0,625%	1,000%
2011	0,250%	0,315%	0,475%	1,000%

Nota: Dada a natureza da modalidade de Garantia de Pagamento de Encargos (não distribui melhorias), foi decidido imputar, nos últimos anos, a taxa de contribuição máxima permitida pelo regulamento (1%).

14.4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS, RENDAS E OUTROS FUNDOS

	Pensões de Reforma				P. R. – Restituição de Quotas				P. R. – Adicional de Invalidez			Pensões p/ Defi-cientes	Pensões Sobrevi-vência e Dotes	Rendas Vitalícias F. Pessoas Certas	Rendas de Sobre-vivência
	4%	4% TV 88/90	6%	3%	4%	4% TV 88/90	6%	3%	4%	4% TV 88/90	6%				
1. PROVEITOS E GANHOS															
Proveitos Inerentes a Associados	5 514	4 479	18 185	1 342	298	245	210	190	2	1	13	94	2 466	3	38
Jóias															
Quotizações			14	1 223			3	170				25	9		36
Capitais Recebidos															
Rendas Vitalícias															
Redução Provisões Matemáticas	5 514	4 479	18 169	118	298	245	207	19	2	1	13	69	2 457	3	3
Outros Prov. Inerentes a Associados			2												
Comparticipação Recebida das Modalidades (*)															
Proveitos Suplementares															
Comparticipações e Subsídios à Exploração	252	122	629		24	12	12					7	377	2	7
Proveitos e Ganhos Financeiros	844	534	6 029	103	61	35	106	5	1	1	8	21	652	2	32
Proveitos e Ganhos Extraordinários	44	37	221	9	3	2	5					2	24		3
TOTAL	**6 655**	**5 172**	**25 064**	**1 454**	**386**	**294**	**333**	**194**	**3**	**2**	**22**	**123**	**3 519**	**7**	**80**
2. CUSTOS E PERDAS															
Custos Inerentes a Associados	7 599	4 876	15 723	1 397	219	225	130	178	3	1	10	82	2 102	13	49
Prestações	609	77	2 832									2	36	1	9
Capitais Vencidos															
Subvenções e Melhorias de Benefícios	59		1 977										1 425	8	1
Rendas Vitalícias															
Aumento de Provisões Matemáticas	4 694	2 173	8 590	1 295	18	22	15	176			1	77	486	4	35
Outros Custos Inerentes a Associados	2 237	2 626	2 326	102	201	203	115	2	3	1	9	3	155	1	4
Comparticipação para o Fundo de Admistração (*)	129	72	526	8	13	8	12	1			1	3	133	1	4
Fornecimentos e Serviços Externos	3	2	25	1			1						5		
Custos com o Pessoal															
Outros Custos Operacionais			3												
Custos e Perdas Financeiras	20	22	242	7	2	2	4					1	162		2
Custos e Perdas Extraordinárias	6	4	34	1	1	1	1						4		1
TOTAL	**7 628**	**4 904**	**16 028**	**1 406**	**222**	**227**	**136**	**178**	**3**	**1**	**10**	**84**	**2 274**	**13**	**52**
3. MEIOS LIBERTOS	**(973)**	**268**	**9 036**	**48**	**164**	**67**	**197**	**16**	**( )**	**1**	**12**	**39**	**1 245**	**(6)**	**28**
4. AMORTIZAÇÕES DO IMOBIZADO	19	12	284	12	5	4	8				1	3	37		5
5. AMORT. E PROV. DE APLIC. E INV. FINANC.	1	1 549	1 014				136				17		1		
6. RESULTADOS LÍQUIDOS (3-4-5)	**(993)**	**(1 293)**	**7 738**	**36**	**158**	**63**	**53**	**16**	**( )**	**1**	**(6)**	**36**	**1 207**	**(7)**	**23**

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração Global do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

Capitais de Previdência		C. P. Diferidos c/ Opção		Capitais Previd. a Prazo	Capitais Previd. F. Pessoas Certas	Capitais p/ Jovens		Cap. Dif. c/ Cobertura Adicional	Capitais p/ Estudos	Capitais Temp. Invalidez .		Subs. por Morte	Subs. p/ Morte Lut. Nacional	Pensões Capitais Reforma		
4%	3%	4%	3%			4%	3%			4%	3%			4%	6%	3%
2 179	218	69 151	27 119	147		8 441	3 711	25	1 302	14	2	74		339	1	1 046
639	202	26 908	24 556	53		2 332	3 661	10	419	7	2	21				
																850
1 540	17	42 238	2 557	95		6 078	50	15	882	7		53		339	1	196
		5	5			1										
574		1 668	167	30		583	21		61	3		24		61		14
1 004	27	3 192	1 792	86	1	1 019	353	2	124	11		51	1	185	2	226
32	2	151	318	6		91	40		13	1		3		4	3	13
3 789	**248**	**74 162**	**29 396**	**270**	**1**	**10 104**	**4 126**	**28**	**1 499**	**29**	**2**	**153**	**1**	**589**	**5**	**1 299**
3 253	186	76 047	27 674	248		10 074	3 922	25	1 646	3	1	117		387	3	1 200
153						379								331	2	281
85		37 565		14		4 268		14	358			31				
727		1 845		16		1 030		1	63			22		29	1	6
1 644	179	33 224	25 880	152		4 169	3 881	10	1 139	1	1	48				892
644	7	3 413	1 794	66		228	42		86	1		16		27		21
237	2	664	220	12		214	41		35	1		11		27		21
4		14	6	1		4	1		1					1		1
1		1	1			1										
24	2	96	145	5		26	37		3			2		3		38
6		17	8	1		6	2		1			1		1		2
3 288	**189**	**76 175**	**27 835**	**254**		**10 110**	**3 962**	**26**	**1 650**	**3**	**1**	**120**		**392**	**3**	**1 240**
501	**59**	**(2 014)**	**1 561**	**16**	**1**	**(6)**	**164**	**2**	**(151)**	**26**	**1**	**33**	**1**	**197**	**2**	**58**
53	3	148	72	10		54	15		7	1		5		7		13
1 538		1 552	2			1									20	
(1 089)	**55**	**(3 714)**	**1 488**	**5**	**1**	**(62)**	**148**	**2**	**(159)**	**25**	**1**	**27**	**1**	**190**	**(18)**	**45**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS, RENDAS E OUTROS FUNDOS *(continuação)*

	Pensões Poupança Reforma 3%	Renda Certa Pensões Mod. Coletivas 3%	Rendas Vitalícias 4%	Rendas Vitalícias 6%	Rendas Vitalícias 3%	Encargos c/ Médicos Administrat.	Garantia Pagamento de Encargos 1988	Garantia Pagamento de Encargos I	Garantia Pagamento de Encargos II
1. PROVEITOS E GANHOS									
Proveitos Inerentes a Associados	4	25	1 484	174	778	3	17 111	4 589	7
Jóias									
Quotizações						3	17 111	4 589	7
Capitais Recebidos	3	15							
Rendas Vitalícias					464				
Redução Provisões Matemáticas	1	10	1 484	174	314				
Outros Prov. Inerentes a Associados									
Comparticipação Recebida das Modalidades (*)									
Proveitos Suplementares									
Comparticipações e Subsídios à Exploração			125	12	20	4	18		
Proveitos e Ganhos Financeiros	1	10	710	95	206	10	609	32	
Proveitos e Ganhos Extraordinários		1	43	2	24	1	7 773		
TOTAL	**6**	**36**	**2 361**	**282**	**1 027**	**17**	**25 511**	**4 622**	**7**
2. CUSTOS E PERDAS									
Custos Inerentes a Associados	5	32	2 141	231	803		5 795	1 345	
Prestações	2	16							
Capitais Vencidos									
Subvenções e Melhorias de Benefícios									
Rendas Vitalícias			2 050	224	305				
Aumento de Provisões Matemáticas	3	15	8		477				
Outros Custos Inerentes a Associados		1	83	7	22		5 795	1 345	
Comparticipação para o Fundo de Admistração (*)		1	83	7	22		441	37	
Fornecimentos e Serviços Externos			5		1		991	162	
Custos com o Pessoal									
Outros Custos Operacionais			1						
Custos e Perdas Financeiras		1	58	2	41		152		
Custos e Perdas Extraordinárias			6		2		7 292		
TOTAL	**5**	**33**	**2 210**	**234**	**846**	**1**	**14 229**	**1 507**	
3. MEIOS LIBERTOS		**3**	**151**	**48**	**181**	**16**	**11 281**	**3 114**	**7**
4. AMORTIZAÇÕES DO IMOBIZADO		2	53	3	14	1			
5. AMORT. E PROV. DE APLIC. E INV. FINANC.			1	68			763		
6. RESULTADOS LÍQUIDOS (3-4-5)		**1**	**96**	**(23)**	**166**	**15**	**10 518**	**3 114**	**7**

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração Global do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

Capitais de Reforma	Capitais de Garantia	Benef. Solid. Associativa	Poupança Reforma	Modalidades Coletivas	Capitais Ref. Prazo Certo	Modalidades Coletivas Invalidez	Fundo de Bolsas de Estudos	Fundo de Administração	Fundo de Reserva	TOTAL
380 490	75	7 567	10 808	1 240	249 843	1		9 380		**830 393**
								508		508
	75	7 566				1				89 640
103 928			5 104	476	202 030					312 405
										464
274 706			5 665	765	46 884					415 667
1 855		1	39		929			8 872		11 709
								8 872		8 872
1		29								**30**
14 255		532	425						3 036	**23 076**
26 420	16	397	1 644	311	15 496		22	14	5 203	**67 709**
5 931		17	368		2 862		2		1 316	**19 369**
427 097	**91**	**8 541**	**13 244**	**1 552**	**268 201**	**1**	**24**	**9 394**	**9 555**	**940 576**
392 590	6	1 173	11 549	1 323	261 450					**835 836**
										4 729
274 706	2	109	5 665	765	46 884					370 466
										7 210
										2 578
112 665			5 610	530	212 883					420 998
5 218	3	1 063	274	27	1 682					29 855
4 370	3		257	27	1 225					8 872
176		571	10	1	1			1 533	11	**3 534**
								6 675		**6 675**
23		930	1					1 160	1	**2 124**
2 100		13	49	38	966		1		3 450	**7 717**
2 502		1 201	14		269				389	**11 774**
397 391	**6**	**3 888**	**11 623**	**1 361**	**262 686**		**1**	**9 369**	**3 852**	**867 660**
29 706	**85**	**4 654**	**1 622**	**190**	**5 515**	**1**	**23**	**26**	**5 703**	**72 917**
2 305		27	66				3		151	**3 403**
3 795		1	69		770				55	**11 357**
23 606	**85**	**4 626**	**1 487**	**190**	**4 745**	**1**	**20**	**26**	**5 497**	**58 157**

14.5. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS E RENDAS E RENDIMENTO DE BENEFÍCIOS

TABELA 1 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES ATUARIAIS ABERTAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Modalidades Atuariais abertas					
Capitais de Previdência	55 296			2 765	
Capitais Diferidos c/ Opção	1 487 883			74 394	
Capitais p/ Jovens	148 324			7 416	
Pensão de Reforma	35 680			1 784	
P. R. – Restituição de Quotas	16 288			814	
Pensões de Capitais de Reforma	44 866			2 243	
Pensões de Poupança de Reforma	308			15	
Capitais Temporários Invalidez	593			30	
Capitais Garantia	85 254			4 263	
Invalidez Modalidades Coletivas	676			34	
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas	1 344			67	
TOTAL	**1 876 512**			**93 825**	

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Permanentes Distribuíveis	Resultados Distribuídos (Custo Melhorias)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização
Modalidades Atuariais abertas				
Capitais de Previdência	52 531	4 502	48 029	
Capitais Diferidos c/ Opção	1 413 489	440 737	972 752	
Capitais p/ Jovens	140 908	83 441	57 467	
Pensão de Reforma	33 896	14 734	19 162	
P. R. - Restituição de Quotas	15 474		15 474	
Pensões de Capitais de Reforma	42 623	40 696	1 928	
Pensões de Poupança de Reforma	293	279	14	
Capitais Temporários Invalidez	563	33	530	
Capitais Garantia	80 991		80 991	
Invalidez Modalidades Coletivas	642		642	
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas	1 277		1 277	
TOTAL	**1 782 687**	**584 422**	**1 198 265**	

(euros)

DESIGNAÇÃO	Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2011	Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Modalidades Atuariais abertas			
Capitais de Previdência	48 029	37 164	85 193
Capitais Diferidos c/ Opção	972 752	782 273	1 755 025
Capitais p/ Jovens	57 467	50 979	108 446
Pensão de Reforma	19 162	10 900	30 062
P. R. - Restituição de Quotas	15 474	4 822	20 296
Pensões de Capitais de Reforma	1 928	111 983	113 911
Pensões de Poupança de Reforma	14	58	72
Capitais Temporários Invalidez	530	997	1 527
Capitais Garantia	80 991	737 611	818 602
Invalidez Modalidades Coletivas	642	14 516	15 158
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas	1 277	2 263	3 540
TOTAL	**1 198 265**	**1 753 566**	**2 951 831**

TABELA 2 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES ATUARIAIS FECHADAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Modalidades Atuariais encerradas					
Taxa Técnica – 6%					
Pensão de Reforma	7 737 887		0	386 894	0
P. R. – Restituição de Quotas	52 955		0	2 648	0
P. R. – Adicional de Invalidez	(5 926)		(5 926)	0	0
Pensões de Capitais de Reforma	(18 154)		0	0	(18 154)
Taxa Técnica – 4%					
Pensão de Reforma	(992 652)		0	0	(992 652)
Pensão de Reforma (TV 88/90)	(1 292 598)		0	0	(1 292 598)
P. R. – Restituição de Quotas	158 286		0	7 914	0
P. R. – Restituição de Quotas (TV 88/90)	63 244		0	3 162	0
P. R. – Adicional de Invalidez	(325)		(325)	0	0
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)	656		0	33	0
Pensões de Capitais de Reforma	189 916		0	9 496	0
Capitais de Previdência	(1 089 078)		(1 089 078)	0	0
Capitais Diferidos c/ Opção	(3 713 979)		(3 713 979)	0	0
Capitais p/ Jovens	(61 869)		(61 869)	0	0
Capitais p/ Estudos	(158 934)		(158 934)	0	0
Subsídio p/ Morte	27 128		0	1 356	0
Capitais Previdência a Prazo	5 446		0	272	0
Pensão Sobrevivência e Dotes	1 206 624		0	60 331	0
Pensão p/ Deficientes	36 345		0	1 817	0
Capitais Temporários Invalidez	24 589		0	1 229	0
Rendas Sobrevivência	22 922		0	1 146	0
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	1 850		0	92	0
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	503		0	25	0
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	(6 514)		(6 514)	0	0
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	595		0	30	0
TOTAL	**2 188 917**		**(5 036 625)**	**476 447**	**(2 303 404)**

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Permanentes Distribuíveis	Resultados Distribuídos (Custo Melhorias)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização
Modalidades Atuariais encerradas				
Taxa Técnica – 6%				
Pensão de Reforma	0	0	0	
P. R. – Restituição de Quotas	50 308	0	50 308	
P. R. – Adicional de Invalidez	0	0	0	
Pensões de Capitais de Reforma	0	0	0	
Taxa Técnica – 4%				
Pensão de Reforma	0	0	0	
Pensão de Reforma (TV 88/90)	0	0	0	
P. R. – Restituição de Quotas	150 372	0	150 372	
P. R. – Restituição de Quotas (TV 88/90)	60 082	0	60 082	
P. R. – Adicional de Invalidez	0	0	0	
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)	623	0	623	
Pensões de Capitais de Reforma	0	0	0	
Capitais de Previdência	0	0	0	
Capitais Diferidos c/ Opção	0	0	0	
Capitais p/ Jovens	0	0	0	
Capitais p/ Estudos	0	0	0	
Subsídio p/ Morte	25 772	0	25 772	
Capitais Previdência a Prazo	5 174	0	5 174	
Pensão Sobrevivência e Dotes	31 372	0	31 372	
Pensão p/ Deficientes	9 534	0	9 534	
Capitais Temporários Invalidez	23 360	0	23 360	
Rendas Sobrevivência	21 776	0	21 776	
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	1 757	0	1 757	
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	478	0	478	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	0	0	0	
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	565	0	565	
TOTAL	**381 173**	**0**	**381 173**	

(euros)

DESIGNAÇÃO	Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2011	Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Modalidades Atuariais encerradas			
Taxa Técnica – 6%			
Pensão de Reforma	0	0	0
P. R. – Restituição de Quotas	50 308	1 862 877	1 913 185
P. R. – Adicional de Invalidez	(5 926)	174 864	168 938
Pensões de Capitais de Reforma	0	0	0
Taxa Técnica – 4%			
Pensão de Reforma	0	0	0
Pensão de Reforma (TV 88/90)	0	0	0
P. R. – Restituição de Quotas	150 372	1 484 913	1 635 285
P. R. – Restituição de Quotas (TV 88/90)	60 082	738 967	799 049
P. R. – Adicional de Invalidez	(325)	36 918	36 593
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)	623	1 884	2 507
Pensões de Capitais de Reforma	0	0	0
Capitais de Previdência	(1 089 078)	13 386 033	12 296 955
Capitais Diferidos c/ Opção	(3 713 979)	28 537 826	24 823 847
Capitais p/ Jovens	(61 869)	9 393 810	9 331 941
Capitais p/ Estudos	(158 934)	786 186	627 252
Subsídio p/ Morte	25 772	765 518	791 290
Capitais Previdência a Prazo	5 174	904 077	909 251
Pensão Sobrevivência e Dotes	1 146 293	2 244 844	3 391 137
Pensão p/ Deficientes	34 528	161 946	196 474
Capitais Prev. Temp. Invalidez/Morte (1)	–	–	–
Capitais Temporários Invalidez	23 360	288 208	311 568
Rendas Sobrevivência	21 776	67 096	88 872
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	1 757	24 383	26 140
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	478	6 803	7 281
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	(6 514)	19 645	13 131
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	565	16 918	17 483
TOTAL	**(3 515 537)**	**60 903 716**	**57 388 179**

(1) Modalidade Encerrada em 2010. O valor dos Excedentes Técnicos (2 754 €) foi transferido para o Fundo de Reserva Geral.

TABELA 3 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – RENDAS VITALÍCIAS

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Rendas Vitalícias					
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 6%) – Encerrada	(22 896)			0	(22 896)
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 4%) – Encerrada	96 379			4 819	0
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Ativa	166 251			8 313	0
TOTAL	**239 734**			**13 132**	**(22 896)**

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Permanentes Distribuíveis	Resultados Distribuídos (Custo Taxa de Atualização)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização
Rendas Vitalícias				
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 6%) – Encerrada	0	0	0	
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 4%) – Encerrada	0	0	0	
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Ativa	157 938	40 624	117 314	
TOTAL	**157 938**	**40 624**	**117 314**	

(euros)

DESIGNAÇÃO	Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2011	Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Rendas Vitalícias			
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 6%) – Encerrada	0	0	0
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 4%) – Encerrada	0	0	0
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Ativa	117 314	105 934	223 248
TOTAL	**117 314**	**105 934**	**223 248**

TABELA 4 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Modalidades de Capitalização					
Poupança Reforma	1 486 669			74 333	
Capitais de Reforma	23 606 291			1 180 315	
Modalidade Coletivas	190 412			9 521	
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	4 745 465			513 489	(389 421)
TOTAL	**30 028 837**			**1 777 658**	**(389 421)**

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Próprios Distribuíveis	Resultados Distribuídos (Custo do Complemento)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Fundo Reserva de Estabilização (-) Utilização
Modalidades de Capitalização				
Poupança Reforma	1 412 336	2 028 358		(616 022)
Capitais de Reforma	22 425 977	31 144 908		(8 718 931)
Modalidade Coletivas	180 891	217 856		(36 965)
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	4 621 397		4 621 397	
TOTAL	**28 640 601**	**33 391 122**	**4 621 397**	**(9 371 918)**

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundo Reserva de Estabilização/ /Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Fundo Reserva de Estabilização/ /Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2011	Fundo Reserva de Estabilização/ /Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Modalidades de Capitalização			
Poupança Reforma	(616 022)	963 267	347 245
Capitais de Reforma	(8 718 931)	33 808 991	25 090 060
Modalidade Coletivas (1)	(36 965)	0	(36 965)
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	4 621 397	4 114 017	8 735 414
TOTAL	**(4 750 521)**	**38 886 275**	**34 135 754**

(1) Este défice será coberto através do recurso extraordinário à Reserva de Estabilização de Resultados da Modalidade de Capitais de Reforma.

Nos últimos anos, a atribuição de Melhorias às Modalidades Atuariais, a Atualização das Rendas Vitalícias e a atribuição de Rendimento Complementar às Modalidades de Capitalização, foi a seguinte:

TABELA 5 – ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS – MODALIDADES ATUARIAIS ABERTAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Melhorias 2005		Melhorias 2006		Melhorias 2007	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades Atuariais abertas						
Taxa Técnica – 3%						
Capitais de Previdência	–		–		–	–
Capitais Diferidos c/ Opção	–		–		–	–
Capitais p/ Jovens	–		–		–	–
Pensão de Reforma	–		–		–	–
Pensões de Capitais de Reforma	–		0	229	0	11 373
Pensões de Poupança de Reforma	–		–		–	–
Capitais Temporários Invalidez	–		–		–	–

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Melhorias 2008		Melhorias 2009		Melhorias 2010		Melhorias 2011	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades Atuariais abertas								
Taxa Técnica – 3%								
Capitais de Previdência	1,00%	9	1,00%	146	1,00%	3 182	1,00%	4 502
Capitais Diferidos c/ Opção	1,00%	32 371	1,00%	113 135	1,00%	240 255	1,00%	440 737
Capitais p/ Jovens	1,00%	4 416	1,00%	19 435	1,00%	46 878	1,00%	83 441
Pensão de Reforma	1,00%	1 155	1,00%	3 751	1,00%	9 227	1,00%	14 734
Pensões de Capitais de Reforma	1,00%	23 665	1,00%	31 411	1,00%	36 654	1,00%	40 696
Pensões de Poupança de Reforma	–	–	–	–	1,00%	67	1,00%	279
Capitais Temporários Invalidez	1,00%	2	1,00%	5	1,00%	18	1,00%	33

TABELA 6 – ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS – MODALIDADES ATUARIAIS FECHADAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Melhorias 2005		Melhorias 2006		Melhorias 2007	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades Atuariais encerradas						
Taxa Técnica – 6%						
Pensão de Reforma	–		–		–	
P. R. – Adicional de Invalidez	–		–	903	–	
Pensões de Capitais de Reforma	–		–		–	
Taxa Técnica – 4%						
Pensão de Reforma	–		–		–	
Pensão de Reforma (TV 88/90)					–	
P. R. – Adicional de Invalidez	–		1,00%	68	1,10%	71
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)					1,10%	36
Pensões de Capitais de Reforma	0,00%		–		–	
Capitais de Previdência	1,50%	494 588	1,00%	340 768	1,10%	383 090
Capitais Diferidos c/ Opção	1,50%	1 420 622	1,00%	1 007 890	1,10%	1 146 142
Capitais p/ Jovens	1,50%	498 467	1,00%	358 557	1,10%	410 140
Capitais p/ Estudos	1,50%	51 186	1,00%	43 151	1,10%	53 559
Subsídio p/ Morte	1,50%	24 555	1,00%	16 567	1,10%	18 298
Capitais Previdência a Prazo	1,50%	25 236	1,00%	19 230	1,10%	23 487
Pensão Sobrevivência e Dotes	1,50%	357 927	1,00%	234 057	1,10%	249 718
Pensão p/ Deficientes	1,50%	4 979	1,00%	3 646	1,10%	4 382
Capitais Prev. Temp. Invalidez/Morte	–		–	17	1,10%	16
Capitais Temporários Invalidez	1,50%	1 118	1,00%	668	1,10%	664
Rendas Sobrevivência	1,50%	4 338	0,00%		1,10%	5 649
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	1,50%	927	1,00%	671	1,10%	770
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	1,50%	230	1,00%	159	1,10%	181
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	–		–		1,10%	801
Pensão de Reforma – Estat. 1922	–		–		–	
Pensão Invalidez/Reforma	–		–		–	
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	1,50%	270	1,00%	166	1,10%	183

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Melhorias 2008		Melhorias 2009		Melhorias 2010		Melhorias 2011	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades Atuariais encerradas								
Taxa Técnica – 6%								
Pensão de Reforma	–		–		–		–	
P. R. – Adicional de Invalidez	–		–		–		–	
Pensões de Capitais de Reforma	–		–		–		–	
Taxa Técnica – 4%								
Pensão de Reforma	–		–		–		–	
Pensão de Reforma (TV 88/90)	–		–		–		–	
P. R. – Adicional de Invalidez	–		–		–		–	
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)	–		–		–		–	
Pensões de Capitais de Reforma	–		–		–		–	
Capitais de Previdência	0,50%	177 590	0,50%	180 028	0,25%	91 132	–	
Capitais Diferidos c/ Opção	0,50%	552 136	0,50%	557 918	0,25%	274 860	–	
Capitais p/ Jovens	0,50%	186 906	0,50%	180 643	–		–	
Capitais p/ Estudos	0,50%	26 965	0,50%	28 669	–		–	
Subsídio p/ Morte	0,50%	8 409	0,50%	8 192	0,25%	4 114	–	
Capitais Previdência a Prazo	0,50%	9 030	0,50%	7 539	0,25%	3 609	–	
Pensão Sobrevivência e Dotes	0,00%		0,25%	53 152	–		–	
Pensão p/ Deficientes	0,50%	2 117	0,50%	2 322	0,25%	1 241	–	
Capitais Prev. Temp. Invalidez/Morte	0,50%	6	0,50%	3	–	–	–	
Capitais Temporários Invalidez	0,50%	266	0,50%	200	0,25%	80	–	
Rendas Sobrevivência	0,50%	2 770	0,50%	2 968	0,25%	1 933	–	
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	0,50%	263	0,50%	265	0,25%	130	–	
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	0,50%	85	0,50%	87	0,25%	45	–	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	0,50%	355	0,50%	325	0,25%	149	–	
Pensão de Reforma–Estat. 1922	–		–	–	–	–	–	
Pensão Invalidez/Reforma	–	–	–	–	–	–	–	
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	0,50%	84	0,50%	85	0,25%	43	–	

TABELA 7 – ATUALIZAÇÃO – RENDAS VITALÍCIAS

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Atualização Melhorias 2005		Atualização Melhorias 2006		Atualização Melhorias 2007	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Rendas Vitalícias						
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 6%) – Encerrada	–	–	–	–	–	–
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 4%) – Encerrada	–	–	–	–	–	–
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Ativa	–	–	–	–	–	–

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Atualização Melhorias 2008		Atualização Melhorias 2009		Atualização Melhorias 2010		Atualização Melhorias 2011	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Rendas Vitalícias								
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 6%) – Encerrada	–		–		–		–	
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 4%) – Encerrada	–		–		–		–	
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Ativa	1,00%	17 413	1,00%	22 498	1,00%	31 302	1,00%	40 624

TABELA 8 – RENDIMENTO COMPLEMENTAR – MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Garantido 2005		Rendimento Garantido 2006		Rendimento Garantido 2007	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização						
Poupança Reforma	3,00%	798 095	3,00%	947 981	3,24%	1 343 260
Capitais de Reforma	3,00%	30 850 870	3,00%	37 512 447	3,24%	42 862 484
Modalidade Coletivas	3,00%	215 527	3,00%	219 799	3,24%	213 955
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	–	–	–	–	(a)	936 657

(a) – De acordo com as Fichas Técnicas

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Complementar 2005		Rendimento Complementar 2006		Rendimento Complementar 2007	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização						
Poupança Reforma	0,50%	133 016	0,70%	221 413	0,76%	246 084
Capitais de Reforma (1)	0,50%	6 097 589	0,70%	8 322 610	0,76%	7 547 760
Modalidade Coletivas	0,50%	35 921	0,70%	51 307	0,76%	59 215
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	–	–	–	–	N.A.	

N.A.: Não Aplicável (a atribuir no vencimento da Série)
(1) Taxa Média Ponderada
Entre 2004 e 2009, não foi atribuído qualquer rendimento complementar às subscrições com rendimento garantido de 5,5%

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Garantido 2008		Rendimento Garantido 2009		Rendimento Garantido 2010		Rendimento Garantido 2011	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização								
Poupança Reforma	3,30%	1 594 866	0,68%	396 368	0,40%	280 032	0,65%	506 422
Capitais de Reforma	3,30%	44 014 347	[0,68%-2,25%]	15 202 494	[0,4%-2,25%]	8 555 366	[0,65%-2,25%]	8 736 726
Modalidade Coletivas	3,30%	224 492	0,68%	55 162	0,40%	33 708	0,65%	54 392
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	(a)	4 460 894	(a)	8 522 320	(a)	6 477 605	(a)	10 853 859

(a) – De acordo com as Fichas Técnicas

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Complementar 2008		Rendimento Complementar 2009		Rendimento Complementar 2010		Rendimento Complementar 2011	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização								
Poupança Reforma	0,50%	241 354	2,07%	1 212 751	2,10%	1 470 169	2,60%	2 028 358
Capitais de Reforma (1)	0,50%	6 229 958	[0,5%-2,07%]	21 738 238	[0,25%-2,1%]	25 581 611	[1,00%-2,60%]	31 144 908
Modalidade Colectivas	0,50%	37 415	2,07%	168 436	2,10%	176 966	2,60%	217 856
Cap. Ref. Prazo Certo (CRPC)	N.A.		N.A.		N.A.		N.A.	

N.A.: Não Aplicável (a atribuir no vencimento da Série)
(1) Taxa Média Ponderada
Entre 2004 e 2009, não foi atribuído qualquer rendimento complementar às subscrições com rendimento garantido de 5,5%

14.6. CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
1. INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS				
ABÓBODA – Estrada de Polima – Fase 2 – Piso Zero r/c, Loja B	341	79	263	35
ÁGUEDA – Rua Comandante Pinho e Freitas, 42	315	0	315	0
ALBERGARIA-A-VELHA – Rua 25 de Abril, 9 R/C	347	66	280	37
ALBUFEIRA – Rua Pedro Álvares Cabral, 26, Loja – Cerro Lagoa	511	103	408	49
ALCAINS – Largo Santo António, 11	108	0	108	0
ALFRAGIDE – Corpo D, Rua Alfredo Silva, Lote 11	7 245	9	7 236	0
ALFRAGIDE – Urb. Quinta Grande, 60, R/C Esq.	639	1	638	0
ALFRAGIDE – Rua A, Lt. 11 – Corpos A/B-C/D	5 130	673	4 457	280
ALGÉS – Rua de Olivença, 9 A	613	1	612	0
– Rua João Chagas, 53/53 G	3 941	978	2 963	345
ALHANDRA – Av Afonso de Albuqerque	332	0	332	0
– Rua Augusto Marcelino Chamusco, 5	18	15	3	0
– Rua Dr. Miguel Bombarda, 109-115	126	64	62	1
– Rua Passos Manuel, 128-140	213	111	102	9
ALMADA – Rua Capitão Leitão, 83	1 380	2	1 378	0
– Rua Galileu Saúde Correia, 11-B R/C e 16-A, Loja	391	109	282	56
– Rua Padre António Vieira, 46, R/C	895	1	894	0
ALMEIRIM – Praça da República, 36/36A/37A	444	88	356	43
ALPENDURADA – Av.Dr. F. Sá Carneiro – Ed. Memorial Center – Bl. A, R/C	301	69	232	32
ALVERCA – Av. Cap. Almeida Meleças, 46, R/C	347	0	347	0
ALVERCA – Rua José António Virrissimo da Silva, 1 e 2	960	1	959	0
AMADORA – R. Actor António Silva, 7-B R/C Dto. – Venda Nova	658	201	457	64
AMADORA – Rua Elias Garcia, 279 Fr B e Fr C	699	1	698	0
– Av. Artur Semedo, Lt 69, Loja A, Vila Chã	275	14	262	23
AMARANTE – Av. 1.º de Maio, Lote 18	416	1	415	0
AMORA – Av. Movimento Forças Armadas, Loja 2	375	0	375	0
ANGRA DO HEROÍSMO – Ladeira da Pateira – Posto Santo	7	2	6	0
ANGRA DO HEROÍSMO – Rua de São João, 106-114	397	0	397	0
ARCOS DE VALDEVEZ – Pr. Salvador Álvares Pereira, 43/R. Nunes Azevedo	351	79	272	35
ARMACAO DE PÊRA – Rua da Panasqueira, Lt 8, Loja A	319	19	300	23
AVEIRO – Av. Dr. Lourenço Peixinho, 16/18 «G»	338	64	274	33
– Rua Angola, 22, 1.º	618	97	521	57
– R. Cónego Maia, 196 R/C Esq.	285	75	210	29
AVEIRO – Av. Dr. Lourenço Peixinho, 16-18	177	0	177	0
AVEIRO – Rua Alberto Souto, 23-25	584	1	583	0
BAIXA DA BANHEIRA – R. Jaime Cortesão, 24, R/C Dto. – C/V	399	93	306	42
BARREIRO – Rua Alfredo da Silva, 47 / 53	637	1	636	0
BARREIRO – Rua Inst. Ferroviar Sul/Sueste, 7-B	202	16	186	17
BARREIRO – Urbanização Quinta dos Lóios, Lote 2	183	0	183	0
BRAGA – Largo Senhora-a-Branca, 8/11	400	115	285	39
– Praça da Justiça, 191,192,195/7, Loja 1/2	359	81	278	37
– Rua do Caires, 291/309	8	2	6	2
– Rua do Caires, 285 – Bloco A – Loja 1 R/C	707	1	706	0
– Rua S. Vicente, 174/176	351	78	274	36
– Rua do Souto, 65/71	1 278	518	760	133
BRAGANÇA – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 3	706	365	340	61
CACÉM – Praça das Comunidades	164	0	164	0
– Rua Elias Garcia, 153/155 R/C Esq.	457	111	347	48
CALDAS DAS TAIPAS – Rua Banda da Musica, 272	371	0	371	0
CÂMARA DE LOBOS – MADEIRA – R. Dr. João Abel Freitas, 29/31	370	85	284	38
CARTAXO – Rua Combatentes Ultramar, 1 R/C	531	96	436	48
CARVALHOS – Rua Gonçalves Castro, 186-A	477	70	407	43

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
CASTELO BRANCO – Av. Liberdade, 7/13 / R. Rei D.Dinis, 2/10	805	381	424	65
– Praça Rainha D. Leonor, 4 – Loja	539	146	393	60
– Rua Sr.ª Piedade/Rua Cadetes Toledo, Lote 4	246	0	246	0
– Rua Sr.ª Piedade/Rua Cadetes Toledo, Lote 5	246	0	246	0
– Rua Sr.ª Piedade / Rua Cadetes Toledo	696	1	695	0
CHARNECA DA CAPARICA – Rua Ruy Furtado, 2-A – Palhais	676	124	552	66
CHAVES – Rua do Olival e Longas – C. Com. Charlot, R/C – Lj 6	23	4	19	2
– Rua Olival e Longas, Lj 4 Fracção EP	180	0	180	0
– Rua Olival e Longras, Lj5 Fracção EQ	165	0	165	0
– Rua Olival e Longras, Lj 8 Fracção ET	90	0	90	0
COIMBRA – Rua João Machado, 100	95	29	66	12
– Av. Sá da Bandeira, 81 R/C	644	95	550	59
– Lg Miguel Bombarda, 39/53 / Couraça Estrela, 5	3 086	1 035	2 051	130
– Urbanizacao Adriano Lucas, Lt 3 R/C – Estrada da Beira	491	97	394	51
– Urbanizacao Quinta da Romeira	7 993	240	7 753	-16
COIMBRA – CELAS – Largo da Cruz de Celas	1 292	2	1 290	0
COSTA DA CAPARICA – Rua António Correia, 1 C/V	190	0	190	0
– Rua Gil Eanes, 2/2B	529	102	427	52
COVA DA PIEDADE – ALMADA – Rua Ivone Silva, 1/3 – Lj 1-2	551	50	501	42
COVAS – Urbanização Vila das Trofas, Lote 7	351	0	351	0
COVILHÃ – Edifício Monteverde, Lote 1 – Loja A	482	90	392	47
CUCUJÃES – Rua Clube Desportivo de Cucujães, Lote 10	206	0	206	0
DAMAIA – Av. D. Carlos I, 7-7B / Rua Jose Estevao, 11 – Loja	489	120	369	72
ELVAS – Rua da Cadeia, 17/17A	543	99	443	53
ENTRONCAMENTO – Rua 5 de Outubro	498	1	497	0
ERICEIRA – Estrada Nacional, 247 – Edifício Garden Park, Loja	410	81	329	34
ESMORIZ – Av. 29 de Março, 638/652	155	26	129	15
ESTREMOZ – Praça Luis de Camões, 61, R/C	461	86	375	45
ÉVORA – Rua das Alcaçarias, 42/50	155	143	12	7
– Rua Alcarcova Baixo, 4 / Praça do Giraldo, 50	752	435	317	45
– Rua Fernando Seno, 28	614	92	521	56
– Urb. Horta Porta – Av. Cidade Lisboa, 219	697	64	633	58
FAMALICÃO – Av. Marechal Humberto Delgado – Edifício Plaza, Loja 3	576	113	462	58
FARO – Rua Alportel, 20/22	911	354	557	145
– Rua Ataíde Oliveira, 81-A, Loja	398	106	292	42
– Rua Jornal Correio do Sul, 22 – CV. / Dt.	482	70	412	44
– Rua José Matos, Urbanização Bom João, Lote 14 – 1.º E	60	9	51	0
– Rua Sol, 16/18	208	151	57	3
FÁTIMA – Rua Jacinta Marto, S/N, Loja Dta.	701	165	536	75
FIGUEIRA DA FOZ – Rua Bombeiros Voluntarios, 15-21	690	1	689	0
FORTE DA CASA – Rua Alves Redol, 1 e 5 R/C	486	122	364	51
FUNCHAL – Rua Ferreiros, 270/274 / Rua 5 de Outubro, 91 A/D	748	222	526	84
– Rua das Aranhas, 24 – Frac. «E» e «H»	0	0	0	-13
– Rua Dr. João Brito Câmara – Frac.«A» e «B»	814	160	654	75
– Rua Dr. Francisco Peres, 26-B – Caniço	485	92	393	47
– Jardins Forum Plaza II – Piso 0 – Bloco 3	577	56	521	48
– Rua do Carmo, 86-90/R / Rua Anadia, 38/39	665	63	602	55
FUNCHAL – Rua da Sé, 16-18	828	1	827	0
FUNDÃO – Rua Três Lagares, Lote 3	513	1	512	0
GAIA – Av. da Republica, 1473	895	1	894	0
GONDOMAR – Rua Dom Afonso Henriques, 129 – Areosa	900	1	899	0
– Av. 25 de Abril, R/C	536	1	535	0
GANDARA – Rua 25 Abril, 438/438-A	362	29	333	26
GOUVEIA – Praça de S. Pedro, 7/9, Loja	408	87	321	42

CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA *(CONTINUAÇÃO)*

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
GUARDA – Rua Vasco da Gama, 35-37	1 322	205	1 117	-1
– Rua Mouzinho de Albuquerque	334	0	334	0
– Rua Mouzinho da Silveira, 38	175	31	143	8
– Rua Mouzinho da Silveira, 40	250	45	205	5
GUIMARÃES – Rua Dr. José Sampaio, Loja 10	303	0	303	0
– Alameda S. Dâmaso, Edifício S. Francisco Centro – Loja 1	626	122	504	68
– Lugar da Igreja, Lote 1, R/C Esq. E Dt.º	312	56	255	29
– Rua Teixeira de Pascoais, 123-A e 75, Loja e Escritório	496	130	366	52
INFANTADO – Av. das Descobertas, Lote 74 – Lojas 3 e 4	556	33	523	44
LAGES DO PICO – Rua de São Francisco	79	0	79	0
LAGOS – Urbaniz. Porta da Vila, Lote 1 R/C	362	103	259	39
LARANJEIRO – Rua Dr. António Elvas, 24-A (Loja)	476	1	475	0
LEIRIA – Av. Marquês de Pombal, Lote 5, Lojas 3, 4, 5	576	142	433	61
– Rua Vasco da Gama, 5/15	1 836	565	1 270	213
– Rua Camilo Korrodi, 5	2 747	3	2 744	0
– Av. D. João III – Edifícios Terraços do Liz – Lote 1 – Piso 1	690	129	561	72
LINDA-A-VELHA – Rua Marcelino Mesquita, 9	715	137	578	75
LISBOA – Av. Almirante Reis, 237/237-B	804	589	215	42
– Av António Augusto Aguiar,124/124-B / R. Carlos Testa	2 484	1 654	830	209
– Av. do Brasil, Blocos «A» e «B»	6 493	3 790	2 703	555
– Av. do Brasil, Lojas	329	189	140	39
– Av. Defensores de Chaves, 40	857	616	241	87
– Av. João Crisóstomo, 26/28	2 241	1 273	968	118
– Av. D. João II – Ed. Gil Eanes / Parque Expo (Est. Oriente)	1.596	316	1.281	146
– Av. Óscar Monteiro Torres, 8-A/B/C	550	66	484	50
– Av. de Roma, 51/51-C	1 044	537	507	132
– Av. 24 de Julho, 60/60-A/60-K	996	508	488	100
– Calçada Ribeiro Santos, 1-A, 3 e 5	873	467	406	27
– Estrada de Benfica, 365/365A (S. Dom. Benfica)	815	158	657	76
– Estrada de Benfica, 460-D (Fonte Nova)	867	152	715	81
– Praça João Rio, 7/7-A	905	664	241	42
– Rua 4 Infantaria, 85/85-H	1 685	853	831	29
– Rua Alexandre Braga, 19	300	226	74	-32
– Rua da Graça, 2 A/B	436	1	435	0
– Rua do Carmo, 54 / 62	8 026	10	8 016	0
– Rua Almeida e Sousa, 20/20-A / R. Ferreira Borges, 97	1 448	618	829	140
– Rua Artur Lamas, 24	285	13	272	-1
– Rua Artur Lamas, 26	15	1	14	0
– Rua Áurea, 219-241 – EDIFÍCIO SEDE	18 221	7 322	10 899	1 810
– Rua Áurea, 205/217 / Rua do Carmo, 26-52 – Edifício Grandella	14 786	4 235	10 551	1 665
– Alameda Linhas de Torres, 94-A	645	1	644	0
– Rua Vale de Santo António, 74	318	0	318	0
– Rua do Centro Cultural, 12/12-B	1 722	493	1 230	232
– Rua dos Fanqueiros, 183/189	72	25	47	9
– Rua Ferreira Borges, 183/183-C	285	94	191	66
– Rua Garrett, 37/51 / Rua Ivens, 66/76	603	294	310	46
– Rua General Firmino Miguel, 5/5-A/5-B/5-C	4 159	1 178	2 981	429
– Rua da Graça, 2-F, Loja	202	44	158	21
– Rua Inácio Sousa, 19/23	940	468	472	38
– Rua João Ortigão Ramos, 34/34-B – Pedralvas	676	129	547	62
– Rua Latino Coelho, 85/85-A	341	103	238	60
– Rua Leite Vasconcelos, 78/78-C	413	363	50	17
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 2-A / Av. Rio de Janeiro	186	79	107	16
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 2/12	1 872	1 146	726	242

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
– Rua Manuel Jesus Coelho, 1/1- B / Rua de S. José, 213	3 790	357	3 433	242
– Rua Padre Américo, 27 – Carnide	650	122	528	64
– Rua da Prata, 76/86	1 675	964	711	54
– Rua Sebastião Saraiva Lima, 64	220	179	41	1
– Rua Sousa Loureiro, 10 cave	75	11	64	9
– Travessa das Verduras, 6 – CV Dto./Esq.	50	13	37	0
– Rua Amilcar Cabral, 11	1 083	1	1 082	0
– Rua José Duro, 25 – C/D	329	0	329	0
– Av. Liberdade – Garagem (C.C. LIBERSIL)	147	0	147	0
– Rua Tomás Ribeiro, 6 – C	444	1	443	0
– Rua Augusta, 206	12 781	16	12 765	0
– Av. da Republica, 60	931	1	930	0
– Av. Marques de Tomar, 5 – A	870	1	869	0
– Rua de Campolide, 55 B/C	484	1	483	0
LOULÉ – Av. 25 de Abril, Bloco A – R/C	552	1	551	0
LOURES – Rua da Republica 64 / 66	727	1	726	0
LOURINHÃ – Rua Actor António José Almeida, n.º 11-B – R/C	326	62	265	38
LOUSADA – Av. General Humberto Delgado, 146	295	0	295	0
MACEDO CAVALEIROS – Rua do Mercado, Loja 3 – Piso 1	512	121	391	49
MADALENA – Largo Jaime Ferreira, 1 – Pico (Antigo Lg. Matriz)	409	1	408	0
MAFRA – Av. 25 Abril, 13 – 13 D, r/c (Fracção B e C)	462	100	362	48
– Av. da Liberdade, 3-A – Loja 3	122	11	111	0
MAIA – Rua Augusto Simões, 1433 – R/C	883	1	882	0
– Rua Nova dos Altos, 13 – Parqueamento – Vermoim	25	5	20	3
MALVEIRA – Rua 25 de Abril, Loja 5 – R/C – Alagoa Pequena	486	89	396	46
MANGUALDE – Rua 1.º de Maio, Bl 2, R/C	455	96	359	46
MARCO DE CANAVEZES – Ed. Triunfo, lote 6 – Lojas 14 e 16	526	100	426	51
– Rua Amália Rodrigues, 242	366	0	366	0
MARINHA GRANDE – Av. Vítor Galo, 13R/C e Cave	385	109	276	42
MASSAMÁ – Pr. Francisco Martins, 6/6-D, Loja 45	372	83	290	37
– Rua Direita Massama, 120, Lj 5	517	33	483	40
MEALHADA – Av. Dr. Manuel Lousada	255	0	255	0
MIRANDELA – Av. Amoreiras, 191/199, Loja K	389	114	275	43
MOITA – Mercado Municipal, Loja 28	141	0	141	0
MONTEMOR-O-NOVO – Av. Gago Coutinho, 10/12	339	20	318	26
MOSCAVIDE – Av. Moscavide, 30 / 48	454	1	453	0
MATOSINHOS – Rua Brito Capelo, 694	1 047	1	1 046	0
NAZARÉ – Av. Manuel Remígio – Bloco A – Lj / R/C	545	44	501	43
NORDESTE – Praça da República	200	0	200	0
ODIVELAS – Av. Miguel Torga, Zona 2, Lt 12 – Loja	425	26	400	33
– Rua Francisco Relvas Marques, 3	378	0	378	0
OEIRAS – Rua Cândido dos Reis, 39 (Loja)	684	1	683	0
OLHÃO – Rua General Humberto Delgado, 28-A	362	109	253	48
– EN 125, 3	324	0	324	0
OLIVEIRA DO DOURO – Largo da Lavandeira, 36 R/C	280	75	205	29
– Rua Futebol Club Oliveira do Douro, 282 R/C	51	8	42	0
OSSEIRA – Rua José Bento Pereira, 957	223	0	223	0
PALMELA – Av. da Liberdade, Lote 7 – Loja A	418	1	417	0
PAÇO DE ARCOS – Av. Marquês de Pombal, 5	610	118	491	62
PAREDE – Rua Machado Santos, Lote 540, Bloco B, n.º 2 – R/C	576	150	426	60
– Rua Latino Coelho, 4 Fracção BA e AZ	263	0	263	0
PAREDES – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, S/N – R/C	480	115	365	50
PEDROSO – Av. Dr. Moreira de Sousa	265	0	265	0
PINHAL NOVO – Rua S. Francisco Xavier, Lote 2 – Loja 4	572	164	408	63
PONTA DELGADA – Largo do Poço Velho, 10	38	10	28	0
– Rua Pintor Domingos Rebelo, 4 – Armazém	70	18	52	0
– Av. Infante D. Henrique, 25	2 616	78	2 537	-3

CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA *(CONTINUAÇÃO)*

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
PONTE DE LIMA – Lugar Sobral, Edifício Novo Leblon, Loja	412	94	318	42
PORTALEGRE – Largo António José Lourinho, 12	316	0	316	0
PORTIMÃO – Urbanização Horta de S. Pedro – Lote 21 – Lojas 1, 2, 3	460	93	367	48
– Rua da Hortinha, 38 / 48	731	1	730	0
– Rua Dom Carlos I, Lote H 4	356	0	356	0
PORTO – Av. dos Aliados, 90	4 362	2 003	2 359	226
– Rua do Almada, 411 / 413	240	0	240	0
– Av. Fernão Magalhães (Lojas)	456	1	455	0
– Rua Costa Cabral, 849 / 855	790	1	789	0
– Praça Exército Libertador, 23/25, Loja	352	100	253	39
– Rua do Breyner, 96-128-136-156	9 609	423	9 187	644
– Rua Campo Alegre, 1620 – Loja	349	21	328	28
– Rua de Ceuta, 38/44/48	844	511	332	-3
– Rua da Constituição, 1274/1238/1246/1268/1252	888	296	593	116
– Rua do Heroísmo, 342 / 360	736	1	735	0
– Rua Fernandes Tomás, 424/438	64	18	45	5
– Rua Júlio Dinis, 656	2 466	1 528	939	121
– Rua Júlio Dinis, 674/678	553	153	400	72
– Rua Magalhães Lemos, 111/113	906	257	650	139
– Rua Mártires da Liberdade, 136/138/140	90	28	63	0
– Rua Mártires da Liberdade, 142	75	23	52	0
– Travessa do Covelo, 99 cave	26	4	21	0
– Rua 1.º de Janeiro, 332 – Bessa	501	91	410	51
PORTO DE MÓS – Av. Santo António, Bloco 5 R/C – Esq.	354	74	280	34
PÓVOA SANTA IRIA – Urb. Casal Serra, Torre 8 r/c, Lojas 3/4	729	162	567	68
PÓVOA VARZIM – Praça Almada, 59 / 60	641	1	640	0
POVOAÇÃO – AÇORES – Rua Barão Laranjeiras, 17	540	104	435	24
PRAIA DA VITÓRIA – Rua de Jesus	173	0	173	0
QUARTEIRA – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Lote 10, 2 Ljs.	413	110	304	44
QUELUZ – Av. Luís de Camões, 38-B/C	625	79	546	55
– Rua Heliodoro Salgado, 61 (Loja)	491	1	490	0
RAMALDE – Rua São João de Brito, 530	532	98	435	51
RIBEIRA GRANDE – AÇORES – Rua de S. Francisco	365	36	329	29
– Rua do Rosário, 13 (Maia)	112	0	112	0
RIO MAIOR – Av. Paulo VI, Lote 82	519	104	415	52
RIO TINTO – Travessa Senhor do Calvário, 18 CV	289	78	211	28
S. JOÃO DA MADEIRA – Av. Dr. Renato Araújo, 359 Fr F	444	83	361	46
SANDIM – Rua da Columbófila, 371 C/D	442	89	352	42
SANTA MARIA DE LAMAS – Rua Bairro da Mata, 34	177	0	177	0
SANTARÉM – Av. Dom Afonso Henriques, 1	316	0	316	0
– Largo Padre Francisco Nunes Silva, 1	1 214	465	748	91
SANTIAGO CACÉM – Praca Mercado, 7 – Loja	290	17	272	11
SANTO TIRSO – R. D. Nuno A. Pereira / Pr. Camilo C. Branco, Lojas 8/9	324	82	242	33
SÃO JOÃO DA MADEIRA – Av. Dr Renato Araújo, 259 Fr B	531	1	530	0
SÃO MAMEDE INFESTA – Rua Godinho Faria, 332 R/C	571	1	570	0
SÃO ROQUE – Lugar da Igreja, Bloco C	221	0	221	0
SEIA – Av. 1.º Maio, 18 – Loja	486	115	371	52
SEIXAL – Rua Gil Vicente, 1/1-B – Loja – Torre da Marinha	478	128	350	50
SETÚBAL – Av. Luísa Todi, 294/308 / Praça do Bocage, 135/145	4 864	1 745	3 119	297
– Av. República Guiné Bissau, 11/11-B	49	15	34	3
– Praça de Portugal, Lote 2	476	1	475	0
– Vale do Cobro, Lote 34 R/C Dto.	28	7	21	0
SINTRA – Rua Heliodoro Salgado, 42/42 A	736	1	735	0
SINES – Av. Gen. Humberto Delgado, 59/59A	223	41	182	22

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Inventário	Amortização	V. Inventário Líquido	Rendimento Líquido
SEVER DO VOUGA – Av. Comendador Martins Pereira	255	0	255	0
TAPADA DAS MERCÊS – Rua Três – Lote 1A, Lojas 1/2	507	126	381	54
TAVIRA – Rua Dr. Silvestre Falcão, Lote 4, Loja	386	80	306	40
TOMAR – Alameda 1 Março, Lote P	748	1	747	0
TORRES NOVAS – Largo Cor. António Maria Batista, 2 R/C	711	186	525	105
TORRES VEDRAS – Rua Santos Bernardes, 30-A Fr B	354	0	354	0
– Rua Santos Bernardes, 30-A Fr C	102	0	102	0
TROFA – Rua Abade Inácio Pimentel, 193	80	13	67	8
– Rua Abade Inácio Pimentel, Fr G	631	1	630	0
VAGOS – Rua António Carlos Vidal, 92 R/C	362	75	287	37
VALADARES – Rua José Monteiro Castro Portugal, n.º 2553/2555	393	79	314	38
VALE DE CAMBRA – Av. Camilo Tavares de Matos, Ed. Mercado	350	0	350	0
VENDA DO PINHEIRO – Av. 9 de Julho, 96-A/B	481	97	384	49
VILA FRANCA DE XIRA – Av. 25 de Abril, 14/16	521	112	409	53
VILA NOVA DE FAMALICÃO – Av. 25 Abril, 94	508	1	507	0
VILA NOVA DE GAIA – Rua Marquês Sá da Bandeira, 455	616	169	447	71
– Av. da República, 728 / 732	930	1	929	0
– Av. da República, 2531	487	132	355	58
– Largo Eça Queiros e Rua de Trás, 157 – Lj 10 Fr BH	204	0	204	0
– Largo Eça Queiros e Rua de Trás, 157 – Lj 10 Fr CQ	136	0	136	0
– Rua Fernando Lopes Vieira, 273	6 998	234	6 764	534
VILA REAL STO. ANTÓNIO – Av. Min. Duarte Pacheco, Lote 10 R/C	311	71	240	32
VISEU – Rua Direita, 88/94 / Rua Árvore, 52	4.377	1.833	2.544	324
– Rua Dr. Álvaro Monteiro, Lote 11 R/C – Marzovelos	432	89	343	45
– Av. D. António J. Almeida, S/N, Loja – S. Mateus	347	78	270	37
Beneficiação de Imóveis para Rendimento	2 632	70	2 562	
TOTAL (1)	**274 678**	**56 549**	**218 129**	**15 964**
2. TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
PORTO – Terreno na Pasteleira	50		50	
– Terreno Rua Mártires da Liberdade, 122/124	69		69	
ANGRA DO HEROÍSMO – S. Mateus – Terreno (Prédio rústico)	2		2	
– S. Bartolomeu – Terreno (Prédio rústico)	14		14	
CALDAS DA RAINHA – «Vinha das Coxas»	3 045		3 045	
TOTAL (2)	**3 180**	**0**	**3 180**	**0**
3. EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES				
Mausoléu a Francisco M. Álvares Botelho	1	1	0	
TOTAL (3)	**1**	**1**	**0**	**0**
TOTAIS	**277 859**	**56 550**	**221 309**	**15 964**

14.7. CONTAS DAS FUNDAÇÕES

FUNDAÇÕES – BALANÇOS

ANO: 2011

(euros)

DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino	Total
ATIVO						
Depósito à Ordem	15 988	70 902	1 982	3 666	3 866	96 403
Depósito a Prazo		150 000				150 000
Títulos de Crédito	14 820	219 776	987	1 481	7 860	244 925
Unidades de Participação	14 021	44 000	5 021	1 510	12 333	76 885
Propriedades Rústicas		1 728				1 728
Imóveis		16 979				16 979
Acréscimos de Proveitos	119	3 538			115	3 771
Total do Ativo	**44 948**	**506 923**	**7 990**	**6 657**	**24 174**	**590 691**
PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA						
Capital	5 587	8 978	1 496	1 576	17 458	35 095
Reservas	39 142	488 478	6 494	5 081	6 391	545 585
Rendimento Líquido	219	9 467	0	0	325	10 011
Total do Passivo e Situação Líquida	**44 948**	**506 923**	**7 990**	**6 657**	**24 174**	**590 691**

FUNDAÇÕES – DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

ANO: 2011

(euros)

DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino	Total
CUSTOS E PERDAS						
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS						
Despesas de Expediente		26				26
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS						
Despesas e Encargos Diversos		11				11
Bolsa Estudos						
Prémios						
Total dos Custos	**0**	**37**	**0**	**0**	**0**	**37**
PROVEITOS E GANHOS						
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS						
Rendimento de Título de Crédito	219	8 026			292	8 537
Rendimento de Unidades de Participação		492			33	525
Rendimento de Depósitos		986				986
Total dos Proveitos	**219**	**9 504**	**0**	**0**	**325**	**10 048**
Rendimento Líquido	**219**	**9 467**	**0**	**0**	**325**	**10 011**

PRÉMIOS – BALANÇOS

ANO: 2011

(euros)

DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO	Hermínia Tassara	Santa Joana	Brito Subtil	José Cardoso	Álvaro Machado	D. Dinis	Alberto Jorge	Carlos Serrano	Bailim Pissarra	Total
ATIVO										
Depósito à Ordem	5 138	2 225	10 623	1 869	14 443	17 386	14 279	54	340	66 358
Depósito a Prazo				24 940				11 410	4 838	41 188
Títulos de Crédito	16 742	997	14 337	11 323	28 607	23 898	19 728			115 632
Unidades de Participação	7 021	5 125	42 249	10 521	74 735	17 000	40 000			196 650
Acréscimos de Proveitos	171		208	223	396	480	101	6	5	1 589
Total do Ativo	**29 072**	**8 347**	**67 417**	**48 875**	**118 181**	**58 764**	**74 107**	**11 470**	**5 184**	**421 417**
PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA										
Capital	12 470	1 995	14 964	24 940	74 820	38 308	49 880	12 470	7 482	237 329
Reservas	16 131	6 352	51 930	24 103	49 500	19 041	25 442	1 354		193 853
Resultados Transitados					-4 781		-955	-1 665	-1 813	-9 214
Rendimento Líquido	471	0	523	-168	-1 359	1 415	-260	-688	-486	-551
Total do Passivo e Situação Líquida	**29 072**	**8 347**	**67 417**	**48 875**	**118 181**	**58 764**	**74 107**	**11 470**	**5 184**	**421 417**

PRÉMIOS – DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

ANO: 2011

(euros)

DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO	Hermínia Tassara	Santa Joana	Brito Subtil	José Cardoso	Álvaro Machado	D. Dinis	Alberto Jorge	Carlos Serrano	Bailim Pissarra	Total
CUSTOS E PERDAS										
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS										
Despesas de Expediente										
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS										
Despesas e Encargos Diversos	9		6	26		6				47
Bolsa Estudos				800				740		1 540
Prémios					2 708		500		500	3 708
Total dos Custos	**9**	**0**	**6**	**826**	**2 708**	**6**	**500**	**740**	**500**	**5 295**
PROVEITOS E GANHOS										
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS										
Rendimento de Título de Crédito	480		350	493	1 251	1 074	240			3 888
Rendimento de Unidades de Participação			179		99	347				625
Rendimento de Depósitos				165				52	14	231
Total dos Proveitos	**480**	**0**	**529**	**658**	**1 349**	**1 421**	**240**	**52**	**14**	**4 743**
Rendimento Líquido	**471**	**0**	**523**	**-168**	**-1 359**	**1 415**	**-260**	**-688**	**-486**	**-551**

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2011
do
MONTEPIO GERAL

Pré-Impressão
Heragráfica – *Artes Gráficas, Lda.*

Impressão
Grifos – *Artes Gráficas*